

Eletrônico



**Estratégia**  
CONCURSOS

Aula

**Estudo Estratégico p/ PGMs - Regulares (Procurador Municipal)**

Professores: Eduardo Moutinho Cavalcanti, Juliana dos Santos, Jean Vilhena, Paulo H.M. Sousa, Priscila Faria



# Estratégia

## CARREIRA JURÍDICA

### Aula 00

Prof. Igor Maciel  
Prof. Paulo Sousa



## SUMÁRIO

<b>SUMÁRIO</b> .....	<b>2</b>
<b>1 – CONSIDERAÇÕES INICIAIS</b> .....	<b>3</b>
<b>2 – DIREITO ADMINISTRATIVO VUNESP</b> .....	<b>4</b>
2.1 – ANÁLISE PROVA PGM POÁ 2019.....	12
2.2 – ANÁLISE PROVA PGM ITAPEVI 2019.....	17
2.3 – ANÁLISE PROVA PGM SJRP 2019.....	22
2.4 – ANÁLISE PROVA PGM RP 2019.....	30
2.5 – ANÁLISE PROVA PGM IBATÉ 2019.....	38
2.6 – ANÁLISE PROVA PGM SOROCABA 2018.....	40
2.7 – ANÁLISE PROVA PGM BURITIZAL 2018.....	50
2.8 – ANÁLISE PROVA PGM SBC 2018.....	54
2.9 – ANÁLISE PROVA PGM ANDRADINA 2017.....	61
2.10 – ANÁLISE PROVA PGM MARÍLIA 2017.....	65
2.11 – ANÁLISE PROVA PGM ROSANA 2016.....	69
2.12 – ANÁLISE PROVA PGM SERTÃOZINHO 2016.....	81
2.13 – ANÁLISE PROVA PGM PRES PRUDENTE 2016.....	88
2.14 – ANÁLISE PROVA PGM SUZANO 2015.....	93
2.15 – ANÁLISE PROVA PGM SP 2014.....	98
2.16 – ANÁLISE PROVA PGM SJ RP 2014.....	106
<b>3 – DIREITO ADMINISTRATIVO FCC</b> .....	<b>111</b>
3.1 – ANÁLISE PROVA PGE TO 2018.....	130
3.2 – ANÁLISE PROVA PGE AP 2018.....	143
3.3 – ANÁLISE PROVA PROC. LEG DF 2018.....	156
3.4 – ANÁLISE PROVA PGM CARUARU 2018.....	166
3.5 – ANÁLISE PROVA PROC. CAMPINAS 2016.....	176
3.6 – ANÁLISE PROVA PGE MA 2016.....	188
3.7 – ANÁLISE PROVA PGE MT 2016.....	199
3.8 – ANÁLISE PROVA PROC. SÃO LUÍS 2016.....	213
3.9 – ANÁLISE PROVA PROC. TCM RJ 2015.....	227
3.10 – ANÁLISE PROVA PROC. MANAUS PREV 2015.....	245
3.11 – ANÁLISE PROVA PGM CUIABÁ 2014.....	257
3.12 – ANÁLISE PROVA PROC. JUR. RECIFE 2014.....	266
3.13 – ANÁLISE PROVA PGE RN 2014.....	279
3.14 – ANÁLISE PROVA PROC. LEG. CÂMARA MUNICIPAL SP 2014.....	295
<b>4 – DIREITO ADMINISTRATIVO CESPE</b> .....	<b>304</b>
4.1 – ANÁLISE PROVA PGM JOÃO PESSOA 2018.....	321
4.2 – ANÁLISE PROVA PGM MANAUS 2018.....	333
4.3 – ANÁLISE PROVA PGE PE 2018.....	342
4.4 – ANÁLISE PROVA PGM FORTALEZA 2017.....	351
4.5 – ANÁLISE PROVA PROC. MUN. BH 2017.....	366
4.6 – ANÁLISE PROVA PGE SE 2017.....	377
4.7 – ANÁLISE PROVA PGE AM 2016.....	384
4.8 – ANÁLISE PROVA AGU 2015.....	392
4.9 – ANÁLISE PROVA PGM SALVADOR 2015.....	409
4.10 – ANÁLISE PROVA PGE BA 2014.....	416
4.11 – ANÁLISE PROVA PGE PI 2014.....	428
4.12 – ANÁLISE PROVA AGU 2013.....	440
<b>5 – CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>450</b>



## 1 – CONSIDERAÇÕES INICIAIS

E aí pessoal, tudo bem?

Na aula de hoje, mostraremos a vocês as estatísticas das provas das Procuradorias, entre os anos 2014 a 2019, ou seja, o que vem aparecendo nas provas de Direito Administrativo nos últimos 5 anos.

Analisamos as bancas FCC, CESPE e VUNESP.

A divisão da nossa análise foi feita com base na classificação da doutrina clássica da seguinte maneira:

Em direito administrativo: Princípios e poderes da administração, Atos administrativos, Responsabilidade civil do estado e Prescrição, Organização da administração, Serviços públicos, Controle da administração, Servidores públicos, Processo administrativo Federal e Local, Licitações, Contratos administrativos, Improbidade administrativa, Bens públicos e Intervenção do Estado na propriedade, além de adicionar duas legislações esparsas: Lei anticorrupção e Lei de acesso à informação.

Esta análise servirá para guiar seus estudos. Desta maneira, você poderá fazer mais (estudar mais) com menos (menos tempo). Saber o que estudar, maximiza suas chances de aprovação!

Vamos lá?

Prof. Igor Maciel

Prof. Paulo Sousa



## 2 – DIREITO ADMINISTRATIVO VUNESP

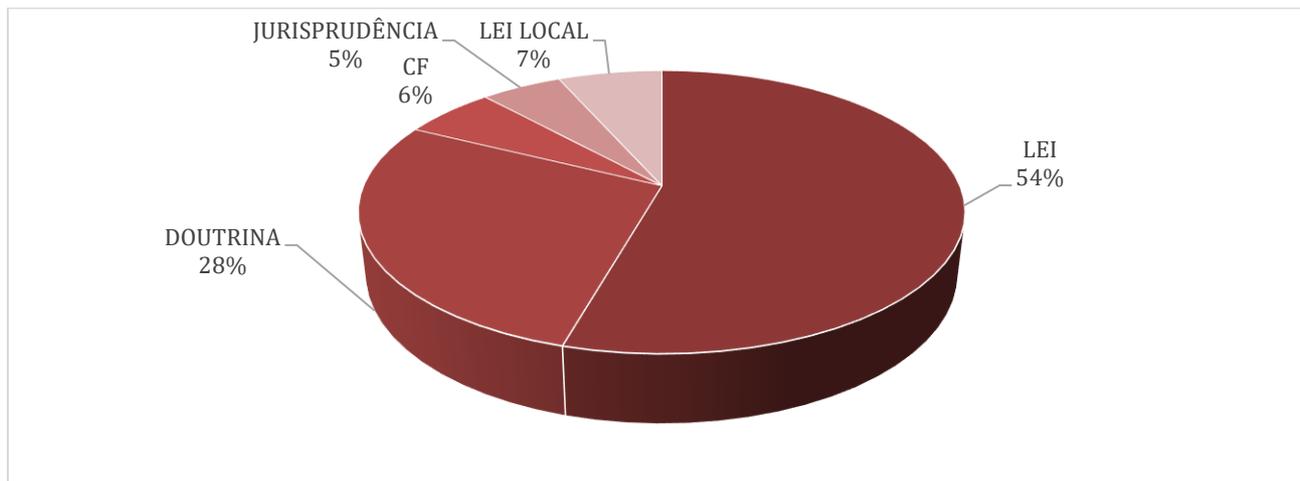
Diante da análise de todas as questões de **Direito Administrativo** cobradas nos últimos 5 (cinco) anos, a banca VUNESP para concursos de **Procurador Municipal**, concentrou sua cobrança na letra da Lei, ganhando destaque o conhecimento da legislação local do município no que tange ao tema dos servidores públicos. A doutrina também teve uma relevância importante, mas o examinador apenas cobrou conceitos básicos. Na jurisprudência, a banca foi tímida, cobrando apenas 5% de conhecimento dos julgados mais importantes dos nossos Tribunais Superiores.

Eis o gráfico de incidência:

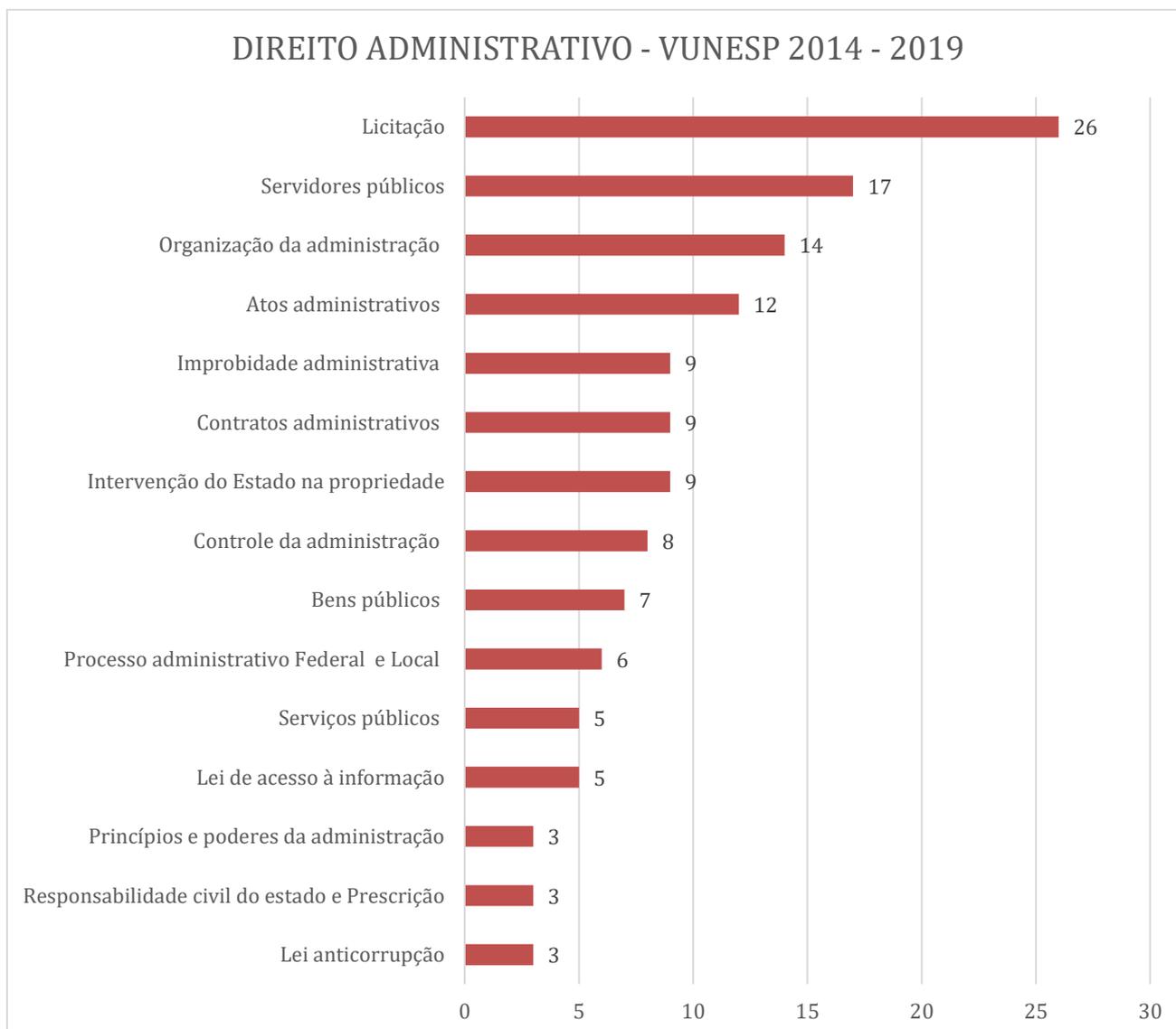
DIREITO ADMINISTRATIVO	LEI	DOCTRINA	CF	JURISPRUDÊNCIA	LEI LOCAL	Nº QUESTÕES
Lei anticorrupção	3					3
Responsabilidade civil do estado e Prescrição		1	1	1		3
Princípios e poderes da administração		3				3
Lei de acesso à informação	5					5
Processo administrativo Federal e Local	5	1				6
Serviços públicos	2	3				5
Organização da administração	8	5		1		14
Controle da administração	1	2	3	2		8
Bens públicos	2	5				7
Intervenção do Estado na propriedade	4	4	1			9
Contratos administrativos	7	2				9
Improbidade administrativa	8			1		9
Atos administrativos	3	9				12
Servidores públicos	2	1	3	2	9	17
Licitação	24	2				26
<b>TOTAL</b>	<b>74</b>	<b>38</b>	<b>8</b>	<b>7</b>	<b>9</b>	<b>136</b>
<b>%</b>	<b>54,4%</b>	<b>27,9%</b>	<b>5,9%</b>	<b>5,1%</b>	<b>6,6%</b>	<b>100%</b>



Estatisticamente as provas foram cobradas da seguinte maneira:



Já os temas foram cobrados da seguinte maneira:



Em uma análise prova a prova da VUNESP em Direito Administrativo, desde 2014 até 2019, temos o seguinte:

PGM Poá 2019	LEI	DOCTRINA	CF	JURISPRUDÊNCIA	LEI LOCAL	Nº QUESTÕES
Princípios e poderes da administração		1				1
Organização da Administração				1		1
Lei anticorrupção	1					1
Bens públicos		1				1
Servidores públicos			2			2
Licitações	1	1				2
<b>TOTAL</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>2</b>	<b>1</b>	<b>0</b>	<b>8</b>
<b>%</b>	<b>25,0%</b>	<b>37,5%</b>	<b>25,0%</b>	<b>12,5%</b>	<b>0,0%</b>	<b>100%</b>

PGM Itapevi 2019	LEI	DOCTRINA	CF	JURISPRUDÊNCIA	LEI LOCAL	Nº QUESTÕES
Atos administrativos	1					1
Organização da administração	2					2
Servidores públicos	1					1
Processo Administrativo Federal e local	1					1
Licitações	1					1
Intervenção do Estado na Propriedade	1					1
<b>TOTAL</b>	<b>7</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>7</b>
<b>%</b>	<b>100,0%</b>	<b>0,0%</b>	<b>0,0%</b>	<b>0,0%</b>	<b>0,0%</b>	<b>100%</b>

PGM SJRP 2019	LEI	DOCTRINA	CF	JURISPRUDÊNCIA	LEI LOCAL	Nº QUESTÕES
Organização da Administração	3					3
Controle da Administração			1	1		2
Improbidade administrativa	1					1
Licitações	2					2
Intervenção do Estado na Propriedade			1			1
<b>TOTAL</b>	<b>6</b>	<b>0</b>	<b>2</b>	<b>1</b>	<b>0</b>	<b>9</b>
<b>%</b>	<b>66,7%</b>	<b>0,0%</b>	<b>22,2%</b>	<b>11,1%</b>	<b>0,0%</b>	<b>100%</b>



PGM RP 2019	LEI	DOCTRINA	CF	JURISPRUDÊNCIA	LEI LOCAL	Nº QUESTÕES
Organização da Administração	1	1				2
Contratos administrativos	1					1
Lei anticorrupção	1					1
Servidores públicos			1			1
Processo administrativo federal e local	1					1
Licitações	3					3
Lei de acesso à informação	1					1
<b>TOTAL</b>	<b>8</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>10</b>
<b>%</b>	<b>80,0%</b>	<b>10,0%</b>	<b>10,0%</b>	<b>0,0%</b>	<b>0,0%</b>	<b>100%</b>

PGM Ibaté 2019	LEI	DOCTRINA	CF	JURISPRUDÊNCIA	LEI LOCAL	Nº QUESTÕES
Organização da administração	1					1
Responsabilidade civil do Estado e prescrição		1				1
Servidores públicos					1	1
Licitações	1					1
<b>TOTAL</b>	<b>2</b>	<b>1</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>4</b>
<b>%</b>	<b>50,0%</b>	<b>25,0%</b>	<b>0,0%</b>	<b>0,0%</b>	<b>25,0%</b>	<b>100%</b>

PGM Sorocaba 2018	LEI	DOCTRINA	CF	JURISPRUDÊNCIA	LEI LOCAL	Nº QUESTÕES
Atos administrativos	1	2				3
Serviços públicos	2					2
Lei anticorrupção	1					1
Controle da administração			1			1
Bens públicos	1					1
Improbidade administrativa	1					1
Licitações	1					1
Contratos administrativos	1					1
Intervenção do estado na propriedade		1				1
Lei de acesso à informação	1					1
<b>TOTAL</b>	<b>9</b>	<b>3</b>	<b>1</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>13</b>
<b>%</b>	<b>69,2%</b>	<b>23,1%</b>	<b>7,7%</b>	<b>0,0%</b>	<b>0,0%</b>	<b>100%</b>



PGM Buritizal 2018	LEI	DOCTRINA	CF	JURISPRUDÊNCIA	LEI LOCAL	Nº QUESTÕES
Atos administrativos	1					1
Servidores públicos				1		1
Improbidade administrativa	1					1
Processo administrativo federal	2					2
Contratos administrativos		1				1
<b>TOTAL</b>	<b>4</b>	<b>1</b>	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>0</b>	<b>6</b>
<b>%</b>	<b>66,7%</b>	<b>16,7%</b>	<b>0,0%</b>	<b>16,7%</b>	<b>0,0%</b>	<b>100%</b>

PGM SBC 2018	LEI	DOCTRINA	CF	JURISPRUDÊNCIA	LEI LOCAL	Nº QUESTÕES
Princípios e poderes da administração		1				1
Atos administrativos		1				1
Contratos administrativos	2					2
Processo administrativo federal	1					1
Licitações	2					2
Organização da administração		1				1
<b>TOTAL</b>	<b>5</b>	<b>3</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>8</b>
<b>%</b>	<b>62,5%</b>	<b>37,5%</b>	<b>0,0%</b>	<b>0,0%</b>	<b>0,0%</b>	<b>100%</b>

PGM Andradina 2017	LEI	DOCTRINA	CF	JURISPRUDÊNCIA	LEI LOCAL	Nº QUESTÕES
Atos administrativos		1				1
Organização da administração	1					1
Serviços públicos	1					1
Processo administrativo federal		1				1
Licitações	1					1
Intervenção do estado na propriedade	1					1
<b>TOTAL</b>	<b>4</b>	<b>2</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>6</b>
<b>%</b>	<b>66,7%</b>	<b>33,3%</b>	<b>0,0%</b>	<b>0,0%</b>	<b>0,0%</b>	<b>100%</b>

PGM Marília 2017	LEI	DOCTRINA	CF	JURISPRUDÊNCIA	LEI LOCAL	Nº QUESTÕES
Controle da administração	1					1
Bens públicos		1				1
Servidores públicos				1		1



Improbidade administrativa	1					1
Licitações	1					1
Intervenção do estado na propriedade	1					1
<b>TOTAL</b>	<b>4</b>	<b>1</b>	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>0</b>	<b>6</b>
<b>%</b>	<b>66,7%</b>	<b>16,7%</b>	<b>0,0%</b>	<b>16,7%</b>	<b>0,0%</b>	<b>100%</b>

PGM Rosana 2016	LEI	DOCTRINA	CF	JURISPRUDÊNCIA	LEI LOCAL	Nº QUESTÕES
Atos administrativos		1				1
Princípios e poderes da administração		1				1
Controle da administração		1				1
Bens públicos		1				1
Servidores públicos					2	2
Improbidade administrativa	1					1
Licitações	4					4
Contratos administrativos	1					1
Intervenção do estado na propriedade	1					1
Lei de acesso à informação	1					1
<b>TOTAL</b>	<b>8</b>	<b>4</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>2</b>	<b>14</b>
<b>%</b>	<b>57,1%</b>	<b>28,6%</b>	<b>0,0%</b>	<b>0,0%</b>	<b>14,3%</b>	<b>100%</b>

PGM Sertãozinho 2016	LEI	DOCTRINA	CF	JURISPRUDÊNCIA	LEI LOCAL	Nº QUESTÕES
Atos administrativos		1				1
Responsabilidade civil do estado				1		1
Controle da administração			1			1
Bens públicos	1					1
Servidores públicos					2	2
Contratos administrativos	1					1
Licitações	1					1
Intervenção do estado na propriedade		1				1
Lei de acesso à informação	1					1
<b>TOTAL</b>	<b>4</b>	<b>2</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>10</b>
<b>%</b>	<b>40,0%</b>	<b>20,0%</b>	<b>10,0%</b>	<b>10,0%</b>	<b>20,0%</b>	<b>100%</b>



PGM Pres Prudente 2016	LEI	DOCTRINA	CF	JURISPRUDÊNCIA	LEI LOCAL	Nº QUESTÕES
Atos administrativos		1				1
Organização da administração pública		1				1
Servidores públicos					2	2
Improbidade administrativa	1					1
Licitações	2					2
Intervenção do estado na propriedade		1				1
<b>TOTAL</b>	<b>3</b>	<b>3</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>2</b>	<b>8</b>
<b>%</b>	<b>37,5%</b>	<b>37,5%</b>	<b>0,0%</b>	<b>0,0%</b>	<b>25,0%</b>	<b>100%</b>

PGM Suzano 2015	LEI	DOCTRINA	CF	JURISPRUDÊNCIA	LEI LOCAL	Nº QUESTÕES
Atos administrativos		1				1
Serviços públicos		1				1
Bens públicos		1				1
Servidores públicos	1				1	2
Improbidade administrativa	1					1
Licitações	2					2
<b>TOTAL</b>	<b>4</b>	<b>3</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>8</b>
<b>%</b>	<b>50,0%</b>	<b>37,5%</b>	<b>0,0%</b>	<b>0,0%</b>	<b>12,5%</b>	<b>100%</b>

PGM SP 2014	LEI	DOCTRINA	CF	JURISPRUDÊNCIA	LEI LOCAL	Nº QUESTÕES
Contratos administrativos	1	3				4
Organização da administração pública		2				2
Responsabilidade civil do estado			1			1
Controle da administração				1		1
Servidores públicos					1	1
Improbidade administrativa				1		1
Licitações	1					1
Lei de acesso à informação	1					1
<b>TOTAL</b>	<b>3</b>	<b>5</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>1</b>	<b>12</b>
<b>%</b>	<b>25,0%</b>	<b>41,7%</b>	<b>8,3%</b>	<b>16,7%</b>	<b>8,3%</b>	<b>100%</b>



<b>PGM SJ RP 2014</b>	<b>LEI</b>	<b>DOCTRINA</b>	<b>CF</b>	<b>JURISPRUDÊNCIA</b>	<b>LEI LOCAL</b>	<b>Nº QUESTÕES</b>
Serviços públicos		1				1
Bens públicos		1				1
Servidores públicos		1				1
Improbidade administrativa	1					1
Licitações	1	1				2
Intervenção do estado na propriedade		1				1
<b>TOTAL</b>	<b>2</b>	<b>5</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>7</b>
<b>%</b>	<b>28,6%</b>	<b>71,4%</b>	<b>0,0%</b>	<b>0,0%</b>	<b>0,0%</b>	<b>100%</b>

Vejamos questão a questão:



## 2.1 – ANÁLISE PROVA PGM POÁ 2019

### 1. VUNESP - Proc (Pref. Poá)/Pref Poá/2019

O interesse público pode ser classificado em primário e secundário, sendo correto afirmar que

- a) o interesse público secundário pode ser compreendido como o interesse da coletividade.
- b) quando a Administração invocar o interesse público primário, este tem que ter como finalidade atingir o interesse público secundário, ou seja, aquele sempre deve ser instrumental para atingir este.
- c) o interesse público primário decorre do fato de que o Estado também é uma pessoa jurídica que pode ter interesses próprios, particulares.
- d) o interesse público primário tem cunho patrimonial.
- e) o interesse público primário é o verdadeiro interesse a que se destina a Administração Pública, pois este alcança o interesse da coletividade e possui supremacia sobre o particular.**

### Comentários

Esta questão é respondida com [\*\*A DOCTRINA. Princípios e poderes da administração.\*\*](#)

O interesse público primário trata das necessidades da sociedade como um todo, são as vontades coletivas que unidas formam o interesse público, o qual não se confunde com a máquina estatal, visto que esta, apenas possui interesse secundário.

### 2. VUNESP - Proc (Pref. Poá)/Pref Poá/2019

As organizações sociais poderão ser destinados recursos orçamentários e bens públicos necessários ao cumprimento do contrato de gestão. Assim, é correto concluir que

- a) os processos de qualificação, celebração do contrato de gestão, dispensa de licitação e outorga de permissão de uso de bem público não precisam ser necessariamente conduzidos de forma pública, objetiva e impessoal; não devem observância aos princípios constitucionais expressos aplicáveis à Administração Pública.
- b) os contratos a serem firmados pelas organizações sociais com terceiros, com a utilização de recursos públicos – ou seja, as situações em que a Organização Social figura como contratante de bens, serviços e compras de fornecedores do mercado – seguem necessariamente a Lei no 8.666/1993 (Lei de Licitações e Contratos).
- c) a aplicação de recursos públicos pelas Organizações Sociais não se submete ao poder de fiscalização do Tribunal de Contas.



- d) a seleção de pessoal pelas organizações sociais deve ser conduzida de forma pública, objetiva e impessoal, em observância aos princípios constitucionais expressos, na forma disciplinada em regulamento próprio editado por cada entidade.
- e) a aplicação de recursos públicos pelas Organizações Sociais não se submete ao controle do Ministério Público.

### Comentários

Esta questão é respondida com [A JURISPRUDÊNCIA. Organização da Administração.](#)

Conforme ADIN nº 1.923/DF:

Ex positus, voto no sentido de julgar parcialmente procedente o pedido, apenas para conferir interpretação conforme à Constituição à Lei nº 9.637/98 e ao art. 24, XXIV da Lei nº 8666/93, incluído pela Lei nº 9.648/98, para que:

(i) o procedimento de qualificação seja conduzido de forma pública, objetiva e impessoal, com observância dos princípios do caput do art. 37 da CF, e de acordo com parâmetros fixados em abstrato segundo o que prega o art. 20 da Lei nº 9.637/98;

(ii) a celebração do contrato de gestão seja conduzida de forma pública, objetiva e impessoal, com observância dos princípios do caput do art. 37 da CF;

(iii) as hipóteses de dispensa de licitação para contratações (Lei nº 8.666/93, art. 24, XXIV) e outorga de permissão de uso de bem público (Lei nº 9.637/98, art. 12, §3º) sejam conduzidas de forma pública, objetiva e impessoal, com observância dos princípios do caput do art. 37 da CF;

(iv) os contratos a serem celebrados pela Organização Social com terceiros, com recursos públicos, sejam conduzidos de forma pública, objetiva e impessoal, com observância dos princípios do caput do art. 37 da CF, e nos termos do regulamento próprio a ser editado por cada entidade;

**(v) a seleção de pessoal pelas Organizações Sociais seja conduzida de forma pública, objetiva e impessoal, com observância dos princípios do caput do art. 37 da CF, e nos termos do regulamento próprio a ser editado por cada entidade;**

**e**

(vi) para afastar qualquer interpretação que restrinja o controle, pelo Ministério Público e pelo TCU, da aplicação de verbas públicas.

### 3. VUNESP - Proc (Pref. Poá)/Pref Poá/2019

A Lei nº 12.846/2013, também conhecida como Lei Anticorrupção, quanto à responsabilidade das pessoas jurídicas, estabelece que

- a) as pessoas jurídicas serão responsabilizadas objetivamente, no âmbito administrativo, sendo que eventual responsabilização no âmbito civil depende de comprovação de culpa.



**b) a responsabilização da pessoa jurídica não exclui a responsabilidade individual de seus dirigentes ou administradores ou de qualquer pessoa natural, autora, coautora ou partícipe do ato ilícito.**

c) a responsabilização da pessoa jurídica depende da responsabilização individual de seus dirigentes ou administradores ou de qualquer pessoa natural, autora, coautora ou partícipe do ato ilícito.

d) desaparece a responsabilidade da pessoa jurídica na hipótese de alteração contratual, transformação, incorporação, fusão ou cisão societária.

e) as sociedades controladoras, controladas, coligadas ou, no âmbito do respectivo contrato, as consorciadas serão subsidiariamente responsáveis pela prática dos atos previstos na Lei Anticorrupção, restringindo-se tal responsabilidade à obrigação de pagamento de multa e reparação integral do dano causado.

### Comentários

Esta questão é respondida com **A LETRA DA LEI. Lei anticorrupção.**

É a literalidade do art. 3º da Lei Anticorrupção:

*Art. 3º A responsabilização da pessoa jurídica não exclui a responsabilidade individual de seus dirigentes ou administradores ou de qualquer pessoa natural, autora, coautora ou partícipe do ato ilícito.*

#### 4. VUNESP - Proc (Pref. Poá)/Pref Poá/2019

Quando um bem público é desativado, deixando de servir à finalidade pública anterior. Trata do seguinte instituto de Direito Administrativo:

a) retrocessão.

b) cessão.

**c) desafetação.**

d) afetação.

e) reversão.

### Comentários

Esta questão é respondida com **A DOCTRINA. Bens Públicos.**

Importante se estudar o instituto da afetação eis que possui consequência direta na inalienabilidade do bem público. Os bens públicos afetados (que possuem uma destinação específica) não podem, enquanto permanecerem nesta situação ser alienados.

Assim, os bens de uso comum do povo e os bens de uso especial não são suscetíveis de alienação enquanto assim estiverem destinados. Por outro lado, acaso ocorra a sua desafetação, tais bens serão considerados bens dominicais e poderão ser alienados, por não estarem afetados a um fim público.



Apesar da afetação ser possível pela simples destinação do bem, pelo uso, a desafetação não é admitida pela doutrina pelo simples fato do não uso.

Para Celso Antônio Bandeira de Melo em virtude do instituto da desafetação retirar a proteção do bem público quanto a indisponibilidade e inalienabilidade, tornando-o mais vulnerável às ingerências administrativas, seria necessária uma maior cautela para que esse bem fosse desafetado.

Para o Autor em caso de desafetação de um:

a) Bem de uso comum do povo – seria necessária uma lei ou um ato do Executivo previamente autorizado por lei;

b) Bem de uso especial – trata-se de situação mais amena, sendo necessária uma lei ou um ato do Poder Executivo.

Ressalte-se que o fato de os bens públicos estarem desafetados não interfere nas características de impenhorabilidade e imprescritibilidade. Tais bens continuam sendo impenhoráveis e não passíveis de usucapião.

## 5. VUNESP - Proc (Pref. Poá)/Pref Poá/2019

Ao tratar da acessibilidade aos cargos públicos, a Administração pública direta e indireta dos Municípios obedecerá ao seguinte princípio:

a) os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis aos brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei, mas não aos estrangeiros.

b) as nomeações para cargo em comissão dependem de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei.

**c) as funções de confiança, exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo, e os cargos em comissão, a serem preenchidos por servidores de carreira nos casos, condições e percentuais mínimos previstos em lei, destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento.**

d) o percentual dos cargos e empregos públicos reservados para as pessoas portadoras de deficiência e a definição dos critérios de admissão decorrem diretamente da Constituição e independem de lei.

e) é vedada contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público.

### Comentários

Esta questão é respondida com [A CF/1988. Servidores públicos.](#)

Conforme art. 37, V, da CF/1988:

*Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade,*



*impressoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)*

*V - as funções de confiança, exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo, e os cargos em comissão, a serem preenchidos por servidores de carreira nos casos, condições e percentuais mínimos previstos em lei, destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)*

## 6. VUNESP - Proc (Pref. Poá)/Pref Poá/2019

Sobre a remuneração dos servidores públicos, a Constituição Federal estabelece que

- a) é vedada a acumulação remunerada de dois cargos públicos de professor, mesmo quando houver compatibilidade de horários.
- b) é vedada a acumulação remunerada de um cargo de professor com outro, técnico ou científico, mesmo quando houver compatibilidade de horários.
- c) é vedada a acumulação remunerada de dois cargos privativos de médico, mesmo quando houver compatibilidade de horários.
- d) é vedada a vinculação ou equiparação de quaisquer espécies remuneratórias para o efeito de remuneração de pessoal do serviço público.**
- e) os acréscimos pecuniários percebidos por servidor público serão computados e acumulados para fins de concessão de acréscimos ulteriores.

### Comentários

Esta questão é respondida com [A CF/1988. Servidores públicos.](#)

Conforme art. 37, XIII da CF/1988:

*Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:*

*XIII - é vedada a vinculação ou equiparação de quaisquer espécies remuneratórias para o efeito de remuneração de pessoal do serviço público;*

## 7. VUNESP - Proc (Pref. Poá)/Pref Poá/2019

As contratações públicas seguem, em regra, o princípio do dever de licitar. Porém, a própria Constituição prevê a possibilidade de a lei estabelecer exceções às regras gerais, admitindo contratação direta com

- a) dispensa de licitação, quando há inviabilidade de competição.
- b) inexigibilidade de licitação, quando o valor da contratação não compensa os custos para a Administração com o procedimento licitatório.
- c) inexigibilidade de licitação, quando houver hipótese de emergência ou calamidade pública.



d) inexigibilidade de licitação em hipótese de licitação deserta ou fracassada, e quando não houver tempo suficiente para desencadear novo procedimento.

**e) dispensa de licitação para contratar remanescente de obra ou serviço.**

### Comentários

Esta questão é respondida com [A LETRA DA LEI. Licitações.](#)

Conforme art. 24, inciso XI, da Lei 8.666/93:

*XI - na contratação de remanescente de obra, serviço ou fornecimento, em consequência de rescisão contratual, desde que atendida a ordem de classificação da licitação anterior e aceitas as mesmas condições oferecidas pelo licitante vencedor, inclusive quanto ao preço, devidamente corrigido;*

#### 8. VUNESP - Proc (Pref. Poá)/Pref Poá/2019

Entre os atos administrativos praticados durante o processo licitatório, encontra-se a homologação. Com relação a ela, assinale a alternativa correta.

**a) Trata-se de ato administrativo que atesta que todos os requisitos do procedimento, licitatório ou não, necessários à contratação ocorreram regularmente.**

b) No caso da dispensa de licitação em razão do valor, a homologação dar-se-á por autoridade distinta da que autorizou a dispensa.

c) A homologação gera direito à contratação.

d) Homologação é ato transferível e delegável.

e) Homologação é ato administrativo pelo qual a Administração atribui ao licitante vencedor o objeto da licitação.

### Comentários

Esta questão é respondida com [A DOCTRINA. Licitação.](#)

De fato, a homologação trata-se de ato administrativo no qual verifica-se se o participante atendeu todos os requisitos do procedimento, e se foi feito segundo os aspectos de legalidade e de mérito.

## 2.2 – ANÁLISE PROVA PGM ITAPEVI 2019

#### 9. VUNESP - Ana (Pref Itapevi)/Pref Itapevi/Jurídico/2019

A respeito dos institutos da delegação e da avocação de competência, assinale a alternativa correta.

a) A delegação decorre do poder discricionário; e a avocação, do poder disciplinar.



- b) A competência admite a renúncia, desde que autorizada por ato do superior hierárquico.
- c) O ato de delegação, uma vez publicado no diário oficial, é irrevogável.
- d) Podem ser objeto de delegação a edição de atos de caráter normativo e a decisão de recursos administrativos.
- e) É admitida, em caráter excepcional, a avocação temporária de competência atribuída a órgão hierarquicamente inferior.**

### Comentários

Esta questão é respondida com **A LETRA DA LEI. Atos administrativos.**

*Art. 15. Será permitida, em caráter excepcional e por motivos relevantes devidamente justificados, a avocação temporária de competência atribuída a órgão hierarquicamente inferior.*

### 10. VUNESP - Ana (Pref Itapevi)/Pref Itapevi/Jurídico/2019

Assinale a alternativa correta a respeito das sociedades de economia mista e empresas públicas.

- a) Sociedade de economia mista é Pessoa Jurídica de Direito Público, constituída por capital público e privado, sendo maior a parte do capital público, e somente poderá ser constituída na forma de Sociedade Anônima.
- b) Somente por lei específica poderá ser criada empresa pública e autorizada a instituição de sociedade de economia mista.
- c) As empresas públicas e as sociedades de economia mista são empresas estatais, isto é, sociedades empresariais em que o Estado tem controle acionário e que compõem a Administração Direta.
- d) Empresa pública é Pessoa Jurídica de Direito Privado, constituída por capital exclusivamente público, e poderá ser constituída em qualquer uma das modalidades empresariais.**
- e) A exploração direta de atividade econômica pelo Estado por meio de uma empresa pública só será permitida quando não houver empresa privada atuando na mesma área.

### Comentários

Esta questão é respondida com **A LETRA DA LEI. Organização da administração.**

Podemos encontrar a definição de empresa pública no Decreto-Lei 200/67:

*Art. 5º - II - Empresa Pública - a entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado, com patrimônio próprio e capital exclusivo da União, criado por lei para a exploração de atividade econômica que o Governo seja levado a exercer por força de contingência ou de conveniência administrativa podendo revestir-se de qualquer das formas admitidas em direito. (Redação dada pelo Decreto-Lei nº 900, de 1969)*



Também encontramos a definição de empresa pública no novel estatuto jurídico (lei nº 13.303/16):

*Art. 3º Empresa pública é a entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado, com criação autorizada por lei e com patrimônio próprio, cujo capital social é integralmente detido pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal ou pelos Municípios.*

#### 11. VUNESP - Ana (Pref Itapevi)/Pref Itapevi/Jurídico/2019

A organização social “ABC” é uma pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, foi constituída e se encontra em funcionamento regular há 3 (três) anos, e pretende qualificar-se como uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) para atuar na área de estudos, pesquisas e desenvolvimento de tecnologias alternativas. Conforme estabelece a Lei nº 9.790/1999, é correto afirmar, nessa situação, que a organização social “ABC”

- a) não poderá qualificar-se como OSCIP, em razão de ser uma organização social.
- b) poderá qualificar-se como OSCIP na área pretendida, tendo em vista que ela atende a todos os requisitos legais.
- c) não poderá qualificar-se como OSCIP, uma vez que, na área pretendida, não é permitida a atuação desse tipo de organização.
- d) poderá qualificar-se como OSCIP na área pretendida, assim que completar 5 (cinco) anos de atuação como organização social.
- e) não poderá qualificar-se como OSCIP, uma vez que é pessoa jurídica, sem fins lucrativos.

#### Comentários

Esta questão é respondida com [A LETRA DA LEI. Organização da Administração](#)

Conforme a Lei nº 9.790/99:

*Art. 2º Não são passíveis de qualificação como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, ainda que se dediquem de qualquer forma às atividades descritas no art. 3º desta Lei:*

*IX - as organizações sociais;*

#### 12. VUNESP - Ana (Pref Itapevi)/Pref Itapevi/Jurídico/2019

Segundo o direito brasileiro, na hipótese de um servidor público responder a um processo-crime por conduta que também seria uma falta funcional, é correto afirmar que, na esfera de responsabilidade administrativa, o servidor

- a) não responderá administrativamente na hipótese de a sentença criminal o absolver por insuficiência de provas.
- b) terá afastada a sua responsabilidade administrativa se a sentença criminal decretou a ausência de culpabilidade penal.



- c) responderá na esfera de responsabilidade administrativa independentemente da decisão do juízo criminal.
- d) não responderá na esfera administrativa seja qual for o fundamento da decisão criminal.
- e) não responderá na esfera administrativa se a sentença penal o absolveu por fundamento de ausência de materialidade.**

### Comentários

Esta questão é respondida com [A LETRA DA LEI. Servidores públicos.](#)

Conforme art. 126, da Lei 8.112/90

*Art. 126. A responsabilidade administrativa do servidor será afastada no caso de absolvição criminal que negue a existência do fato ou sua autoria.*

### 13. VUNESP - Ana (Pref Itapevi)/Pref Itapevi/Jurídico/2019

Artemis é funcionária pública e foi designada para atuar num processo administrativo instaurado contra Diana, regido pela Lei nº 9.784/1999. Porém Artemis está litigando em um processo judicial contra o cônjuge de Diana. Nessa situação, segundo o disposto nessa Lei, é correto afirmar que Artemis

- a) deve abster-se de atuar no referido processo, apenas se a causa em litígio judicial tratar do mesmo assunto do processo administrativo.
- b) deve abster-se de atuar no referido processo, por impedimento legal, mas não tem a obrigação de comunicar o fato à autoridade competente.
- c) deve abster-se de atuar no referido processo, por impedimento legal, e deve comunicar o fato à autoridade competente, sob pena de cometer falta grave.**
- d) poderá atuar, regularmente, no referido processo, desde que comunique previamente a autoridade competente sobre a existência do litígio judicial.
- e) poderá atuar, regularmente, no referido processo, uma vez que o litígio judicial não se constitui em impedimento legal, nesse caso.

### Comentários

Esta questão é respondida com [A LETRA DA LEI. Processo Administrativo Federal e local.](#)

Conforme art. 18, III da Lei 9.784/99:

*Art. 18. É impedido de atuar em processo administrativo o servidor ou autoridade que:  
III – esteja litigando judicial ou administrativamente com o interessado ou respectivo cônjuge ou companheiro.”*

### 14. VUNESP - Ana (Pref Itapevi)/Pref Itapevi/Jurídico/2019



O Município de Itapevi é integrante de um consórcio público na área da saúde. E, verificando a necessidade de contar com mais recursos humanos nessa área, o Município pretende contratar esse mesmo Consórcio para colaborar na gestão de estabelecimento de saúde na Municipalidade. Segundo a legislação pátria, essa pretendida contratação

- a) **poderá ser feita, nos termos da lei, dispensada a licitação.**
- b) poderá ser feita, exigida autorização por lei específica, por inexigibilidade de licitação.
- c) poderá ser feita por meio de convênio, exigida a concorrência pública.
- d) não poderá ser feita, pois os Municípios não podem terceirizar a gestão da saúde.
- e) não poderá ser feita, em razão de o Município ser integrante do próprio Consórcio.

### Comentários

Esta questão é respondida com [\*\*A LETRA DA LEI. Licitações.\*\*](#)

É o que estabelece o art. 24:

*Art. 24. É dispensável a licitação: (Vide Lei nº 12.188, de 2.010) Vigência XXVI – na celebração de contrato de programa com ente da Federação ou com entidade de sua administração indireta, para a prestação de serviços públicos de forma associada nos termos do autorizado em contrato de consórcio público ou em convênio de cooperação. (Incluído pela Lei nº 11.107, de 2005)*

#### 15. VUNESP - Ana (Pref Itapevi)/Pref Itapevi/Jurídico/2019

A respeito da desapropriação, é correto afirmar que

- a) é forma secundária de aquisição da propriedade.
- b) **a desapropriação indireta enseja juros compensatórios desde a perda da posse.**
- c) é vedada por lei a desapropriação por zona.
- d) a declaração de utilidade pública deve ser feita, em regra, por meio de lei.
- e) a imissão provisória na posse é concedida com o depósito de 50% do valor da avaliação provisória.

### Comentários

Esta questão é respondida com [\*\*A LETRA DA LEI. Intervenção do Estado na propriedade.\*\*](#)

Conforme art. 15-A, §3º do Decreto-Lei 3.365/41:

*Art. 15-A No caso de imissão prévia na posse, na desapropriação por necessidade ou utilidade pública e interesse social, inclusive para fins de reforma agrária, havendo divergência entre o preço ofertado em juízo e o valor do bem, fixado na sentença, expressos em termos reais, incidirão juros compensatórios de até seis por cento ao ano sobre o valor*



*da diferença eventualmente apurada, a contar da imissão na posse, vedado o cálculo de juros compostos. (Incluído pela Medida Provisória nº 2.183-56, de 2001)*

*§ 3º O disposto no caput deste artigo aplica-se também às ações ordinárias de indenização por apossamento administrativo ou desapropriação indireta, bem assim às ações que visem a indenização por restrições decorrentes de atos do Poder Público, em especial aqueles destinados à proteção ambiental, incidindo os juros sobre o valor fixado na sentença. (Incluído pela Medida Provisória nº 2.183-56, de 2001)*

## 2.3 – ANÁLISE PROVA PGM SJRP 2019

### 16. VUNESP - Proc Mun (Pref SJRP)/Pref SJRP/2019

Dentre as definições a seguir, assinale aquela que melhor conceitua a autarquia.

- a) É entidade integrante da Administração Pública, criada ou não por lei, com personalidade jurídica de Direito Público ou Privado, patrimônio e receitas próprios, para executar atividades típicas da Administração Pública, podendo ou não ser dotada de gestão administrativa e financeira descentralizada.
- b) É entidade integrante da Administração Pública direta, criada por lei, com personalidade jurídica de Direito Público, sem patrimônio próprio, para executar atividades típicas da Administração Pública, que requeira, para seu melhor funcionamento, gestão administrativa descentralizada.
- c) É entidade integrante da Administração Pública indireta, com personalidade jurídica de Direito Privado, patrimônio e receitas próprios, para executar, descentralizadamente, atividades estabelecidas por lei.
- d) É entidade integrante da Administração Pública indireta, criada por lei, com personalidade jurídica de Direito Público, patrimônio e receitas próprios, para executar atividades típicas da Administração Pública, que requeira, para seu melhor funcionamento, gestão administrativa e financeira descentralizada.**
- e) É entidade integrante da Administração Pública indireta, criada por lei, com personalidade jurídica de Direito Público, patrimônio e receitas próprios, para executar atividades típicas da Administração Pública, caracterizada pela ausência de controle, de tutela ou de subordinação hierárquica e pela autonomia funcional, decisória, administrativa e financeira.

### Comentários

Esta questão é respondida com **A LETRA DA LEI. Organização da Administração.**

A definição pode ser encontrada no art. 5º, inciso I, do Decreto-Lei 200/67:

*Art. 5º Para os fins desta lei, considera-se:*

*I - Autarquia - o serviço autônomo, criado por lei, com personalidade jurídica, patrimônio e receita próprios, para executar atividades típicas da Administração Pública, que requeiram, para seu melhor funcionamento, gestão administrativa e financeira descentralizada.*



## 17. VUNESP - Proc Mun (Pref SJRP)/Pref SJRP/2019

É forma lícita de prestação de serviço público, dentre outras:

- a) a prestação descentralizada, por meio de autarquias, empresas públicas ou sociedades de economia mista.
- b) a prestação indireta, por meio de concessão administrativa, de concessão patrocinada e de concessão de uso privativo de bem público.
- c) a gestão associada de serviços públicos, por meio de consórcios privados e convênios.
- d) a prestação indireta, por meio de autorização, concessão de serviço público e de concessão de direito real de uso.
- e) a prestação direta e centralizada, por meio dos órgãos e sociedades integrantes da Administração Pública.

### Comentários

Esta questão é respondida com **A LETRA DA LEI. Organização da Administração.**

A administração indireta do Estado é a encarregada de prestar as atividades de forma descentralizada, através das suas entidades. Portanto, os serviços públicos poderão ser prestados pela administração indireta, que, segundo o art. 4º, II, do Decreto-lei 200/67, são:

*II - A Administração Indireta, que compreende as seguintes categorias de entidades, dotadas de personalidade jurídica própria:*

- a) Autarquias;
- b) Empresas Públicas;
- c) Sociedades de Economia Mista.
- d) fundações públicas. *(Incluído pela Lei nº 7.596, de 1987)*

## 18. VUNESP - Proc Mun (Pref SJRP)/Pref SJRP/2019

Considere um diretor de uma sociedade prestadora de serviço público, contratado há quatro anos para tal função, sendo correto afirmar:

- a) em se tratando de empresa pública ou sociedade de economia mista, tal diretor poderá ser tanto um servidor público, sujeito ao regime estatutário do respectivo ente federativo, como um agente público titular de vínculo preponderantemente trabalhista.
- b) todos os seus atos poderão ser objeto de mandado de segurança para proteção de direito líquido e certo, desde que demonstrada ilegalidade ou abuso de poder.
- c) caso a sociedade prestadora seja empresa pública, os assessores subordinados a tal diretor deverão ser, como regra, contratados por concurso público e terão estabilidade no emprego em conformidade com o regime do servidor público estatutário.



d) caso a sociedade prestadora seja uma sociedade privada (não estatal), nenhum dos atos do seu diretor poderá ser objeto de mandado de segurança, haja vista tratar-se de remédio reservado a autoridades públicas.

**e) sendo a sociedade integrante da Administração Pública indireta, o diretor poderá ser nomeado por concurso público ou em regime de comissão, mas terá seu vínculo profissional regido preponderantemente pelo direito trabalhista e/ou societário.**

## Comentários

Esta questão é respondida com **A LETRA DA LEI. Organização da Administração.**

Podemos resolver esta questão utilizando-se o art. 17 da Lei 13.303/16 que estabelece o seguinte:

*Art. 17. Os membros do Conselho de Administração e os indicados para os cargos de diretor, inclusive presidente, diretor-geral e diretor-presidente, serão escolhidos entre cidadãos de reputação ilibada e de notório conhecimento, devendo ser atendidos, alternativamente, um dos requisitos das alíneas "a", "b" e "c" do inciso I e, cumulativamente, os requisitos dos incisos II e III:*

*I - ter experiência profissional de, no mínimo:*

*a) 10 (dez) anos, no setor público ou privado, na área de atuação da empresa pública ou da sociedade de economia mista ou em área conexas àquela para a qual forem indicados em função de direção superior; ou*

*b) 4 (quatro) anos ocupando pelo menos um dos seguintes cargos:*

*1. cargo de direção ou de chefia superior em empresa de porte ou objeto social semelhante ao da empresa pública ou da sociedade de economia mista, entendendo-se como cargo de chefia superior aquele situado nos 2 (dois) níveis hierárquicos não estatutários mais altos da empresa;*

*2. cargo em comissão ou função de confiança equivalente a DAS-4 ou superior, no setor público;*

*3. cargo de docente ou de pesquisador em áreas de atuação da empresa pública ou da sociedade de economia mista;*

*c) 4 (quatro) anos de experiência como profissional liberal em atividade direta ou indiretamente vinculada à área de atuação da empresa pública ou sociedade de economia mista;*

**§ 5º Os requisitos previstos no inciso I do caput poderão ser dispensados no caso de indicação de empregado da empresa pública ou da sociedade de economia mista para cargo de administrador ou como membro de comitê, desde que atendidos os seguintes requisitos mínimos:**

**I - o empregado tenha ingressado na empresa pública ou na sociedade de economia mista por meio de concurso público de provas ou de provas e títulos;**

### 19. VUNESP - Proc Mun (Pref SJRP)/Pref SJRP/2019

Acerca do controle externo da Administração Pública, é correto afirmar:

a) dentre outras atribuições, o Tribunal de Contas da União poderá, se verificar ilegalidade, assinar prazo para que o órgão ou entidade fiscalizada adote as providências necessárias ao exato cumprimento da lei; não atendido o referido prazo, poderá desde



logo sustar contrato impugnado, comunicando a decisão à Câmara dos Deputados e ao Senado Federal.

b) dentre outras atribuições, compete ao Tribunal de Contas da União aplicar aos responsáveis, em caso de ilegalidade de despesa ou irregularidade de contas, as sanções previstas em lei, que estabelecerá, entre outras cominações, multa proporcional ao dano causado ao erário, a ser ratificada no Poder Judiciário, após assegurados, às partes assim apenadas, a ampla defesa e o direito ao contraditório.

c) o controle externo da União e das entidades da Administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, será exercido pelo Tribunal de Contas da União e supletivamente pelo Congresso Nacional.

**d) dentre outras atribuições, compete ao Tribunal de Contas da União, em auxílio ao controle externo a cargo do Congresso Nacional, apreciar as contas prestadas anualmente pelo Presidente, julgar as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos da Administração direta e indireta, e realizar inspeções e auditorias de diversas naturezas nas unidades administrativas de quaisquer dos poderes da União.**

e) a organização, composição e fiscalização dos Tribunais de Contas dos Estados e do Distrito Federal serão estabelecidas pelas Constituições estaduais, podendo ou não, conforme opção do constituinte estadual, orientar-se pelas normas aplicáveis ao Tribunal de Contas da União.

## Comentários

Esta questão é respondida com [A CF/1988. Controle da Administração.](#)

As atribuições do Tribunal de Contas da União se encontram no art. 71 da CF/88:

*Art. 71. O controle externo, a cargo do Congresso Nacional, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas da União, ao qual compete:*

*I - apreciar as contas prestadas anualmente pelo Presidente da República, mediante parecer prévio que deverá ser elaborado em sessenta dias a contar de seu recebimento;*

*II - julgar as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos da administração direta e indireta, incluídas as fundações e sociedades instituídas e mantidas pelo Poder Público federal, e as contas daqueles que derem causa a perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte prejuízo ao erário público;*

*III - apreciar, para fins de registro, a legalidade dos atos de admissão de pessoal, a qualquer título, na administração direta e indireta, incluídas as fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, excetuadas as nomeações para cargo de provimento em comissão, bem como a das concessões de aposentadorias, reformas e pensões, ressalvadas as melhorias posteriores que não alterem o fundamento legal do ato concessório;*

*IV - realizar, por iniciativa própria, da Câmara dos Deputados, do Senado Federal, de Comissão técnica ou de inquérito, inspeções e auditorias de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, nas unidades administrativas dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, e demais entidades referidas no inciso II;*



## 20. VUNESP - Proc Mun (Pref SJRP)/Pref SJRP/2019

O controle jurisdicional dos atos administrativos:

- a) pode recair sobre atos administrativos vinculados e discricionários, relativamente ao mérito e a quaisquer de seus elementos.
- b) pode incidir sobre atos administrativos vinculados, mas não sobre atos administrativos discricionários.
- c) tendo em vista o princípio da deferência, limita-se à verificação da autoridade competente, da adoção da forma prescrita em lei e do trâmite regular do respectivo procedimento administrativo, não podendo recair sobre o mérito administrativo ou a finalidade do ato.
- d) pode recair sobre atos administrativos vinculados e discricionários, desde que, em qualquer caso, esgotadas as instâncias de controle administrativo.
- e) pode recair sobre atos administrativos vinculados e discricionários, não cabendo ao Poder Judiciário, entretanto, o controle do juízo de oportunidade e conveniência exercido com razoabilidade e motivação pela Administração Pública dentro dos parâmetros legais.**

### Comentários

Esta questão é respondida com [A JURISPRUDÊNCIA. Controle da Administração.](#)

De fato, o controle dos atos administrativos poderá sim recair sobre atos vinculados e discricionários, e sobre o tema do Poder Judiciário, podemos colacionar a seguinte ementa do STJ:

"(...) 1. **A intervenção do Poder Judiciário nos atos administrativos cinge-se à defesa dos parâmetros da legalidade, permitindo-se a reavaliação do mérito administrativo tão somente nas hipóteses de comprovada violação dos princípios da legalidade, razoabilidade e proporcionalidade, sob pena de invasão à competência reservada ao Poder Executivo.** 2. No caso dos autos, consta do acórdão proferido pela Corte de origem, que a proporcionalidade e razoabilidade, efetivamente, foram violadas com a decisão emanada pelo Ministério da Justiça, sendo perfeitamente possível ao Judiciário verificas sua extensão e mesmo sua adequação. Assim, não merece reparos o referido entendimento. 3. Agravo Regimental da União a que se nega provimento." (STJ - AgRg no AREsp 373.721/PE, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 13/03/2018, DJe 02/04/2018).

## 21. VUNESP - Proc Mun (Pref SJRP)/Pref SJRP/2019

Sobre as sanções previstas na Lei nº 8.429/92 para os atos de improbidade administrativa, é correto afirmar:



- a) aplicam-se tão somente aos agentes públicos no exercício de mandato ou servidores públicos e ocupantes de emprego público na Administração Pública.
- b) aplicam-se aos agentes públicos no exercício de mandato ou servidores públicos e ocupantes de emprego público na Administração Pública, bem como, no tocante ao setor privado, exclusivamente aos agentes que pratiquem atos de improbidade contra o patrimônio de entidade para cuja criação ou custeio o erário haja concorrido ou concorra com mais de cinquenta por cento do patrimônio ou da receita anual.
- c) aplicam-se aos agentes públicos no exercício de mandato ou servidores públicos e ocupantes de emprego público na Administração Pública, bem como, no tocante ao setor privado, aos agentes que pratiquem atos de improbidade contra o patrimônio de entidade que receba subvenção, benefício ou incentivo, fiscal ou creditício, de órgão público bem como de entidade para cuja criação ou custeio o erário haja concorrido ou concorra com parcela do patrimônio ou da receita anual.**
- d) aplicam-se exclusivamente em face de atos dolosos cometidos pelos agentes alcançados pela lei.
- e) podem ser objeto de medida judicial cuja proposição é de competência e iniciativa exclusiva do Ministério Público.

### Comentários

Esta questão é respondida com **A LETRA DA LEI. Improbidade administrativa.**

É o que estabelece o art. 1º, da Lei 8.429/92:

*Art. 1º Os atos de improbidade praticados por qualquer agente público, servidor ou não, contra a administração direta, indireta ou fundacional de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios, de Território, de empresa incorporada ao patrimônio público ou de entidade para cuja criação ou custeio o erário haja concorrido ou concorra com mais de cinquenta por cento do patrimônio ou da receita anual, serão punidos na forma desta Lei.*

*Parágrafo único. Estão também sujeitos às penalidades desta Lei os atos de improbidade praticados contra o patrimônio de entidade que receba subvenção, benefício ou incentivo, fiscal ou creditício, de órgão público bem como daquelas para cuja criação ou custeio o erário haja concorrido ou concorra com menos de cinquenta por cento do patrimônio ou da receita anual, limitando-se, nestes casos, a sanção patrimonial à repercussão do ilícito sobre a contribuição dos cofres públicos.*

## 22. VUNESP - Proc Mun (Pref SJRP)/Pref SJRP/2019

Sobre a inexigibilidade ou dispensa de licitação, conforme o caso, é correto afirmar:

- a) é inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, conforme as hipóteses taxativamente previstas em lei.
- b) a inaplicabilidade (dispensa ou inexigibilidade) de licitação pela Administração Pública não afasta a necessidade de adoção de procedimentos que observem os princípios da Administração Pública inscritos no art. 37 da Constituição, inclusive**



**procedimentos que, conforme permitam as circunstâncias, assegurem algum grau de competitividade.**

- c) demonstrada a hipótese de inexigibilidade da licitação, fica a Administração Pública dispensada de justificar o preço ou a escolha do fornecedor ou executante.
- d) é inexigível a licitação, dentre outras hipóteses, para a prestação de serviços ou fornecimento de bens entre entidades integrantes da Administração Pública.
- e) de acordo com a Lei das Estatais (Lei nº 13.303/2016) é inexigível a licitação, dentre outras hipóteses, para a comercialização, prestação ou execução de serviços ou obras especificamente relacionados às atividades-fins das sociedades estatais contratantes.

### Comentários

Esta questão é respondida com **A LETRA DA LEI. Licitações.**

De fato, sempre deverão ser observados os princípios constitucionais na dispensa ou inexigibilidade de licitação, inclusive dispõe o artigo 26 da Lei 8.666/93 o seguinte:

*Art. 26. As dispensas previstas nos §§ 2º e 4º do art. 17 e no inciso III e seguintes do art. 24, as situações de inexigibilidade referidas no art. 25, necessariamente justificadas, e o retardamento previsto no final do parágrafo único do art. 8º desta Lei deverão ser comunicados, dentro de 3 (três) dias, à autoridade superior, para ratificação e publicação na imprensa oficial, no prazo de 5 (cinco) dias, como condição para a eficácia dos atos. (Redação dada pela Lei nº 11.107, de 2005)*

**Parágrafo único. O processo de dispensa, de inexigibilidade ou de retardamento, previsto neste artigo, será instruído, no que couber, com os seguintes elementos:**

*I - caracterização da situação emergencial, calamitosa ou de grave e iminente risco à segurança pública que justifique a dispensa, quando for o caso; (Redação dada pela Lei nº 13.500, de 2017)*

*II - razão da escolha do fornecedor ou executante;*

*III - justificativa do preço.*

*IV - documento de aprovação dos projetos de pesquisa aos quais os bens serão alocados. (Incluído pela Lei nº 9.648, de 1998)*

### 23. VUNESP - Proc Mun (Pref SJRP)/Pref SJRP/2019

A obra contratada por estatal sob regime de contratação semi-integrada é aquela que:

- a) **envolve a elaboração e o desenvolvimento do projeto executivo, a execução de obras e serviços de engenharia, a montagem, a realização de testes, a pré-operação e as demais operações necessárias e suficientes para a entrega final do objeto.**
- b) exceto pelos projetos básico ou executivo, compreende todas as etapas das obras, serviços e instalações necessárias, sob inteira responsabilidade da contratada até a sua entrega ao contratante em condições de entrada em operação, atendidos os requisitos técnicos e legais para sua utilização em condições de segurança estrutural e operacional e com as características adequadas às finalidades para que foi contratada.



- c) envolve a execução, por equipes integradas por profissionais da contratada atuando em conjunto com profissionais da estatal contratante, de obras e serviços de engenharia, a montagem, a realização de testes, a pré-operação e as demais operações necessárias e suficientes para a entrega final do objeto.
- d) envolve a elaboração e o desenvolvimento dos projetos básico e executivo, a execução de obras e serviços de engenharia, mas não a montagem, a realização de testes e a pré-operação.
- e) envolve a elaboração e o desenvolvimento dos projetos básico e executivo, a execução de obras e serviços de engenharia, a montagem, a realização de testes, a pré-operação e as demais operações necessárias e suficientes para a entrega final do objeto.

### Comentários

Esta questão é respondida com [A LETRA DA LEI. Licitações.](#)

Conforme art. 42, V, da Lei 13.303/16:

*Art. 42. Na licitação e na contratação de obras e serviços por empresas públicas e sociedades de economia mista, serão observadas as seguintes definições:*

*V - contratação semi-integrada: contratação que envolve a elaboração e o desenvolvimento do projeto executivo, a execução de obras e serviços de engenharia, a montagem, a realização de testes, a pré-operação e as demais operações necessárias e suficientes para a entrega final do objeto, de acordo com o estabelecido nos §§ 1º e 3º deste artigo;*

#### 24. VUNESP - Proc Mun (Pref SJRP)/Pref SJRP/2019

A respeito da desapropriação, assinale a alternativa correta.

- a) A declaração de utilidade pública ou de interesse social para fins de desapropriação caduca em cinco anos, caso não efetivada a desapropriação nesse período.
- b) A desapropriação é procedimento de competência privativa do Poder Público e, como tal, não comporta a delegação de qualquer de seus atos a agentes privados.
- c) **É facultado ao Poder Público municipal exigir do proprietário do solo urbano não edificado ou subutilizado que promova seu adequado aproveitamento, sob pena de desapropriação com pagamento mediante títulos da dívida pública, com prazo de resgate de até dez anos.**
- d) É facultado ao Poder Público municipal desapropriar por interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural que não esteja cumprindo sua função social, mediante prévia e justa indenização em títulos da dívida agrária.
- e) A desapropriação por necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social, exige justa e prévia indenização em dinheiro, sem exceções.

### Comentários

Esta questão é respondida com [A CF/1988. Intervenção do Estado na Propriedade.](#)

Conforme art. 182, §4º da CF/1988:



*Art. 182. A política de desenvolvimento urbano, executada pelo Poder Público municipal, conforme diretrizes gerais fixadas em lei, tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes.*

*§ 4º É facultado ao Poder Público municipal, mediante lei específica para área incluída no plano diretor, exigir, nos termos da lei federal, do proprietário do solo urbano não edificado, subutilizado ou não utilizado, que promova seu adequado aproveitamento, sob pena, sucessivamente, de:*

*I - parcelamento ou edificação compulsórios;*

*II - imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana progressivo no tempo;*

*III - desapropriação com pagamento mediante títulos da dívida pública de emissão previamente aprovada pelo Senado Federal, com prazo de resgate de até dez anos, em parcelas anuais, iguais e sucessivas, assegurados o valor real da indenização e os juros legais.*

## 2.4 – ANÁLISE PROVA PGM RP 2019

### 25. VUNESP - Proc Mun (RP)/Pref RP/2019

Ao tratar da centralização e descentralização administrativa, desconcentração e hierarquia administrativa, é correto afirmar que

- a) ocorre descentralização administrativa quando o Estado desempenha algumas de suas atribuições pela sua administração direta.
- b) os órgãos criados pela desconcentração têm personalidade jurídica própria.
- c) a desconcentração ocorre exclusivamente dentro da estrutura de uma mesma pessoa jurídica.**
- d) na desconcentração administrativa, os entes têm capacidade para gerir os seus próprios negócios, mas com subordinação a leis postas pelo ente central.
- e) descentralização é a subdivisão da estrutura da administração em órgãos internos, a fim de prestar serviços públicos específicos de forma mais efetiva.

### Comentários

Esta questão é respondida com [A DOCTRINA. Organização da administração.](#)

De fato, na desconcentração, com base no poder hierárqui da administração, o Estado subdivide-se internamente distribuindo o poder dentro da mesma pessoa jurídica, através da criação de órgãos públicos. Estes não possuem personalidade jurídica própria e estão diretamente subordinados à autoridade superior.

### 26. VUNESP - Proc Mun (RP)/Pref RP/2019

A Lei nº 9.790/99 traz a possibilidade de as pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, serem qualificadas, pelo Poder Público, como Organizações da Sociedade



Civil de Interesse Público – OSCIPs e poderem com ele relacionar-se por meio de parceria. São passíveis de qualificação como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público:

- a) **as instituições comunitárias de créditos sem vinculação com o sistema financeiro nacional.**
- b) os sindicatos, as associações de classe ou de representação de categoria profissional.
- c) as instituições religiosas ou voltadas para a disseminação de credos, cultos, práticas e visões devocionais e confessionais.
- d) as organizações partidárias e assemelhadas, inclusive suas fundações.
- e) as entidades e empresas que comercializam planos de saúde e assemelhados.

### Comentários

Esta questão é respondida com [\*\*A LETRA DA LEI. Organização da Administração.\*\*](#)

Fazendo uma leitura atenta do disposto no art. 2º da Lei 9.790/99, temos que, por exclusão, a alternativa A poderá ser qualificada como OSCIP, visto que as demais encontram vedação legal expressa:

*"Art. 2º Não são passíveis de qualificação como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, ainda que se dediquem de qualquer forma às atividades descritas no art. 3º desta Lei:*

*II - os sindicatos, as associações de classe ou de representação de categoria profissional;*

*III - as instituições religiosas ou voltadas para a disseminação de credos, cultos, práticas e visões devocionais e confessionais;*

*IV - as organizações partidárias e assemelhadas, inclusive suas fundações;*

*VI - as entidades e empresas que comercializam planos de saúde e assemelhados;*

### 27. VUNESP - Proc Mun (RP)/Pref RP/2019

A Lei Federal nº 11.107/05, quanto aos agentes públicos incumbidos da gestão de consórcio e a retirada do ente da Federação do consórcio público, estabelece que os agentes públicos

- a) sempre responderão pessoalmente pelas obrigações contraídas pelo consórcio público, bem como responderão pelos atos praticados em desconformidade com a lei ou com as disposições dos respectivos estatutos; a retirada do ente da Federação do consórcio público dependerá de ato formal de seu representante na assembleia geral; e os bens destinados ao consórcio público pelo consorciado que se retira somente serão revertidos ou retrocedidos no caso de expressa previsão no contrato de consórcio público ou no instrumento de transferência ou de alienação.
- b) **não responderão pessoalmente pelas obrigações contraídas pelo consórcio público, mas responderão pelos atos praticados em desconformidade com a lei ou com as disposições dos respectivos estatutos; a retirada do ente da Federação do**



**consórcio público dependerá de ato formal de seu representante na assembleia geral; e os bens destinados ao consórcio público pelo consorciado que se retira somente serão revertidos ou retrocedidos no caso de expressa previsão no contrato de consórcio público ou no instrumento de transferência ou de alienação.**

c) sempre responderão pessoalmente pelas obrigações contraídas pelo consórcio público, bem como responderão pelos atos praticados em desconformidade com a lei ou com as disposições dos respectivos estatutos; a retirada do ente da Federação do consórcio público independe de ato formal; e os bens destinados ao consórcio público pelo consorciado que se retira não serão revertidos ou retrocedidos, vedada previsão neste sentido no contrato de consórcio público ou no instrumento de transferência ou de alienação.

d) sempre responderão pessoalmente pelas obrigações contraídas pelo consórcio público, bem como responderão pelos atos praticados em desconformidade com a lei ou com as disposições dos respectivos estatutos; a retirada do ente da Federação do consórcio público dependerá de ato formal de seu representante na assembleia geral; e a retirada ou a extinção do consórcio público não prejudicará as obrigações já constituídas, inclusive os contratos de programa, cuja extinção dependerá do prévio pagamento das indenizações eventualmente devidas.

e) não responderão pessoalmente pelas obrigações contraídas pelo consórcio público, mas responderão pelos atos praticados em desconformidade com a lei ou com as disposições dos respectivos estatutos; a retirada do ente da Federação do consórcio público independe de ato formal de seu representante na assembleia geral; e a retirada ou a extinção do consórcio público poderá prejudicar as obrigações já constituídas, inclusive os contratos de programa, cuja extinção independe do prévio pagamento das indenizações eventualmente devidas.

## Comentários

Esta questão é respondida com **A LETRA DA LEI. Contratos administrativos.**

Vejamos os artigos que resolvem a questão:

*Art. 10. (VETADO)*

*Parágrafo único. Os agentes públicos incumbidos da gestão de consórcio não responderão pessoalmente pelas obrigações contraídas pelo consórcio público, mas responderão pelos atos praticados em desconformidade com a lei ou com as disposições dos respectivos estatutos.*

*Art. 11. A retirada do ente da Federação do consórcio público dependerá de ato formal de seu representante na assembleia geral, na forma previamente disciplinada por lei.*

*§ 1º Os bens destinados ao consórcio público pelo consorciado que se retira somente serão revertidos ou retrocedidos no caso de expressa previsão no contrato de consórcio público ou no instrumento de transferência ou de alienação.*

*§ 2º A retirada ou a extinção do consórcio público não prejudicará as obrigações já constituídas, inclusive os contratos de programa, cuja extinção dependerá do prévio pagamento das indenizações eventualmente devidas."*



## 28. VUNESP - Proc Mun (RP)/Pref RP/2019

Sobre o processo administrativo e a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira, a Lei Federal nº 12.846/13 estabelece:

- a) Uma vez constituída comissão para apuração da responsabilidade de pessoa jurídica, o processo deverá ser concluído no prazo improrrogável de 180 (cento e oitenta) dias contados da data da publicação do ato que a instituir.
- b) No processo administrativo para apuração de responsabilidade, será concedido à pessoa jurídica prazo de 15 (quinze) dias para defesa, contados a partir da intimação.
- c) A instauração de processo administrativo específico de reparação integral do dano prejudica a aplicação imediata das sanções estabelecidas na Lei nº 12.846/13.
- d) A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na Lei nº 12.846/13 ou para provocar confusão patrimonial.**
- e) Os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica não serão estendidos aos seus administradores e sócios, mesmo que estes não tenham poderes de administração.

### Comentários

Esta questão é respondida com **A LETRA DA LEI. Lei anticorrupção.**

Literalidade da primeira parte do art. 14 da Lei anticorrupção:

*Art. 14. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta Lei ou para provocar confusão patrimonial, sendo estendidos todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica aos seus administradores e sócios com poderes de administração, observados o contraditório e a ampla defesa.*

## 29. VUNESP - Proc Mun (RP)/Pref RP/2019

Assinale a alternativa que apresenta condição(ões) constitucional(is) indispensável(is) à aquisição de estabilidade em cargo público efetivo.

- a) Decurso de três anos de efetivo exercício no cargo; transcorrido o prazo mínimo, a estabilidade independe de manifestação favorável à confirmação do servidor, emitida por comissão instituída para realizar avaliação especial de desempenho.
- b) Decurso de três anos de efetivo exercício e manifestação favorável à confirmação do servidor, emitida por comissão instituída para realizar avaliação especial de desempenho.**
- c) Decurso de dois anos de efetivo exercício; transcorrido o prazo, a estabilidade independe de manifestação favorável à confirmação do servidor, emitida por comissão instituída para realizar avaliação especial de desempenho.



- d) Decurso de dois anos de efetivo exercício e manifestação favorável à confirmação do servidor, emitida por comissão instituída para realizar avaliação especial de desempenho.
- e) Decurso de trinta meses de efetivo exercício e manifestação favorável à confirmação do servidor, emitida por comissão instituída para realizar avaliação especial de desempenho.

### Comentários

Esta questão é respondida com [A CF/1988. Servidores públicos.](#)

Conforme art. 41, da CF/1988:

*Art. 41. São estáveis após três anos de efetivo exercício os servidores nomeados para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público.*

*§ 4º Como condição para a aquisição da estabilidade, é obrigatória a avaliação especial de desempenho por comissão instituída para essa finalidade.*

### 30. VUNESP - Proc Mun (RP)/Pref RP/2019

A propósito do recurso administrativo tratado na Lei Federal nº 9.784/99, que regula o processo administrativo, assinale a alternativa correta.

- a) O recurso será dirigido à autoridade superior que proferiu a decisão.
- b) A interposição de recurso administrativo, em regra, depende de caução.
- c) O recurso administrativo tramitará, no máximo, por duas instâncias administrativas.
- d) Salvo disposição legal em contrário, o recurso tem efeito suspensivo.
- e) **Têm legitimidade para interpor recurso administrativo aqueles cujos direitos ou interesses forem indiretamente afetados pela decisão recorrida.**

### Comentários

Esta questão é respondida com [A LETRA DA LEI. Processo Administrativo Federal e Local.](#)

Conforme art. 58, II da Lei n. 9.784/99:

*Art. 58. Têm legitimidade para interpor recurso administrativo:*

*II - aqueles cujos direitos ou interesses forem indiretamente afetados pela decisão recorrida;*

### 31. VUNESP - Proc Mun (RP)/Pref RP/2019

Nos termos da Lei de Licitações – Lei Federal nº 8.666/93, poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução de obra ou serviço e do fornecimento de bens a eles necessários:

- a) o autor do projeto, básico ou executivo, pessoa física ou jurídica.



- b) empresa, isoladamente, responsável pela elaboração do projeto básico ou da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto ou controlador, responsável técnico ou subcontratado.
- c) servidor ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação.
- d) o autor do projeto ou da empresa responsável pela elaboração do projeto básico ou executivo, na licitação de obra ou serviço, ou na execução, como consultor ou técnico, nas funções de fiscalização, supervisão ou gerenciamento, exclusivamente a serviço da Administração interessada.**
- e) empresa consorciada, responsável pela elaboração do projeto executivo ou da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto ou controlador, responsável técnico ou subcontratado.

## Comentários

Esta questão é respondida com **A LETRA DA LEI. Licitações.**

Conforme art. 9º da Lei 8.666/93:

*Art. 9º Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução de obra ou serviço e do fornecimento de bens a eles necessários:*

*I - o autor do projeto, básico ou executivo, pessoa física ou jurídica;*

*II - empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou executivo ou da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto ou controlador, responsável técnico ou subcontratado;*

*III - servidor ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação.*

*§ 1º É permitida a participação do autor do projeto ou da empresa a que se refere o inciso II deste artigo, na licitação de obra ou serviço, ou na execução, como consultor ou técnico, nas funções de fiscalização, supervisão ou gerenciamento, exclusivamente a serviço da Administração interessada.*

*§ 2º O disposto neste artigo não impede a licitação ou contratação de obra ou serviço que inclua a elaboração de projeto executivo como encargo do contratado ou pelo preço previamente fixado pela Administração.*

*§ 3º Considera-se participação indireta, para fins do disposto neste artigo, a existência de qualquer vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista entre o autor do projeto, pessoa física ou jurídica, e o licitante ou responsável pelos serviços, fornecimentos e obras, incluindo-se os fornecimentos de bens e serviços a estes necessários.*

*§ 4º O disposto no parágrafo anterior aplica-se aos membros da comissão de licitação.*

## 32. VUNESP - Proc Mun (RP)/Pref RP/2019

Acerca da contratação direta, é correto afirmar que



- a) ressalvados os casos de inexigibilidade de licitação, os contratos para a prestação de serviços técnicos profissionais especializados deverão, preferencialmente, ser celebrados mediante dispensa de licitação, com estipulação prévia de prêmio ou remuneração.
- b) a empresa de prestação de serviços técnicos especializados que apresente relação de integrantes de seu corpo técnico em procedimento licitatório ou como elemento de justificação de dispensa ou inexigibilidade de licitação, ficará obrigada a garantir que os referidos integrantes realizem pessoal e diretamente os serviços objeto do contrato.**
- c) cabe contratação com inexigibilidade de licitação nos casos de emergência ou de calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares.
- d) cabe contratação direta somente para os bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 90 (noventa) dias consecutivos e ininterruptos, contados da ocorrência da emergência ou calamidade, permitida a prorrogação excepcional dos respectivos contratos.
- e) em se tratando da Administração pública locatária, não se admite dispensa ou inexigibilidade de licitação, vez que a locação de imóvel pelo Poder Público somente poderá ser realizada após regular procedimento licitatório.

### Comentários

Esta questão é respondida com [A LETRA DA LEI. Licitações.](#)

Conforme art. 13, §3º, da Lei 8.666/93:

*Art. 13 (...)*

*§ 3º A empresa de prestação de serviços técnicos especializados que apresente relação de integrantes de seu corpo técnico em procedimento licitatório ou como elemento de justificação de dispensa ou inexigibilidade de licitação, ficará obrigada a garantir que os referidos integrantes realizem pessoal e diretamente os serviços objeto do contrato.*

### 33. VUNESP - Proc Mun (RP)/Pref RP/2019

Sobre o sistema de registro de preços, assinale a alternativa correta.

- a) A existência de preços registrados obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir.
- b) Durante o prazo de vigência da ata de registro de preços, fica a administração impedida da utilização de outros meios licitatórios.
- c) Durante o prazo de vigência da ata de registro de preços, fica a administração impedida de formalizar novos contratos.



- d) A validade da ata de registro de preços é de 24 meses, com possibilidade de prorrogação por igual período.
- e) É assegurado ao beneficiário do registro preferência em igualdade de condições.**

### Comentários

Esta questão é respondida com [A LETRA DA LEI. Licitações.](#)

Conforme art. 16, do Decreto n. 7.892/13:

*Art. 16. A existência de preços registrados não obriga a administração a contratar, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, assegurada preferência ao fornecedor registrado em igualdade de condições.*

#### 34. VUNESP - Proc Mun (RP)/Pref RP/2019

Considere que, hipoteticamente, a Prefeitura de Ribeirão Preto celebrou contrato de gestão, voltado para a área da saúde, com entidade privada qualificada como organização social, com repasse de verbas públicas. Instada, diretamente, a fornecer informação, com base na Lei de Acesso à Informação, a referida entidade privada

- a) pode negar a informação, sob a alegação de que o contrato de gestão tem como objetivo a flexibilização do regime jurídico administrativo, que concede às entidades da administração direta maior autonomia gerencial, operacional e financeira.
- b) pode negar a informação, sob a alegação de que não integra nem a administração direta nem a indireta.
- c) pode negar a informação, sob a alegação de que, qualificada como organização social, tem ampliada a autonomia gerencial, orçamentária e financeira.
- d) deve dar a informação referente à parcela dos recursos públicos recebidos e à sua destinação, mesmo qualificando-se como entidade privada sem fins lucrativos.**
- e) deve dar a informação, ficando a entidade privada sem fins lucrativos dispensada de quaisquer outras prestações de contas a que esteja legalmente obrigada.

### Comentários

Esta questão é respondida com [A LETRA DA LEI. Lei de acesso à informação.](#)

Conforme art. 2º e parágrafo único da Lei de Acesso à Informação:

*Art. 2º Aplicam-se as disposições desta Lei, no que couber, às entidades privadas sem fins lucrativos que recebam, para realização de ações de interesse público, recursos públicos diretamente do orçamento ou mediante subvenções sociais, contrato de gestão, termo de parceria, convênios, acordo, ajustes ou outros instrumentos congêneres.*

*Parágrafo único. A publicidade a que estão submetidas as entidades citadas no caput refere-se à parcela dos recursos públicos recebidos e à sua destinação, sem prejuízo das prestações de contas a que estejam legalmente obrigadas.*



## 2.5 – ANÁLISE PROVA PGM IBATÉ 2019

### 35. VUNESP - Proc Jur (Ibaté)/Pref Ibaté/2019

De acordo com a Lei federal no 13.019/14, o acordo de cooperação

- a) será celebrado sem chamamento público, salvo se o objeto do ajuste envolver a celebração de comodato, doação de bens ou outra forma de compartilhamento de recurso patrimonial.
- b) será precedido de chamamento público se envolver recursos decorrentes de emenda parlamentar à lei orçamentária anual.
- c) é o instrumento jurídico adequado para instrumentalizar parcerias voluntárias com os serviços sociais autônomos.
- d) dispensa a aprovação de plano de trabalho previamente à sua celebração.
- e) que não envolver a transferência de recursos financeiros, dispensa prestação de contas.

#### Comentários

Esta questão é respondida com [A LETRA DA LEI. Organização da Administração.](#)

É o disposto no art. 29 da Lei 13.019/14:

*Art. 29. Os termos de colaboração ou de fomento que envolvam recursos decorrentes de emendas parlamentares às leis orçamentárias anuais e os acordos de cooperação serão celebrados sem chamamento público, exceto, em relação aos acordos de cooperação, quando o objeto envolver a celebração de comodato, doação de bens ou outra forma de compartilhamento de recurso patrimonial, hipótese em que o respectivo chamamento público observará o disposto nesta Lei. (Redação dada pela Lei nº 13.204, de 2015)“*

### 36. VUNESP - Proc Jur (Ibaté)/Pref Ibaté/2019

A responsabilidade extracontratual do Estado por atos lícitos

- a) é solidária e subjetiva.
- b) é presumida, não admitindo excludente de nexa causal.
- c) **decorre do princípio da isonomia.**
- d) elide a responsabilização por improbidade administrativa.
- e) depende da prévia responsabilização disciplinar do agente causador do dano.

#### Comentários

Esta questão é respondida com [A DOCTRINA. Responsabilidade Civil do Estado.](#)



Para que um ato lícito consiga ensejar a responsabilidade extracontratual do Estado, deverá ser um prejuízo que atinja a vítima de maneira anormal e específica, ou seja, deverá o administrado sofrer um dano tão específico que seja passível de atribuir culpa ao Estado.

Tal noção, parte da presunção de que, conforme o princípio da isonomia, o ônus social será distribuído de maneira igualitária entre todos os administrados, portanto, caso um destes sofra um dano anormal e específico, deverá ser indenizado para manter a distribuição isonomica.

Para ensejar a responsabilização do Estado, o particular precisa demonstrar em juízo apenas a conduta, o dano e o nexo causal existente entre ambas, sendo desnecessária a prova do dolo ou culpa do agente estatal.

Por outro lado, em sua defesa, é possível que a Administração Pública demonstre a existência de hipóteses de excludentes ou de redução de sua responsabilização, como o caso fortuito, a força maior ou a culpa exclusiva de terceiros.

A teoria do risco administrativo difere, portanto, da teoria do risco integral, onde o Estado figura como um segurador universal e, independente de caso fortuito ou força maior, o Ente Público responde integralmente pelo dano causado ao particular.

A ideia é que o particular que tenha sido prejudicado pela Administração Pública não arque sozinho com um ônus que, em teoria, beneficiou toda a coletividade. Afinal, em uma análise mais ampla, todos os atos do Ente Público são feitos em benefício da sociedade como um todo. Assim, a responsabilidade civil do Estado fundamenta-se no princípio da igualdade dos ônus e encargos sociais.

Exatamente por isto, a Administração Pública pode ser responsabilizada por indenizar o particular mesmo que tenha praticado um ato lícito, ou seja, não necessariamente será exigida uma conduta ilícita por parte do agente público para ensejar a responsabilidade civil do Estado.

Contudo, não é qualquer dano causado pelo exercício regular de atividade estatal que deve ser indenizado, mas apenas aqueles anormais e específicos, que excedam o limite do razoável / tolerável.

### 37. VUNESP - Proc Jur (Ibaté)/Pref Ibaté/2019

Quanto à aposentadoria do servidor público do município de Ibaté, assinale a alternativa correta.

- a) O servidor será aposentado na forma e condições estabelecidas na Lei Orgânica municipal.
- b) O tempo de contribuição federal, estadual ou municipal será contado para efeito de aposentadoria.**
- c) Os proventos da aposentadoria serão revistos em data própria, sem relação com os servidores da ativa.



- d) O servidor terá direito a aposentadoria rural, desde que exerça atividade pública rural, nos termos da legislação federal.
- e) A aposentadoria por idade dar-se-á aos 65 anos para homem e aos 60 anos para mulheres.

### Comentários

Esta questão é respondida com [A LETRA DA LEI LOCAL. Servidores públicos.](#)

Conforme art. 81, §3º, da Lei Orgânica Municipal de Ibaté:

*Art. 81, § 3º - O tempo de contribuição federal, estadual ou municipal, será contado para efeito de aposentadoria e o tempo de serviço correspondente para efeito de disponibilidade.*

### 38. VUNESP - Proc Jur (Ibaté)/Pref Ibaté/2019

A contratação de serviço de organização e divulgação de evento anual comemorativo do aniversário do Município

- a) poderá se dar de forma direta, mediante inexigibilidade de licitação, por caracterizar serviço técnico profissional especializado, nos termos da Lei federal nº 8.666/93.
- b) poderá se dar de forma direta, mediante dispensa de licitação, por caracterizar cessão de mão de obra temporária.
- c) poderá ser precedida de licitação do tipo técnica e preço, por caracterizar serviço de publicidade a ser prestado necessariamente por intermédio de agências de propaganda, nos termos da Lei federal nº 12.232/2010.
- d) poderá ser precedida de licitação na modalidade pregão, por caracterizar serviço de natureza comum, nos termos da Lei federal nº 10.520/02.**
- e) não é permitida, devendo o Poder Público abster-se de realizar eventos festivos desprovidos de caráter educativo, informativo ou de orientação social, nos termos da Constituição Federal.

### Comentários

Esta questão é respondida com [A LETRA DA LEI. Licitações.](#)

É o que estabelece o art. 1º, da Lei 10.520/02:

*Art. 1º Para aquisição de bens e serviços comuns, poderá ser adotada a licitação na modalidade de pregão, que será regida por esta Lei.*

## 2.6 – ANÁLISE PROVA PGM SOROCABA 2018

### 39. VUNESP - Proc Mun (Sorocaba)/Pref Sorocaba/2018

Os atos administrativos que apresentarem defeitos sanáveis podem ser



- a) revogados pela própria Administração ou pelo Poder Judiciário, desde que não haja prejuízo ao Erário, independentemente de eventual prejuízo a terceiros.
- b) convalidados pela Administração ou pelo Poder Judiciário, em decisão na qual se evidencie que eles não acarretaram lesão ao interesse público nem prejuízo a terceiros.
- c) anulados pela própria Administração ou pelo Poder Judiciário, somente se restar comprovado que, cumulativamente, causam prejuízo ao Erário e ao interesse jurídico de terceiros.
- d) convalidados pela própria Administração, em decisão na qual se evidencie que eles não acarretaram lesão ao interesse público nem prejuízo a terceiros.**
- e) revogados pelo Poder Judiciário, mas somente se restar comprovado que, cumulativamente, causam prejuízo ao Erário e ao interesse jurídico de terceiros.

### Comentários

Esta questão é respondida com **A LETRA DA LEI. Atos administrativos.**

É a transcrição literal do artigo 55 da Lei 9.784/99:

*Art. 55. Em decisão na qual se evidencie não acarretarem lesão ao interesse público nem prejuízo a terceiros, os atos que apresentarem defeitos sanáveis poderão ser convalidados pela própria Administração.*

#### 40. VUNESP - Proc Mun (Sorocaba)/Pref Sorocaba/2018

O vício do ato administrativo pode atingir qualquer um de seus elementos constitutivos, sendo correto afirmar que, se

- a) um ato administrativo privativo de servidor público, como uma multa, for praticado por particular, o ato administrativo será considerado inexistente.**
- b) um servidor determinar a autuação de um processo administrativo sem possuir competência para tanto, estará praticando um ato nulo.
- c) um agente público decidir um recurso administrativo sem, no entanto, apresentar motivação, estará praticando um ato anulável, passível de convalidação.
- d) o ato de suspensão do gozo de férias de um agente público, por seu superior, sob pretexto de excesso de trabalho, for praticado por conta de desavença pessoal entre eles, o referido ato será reputado inexistente.
- e) um agente público autorizar uma contratação emergencial, sem que esteja presente uma situação de emergência ou calamidade pública, o ato praticado será anulável, passível de convalidação.

### Comentários

Esta questão é respondida com **A DOCTRINA. Atos administrativos.**



Os atos administrativos praticados por particulares, que se investem na competência privativa de servidor público, autarão como usurpadores de função, portanto, para a doutrina autorizada e majoritária, serão considerados inexistentes.

Ratifica este entendimento, o contido na Lei 4.717/65 que trata da ação popular, conforme o artigo 2º, alínea b, que estabelece um vício de forma do ato administrativo, devendo ser considerado nulo se o ato não observar as formalidades indispensáveis à existência ou seriedade do ato, portanto, nunca serão válidos os atos que forem praticados por quem não é servidor público.

#### 41. VUNESP - Proc Mun (Sorocaba)/Pref Sorocaba/2018

A característica fundamental da teoria do órgão consiste no princípio da imputação volitiva, ou seja, a vontade do órgão público é imputada à pessoa jurídica a qual este pertence. Em consequência disso, é correto afirmar que um ato administrativo praticado no âmbito de uma

- a) Autarquia pode ser questionado judicialmente, figurando a Municipalidade no polo passivo da demanda.
- b) Secretaria Estadual pode ser questionado judicialmente, figurando a própria Secretaria no polo passivo da demanda.
- c) Empresa Pública pode ser questionado judicialmente, figurando a Municipalidade no polo passivo da demanda.
- d) Diretoria pode ser questionado judicialmente, figurando a própria Diretoria no polo passivo da demanda.
- e) Secretaria Municipal pode ser questionado judicialmente, figurando a Municipalidade no polo passivo da demanda.**

#### Comentários

Esta questão é respondida com [A DOCTRINA. Atos administrativos.](#)

A secretaria municipal, por não possuir personalidade jurídica própria, enquadrar-se-á no conceito de órgão público, portanto, seus atos serão atribuídos diretamente ao Município. Desta maneira, é o Município que aparecerá no polo passivo da demanda.

#### 42. VUNESP - Proc Mun (Sorocaba)/Pref Sorocaba/2018

Se o Município de Sorocaba visasse ampliar o número de leitos hospitalares oferecidos à população, para atendimento pelo Sistema Único de Saúde, por meio de repasse de recursos financeiros a uma instituição privada sem fins lucrativos, o instrumento jurídico adequado para formalizar essa avença seria

- a) o termo de colaboração.
- b) o termo de fomento.



- c) o convênio.
- d) o acordo de cooperação.
- e) a parceria.

### Comentários

Esta questão é respondida com [A LETRA DA LEI. Serviços públicos.](#)

*Decreto nº 6.170/07:*

*Art. 1º, § 1º Para os efeitos deste Decreto, considera-se:*

*I - **convênio** - acordo, ajuste ou qualquer outro instrumento que discipline a transferência de recursos financeiros de dotações consignadas nos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União e tenha como partícipe, de um lado, órgão ou entidade da administração pública federal, direta ou indireta, e, de outro lado, órgão ou entidade da administração pública estadual, distrital ou municipal, direta ou indireta, ou ainda, entidades privadas sem fins lucrativos, visando a execução de programa de governo, envolvendo a realização de projeto, atividade, serviço, aquisição de bens ou evento de interesse recíproco, em regime de mútua cooperação;*

#### 43. VUNESP - Proc Mun (Sorocaba)/Pref Sorocaba/2018

A fim de melhorar a mobilidade urbana, um Município pretende realizar um projeto de instalação e operação de 35 (trinta e cinco) quilômetros de corredores do sistema Bus Rapid Transit (BRT), com terminais de embarque e desembarque, para os quais é necessário o investimento de R\$ 190 (cento e noventa) milhões. O modelo de contratação, nesse caso, nos termos da Lei Federal no 11.079/09, poderá ser uma concessão patrocinada, desde que

- a) o prazo de vigência do contrato seja compatível com a amortização dos investimentos realizados, não inferior a 5 (cinco) nem superior a 10 (dez) anos.
- b) a prestação de serviços tenha a Administração Pública como usuária direta e envolva a execução de obra ou o fornecimento e a instalação de bens.
- c) haja a realização de serviços públicos e de obras públicas e não envolva, obrigatoriamente, contraprestação pecuniária do parceiro público ao parceiro privado.
- d) o período de prestação do serviço seja inferior a 5 (cinco) anos e que tenha como objeto único o fornecimento de mão de obra e a execução de obra pública.
- e) adicionalmente à tarifa cobrada dos usuários haja contraprestação pecuniária do parceiro público ao parceiro privado.**

### Comentários

Esta questão é respondida com [A LETRA DA LEI. Serviços públicos.](#)

*Lei 11.079/09 - Art. 2º Parceria público-privada é o contrato administrativo de concessão, na modalidade patrocinada ou administrativa.*



§ 1º Concessão patrocinada é a concessão de serviços públicos ou de obras públicas de que trata a Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, quando envolver, adicionalmente à tarifa cobrada dos usuários contraprestação pecuniária do parceiro público ao parceiro privado.

#### 44. VUNESP - Proc Mun (Sorocaba)/Pref Sorocaba/2018

Uma Organização Social procura a Controladoria de um Município para informar a prática de atos contra a Administração Pública, em relação a desvios de recursos públicos no âmbito de um contrato de gestão mantido entre a Organização citada e a Municipalidade. Poderá ser celebrado um acordo de leniência no caso, se preenchido, dentre outros, o seguinte requisito:

- a) a pessoa jurídica manifeste seu interesse em cooperar para a apuração do ato ilícito e, se ela não for a primeira a procurar a Administração, prove que haja fatos não apurados.
- b) a pessoa jurídica comprometa-se ao ressarcimento imediato do dano e ao pagamento de 1/3 (um terço) do valor da multa cabível.
- c) a pessoa jurídica cesse completamente seu envolvimento na infração investigada a partir da data de propositura do acordo.**
- d) a pessoa jurídica admita sua participação no ilícito, coopere com as investigações e assuma a responsabilidade objetiva pelos fatos praticados.
- e) a pessoa jurídica assegure a obtenção célere de documentos que comprovem o ilícito sob apuração, sem precisar identificar os demais envolvidos na infração.

### Comentários

Esta questão é respondida com **A LETRA DA LEI. Lei anticorrupção.**

*Lei 12.846/13 - Art. 16. A autoridade máxima de cada órgão ou entidade pública poderá celebrar acordo de leniência com as pessoas jurídicas responsáveis pela prática dos atos previstos nesta Lei que colaborem efetivamente com as investigações e o processo administrativo, sendo que dessa colaboração resulte:*

*§ 1º O acordo de que trata o caput somente poderá ser celebrado se preenchidos, cumulativamente, os seguintes requisitos:*

*II - a pessoa jurídica cesse completamente seu envolvimento na infração investigada a partir da data de propositura do acordo;*

#### 45. VUNESP - Proc Mun (Sorocaba)/Pref Sorocaba/2018

Assinale a alternativa que corretamente discorre sobre o controle da Administração Pública.

- a) O controle da legitimidade enseja a verificação, pelo órgão controlador, da existência, ou não, dos princípios da adequação e da compatibilidade, referentes às despesas públicas.



b) O controle financeiro é aquele exercido pelo Poder Executivo sobre o Legislativo e o próprio Executivo, sobre sua própria administração no que se refere à receita, à despesa e à gestão dos recursos públicos.

**c) Compete ao Tribunal de Contas da União fiscalizar a aplicação de quaisquer recursos repassados pela União mediante convênio, acordo, ajuste ou outros instrumentos congêneres, a Estado, ao Distrito Federal ou a Município.**

d) O controle judicial incide especificamente sobre a atividade administrativa do Estado, seja onde for que esteja sendo desempenhada, alcançados os atos administrativos do Executivo, sem, contudo, examinar os atos do Legislativo.

e) O Poder Judiciário pode controlar os atos internos e exclusivos do Poder Legislativo, também chamados de interna corporis, quando contiverem vícios de ilegalidade ou de constitucionalidade, ou vulnerarem direitos individuais.

### Comentários

Esta questão é respondida com **A CF/1988. Controle da administração.**

*CF/1988 - Art. 71. O controle externo, a cargo do Congresso Nacional, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas da União, ao qual compete:*

*VI - fiscalizar a aplicação de quaisquer recursos repassados pela União mediante convênio, acordo, ajuste ou outros instrumentos congêneres, a Estado, ao Distrito Federal ou a Município;*

#### 46. VUNESP - Proc Mun (Sorocaba)/Pref Sorocaba/2018

Aquele que, até 22 de dezembro de 2016, possuiu como seu, por cinco anos, ininterruptamente e sem oposição, até duzentos e cinquenta metros quadrados de imóvel público situado em área urbana, utilizando-o para sua moradia ou de sua família, desde que não seja proprietário ou concessionário, a qualquer título, de outro imóvel urbano ou rural, tem o direito, em relação ao bem objeto da posse, à

- a) retrocessão do bem público.
- b) concessão de direito real de uso.
- c) concessão de uso de bem público.
- d) concessão de uso especial para fins de moradia.**
- e) usucapião especial para fins de moradia.

### Comentários

Esta questão é respondida com **A LETRA DA LEI. Bens Públicos.**

*MP 2.220/01 - Art. 1º Aquele que, até 22 de dezembro de 2016, possuiu como seu, por cinco anos, ininterruptamente e sem oposição, até duzentos e cinquenta metros quadrados de imóvel público situado em área com características e finalidade urbanas, e que o utilize para sua moradia ou de sua família, tem o direito à concessão de uso especial para fins de moradia em relação ao bem objeto da posse, desde que não seja proprietário ou*



concessionário, a qualquer título, de outro imóvel urbano ou rural. (Redação dada pela lei nº 13.465, de 2017)

#### 47. VUNESP - Proc Mun (Sorocaba)/Pref Sorocaba/2018

Considere a seguinte situação hipotética. Um Município firmou, em 2017, um termo de colaboração com uma Organização da Sociedade Civil para a realização de serviços de assistência social consistentes no abrigamento de pessoas em situação de rua. A entidade prestou contas das atividades realizadas no último trimestre de 2017, e um agente público da Secretaria Municipal de Assistência Social analisou a documentação e aprovou as contas prestadas. Posteriormente, a Controladoria Geral do Município recebeu uma denúncia de irregularidades na parceria e reanalisou a prestação de contas do período referido, concluindo que ocorreram despesas incompatíveis com o objeto da parceria, como compra de chocolates e bebidas alcoólicas no valor total de R\$ 512,98. Considerando o disposto na Lei Federal no 8.429/92, é correto afirmar que a conduta do agente público que analisou a prestação de contas

- a) não caracteriza ato de improbidade administrativa, pois a vantagem percebida, no valor de R\$ 512,98, autoriza a aplicação do princípio da insignificância.
- b) caracteriza ato de improbidade administrativa que importa enriquecimento ilícito, independentemente de haver prova de que ele auferiu qualquer tipo de vantagem patrimonial.
- c) caracteriza ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da Administração Pública, pois não se enquadra em nenhuma das outras hipóteses legais.
- d) caracteriza ato de improbidade administrativa que importa enriquecimento ilícito, pois presume-se que o agente obteve vantagem pessoal com a compra indevida.
- e) caracteriza ato de improbidade administrativa que causa prejuízo ao Erário, se comprovado que ele agiu negligentemente na análise da prestação de contas.**

### Comentários

Esta questão é respondida com **A LETRA DA LEI. Improbidade administrativa.**

*Lei 8.429/92 - Art. 10. Constitui ato de improbidade administrativa que causa lesão ao erário qualquer ação ou omissão, dolosa ou culposa, que enseje perda patrimonial, desvio, apropriação, malbaratamento ou dilapidação dos bens ou haveres das entidades referidas no art. 1º desta lei, e notadamente:*

*XIX - agir negligentemente na celebração, fiscalização e análise das prestações de contas de parcerias firmadas pela administração pública com entidades privadas; (Incluído pela Lei nº 13.019, de 2014, com a redação dada pela Lei nº 13.204, de 2015)*

#### 48. VUNESP - Proc Mun (Sorocaba)/Pref Sorocaba/2018

Considere a seguinte situação hipotética.



Uma determinada Prefeitura faz um estudo do consumo de um medicamento comum para hipertensão, que é dispensado gratuitamente na rede pública de saúde municipal, e conclui que são necessários, em média, 10 000 (dez mil) comprimidos por mês, totalizando 120 000 (cento e vinte mil) comprimidos por ano. O preço de mercado do medicamento é, em média, de R\$ 1,00 (um real). Tendo em vista que a Municipalidade tem baixa capacidade de armazenagem de insumos de saúde em geral e, visando obter ganho de escala, maior competitividade entre fornecedores, menor preço e que não haja falta de medicamentos para a população, a licitação a ser realizada nesse caso seria

a) um convite, para a aquisição de todo o quantitativo de comprimidos necessários, pois o convite é a modalidade licitatória mais célere e competitiva, que possui menos formalidades e é compatível com o valor da aquisição.

**b) um pregão, para a formação de uma Ata de Registro de Preços, para o quantitativo estimado de 120 000 unidades, com a possibilidade de várias aquisições do medicamento, durante o ano, pelo preço registrado.**

c) uma concorrência, para o quantitativo médio mensal de 10 000 (dez mil) comprimidos, que deverá ser repetida todos os 11 (onze) meses seguintes, que será mais vantajosa por apenas repetir as especificações da primeira concorrência realizada.

d) dispensável, por alteração introduzida na Lei Federal no 8.666/93, para quaisquer aquisições no âmbito do Sistema Único de Saúde – SUS, cujo valor anual seja inferior a R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais).

e) uma tomada de preços, pois a realização de uma licitação apenas com fornecedores previamente cadastrados é mais vantajosa, pela desnecessidade de entrega dos documentos legalmente exigidos, o que torna o procedimento célere.

## Comentários

Esta questão é respondida com [A LETRA DA LEI. Licitações.](#)

*Lei 10.520/02 - Art. 11. As compras e contratações de bens e serviços comuns, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, quando efetuadas pelo sistema de registro de preços previsto no art. 15 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, poderão adotar a modalidade de pregão, conforme regulamento específico.*

*Decreto nº. 7.892/13 - Art. 7º A licitação para registro de preços será realizada na modalidade de concorrência, do tipo menor preço, nos termos da Lei nº 8.666, de 1993, ou na modalidade de pregão, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, e será precedida de ampla pesquisa de mercado.*

### 49. VUNESP - Proc Mun (Sorocaba)/Pref Sorocaba/2018

Suponha-se que uma Prefeitura Municipal possua um contrato de limpeza predial de suas dependências, inicialmente com prazo de 12 (doze) meses, que foi sendo sucessivamente prorrogado por igual período, o que totalizou aditamentos para um período de 60 (sessenta) meses. Quando passados 54 (cinquenta e quatro) meses de contratação, a Municipalidade publicou edital de pregão para licitar os serviços de limpeza. No entanto, em razão de recursos judiciais e da atuação do Tribunal de Contas,



o pregão foi suspenso e está-se na iminência do vencimento do contrato, que se encontra no 59º mês de execução. O valor que mensalmente vem sendo pago à Contratada é considerado compatível ao de mercado, segundo pesquisa de preços feita pela Municipalidade.

A Prefeitura Municipal, nesse caso, ao observar a legislação de licitações, deve

a) envidar os esforços necessários para superar os óbices apontados nas decisões do Tribunal de Contas e judiciais, no menor prazo possível e, ultrapassado o vencimento contratual, ficar sem o serviço até que a situação seja regularizada.

**b) prorrogar o contrato existente, excepcionalmente, justificando devidamente a situação ocorrida, e desde que haja autorização da autoridade superior àquela responsável pela referida contratação.**

c) realizar uma contratação emergencial, na qual deverão ser observadas as seguintes formalidades: caracterização da situação emergencial que justifica a dispensa, a razão da escolha do fornecedor, que não poderá ser a atual Contratada, e a justificativa do preço.

d) realizar um pregão eletrônico para a contratação dos serviços de limpeza predial pelo prazo de 12 (doze) meses, incluindo-se, no contrato, uma cláusula resolutiva, de que o contrato estará rescindido, de pleno direito, quando a licitação suspensa for encerrada.

e) realizar um convite para a contratação dos serviços de limpeza predial pelo prazo de 12 (doze) meses, incluindo-se, no contrato, uma cláusula resolutiva, de que o contrato estará rescindido, de pleno direito, quando a licitação suspensa for encerrada

## Comentários

Esta questão é respondida com [A LETRA DA LEI. Contratos administrativos.](#)

*Lei nº 8.666/1993 - art. 57: A duração dos contratos regidos por esta Lei ficará adstrita à vigência dos respectivos créditos orçamentários, exceto quanto aos relativos:*

[...]

*II - à prestação de serviços a serem executados de forma contínua, que poderão ter a sua duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a administração, limitada a sessenta meses;*

[...]

*§ 4º Em caráter excepcional, devidamente justificado e mediante autorização da autoridade superior, o prazo de que trata o inciso II do caput deste artigo poderá ser prorrogado por até doze meses.*

## 50. VUNESP - Proc Mun (Sorocaba)/Pref Sorocaba/2018

Um Município tem interesse em preservar um bem de valor histórico, consistente na casa em que nasceu e viveu um escritor famoso nacional e internacionalmente. Pretendendo que o imóvel seja mantido inalterado e que lá seja instalado um museu a respeito da obra do escritor, a Municipalidade deverá



- a) desapropriar o imóvel.
- b) tomar o imóvel.
- c) instituir um tombamento de uso do imóvel.
- d) requisitar o imóvel.
- e) instituir servidão administrativa sobre o imóvel.

### Comentários

Esta questão é respondida com **A DOCTRINA. Intervenção do Estado na Propriedade.**

Como o Município pretende estipular uma restrição total ao bem de valor histórico (“instalar um museu”), caberia desapropriar o imóvel e não o tomar. Fique atento!

#### 51. VUNESP - Proc Mun (Sorocaba)/Pref Sorocaba/2018

Em decorrência do funcionamento do Sistema Único de Saúde, é natural que em um Município sejam mantidos arquivos eletrônicos com informações sobre pacientes que frequentam as unidades de saúde municipais. Tais informações podem ter caráter cadastral (como endereço, telefone etc.) ou caráter médico (doenças, tratamentos, medicamentos, exames, diagnósticos etc.). Os dados dos pacientes mantidos em tais arquivos

- a) **poderão ser acessados, independentemente de consentimento e para fins de tratamento médico, quando a pessoa estiver física ou legalmente incapaz.**
- b) não poderão ser utilizados, em nenhuma hipótese, pelo prazo de 100 (cem) anos, independentemente de classificação de sigilo.
- c) poderão ter sua divulgação autorizada ou acessados por terceiros, independentemente de previsão legal ou consentimento expresso do paciente.
- d) não poderão ser utilizados, em nenhuma hipótese, pelo prazo de 25 (vinte e cinco) anos, se classificados como ultrassecretos.
- e) poderão ser utilizados para a realização de estatísticas e pesquisas científicas de evidente interesse público ou geral, desde que haja consentimento do paciente.

### Comentários

Esta questão é respondida com **A LETRA DA LEI. Lei de acesso à informação.**

*Lei nº 12.527/2011:*

*Art. 31. O tratamento das informações pessoais deve ser feito de forma transparente e com respeito à intimidade, vida privada, honra e imagem das pessoas, bem como às liberdades e garantias individuais.*

*§ 1o As informações pessoais, a que se refere este artigo, relativas à intimidade, vida privada, honra e imagem:*



*I - terão seu acesso restrito, independentemente de classificação de sigilo e pelo prazo máximo de 100 (cem) anos a contar da sua data de produção, a agentes públicos legalmente autorizados e à pessoa a que elas se referirem; e*

*II - poderão ter autorizada sua divulgação ou acesso por terceiros diante de previsão legal ou consentimento expresso da pessoa a que elas se referirem.*

*§ 3º O consentimento referido no inciso II do § 1º **não será exigido** quando as informações forem necessárias:*

**I - à prevenção e diagnóstico médico, quando a pessoa estiver física ou legalmente incapaz, e para utilização única e exclusivamente para o tratamento médico;**

## 2.7 – ANÁLISE PROVA PGM BURITIZAL 2018

### 52. VUNESP - Proc Jur (Buritizal)/Pref Buritizal/2018

A distinção entre revogação e anulação dos atos administrativos decorre de

- a) construção doutrinária e corrente jurisprudencial majoritária.
- b) princípios constitucionais implícitos da Administração Pública.
- c) entendimento sumulado pelo Superior Tribunal de Justiça.
- d) súmula vinculante do Supremo Tribunal Federal.
- e) expressa disposição legal e também entendimento sumulado.**

### Comentários

Esta questão é respondida com **A LETRA DA LEI. Atos administrativos.**

Corretíssima a letra E.

De fato, a revogação e anulação dos atos administrativos encontra amparo legal e jurisprudencial, conforme vemos a seguir:

*Lei 9.784/99 - Art. 53. A Administração deve anular seus próprios atos, quando eivados de vício de legalidade, e pode revogá-los por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos.*

**Súmula 346 - STF:** A Administração Pública pode declarar a nulidade dos seus próprios atos.

**Súmula 473 – STF:** A Administração pode anular seus próprios atos quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial.



### 53. VUNESP - Proc Jur (Buritizal)/Pref Buritizal/2018

De acordo com o entendimento do Superior Tribunal de Justiça e relativamente à utilização, em processo administrativo disciplinar, de prova produzida em processo penal (prova emprestada), pode-se afirmar que

a) não há possibilidade de aproveitamento, uma vez que se trata de partes diferentes em uma e outra instância.

**b) ela apenas será admitida se previamente autorizada pelo juízo competente e respeitados o contraditório e a ampla defesa.**

c) ela será admitida e o contraditório do processo penal valerá para o processo administrativo disciplinar.

d) a prova emprestada não será válida porque as responsabilidades penal e administrativa são diversas.

e) vigendo no processo penal o princípio da publicidade, ela poderá ser utilizada desde que assim decida a Administração Pública.

### Comentários

Esta questão é respondida com [A JURISPRUDÊNCIA. Servidores públicos.](#)

1 - Súmula 591/STJ - 18/09/2017. Administrativo. Servidor público. Processo administrativo disciplinar. Uso de prova emprestada. Possibilidade. respeitados o contraditório e a ampla defesa. CF/88, art. 5º, LV.

«É permitida a prova emprestada no processo administrativo disciplinar, desde que devidamente autorizada pelo juízo competente e respeitados o contraditório e a ampla defesa.»

### 54. VUNESP - Proc Jur (Buritizal)/Pref Buritizal/2018

A chamada “Lei de Improbidade Administrativa” (Lei Federal n o 8.429, de 2 de junho de 1992) visa a coibir atos de improbidade administrativa que

**a) importem enriquecimento ilícito, causem prejuízo ao erário, decorram de concessão ou aplicação indevida de benefício financeiro ou tributário e atentem contra os princípios da Administração Pública.**

b) se refiram a atos que atentem contra os princípios da Administração Pública, decorram de aplicação indevida de benefício tributário, causem prejuízo à Fazenda Pública ou importem enriquecimento sem a devida demonstração da fonte.

c) causem enriquecimento de agentes públicos ou prejuízo ao erário, decorram da concessão ou indevida aplicação de benefício tributário ou atentem contra os princípios implícitos da Administração Pública.



- d) impliquem prejuízo à Fazenda Pública, decorram da concessão indevida de benefício financeiro, atentem contra os princípios da Administração Pública ou importem em enriquecimento indevido.
- e) acarretem enriquecimento sem causa, causem prejuízo à Administração Pública, decorram de aplicação irregular de benefício tributário ou financeiro ou afrontem os princípios da Administração Pública.

### Comentários

Esta questão é respondida com **A LETRA DA LEI. Improbidade administrativa.**

*Lei 8.429/92 - Art. 9º Constitui ato de improbidade administrativa importando **enriquecimento ilícito** auferir qualquer tipo de vantagem patrimonial indevida em razão do exercício de cargo, mandato, função, emprego ou atividade nas entidades mencionadas no art. 1º desta lei, e notadamente:*

*Lei 8.429/92 - Art. 10. Constitui ato de improbidade administrativa que causa **lesão ao erário** qualquer ação ou omissão, dolosa ou culposa, que enseje perda patrimonial, desvio, apropriação, malbaratamento ou dilapidação dos bens ou haveres das entidades referidas no art. 1º desta lei, e notadamente:*

*Lei 8.429/92 - Art. 10-A. Constitui ato de improbidade administrativa **qualquer ação ou omissão para conceder, aplicar ou manter benefício financeiro ou tributário** contrário ao que dispõem o caput e o § 1º do art. 8º-A da Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003. (Incluído pela Lei Complementar nº 157, de 2016) (Produção de efeito)*

*Lei 8.429/92 - Art. 11. Constitui ato de improbidade administrativa que **atenta contra os princípios da administração pública** qualquer ação ou omissão que viole os deveres de honestidade, imparcialidade, legalidade, e lealdade às instituições, e notadamente:*

### 55. VUNESP - Proc Jur (Buritizal)/Pref Buritizal/2018

No âmbito do processo administrativo, poderá ser arguido o impedimento da autoridade que

- a) esteja litigando administrativamente com o cônjuge do interessado.
- b) tenha amizade íntima com companheiro de algum dos interessados.
- c) esteja litigando judicialmente com colateral até terceiro grau do interessado.
- d) seja inimigo notório de algum dos interessados ou de seu cônjuge ou companheiro.
- e) tenha, anteriormente, realizado diligência de qualquer natureza no mesmo processo.

### Comentários

Esta questão é respondida com **A LETRA DA LEI. Processo administrativo federal.**

*Lei 9.784/99 - Art. 18. É impedido de atuar em processo administrativo o servidor ou autoridade que:*  
*(...)*  
*III - esteja litigando judicial ou administrativamente com o interessado ou respectivo cônjuge ou companheiro.*



### 56. VUNESP - Proc Jur (Buritizal)/Pref Buritizal/2018

Para a Lei Federal n o 9.784, de 29 de janeiro de 1999 (regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal), o conceito de capacidade, para fins de processo administrativo,

a) não é definido, sendo necessário valer-se do conceito estabelecido no Código Civil Brasileiro.

**b) refere-se expressamente aos maiores de 18 anos, salvo previsão especial em ato normativo próprio.**

c) não está definido, vigendo o conceito que se encontrar estabelecido no Código Penal Brasileiro.

d) refere-se expressamente aos maiores de 18 anos, independentemente de previsão em ato normativo próprio.

e) aplica-se a regra do Direito Civil, salvo se a transgressão também for prevista como crime.

#### Comentários

Esta questão é respondida com **A LETRA DA LEI. Processo administrativo federal.**

*Art. 10. São capazes, para fins de processo administrativo, os maiores de dezoito anos, ressalvada previsão especial em ato normativo próprio.*

### 57. VUNESP - Proc Jur (Buritizal)/Pref Buritizal/2018

Considerando os termos da Lei Federal 8.666/1993, a respeito de execução de obra pública por meio do regime de “administração contratada”, é correto afirmar que

a) se trata de outra denominação do “regime de tarefa”.

b) é uma modalidade do regime de “empreitada integral”.

c) pode ser realizada desde que na modalidade execução indireta.

d) não poderá ser contratada, exceto pela Administração Pública Federal.

**e) não pode ser realizada por falta de previsão legal.**

#### Comentários

Esta questão é respondida com **A DOCTRINA. Contratos administrativos.**

**Administração contratada**, também chamada de Administração interessada (por influência do direito francês, que fala em régime intéressée) é o contrato administrativo em que a Administração defere a terceiro a incumbência de orientar e supervisionar a execução da obra ou serviço, mediante pagamento de importância proporcional ao seu custo total.



O particular contratado, que não tem vínculo empregatício com a Administração contratante, entra com a direção dos serviços, com a responsabilidade técnica, com o know-how, com a técnica de execução.

O administrador (ou régisseur) não suporta os riscos do empreendimento, que correm por conta da Administração Pública.

As principais diferenças entre a Administração contratada e a empreitada são as seguintes:

1. quanto à remuneração, o pagamento corresponde, na Administração contratada, a um percentual sobre o custo da obra ou serviço e, na empreitada, a um preço fixo abrangendo o total da obra; aliás, nisto ambas se distinguem da concessão de obra pública, em que a remuneração é paga pelo usuário por meio da tarifa;
2. quanto aos riscos, são suportados pelo empreiteiro (e também pelo concessionário de obra pública), mas não pelo régisseur ou administrador.

**A Lei nº 8.666/93 não mais prevê essa modalidade, que foi vetada pelo Presidente da República.** (DI PIETRO, 2018, p. 420)

## 2.8 – ANÁLISE PROVA PGM SBC 2018

### 58. VUNESP - Proc (Pref SBC)/Pref SBC/2018

O princípio da indisponibilidade do interesse público tem por resultado a limitação da ação do agente público, que pode muito, mas não pode agir de modo contrário ao interesse público. A respeito desse princípio, é correto afirmar que

a) embora previsto expressamente na Constituição, não possui qualquer repercussão prática no direito brasileiro, considerando-se a dificuldade de identificação do conteúdo do princípio.

**b) o interesse público pode ser mais bem compreendido por meio da separação entre interesse público primário, resultante da soma dos interesses individuais, e interesse público secundário, que consiste nos interesses do Estado, como sujeito de direitos.**

c) o princípio resulta da supremacia dos interesses públicos sobre os interesses individuais, os quais devem sempre se submeter à vontade da coletividade, representada na ação do estado, quando em conflito com esta vontade.

d) o mencionado princípio impede a adoção da arbitragem pela Administração Pública, considerando-se a impossibilidade de o agente público transigir quanto aos interesses públicos que persegue e representa.

e) não compõe a ordem jurídica brasileira, dado não ser encontrado no texto da Constituição, nem poder ser deduzido a partir dos demais princípios constitucionais administrativos.



## Comentários

Esta questão é respondida com [A DOCTRINA. Princípios e Poderes da administração pública.](#)

Quando tratamos de uma questão que verse sobre o princípio da indisponibilidade do interesse público é importante saber o que significa “interesse público”.

A doutrina é pacífica no que tange à separação em duas classificações distintas e de fácil compreensão: interesse público **primário** e **secundário**.

O primário diz respeito à uma satisfação dos interesses coletivos ou necessidades coletivas, como a segurança ou o bem comum do grupo social. É o interesse público na sua essência primordial, devendo o Poder Público perseguir este interesse através da sua atividade-fim.

Já o secundário, recai sobre a noção do interesse **individual** do Poder Público, ou seja, quando o Estado pratica uma atividade-meio, que o beneficia diretamente, como, por exemplo, na defesa do patrimônio público, e que, indiretamente, protege o interesse público primário.

Outro não poderia ser o entendimento, uma vez que o Estado poderá defender o aparelho estatal. Este último, não é um fim em si mesmo, mas um instrumento utilizado para defender o interesse público primário, qual seja, o bem-estar geral.

Vejamos um excerto da Doutrina selecionada do prof. Ricardo Alexandre (2018), que elucida de maneira clara o princípio da indisponibilidade trazido pela questão em comento, e, com isto, pacificamos a correção da Letra B:

O princípio da indisponibilidade do interesse público também está implícito na Constituição Federal. Como a administração pública é mera gestora de bens e interesses públicos, que em última análise pertencem ao povo, estes não se encontram à livre disposição do administrador, devendo o agente público geri-los, curá-los, da forma que melhor atenda ao interesse da coletividade. Com efeito, a Administração não pode abrir mão da busca incessante da satisfação do interesse público primário (bem comum) nem da conservação do patrimônio público (interesse público secundário). (ALEXANDRE, 2018, p. 278).

### 59. VUNESP - Proc (Pref SBC)/Pref SBC/2018

A respeito dos elementos do ato administrativo, é correta a correlação entre elemento e definição que se faz na alternativa:

- a) sujeito competente - é o cidadão que se sujeita ao ato administrativo e suas consequências práticas.
- b) motivo - é o resultado final que se busca atingir por meio da execução do ato administrativo.



- c) **objeto** - é o conteúdo, isto é, a decisão contida no ato administrativo.
- d) efeito - é o desdobramento do ato administrativo sobre a realidade manifesta.
- e) forma – é o fato que autoriza ou exige a prática do ato.

### Comentários

Esta questão é respondida com [A DOCTRINA. Atos administrativos.](#)

Correto o trazido pela Letra C. A doutrina é cristalina ao entender que o **objeto** do ato administrativo é o seu próprio conteúdo, conforme vemos a seguir:

Objeto, também denominado por alguns autores de conteúdo, é a alteração no mundo jurídico que o ato administrativo se propõe a processar. Significa, como informa o próprio termo, o objetivo imediato da vontade exteriorizada pelo ato, a proposta, enfim, do agente que manifestou a vontade com vistas a determinado alvo. (CARVALHO, 2018, p. 174).

#### 60. VUNESP - Proc (Pref SBC)/Pref SBC/2018

O consórcio público (Lei nº 11.107/2005) pode ser considerado como uma das formas que pode tomar a Administração Indireta, servindo à conjugação de interesses e à organização da ação entre diferentes entes da federação.

A esse respeito, é correto afirmar que

- a) a **União somente participará de consórcios públicos em que também façam parte todos os Estados em cujos territórios estejam situados os Municípios consorciados.**
- b) o consórcio público adquirirá personalidade jurídica de direito público, no caso de constituir associação pública, após registro no cartório de pessoas jurídicas do território de todos os entes que o componham.
- c) os entes consorciados somente entregarão recursos ao consórcio público mediante contrato de investimento, o qual deverá prever prazo de vigência mínima de 5 (cinco) anos.
- d) os agentes públicos incumbidos da gestão de consórcio responderão pessoalmente pelas obrigações contraídas pelo consórcio público.
- e) contrato de programa poderá atribuir ao contratado o exercício dos poderes de planejamento, regulação e fiscalização dos serviços por ele próprio prestados.

### Comentários

Esta questão é respondida com [A LETRA DA LEI. Contratos administrativos.](#)

*Lei nº 11.107/2005 - Art. 1º Esta Lei dispõe sobre normas gerais para a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios contratarem consórcios públicos para a realização de objetivos de interesse comum e dá outras providências.*

*§ 1º O consórcio público constituirá associação pública ou pessoa jurídica de direito privado.*



**§ 2º A União somente participará de consórcios públicos em que também façam parte todos os Estados em cujos territórios estejam situados os Municípios consorciados.**

#### 61. VUNESP - Proc (Pref SBC)/Pref SBC/2018

O processo administrativo pode ser definido como um conjunto de atos e procedimentos, sobre o qual se aplicam diversos princípios de direito público, visando o atingimento das finalidades que orientam a existência da Administração Pública. A respeito do processo administrativo, é correto afirmar, com base na Lei nº 9.784/1999, que

- a) é vedada à Administração a recusa imotivada de recebimento de documentos, não cabendo, porém, ao servidor orientar o interessado quanto ao suprimento de eventuais falhas, sob pena de incorrer na prática de advocacia administrativa.
- b) um órgão administrativo não poderá delegar parte da sua competência a outros órgãos que não lhe sejam hierarquicamente subordinados, ainda quando lhe for conveniente em razão de circunstâncias de índole social.
- c) os atos do processo administrativo dependem de forma determinada senão quando a lei expressamente o dispensar, devendo ser produzidos por escrito, contendo data, local e hora de sua realização.
- d) o desatendimento de intimação pelo cidadão no âmbito de processo administrativo importará no reconhecimento da verdade dos fatos, e na renúncia ao direito em discussão.
- e) **o interessado poderá, mediante manifestação escrita, desistir total ou parcialmente do pedido formulado ou, ainda, renunciar a direitos disponíveis.**

#### Comentários

Esta questão é respondida com **A LETRA DA LEI. Processo administrativo federal.**

*Art. 51. O interessado poderá, mediante manifestação escrita, desistir total ou parcialmente do pedido formulado ou, ainda, renunciar a direitos disponíveis.*

#### 62. VUNESP - Proc (Pref SBC)/Pref SBC/2018

O Prefeito do Município X gostaria de organizar evento público em homenagem aos 103 anos de fundação do Município. Para esse evento, ele gostaria de contratar artista nascido no Município, aclamado pelo público, para realização de apresentação de cerca de uma hora e meia, após abertura do evento pela banda da Guarda Municipal. O cachê cobrado pelo artista, conforme informado por seu empresário, é de R\$ 350.000,00.

A esse respeito, com base na Lei nº 8.666/1993, é correto afirmar que

- a) para a contratação do artista, deverá ser realizada licitação na modalidade tomada de preços, em razão do valor do cachê cotado no mercado.



**b) mediante justificativa do preço e da escolha do artista, o Prefeito poderá realizar a contratação direta, por inexigibilidade de licitação, em razão da impossibilidade de estabelecer competição para a contratação.**

c) se trata de caso expressamente previsto na legislação de dispensa de licitação, não sendo o valor vultoso da contratação suficiente para forçar a realização do procedimento licitatório.

d) na situação em questão, seria necessário que a Prefeitura fizesse previamente a seleção do artista mediante abertura de licitação na modalidade concurso público, estabelecendo como condição para a participação no certame o nascimento do artista no Município e o seu reconhecimento pela crítica.

e) não é possível a contratação de artistas diretamente por entes públicos, devendo o Prefeito proceder à contratação de organização social para a organização do evento, com expressa diretriz a esta, prevista em contrato programa, de que faça a contratação do artista para o evento.

## Comentários

Esta questão é respondida com **A LETRA DA LEI. Licitações.**

*Lei 8.666/93 - Art. 25. É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial:*

*II - para a contratação de serviços técnicos enumerados no art. 13 desta Lei, de natureza singular, com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação;*

*Lei 8.666/93 - Art. 26. As dispensas previstas nos §§ 2º e 4º do art. 17 e no inciso III e seguintes do art. 24, as situações de inexigibilidade referidas no art. 25, necessariamente justificadas, e o retardamento previsto no final do parágrafo único do art. 8º desta Lei deverão ser comunicados, dentro de 3 (três) dias, à autoridade superior, para ratificação e publicação na imprensa oficial, no prazo de 5 (cinco) dias, como condição para a eficácia dos atos.*

*Parágrafo único. O processo de dispensa, de **inexigibilidade** ou de retardamento, previsto neste artigo, será instruído, no que couber, com os seguintes elementos:*

*I - caracterização da situação emergencial, calamitosa ou de grave e iminente risco à segurança pública que justifique a dispensa, quando for o caso;*

**II - razão da escolha do fornecedor ou executante;**

**III - justificativa do preço.**

*IV - documento de aprovação dos projetos de pesquisa aos quais os bens serão alocados.*

### 63. VUNESP - Proc (Pref SBC)/Pref SBC/2018

A conduta de celebrar contrato com empresa ou profissional declarado inidôneo

a) é crime previsto na Lei de Improbidade Administrativa.

b) é punida pela Lei de Licitações unicamente a título de multa.



c) apenas se caracteriza como crime se do fato advém prejuízo para a Administração Pública.

**d) pune criminalmente tanto o funcionário público como o particular que licita nessa condição.**

e) sujeita o funcionário público a suspensão, se culposa, e demissão, se dolosa, mas não caracteriza crime.

### Comentários

Esta questão é respondida com [A LETRA DA LEI. Licitações.](#)

*Lei 8.666/93 - Art. 97. Admitir à licitação ou celebrar contrato com empresa ou profissional declarado inidôneo:*

*Pena - detenção, de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos, e multa.*

*Parágrafo único. Incide na mesma pena aquele que, declarado inidôneo, venha a licitar ou a contratar com a Administração.*

#### 64. VUNESP - Proc (Pref SBC)/Pref SBC/2018

A interação da Administração Pública com o terceiro setor tem se mostrado importante para a prestação de políticas públicas, especialmente em áreas como saúde, educação e assistência social. A respeito dessa interação, é correto afirmar que

a) as organizações do terceiro setor, ao contratarem com a Administração Pública, passam a integrar a Administração indireta, sujeitando-se à fiscalização dos tribunais de contas e do controle interno da União, Estados ou Municípios, conforme o caso.

b) as organizações do terceiro setor que recebam recursos do orçamento público passam a se submeter ao regime de direito público próprio das entidades da Administração no que se refere à compra de bens e serviços ou à contratação de colaboradores.

c) as organizações sociais interagem com a Administração Pública por meio do chamado “convênio de fomento”, o qual deve prever os direitos e obrigações da entidade em vista dos objetivos públicos da parceria.

**d) o chamamento público é o procedimento destinado a selecionar organização da sociedade civil para firmar parceria por meio de termo de colaboração ou de fomento, devendo respeitar os princípios da isonomia, da publicidade e da probidade administrativa.**

e) a chamada Manifestação de Interesse Privado (MIP) é o instrumento por meio do qual as organizações da sociedade civil poderão apresentar propostas de parcerias ao poder público para que este avalie a possibilidade de realização de um chamamento.

### Comentários

Esta questão é respondida com [A DOCTRINA. Organização da administração pública.](#)



“O chamamento público foi o meio encontrado pelo legislador para, por um lado, garantir o respeito ao princípio da isonomia, assegurando a todos os eventuais interessados a possibilidade de firmar parceria com a Administração; por outro, tendo em vista a supremacia do interesse público aliada ao princípio da eficiência, o procedimento também tende a selecionar o parceiro mais apto à consecução do objeto da parceria.

Apesar de não se enquadrar formalmente como uma modalidade de licitação, o chamamento público tem natureza semelhante, conforme se percebe pelo conceito estatuído pelo art. 2.º, XII, da Lei 13.019/2014, segundo o qual chamamento público é o [...] **procedimento destinado a selecionar organização da sociedade civil para firmar parceria por meio de termo de colaboração ou de fomento, no qual se garanta a observância dos princípios da isonomia, da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa**, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.” (ALEXANDRE, Ricardo; DEUS, João de. Direito Administrativo. 4ª ed. São Paulo: Método, 2018. E-book. P. 229)

#### 65. VUNESP - Proc (Pref SBC)/Pref SBC/2018

O Município de X está realizando a instalação de um novo serviço de transporte coletivo de passageiros por meio de corredores exclusivos de ônibus. Com essa finalidade, o Município firmou dois contratos públicos. No primeiro, estabeleceu um contrato de empreitada com uma construtora, para as obras de engenharia civil necessárias à colocação em funcionamento dos corredores. No segundo contrato, realizou a compra de 30 ônibus biarticulados, para entrega na data exata de conclusão da obra, prevista inicialmente para 300 dias após a assinatura dos contratos. Entretanto, em razão da crise econômica nacional, as receitas do Município para a realização da obra minguaram, forçando o Município a aditar o contrato de empreitada, esticando o cronograma de entrega da obra.

Nesta situação hipotética, é correto afirmar:

- a) com relação ao contrato de compra dos 30 ônibus, o município poderá, unilateralmente e sem necessidade de indenização, prorrogar a entrega por qualquer prazo, para evitar os custos de armazenagem dos ônibus e o início do seu prazo de garantia.
- b) com relação ao contrato de empreitada, não é possível, com base na legislação brasileira, a prorrogação dos prazos de fases de execução da obra em virtude de restrições orçamentárias do ente contratante.
- c) **com relação ao contrato de compra dos 30 ônibus, assegurada a manutenção de seu equilíbrio econômico- financeiro, e devidamente autuado em processo o motivo ligado ao atraso da obra de engenharia, poderá haver aditamento do contrato para prorrogação do prazo de entrega dos veículos.**



d) por serem dois contratos distintos, o atraso de um deles não afetará a possibilidade de prorrogação do prazo do outro contrato. Assim, o mais adequado juridicamente teria sido agregar os objetos para que um mesmo contratado fizesse as obras de engenharia e fornecesse os ônibus.

e) considerando-se o prazo das obras de engenharia e a necessidade posterior de operar o sistema de ônibus nos corredores, o mais recomendável ao Município teria sido a realização de uma parceria público-privada, na modalidade concessão administrativa e não a combinação de um contrato de empreitada e outro de compra e venda dos ônibus.

### Comentários

Esta questão é respondida com **A LETRA DA LEI. Contratos administrativos.**

*Lei 8.666/93 - Art. 57. A duração dos contratos regidos por esta Lei ficará adstrita à vigência dos respectivos créditos orçamentários, exceto quanto aos relativos:*

*§ 1o Os prazos de início de etapas de execução, de conclusão e de entrega admitem prorrogação, mantidas as demais cláusulas do contrato e assegurada a manutenção de seu equilíbrio econômico-financeiro, desde que ocorra algum dos seguintes motivos, devidamente autuados em processo:*

*I - alteração do projeto ou especificações, pela Administração;*

*II - superveniência de fato excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições de execução do contrato;*

*III - interrupção da execução do contrato ou diminuição do ritmo de trabalho por ordem e no interesse da Administração;*

*IV - aumento das quantidades inicialmente previstas no contrato, nos limites permitidos por esta Lei;*

*V - impedimento de execução do contrato por fato ou ato de terceiro reconhecido pela Administração em documento contemporâneo à sua ocorrência;*

*VI - omissão ou atraso de providências a cargo da Administração, inclusive quanto aos pagamentos previstos de que resulte, diretamente, impedimento ou retardamento na execução do contrato, sem prejuízo das sanções legais aplicáveis aos responsáveis.*

*§ 2o Toda prorrogação de prazo deverá ser justificada por escrito e previamente autorizada pela autoridade competente para celebrar o contrato.*

## 2.9 – ANÁLISE PROVA PGM ANDRADINA 2017

### 66. VUNESP - Proc Jur (Andradina)/Pref Andradina/2017

Formas de que se revestem os atos, gerais ou individuais, emanados de autoridades outras que não o Chefe do Executivo, denominam-se

a) **resolução e portaria.**

b) portaria e decreto.

c) circular e parecer.



- d) alvará e circular.
- e) decreto e resolução.

### Comentários

Esta questão é respondida com **A DOCTRINA. Atos administrativos.**

**Resoluções** são atos, normativos ou individuais, emanados de autoridades de elevado escalão administrativo, como, por exemplo, Ministros e Secretários de Estado ou Município, ou de algumas pessoas administrativas ligadas ao Governo. Todos esses atos [**portarias**] servem para que a Administração organize sua atividade e seus órgãos, e, por essa razão, são denominados por alguns autores de ordinatórios. (CARVALHO, 2018, p. 199) (grifos nossos)

#### 67. VUNESP - Proc Jur (Andradina)/Pref Andradina/2017

Determinada Prefeitura Municipal pretende transferir a administração de um Hospital Público do Município para uma empresa privada.

Nessa hipótese, considerando a legislação que rege a matéria referente ao Terceiro Setor, é correto afirmar que a pretendida transferência

- a) não pode ser concretizada, uma vez que a área da saúde pública não admite ser administrada por terceiros.
- b) pode ser efetivada por meio de contrato de gestão com uma Organização Social.**
- c) pode ser efetivada por meio de contrato de gestão com uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público.
- d) pode ser efetivada por meio de Termo de Parceria com uma Organização Social.
- e) não pode ser efetivada com entidades privadas, podendo ser concretizada apenas por meio de parcerias com entes públicos.

### Comentários

Esta questão é respondida com **A LETRA DA LEI. Organização da administração pública.**

Lei 9.637/98 - Art. 1º O Poder Executivo poderá qualificar como organizações sociais pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, cujas atividades sejam dirigidas ao ensino, à pesquisa científica, ao desenvolvimento tecnológico, à proteção e preservação do meio ambiente, à cultura e à **saúde**, atendidos aos requisitos previstos nesta Lei.

*Art. 5º Para os efeitos desta Lei, entende-se por **contrato de gestão** o instrumento firmado entre o Poder Público e a entidade qualificada como organização social, com vistas à formação de parceria entre as partes para fomento e execução de atividades relativas às áreas relacionadas no art. 1º.*



### 68. VUNESP - Proc Jur (Andradina)/Pref Andradina/2017

Tendo em vista o disposto na Lei nº 8.987/95, que trata da concessão do serviço público, na hipótese de a concessionária, na execução do serviço concedido, causar prejuízos aos usuários,

- a) esses danos serão ressarcidos pelo poder concedente, e a concessionária responderá perante a Administração Pública por meio de ação regressiva.
- b) a concessionária e o poder concedente responderão pelos danos causados de forma solidária.
- c) a concessionária responderá pelos danos causados, mas o poder concedente responderá no lugar dela se este não exerceu, corretamente, seu poder de fiscalização.
- d) cabe-lhe responder por todos os danos, sem que a fiscalização exercida pelo órgão competente exclua ou atenua essa responsabilidade.**
- e) o poder concedente responderá pelos danos de forma exclusiva, por responsabilidade objetiva.

#### Comentários

Esta questão é respondida com [A LETRA DA LEI. Serviços públicos.](#)

*Lei 8.987/95 - Art. 25. Incumbe à concessionária a execução do serviço concedido, cabendo-lhe responder por todos os prejuízos causados ao poder concedente, aos usuários ou a terceiros, sem que a fiscalização exercida pelo órgão competente exclua ou atenua essa responsabilidade.*

### 69. VUNESP - Proc Jur (Andradina)/Pref Andradina/2017

Considerando os princípios atinentes ao processo administrativo, o poder da Administração, que se caracteriza pela iniciativa de instaurar, instruir e rever suas decisões no processo administrativo, se perfaz por meio do princípio

- a) da publicidade.
- b) da imperatividade.
- c) do informalismo.
- d) da eficiência.
- e) da oficialidade.**

#### Comentários

Esta questão é respondida com [A DOCTRINA. Processo administrativo federal.](#)

O **princípio da oficialidade** é característica do processo administrativo, diferenciando-o do processo judicial, uma vez que poderá a administração pública, **de ofício**, promover o processo administrativo, eis o nosso gabarito. Segue a fundamentação legal deste princípio:



*Lei 9.784/99 - Art. 2º A Administração Pública obedecerá, dentre outros, aos princípios da legalidade, finalidade, motivação, razoabilidade, proporcionalidade, moralidade, ampla defesa, contraditório, segurança jurídica, interesse público e eficiência.*

*Parágrafo único. Nos processos administrativos serão observados, entre outros, os critérios de:*

*XII - impulso, de ofício, do processo administrativo, sem prejuízo da atuação dos interessados;*

## 70. VUNESP - Proc Jur (Andradina)/Pref Andradina/2017

A Administração Pública pretende a contratação de serviço técnico de natureza singular, na área de publicidade e divulgação.

Nessa hipótese, tendo em vista o disposto na Lei de Licitações e Contratos (Lei nº 8.666/93), essa contratação

- a) dispensa a licitação.
- b) deve ser feita por meio de licitação.**
- c) pode ser feita por contratação direta, por inexigibilidade de licitação.
- d) pode ser feita sem licitação, desde que com empresa de notória especialização.
- e) pode dispensar a licitação, desde que seja contratado profissional, pessoa física, de notória especialização.

### Comentários

Esta questão é respondida com **A LETRA DA LEI. Licitações.**

*Lei 8.666/93 - Art. 25. É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial:*

*II - para a contratação de serviços técnicos enumerados no art. 13 desta Lei, de natureza singular, com profissionais ou empresas de notória especialização, **vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação;***

## 71. VUNESP - Proc Jur (Andradina)/Pref Andradina/2017

A respeito da desapropriação, é correto afirmar que

- a) é forma derivada de aquisição da propriedade.
- b) a ação expropriatória não pode ser intentada se o proprietário do bem não puder ser identificado.
- c) mesmo se anulado o processo expropriatório, o bem expropriado, uma vez incorporado à Fazenda Pública, não pode ser reivindicado.**
- d) se o poder expropriante requerer urgência, a imissão provisória na posse poderá ser efetivada sem o depósito do preço inicial.



e) o expropriado pode requerer o levantamento de noventa por cento do valor inicial depositado, desde que apresente prova de domínio do bem.

### Comentários

Esta questão é respondida com [A LETRA DA LEI. Intervenção do Estado na Propriedade.](#)

*Decreto-Lei 3.365/41 - Art. 35. Os bens expropriados, uma vez incorporados à Fazenda Pública, não podem ser objeto de reivindicação, ainda que fundada em nulidade do processo de desapropriação. Qualquer ação, julgada procedente, resolver-se-á em perdas e danos.*

## 2.10 – ANÁLISE PROVA PGM MARÍLIA 2017

### 72. VUNESP - Proc (Pref Marília)/Pref Marília/2017

A Súmula Vinculante nº 31, do Supremo Tribunal Federal, estatui que é inconstitucional a incidência do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS sobre operações de locação de bens móveis. No entanto, por hipótese, o Município de Marília continua a exigir o tributo, face ao que, a empresa X resolve questionar administrativamente a cobrança e requerer a restituição dos valores pagos indevidamente. O último recurso cabível na esfera administrativa, interposto pela empresa X, foi indeferido, restando, portanto, negada a pretensão inicial de restituição do indébito. Diante de tal quadro, caberia

- a) apresentar embargos de declaração perante a Administração, a fim de prequestionar a questão constitucional subjacente para preencher os requisitos de interposição de Recurso Extraordinário.
- b) acionar o Poder Judiciário, por meio de um Mandado de Injunção, para suprir a omissão do administrador em aplicar a súmula, sendo que a decisão do Supremo Tribunal Federal poderá anular a decisão proferida pela Administração.
- c) acionar o Poder Judiciário, por meio de uma Ação de Inconstitucionalidade, para compelir o administrador ao cumprimento da Súmula, determinando o pagamento do valor devido, no prazo de 30 (trinta) dias.
- d) acionar o Poder Judiciário, por meio de uma Reclamação ao Supremo Tribunal Federal, que, julgada procedente, anulará o ato administrativo, no caso, a decisão final do recurso que indeferiu o pleito da empresa X de restituição do indébito.**
- e) tão somente acolher a decisão administrativa, pois a pretensão da empresa X de discutir a decisão administrativa não possui amparo no ordenamento jurídico pátrio, pois não há controle judicial de ato administrativo.

### Comentários

Esta questão é respondida com [A LETRA DA LEI. Controle da administração.](#)



A Letra D, traz a disposição do artigo 7º da Lei 11.417 de 2006 que versa sobre a regulamentação do art. 103-A da CF e sobre a edição, revisão e cancelamento de enunciado de súmula vinculante pelo STF, conforme ementa da referida lei, vejamos:

*Lei 11.417/2006 - Art. 7º Da decisão judicial ou do ato administrativo que contrariar enunciado de súmula vinculante, negar-lhe vigência ou aplicá-lo indevidamente caberá reclamação ao Supremo Tribunal Federal, sem prejuízo dos recursos ou outros meios admissíveis de impugnação.*

*§ 1º Contra omissão ou ato da administração pública, o uso da reclamação só será admitido após esgotamento das vias administrativas.*

*§ 2º Ao julgar procedente a reclamação, o Supremo Tribunal Federal anulará o ato administrativo ou cassará a decisão judicial impugnada, determinando que outra seja proferida com ou sem aplicação da súmula, conforme o caso.*

### 73. VUNESP - Proc (Pref Marília)/Pref Marília/2017

Considere a seguinte situação hipotética.

A Prefeitura de Marília possui um terreno sem afetação a alguma finalidade pública, que poderia ser utilizado, por sua localização, como estacionamento. Então, o Poder Público procede a adequação do terreno à finalidade de que sirva como estacionamento, construindo uma pequena guarita e instalando muros e portões. Estando o terreno pronto para receber um estacionamento, é correto afirmar que o Executivo Municipal

a) não poderá usar o terreno da forma prevista, pois os bens públicos são de uso comum, não havendo nenhuma hipótese de uso privativo, como pretende a Municipalidade.

**b) poderá fazer licitação para a concessão de bem público, para que a exploração fique a cargo de particular, que remuneraria a Administração Municipal.**

c) poderá fazer licitação para a concessão de serviço público impróprio, sujeita ao regime de concessões e permissões da Lei Federal nº 8.987/95.

d) poderá explorar diretamente o terreno como estacionamento, mas não poderá fazê-lo mediante descentralização à iniciativa privada.

e) poderá descentralizar a exploração do estacionamento à iniciativa privada, por meio de uma concessão patrocinada.

### Comentários

Esta questão é respondida com **A DOCTRINA. Bens públicos.**

Estamos diante de um caso de concessão de bem público, no qual, o poder concedente poderá conceder a utilização de determinado bem pelo particular, à título gratuito ou oneroso.



Concessão de uso é o contrato administrativo pelo qual a Administração Pública faculta ao particular a utilização privativa de bem público, para que a exerça conforme a sua destinação.

Sua natureza é a de contrato de direito público, sinalagmático, oneroso ou gratuito, comutativo e realizado intuitu personae. (DI PIETRO, 2018, p. 946)

#### 74. VUNESP - Proc (Pref Marília)/Pref Marília/2017

Suponha-se que a autoridade julgadora de um determinado processo administrativo disciplinar verifique que consta do relatório da Comissão que o acusado foi validamente citado e participou do contraditório, mas ele não nomeou advogado como procurador e a defesa foi subscrita pelo próprio servidor que está sendo processado. Diante disso, a autoridade julgadora deve

**a) proferir decisão, no prazo de 60 (sessenta) dias, contados do recebimento do processo, pois a ausência de nomeação de advogado não é causa de nulidade no processo administrativo disciplinar.**

b) declarar a nulidade total do processo, pois a ausência de nomeação de advogado é causa de nulidade no processo administrativo disciplinar, e remeter os autos de volta à Comissão, para que esta refaça todos os atos processuais.

c) declarar a nulidade parcial do processo, pois a ausência de nomeação de advogado é causa de nulidade no processo administrativo disciplinar, e remeter os autos de volta à Comissão, para que esta refaça somente os atos processuais em que o procurador deveria estar presente.

d) declarar a nulidade total do processo, pois a ausência de nomeação de advogado é causa de nulidade no processo administrativo disciplinar, e ordenar a constituição de outra comissão para instauração de novo processo.

e) declarar a nulidade parcial do processo, pois a ausência de nomeação de advogado é causa de nulidade no processo administrativo disciplinar, e ordenar a constituição de outra comissão para que esta refaça somente os atos processuais em que o procurador deveria estar presente.

#### Comentários

Esta questão é respondida com [A JURISPRUDÊNCIA. Servidores públicos.](#)

Súmula Vinculante 5

A falta de defesa técnica por advogado no processo administrativo disciplinar não ofende a Constituição.

#### 75. VUNESP - Proc (Pref Marília)/Pref Marília/2017



Suponha-se que um determinado agente público vinculado ao Município de Marília atue para frustrar a licitude de processos licitatórios e com isso acumule recursos suficientes para comprar uma casa e um veículo, caracterizando enriquecimento ilícito e, conseqüentemente, ato de improbidade administrativa. Instaurada a ação cabível, o agente público vem a falecer e seus filhos reclamam ter direito aos bens deixados pelo pai, inclusive os resultantes do ilícito administrativo. Alegam os herdeiros do agente público que não praticaram ato de improbidade e que não estão sujeitos à perda dos bens. Diante do previsto na Lei Federal nº 8.429/92 os filhos do agente público

a) não têm razão, pois no microsistema da Lei de Improbidade Administrativa, o perdimento dos bens é determinado liminarmente e, somente caso a ação seja julgada improcedente, caberá ressarcimento, em dinheiro, aos herdeiros.

b) têm razão, pois apesar de eventualmente serem provados atos de improbidade administrativa, os filhos não respondem pelos atos de improbidade praticados pelo pai, cuja responsabilidade é personalíssima.

**c) não têm razão, pois no caso de enriquecimento ilícito, não só o agente público perderá os bens ou valores acrescidos ao seu patrimônio, como também o terceiro beneficiário.**

d) têm razão, pois as sanções previstas na Lei de Improbidade Administrativa são de perda da função pública e de suspensão dos direitos políticos, mas não alcançam a esfera patrimonial do agente público.

e) não têm razão, pois segundo o previsto na Lei de Improbidade Administrativa, os herdeiros do agente público devem perder os bens ilicitamente adquiridos pelo pai, bem como ressarcir o erário integralmente, pagar a multa eventualmente cominada e absterem-se de contratar com o Poder Público.

## Comentários

Esta questão é respondida com **A LETRA DA LEI. Improbidade administrativa.**

*Lei 8.429/92 - Art. 8º O **sucessor** daquele que causar lesão ao patrimônio público ou se enriquecer ilicitamente **está sujeito às cominações desta lei** até o limite do valor da herança.*

*Lei 8.429/92 - Art. 12. Independentemente das sanções penais, civis e administrativas previstas na legislação específica, está o responsável pelo ato de improbidade sujeito às seguintes cominações, que podem ser aplicadas isolada ou cumulativamente, de acordo com a gravidade do fato: (Redação dada pela Lei nº 12.120, de 2009).*

*I - na hipótese do art. 9º, perda dos bens ou valores acrescidos ilicitamente ao patrimônio, ressarcimento integral do dano, quando houver, perda da função pública, suspensão dos direitos políticos de oito a dez anos, pagamento de multa civil de até três vezes o valor do acréscimo patrimonial e proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo de dez anos;*

## 76. VUNESP - Proc (Pref Marília)/Pref Marília/2017



Na modalidade licitatória do pregão, disciplinada pela Lei Federal nº 10.520/02, encerrada a etapa competitiva e ordenadas as ofertas, o pregoeiro procederá à abertura do invólucro contendo

- a) **os documentos de habilitação do licitante que apresentou a melhor proposta.**
- b) a proposta detalhada, com a composição dos custos unitários discriminada.
- c) uma declaração do licitante de que cumpriu todas as exigências fixadas no edital.
- d) uma declaração do licitante de que sua proposta foi elaborada de forma independente.
- e) uma declaração do licitante de que possui as qualificações técnico-operacional e técnico-profissional previstas no edital.

### Comentários

Esta questão é respondida com **A LETRA DA LEI. Licitações.**

*Lei 10.520/02 - Art. 4º A fase externa do pregão será iniciada com a convocação dos interessados e observará as seguintes regras:*

*XII - encerrada a etapa competitiva e ordenadas as ofertas, o pregoeiro procederá à abertura do invólucro contendo os documentos de habilitação do licitante que apresentou a melhor proposta, para verificação do atendimento das condições fixadas no edital;*

#### 77. VUNESP - Proc (Pref Marília)/Pref Marília/2017

A competência para declarar a utilidade pública ou o interesse social do bem com vistas à futura desapropriação é

- a) da União, exclusivamente.
- b) dos Estados, exclusivamente.
- c) dos Municípios, exclusivamente.
- d) da União e dos Estados, concorrentemente.
- e) **da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.**

### Comentários

Esta questão é respondida com **A LETRA DA LEI. Intervenção do Estado na Propriedade.**

*Decreto-Lei 3.365/41 - Art. 6º A declaração de utilidade pública far-se-á por decreto do Presidente da República [**União**], Governador [**Estados e DF**], Interventor ou Prefeito [**Municípios**].*

## 2.11 – ANÁLISE PROVA PGM ROSANA 2016

#### 78. VUNESP - Proc Mun (Rosana)/Pref Rosana/2016



Assinale a alternativa que corretamente discorre sobre aspectos concernentes ao ato administrativo.

a) A Administração pode revogar seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornem ilegais, porque deles não se originam direitos, ou anulá-los, por motivo de conveniência ou de oportunidade, respeitados os direitos adquiridos e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial.

b) O vício de finalidade, ou desvio de poder, consiste na omissão ou na observância incompleta ou irregular de formalidades indispensáveis à existência ou à seriedade do ato, que tem apenas a aparência de manifestação regular da Administração, mas não chega a se aperfeiçoar como ato administrativo.

**c) Afirma-se que um ato é discricionário nos casos em que a Administração tem o poder de adotar uma ou outra solução, segundo critérios de oportunidade, de conveniência, de justiça e de equidade, próprios da autoridade, porque não definidos pelo legislador, que deixa certa margem de liberdade de decisão diante do caso concreto.**

d) A atuação da Administração Pública, no exercício da função administrativa, é discricionária quando a lei estabelece a única solução possível diante de determinada situação de fato; ela fixa todos os requisitos, cuja existência a Administração deve limitar-se a constatar, sem qualquer margem de apreciação subjetiva.

e) O desvio de poder ocorre quando o agente público excede os limites de sua competência; por exemplo, quando a autoridade, competente para aplicar a pena de suspensão, impõe penalidade mais grave, que não é de sua atribuição; ou quando a autoridade policial se excede no uso da força para praticar ato de sua competência.

### Comentários

Esta questão é respondida com **A DOCTRINA. Atos administrativos.**

Em síntese, o aluno deve entender que um ato discricionário é aquele no qual o Administrador público tem dois ou mais soluções para um mesmo caso, podendo escolher por oportunidade ou conveniência qual será a solução mais adequada, lembrando que tal escolha sempre deverá estar amparada pela lei.

O ato vinculado, por outro lado, significa que a lei apenas deu uma solução possível no caso concreto e é essa solução que a administração deverá aplicar.

#### 79. VUNESP - Proc Mun (Rosana)/Pref Rosana/2016

O servidor público se sujeita à responsabilidade civil, penal e administrativa decorrente do exercício do cargo, emprego ou função. A respeito da responsabilidade do servidor público, é correto afirmar que

**a) não há, com relação ao ilícito administrativo, a mesma tipicidade que caracteriza o ilícito penal, sendo que a maior parte das infrações não é definida com precisão,**



**limitando-se a lei, em regra, a usar termos mais amplos, como falta de cumprimento dos deveres ou procedimento irregular.**

b) quando o servidor causa dano à terceiro, o Estado responde subjetivamente perante o terceiro, ou seja, é necessária a comprovação de dolo ou culpa, podendo, posteriormente, a Administração, em direito de regresso, efetuar descontos nos vencimentos do servidor.

c) mesmo que o servidor seja condenado na esfera criminal, o juízo cível e a autoridade administrativa podem decidir de forma contrária, não obstante a sentença absolutória no juízo criminal tenha categoricamente reconhecido a inexistência material do fato.

d) o servidor público civil demitido por ato administrativo, se absolvido pela Justiça em ação penal, por falta de provas, em relação ao ato que deu causa à demissão, será reintegrado ao serviço público, com todos os direitos adquiridos.

e) em caso de crime de que resulte prejuízo para a Fazenda Pública ou enriquecimento ilícito do servidor, ele ficará sujeito a sequestro e perdimento de bens, sem necessidade de intervenção do Poder Judiciário, na forma da Lei Federal nº 8.429/92.

## Comentários

Esta questão é respondida com [A DOCTRINA. Princípios e Poderes da administração pública.](#)

De fato, as leis de cunho administrativo que versam sobre sanções, tais como a Lei 8.112/90 ou a Lei 8.429/92 não se caracterizam por ser muito precisas, dando uma margem maior no que tange à sua aplicação, podendo o Administrador escolher a melhor pena aplicável ao caso concreto, conforme o princípio da adequação punitiva.

A tipicidade, diria-se, foi mitigada no âmbito da Administração pública.

### 80. VUNESP - Proc Mun (Rosana)/Pref Rosana/2016

O controle externo da Administração Pública do Município de Rosana, a cargo da Câmara Municipal, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, ao qual compete:

a) julgar as contas do Prefeito Municipal, dos administradores e dos demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos da administração direta e indireta municipal.

b) fiscalizar a aplicação de quaisquer recursos repassados pela União, mediante convênio, acordo, ajuste ou outros instrumentos congêneres, para a Municipalidade de Rosana.

c) constatada ilegalidade de despesa ou irregularidade de contas no âmbito Municipal, aplicar as sanções previstas em lei, entre elas, a multa proporcional ao dano causado ao erário e a inelegibilidade pelo prazo de quatro (4) a oito (8) anos.



d) assinar prazo para que a Municipalidade adote as providências necessárias ao exato cumprimento da lei, se verificada ilegalidade, sustando, se não atendido, os atos ou contratos eivados de ilegalidade.

**e) apreciar, para fins de registro, a legalidade dos atos de admissão de pessoal, a qualquer título, na administração direta e indireta, incluídas as fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público Municipal, excetuadas as nomeações para cargo de provimento em comissão.**

## Comentários

Esta questão é respondida com [A DOCTRINA. Controle da Administração.](#)

Em primeiro lugar, devemos entender que o Tribunal de Contas da União tem competência constitucional para apreciar, para fins de registro, a legalidade dos atos de admissão de pessoa e, por construção doutrinária, com base no princípio da simetria, estende-se esta competência aos Estados e Municípios, podendo o Tribunal de Contas do Estado de São Paulo exercer esta atribuição sem nenhum óbice legal.

*CF/1988 - Art. 71. O controle externo, a cargo do Congresso Nacional, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas da União, ao qual compete:*

*III - apreciar, para fins de registro, a legalidade dos atos de admissão de pessoal, a qualquer título, na administração direta e indireta, incluídas as fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, excetuadas as nomeações para cargo de provimento em comissão, bem como a das concessões de aposentadorias, reformas e pensões, ressalvadas as melhorias posteriores que não alterem o fundamento legal do ato concessório;*

### 81. VUNESP - Proc Mun (Rosana)/Pref Rosana/2016

O ato administrativo unilateral, discricionário e precário, gratuito ou oneroso, pelo qual a Administração Pública faculta a utilização privativa de bem público, para fins de interesse público, é a definição de

- a) autorização.
- b) concessão.
- c) retrocessão.
- d) permissão.**
- e) tredestinação.

## Comentários

Esta questão é respondida com [A DOCTRINA. Bens públicos.](#)

O enunciado desta questão trouxe a literalidade do seguinte trecho do livro da Prof.<sup>a</sup> Maria Sylvia Zanella Di Pietro:



Permissão de uso é o ato administrativo unilateral, discricionário e precário, gratuito ou oneroso, pelo qual a Administração Pública faculta a utilização privativa de bem público, para fins de interesse público. (DI PIETRO, 2018, p. 944)

## 82. VUNESP - Proc Mun (Rosana)/Pref Rosana/2016

A Lei Complementar Municipal de Rosana, nº 38/2014, estabelece o Regime Jurídico Único dos seus servidores. Sobre a concessão de licenças ao seus servidores, é correto afirmar que

- a) no caso de aborto espontâneo, a servidora terá licença remunerada pelo prazo de 45 dias.
- b) ao servidor que for convocado para prestar serviços militares será concedida licença com remuneração parcial de cinquenta por cento de seu ordenado.
- c) o servidor que tenha seu cônjuge acometido por doença grave, atestada por um médico, da qual sejam necessários seus cuidados pessoais, não podendo tal assistência ser prestada simultaneamente com seu cargo, poderá ter concedida licença remunerada nos três primeiros meses.**
- d) após cada triênio ininterrupto de exercício de cargo no município, o servidor fará jus a licença-prêmio de três meses mediante remuneração.
- e) é possível ser concedida licença ao servidor para atender a interesses particulares, pelo prazo máximo de seis meses, sem recebimento de remuneração.

### Comentários

Esta questão é respondida com **A LETRA DA LEI LOCAL. Servidores públicos.**

*Lei Complementar Municipal nº 38/14 - Art. 92. O servidor poderá obter licença, por motivo de doença que acometer o cônjuge, ou companheiro, enteados, filhos, pai, mãe, padrasto, madrasta e irmãos, provando ser indispensável sua assistência pessoal e não podendo ser prestada simultaneamente com o exercício do cargo.*

*§1º - Provar-se-á a doença mediante atestado ou laudo médico.*

*§2º - A licença de que trata este artigo será concedida:*

*I - com remuneração integral nos três primeiros meses*

## 83. VUNESP - Proc Mun (Rosana)/Pref Rosana/2016

Sobre o Abono de Natal, previsto na Lei Complementar Municipal nº 38/2014, é correto afirmar que

- a) os ocupantes de cargos comissionados farão jus ao recebimento dos valores pagos a este título.**



- b) tal abono será pago tanto aos servidores na ativa quanto aos aposentados, sendo porém, que os já desligados do serviço público receberão apenas cinquenta por cento de sua remuneração.
- c) independentemente do tempo de serviço de cada servidor, ao final do ano, receberá o valor integral de sua remuneração a título deste abono.
- d) tal benefício será pago em duas parcelas, sendo a primeira paga até julho do ano corrente e a segunda até o dia vinte de dezembro.
- e) mesmo a requerimento do servidor é vedado que tal abono seja recebido quando da concessão de férias.

### Comentários

Esta questão é respondida com [A LETRA DA LEI LOCAL. Servidores públicos.](#)

*Lei Complementar Municipal nº 38/14. Art. 152. O abono de natal será pago, anualmente, a todo servidor municipal, ativo, independentemente da remuneração a que fizer jus.*

#### 84. VUNESP - Proc Mun (Rosana)/Pref Rosana/2016

Assinale a alternativa que corretamente discorre sobre previsões relativas à improbidade administrativa, previstas na Lei Federal nº 8.429/92.

- a) Revelar fato ou circunstância de que tem ciência em razão das atribuições e que deva permanecer em segredo constitui ato de improbidade que importa enriquecimento ilícito ou causa dano ao erário.
- b) Não estão sujeitos às penalidades da Lei Federal nº 8.429/92, os atos de improbidade praticados contra o patrimônio de entidade que receba subvenção, benefício ou incentivo, fiscal ou creditício, de órgão público.
- c) As disposições da Lei Federal nº 8.429/92 são aplicáveis, no que couber, àquele que, mesmo não sendo agente público, induza ou concorra para a prática do ato de improbidade ou dele se beneficie sob qualquer forma direta ou indireta.**
- d) Exercer atividade de consultoria ou assessoramento para pessoa jurídica que tenha interesse suscetível de ser atingido ou amparado por ação ou omissão decorrente das atribuições do agente público, durante a atividade, é ato de improbidade administrativa que causa dano ao erário.
- e) Independentemente das sanções penais, civis e administrativas previstas na legislação específica, o responsável pelo ato de improbidade fica sujeito às cominações da Lei Federal nº 8.429/92, que deverão ser aplicadas sempre de forma cumulativa, mas graduadas de acordo com a gravidade do fato.

### Comentários

Esta questão é respondida com [A LETRA DA LEI. Improbidade administrativa.](#)



*Lei 8.429/92 - Art. 3º As disposições desta lei são aplicáveis, no que couber, àquele que, mesmo não sendo agente público, induza ou concorra para a prática do ato de improbidade ou dele se beneficie sob qualquer forma direta ou indireta.*

#### 85. VUNESP - Proc Mun (Rosana)/Pref Rosana/2016

A Prefeitura Municipal de Rosana pretende contratar artistas para a realização de um espetáculo no aniversário da cidade. Para realizar tal contratação, os agentes públicos responsáveis pela organização do show

a) devem realizar a licitação, pelo princípio da obrigatoriedade da licitação, que impõe que todos façam realizar o procedimento antes de contratarem obras e serviços, não estando a contratação de artistas dentre as hipóteses que não se compatibilizam com o rito do processo licitatório.

b) podem realizar a contratação direta, por caracterizar-se pela circunstância de que, em tese, poderia o procedimento ser realizado, mas que, pela particularidade do caso, decidiu o legislador não torná-lo obrigatório em relação aos artistas.

c) devem realizar a licitação, pela modalidade de pregão, já que os serviços artísticos são comuns, com exceção daqueles serviços prestados por artistas que possuam notória fama nacional, para os quais a licitação é dispensada.

d) podem realizar a contratação direta, por dispensa de licitação, por previsão expressa da Lei Federal nº 8.666/93, que considera que a arte é personalíssima, não se podendo sujeitar a fatores objetivos de avaliação, requisito dos procedimentos licitatórios.

**e) podem realizar a contratação direta, por inexigibilidade de licitação, por previsão expressa da Lei Federal nº 8.666/93, que impõe apenas como requisito que o artista contratado seja consagrado pela crítica ou pelo público.**

### Comentários

Esta questão é respondida com [A LETRA DA LEI. Licitações.](#)

*Lei 8.666/93 - Art. 25. É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial:*

*III - para contratação de profissional de qualquer setor artístico, diretamente ou através de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública.*

#### 86. VUNESP - Proc Mun (Rosana)/Pref Rosana/2016

Nas contratações de obras, serviços e compras, segundo a disciplina da Lei nº 8.666/93, a autoridade competente, em cada caso e desde que previsto no instrumento convocatório, poderá exigir que seja prestada garantia não excedente a 5% do valor do contrato. Contudo, tratando-se de obras, serviços e fornecimentos de grande vulto envolvendo alta complexidade técnica e riscos financeiros consideráveis, demonstrados



por meio de parecer tecnicamente aprovado pela referida autoridade, esse limite poderá ser elevado para

- a) 50%.
- b) 30%.
- c) 20%.
- d) 15%.
- e) **10%.**

## Comentários

Esta questão é respondida com **A LETRA DA LEI. Contratos administrativos.**

*Lei 8.666/93 - Art. 56. A critério da autoridade competente, em cada caso, e desde que prevista no instrumento convocatório, poderá ser exigida prestação de garantia nas contratações de obras, serviços e compras.*

*§ 1º Caberá ao contratado optar por uma das seguintes modalidades de garantia: (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994)*

*I - caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, devendo estes ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda; (Redação dada pela Lei nº 11.079, de 2004)*

*II - seguro-garantia; (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994)*

*III - fiança bancária. (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 8.6.94)*

*§ 2º A garantia a que se refere o caput deste artigo não excederá a cinco por cento do valor do contrato e terá seu valor atualizado nas mesmas condições daquele, ressalvado o previsto no parágrafo 3º deste artigo. (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994)*

**§ 3º Para obras, serviços e fornecimentos de grande vulto envolvendo alta complexidade técnica e riscos financeiros consideráveis, demonstrados através de parecer tecnicamente aprovado pela autoridade competente, o limite de garantia previsto no parágrafo anterior poderá ser elevado para até dez por cento do valor do contrato. (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994)**

### 87. VUNESP - Proc Mun (Rosana)/Pref Rosana/2016

A fase externa do pregão será iniciada com a convocação dos interessados e observará as regras estabelecidas pela Lei nº 10.520/02. Acerca do assunto, é correto afirmar que

- a) o prazo fixado para a apresentação das propostas, contado a partir da publicação do aviso, não será inferior a 5 dias úteis.
- b) no curso da sessão, o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% superiores àquela serão imediatamente desclassificados em razão das ofertas serem consideradas inexequíveis.
- c) **se a oferta não for aceitável ou se o licitante desatender às exigências habilitatórias, o pregoeiro examinará as ofertas subsequentes e a qualificação dos licitantes, na**



**ordem de classificação, e assim, sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao edital, sendo o respectivo licitante declarado vencedor, caso em que o pregoeiro poderá negociar diretamente com o proponente para que seja obtido preço melhor.**

d) examinada a proposta classificada em primeiro lugar, quanto ao objeto e valor, caberá ao pregoeiro declará-la como vencedora independentemente de motivação a respeito de sua aceitabilidade, posto que atingida a finalidade do pregão.

e) declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 8 dias para apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes intimados para, em igual número de dias, apresentar contrarrazões.

## Comentários

Esta questão é respondida com **A LETRA DA LEI. Licitações.**

*Lei 10.520/02 - Art. 4º A fase externa do pregão será iniciada com a convocação dos interessados e observará as seguintes regras:*

*XVI - se a oferta não for aceitável ou se o licitante desatender às exigências habilitatórias, o pregoeiro examinará as ofertas subseqüentes e a qualificação dos licitantes, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao edital, sendo o respectivo licitante declarado vencedor;*

*XVII - nas situações previstas nos incisos XI e XVI, o pregoeiro poderá negociar diretamente com o proponente para que seja obtido preço melhor;*

### 88. VUNESP - Proc Mun (Rosana)/Pref Rosana/2016

Em pregão realizado pela Prefeitura Municipal de Rosana, que tem por objeto a contratação de serviços de limpeza do prédio no qual se localizam os órgãos e as unidades municipais, a proposta de menor valor passa a ser examinada em relação a sua aceitabilidade. Nesse momento, verifica o pregoeiro que o valor da melhor proposta ainda é muito superior ao preço estimado pela Administração Pública na elaboração do edital. A despeito das tentativas de negociação direta, efetuadas pelo pregoeiro, a empresa que apresentou a melhor proposta não diminui o valor apresentado. Nessa hipótese, deverá o pregoeiro

a) revogar a licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, consistente na existência de propostas aceitáveis.

**b) examinar as ofertas subseqüentes e a qualificação dos licitantes, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao edital, sendo o respectivo licitante declarado vencedor.**

c) desclassificar todas as propostas, porque superiores ao referencial, e fixar aos licitantes o prazo de dez dias úteis para a apresentação de outras propostas com valores inferiores e que possam passar pelo crivo da aceitabilidade.



- d) declarar todos os licitantes impedidos de licitar e contratar com a União, os Estados, o Distrito Federal ou os Municípios, sem prejuízo das multas previstas em edital, pois todos agiram de má-fé a apresentar propostas 70% superiores ao referencial.
- e) inabilitar o licitante e lhe conceder o prazo de 3 (três) dias para apresentação de razões do recurso, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contrarrazões em igual número de dias.

### Comentários

Esta questão é respondida com [A LETRA DA LEI. Licitações.](#)

*Lei 10.520/02 - Art. 4º A fase externa do pregão será iniciada com a convocação dos interessados e observará as seguintes regras:*

*XVI - se a oferta não for aceitável ou se o licitante desatender às exigências habilitatórias, o pregoeiro examinará as ofertas subseqüentes e a qualificação dos licitantes, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao edital, sendo o respectivo licitante declarado vencedor;*

#### 89. VUNESP - Proc Mun (Rosana)/Pref Rosana/2016

O Regime Diferenciado de Contratações Públicas (RDC), instituído pela Lei Federal nº 12.462/11, poderia ser utilizado pela Prefeitura Municipal de Rosana para licita

**a) obras e serviços de engenharia necessários à construção de uma Unidade Básica de Saúde e de uma Unidade de Pronto Atendimento, no Município de Rosana e que integrarão o Sistema Único de Saúde – SUS.**

b) obras de infraestrutura e de contratação de serviços para o Aeroporto Usina Porto Primavera, pois o Município de Rosana está localizado a menos de 350 quilômetros da cidade de São Paulo, que será sede de jogos de futebol nas Olimpíadas 2016.

c) obras de infraestrutura de pavimentação de vias e microdrenagem, de iluminação pública ou de melhoria da mobilidade urbana, integrantes ou não do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC.

d) obras e serviços de engenharia para construção, ampliação e reforma de unidades de atendimento socioeducativo e de unidades de acolhimento institucional de crianças e adolescentes em situação de risco.

e) aquisição de uniformes e armamentos para a Guarda Municipal de Rosana, como ações de segurança pública, desde que, no entanto, os recursos utilizados sejam federais, repassados pela Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP.

### Comentários

Esta questão é respondida com [A LETRA DA LEI. Licitações.](#)

*Lei 12.462/2011 - Art. 1º É instituído o Regime Diferenciado de Contratações Públicas (RDC), aplicável exclusivamente às licitações e contratos necessários à realização:*

*V - das obras e serviços de engenharia no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS. (Incluído pela Lei nº 12.745, de 2012)*



## 90. VUNESP - Proc Mun (Rosana)/Pref Rosana/2016

É correto afirmar que, na ação de desapropriação por utilidade pública,

- a) é irrecorrível a decisão que determina a imissão provisória na posse do bem.
- b) quando o município for autor, a competência para processar e julgar a ação é o juízo de foro do domicílio do réu.
- c) não se admite a citação por hora certa e a citação por edital.
- d) quando houver diferença entre o valor ofertado e o valor fixado para efetiva indenização, os honorários serão calculados sobre a diferença.**
- e) o recurso de apelação, interposto por qualquer das partes, será recebido no duplo efeito.

### Comentários

Esta questão é respondida com [A LETRA DA LEI. Intervenção do Estado na Propriedade.](#)

*Decreto-Lei 3.365/41 - Art. 27. O juiz indicará na sentença os fatos que motivaram o seu convencimento e deverá atender, especialmente, à estimação dos bens para efeitos fiscais; ao preço de aquisição e interesse que deles auferir o proprietário; à sua situação, estado de conservação e segurança; ao valor venal dos da mesma espécie, nos últimos cinco anos, e à valorização ou depreciação de área remanescente, pertencente ao réu.*

*§ 1º A sentença que fixar o valor da indenização quando este for superior ao preço oferecido condenará o desapropriante a pagar honorários do advogado, que serão fixados entre meio e cinco por cento do valor da diferença, observado o disposto no § 4º do art. 20 do Código de Processo Civil, não podendo os honorários ultrapassar R\$ 151.000,00 (cento e cinquenta e um mil reais). (Redação dada Medida Provisória nº 2.183-56, de 2001) (Vide ADIN nº 2.332-2)*

## 91. VUNESP - Proc Mun (Rosana)/Pref Rosana/2016

Com fundamento na Lei de Transparência (Lei Federal nº 12.527/11), cidadão solicita cópia integral, a ser-lhe remetida pelo correio, de um processo administrativo da Prefeitura Municipal de Rosana, no qual consta a documentação referente à licitação e ao contrato de aquisição de produtos médico-hospitalares e de fisioterapia, com entrega parcelada. A Prefeitura Municipal defere o pedido comunicando a data e local em que o processo administrativo ficará disponível para consulta do cidadão, bem como o valor que será cobrado pela reprodução de cada uma das folhas. O cidadão apresenta recurso à autoridade hierarquicamente superior, afirmando que a Prefeitura deve lhe remeter a cópia integral do processo administrativo, via correio, sem qualquer custo, pois sua situação econômica não permite arcar com as despesas de deslocamento e de reprodução do documento. Nesse caso, a autoridade competente para a análise do recurso deverá



a) dar provimento total ao recurso, encaminhando as cópias via correio, que é meio legítimo para a prestação das informações, a critério do cidadão solicitante, devendo, também, dispensá-lo dos custos de reprodução, pois está isento de ressarcir todo aquele que declarar, sob as penas da lei, que sua situação econômica não lhe permite fazê-lo sem prejuízo do sustento próprio ou da família.

**b) dar provimento parcial ao recurso, em relação ao pagamento devido, pois mediante declaração de que não possui recursos financeiros suficientes para arcar com os custos da reprodução de documentos, sem prejuízo do sustento próprio ou de sua família, o cidadão pode ser dispensado do ressarcimento de tais custos, devendo ser negado, todavia, o envio da documentação pelo correio, pois o acesso à informação deve ser pessoal ou por meio da internet.**

c) negar provimento ao recurso, em relação aos dois pleitos, pois o acesso à informação deve ser pessoal ou por meio da internet, nos termos da Lei Federal nº 12.527/11, e, em relação aos custos de reprodução, prevê a referida lei que o serviço de busca e fornecimento da informação é gratuito, mas é cobrado o valor necessário ao ressarcimento do custo dos serviços e dos materiais utilizados.

d) dar provimento parcial ao recurso, em relação ao envio pelo correio dos documentos solicitados, pois a Lei Federal nº 12.527/11 prevê que requerente pode declarar não dispor de meios para realizar por si mesmo tais procedimentos, mas, no tocante aos custos de reprodução, é obrigatório o ressarcimento, para que não haja prejuízo ao erário em razão dos custos dos serviços de reprografia e dos materiais utilizados.

e) dar provimento total ao recurso, dispensando o cidadão dos custos de reprodução, pois está isento de ressarcir todo aquele que declarar, sob as penas da lei, que sua situação econômica não lhe permite fazê-lo sem prejuízo do sustento próprio ou da família, enviando a documentação pelo correio, que é meio legítimo, cobrando-lhe, no entanto, as despesas de postagem.

## Comentários

Esta questão é respondida com **A LETRA DA LEI. Lei de acesso à informação.**

*Lei 12.527/2011:*

*Art. 11. O órgão ou entidade pública deverá autorizar ou conceder o acesso imediato à informação disponível.*

*§ 6º Caso a informação solicitada esteja disponível ao público em formato impresso, eletrônico ou em qualquer outro meio de acesso universal, serão informados ao requerente, por escrito, o lugar e a forma pela qual se poderá consultar, obter ou reproduzir a referida informação, procedimento esse que desonerará o órgão ou entidade pública da obrigação de seu fornecimento direto, salvo se o requerente declarar não dispor de meios para realizar por si mesmo tais procedimentos.*

*Art. 12. O serviço de busca e fornecimento da informação é gratuito, salvo nas hipóteses de reprodução de documentos pelo órgão ou entidade pública consultada, situação em que poderá ser cobrado exclusivamente o valor necessário ao ressarcimento do custo dos serviços e dos materiais utilizados.*



*Parágrafo único. Estará isento de ressarcir os custos previstos no caput todo aquele cuja situação econômica não lhe permita fazê-lo sem prejuízo do sustento próprio ou da família, declarada nos termos da Lei no 7.115, de 29 de agosto de 1983.*

## 2.12 – ANÁLISE PROVA PGM SERTÃOZINHO 2016

### 92. VUNESP - Proc M (Sertãozinho)/Pref Sertãozinho/2016

Assinale a alternativa que corretamente discorre sobre o ato administrativo.

- a) Em certos atos, denominados vinculados, a lei permite ao agente proceder a uma avaliação de conduta, ponderando os aspectos relativos à conveniência e à oportunidade da prática do ato.
- b) A Administração pode revogar seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornem ilegais, porque deles não se originam direitos, ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial.
- c) É defeso ao Poder Judiciário apreciar o mérito do ato administrativo, cabendo-lhe unicamente examiná-lo sob o aspecto de sua legalidade, isto é, se foi praticado conforme ou contrariamente à lei.**
- d) A revogação também pode ser feita pelo Poder Judiciário, mediante provocação dos interessados, que poderão utilizar, para esse fim, as ações ordinárias e especiais previstas na legislação processual.
- e) Anulação é o ato administrativo discricionário pelo qual a Administração extingue um ato válido, por razões de oportunidade e conveniência, respeitando os efeitos já produzidos pelo ato, precisamente pelo fato de ser este válido perante o direito.

### Comentários

Esta questão é respondida com [A DOCTRINA. Atos administrativos.](#)

Já no que tange ao controle do mérito, refere-se àquelas situações nas quais existem discricionariedade, ou seja, avalia-se a própria oportunidade ou conveniência do ato administrativo.

Será, em regra, exercido pelo órgão sobre os atos que ele mesmo realizou e como exceção, poderá ser executado pelo poder legislativo, por expressa menção constitucional no art. 49, IX e X.

Não poderá ser feito, por outro lado, pelo poder judiciário, uma vez que este apenas poderá avaliar a legalidade que paira sobre o ato administrativo praticado, na visão tradicional da doutrina, nunca poderá adentrar no mérito administrativo.

### 93. VUNESP - Proc M (Sertãozinho)/Pref Sertãozinho/2016



Indivíduo adquire veículo caminhão de particular e efetua normalmente o devido registro junto ao Departamento Estadual de Trânsito de São Paulo – DETRAN-SP. Quinze dias após a aquisição, ao trafegar em rodovia, ao ser parado para fiscalização, verifica-se que o veículo caminhão havia sido furtado um mês antes da aquisição e, por consequência, o bem é apreendido. O indivíduo ajuíza ação de indenização contra o Estado de São Paulo. Considerando a forma como a responsabilidade civil do Estado é prevista no ordenamento pátrio, é correto afirmar que a ação do indivíduo deve ser julgada

**a) improcedente, pois embora tenha havido falha no registro estatal que não continha a informação sobre o furto, não há nexo de causalidade entre o ato perpetrado pelo órgão estadual e os danos experimentados pelo autor.**

b) procedente, pois a responsabilidade civil do Estado é objetiva, sendo assim, o Estado é civilmente responsável pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, venham a causar a terceiros.

c) parcialmente procedente, pois a culpa é concorrente, do Estado, que não manteve os devidos registros, e do indivíduo que adquiriu o veículo sem tomar as devidas cautelas quanto à verificação da origem do veículo.

d) improcedente, pois a responsabilidade civil do Estado na Constituição Federal de 1988 é subjetiva, tendo como pressupostos que a conduta praticada seja contrária ao direito e haja inobservância de dever legal.

e) procedente, pois resta demonstrada a culpa, na modalidade omissiva, do Estado, ao deixar de manter os cadastros devidamente atualizados, com a informação de que o veículo havia sido furtado.

## Comentários

Esta questão é respondida com [A JURISPRUDÊNCIA. Responsabilidade Civil do Estado.](#)

A questão trazida pela banca, esculpiu o entendimento do STJ que transcrevemos a seguir:

PROCESSUAL CIVIL. ADMINISTRATIVO. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA 211/STJ. **RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO. VEÍCULO REGISTRADO PELO DETRAN. RES FURTIVA. APREENSÃO EM DILIGÊNCIA POLICIAL. OBRIGAÇÃO INDENIZATÓRIA DO ESTADO. INEXISTÊNCIA. PRECEDENTES JURISPRUDENCIAIS DO STF E STJ.**

1. "Inadmissível recurso especial quanto à questão que, a despeito da oposição de embargos declaratórios, não foi apreciada pelo Tribunal a quo." (Súmula 211/STJ) Ausência de prequestionamento do art. 22 da Lei nº 8.078/90.

2. **"Veículo admitido a registro, pelo departamento estadual de trânsito, a requerimento do adquirente, mas que depois se verificou haver sido objeto de furto. Ausente o nexo causal, entre a atividade do funcionário e o prejuízo**



**enfrentado pelo mencionado adquirente, não se acha caracterizada a responsabilidade civil do estado.** Precedentes do Supremo Tribunal Federal" ( RE nº 134298/SP).

3. Não pode o **DETRAN** ser responsável por ato criminoso de terceiro ou pela culpa dos próprios compradores. O comprador que perde o bem por ato administrativo da autoridade policial, na busca e apreensão de veículo furtado, pode promover ação de indenização contra o vendedor. Art. 1.117 do C. Civil. Precedentes. Art. 18 do Código de Defesa do Consumidor.

4. Precedentes jurisprudenciais do STJ e STF.

5. Recurso especial parcialmente conhecido e improvido.”

(grifou-se)(Recurso Especial nº 493.318 – SC. Relator: Min Luiz Fux. **Data do Julgamento:** 05/06/2003. **Data da Publicação:** DJ 23/06/2003.)

#### 94. VUNESP - Proc M (Sertãozinho)/Pref Sertãozinho/2016

Julgar as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos da Administração direta e indireta, incluídas as fundações e sociedades instituídas e mantidas pelo Poder Público, e as contas daqueles que derem causa a perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte prejuízo ao erário público é competência constitucionalmente atribuída ao

- a) Poder Judiciário de âmbito Estadual, aos juízes vinculados ao Tribunal de Justiça do respectivo Estado.
- b) Poder Judiciário de âmbito Federal, aos juízes vinculados ao Tribunal Regional Federal daquela Região.
- c) Tribunal de Contas que atue no âmbito daquele ente federativo.**
- d) sistema de controle interno de cada Poder.
- e) controle externo a cargo do Poder Legislativo, que será exercido com o auxílio do Ministério Público.

#### Comentários

Esta questão é respondida com **A CF/1988. Controle da Administração.**

Mesmo que o artigo 71 da CF/1988 traga no seu *caput* apenas a menção do Tribunal de Contas da União, devemos entender que as competências que se encontram na constituição são estendidas para os outros entes da federação.

Eis a correção da alternativa C que diz na parte final: “daquele ente federativo”, ou seja, pelo princípio da simetria, estas regras se aplicam aos Tribunais de Contas dos Estados e municípios.

*CF/1988 - Art. 71. O controle externo, a cargo do Congresso Nacional, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas da União, ao qual compete:*



*II - julgar as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos da administração direta e indireta, incluídas as fundações e sociedades instituídas e mantidas pelo Poder Público federal, e as contas daqueles que derem causa a perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte prejuízo ao erário público;*

#### 95. VUNESP - Proc M (Sertãozinho)/Pref Sertãozinho/2016

Em relação às classificações existentes dos bens públicos, cemitérios públicos, aeroportos e mercados podem ser classificados como

- a) bens de domínio público de uso comum.
- b) bens de domínio público de uso especial.**
- c) bens de domínio privado do Estado.
- d) bens dominicais da Administração.
- e) bens de uso comum do povo e de uso especial.

#### Comentários

Esta questão é respondida com **A LETRA DA LEI. Bens públicos.**

*CC - Art. 99. São bens públicos:*

*II - os de uso especial, tais como edifícios ou terrenos destinados a serviço ou estabelecimento da administração federal, estadual, territorial ou municipal, inclusive os de suas autarquias;*

#### 96. VUNESP - Proc M (Sertãozinho)/Pref Sertãozinho/2016

Assinale a alternativa que corretamente discorre sobre tema previsto na Lei Complementar Municipal nº 050/1996, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis do Município de Sertãozinho.

- a) Os períodos de licença prêmio já adquiridos e não gozados pelo servidor efetivo ou comissionado que se aposentar, exonerar-se do cargo, a pedido ou de ofício, não serão convertidos em pecúnia; todavia, se o servidor vier a falecer, serão convertidos em pecúnia, em favor dos beneficiários da pensão.
- b) O servidor poderá participar de congressos, simpósios ou promoções similares, somente no Estado de São Paulo, desde que versem sobre temas ou assuntos referentes aos interesses de sua atuação profissional.
- c) Investido no mandato de Prefeito, o servidor efetivo será afastado do cargo, emprego ou função, sendo-lhe facultado optar pela sua remuneração, não sendo, todavia, o tempo de exercício computado para efeito de benefício previdenciário.
- d) Readaptação é o retorno à atividade de servidor aposentado por invalidez, quando, por junta médica oficial, forem declarados insubsistentes os motivos da aposentadoria.



**e) O concurso público terá validade de até 2 (dois) anos, podendo ser prorrogada uma única vez, por igual período, não sendo aberto novo concurso enquanto houver candidato aprovado em concurso anterior com prazo de validade não expirado.**

### Comentários

Esta questão é respondida com **A LETRA DA LEI LOCAL. Servidores públicos.**

*LC nº 05/1996 - Art. 12 - O concurso público terá validade de até 2 (dois) anos, podendo ser prorrogada uma única vez, por igual período.*

*§ 1º O prazo de validade do concurso e as condições de sua realização serão fixados em edital, que será publicado no jornal oficial do município e em jornal de grande circulação.*

*§ 2º Não se abrirá novo concurso enquanto houver candidato aprovado em concurso anterior com prazo de validade não expirado.*

### 97. VUNESP - Proc M (Sertãozinho)/Pref Sertãozinho/2016

Nos termos da Lei Municipal nº 3.460/00, organizar e definir a estrutura administrativa, financeira e técnica do Fundo de Previdência dos Servidores Públicos Estatutários do Município de Sertãozinho – SERTPREV é atribuição do

- a) gestor do SERTPREV, designado pelo Prefeito Municipal.
- b) Conselho Municipal de Previdência.**
- c) Prefeito Municipal.
- d) Colegiado dos Servidores Públicos Estatutários Municipais, composto por dois representantes dos servidores ativos e um representante dos inativos e pensionistas.
- e) Secretário Municipal de Administração.

### Comentários

Esta questão é respondida com **A LETRA DA LEI LOCAL. Servidores públicos.**

*Lei nº 3.460/00 - Art. 20 - Compete ao Conselho Municipal de Previdência: III - organizar e definir a estrutura administrativa, financeira e técnica do SERTPREV.*

### 98. VUNESP - Proc M (Sertãozinho)/Pref Sertãozinho/2016

São exemplos de cláusulas exorbitantes previstas na Lei Federal nº 8.666/93, dentre outras previstas explícita ou implicitamente:

- a) possibilidade de aplicação da regra da exceção do contrato não cumprido (exceptio non adimpleti contractus).
- b) execução da garantia contratual para ressarcimento das multas e indenizações devidas ao particular contratado.
- c) a aplicação de sanção, pela empresa contratada, ao Poder Público, pelo atraso na realização dos pagamentos.



d) a alteração ou a rescisão unilateral do contrato pela Administração.

e) a faculdade de exigir garantia nos contratos de obras, serviços e compras e a escolha, pela Administração, da modalidade a ser aplicada no caso, dentro das hipóteses legais.

### Comentários

Esta questão é respondida com **A LETRA DA LEI. Contratos administrativos.**

As cláusulas exorbitantes são um conceito construído pela doutrina mais selecionada, e deriva do princípio da supremacia do interesse público sobre o privado, tendo o Poder Público, uma posição superior em comparação com os administrados, garantindo-se o bem estar coletivo, na Lei 8.666/93 encontram-se algumas destas cláusulas no artigo 58:

*Lei 8.666/93 - Art. 58. O regime jurídico dos contratos administrativos instituído por esta Lei confere à Administração, em relação a eles, a prerrogativa de:*

*I - modificá-los, unilateralmente, para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitados os direitos do contratado;*

*II - rescindi-los, unilateralmente, nos casos especificados no inciso I do art. 79 desta Lei;*

*III - fiscalizar-lhes a execução;*

*IV - aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste;*

*V - nos casos de serviços essenciais, ocupar provisoriamente bens móveis, imóveis, pessoal e serviços vinculados ao objeto do contrato, na hipótese da necessidade de acautelar apuração administrativa de faltas contratuais pelo contratado, bem como na hipótese de rescisão do contrato administrativo.*

### 99. VUNESP - Proc M (Sertãozinho)/Pref Sertãozinho/2016

No pregão, encerrada a etapa competitiva e ordenadas as ofertas, o pregoeiro procederá à abertura do invólucro contendo os documentos de habilitação do licitante que apresentou a melhor proposta, para verificação do atendimento das condições fixadas no edital. Considerando-se o procedimento dessa modalidade licitatória, nos termos da Lei nº 10.520/02, essa regra é de ser observada na fase

- a) preparatória.
- b) interna.
- c) externa.
- d) conclusiva.
- e) contratual.

### Comentários

Esta questão é respondida com **A LETRA DA LEI. Licitações.**

*Lei 10.520/02 - Art. 4º A **fase externa** do pregão será iniciada com a convocação dos interessados e observará as seguintes regras:*

*XII - encerrada a etapa competitiva e ordenadas as ofertas, o pregoeiro procederá à abertura do invólucro contendo os documentos de habilitação do licitante que apresentou a melhor proposta, para verificação do atendimento das condições fixadas no edital;*



### 100. VUNESP - Proc M (Sertãozinho)/Pref Sertãozinho/2016

Assinale a alternativa que corretamente discorre sobre o instituto da desapropriação.

- a) **O procedimento da desapropriação compreende duas fases: a declaratória e a executória, abrangendo, esta última, uma fase administrativa e uma judicial.**
- b) Na fase executória da desapropriação, o poder público declara a utilidade pública ou o interesse social do bem para fins de desapropriação.
- c) A declaração expropriatória pode ser feita pelo Poder Executivo, por meio de decreto, não podendo fazê-lo, todavia, o Legislativo, por meio de lei.
- d) A declaração de utilidade pública ou interesse social é suficiente para transferir o bem para o patrimônio público, incidindo compulsoriamente sobre o proprietário.
- e) A desapropriação deverá efetivar-se mediante acordo ou intentar-se judicialmente dentro de dez anos, findos os quais esta caducará.

#### Comentários

Esta questão é respondida com [A DOCTRINA. Intervenção do Estado na Propriedade.](#)

Podemos dividir o procedimento em duas grandes fases: a fase declaratória e a fase executória. Na fase declaratória, o Poder Público manifesta sua vontade na futura desapropriação; na fase executória, adotam-se as providências para consumir a transferência do bem. (FILHO, 2018, p. 977)

### 101. VUNESP - Proc M (Sertãozinho)/Pref Sertãozinho/2016

Com base na Lei da Transparência (Lei Federal nº 12.527/2011), assinale a alternativa correta.

- a) As informações que puderem colocar em risco a segurança do Presidente e Vice-Presidente da República e respectivos cônjuges e filhos(as) serão classificadas como ultrassecretas e ficarão sob sigilo pelo prazo de 25 (vinte e cinco) anos.
- b) **O acesso à informação classificada como sigilosa cria a obrigação para aquele que a obteve de resguardar o sigilo.**
- c) O recurso apresentado em face de decisão que indefere pedido de acesso a informações será direcionado à própria autoridade que a proferiu, a qual se manifestará no prazo de cinco dias a respeito do preenchimento dos pressupostos legais de admissibilidade.
- d) A Lei Federal nº 12.527/2011 somente se aplica aos órgãos públicos integrantes da Administração direta dos Poderes Executivo, Legislativo, incluindo as Cortes de Contas, e Judiciário e do Ministério Público, as autarquias, as fundações públicas, as empresas



públicas, as sociedades de economia mista e demais entidades controladas direta ou indiretamente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

e) O serviço de busca e fornecimento da informação deverá ser remunerado mediante cobrança de taxa.

### Comentários

Esta questão é respondida com [A LETRA DA LEI. Lei de acesso à informação.](#)

*Lei 12.527/2011:*

*Art. 25. É dever do Estado controlar o acesso e a divulgação de informações sigilosas produzidas por seus órgãos e entidades, assegurando a sua proteção.*

*§ 1o O acesso, a divulgação e o tratamento de informação classificada como sigilosa ficarão restritos a pessoas que tenham necessidade de conhecê-la e que sejam devidamente credenciadas na forma do regulamento, sem prejuízo das atribuições dos agentes públicos autorizados por lei.*

**§ 2o O acesso à informação classificada como sigilosa cria a obrigação para aquele que a obteve de resguardar o sigilo.**

## 2.13 – ANÁLISE PROVA PGM PRES PRUDENTE 2016

### 102. VUNESP - Proc (Pres Prudente)/Pref Pres Prudente/2016

A discricionariedade para a prática de atos administrativos pressupõe

- a) a afastabilidade do controle de legalidade pelo Poder Judiciário.
- b) a obrigatoriedade de atendimento à finalidade apontada na motivação, quando houver, tendo em vista que esta não é exigível.
- c) a existência de margem de autonomia atribuída pelo direito ao disciplinar a função administrativa, permitindo a escolha entre duas ou mais soluções, todas válidas.**
- d) ausência da obrigatoriedade de motivá-los, em função do exercício de juízo de conveniência e oportunidade.
- e) sua não sujeição às sanções previstas na Lei de Improbidade Administrativa, expressamente prevista.

### Comentários

Esta questão é respondida com [A DOCTRINA. Atos administrativos.](#)

Um ato discricionário é aquele no qual o Administrador público tem dois ou mais soluções para um mesmo caso, podendo escolher por oportunidade ou conveniência qual será a solução mais adequada, lembrando que tal escolha sempre deverá estar amparada pela lei.



Portanto, a letra C, traz corretamente a ideia da discricionariedade para a prática dos atos administrativos, devendo existir uma margem de autonomia, atribuída pela lei, que permita escolher entre duas ou mais soluções, sendo todas estas válidas.

### 103. VUNESP - Proc (Pres Prudente)/Pref Pres Prudente/2016

Pessoa jurídica de direito público, instituída para desempenhar atividades administrativas sob regime de direito público, criada por lei que determina o grau de sua autonomia em face da Administração direta. O enunciado corresponde à definição de

- a) sociedade de economia mista.
- b) organização social.
- c) autarquia.**
- d) concessionária de serviço público.
- e) empresa pública.

#### Comentários

Esta questão é respondida com **A DOCTRINA. Organização da administração pública.**

A questão trouxe no seu enunciado o conceito de Autarquia, que nada mais é do que uma pessoa jurídica de direito público interno, que integra a Adm. Indireta, sempre criada por lei que conterà o grau de autonomia dado à tal entidade.

Cristalino neste sentido, é o conceito dado pelo Prof. José dos Santos Carvalho Filho:

À luz desses elementos, pode-se conceituar autarquia como a pessoa jurídica de direito público, integrante da Administração Indireta, criada por lei para desempenhar funções que, despidas de caráter econômico, sejam próprias e típicas do Estado. (CARVALHO, 2018, p. 568)

Também podemos encontrar o conceito de autarquia no Decreto-Lei nº. 200 de 1967, no seu artigo 5º, inciso I:

*I - Autarquia - o serviço autônomo, criado por lei, com personalidade jurídica, patrimônio e receita próprios, para executar atividades típicas da Administração Pública, que requeiram, para seu melhor funcionamento, gestão administrativa e financeira descentralizada.*

### 104. VUNESP - Proc (Pres Prudente)/Pref Pres Prudente/2016

Em se tratando de readaptação do servidor público municipal, conforme a Lei Complementar nº 168/2009, assinale a alternativa correta.

- a) Poderá acarretar o aumento de vencimentos, se compatível com o novo cargo.



- b) Poderá ser proposta pelo chefe imediato do servidor, mediante parecer prévio da procuradoria municipal.
- c) A critério da Administração, poderá o servidor readaptado ser nomeado para cargo em comissão, atendida as condições legais.**
- d) O servidor que não se readaptar à nova função, por duas vezes, deverá ser aposentado por invalidez.
- e) A readaptação deve preceder licença médica, nos casos em que a enfermidade não for incapacitante para a atividade laboral.

### Comentários

Esta questão é respondida com **A LETRA DA LEI LOCAL. Servidores públicos.**

*LC nº 168/2009 - Art. 10. A critério da Administração, o servidor readaptado poderá ser nomeado para prover cargo em comissão ou ser designado para o exercício de outras funções do serviço público municipal, desde que ouvida previamente a Equipe Técnica de Readaptação, quanto à compatibilidade das novas atribuições com sua capacidade laborativa.*

#### 105. VUNESP - Proc (Pres Prudente)/Pref Pres Prudente/2016

- Os servidores públicos municipais de Presidente Prudente terão direito a licença-adoção, nos termos da Lei Complementar nº 5/91, de
- a) 5 dias ao servidor e 90 dias à servidora.
  - b) 90 dias para servidor e/ou servidora.
  - c) 90 dias para servidora, apenas.
  - d) 180 dias para servidor e/ou servidora.**
  - e) 180 dias para servidora, apenas.

### Comentários

Esta questão é respondida com **A LETRA DA LEI LOCAL. Servidores públicos.**

*LC nº 5/91 - Art. 216 Será concedida licença-adoção por 180 (cento e oitenta) dias consecutivos ao servidor e/ou servidora adotante ou que obtiver guarda judicial de criança, sem prejuízo da remuneração.*

#### 106. VUNESP - Proc (Pres Prudente)/Pref Pres Prudente/2016

- O sancionamento por improbidade administrativa, previsto na Lei nº 8.429/1992,
- a) não depende da intervenção do Poder Judiciário, devendo ser observada a independência de instâncias.
  - b) independe da demonstração de culpa pela prática de atos que causam prejuízo ao erário.



- c) depende da aprovação ou rejeição das contas pelo órgão de controle interno ou pelo Tribunal ou Conselho de Contas.
- d) depende sempre da efetiva ocorrência de dano ao patrimônio público.
- e) pode ser imposto àquele que, mesmo não sendo agente público, induza ou concorra para a prática do ato de improbidade ou dele se beneficie sob qualquer forma direta ou indireta.**

### Comentários

Esta questão é respondida com **A LETRA DA LEI. Improbidade administrativa.**

*Lei 8.429/92 - Art. 3º As disposições desta lei são aplicáveis, no que couber, àquele que, mesmo não sendo agente público, induza ou concorra para a prática do ato de improbidade ou dele se beneficie sob qualquer forma direta ou indireta.*

#### 107. VUNESP - Proc (Pres Prudente)/Pref Pres Prudente/2016

A Municipalidade de Presidente Prudente poderá adquirir bens produzidos ou serviços prestados por entidade que integre a Administração Pública e que tenha sido criada para esse fim específico em data anterior à vigência da Lei nº 8.666/93,

- a) por inexigibilidade de licitação, desde que o preço contratado seja compatível com o praticado no mercado.
- b) com dispensa de procedimento licitatório, desde que o preço contratado seja compatível com o praticado no mercado.**
- c) por inexigibilidade de licitação em função de expressa previsão legal, independentemente da compatibilidade de preços com o mercado, tendo em vista que o Município também tem participação nos lucros.
- d) com dispensa de procedimento licitatório, independentemente da compatibilidade de preços com o mercado, tendo em vista que o Município também tem participação nos lucros.
- e) após procedimento licitatório, desde que a entidade se disponha a oferecer preço inferior a 5% (cinco por cento) daquele ofertado pelo primeiro classificado.

### Comentários

Esta questão é respondida com **A LETRA DA LEI. Licitações.**

*Lei 8.666/93 - Art. 24. [...]*

*VIII - para a aquisição, por pessoa jurídica de direito público interno, de bens produzidos ou serviços prestados por órgão ou entidade que integre a Administração Pública e que tenha sido criado para esse fim específico em data anterior à vigência desta Lei, desde que o preço contratado seja compatível com o praticado no mercado;*

#### 108. VUNESP - Proc (Pres Prudente)/Pref Pres Prudente/2016



Nas licitações de obras e serviços de engenharia, no âmbito do Diferenciado de Contratações – RDC, poderá ser utilizada a contratação integrada,

a) desde que técnica e economicamente justificada e cujo objeto envolva exclusivamente a possibilidade de execução com tecnologias de domínio restrito no mercado.

**b) que compreende a elaboração e o desenvolvimento dos projetos básico e executivo, a execução de obras e serviços de engenharia, a montagem, a realização de testes, a pré-operação e todas as demais operações necessárias e suficientes para a entrega final do objeto.**

c) que não admite a celebração de termos aditivos aos contratos firmados, tendo em vista que o risco de eventual desequilíbrio econômico-financeiro é sempre assumido pelo contratado.

d) sendo vedada a participação direta ou indireta da pessoa jurídica que participar de consórcio responsável pela elaboração do projeto básico ou executivo correspondente.

e) exceto se houver possibilidade de execução com diferentes metodologias ou o objeto envolver inovação tecnológica.

## Comentários

Esta questão é respondida com [A LETRA DA LEI. Licitações.](#)

*Lei 12.462/2011 - Art. 9º Nas licitações de obras e serviços de engenharia, no âmbito do RDC, poderá ser utilizada a contratação integrada, desde que técnica e economicamente justificada e cujo objeto envolva, pelo menos, uma das seguintes condições: (Redação dada pela Lei nº 12.980, de 2014)*

*I - inovação tecnológica ou técnica; (Incluído pela Lei nº 12.980, de 2014)*

*II - possibilidade de execução com diferentes metodologias; ou (Incluído pela Lei nº 12.980, de 2014)*

*III - possibilidade de execução com tecnologias de domínio restrito no mercado. (Incluído pela Lei nº 12.980, de 2014)*

**§ 1º A contratação integrada compreende a elaboração e o desenvolvimento dos projetos básico e executivo, a execução de obras e serviços de engenharia, a montagem, a realização de testes, a pré-operação e todas as demais operações necessárias e suficientes para a entrega final do objeto.**

### 109. VUNESP - Proc (Pres Prudente)/Pref Pres Prudente/2016

A Municipalidade desenvolveu e implementou um Parque Aquático em área pertencente ao Estado, autorizada por ato precário. Ao ser cobrada pelos órgãos públicos, constatou a inexistência de licenciamento ambiental, não exigível à época. Deverá adotar providências para regularização, entretanto, o órgão ambiental exige que o requerimento seja feito pelo titular da área, ou pela Prefeitura, desde que regularizada a posse. Caberia, assim, ao Município, que também está preocupado com a regularidade dos investimentos já feitos,



- a) desapropriar a área, indenizando o Estado com títulos da dívida pública.
- b) requerer usucapião da área, cuja posse detém há mais de 20 anos.
- c) solicitar ao Estado que faça doação da área, de interesse social, uma vez que o procedimento seria mais célere por dispensar autorização da Assembleia Legislativa.
- d) requerer a cessão de uso gratuita, pelo prazo de 20 (vinte) anos e analisar, posteriormente, a viabilidade de compra ou doação do imóvel.**
- e) propor a compra do imóvel, independentemente de autorização legislativa, desnecessária quando puder ser feita a compensação com precatórios.

### Comentários

Esta questão é respondida com [A DOCTRINA. Intervenção do Estado na Propriedade.](#)

**Cessão de uso:** cessão de uso é a transferência gratuita da posse de um bem público de uma entidade ou órgão para outro, a fim de que o cessionário o utilize nas condições estabelecidas no respectivo termo, por tempo certo ou indeterminado. É ato de colaboração entre repartições públicas, em que aquela que tem bens desnecessários aos seus serviços cede o uso a outra que deles está precisando. (MEIRELLES, 2016, p. 644)

## 2.14 – ANÁLISE PROVA PGM SUZANO 2015

### 110. VUNESP - Proc Jur (Suzano)/Pref Suzano/2015

Assinale a alternativa correta a respeito do ato administrativo.

- a) O ato vinculado não pode ser revogado pela Administração e nem pelo Poder Judiciário.**
- b) O ato discricionário praticado por agente incompetente deve ser revogado.
- c) A revogação desconstitui o ato administrativo com efeitos ex tunc.
- d) O ato discricionário é infenso ao controle de legalidade praticado pelo Poder Judiciário.
- e) O ato discricionário transita no espaço da ausência de normatividade que discipline o seu objeto.

### Comentários

Esta questão é respondida com [A DOCTRINA. Atos administrativos.](#)

Para que um ato administrativo seja revogado, será necessário avaliar sua conveniência e oportunidade, é o que a jurisprudência entende, quando sumulou o tema:



**Súmula 473 – STF:** A Administração pode anular seus próprios atos quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial.

Como um ato vinculado não comportam análise de tais atributos (oportunidade e conveniência), por consequência lógica, não poderão ser revogados. Se a Administração pública não conseguiu analisar a oportunidade do ato, nem sua conveniência, não poderá fazê-lo posteriormente.

### 111. VUNESP - Proc Jur (Suzano)/Pref Suzano/2015

São exemplos de serviços públicos *uti singuli*:

- a) iluminação pública, calçamento e fornecimento de gás.
- b) energia elétrica, iluminação pública e saúde.
- c) telefonia, energia elétrica e fornecimento de água.**
- d) educação, saúde e policiamento.
- e) transporte coletivo, defesa civil e educação.

### Comentários

Esta questão é respondida com [A DOCTRINA. Serviços Públicos.](#)

É necessário conhecer o conceito dos serviços públicos *uti singuli*, vejamos:

Serviços *uti singuli* são aqueles que têm por finalidade a satisfação individual e direta das necessidades dos cidadãos. (DI PIETRO, 2018, p. 185)

Como podemos ver do conceito trazido pela Ilustre Prof. Di Pietro, os serviços públicos *uti singuli* serão aqueles destinados para satisfazer de forma individualizada as necessidades dos cidadãos, um exemplo disso, são a telefonia, energia elétrica e fornecimento de água, todos estes serviços públicos são prestados diretamente aos usuários, portanto, podemos individualizar exatamente quem está usando e quanto está sendo usado do serviço. Eis a correção da Letra C.

### 112. VUNESP - Proc Jur (Suzano)/Pref Suzano/2015

“Contrato administrativo pelo qual o Poder Público atribui a utilização exclusiva de bem de seu domínio a um particular, para que o explore por sua conta e risco, segundo a sua específica destinação” (Hely Lopes Meirelles). Considerando os diferentes tipos de usos de bens públicos, é correto afirmar que essa é uma definição de

- a) permissão de uso.



- b) autorização de uso.
- c) legitimação de posse.
- d) cessão de uso.
- e) concessão de uso.**

### Comentários

Esta questão é respondida com [A DOCTRINA. Bens públicos.](#)

Concessão de uso é o contrato administrativo pelo qual a Administração Pública faculta ao particular a utilização privativa de bem público, para que a exerça conforme a sua destinação.

Sua natureza é a de contrato de direito público, sinalagmático, oneroso ou gratuito, comutativo e realizado intuitu personae. (DI PIETRO, 2018, p. 946)

#### 113. VUNESP - Proc Jur (Suzano)/Pref Suzano/2015

Fulano da Silva, funcionário público municipal, detentor de cargo efetivo, praticou ato considerado ilícito nas esferas criminal e administrativa. A sentença penal, transitada em julgado, negou a existência do fato e absolveu Fulano. Considerando as normas do direito pátrio no que tange ao tema da responsabilidade dos agentes públicos, é correto afirmar que Fulano

- a) poderá ainda ser punido administrativamente, uma vez que essas duas instâncias são independentes e não se comunicam.
- b) não mais poderá ser punido pela Administração, tendo em vista que a referida decisão penal de absolvição do servidor afasta a responsabilidade administrativa.**
- c) poderá ser punido pela Administração, posto que a responsabilidade administrativa somente poderia ser afastada se a sentença criminal negasse a autoria do fato.
- d) não mais poderá ser punido, uma vez já julgado na esfera penal, independentemente do fundamento, vez que esta prevalece sobre as demais esferas de responsabilidade.
- e) poderá ser ainda punido pela Administração, considerando que a absolvição criminal que negou a existência do fato não vincula o administrador.

### Comentários

Esta questão é respondida com [A LETRA DA LEI. Servidores públicos.](#)

*Lei 8.112/90 - Art. 126. A responsabilidade administrativa do servidor será afastada no caso de absolvição criminal que negue a existência do fato ou sua autoria.*

#### 114. VUNESP - Proc Jur (Suzano)/Pref Suzano/2015



João da Silva é servidor público efetivo do Município de Suzano e aposentou-se por invalidez. Não obstante, aos 70 anos de idade, obteve laudo de perícia da Previdência Social por meio do qual foram declarados insubsistentes os motivos da sua aposentadoria. Nessa situação, conforme o disposto no Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Suzano (Lei Complementar nº 190/10), é correto afirmar que João

- a) terá direito a ser reintegrado ao seu cargo de origem.
- b) será revertido ao cargo que anteriormente ocupava ou terá opção de ser indenizado.
- c) será readaptado em cargo similar àquele que anteriormente ocupava antes da aposentadoria.
- d) não poderá reverter a sua aposentadoria, uma vez que já completou 70 (setenta) anos de idade.**
- e) não terá direito à reintegração ao cargo, mas deverá ser indenizado em um salário para cada ano em que ficou aposentado.

### Comentários

Esta questão é respondida com **A LETRA DA LEI LOCAL. Servidores públicos.**

*Lei Complementar nº 190/10. Art. 23. Não poderá reverter o aposentado que já tiver completado 70 (setenta) anos de idade.*

#### 115. VUNESP - Proc Jur (Suzano)/Pref Suzano/2015

Considerando o disposto na Lei no 8.429/92, que trata da improbidade administrativa, é correto afirmar sobre o procedimento administrativo e o processo judicial:

- a) O juiz criminal é quem tem atribuição legal para representar à autoridade administrativa competente para que seja instaurada investigação destinada a apurar a prática de ato de improbidade.
- b) A representação, que será escrita ou reduzida a termo e assinada, conterá a qualificação do representante, as informações sobre o fato e sua autoria, dispensando-se, nessa fase, a indicação de eventuais provas.
- c) A comissão processante dará conhecimento ao Ministério Público e ao respectivo Chefe do Poder Executivo da existência de procedimento administrativo para apurar a prática de ato de improbidade.
- d) A ação principal, que terá o rito sumário, será proposta pelo Ministério Público ou pela pessoa jurídica interessada, dentro de trinta dias da efetivação da medida cautelar.
- e) Em qualquer fase do processo, reconhecida a inadequação da ação de improbidade, o juiz extinguirá o processo sem julgamento do mérito.**

### Comentários

Esta questão é respondida com **A LETRA DA LEI. Improbidade administrativa.**



*Lei 8.429/92 - Art. 17. A ação principal, que terá o rito ordinário, será proposta pelo Ministério Público ou pela pessoa jurídica interessada, dentro de trinta dias da efetivação da medida cautelar.*

*§ 11. Em qualquer fase do processo, reconhecida a inadequação da ação de improbidade, o juiz extinguirá o processo sem julgamento do mérito. (Vide Medida Provisória nº 2.088-35, de 2000) (Incluído pela Medida Provisória nº 2.225-45, de 2001)*

#### 116. VUNESP - Proc Jur (Suzano)/Pref Suzano/2015

A Prefeitura de Suzano pretende contratar os seguintes serviços de terceiros: publicidade e divulgação dos atos da administração de interesse da coletividade; e defesa profissional de uma complexa causa jurídica de interesse do Município. Assim sendo, nos moldes do disposto na Lei nº 8.666/93, é correto afirmar que

- a) o primeiro serviço pode ser contratado diretamente, por dispensa de licitação, enquanto que o segundo exige a licitação na modalidade concorrência.
- b) ambos os serviços podem ser contratados diretamente, por inexigibilidade de licitação.
- c) ambos os serviços podem ser contratados diretamente, por dispensa de licitação.
- d) o primeiro deve ser contratado por licitação, e o segundo pode ser contratado diretamente, por inexigibilidade de licitação, desde que de natureza singular, com profissionais ou empresas de notória especialização.**
- e) o primeiro pode ser contratado diretamente, por inexigibilidade de licitação, desde que de natureza singular, com profissionais ou empresas de notória especialização, enquanto que o segundo exige licitação.

#### Comentários

Esta questão é respondida com **A LETRA DA LEI. Licitações.**

*Lei 8.666/93 - Art. 25. É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial:*

*II - para a contratação de serviços técnicos enumerados no art. 13 desta Lei, de natureza singular, com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação;*

#### 117. VUNESP - Proc Jur (Suzano)/Pref Suzano/2015

A respeito da licitação na modalidade pregão, é correto afirmar que

- a) o prazo de validade das propostas será de 30 dias, se outro não estiver fixado no edital.
- b) é permitida a exigência de aquisição do edital pelos licitantes, como condição para participação no certame.



c) a fase externa do pregão será iniciada com a convocação dos interessados, observadas as regras estabelecidas em lei.

d) no âmbito do Ministério da Defesa, as funções de pregoeiro e de membro da equipe de apoio poderão ser desempenhadas, exclusivamente, por policiais federais.

e) é expressamente vedada a participação de bolsas de mercadorias no apoio técnico e operacionais aos órgãos e entidades promotores da modalidade pregão.

### Comentários

Esta questão é respondida com [A LETRA DA LEI. Licitações.](#)

*Lei 10.520/02 - Art. 4º A **fase externa** do pregão será **iniciada com a convocação dos interessados e observará as seguintes regras:***

## 2.15 – ANÁLISE PROVA PGM SP 2014

### 118. VUNESP - Proc Mun (SP)/Pref SP/2014

Em relação à arbitragem e à administração pública, assinale a alternativa correta.

a) O juízo arbitral é inadmissível em contratos de empresas públicas, por falta de expressa autorização legal e por contrariedade aos princípios básicos que regem a administração pública.

b) É inaplicável a arbitragem em contratos celebrados pela Administração Pública sujeitos ao regime de direito público por violar o princípio da indisponibilidade do interesse público.

c) Estipulada cláusula compromissória em contrato administrativo, à luz dos princípios constitucionais que o regem, poderá a Administração Pública afastá-la, em nome do interesse público.

**d) Quando os contratos celebrados por empresa estatal versem sobre atividade econômica em sentido estrito, os direitos e as obrigações deles decorrentes serão transacionáveis, disponíveis e, portanto, sujeitos à arbitragem.**

e) As atividades desenvolvidas por autarquia que decorram do poder de império da Administração Pública, cuja consecução esteja relacionada ao interesse público primário, podem submeter-se à arbitragem.

### Comentários

Esta questão é respondida com [A DOCTRINA. Contratos administrativos.](#)

O Estado, através da sua Administração Indireta, especificamente, das suas empresas públicas e sociedades de economia mista, poderá desempenhar atividades econômicas em sentido estrito, ou seja, poderão concorrer no mercado, valendo-se das mesmas regras que são conferidas aos particulares, sem nenhum tipo de prerrogativa em comparação com estes, salvo algumas ressalvas.



Caso for o caso de atividade econômica em sentido estrito, e as empresas estatais realizarem contratos, os direitos daí decorrentes poderão ser transacionados e dispostos, ou seja, poderão estar sujeitos à arbitragem, conforme a legislação nacional vigente:

*Lei 9.307/1996 - Art. 1º As pessoas capazes de contratar poderão valer-se da arbitragem para dirimir litígios relativos a direitos patrimoniais disponíveis.*

*§ 1º A administração pública direta e indireta poderá utilizar-se da arbitragem para dirimir conflitos relativos a direitos patrimoniais disponíveis. (Incluído pela Lei nº 13.129, de 2015) (Vigência)*

*§ 2º A autoridade ou o órgão competente da administração pública direta para a celebração de convenção de arbitragem é a mesma para a realização de acordos ou transações. (Incluído pela Lei nº 13.129, de 2015) (Vigência)*

### 119. VUNESP - Proc Mun (SP)/Pref SP/2014

A licença

- a) pode ser considerada um ato discricionário.
- b) pode ser negada por motivo de inconveniência ou oportunidade.
- c) destina-se à utilização privativa de bem público.
- d) é um ato bilateral e constitutivo.
- e) difere da autorização por ser um ato declaratório.**

### Comentários

Esta questão é respondida com **A DOCTRINA. Atos administrativos.**

De fato, autorizada doutrina entende que a licença é um ato declaratório pelo fato de apenas declarar um determinado direito subjetivo do interessado, precisando apenas que este cumpra com todas as exigências legais, daí que surge a ideia de ser um ato vinculado.

Podemos definir a licença como o ato vinculado por meio do qual a Administração confere ao interessado consentimento para o desempenho de certa atividade. (CARVALHO, 2018, p. 203).

### 120. VUNESP - Proc Mun (SP)/Pref SP/2014

A respeito das autarquias especiais, assinale a alternativa correta.

- a) Suas decisões não são passíveis de apreciação por outros órgãos ou entidades da administração pública.**
- b) As autarquias especiais corporativas, como os conselhos de fiscalização profissional, não necessitam contratar mediante concurso público.
- c) Integram a Administração indireta e se submetem a um regime jurídico único e uniforme.



- d) São classificadas de acordo com a natureza de suas competências, podendo desempenhar atribuições além das conferidas por lei.
- e) As universidades públicas devem prestar contas à Administração Pública à qual está vinculada sobre o destino de seus recursos orçamentários.

### Comentários

Esta questão é respondida com [A DOCTRINA. Organização da administração pública.](#)

Correta a Letra A, visto que uma das características das autarquias especiais é a impossibilidade de apreciação de suas decisões pelos demais órgãos administrativos.

Colacionamos trecho de selecionada doutrina:

Elas estão sendo criadas como autarquias de regime especial. Sendo autarquias, sujeitam-se às normas constitucionais que disciplinam esse tipo de entidade; o regime especial vem definido nas respectivas leis instituidoras, dizendo respeito, em regra, à maior autonomia em relação à Administração Direta; à estabilidade de seus dirigentes, garantida pelo exercício de mandato fixo, que eles somente podem perder nas hipóteses expressamente previstas, afastada a possibilidade de exoneração ad nutum; ao caráter final das suas decisões, **que não são passíveis de apreciação por outros órgãos ou entidades da Administração Pública.** (DI PIETRO, 2018, p. 651).

### 121. VUNESP - Proc Mun (SP)/Pref SP/2014

Agência reguladora independente é

- a) Autarquia comum, cujos atos não se sujeitam à revisão por autoridade integrante da Administração direta e não há demissão dos administradores.
- b) Autarquia especial, cujos atos não se sujeitam à revisão por autoridade integrante da Administração direta, mas apenas perante o Poder Judiciário.**
- c) Autarquia comum, em que há regime especial de investidura e demissão dos administradores.
- d) Autarquia especial, em que há homogeneidade na configuração do regime jurídico de todas as agências reguladoras.
- e) Autarquia comum, mas configurada em regime de autonomia econômico-financeira, por meio de receitas próprias.

### Comentários

Esta questão é respondida com [A DOCTRINA. Organização da administração pública.](#)

Elas **[autarquias reguladoras]** estão sendo criadas como autarquias de regime especial. Sendo autarquias, sujeitam-se às normas constitucionais que disciplinam



esse tipo de entidade; o regime especial vem definido nas respectivas leis instituidoras, dizendo respeito, em regra, à maior autonomia em relação à Administração Direta; à estabilidade de seus dirigentes, garantida pelo exercício de mandato fixo, que eles somente podem perder nas hipóteses expressamente previstas, afastada a possibilidade de exoneração ad nutum; **ao caráter final das suas decisões, que não são passíveis de apreciação por outros órgãos ou entidades da Administração Pública.** (DI PIETRO, 2018, p. 651).

## 122. VUNESP - Proc Mun (SP)/Pref SP/2014

Considerando o servidor público que teve seu ato de aposentadoria publicado, mas que não teve conhecimento e continua trabalhando, causando dano a terceiro, no que diz respeito à responsabilidade civil da Administração, assinale a alternativa correta.

- a) Não há responsabilidade por não ser o autor mais servidor público.
- b) Não há responsabilidade, pois se trata de usurpação de função
- c) Há responsabilidade, por manter o servidor aparência de agente público de fato.**
- d) Há responsabilidade, uma vez que é servidor enquanto não deixar o cargo.
- e) Há responsabilidade, por equivaler à teoria da culpa anônima por falta de serviço.

### Comentários

Esta questão é respondida com **A CF/1988. Responsabilidade Civil do Estado.**

Importante destacar que, a doutrina destacada entende que o conceito de agente público que se encontra no §6º do art. 37 da CF/1988, para fins de responsabilidade civil do estado, deverá ser o mais amplo e abrangente possível, incluindo até os agentes de fato, que são pessoas que desempenharam uma função pública mas não foram formalmente investidas.

*Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)*

*§ 6º As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa.*

## 123. VUNESP - Proc Mun (SP)/Pref SP/2014

A respeito de consórcio público, assinale a alternativa correta.

- a) Integrará a administração pública indireta de todos os entes consorciados.**
- b) Não está sujeito ao controle do Tribunal de Contas.
- c) Depende de decreto executivo autorizador para sua criação.



- d) Tem por objeto o desenvolvimento de atividade temporária.
- e) Terá suas despesas mantidas por um dos entes associados.

### Comentários

Esta questão é respondida com **A LETRA DA LEI. Contratos administrativos.**

*Lei nº 11.107/2005 - Art. 6º O consórcio público adquirirá personalidade jurídica:*

*I – de direito público, no caso de constituir associação pública, mediante a vigência das leis de ratificação do protocolo de intenções;*

*II – de direito privado, mediante o atendimento dos requisitos da legislação civil.*

**§ 1º O consórcio público com personalidade jurídica de direito público integra a administração indireta de todos os entes da Federação consorciados.**

#### 124. VUNESP - Proc Mun (SP)/Pref SP/2014

Após a emissão de parecer prévio e do julgamento das contas do Município, o Tribunal de Contas do Município

- a) **pode, a pedido da Câmara dos Vereadores, reexaminar as contas municipais para apurar irregularidades constatadas posteriormente.**
- b) pode reexaminar as contas, desde que haja representação de 2/3 dos eleitores do município.
- c) pode, a pedido de novo prefeito, reexaminar as contas municipais para apurar fatos novos.
- d) não pode reexaminar as contas já aprovadas, em razão da coisa julgada.
- e) não pode reexaminar as contas já aprovadas, pelo fim de sua jurisdição.

### Comentários

Esta questão é respondida com **A JURISPRUDÊNCIA. Controle da administração.**

ADMINISTRATIVO - TRIBUNAL DE CONTAS DO MUNICÍPIO - COMPETÊNCIA - REEXAME DE CONTAS DO EXECUTIVO MUNICIPAL. **Mesmo após a emissão de parecer prévio e do julgamento das contas do Município, pode o Tribunal de Contas do Município, a pedido da Câmara dos Vereadores, reexaminar as contas municipais para apurar irregularidades constatadas posteriormente. Recurso improvido.**

(STJ - RMS: 11785 GO 2000/0027856-4, Relator: Ministro GARCIA VIEIRA, Data de Julgamento: 07/02/2002, T1 - PRIMEIRA TURMA, Data de Publicação: DJ 25.03.2002 p. 178 LEXSTJ vol. 155 p. 94).

#### 125. VUNESP - Proc Mun (SP)/Pref SP/2014

Assinale a alternativa correta.



- a) O controle dos atos administrativos pelo Judiciário afronta o princípio da separação, independência e harmonia dos poderes constituídos.
- b) Os atos normativos do Poder Executivo, como regulamentos, resoluções, portarias, podem ser invalidados pelo Poder Judiciário.
- c) O Judiciário não pode examinar sob o aspecto da legalidade e da moralidade os atos da Administração Pública discricionários.
- d) Os atos administrativos vinculados estão fora da competência de revisão do Poder Judiciário, por estar este impedido de examinar seu mérito.
- e) Os atos políticos estão sujeitos à apreciação do Judiciário, desde que causem lesão a direitos individuais.**

### Comentários

Esta questão é respondida com [A DOCTRINA. Controle da Administração.](#)

Com relação aos atos políticos, é possível também a sua apreciação pelo Poder Judiciário, desde que causem lesão a direitos individuais ou coletivos. Houve um período no direito brasileiro, na vigência da Constituição de 1937, em que os atos políticos eram insuscetíveis de apreciação judicial, por força de seu artigo 94. Essa norma ligava-se à concepção do ato político como sendo aquele que diz respeito a interesses superiores da nação, não afetando direitos individuais; como o exercício do direito de ação estava condicionado à existência de um direito individual lesado, não ocorrendo essa lesão, faltava o interesse de agir para o recurso às vias judiciais. (DI PIETRO, 2018, p. 1012)

#### 126. VUNESP - Proc Mun (SP)/Pref SP/2014

Funcionário público do Município de São Paulo, preso em flagrante por crime inafiançável, será considerado afastado do exercício do cargo até decisão final transitada em julgado e durante o afastamento

- a) não terá direito a perceber vencimentos.
- b) terá direito a perceber 2/3 dos vencimentos e, se absolvido, terá direito a receber a diferença.**
- c) terá direito a perceber 1/2 dos vencimentos e, se absolvido, terá direito a receber a diferença.
- d) terá direito a perceber 1/3 dos vencimentos e, no caso de condenação, terá direito a continuar recebendo o mesmo valor.
- e) terá direito a perceber 1/2 dos vencimentos e, no caso de condenação, será demitido a bem do serviço público.

### Comentários



Esta questão é respondida com **A LETRA DA LEI LOCAL. Servidores públicos.**

*Lei 8.989/79. Art. 49. O funcionário preso em flagrante ou preventivamente, ou recolhido à prisão em decorrência de pronúncia ou condenação por crime inafiançável, será considerado afastado do exercício do cargo, até a decisão final transitada em julgado.*

*§ 1º - Durante o afastamento, o funcionário perceberá 2/3 (dois terços) dos vencimentos, tendo posteriormente direito à diferença, se for absolvido.*

### 127. VUNESP - Proc Mun (SP)/Pref SP/2014

Sobre a prática de improbidade administrativa, assinale a alternativa correta.

- a) É possível o ajuizamento de ação de improbidade administrativa exclusivamente em face de particular, sem a concomitante presença de agente público no polo passivo da demanda.
- b) Em ação de improbidade administrativa, não é possível que se determine a indisponibilidade de bens adquiridos anteriormente ao suposto ato de improbidade.
- c) Configura ato de improbidade administrativa a conduta de professor da rede pública de ensino que, aproveitando-se dessa condição, assedie sexualmente seus alunos.**
- d) Para a configuração dos atos de improbidade administrativa que causem prejuízo ao erário, é dispensável a comprovação de efetivo prejuízo aos cofres públicos.
- e) Para a decretação de indisponibilidade de bens pela prática de atos de improbidade administrativa que tenha causado lesão ao patrimônio público, exige-se que se demonstre a ocorrência de periculum in mora.

### Comentários

Esta questão é respondida com **A JURISPRUDÊNCIA. Improbidade administrativa.**

Configura ato de improbidade administrativa a conduta de professor da rede pública de ensino que, aproveitando-se dessa condição, assedie sexualmente seus alunos. Isso porque essa conduta atenta contra os princípios da administração pública, subsumindo-se ao disposto no art. 11 da Lei nº 8.429/1992. (STJ. 2ª Turma. REsp 1.255.120-SC, Rel. Min. Humberto Martins, julgado em 21/5/2013. Info 523).

### 128. VUNESP - Proc Mun (SP)/Pref SP/2014

Caracteriza o pregão:

- a) objeto comum, disponível no mercado a qualquer tempo, cuja configuração e características são padronizadas pela própria atividade empresarial.**
- b) podem participar somente os sujeitos previamente inscritos em cadastro público, o que torna a licitação sumária e mais rápida.



- c) os proponentes ficam vinculados por sua proposta até que outra, mais elevada, seja formulada.
- d) modalidade de licitação mais simplificada para aquisição de bens e serviços cujo valor é limitado, nos termos da lei.
- e) utilização de recursos eletrônicos de informação para aceitação de propostas e lances em sessão presencial apenas para candidatos previamente cadastrados.

### Comentários

Esta questão é respondida com **A LETRA DA LEI. Licitações.**

*Lei 10.520/02 - Art. 1º Para aquisição de bens e serviços comuns, poderá ser adotada a licitação na modalidade de pregão, que será regida por esta Lei.*

*Parágrafo único. Consideram-se bens e serviços comuns, para os fins e efeitos deste artigo, aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado.*

### 129. VUNESP - Proc Mun (SP)/Pref SP/2014

Quanto à classificação de sigilo nas informações prestadas pelos órgãos da Administração direta e indireta da Municipalidade de São Paulo, assinale a alternativa correta.

- a) As informações sobre condutas que impliquem violação dos direitos humanos praticada por agentes públicos ou a mando de autoridades públicas poderão ser objeto de classificação em grau de sigilo mínimo.
- b) O acesso, a divulgação e o tratamento de informação classificada em qualquer grau de sigilo ficarão restritos às autoridades judiciais.
- c) As informações classificadas como reservadas, após o término do prazo de classificação, deverão ser desclassificadas imediatamente ao grau mínimo de sigilo.
- d) O dirigente máximo do órgão ou entidade não poderá delegar a competência para classificação no grau reservado a agente público que exerça função de direção, comando ou chefia.
- e) As informações classificadas no grau ultrassecreto ou secreto, mesmo após eventual desclassificação, serão definitivamente preservadas, observados os procedimentos de restrição de acesso enquanto vigorar o prazo da classificação.**

### Comentários

Esta questão é respondida com **A LETRA DA LEI. Lei de acesso à informação.**

*Decreto nº 7.724/2012 - Art. 39. As informações classificadas no grau ultrassecreto ou secreto serão definitivamente preservadas, nos termos da Lei nº 8.159, de 1991, observados os procedimentos de restrição de acesso enquanto vigorar o prazo da classificação.*



## 2.16 – ANÁLISE PROVA PGM SJ RP 2014

### 130. VUNESP - Proc Mun (Pref SJRP)/Pref SJRP/2014

Com relação às formas de prestação de serviço público, é correto afirmar que

- a) a desconcentração do serviço implica a transferência do serviço para outra entidade.
- b) somente por meio de lei o Município poderá descentralizar a prestação de serviço.
- c) a descentralização do serviço poderá ocorrer por meio de ato administrativo.
- d) quando o Município desconcentra a prestação de um serviço público, transfere ao órgão a titularidade e a responsabilidade pela execução.
- e) a descentralização é o fato administrativo que traduz a transferência da execução da atividade estatal a determinada pessoa, integrante ou não da Administração.**

### Comentários

Esta questão é respondida com [A DOCTRINA. Serviços públicos.](#)

Descentralização por colaboração é a que se verifica quando, por meio de contrato ou ato administrativo unilateral, **se transfere a execução de determinado serviço público a pessoa jurídica de direito privado**, previamente existente, conservando o Poder Público a titularidade do serviço. (DI PIETRO, 2018, p. 577)

### 131. VUNESP - Proc Mun (Pref SJRP)/Pref SJRP/2014

Com relação aos regime jurídico, concessão, permissão e autorização dos bens públicos, assinale a alternativa correta.

- a) Os bens públicos de uso comum do povo, os de uso especial e os dominicais são inalienáveis e imprescritíveis, enquanto conservarem a sua qualificação, na forma que a lei determinar.
- b) O credor do Poder Público, nos termos do que consta da Constituição Federal, poderá ajustar garantia real sobre bens públicos.
- c) A concessão de uso é o ato administrativo pelo qual a Administração consente que certa pessoa utilize privativamente bens públicos, atendendo ao mesmo tempo aos interesses público e privado.
- d) O ato de permissão de uso é praticado intuitu personae, razão por que sua transferência a terceiro só se legitima se houver consentimento expresso da entidade permitente.**
- e) A celebração do contrato administrativo de autorização de uso dependerá da aferição, pelos órgãos administrativos, da conveniência e oportunidade em conferir a utilização privativa do bem ao particular.



## Comentários

Esta questão é respondida com [A DOCTRINA. Bens públicos.](#)

A Letra D está correta e foi extraída do Livro do Prof. José dos Santos Carvalho Filho, vejamos:

O ato de permissão de uso é praticado intuitu personae, razão por que sua transferência a terceiros só se legitima se houver consentimento expresso da entidade permitente. Nesse caso, a transferibilidade retrata a prática de novo ato de permissão de uso a permissionário diverso do que era favorecido pelo ato anterior. (CARVALHO, 2018, p. 1341)

### 132. VUNESP - Proc Mun (Pref SJRP)/Pref SJRP/2014

No tocante aos cargos, empregos e funções públicas, é correto afirmar que

a) função pública é o lugar, dentro da organização funcional da Administração Direta e de suas autarquias e fundações públicas que, ocupado por servidor público, tem funções específicas e remuneração fixada em lei ou diploma a ela equivalente.

**b) cargos efetivos são aqueles que se revestem de caráter de permanência, constituindo a maioria absoluta dos cargos integrantes dos diversos quadros funcionais.**

c) as funções de confiança deverão ser exercidas preferencialmente por servidores ocupantes de cargos de carreira técnica ou profissional.

d) provimento é o fato administrativo que traduz o preenchimento de um cargo ou emprego público.

e) a vacância, que indica que determinado cargo público não está provido, somente ocorrerá nas hipóteses de exoneração ou demissão do servidor público.

## Comentários

Esta questão é respondida com [A DOCTRINA. Servidores públicos.](#)

Embora em menor grau que nos cargos vitalícios, os **cargos efetivos** também proporcionam segurança a seus titulares: a perda do cargo, segundo emana do art. 41, § 1º, da CF, só poderá ocorrer, depois que adquirirem a estabilidade, se houver sentença judicial ou processo administrativo em que se lhes faculte ampla defesa, e agora também em virtude de avaliação negativa de desempenho, como introduzido pela EC nº 19/1998. (FILHO, 2018)

### 133. VUNESP - Proc Mun (Pref SJRP)/Pref SJRP/2014



Com relação ao Processo Judicial nos casos de atos de improbidade administrativa, é correto afirmar que

- a) a propositura da ação prevenirá a jurisdição do juízo para todas as ações posteriormente intentadas que possuam a mesma causa de pedir ou o mesmo objeto.
- b) é possível, após análise do Ministério Público e deliberação judicial, a aplicação de transação, acordo ou conciliação.
- c) a ação principal, que terá o rito ordinário, será proposta exclusivamente pelo Ministério Público.
- d) não caberá recurso da decisão judicial que receber a petição inicial.
- e) o juiz não poderá extinguir o processo sem julgamento do mérito, mesmo quando reconhecida a inadequação da ação de improbidade.

## Comentários

Esta questão é respondida com **A LETRA DA LEI. Improbidade administrativa.**

*Lei 8.429/92 - Art. 17. A ação principal, que terá o rito ordinário, será proposta pelo Ministério Público ou pela pessoa jurídica interessada, dentro de trinta dias da efetivação da medida cautelar.*

*§ 5o A propositura da ação prevenirá a jurisdição do juízo para todas as ações posteriormente intentadas que possuam a mesma causa de pedir ou o mesmo objeto. (Incluído pela Medida provisória nº 1.984-16, de 2000) (Incluído pela Medida provisória nº 2.180-35, de 2001)*

### 134. VUNESP - Proc Mun (Pref SJRP)/Pref SJRP/2014

Um Procurador do Município de São José do Rio Preto é solicitado a manifestar-se, por meio de parecer, sobre a eventual contratação, sem licitação, de um escritório de advocacia pela Prefeitura Municipal, visando o ajuizamento de ação reivindicatória, em razão da insuficiência do quadro de Procuradores Municipais, do notório saber jurídico a diferenciar o escritório e do previsto no art. 13, inciso V, da Lei n.º 8.666/93:[...]

Art. 13. Para os fins desta Lei, consideram-se serviços técnicos profissionais especializados os trabalhos relativos a: [...]

V – patrocínio ou defesa de causas judiciais ou administrativas;[...]

Diante do enunciado, assinale a orientação correta para o caso.

- a) Será possível a contratação direta, sem licitação, nos termos da Lei n.º 8.666/93, por ser esta dispensada em razão da singularidade do serviço e da insuficiência de Procuradores.
- b) Será possível a contratação direta, sem licitação, nos termos da Lei n.º 8.666/93, por ser esta dispensável em razão da singularidade do serviço e da insuficiência de Procuradores.



c) Será possível a contratação direta, sem licitação, nos termos da Lei n.º 8.666/93, por ser esta dispensada em razão do notório saber jurídico do escritório.

**d) Não será possível a contratação direta, sem licitação, pois tratando-se de ação reivindicatória e, existindo Procuradoria do Município, não há que se falar em singularidade do serviço e notório saber jurídico do escritório.**

e) Não será possível a contratação direta, sem licitação, em razão de recente alteração da Lei n.º 8.666/93 que vedou a aplicação do art. 13 nas contratações dos Municípios que possuem Procuradoria Municipal.

### Comentários

Esta questão é respondida com [A DOCTRINA. Licitações.](#)

Por ser uma causa típica da procuradoria do município, não caberia falar em contratação direta de serviço de patrocínio ou defesa de causas. Portanto, a procuradoria seria a responsável de realizar a ação reivindicatória.

#### 135. VUNESP - Proc Mun (Pref SJRP)/Pref SJRP/2014

As modalidades de licitação previstas na Lei n.º 8.666/93, serão determinadas em função dos limites nela estabelecidos, tendo em vista o valor estimado da contratação. Nos termos da referida lei, para obras e serviços de engenharia até R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), é de ser adotada a modalidade

- a) concorrência.
- b) tomada de preços.
- c) convite.**
- d) leilão.
- e) concurso.

### Comentários

Esta questão é respondida com [A LETRA DA LEI. Licitações.](#)

#### **ATENÇÃO, QUESTÃO DESATUALIZADA.**

Em 2018, foram alterados os valores das modalidades de licitação, passando a vigorar os seguintes parâmetros:

*Decreto nº 9.412/2018 - Art. 1º Os valores estabelecidos nos incisos I e II do caput do art. 23 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, ficam atualizados nos seguintes termos:*

*I - para obras e serviços de engenharia:*

**a) na modalidade convite - até R\$ 330.000,00 (trezentos e trinta mil reais);**

*b) na modalidade tomada de preços - até R\$ 3.300.000,00 (três milhões e trezentos mil reais); e*

*c) na modalidade concorrência - acima de R\$ 3.300.000,00 (três milhões e trezentos mil reais); e*



II - para compras e serviços não incluídos no inciso I:

- a) na modalidade convite - até R\$ 176.000,00 (cento e setenta e seis mil reais);
- b) na modalidade tomada de preços - até R\$ 1.430.000,00 (um milhão, quatrocentos e trinta mil reais); e
- c) na modalidade concorrência - acima de R\$ 1.430.000,00 (um milhão, quatrocentos e trinta mil reais).

### 136. VUNESP - Proc Mun (Pref SJRP)/Pref SJRP/2014

A desapropriação

- a) é o procedimento de direito público pelo qual o Poder Público transfere para si ou para particular a propriedade de terceiro, por razões de utilidade pública ou de interesse social.
- b) por necessidade pública consiste naquelas hipóteses em que mais se realça a função social da propriedade (Ex.: reforma agrária).
- c) urbanística sancionatória, prevista na Constituição Federal, pode ser adotada a título de penalização ao proprietário do solo urbano que não atender à exigência de promover o adequado aproveitamento de sua propriedade ao Plano Diretor Municipal.**
- d) por zona é aquela pela qual o Poder Público pretende criar ou alterar planos de urbanização para as cidades, só sendo possível a sua implementação mediante a retirada de algumas propriedades das mãos de seus donos.
- e) por interesse social é aquela que decorre de situações emergenciais, cuja solução exija a desapropriação do bem, não gerando para o particular o direito prévio à justa indenização.

### Comentários

Esta questão é respondida com [A DOCTRINA. Intervenção do Estado na Propriedade.](#)

Prevista no art.182, §4º, III da Constituição Federal, a desapropriação por interesse social para política urbana é de competência exclusiva dos municípios, tendo função sancionatória, uma vez que recai sobre imóveis urbanos que desatendem sua função social. (MAZZA, Alexandre. Manual de Direito Administrativo.8ª ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2018. E-book, p. 1052)



### 3 – DIREITO ADMINISTRATIVO FCC

Diante da análise de todas as questões de **Direito Administrativo** cobradas nos últimos 5 (cinco) anos, a banca FCC para concursos de **Procurador**, concentrou sua cobrança na letra da Lei, ganhando destaque o conhecimento da legislação local do município no que tange ao tema dos servidores públicos. A doutrina também teve uma relevância importante, mas o examinador apenas cobrou conceitos básicos. Na jurisprudência, a banca cobrou de maneira relevante os principais julgados das cortes superiores.

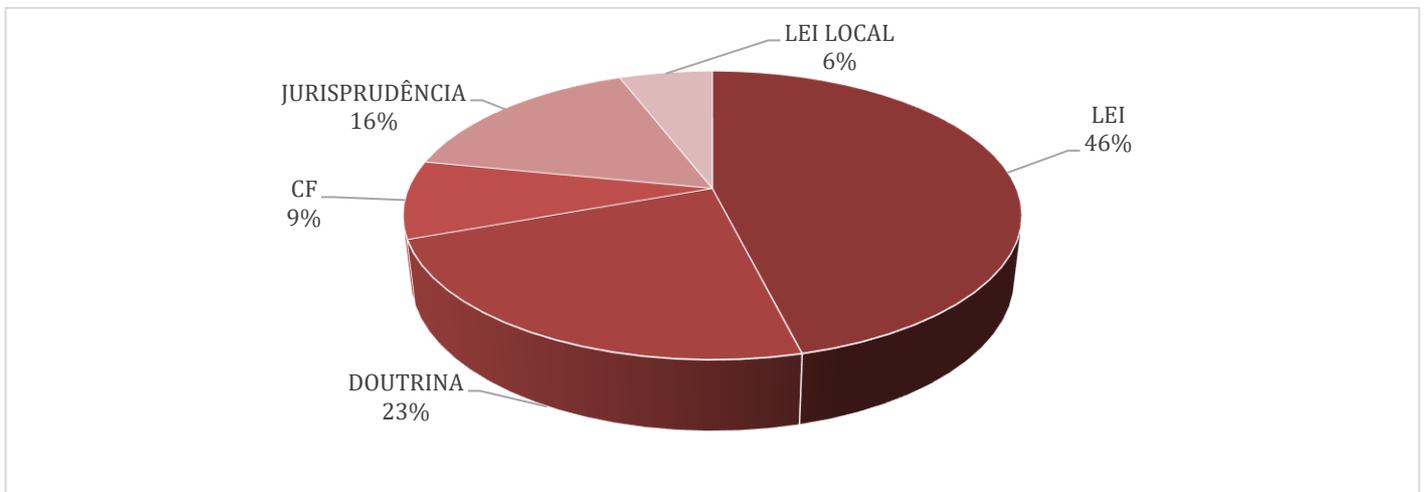
Eis o gráfico de incidência:

DIREITO ADMINISTRATIVO	LEI	DOCTRINA	CF	JURISPRUDÊNCIA	LEI LOCAL	Nº QUESTÕES
Conceitos introdutórios de Direito Administrativo		1				1
Contratos administrativos	15	1				16
Serviços públicos	19	1	2	1		23
Controle da administração	2	2	2	3		9
Responsabilidade civil do estado e Prescrição	1	5	1	5		12
Processo administrativo Federal e Local	5				2	7
Bens públicos	3	4	2	1		10
Improbidade administrativa	4			2		6
Princípios e poderes da administração		10	2	4		16
Intervenção do Estado na propriedade	10	8	1	2	1	22
Licitação	17	2		2		21
Atos administrativos	3	8		1		12



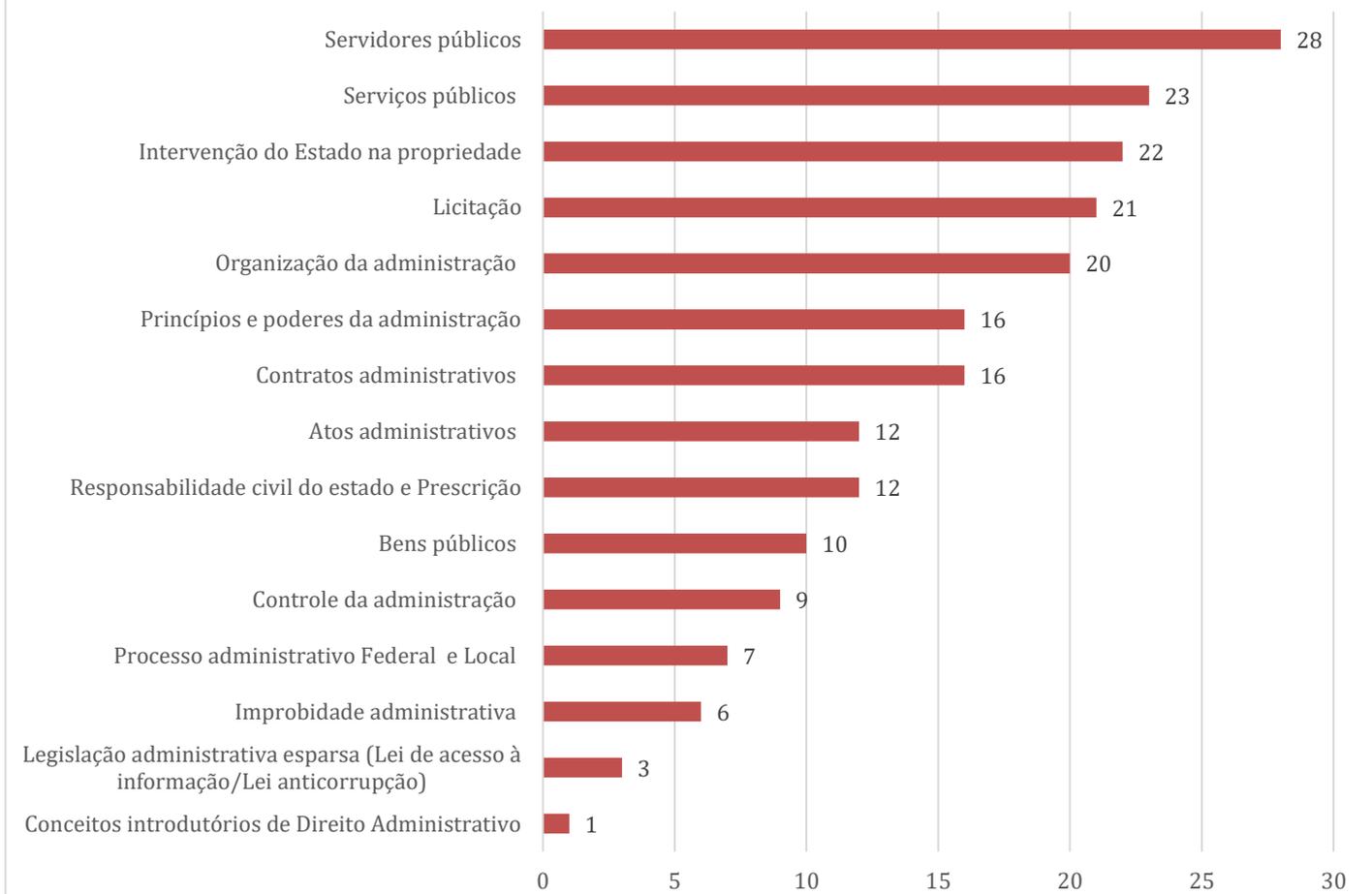
Organização da administração	11	4	3	1	1	20
Servidores públicos	2	2	5	11	8	28
Legislação administrativa	3					3
<b>TOTAL</b>	<b>95</b>	<b>48</b>	<b>18</b>	<b>33</b>	<b>12</b>	<b>206</b>
<b>%</b>	<b>46,1%</b>	<b>23,3%</b>	<b>8,7%</b>	<b>16,0%</b>	<b>5,8%</b>	<b>100%</b>

Estatisticamente as provas foram cobradas da seguinte maneira:



Já os temas foram cobrados da seguinte maneira:

## DIREITO ADMINISTRATIVO - FCC 2014 - 2018



Em uma análise prova a prova da FCC em Direito Administrativo, desde 2014 até 2018, temos o seguinte:

PGE TO 2018	LEI	DOCTRINA	CF	JURISPRUDÊNCIA	LEI LOCAL	Nº QUESTÕES
Princípios e poderes da administração - Supremacia do interesse público		1				1
Processo administrativo federal e local - Convalidação de ato administrativo	1					1



Organização da administração pública. Empresas públicas.	1					1
Organização da administração pública. Terceiro setor.	1					1
Bens públicos. Bens de uso especial.		1				1
Bens públicos. Uso de bem público.		1				1
Servidores públicos. Investidura em cargo público por força de decisão judicial.				1		1
Servidores públicos. Procedimento de ajustamento de conduta.					1	1
Servidores públicos. Reversão.					1	1
Organização da Administração pública. Conselho dos procuradores.					1	1
Improbidade administrativa. Indisponibilidade dos bens.				1		1
Processo Administrativo Federal e local. Comunicação dos atos. Intimações.	1					1
Contratos administrativos. Repactuação.	1					1
Licitação. Pregão.	1					1
Intervenção do Estado na Propriedade. Desapropriação por interesse social.			1			1
Intervenção do Estado na Propriedade. Desapropriação.	1					1
<b>TOTAL</b>	<b>7</b>	<b>3</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>16</b>



<b>%</b>	<b>43,8%</b>	<b>18,8%</b>	<b>6,3%</b>	<b>12,5%</b>	<b>18,8%</b>	<b>100%</b>
----------	--------------	--------------	-------------	--------------	--------------	-------------

<b>PGE AP 2018</b>	<b>LEI</b>	<b>DOCTRINA</b>	<b>CF</b>	<b>JURISPRUDÊNCIA</b>	<b>LEI LOCAL</b>	<b>Nº QUESTÕES</b>
Ato administrativo. Cassação.	1					1
Organização da administração. Empresas estatais.			1			1
Organização da administração. Estatuto jurídico da empresa pública e da sociedade de economia mista.	1					1
Responsabilidade civil do Estado e Prescrição. Responsabilidade civil do Estado por omissão.		1				1
Legislação administrativa esparsa. Lei anticorrupção. Descumprimento do acordo de leniência.	1					1
Intervenção do Estado na Propriedade. Assentamento dos trabalhadores rurais.					1	1
Servidores públicos. Teto remuneratório.				1		1
Servidores públicos. Processo administrativo disciplinar.				1		1
Servidores públicos. Aposentadoria compulsória.				1		1
Servidores públicos. Pensão por morte.					1	1
Processo administrativo federal e local. Princípio da oficialidade.	1					1



Licitação. Dispensa de licitação.	1					1
Contratos administrativos. Atraso injustificado na execução.	1					1
Intervenção do Estado na Propriedade. Tombamento.		1				1
Intervenção do Estado na Propriedade. Desapropriação.	1					1
Legislação administrativa esparsa. Lei de acesso à informação.	1					1
<b>TOTAL</b>	<b>8</b>	<b>2</b>	<b>1</b>	<b>3</b>	<b>2</b>	<b>16</b>
<b>%</b>	<b>50,0%</b>	<b>12,5%</b>	<b>6,3%</b>	<b>18,8%</b>	<b>12,5%</b>	<b>100%</b>

<b>PROC LEG DF 2018</b>	<b>LEI</b>	<b>DOCTRINA</b>	<b>CF</b>	<b>JURISPRUDÊNCIA</b>	<b>LEI LOCAL</b>	<b>Nº QUESTÕES</b>
Atos administrativos. Convalidação.		1				1
Princípios e poderes da administração. Poder regulamentar.			1			1
Serviços públicos. PPP.	1					1
Serviços públicos. Consórcios públicos.	1					1
Controle da Administração. Controle do TCU.			1			1
Bens Públicos. Regime jurídico.		1				1
Servidores públicos. Regime de previdência.			1			1
Improbidade administrativa. Sujeitos.	1					1
Licitação. Qualificação.	1					1



Contratos administrativos. Alteração unilateral dos contratos.	1					1
Organização da administração. Terceiro Setor. Organizações da sociedade civil.	1					1
Licitação. Sistema de registro de preços.	1					1
<b>TOTAL</b>	<b>7</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>12</b>
<b>%</b>	<b>58,3%</b>	<b>16,7%</b>	<b>25,0%</b>	<b>0,0%</b>	<b>0,0%</b>	<b>100%</b>

<b>PGM CARUARU 2018</b>	<b>LEI</b>	<b>DOCTRINA</b>	<b>CF</b>	<b>JURISPRUDÊNCIA</b>	<b>LEI LOCAL</b>	<b>Nº QUESTÕES</b>
Princípios e poderes da administração. Princípio da eficiência.		1				1
Servidores públicos. Promoção.					1	1
Bens públicos. Afetação.		1				1
Organização da administração. Órgão público.		1				1
Licitação. Inexigibilidade.	1					1
Responsabilidade civil do Estado e prescrição. Responsabilidade civil objetiva e teoria do risco administrativo.		1				1
Organização da administração. Descentralização territorial.		1				1
Ato administrativo. Revogação e anulação.				1		1
Organização da administração. Sociedade de economia mista.	1					1



Organização da administração. Organizações da sociedade civil.	1					1
Ato administrativo. Presunção de veracidade.		1				1
Servidores públicos. Servidores estatutários.		1				1
Intervenção do Estado na Propriedade privada. Desapropriação.	2					2
<b>TOTAL</b>	<b>5</b>	<b>7</b>	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>14</b>
<b>%</b>	<b>35,7%</b>	<b>50,0%</b>	<b>0,0%</b>	<b>7,1%</b>	<b>7,1%</b>	<b>100%</b>

PROC CAMPINAS 2016	LEI	DOCTRINA	CF	JURISPRUDÊNCIA	LEI LOCAL	Nº QUESTÕES
Processo administrativo federal e local. Revisão e convalidação.	1					1
Princípios e Poderes da administração. Poder hierárquico.		1				1
Responsabilidade civil do Estado e Prescrição. Responsabilidade civil objetiva.				1		1
Serviços públicos. Concessão de serviço público.	1					1
Contratos administrativos. Convênios.	1					1
Serviços públicos. Alteração unilateral do contrato.	1					1
Controle da administração. Controle do TCU.	1					1
Servidores públicos. Cassação de aposentadoria.	1					1



Improbidade administrativa. Atos de improbidade.	1					1
Licitação. Compras de softwares.				1		1
Servidores públicos. Contratação.		1				1
Licitação. RDC.	1					1
Intervenção do estado na propriedade privada. Desapropriação.				1		1
<b>TOTAL</b>	<b>8</b>	<b>2</b>	<b>0</b>	<b>3</b>	<b>0</b>	<b>13</b>
<b>%</b>	<b>61,5%</b>	<b>15,4%</b>	<b>0,0%</b>	<b>23,1%</b>	<b>0,0%</b>	<b>100%</b>

<b>PGE MA 2016</b>	<b>LEI</b>	<b>DOCTRINA</b>	<b>CF</b>	<b>JURISPRUDÊNCIA</b>	<b>LEI LOCAL</b>	<b>Nº QUESTÕES</b>
Ato administrativo. Conversão.		1				1
Princípios e poderes da administração. Poder de polícia.		1				1
Organização da administração. Subsidiárias.			1			1
Responsabilidade civil do estado e prescrição. Teoria do risco integral.	1					1
Serviços públicos. Reversão.	1					1
Serviços públicos. PPP.	1					1
Bens públicos. Uso de bem público.	1					1
Servidores públicos. Acumulação de cargo público.			1			1
Servidores públicos. Licenças.					1	1
Processo administrativo federal e local. Medidas acauteladoras.					1	1



Licitação. Habilitação.		1				1
Licitação. Consórcio.	1					1
Licitação. Dispensa.	1					1
Organização da administração. Terceiro setor. Estatuto das parcerias.	1					1
Intervenção do Estado na Propriedade privada. Desapropriação.	1					1
<b>TOTAL</b>	<b>8</b>	<b>3</b>	<b>2</b>	<b>0</b>	<b>2</b>	<b>15</b>
<b>%</b>	<b>53,3%</b>	<b>20,0%</b>	<b>13,3%</b>	<b>0,0%</b>	<b>13,3%</b>	<b>100%</b>

<b>PGE MT 2016</b>	<b>LEI</b>	<b>DOCTRINA</b>	<b>CF</b>	<b>JURISPRUDÊNCIA</b>	<b>LEI LOCAL</b>	<b>Nº QUESTÕES</b>
Atos administrativos. Atos regras.		1				1
Princípios e poderes da administração. Poder de polícia.				1		1
Organização da administração. Agências reguladoras.		1				1
Organização da administração. Estrutura organizacional de Mato Grosso.					1	1
Serviços públicos. Revisão da tarifa.	1					1
Serviços públicos. Consórcios públicos.	1					1
Controle da administração. Controle do TCU.			1			1
Legislação administrativa esparsa. Lei anticorrupção.	1					1
Bens públicos. Alienação.	1					1



Servidores públicos. Pensão por morte.				1		1
Servidores públicos. Processo administrativo disciplinar.					1	1
Servidores públicos. Penalidades disciplinares.					1	1
Servidores públicos. Cargo em comissão.					1	1
Processo administrativo federal e local. Participação de terceiros.	1					1
Processo administrativo federal e local. Competência e delegação.					1	1
Licitação. Modalidades	1					1
Contratos administrativos. Garantia.	1					1
Intervenção do estado na propriedade. Intervenção no domínio econômico.				1		1
Intervenção do Estado na Propriedade privada. Tombamento.	1					1
<b>TOTAL</b>	<b>8</b>	<b>2</b>	<b>1</b>	<b>3</b>	<b>5</b>	<b>19</b>
<b>%</b>	<b>42,1%</b>	<b>10,5%</b>	<b>5,3%</b>	<b>15,8%</b>	<b>26,3%</b>	<b>100%</b>

PROC São Luís 2016	LEI	DOCTRINA	CF	JURISPRUDÊNCIA	LEI LOCAL	Nº QUESTÕES
Princípios e poderes da administração. Poder de polícia.				1		1
Organização da administração. Terceiro setor. Organizações sociais.	1					1
Responsabilidade civil do estado e prescrição. Responsabilidade por ato lícito.		1				1
Serviços públicos. PPP.	1					1



Controle da administração. Controle do poder judiciário.				1		1
Controle da administração. Controle do poder judiciário.		1				1
Servidores públicos. Concurso público.				1		1
Servidores públicos. Teto remuneratório.				1		1
Improbidade administrativa. Terceiro beneficiado.				1		1
Licitação. Qualificação. Atestados.	1					1
Contratos administrativos. Reajuste.	1					1
Licitação. Pregão.	1					1
<b>TOTAL</b>	<b>5</b>	<b>2</b>	<b>0</b>	<b>5</b>	<b>0</b>	<b>12</b>
<b>%</b>	<b>41,7%</b>	<b>16,7%</b>	<b>0,0%</b>	<b>41,7%</b>	<b>0,0%</b>	<b>100%</b>

PROC TCM RJ 2015	LEI	DOCTRINA	CF	JURISPRUDÊNCIA	LEI LOCAL	Nº QUESTÕES
Responsabilidade civil do estado e prescrição. Responsabilidade do procurador por parecer.				1		1
Atos administrativos. Convalidação.	1					1
Princípios e poderes da administração. Poder de polícia.				1		1
Servidor público. Concurso público.				1		1
Responsabilidade civil do estado e prescrição. Responsabilidade civil objetiva.				1		1



Serviços públicos. PPP.	1					1
Servidores públicos. Concurso público.				1		1
Controle da administração. Controle do TCU.				2		2
Bens públicos. Características dos bens públicos.				1		1
Princípios e poderes da administração. Poder disciplinar.		1				1
Improbidade administrativa. Aplicação da sanção.	1					1
Improbidade administrativa. Pena de demissão.	1					1
Contratos administrativos. Contratos de locação.	1					1
Licitação. RDC.				1		1
Intervenção do Estado na Propriedade privada. Intervenção no domínio econômico.		1				1
<b>TOTAL</b>	<b>5</b>	<b>2</b>	<b>0</b>	<b>9</b>	<b>0</b>	<b>16</b>
<b>%</b>	<b>31,3%</b>	<b>12,5%</b>	<b>0,0%</b>	<b>56,3%</b>	<b>0,0%</b>	<b>100%</b>

PROC MANAUS PREV 2015	LEI	DOCTRINA	CF	JURISPRUDÊNCIA	LEI LOCAL	Nº QUESTÕES
Princípios e poderes da administração. Princípio da publicidade.		1				1
Organização da administração. Agências reguladoras.		1				1



Responsabilidade civil do Estado. Responsabilidade civil dos tabeliães e registradores.				1		1
Serviços públicos. Concessão de serviço público.	3					3
Serviços públicos. PPP.	1					1
Serviços públicos. Consórcios públicos.	1					1
Controle da administração. Ação civil pública.	1					1
Servidores públicos. Aposentadoria.				1		1
Licitação. Dispensa de licitação.	1					1
Licitação. RDC.	1					1
Intervenção do Estado na Propriedade. Atividade de fomento.		1				1
Intervenção do Estado na Propriedade privada. Ocupação temporária.	1					1
<b>TOTAL</b>	<b>9</b>	<b>3</b>	<b>0</b>	<b>2</b>	<b>0</b>	<b>14</b>
<b>%</b>	<b>64,3%</b>	<b>21,4%</b>	<b>0,0%</b>	<b>14,3%</b>	<b>0,0%</b>	<b>100%</b>

<b>PGM Cuiabá 2014</b>	<b>LEI</b>	<b>DOCTRINA</b>	<b>CF</b>	<b>JURISPRUDÊNCIA</b>	<b>LEI LOCAL</b>	<b>Nº QUESTÕES</b>
Serviços públicos. Escola do serviço público.		1				1
Atos administrativos. Motivação aliunde.		1				1
Atos administrativos. Aprovação.		1				1
Princípios e poderes da administração. Poder regulamentar.			1			1



Organização da administração. Empresas públicas e sociedades de economia mista.			1			1
Serviços públicos. Uti singuli.				1		1
Responsabilidade civil do estado e prescrição. Responsabilidade por ato lícito.		1				1
Servidores públicos. Regime de previdência.			1			1
Serivodres públicos. Processo administrativo disciplinar.	1					1
Contrato administrativo. Garantia.	1					1
Contratos administrativos. Sanções administrativas.	1					1
Intervenção do Estado na Propriedade privada. Limitações administrativas.		1				1
Intervenção do Estado na Propriedade privada. Desapropriação.		1				1
<b>TOTAL</b>	<b>3</b>	<b>6</b>	<b>3</b>	<b>1</b>	<b>0</b>	<b>13</b>
<b>%</b>	<b>23,1%</b>	<b>46,2%</b>	<b>23,1%</b>	<b>7,7%</b>	<b>0,0%</b>	<b>100%</b>

PROC JUR RECIFE 2014	LEI	DOCTRINA	CF	JURISPRUDÊNCIA	LEI LOCAL	Nº QUESTÕES
Conceitos introdutórios do Direito administrativo. Regime jurídico administrativo.		1				1
Servidor público. Aposentadoria.				1		1
Atos administrativos. Teoria dos motivos determinantes.		1				1



Princípios e poderes da administração. Poder discricionário.		1				1
Organização da administração. Agências reguladoras.	1					1
Responsabilidade civil do estado e prescrição. Responsabilidade das concessionárias de serviço público.				1		1
Serviços públicos. Serviço de transporte coletivo.			1			1
Contratos administrativos. Convênios.	1					1
Serviços públicos. Consórcios públicos.	1					1
Controle da Administração. Controle judicial.		1				1
Bens públicos. Bens da união.			1			1
Servidores públicos. Aposentadoria. Desatualizada.			1			1
Licitação. Inexigibilidade.	1					1
Contratos administrativos. Contratos de duração continuada.	1					1
Intervenção do Estado na Propriedade privada. Limitações administrativas.		1				1
Bens públicos. Usucapião.	1					1
Intervenção do Estado na Propriedade privada. Desapropriação.	1					1
<b>TOTAL</b>	<b>7</b>	<b>5</b>	<b>3</b>	<b>2</b>	<b>0</b>	<b>17</b>
<b>%</b>	<b>41,2%</b>	<b>29,4%</b>	<b>17,6%</b>	<b>11,8%</b>	<b>0,0%</b>	<b>100%</b>

PGE RN 2014	LEI	DOCTRINA	CF	JURISPRUDÊNCIA	LEI LOCAL	Nº QUESTÕES
-------------	-----	----------	----	----------------	-----------	-------------



Princípios e poderes da administração. Poder de autotutela.		1			1
Princípios e poderes da administração. Poder disciplinar.		1			1
Princípios e poderes da administração. Tutela administrativa.		1			1
Organização da administração. Terceiro Setor. Organização social.	1				1
Responsabilidade civil do estado e prescrição. Responsabilidade subjetiva.		1			1
Responsabilidade civil do estado e prescrição. Ação de regresso.			1		1
Serviços públicos. Concessão e permissão.			1		1
Serviços públicos. Equilíbrio econômico-financeiro.	1				1
Princípios e poderes da administração. Poder de polícia.				1	1
Intervenção do Estado na Propriedade privada. Intervenção no domínio econômico.		1			1
Serviços públicos. Consórcios públicos.	1				1
Atos administrativos. Convalidação.	1				1
Licitação. Homologação.		1			1
Contratos administrativos. Álea ordinária.		1			1
Contratos administrativos. Subcontratação.	1				1
Licitação. Consórcio em licitação.	1				1



Contratos administrativos. Rescisão do contrato.	1					1
Licitação. RDC.	1					1
Intervenção do Estado na Propriedade privada. Desapropriação.	1					1
<b>TOTAL</b>	<b>9</b>	<b>7</b>	<b>2</b>	<b>1</b>	<b>0</b>	<b>19</b>
<b>%</b>	<b>47,4%</b>	<b>36,8%</b>	<b>10,5%</b>	<b>5,3%</b>	<b>0,0%</b>	<b>100%</b>

<b>PROC LEG CM SP 2014</b>	<b>LEI</b>	<b>DOCTRINA</b>	<b>CF</b>	<b>JURISPRUDÊNCIA</b>	<b>LEI LOCAL</b>	<b>Nº QUESTÕES</b>
Atos administrativos. Anulação.		1				1
Organização da administração. Órgãos públicos.				1		1
Serviços públicos. Transferência de concessão.	1					1
Contratos administrativos. Convênios.	1					1
Bens públicos. Bens da União.			1			1
Servidores públicos. Aposentadoria.			1			1
Licitação.Serviços técnicos especializados.	1					1
Contratos administrativos. Características.	1					1
Intervenção do Estado na Propriedade privada. Ocupação temporária.	1					1
Intervenção do Estado na Propriedade privada. Intervenção no domínio econômico.		1				1
<b>TOTAL</b>	<b>5</b>	<b>2</b>	<b>2</b>	<b>1</b>	<b>0</b>	<b>10</b>
<b>%</b>	<b>50,0%</b>	<b>20,0%</b>	<b>20,0%</b>	<b>10,0%</b>	<b>0,0%</b>	<b>100%</b>





### 3.1 – ANÁLISE PROVA PGE TO 2018

#### 137. FCC - Proc (PGE TO)/PGE TO/2018

Acerca das modernas correntes doutrinárias que buscam repensar o Direito Administrativo no Brasil, Carlos Ari Sundfeld observa:

Embora o livro de referência de Bandeira de Mello continue saindo em edições atualizadas, por volta da metade da década de 1990 começou a perder aos poucos a capacidade de representar as visões do meio – e de influir [...] Ao lado disso, teóricos mais jovens lançaram, com ampla aceitação, uma forte contestação a um dos princípios científicos que, há muitos anos, o autor defendia como fundamental ao direito administrativo [...].

(Adaptado de: Direito administrativo para céticos, 2a ed., p. 53)

O princípio mencionado pelo autor e que esteve sob forte debate acadêmico nos últimos anos é o princípio da

a) processualidade do direito administrativo.

**b) supremacia do interesse público.**

c) moralidade administrativa.

d) eficiência.

e) presunção de legitimidade dos atos administrativos.

#### Comentários

Esta questão é respondida com **A DOCTRINA. Princípios e poderes da administração. Supremacia do interesse público.**

Questão que versa sobre um tema bastante polêmico na doutrina administrativista, na qual negam inclusive a existência do famoso princípio da supremacia do interesse público sobre o interesse privado, uma vez que uma das formas de interesse público é preservar o interesse privado, existindo conflito na interpretação e conceituação da existência ou não da supremacia.

Vejamos o que explica Rafael Rezende Oliveira(2018)

*Parcela da doutrina sustenta a inexistência de supremacia abstrata do interesse público sobre o privado, exigindo a ponderação de interesses para resolver eventual conflito, especialmente pelos seguintes argumentos:*

*a) o texto constitucional, em diversas passagens, partindo da dignidade da pessoa humana, protege a esfera individual (ex.: arts. 1.º, 5.º etc.), não sendo lícito afirmar, a partir da interpretação sistemática das normas constitucionais, a existência de uma prevalência em favor do interesse público;*

*b) indeterminabilidade abstrata e objetiva do "interesse público", o que contraria premissas decorrentes da ideia de segurança jurídica;*

*c) o interesse público é indissociável do interesse privado, uma vez que ambos são consagrados na Constituição e os elementos privados estariam incluídos nas finalidades do*



*Estado, como se percebe, v.g., a partir da leitura do preâmbulo e dos direitos fundamentais;*  
e

*d) incompatibilidade da supremacia do interesse público com postulados normativos consagrados no texto constitucional, notadamente os postulados da proporcionalidade e da concordância prática.*

### 138. FCC - Proc (PGE TO)/PGE TO/2018

Custódio Bocaiúva é Chefe de Gabinete de uma Secretaria de determinado Estado. Certo dia, em vista da ausência do Secretário Estadual, que saíra para uma reunião com o Governador, Custódio assinou o ato de nomeação de um candidato aprovado em primeiro lugar para cargo efetivo, em concurso promovido pela Secretaria Estadual. No dia seguinte, tal ato saiu publicado no Diário Oficial do Estado. Sabendo-se que a legislação estadual havia atribuído ao Secretário a competência de promover tal nomeação, permitindo que este a delegasse a outras autoridades hierarquicamente subordinadas, é correto concluir que o ato praticado é

a) inexistente, haja vista que não reúne os mínimos elementos que permitam seu reconhecimento como ato jurídico.

b) válido, em vista da teoria do funcionário de fato, amplamente reconhecida na doutrina administrativa.

c) inválido, pois, segundo a Constituição Federal, a nomeação de servidores é atribuição exclusiva e indelegável do Chefe do Poder Executivo, regra sujeita à observância em âmbito estadual, por conta do princípio da simetria.

**d) inválido, porém sujeito à convalidação pelo Secretário de Estado, desde que não estejam presentes vícios relativos ao objeto, motivo ou finalidade do ato.**

e) válido, pois havia direito subjetivo do candidato a ser nomeado para o cargo efetivo.

### Comentários

Esta questão é respondida com **A LETRA DA LEI. Processo Administrativo Federal e Local. Convalidação de ato administrativo.**

*Lei 9.784/99 - Art. 55. Em decisão na qual se evidencie não acarretarem lesão ao interesse público nem prejuízo a terceiros, os atos que apresentarem defeitos sanáveis poderão ser convalidados pela própria Administração.*

### 139. FCC - Proc (PGE TO)/PGE TO/2018

O Governo do Estado pretende instituir uma entidade dedicada a prestar serviços relacionados ao turismo no Estado e encaminha à Assembleia Legislativa o respectivo projeto de lei autorizativa. Sabe-se que tal entidade terá capital social dividido em quotas. O Governo estadual criará uma

a) autarquia.

b) fundação de direito privado.



- c) associação pública.
- d) empresa pública.**
- e) sociedade de economia mista.

### Comentários

Esta questão é respondida com **A LETRA DA LEI. Organização da administração pública. Empresas públicas.**

*Art. 5, II, do Decreto-lei 200/67 - **Emprêsa Pública** - a entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado, com patrimônio próprio e capital exclusivo da União, criado por lei para a exploração de atividade econômica que o Govêrno seja levado a exercer por fôrça de contingência ou de conveniência administrativa podendo revestir-se de qualquer das formas admitidas em direito.*

*Art. 1.052. do CC. Na sociedade limitada, a responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor **de suas quotas**, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.*

*Art. 1.055 do CC. **O capital social divide-se em quotas**, iguais ou desiguais, cabendo uma ou diversas a cada sócio.*

#### 140. FCC - Proc (PGE TO)/PGE TO/2018

Após promover a construção de linha de Veículo Leve sobre Trilhos – VLT para integração da malha metropolitana de transporte, o Governo do Estado pretende que a operação da linha seja gerida de forma descentralizada. Considerando-se a natureza do serviço e o fato de que haverá cobrança de tarifa dos usuários, NÃO é solução adequada a

- a) celebração de contrato de gestão com organização social.**
- b) constituição de parceria público-privada.
- c) outorga do serviço a consórcio público, constituído para esse fim específico.
- d) delegação mediante concessão de serviço público.
- e) outorga do serviço a entidade especializada da Administração Indireta.

### Comentários

Esta questão é respondida com **A LETRA DA LEI. Organização da administração pública. Terceiro setor. Organização social.**

Não seria apropriado a utilização de um contrato de gestão com uma organização social, uma vez que segundo a Lei 9.637/98, as as organizações sociais são assim qualificadas, quando não possuam fins lucrativos e cujas atividades se dirijam:

- a) Ao ensino;
- b) À pesquisa científica;
- c) Ao desenvolvimento tecnológico;



- d) À proteção e preservação do meio ambiente;
- e) À cultura;
- f) À saúde.

Vejam os artigos em comento:

*Lei 9.637/98 - Art. 1º O Poder Executivo poderá qualificar como organizações sociais pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, cujas atividades sejam dirigidas ao ensino, à pesquisa científica, ao desenvolvimento tecnológico, à proteção e preservação do meio ambiente, à cultura e à saúde, atendidos aos requisitos previstos nesta Lei.*

#### 141. FCC - Proc (PGE TO)/PGE TO/2018

Uma gleba de terras devolutas estaduais foi arrecadada por ação discriminatória e o Governo do Estado, por meio de lei, declarou-a como indispensável à proteção de um relevante ecossistema local, incluindo-a na área de parque estadual já constituído para esse fim. Tal gleba deve ser considerada bem

- a) público dominical.
- b) público de uso comum do povo.
- c) público de uso especial.**
- d) privado sob regime especial de proteção.
- e) privado sob domínio estatal.

#### Comentários

Esta questão é respondida com **A DOCTRINA. Bens públicos. Bens de uso especial.**

Quando o Governador do Estado, por meio de lei, declarou-a como indispensável e a incluiu na área de parque estadual já constituído para esse fim, a gleba passa a ter uma **finalidade**, por tanto, ocorre a transmutação de bem dominical para **bem de uso especial**.

Os bens públicos estão elencados no art. 99 do Código Civil, vejamos:

*Art. 99. São bens públicos:*

*I - os de uso comum do povo, tais como rios, mares, estradas, ruas e praças;*

*II - os de **uso especial**, tais como edifícios ou **terrenos destinados a serviço ou estabelecimento da administração** federal, **estadual**, territorial ou municipal, inclusive os de suas autarquias;*

*III - os dominicais, que constituem o patrimônio das pessoas jurídicas de direito público, como objeto de direito pessoal, ou real, de cada uma dessas entidades.*

#### 142. FCC - Proc (PGE TO)/PGE TO/2018

O Governo do Estado pretende que a iniciativa privada administre, mediante contrato, os terminais de ônibus intermunicipais existentes no Estado, sendo que, em contrapartida dos gastos de manutenção, os empresários possam explorar, por prazo



determinado, a área dos terminais com a construção de lojas, escritórios, hotéis etc. Pelas características anunciadas, o negócio deve ser enquadrado como

- a) concessão de uso de bem público.
- b) permissão de uso de bem público.
- c) direito de superfície.
- d) outorga onerosa de potencial construtivo.
- e) autorização de uso de bem público.

## Comentários

Esta questão é respondida com **A DOCTRINA. Bens públicos. Uso de bem público.**

*Concessão de uso é o contrato administrativo pelo qual o Poder Público confere a pessoa determinada o uso privativo de bem público, independentemente do maior ou menor interesse público da pessoa concedente.*

*Sendo contratos administrativos, as concessões de uso de bem público recebem a incidência normativa própria do instituto, ressaltando a desigualdade das partes contratantes e a aplicação das cláusulas de privilégio decorrentes do direito público. Desse modo, deve ser realizada licitação prévia para a seleção do concessionário que apresentar as melhores condições para o uso do bem público. Será inexigível, porém, o procedimento quando a hipótese não comportar regime de normal competição entre eventuais interessados. A inexigibilidade, entretanto, deve ser considerada como exceção. Em se tratando de contrato administrativo, o prazo deve ser determinado, extinguindo-se direitos e obrigações quando do advento do termo final do acordo. (José dos Santos Carvalho Filho, 2018)*

### 143. FCC - Proc (PGE TO)/PGE TO/2018

Estevão Artacho, candidato em concurso público para a carreira policial, foi considerado inapto por exame médico oficial, realizado em 24 de março de 2017, pela constatação de que sofria de sopro no coração, isto é, uma alteração nas válvulas coronárias. Por essa razão, não pôde tomar posse na data marcada para a investidura dos candidatos, 11 de abril de 2017. Inconformado, Estevão ajuizou ação ordinária, questionando o ato administrativo que o considerou inapto e pleiteou, a título de indenização, o valor correspondente aos vencimentos do cargo, computados desde a data fixada para a posse. Citada a Fazenda Estadual e contestada a pretensão, determinou-se realização de prova pericial, que constatou, por meio de exames mais detalhados, que se tratava de variedade benigna da anomalia, não impeditiva do exercício da função pública. O juiz prolatou sentença de procedência, no tocante ao pedido de empossamento no cargo público. No tocante à pretensão relativa à indenização, a sentença seguiu a jurisprudência dominante do STF, que dispõe que

- a) a indenização é devida, computada desde a data em que deveria ter ocorrido a posse.
- b) tal pretensão deve ser deduzida em ação própria.
- c) a indenização é devida, computada desde a data do ajuizamento da ação.
- d) a indenização é devida, computada desde a data da citação da Fazenda Pública.



e) não é devida indenização, salvo em situação de flagrante arbitrariedade do ato que impediu a posse.

### Comentários

Esta questão é respondida com [A JURISPRUDÊNCIA. Servidores públicos. Investidura em cargo público por força de decisão judicial. Indenização.](#)

RE 724347

ADMINISTRATIVO. RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO. INVESTIDURA EM CARGO PÚBLICO POR FORÇA DE DECISÃO JUDICIAL. 1. Tese afirmada em repercussão geral: na hipótese de posse em cargo público determinada por decisão judicial, o servidor não faz jus a indenização, sob fundamento de que deveria ter sido investido em momento anterior, salvo situação de arbitrariedade flagrante. 2. Recurso extraordinário provido. <sup>1</sup>

#### 144. FCC - Proc (PGE TO)/PGE TO/2018

O Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Estado do Tocantins – Lei nº 1.818/2007 – estabelece o procedimento de ajustamento de conduta dos servidores, em matéria disciplinar. Acerca de tal procedimento, é correto afirmar:

- a) É possível firmar compromisso de ajustamento em condutas dolosas, desde que não tenha havido prejuízo ao erário e o comportamento não constitua infração grave.
- b) Em caso de absolvição criminal pela conduta investigada em âmbito administrativo, considera-se automaticamente rescindido o compromisso de ajustamento firmado pelo servidor.
- c) O ajustamento de conduta somente pode ser formalizado antes da abertura do processo disciplinar, por ocasião da sindicância ou averiguação preliminar.
- d) O compromisso de ajuste de conduta deve ser objeto de publicação, contendo a identificação do servidor compromissário, de maneira a possibilitar a fiscalização do cumprimento do ajuste pelos usuários do serviço público por ele prestado.
- e) **Ao firmar o compromisso de ajustamento de conduta, o servidor deve estar acompanhado por advogado ou defensor ad hoc.**

### Comentários

Esta questão é respondida com [A LETRA DA LEI LOCAL. Servidores públicos. Procedimento de ajustamento de conduta.](#)

*Lei 1.818/2007 - Art. 150. O compromisso firmado pelo servidor perante a Comissão Permanente ou Especial deve ser acompanhado por advogado ou defensor ad hoc e sua*

<sup>1</sup> Para leitura do inteiro teor do RE 724.347 – DF – <http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=8429975>



*homologação cabe ao Corregedor Administrativo ou Geral ou à autoridade máxima da Unidade Administrativa ou Entidade Pública Estadual na qual se efetivou.* <sup>2</sup>

#### 145. FCC - Proc (PGE TO)/PGE TO/2018

Considere que Casimiro Rubião, atualmente com 70 anos, era servidor público estável, titular de cargo efetivo do Quadro da Secretaria de Educação do Estado do Tocantins, tendo se aposentado por invalidez em 1º de fevereiro de 2012. Em 30 de abril de 2017, a Corregedoria Geral do Estado – CGE recebeu informações de que a aposentadoria teria sido concedida de forma fraudulenta, em episódio envolvendo Casimiro e o perito que atestou sua falsa invalidez. Na apuração promovida pela CGE, a Junta Médica Oficial constatou que Casimiro goza atualmente de plena capacidade física e mental para o exercício das funções que desempenhava até sua aposentação. Sabendo-se que lei posterior veio a extinguir o cargo ocupado por Casimiro, é correto afirmar que

- a) não cabe reversão da aposentadoria, haja vista que já ultrapassada a idade da aposentadoria compulsória.
- b) não cabe reversão da aposentadoria, visto que já decorridos 5 anos da data em que ocorreu a aposentação.
- c) deve haver reversão em cargo de atribuições afins, respeitada a habilitação exigida, nível de escolaridade e equivalência de vencimentos.**
- d) deve haver reversão no mesmo cargo que ocupava, visto que a extinção será considerada sem efeito.
- e) não cabe reversão da aposentadoria, pois a aposentadoria por invalidez é ato irreversível.

### Comentários

Esta questão é respondida com **A LETRA DA LEI LOCAL. Servidores públicos. Reversão.**

*Lei 1.818/2007 - Art. 25. **Reversão** é o retorno à atividade do servidor aposentado:*

*I - por invalidez, quando a Junta Médica Oficial declarar insubsistentes os motivos da aposentadoria;*

*LC 152/2015 - Art. 2º Serão aposentados compulsoriamente, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição, **aos 75 (setenta e cinco) anos de idade:***

*I - os servidores titulares de cargos efetivos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações;*

*II - os membros do Poder Judiciário;*

*III - os membros do Ministério Público;*

*IV - os membros das Defensorias Públicas;*

*V - os membros dos Tribunais e dos Conselhos de Contas.*

<sup>2</sup> Estatuto dos servidores públicos Civis do Estado de Tocantins - <https://central3.to.gov.br/arquivo/251734/>





ADMINISTRATIVO. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO N. 2/STJ. SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL. APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. REVERSÃO. INSUBSISTÊNCIA DOS MOTIVOS GERADORES DA INCAPACIDADE LABORAL. POSSIBILIDADE. DECADÊNCIA. INOCORRÊNCIA. TEORIA DA ACTIO NATA.

1. Não há óbices ao conhecimento dos recursos especiais submetidos a esta Corte Superior pelo Estado e pela Assembleia recorrente. 2. **A aposentadoria por invalidez é de ordem temporária.** 3. **Verificada a insubsistência dos motivos geradores da incapacidade laboral, deve a Administração Pública proceder à reversão ao serviço público de servidor aposentado por invalidez.** 4.

"O servidor aposentado por invalidez poderá ser convocado a qualquer momento para reavaliação das condições que ensejaram a aposentadoria, procedendo-se à reversão, com o seu retorno à atividade, quando a junta médica oficial declarar insubsistentes os motivos da aposentadoria (...)" (MS 15.141/DF, Rel. Ministro HAMILTON CARVALHIDO, CORTE ESPECIAL, DJe 24/05/2011) 5. A pretensão somente se inicia com a ciência da insubsistência dos motivos que ensejaram a aposentadoria, uma vez que, aqui, não se está diante de anulação ou revogação do ato originário concessivo. 6. "O curso do prazo prescricional do direito de reclamar inicia-se somente quando o titular do direito subjetivo violado passa a conhecer o fato e a extensão de suas conseqüências, conforme o princípio da 'actio nata'" (REsp 1257387/RS, Rel. Ministra ELIANA CALMON, SEGUNDA TURMA, DJe 7/09/2013). 7.

Embargos de declaração acolhidos como agravos regimentais, agravos regimentais não providos. (STJ. EDcl no REsp 1443365/SC, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 10/05/2016, DJe 16/05/2016)

#### 146. FCC - Proc (PGE TO)/PGE TO/2018

A Lei Orgânica da Procuradoria Geral do Estado do Tocantins – Lei Complementar no 20/1999 – dispõe sobre as competências do Conselho dos Procuradores. Considerando o rol ali estabelecido, NÃO é competência legal do Conselho dos Procuradores

- a) aferir, por avaliação e para efeito de promoção, o desempenho dos Procuradores, fixando critérios objetivos para este fim.
- b) apreciar e julgar, em grau de recurso, pedidos de reconsideração em face de decisões tomadas pelo Procurador- Geral, pertinentes a direitos, vantagens e prerrogativas da carreira de Procurador do Estado.



- c) opinar, se solicitado pelo Presidente, sobre alterações na estrutura da Procuradoria-Geral e respectivas competências.
- d) opinar sobre a criação, a transformação, a ampliação, a fusão e a extinção de unidades administrativas.
- e) manifestar-se, em caráter preliminar, sobre a confirmação dos Procuradores do Estado em estágio probatório.**

## Comentários

Esta questão é respondida com **A LETRA DA LEI LOCAL. Organização da Administração pública. Conselho dos procuradores.**

*Art. 3º. Cabe ao Conselho dos Procuradores:*

*I - manifestar-se sobre qualquer matéria ou questão que lhe seja encaminhada pelo seu Presidente;*

*II - aferir, por avaliação e para efeito de promoção, o desempenho dos Procuradores, fixando critérios objetivos para este fim; (Inciso II com redação determinada pela Lei Complementar nº 92, de 03/04/2014.)*

*III - opinar, se solicitado pelo Presidente, sobre alterações na estrutura da Procuradoria-Geral e respectivas competências;*

*IV - opinar sobre a criação, a transformação, a ampliação, a fusão e a extinção de unidades administrativas;*

*V - apreciar e julgar, em grau de recurso, pedidos de reconsideração em face de decisões tomadas pelo Procurador-Geral, pertinentes a direitos, vantagens e prerrogativas da carreira de Procurador do Estado.*

### 147. FCC - Proc (PGE TO)/PGE TO/2018

Sobre a responsabilidade do agente público e de particulares a ele associados por atos de improbidade, é correto afirmar, à luz da legislação pertinente e da jurisprudência dominante dos Tribunais:

- a) É cabível o trancamento de ação de improbidade por meio de habeas corpus.
- b) Por força de norma vigente do Código de Processo Penal, aplicam-se à ação de improbidade as regras relativas à prerrogativa de foro em razão do exercício de função pública.
- c) É nula a abertura de inquérito civil para apuração de ato de improbidade, em razão de indícios obtidos a partir de denúncia anônima.
- d) A decretação da indisponibilidade de bens do demandado, quando presentes fortes indícios de responsabilidade pela prática de ato ímprobo, independe de comprovação do periculum in mora.**
- e) Em vista do silêncio da Lei Federal nº 8.429/1992, considera-se imprescritível a pretensão de impor sanções aos particulares que atuarem em conluio com os agentes públicos em atos de improbidade.



## Comentários

Esta questão é respondida com [A JURISPRUDÊNCIA. Improbidade administrativa. Indisponibilidade dos bens.](#)

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. RECURSO ESPECIAL REPETITIVO. APLICAÇÃO DO PROCEDIMENTO PREVISTO NO ART. 543-C DO CPC. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. CAUTELAR DE INDISPONIBILIDADE DOS BENS DO PROMOVIDO. DECRETAÇÃO. REQUISITOS. EXEGESE DO ART. 7º DA LEI N. 8.429/1992, QUANTO AO PERICULUM IN MORA PRESUMIDO. MATÉRIA PACIFICADA PELA COLENDIA Documento: 64473462 - Despacho / Decisão - Site certificado - DJe: 02/09/2016 Página 4 de 7 Superior Tribunal de Justiça PRIMEIRA SEÇÃO. 1. Tratam os autos de ação civil pública promovida pelo Ministério Público Federal contra o ora recorrido, em virtude de imputação de atos de improbidade administrativa (Lei n. 8.429/1992). 2. Em questão está a exegese do art. 7º da Lei n. 8.429/1992 e a possibilidade de o juízo decretar, cautelarmente, a indisponibilidade de bens do demandado quando presentes fortes indícios de responsabilidade pela prática de ato ímprobo que cause dano ao Erário. 5. **Portanto, a medida cautelar em exame, própria das ações regidas pela Lei de Improbidade Administrativa, não está condicionada à comprovação de que o réu esteja dilapidando seu patrimônio, ou na iminência de fazê-lo, tendo em vista que o periculum in mora encontra-se implícito no comando legal que rege, de forma peculiar, o sistema de cautelaridade na ação de improbidade administrativa, sendo possível ao juízo que preside a referida ação, fundamentadamente, decretar a indisponibilidade de bens do demandado, quando presentes fortes indícios da prática de atos de improbidade administrativa.** 6. Recursos especiais providos, a que restabelecida a decisão de primeiro grau, que determinou a indisponibilidade dos bens dos promovidos. 7. Acórdão sujeito ao regime do art. 543-C do CPC e do art. 8º da Resolução n. 8/2008/STJ. (REsp 1366721/BA, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, Rel. p/ Acórdão Ministro OG FERNANDES, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 26/02/2014, DJe 19/09/2014).<sup>3</sup>

### 148. FCC - Proc (PGE TO)/PGE TO/2018

A Lei de Processo Administrativo – Lei Federal nº 9.784/1999 – estabelece que, no tocante à comunicação dos atos processuais aos interessados,

a) somente deve ser objeto de intimação a produção de provas requeridas pelo próprio interessado.

<sup>3</sup> <https://www.conjur.com.br/dl/recurso-especial-1286792.pdf>



- b) a intimação dos atos processuais é feita por publicação em Diário Oficial, cabendo ao interessado acompanhar os assuntos de seu interesse.
- c) as intimações serão nulas quando feitas sem observância das prescrições legais, mas o comparecimento do administrado supre sua falta ou irregularidade.**
- d) a intimação observará a antecedência mínima de 10 dias úteis quanto à data de comparecimento.
- e) o desatendimento da intimação pelo interessado importará em confissão ficta.

## Comentários

Esta questão é respondida com **A LETRA DA LEI. Processo Administrativo Federal e local. Comunicação dos atos. Intimações.**

*Lei 9.784/99 - Art. 26. O órgão competente perante o qual tramita o processo administrativo determinará a intimação do interessado para ciência de decisão ou a efetivação de diligências.*

*§ 5o As intimações serão nulas quando feitas sem observância das prescrições legais, mas o comparecimento do administrado supre sua falta ou irregularidade.<sup>4</sup>*

### 149. FCC - Proc (PGE TO)/PGE TO/2018

Na gestão dos contratos administrativos, repactuação é a

- a) alteração bilateral do contrato, formalizada a qualquer tempo, visando promover o reequilíbrio econômico-financeiro, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado.
- b) alteração unilateral do contrato, determinada a qualquer tempo pela contratante, com vistas a promover modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetivos.
- c) atualização anual da contraprestação monetária, com base em índice previamente estabelecido no contrato, passível de registro por simples apostila, dispensando a celebração de aditamento.
- d) alteração unilateral do contrato, determinada a qualquer tempo pela contratante, quando necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos pela lei.
- e) alteração bilateral do contrato, visando a adequação dos preços contratuais aos novos preços de mercado, observados o interregno mínimo de um ano e a demonstração analítica da variação dos componentes dos custos do contrato, devidamente justificada.**

<sup>4</sup> [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9784.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9784.htm)



## Comentários

Esta questão é respondida com **A LETRA DA LEI. Contratos administrativos. Repactuação.**

*DECRETO Nº 9.507, DE 21 DE SETEMBRO DE 2018*

*Repactuação*

*Art. 12. Será admitida a repactuação de preços dos serviços continuados sob regime de mão de obra exclusiva, com vistas à adequação ao preço de mercado, desde que:*

*I - seja observado o interregno mínimo de um ano das datas dos orçamentos para os quais a proposta se referir; e*

*II - seja demonstrada de forma analítica a variação dos componentes dos custos do contrato, devidamente justificada.<sup>5</sup>*

### 150. FCC - Proc (PGE TO)/PGE TO/2018

Ao instituir e regulamentar a modalidade licitatória do pregão, a Lei Federal nº 10.520/2002 dispõe que

- a) serão adotados os tipos de licitação menor preço e técnica e preço, para julgamento das propostas.
- b) o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 20% superiores àquela, no curso da etapa competitiva do pregão presencial, poderão fazer novos lances verbais e sucessivos, até a proclamação do vencedor.
- c) o pregoeiro procederá à abertura do invólucro contendo os documentos de habilitação de todos os licitantes classificados, encerrada a etapa competitiva e ordenadas as ofertas, para verificação do atendimento das condições fixadas no edital.
- d) o edital poderá exigir garantia de proposta, como dado objetivo de comprovação da qualificação econômico-financeira dos licitantes, limitada a 1% do valor estimado do objeto da contratação.
- e) somente é possível aos licitantes interpor recurso administrativo após a declaração do vencedor pelo pregoeiro.**

## Comentários

Esta questão é respondida com **A LETRA DA LEI. Licitação. Pregão.**

*Lei 10.520/02 - Art. 4º A fase externa do pregão será iniciada com a convocação dos interessados e observará as seguintes regras:*

*XVIII - **declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer**, quando lhe será concedido o prazo de 3 (três) dias para apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes desde logo*

<sup>5</sup> [http://www.planalto.gov.br/CCIVIL\\_03/ Ato2015-2018/2018/Decreto/D9507.htm#art17](http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/ Ato2015-2018/2018/Decreto/D9507.htm#art17)



*intimados para apresentar contra-razões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos;*<sup>6</sup>

### 151. FCC - Proc (PGE TO)/PGE TO/2018

O Governo do Estado decidiu construir um conjunto habitacional popular em área urbana, situada na região metropolitana de Palmas. Para tanto, verificou-se a existência de um terreno de dimensão adequada, situado em área incluída no plano diretor e declarada passível de edificação compulsória por lei municipal. Embora notificado há dez anos para promover a edificação no terreno, o proprietário quedou-se inerte, sendo que há mais de cinco anos vem sendo aplicado o IPTU progressivo no tempo. Nesse caso, o Governo do Estado

**a) poderá promover desapropriação por interesse social do imóvel, todavia mediante justa e prévia indenização, em dinheiro.**

b) está impedido de promover a desapropriação do terreno, em vista da exclusiva competência municipal para promover a desapropriação de áreas urbanas destinadas à habitação popular.

c) poderá promover a desapropriação-sanção do terreno, com o pagamento de indenização em títulos da dívida pública de emissão previamente aprovada pelo Senado Federal, com prazo de resgate de até dez anos, em parcelas anuais, iguais e sucessivas, assegurados o valor real da indenização e os juros legais, por se tratar de terreno situado em região metropolitana.

d) poderá editar decreto de desapropriação por interesse social, em benefício do município em que está situado o imóvel, que ficará responsável pelo pagamento da indenização em títulos da dívida pública de emissão previamente aprovada pelo Senado Federal, com prazo de resgate de até 10 anos, em parcelas anuais, iguais e sucessivas, assegurados o valor real da indenização e os juros legais.

e) deve encaminhar pedido de autorização à Assembleia Legislativa para a desapropriação do terreno, visto que se trata de bem sob domínio municipal.

### Comentários

Esta questão é respondida com **A CF/1988. Intervenção do Estado na Propriedade. Desapropriação por interesse social.**

*CF/1988 - Art. 5º*

*XXIV - a lei estabelecerá o procedimento para desapropriação por necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social, **mediante justa e prévia indenização em dinheiro**, ressalvados os casos previstos nesta Constituição;*

<sup>6</sup> [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2002/L10520.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10520.htm)



### 152. FCC - Proc (PGE TO)/PGE TO/2018

Considere que determinada Municipalidade precise desapropriar um terreno para instalação de um equipamento público. Durante a avaliação pericial da área para identificação do valor do imóvel foi apurado que o terreno apresentava contaminação do solo, decorrente da destinação pelo proprietário para atividades não autorizadas. O ente público expropriante

- a) poderá desistir da desapropriação, diante do vício de legalidade, cabendo, contudo, indenização em favor do proprietário do terreno, por não ter dado causa à desistência da área, esta que constituiu decisão discricionária do ente.
- b) deverá necessariamente arcar com os custos de descontaminação, que não podem ser imputados no valor da avaliação, sendo inerentes ao risco da aquisição.
- c) pode pleitear que a indenização devida ao proprietário da área seja posterior à desapropriação, e não prévia, como usual, em razão da necessidade de ser incluído o custo de descontaminação da área.
- d) deve desistir da desapropriação, já que o valor estimado da indenização será necessariamente superado em razão do custo de indenização.
- e) **podará pleitear a dedução do custo de descontaminação do valor da indenização, já que havia responsabilidade do dono do terreno pela observância da legislação ambiental vigente.**

### Comentários

Esta questão é respondida com [A LETRA DA LEI. Intervenção do Estado na Propriedade. Desapropriação.](#)

LEI 9.605/98

*Art. 12. A prestação pecuniária consiste no pagamento em dinheiro à vítima ou à entidade pública ou privada com fim social, de importância, fixada pelo juiz, não inferior a um salário mínimo nem superior a trezentos e sessenta salários mínimos. **O valor pago será deduzido do montante de eventual reparação civil a que for condenado o infrator.**<sup>7</sup>*

## 3.2 – ANÁLISE PROVA PGE AP 2018

### 153. FCC - Proc (PGE AP)/PGE AP/2018

O ex-governador Sérgio Cabral terá que devolver o colar do mérito que recebeu do Ministério Público estadual do Rio de Janeiro. A decisão foi tomada no início da tarde desta sexta-feira (21) pelo Órgão Especial do Colégio de Procuradores de Justiça. De

<sup>7</sup> [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9605.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9605.htm)



acordo com os procuradores, o ex-governador, preso desde novembro do ano passado, tem ainda que entregar à instituição a medalha e diploma que tenha recebido.

(Adaptado de: Notícia do site G1, publicada em 21/07/2017)

A propósito da notícia acima mencionada, o ato administrativo relatado é um exemplo de

- a) anulação.
- b) revogação.
- c) contraposição.
- d) cassação.**
- e) interdição

## Comentários

Esta questão é respondida com **A LETRA DA LEI. Ato administrativo. Cassação.**

*São três as formas de desfazimento volitivo do ato administrativo: a invalidação (ou anulação), a revogação e a cassação. As duas primeiras serão examinadas em tópicos à parte, logo a seguir, e isso porque apresentam algumas singularidades merecedoras de análise especial.*

**A cassação é a forma extintiva que se aplica quando o beneficiário de determinado ato descumprir condições que permitem a manutenção do ato e de seus efeitos.**

*Duas são suas características: a primeira reside no fato de que se trata de ato vinculado, já que o agente só pode cassar o ato anterior nas hipóteses previamente fixadas na lei ou em outra norma similar. A segunda diz respeito à sua natureza jurídica: trata-se de ato sancionatório, que pune aquele que deixou de cumprir as condições para a subsistência do ato. Exemplo: cassação de licença para exercer certa profissão; ocorrido um dos fatos que a lei considera gerador da cassação, pode ser editado o respectivo ato. (José dos Santos Carvalho Filho, 2018)*

### 154. FCC - Proc (PGE AP)/PGE AP/2018

No tocante às regras típicas do regime jurídico administrativo, é sabido que nem todas se aplicam às empresas estatais – assim consideradas as empresas públicas e as sociedades de economia mista –, em vista da natureza jurídica de direito privado que tais entidades ostentam. Todavia, toda empresa estatal deve observar

- a) o regime de precatórios para pagamento de suas dívidas.
- b) a necessidade de autorização legislativa para alienação de bens imóveis de seu patrimônio.
- c) os limites constantes do art. 37, XI, da Constituição Federal, no pagamento da remuneração de seus empregados.
- d) a vedação constitucional à acumulação de cargos, empregos e funções públicas.**
- e) o regime de licitações da Lei nº 8.666/93.



## Comentários

Esta questão é respondida com [A CF/1988. Organização da administração. Empresas estatais.](#)

*Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:*

*XVII - a proibição de acumular estende-se a empregos e funções e abrange autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista, suas subsidiárias, e sociedades controladas, direta ou indiretamente, pelo poder público;*

### 155. FCC - Proc (PGE AP)/PGE AP/2018

Em relação ao Estatuto Jurídico das Empresas Públicas, das Sociedades de Economia Mista e suas subsidiárias,

**a) a sociedade de economia mista poderá solucionar, mediante arbitragem, as divergências entre acionistas e a sociedade, ou entre acionistas controladores e acionistas minoritários, nos termos previstos em seu estatuto social.**

b) a exploração de atividade econômica pelo Estado será exercida por meio de empresa pública, de sociedade de economia mista e por meio de cooperativas.

c) a constituição de empresa pública ou de sociedade de economia mista não depende de autorização legal prévia, pois o fato caracterizaria afronta aos princípios da livre iniciativa e do interesse social.

d) sociedade de economia mista é a entidade dotada de personalidade jurídica de direito público, com criação autorizada por lei, sob a forma de sociedade anônima, cujas ações com direito a voto pertençam em sua maioria à União, aos Estados, ao Distrito Federal, aos Municípios ou a entidade da administração indireta.

e) a sociedade de economia mista e as empresas públicas constituir-se-ão sob a forma de sociedades por responsabilidade limitada, a elas se aplicando subsidiariamente as normas do Código Civil.

## Comentários

Esta questão é respondida com [A LETRA DA LEI. Organização da administração. Estatuto jurídico da empresa pública e da sociedade de economia mista.](#)

*Lei 13.303/2016 - Art. 12. A empresa pública e a sociedade de economia mista deverão:*  
*I - divulgar toda e qualquer forma de remuneração dos administradores;*

*II - adequar constantemente suas práticas ao Código de Conduta e Integridade e a outras regras de boa prática de governança corporativa, na forma estabelecida na regulamentação desta Lei.*

*Parágrafo único. A sociedade de economia mista poderá solucionar, mediante arbitragem, as divergências entre acionistas e a sociedade, ou entre acionistas controladores e acionistas minoritários, nos termos previstos em seu estatuto social.*



### 156. FCC - Proc (PGE AP)/PGE AP/2018

O Tribunal de Justiça de determinado Estado celebrou contrato com empresa especializada, para prestar serviço educacional nas modalidades de creche e pré-escola, em estabelecimento escolar mantido pelo Tribunal, dedicado ao atendimento de filhos de seus servidores. Durante a prestação do serviço, um dos alunos empurrou o colega do alto de um escorregador, causando-lhe ferimentos graves e gerando sequelas para a criança acidentada. Nessa situação, no tocante à responsabilidade civil,

a) trata-se de hipótese em que o ente estatal não será responsabilizado, visto que se trata de ato de terceiro, a excluir o nexo causal entre a atividade estatal e o dano.

b) há responsabilidade objetiva da empresa contratada, sendo que não haverá responsabilização estatal, visto que o serviço era prestado em benefício de terceiros.

c) haverá responsabilização civil dos pais do causador direto do dano, pois este é menor e civilmente irresponsável.

**d) é cabível a responsabilização estatal, com base na teoria da culpa do serviço, em vista do funcionamento deficiente do serviço público.**

e) não haverá responsabilização do ente estatal, visto que a situação não se enquadra entre as hipóteses de responsabilização por atos praticados pelo Poder Judiciário.

### Comentários

Esta questão é respondida com [A DOCTRINA. Responsabilidade civil do Estado e Prescrição. Responsabilidade civil do Estado por omissão.](#)

Responsabilidade civil do Estado por omissão, segundo Rafael Carvalho (2018):

**Primeira posição:** *responsabilidade objetiva, pois o art. 37, § 6.º, da CRFB não faz distinção entre condutas comissivas ou omissivas. Nesse sentido: Hely Lopes Meirelles.*

**Segunda posição:** *responsabilidade subjetiva, com presunção de culpa do Poder Público (presunção juris tantum ou relativa), tendo em vista que o Estado, na omissão, não é o causador do dano, mas atua de forma ilícita (com culpa) quando descumprir o dever legal de impedir a ocorrência do dano. O art. 37, § 6.º, da CRFB, ao mencionar os danos causados a terceiros, teve o objetivo de restringir a sua aplicação às condutas comissivas, uma vez que a omissão do Estado, nesse caso, não seria "causa", mas "condição" do dano. Nesse sentido: Oswaldo Aranha Bandeira de Mello, Celso Antônio Bandeira de Mello, Maria Sylvia Zanella Di Pietro, Diógenes Gasparini, Lúcia Valle Figueiredo e Rui Stoco.*

**Terceira posição:** *nos casos de omissão genérica, relacionadas ao descumprimento do dever genérico de ação, a responsabilidade é subjetiva. Por outro lado, nas hipóteses de omissão específica, quando o Estado descumprir o dever jurídico específico, a responsabilidade é objetiva. Nesse sentido: Guilherme Couto de Castro e Sergio Cavalieri Filho.*

### 157. FCC - Proc (PGE AP)/PGE AP/2018

A Lei Federal nº 12.846/2013, também conhecida como Lei Anticorrupção, estabelece determinadas disposições acerca da realização do acordo de leniência entre pessoas



jurídicas envolvidas em atividades ilícitas ali mencionadas e o Poder Público. A esse respeito, o referido diploma estatui que

- a) a pessoa jurídica que celebrar o acordo ficará inteiramente isenta das penalidades estatuídas na referida lei, mantendo-se, todavia, as sanções que tenham sido aplicadas na legislação referentes às licitações e contratações públicas.
- b) para celebrar o acordo de leniência, é requisito prévio a reparação integral do dano causado pela pessoa jurídica proponente.
- c) os efeitos do acordo de leniência serão automaticamente estendidos às pessoas jurídicas que integram o mesmo grupo econômico, de fato e de direito, da pessoa jurídica proponente.
- d) rejeição da proposta de acordo de leniência implicará em reconhecimento tácito do ato ilícito praticado, permitindo a aplicação imediata da sanção correspondente.
- e) em caso de descumprimento do acordo de leniência, a pessoa jurídica ficará impedida de celebrar novo acordo pelo prazo de 3 (três) anos contados do conhecimento pela administração pública do referido descumprimento.**

### Comentários

Esta questão é respondida com [A LETRA DA LEI. Legislação administrativa esparsa. Lei anticorrupção. Descumprimento do acordo de leniência.](#)

*Lei 12.846/2013 - Art. 16. A autoridade máxima de cada órgão ou entidade pública poderá celebrar acordo de leniência com as pessoas jurídicas responsáveis pela prática dos atos previstos nesta Lei que colaborem efetivamente com as investigações e o processo administrativo, sendo que dessa colaboração resulte:*

*§ 8º Em caso de **descumprimento do acordo de leniência**, a pessoa jurídica ficará **impedida de celebrar novo acordo pelo prazo de 3 (três) anos** contados do conhecimento pela administração pública do referido descumprimento.*

### 158. FCC - Proc (PGE AP)/PGE AP/2018

A Lei Complementar Estadual nº 110/2018 (que dispõe sobre as terras públicas e devolutas do Estado do Amapá, disciplina sua ocupação e dá outras providências) dispõe que o Estado promoverá o assentamento dos trabalhadores rurais em áreas previamente reservadas (Projetos de Assentamento e Desenvolvimento Sustentável), selecionando-os conforme critérios definidos naquele diploma. NÃO é critério mencionado na referida Lei Complementar:

- a) ser trabalhador rural sem-terra.
- b) comprovar força de trabalho familiar necessária ao desenvolvimento de atividade agrícola.
- c) ter experiência na atividade agrícola.
- d) ter residência mínima de 10 anos no Estado.**



e) não possuir outro meio de prover a própria subsistência e de sua família.

## Comentários

Esta questão é respondida com **A LETRA DA LEI LOCAL. Intervenção do Estado na Propriedade. Assentamento dos trabalhadores rurais.**

*LEI COMPLEMENTAR Nº 110, DE 15 DE JANEIRO DE 2018*

*Art. 30. A Seleção dos beneficiários dos projetos de Assentamento de trabalhadores rurais obedecerá aos seguintes critérios:*

*I - ser trabalhador rural sem terra;*

*II - ter experiência na atividade agrícola;*

*III - comprovar força de trabalho familiar necessária ao desenvolvimento de atividade agrícola e;*

*IV - não possuir outro meio de prover a própria subsistência e de sua família.<sup>8</sup>*

### 159. FCC - Proc (PGE AP)/PGE AP/2018

Acerca das normas constitucionais relativas ao chamado regime do “teto constitucional”, concernentes aos limites máximos de remuneração dos servidores públicos (art. 37, XI, da Constituição Federal), o Supremo Tribunal Federal definiu, em decisão proferida em regime de repercussão geral, que

a) há direito adquirido à percepção de parcelas remuneratórias instituídas antes da implementação do teto constitucional pela EC nº 41/2003, as quais devem ser absorvidas, à medida em que ocorrer a elevação das remunerações que servem de base ao referido teto.

b) devem-se subtrair da remuneração bruta, para cálculo do teto remuneratório, os valores referentes à incidência do imposto de renda e da contribuição previdenciária, aplicando-se os limites do art. 37, XI, da Constituição Federal, sobre o valor resultante dessa operação.

**c) devem ser consideradas de forma separada, nos casos autorizados constitucionalmente de acumulação de cargos, empregos e funções, as remunerações referentes a cada um dos vínculos do servidor, afastada a observância do teto remuneratório quanto ao somatório dos ganhos do agente público.**

d) o teto constitucional é inaplicável aos agentes políticos detentores de mandato eletivo, dada a natureza especial do vínculo decorrente da investidura política.

e) o limite de noventa inteiros e vinte e cinco centésimos por cento do subsídio mensal, em espécie, dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, é aplicável também aos Procuradores autárquicos, equiparáveis, nesse tocante, aos Procuradores do Estado.

## Comentários

<sup>8</sup> [http://www.al.ap.gov.br/ver\\_texto\\_lei.php?iddocumento=83979](http://www.al.ap.gov.br/ver_texto_lei.php?iddocumento=83979)



Esta questão é respondida com [A JURISPRUDÊNCIA. Servidores públicos. Teto remuneratório.](#)

Nos casos autorizados constitucionalmente de acumulação de cargos, empregos e funções, a incidência do art. 37, XI, da Constituição Federal pressupõe consideração de cada um dos vínculos formalizados, afastada a observância do teto remuneratório quanto ao somatório dos ganhos do agente público. STF. Plenário. RE 612975/MT e RE 602043/MT, Rel. Min. Marco Aurélio, julgados em 26 e 27/4/2017 (repercussão geral) (Info 862).

#### 160. FCC - Proc (PGE AP)/PGE AP/2018

Em processo administrativo disciplinar apurando suposta conduta infracional cometida por servidor público – acusado de ter solicitado e recebido vantagem indevida de um particular – a comissão processante que promoveu a instrução do processo propôs, em seu relatório, a extinção do processo, por insuficiência de provas. O noticiário local, todavia, divulgou que o referido servidor foi condenado, no âmbito criminal, pelo crime de corrupção passiva, pelo mesmo fato investigado no processo disciplinar. Além disso, noticia que uma das integrantes da comissão processante seria sobrinha do acusado. Diante de tal situação,

- a) o processo deve ser automaticamente arquivado, sendo dispensável a remessa à apreciação da autoridade competente para decidir sobre a sanção.
- b) haverá automática dissolução da comissão processante, com remessa dos autos à autoridade competente, que promoverá ela mesma as medidas necessárias para correta apuração do ocorrido.
- c) dada a notoriedade do fato, a autoridade competente poderá, embasada no princípio da comunicabilidade das instâncias, aplicar sanção ao servidor.
- d) em virtude do princípio da independência das instâncias e em face da distância do parentesco alegado, a autoridade competente para aplicar a sanção deverá acolher o parecer da comissão e extinguir o processo.
- e) a autoridade julgadora, constatando a veracidade da notícia, deve anular o processo e ordenar a constituição de outra comissão, para instauração de novo processo, determinando que sejam tomadas emprestadas as provas produzidas na esfera criminal.

#### Comentários

Esta questão é respondida com [A JURISPRUDÊNCIA. Servidores públicos. Processo administrativo disciplinar.](#)



Súmula 591-STJ: É permitida a “prova emprestada” no processo administrativo disciplinar, desde que devidamente autorizada pelo juízo competente e respeitados o contraditório e a ampla defesa.

LEI Nº. 0066, DE 03 DE MAIO DE 1993

Art. 165 - O processo disciplinar será conduzido por comissão composta de 03 (três) servidores estáveis, designados pela autoridade competente que indicará, dentre eles, o seu presidente.

§ 2º - Não poderá participar de comissão de sindicância ou de inquérito, **cônjuge, companheiro ou parente do acusado, consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o 3º grau.**

Lei 8.112/90 - Art. 149. §2º. Não poderá participar de comissão de sindicância ou de inquérito, **cônjuge, companheiro ou parente do acusado, consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau.**

Art. 169. **Verificada a ocorrência de vício insanável, a autoridade que determinou a instauração do processo ou outra de hierarquia superior declarará a sua nulidade, total ou parcial, e ordenará, no mesmo ato, a constituição de outra comissão para instauração de novo processo.**

#### 161. FCC - Proc (PGE AP)/PGE AP/2018

Acerca do regime jurídico dos servidores públicos, o Supremo Tribunal Federal, em decisão proferida sob o regime de repercussão geral, firmou a seguinte jurisprudência:

- a) A comprovação do triênio de atividade jurídica exigida para o ingresso no cargo de juiz substituto, nos termos do art. 93, I, da Constituição Federal, deve ocorrer no momento da posse do candidato aprovado
- b) Os prazos da licença-adoptante não podem ser inferiores aos prazos da licença-gestante, caso a criança adotada tenha idade igual ou inferior a um ano; é facultado ao legislador local fixar prazos diversos para crianças de idade superior a um ano.
- c) **Os servidores ocupantes de cargo exclusivamente em comissão não se submetem à regra da aposentadoria compulsória prevista no art. 40, §1º, II, da Constituição Federal, a qual atinge apenas os ocupantes de cargo de provimento efetivo, inexistindo, também, qualquer idade limite para fins de nomeação para cargo em comissão.**
- d) Não há óbice constitucional à prestação, pelos Estados, de serviços de saúde a seus servidores, custeado por contribuição compulsória descontada de seus vencimentos.
- e) Na hipótese de investidura em cargo público determinada por decisão judicial, responde objetivamente a Administração pelos danos causados ao servidor, que fará jus a indenização por danos materiais, correspondente aos vencimentos e demais vantagens que deveria ter percebido, desde a data em que ocorreu o impedimento de sua posse.



## Comentários

Esta questão é respondida com [A JURISPRUDÊNCIA. Servidores públicos. Aposentadoria compulsória.](#)

RE 786540 - I - Os servidores ocupantes de **cargo exclusivamente em comissão não** se submetem à regra da **aposentadoria compulsória prevista no art. 40, § 1º, II, da Constituição Federal**, a qual atinge apenas os ocupantes de cargo de provimento efetivo, inexistindo, também, qualquer idade limite para fins de nomeação a cargo em comissão;

### 162. FCC - Proc (PGE AP)/PGE AP/2018

Epifânia Pessanha era titular de cargo efetivo de escrevente no Tribunal de Justiça do Amapá e se aposentou em 12 de março de 2017. À ocasião de sua aposentadoria, mantinha união estável não formalizada com Aristides Bisel, titular de cargo efetivo de auditor da receita estadual do Amapá, que estava em situação de atividade, por ocasião de seu falecimento, em 8 de janeiro de 2018. Em vista de tal situação, a servidora inativa

a) deverá optar por um dos benefícios previdenciários, em razão da impossibilidade de acumulação de aposentadoria e pensão por morte.

b) receberá pensão, correspondente ao valor da totalidade da remuneração do servidor no cargo efetivo em que se deu o falecimento, até o limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social, acrescido de 75% da parcela excedente a este limite.

c) não receberá pensão, pois somente a união estável reconhecida formalmente por meio de escritura pública legitima a companheira a obter o benefício.

d) receberá pensão, calculada de forma proporcional ao tempo de serviço do companheiro falecido, não podendo exceder a remuneração do cargo efetivo por ele ocupado, por ocasião do óbito.

e) não poderá acumular os benefícios de pensão e aposentadoria, pois os cargos em questão não eram acumuláveis em atividade, nos termos do art. 37, XVI da Constituição Federal.

## Comentários

Gabarito: Anulada, Gabarito preliminar, Letra B.

Esta questão é respondida com [A LETRA DA LEI LOCAL. Servidores públicos. Pensão por morte.](#)

O erro da questão reside no fato de que, a alternativa considerada como correta, ou seja, a letra B, possui um erro na porcentagem, tanto a Lei local como a Constituição estabelecem o limite de 70% (setenta por cento) e não 75%.



CRFB/1988 - Art. 40, § 7º, . Lei disporá sobre a concessão do benefício de pensão por morte, que será igual: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 41, 19.12.2003)

(...)

II - ao valor da totalidade da remuneração do servidor no cargo efetivo em que se deu o falecimento, até o limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social de que trata o art. 201, **acrescido de setenta por cento da parcela excedente a este limite, caso em atividade na data do óbito.** (Incluído pela Emenda Constitucional nº 41, 19.12.2003)

Lei nº 915/2005 - Art. 26, §1º, da A pensão por morte será igual ao valor da totalidade dos proventos percebidos pelo servidor na data anterior à do óbito ou, ao valor da totalidade da remuneração de contribuição de que trata o inciso XIII do art. 3º, percebida pelo servidor no cargo efetivo na data anterior à do óbito, caso em atividade; em ambos os casos **até o limite máximo estabelecido para os benefícios do Regime Geral de Previdência Social, acrescido de 70% (setenta por cento) da parcela excedente a este limite.**

### 163. FCC - Proc (PGE AP)/PGE AP/2018

Acerca do princípio da oficialidade, a Lei de Processo Administrativo Federal dispõe que

**a) quando surgirem fatos novos ou circunstâncias relevantes suscetíveis de justificar a inadequação da sanção aplicada, pode haver revisão da sanção aplicada, independentemente de requerimento do apenado.**

b) a defesa dos administrados em processos acusatórios somente pode ser realizada mediante procuração, com firma devidamente reconhecida.

c) a desistência ou renúncia do interessado têm efeito preclusivo, impedindo o prosseguimento do processo.

d) a autoridade ou servidor que incorrer em suspeição deve, independentemente de provocação, abster-se de atuar, sob pena de responsabilização.

e) para que haja a convalidação de atos maculados por defeitos sanáveis, é necessário haver provocação do particular interessado, sob pena de se violar o princípio da supremacia do interesse público.

### Comentários

Esta questão é respondida com **A LETRA DA LEI. Processo administrativo federal e local. Princípio da oficialidade.**

Lei 9.784/99 - Art. 65. Os processos administrativos de que resultem sanções **poderão ser revistos, a qualquer tempo, a pedido ou de ofício,** quando surgirem fatos novos ou circunstâncias relevantes suscetíveis de justificar a inadequação da sanção aplicada.

Parágrafo único. Da revisão do processo não poderá resultar agravamento da sanção.

### 164. FCC - Proc (PGE AP)/PGE AP/2018



Acerca da participação de cooperativas em licitações e contratações públicas, a legislação nacional dispõe que:

- a) **cooperativas formadas exclusivamente por pessoas físicas de baixa renda reconhecidas pelo poder público como catadores de materiais recicláveis podem ser contratadas com dispensa de licitação, para coleta, processamento e comercialização de resíduos sólidos urbanos recicláveis ou reutilizáveis, em áreas com sistema de coleta seletiva de lixo.**
- b) em igualdade de condições, como critério de desempate, será assegurada preferência, aos bens e serviços produzidos por cooperativas.
- c) os atos de convocação não podem restringir a participação de cooperativas, sendo admissível que estabeleçam preferência para as cooperativas que atuem em âmbito local.
- d) aplica-se regra de empate ficto às propostas apresentadas pelas cooperativas que sejam iguais ou até 10% (dez por cento) superiores à proposta mais bem classificada.
- e) a contratação de cooperativas implica em responsabilidade solidária do ente contratante em relação aos direitos trabalhistas e previdenciários dos cooperados.

### Comentários

Esta questão é respondida com **A LETRA DA LEI. Licitação. Dispensa de licitação.**

*Lei 8.666/93 - Art. 24. É dispensável a licitação:*

*XXVII - na contratação da coleta, processamento e comercialização de resíduos sólidos urbanos recicláveis ou reutilizáveis, em áreas com sistema de coleta seletiva de lixo, efetuados por associações ou cooperativas formadas exclusivamente por pessoas físicas de baixa renda reconhecidas pelo poder público como catadores de materiais recicláveis, com o uso de equipamentos compatíveis com as normas técnicas, ambientais e de saúde pública.*

### 165. FCC - Proc (PGE AP)/PGE AP/2018

Pelo exame das normas gerais vigentes sobre licitações e contratos, no que tange ao poder sancionatório da Administração, é correto afirmar que

- a) a aplicação das sanções de advertência e multa independem de apresentação de defesa prévia pelo contratado inadimplente, sendo a ele facultada apenas a impetração de recurso dirigido à autoridade superior, para fins de revisão ou anulação da penalidade.
- b) a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública somente pode ser aplicada pelo Chefe do Poder Executivo.
- c) uma vez esgotada a vigência do contrato, torna-se preclusa a possibilidade de aplicação de sanções pela Administração ao contratado, o que não impede a responsabilização deste pelos danos materiais e morais que causou à coletividade.



d) a aplicação de multa não impede a Administração de rescindir o contrato e de impor simultaneamente outra sanção administrativa, dentre as demais penalidades previstas na legislação regente do contrato.

e) a recusa do licitante adjudicatário em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, não caracteriza infração passível de responsabilização administrativa, visto que o princípio da autonomia da vontade impede que alguém seja forçado a contratar.

### Comentários

Esta questão é respondida com [A LETRA DA LEI. Contratos administrativos. Atraso injustificado na execução.](#)

*Lei 8.666/93 - Art. 86. O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado à multa de mora, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato.*

**§ 1º A multa a que alude este artigo não impede que a Administração rescinda unilateralmente o contrato e aplique as outras sanções previstas nesta Lei.**

#### 166. FCC - Proc (PGE AP)/PGE AP/2018

O tombamento, em suas várias modalidades, constitui ato administrativo que sempre ostenta a característica de

- a) compulsoriedade.
- b) provisoriedade.
- c) imperatividade.**
- d) irretratabilidade.
- e) indenizabilidade.

### Comentários

Esta questão é respondida com [A DOCTRINA. Intervenção do Estado na Propriedade. Tombamento.](#)

Por ser um meio de proteger o patrimônio cultural brasileiro, o tombamento tem a característica de ser um ato imperativo, por ser capaz de impor obrigações a terceiros, mesmo sem a sua concordância.

*O tombamento é a intervenção estatal restritiva que tem por objetivo proteger o patrimônio cultural brasileiro. (Rafael Carvalho, 2018).*

#### 167. FCC - Proc (PGE AP)/PGE AP/2018

Considere que, visando realizar obras de saneamento básico, o Estado do Amapá edita decreto no qual declara a utilidade pública, para fins de desapropriação, de imóvel residencial urbano habitado pelo respectivo proprietário, em favor da Companhia de Água e Esgoto do Amapá (CAESA). A referida empresa estatal ajuíza a ação de



desapropriação e, na petição inicial, alega urgência e requer a imissão provisória no imóvel expropriando. Nesse caso,

a) não deve ser concedida a imissão provisória, visto que a urgência deveria ser previamente declarada no decreto de utilidade pública.

**b) se houver impugnação pelo expropriado, haverá arbitramento de indenização provisória pelo juiz, que somente autorizará a imissão, se o expropriante complementar o depósito para que este atinja a metade do valor arbitrado.**

c) não é possível imissão provisória, pois o direito à moradia se sobrepõe à conveniência da Administração Pública.

d) deve haver a citação do expropriado antes da decisão sobre a imissão provisória na posse.

e) a empresa estatal nunca terá competência para ajuizar ação de desapropriação, que deve ser proposta diretamente pelo ente que emitiu o decreto de utilidade pública.

### Comentários

Esta questão é respondida com [A LETRA DA LEI. Intervenção do Estado na Propriedade. Desapropriação.](#)

*DECRETO-LEI Nº 1.075, DE 22 DE JANEIRO DE 1970.*

*Art. 3º Quando o valor arbitrado for superior à oferta, o juiz só autorizará a imissão provisória na posse do imóvel, se o expropriante complementar o depósito para que este atinja a metade do valor arbitrado.<sup>9</sup>*

### 168. FCC - Proc (PGE AP)/PGE AP/2018

O direito de acesso à informação, disciplinado pela Lei Federal nº 12.527/2011, estatui que a informação a ser fornecida pela Administração deve ter determinadas qualidades, arroladas no art. 7º, inciso IV, do referido diploma. NÃO está dentre as qualidades ali mencionadas

a) atualidade.

b) primariedade.

**c) publicidade.**

d) autenticidade.

e) integridade.

### Comentários

Esta questão é respondida com [A LETRA DA LEI. Legislação administrativa esparsa. Lei de acesso à informação.](#)

<sup>9</sup> [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/1965-1988/Del1075.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/Del1075.htm)



Lei nº 12.527/2011.

Art. 7º O acesso à informação de que trata esta Lei compreende, entre outros, os direitos de obter:

(...)

IV - informação **primária, íntegra, autêntica e atualizada**;

### 3.3 – ANÁLISE PROVA PROC. LEG DF 2018

#### 169. FCC - Proc Leg (CL DF)/CL DF/2018

Considere que determinado servidor público ocupante de cargo efetivo tenha, no curso de sua vida funcional, se afastado das suas atribuições para atuar como dirigente de órgão de representação de classe. Ocorre que referido afastamento não preenchia os requisitos legais, razão pela qual foi indeferido pela Administração. No momento em que solicitou a contagem de tempo para fins de aposentadoria, o servidor solicitou a reconsideração do ato que indeferiu o afastamento, mediante convalidação, alegando confiança legítima e ausência, por parte da Administração, de instauração de procedimento disciplinar para apuração de abandono do cargo pelas ausências imputadas. Diante de tal cenário,

**a) descabe falar em reconsideração, pois não se trata de juízo de conveniência e oportunidade e tampouco em convalidação, pois não houve superveniência de circunstância capaz de sanar a ilegalidade.**

b) operou-se a convalidação tácita pela Administração, em face de conduta omissiva da autoridade superior, responsável pela instauração de procedimento disciplinar.

c) a revisão do ato somente poderá ser obtida judicialmente, pois extrapola o poder de autotutela da Administração, que se restringe aos aspectos atinentes ao mérito do ato.

d) deverá ser instaurado procedimento para apuração de responsabilidades pela atestação da frequência do servidor, no bojo do qual poderá haver a convalidação do afastamento em face do caráter discricionário do ato.

e) a administração poderá, com base em critérios de conveniência e oportunidade, convalidar a frequência atestada, independentemente do cumprimento dos requisitos legais ou formais para o afastamento, desde que haja boa-fé do servidor.

#### Comentários

Esta questão é respondida com **A DOCTRINA. Atos administrativos. Convalidação.**

**PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO** – Este recurso se caracteriza pelo fato de ser dirigido à **mesma autoridade que praticou o ato contra o qual se insurge o recorrente.** Se um ato é praticado por um Coordenador-Geral, por exemplo, haverá pedido de reconsideração se o interessado em revê-lo a ele mesmo se dirige.

Não há uma lei específica que regule esse recurso. Ao contrário, alguns diplomas fazem referência a ele. 43 Não obstante, o pedido de reconsideração não precisa ser previsto



*expressamente em lei. Desde que o interessado se dirija ao mesmo agente que produziu o ato, o recurso se configurará como pedido de reconsideração. (José dos Santos Carvalho Filho, 2018)*

*A **convalidação** ou sanatória é o salvamento do ato administrativo que **apresenta vícios sanáveis**. O ato de convalidação produz efeitos retroativos (ex tunc), preservando o ato ilegal anteriormente editado. (Rafael Carvalho, 2018)*

## 170. FCC - Proc Leg (CL DF)/CL DF/2018

Suponha que o Chefe do Executivo tenha editado decreto reestruturando determinada Secretaria de Estado. Nos termos do referido decreto, operou-se a concentração de atribuições em determinados órgãos da Pasta, com a correspondente redução em outros. Além disso, o ato extinguiu cargos vagos, efetivos e de livre provimento. Referido decreto foi contestado judicialmente pelos servidores, sustentando que o mesmo não encontra base legal, extrapolando, assim, os limites do poder regulamentar conferido ao Chefe do Executivo. Considerando as competências constitucionalmente estabelecidas, conclui-se corretamente que a edição do referido ato afigura-se juridicamente

a) ilegítima, eis que a extinção de cargos efetivos, ainda que vagos, constitui matéria de reserva de lei, não podendo ser operada por decreto.

**b) legítima, eis que se situa no âmbito e nos limites da competência do poder normativo do Chefe do Executivo para dispor sobre organização administrativa.**

c) legítima apenas no que concerne à realocação de atribuições internas, porém inconstitucional quanto à extinção de cargos, por afronta ao princípio da legalidade.

d) legítima apenas se precedida de delegação legislativa para o Poder Executivo, ainda que de forma genérica, sob pena de afronta ao princípio da separação de poderes.

e) ilegítima, pois tanto a extinção de cargos como a reorganização de atribuições administrativas constituem matéria reservada ao campo da lei em sentido formal, cabendo apenas a regulamentação por decreto.

### Comentários

Esta questão é respondida com [A CF/1988. Princípios e poderes da administração. Poder regulamentar.](#)

Por simetria, o artigo infra aplica-se a todos os chefes do poder executivo, como governadores e prefeitos.

*Art. 84. Compete privativamente ao Presidente da República:*

*VI – dispor, mediante decreto, sobre: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)*

*a) organização e funcionamento da administração federal, quando não implicar aumento de despesa nem criação ou extinção de órgãos públicos; (Incluída pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)*



b) **extinção de funções ou cargos públicos, quando vagos**; (Incluída pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)

### 171. FCC - Proc Leg (CL DF)/CL DF/2018

Considere que o Distrito Federal tenha iniciado uma consulta pública para futura contratação de Parceria Público-Privada (PPP) para construção e operação de um complexo hospitalar. Considerando o vulto dos investimentos envolvidos e a situação de constrição macroeconômica apontada pelos potenciais interessados, foi apresentada, na fase de consulta, solicitação de que a modelagem econômico-financeira contemplasse alguma forma de repasse de recursos ao parceiro privado antes da finalização global do empreendimento objeto da PPP. De acordo com o regime jurídico desta modalidade contratual, notadamente as disposições da Lei nº 11.079, de 2004, a solicitação apresentada afigura-se

a) **viável, podendo o parceiro privado receber contraprestação pelas parcelas fruíveis dos serviços objeto da PPP, bem como aportes de recursos para realização das obras e aquisição de bens reversíveis.**

b) viável apenas se o contrato se der na modalidade de concessão patrocinada, onde é possível o pagamento pela administração, na condição de usuária indireta dos serviços, de aporte de recursos como sucedâneo de tarifa.

c) inviável, tendo em vista que tal modalidade contratual, seja na forma de concessão administrativa ou patrocinada, interdita qualquer repasse de recursos pela Administração, antes da disponibilização integral do objeto.

d) viável apenas se a contraprestação ofertada pela Administração se der na modalidade de oferecimento de garantia aos financiadores do parceiro privado.

e) inviável, sob pena de desnaturar o modelo jurídico de PPP e transformá-lo em concessão comum, sujeita a regime jurídico diverso, inclusive quanto a prazo de vigência e obrigações das partes.

### Comentários

Esta questão é respondida com **A LETRA DA LEI. Serviços públicos. PPP.**

Lei 11.079/2004

Art. 6º - § 2º **O contrato poderá prever o aporte de recursos em favor do parceiro privado para a realização de obras e aquisição de bens reversíveis**, nos termos dos incisos X e XI do caput do art. 18 da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, desde que autorizado no edital de licitação, se contratos novos, ou em lei específica, se contratos celebrados até 8 de agosto de 2012. (Incluído pela Lei nº 12.766, de 2012)

Art. 7º A contraprestação da Administração Pública será obrigatoriamente precedida da disponibilização do serviço objeto do contrato de parceria público-privada.

**§ 1º É facultado à administração pública, nos termos do contrato, efetuar o pagamento da contraprestação relativa a parcela fruível do serviço objeto do**



**contrato de parceria público-privada.**  
2012)<sup>10</sup>

(Incluído pela Lei nº 12.766, de

## 172. FCC - Proc Leg (CL DF)/CL DF/2018

Suponha que diferentes municípios integrantes de uma mesma região pretendam se associar para a gestão integrada de serviços públicos, com mútua colaboração e objetivando o rateio das tarifas cobradas pelos serviços disponibilizados de forma a viabilizar os investimentos correspondentes. Aventaram, então, a instituição de um Consórcio Público. Entre os instrumentos/ institutos jurídicos que podem ser manejados, com base na legislação e normatização de regência, para o atingimento das finalidades colimadas no contexto do que idealizaram, se insere o

a) contrato de gestão, cuja ratificação, por lei de cada um dos entes públicos consorciados, enseja a celebração do correspondente contrato de consórcio, nos termos do qual este último adquire personalidade jurídica própria.

b) protocolo de intenções, cuja celebração depende de prévia aprovação legislativa e nos termos do qual são estabelecidas as finalidades e área de atuação do consórcio, bem como a participação de cada consorciado no que concerne ao montante da receita global auferida.

**c) contrato de rateio, que constitui o único instrumento que viabiliza a transferência de recursos dos consorciados para o consórcio, este que, independentemente de sua natureza pública ou privada, configura pessoa jurídica distinta de seus membros.**

d) convênio de cooperação, que somente pode ser firmado com a participação de concessionária privada e a partir do qual é instituído consórcio com personalidade jurídica de direito público, que passa a ser integrante da Administração indireta dos consorciados.

e) contrato de programa, celebrado subsequentemente à constituição do consórcio público e que disciplina a relação entre os consorciados, que podem ser entes públicos ou privados, fixando os objetos e metas para a mútua cooperação e a correspondente participação de cada qual nas receitas e despesas.

### Comentários

Esta questão é respondida com **A LETRA DA LEI. Serviços públicos. Consórcios públicos.**

*DECRETO Nº 6.017, DE 17 DE JANEIRO DE 2007.*

*Art. 13. Os entes consorciados somente entregarão recursos financeiros ao consórcio público **mediante contrato de rateio.***

<sup>10</sup> [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2004/Lei/L11079compilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Lei/L11079compilado.htm)



§ 1o O contrato de rateio será formalizado em cada exercício financeiro, com observância da legislação orçamentária e financeira do ente consorciado contratante e depende da previsão de recursos orçamentários que suportem o pagamento das obrigações contratadas.

§ 2o Constitui ato de improbidade administrativa, nos termos do disposto no art. 10, inciso XV, da Lei no 8.429, de 2 de junho de 1992, celebrar contrato de rateio sem suficiente e prévia dotação orçamentária, ou sem observar as formalidades previstas em Lei.

§ 3o As cláusulas do contrato de rateio não poderão conter disposição tendente a afastar, ou dificultar a fiscalização exercida pelos órgãos de controle interno e externo ou pela sociedade civil de qualquer dos entes da Federação consorciados.

§ 4o Os entes consorciados, isolados ou em conjunto, bem como o consórcio público, são partes legítimas para exigir o cumprimento das obrigações previstas no contrato de rateio.

### 173. FCC - Proc Leg (CL DF)/CL DF/2018

O controle exercido pelos Tribunais de Contas em relação à atuação do Poder Executivo, nos limites fixados pela Constituição Federal, autoriza

- a) o cancelamento de aposentadorias ou pensões concedidas em desconformidade com os requisitos legais, bem assim de modificações posteriores que não alterem o fundamento dos atos concessórios.
- b) a sustação de contratos administrativos, quando identificado superfaturamento ou indícios de cartel ou conluio, a partir de representações ou auditorias realizadas de ofício junto ao órgão contratante.
- c) a suspensão de licitações, quando, a partir da análise dos requisitos de habilitação ou julgamento previstos no correspondente edital, sejam identificadas ilegalidades que afetem seu caráter isonômico e restrinjam a competitividade.**
- d) o impedimento de nomeações de cargos em comissão, quando extrapolado o percentual destinado a servidores ocupantes de cargo efetivo ou identificada ausência do requisito constitucional para seu provimento.
- e) o estabelecimento de limites para endividamento do ente, observados os parâmetros fixados pelo Senado Federal, bem como para concessão de garantia em operações de crédito.

### Comentários

Esta questão é respondida com [A CF/1988. Controle da Administração. Controle do TCU.](#)

Art. 71. O controle externo, a cargo do Congresso Nacional, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas da União, ao qual compete:

II - julgar as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos da administração direta e indireta, incluídas as fundações e sociedades instituídas e mantidas pelo Poder Público federal, e as **contas daqueles que derem causa a perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte prejuízo ao erário público;**

IX - assinar prazo para que o órgão ou entidade adote as providências necessárias ao exato cumprimento da lei, se verificada ilegalidade;



X - **sustar, se não atendido, a execução do ato impugnado**, comunicando a decisão à Câmara dos Deputados e ao Senado Federal;

#### 174. FCC - Proc Leg (CL DF)/CL DF/2018

O regime jurídico incidente sobre os bens de propriedade das pessoas jurídicas de direito público predica que os mesmos

- a) somente podem ser utilizados por particulares em caráter precário, sem prazo determinado, mediante outorga de permissão de uso, a título gratuito ou oneroso.
- b) são inalienáveis, salvo os de uso comum do povo, os quais, contudo, são também impenhoráveis como os demais.
- c) são impenhoráveis, salvo no processo de execução judicial de dívidas contra a entidade pública que detém o seu domínio.
- d) não são passíveis de utilização por particulares, salvo mediante concessão de direito real, com a necessária autorização legislativa e em caráter oneroso.
- e) são imprescritíveis, independentemente de sua natureza dominical, que afasta, contudo, a inalienabilidade.**

#### Comentários

Esta questão é respondida com [A DOCTRINA. Bens Públicos. Regime jurídico.](#)

*Os bens públicos subordinam-se a regime jurídico distinto daquele aplicável aos bens privados em geral. Em resumo, as principais características dos bens públicos são: **alienação condicionada**, impenhorabilidade, **imprescritibilidade** e não onerabilidade. (Rafael Carvalho, 2018)*

#### 175. FCC - Proc Leg (CL DF)/CL DF/2018

No que concerne ao regime próprio de previdência de servidores na forma prevista atualmente pela Constituição da República, tem-se que

- a) somente pode ser mantido, a partir da edição da Emenda Constitucional nº 41, de 2003, com a instituição concomitante de regime de previdência complementar, destinado a servidores ocupantes de cargo efetivo e empregados públicos.
- b) não alcança os servidores temporários e aqueles ocupantes exclusivamente de cargos em comissão ou emprego público, os quais são contribuintes obrigatórios do Regime Geral de Previdência.**
- c) permite, no âmbito da competência concorrente conferida aos Estados para legislar sobre previdência, a instituição de critérios específicos e requisitos diferenciados de tempo de serviço ou contribuição para concessão de benefícios.
- d) não alcança os militares, regidos por legislação específica, salvo quanto à fórmula de cálculo de tempo de contribuição e de efetivo exercício, que deve ser equivalente àquela fixada para os servidores sujeitos ao regime próprio.



e) deve ser dotado de equilíbrio atuarial, suportado por contribuições de todos os beneficiários e do Estado, em igual percentual, destinadas a Fundo Previdenciário, de instituição obrigatória, sujeito às mesmas regras contábeis dos fundos de previdência complementar.

## Comentários

Esta questão é respondida com [A CF/1988. Servidores públicos. Regime de previdência.](#)

*Art. 40. Aos servidores titulares de cargos efetivos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, é assegurado regime de previdência de caráter contributivo e solidário, mediante contribuição do respectivo ente público, dos servidores ativos e inativos e dos pensionistas, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial e o disposto neste artigo:*

**§ 13 - Ao servidor ocupante, exclusivamente, de cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração bem como de outro cargo temporário ou de emprego público, aplica-se o regime geral de previdência social.**

### 176. FCC - Proc Leg (CL DF)/CL DF/2018

Suponha que determinada empresa privada tenha recebido subvenção econômica de uma agência de fomento federal, cuja aplicação deveria estar atrelada à execução de um projeto de inovação tecnológica aprovado de acordo com edital publicado pela referida agência. No curso da execução do projeto, constatou-se desvio dos recursos repassados pela agência para a empresa, que foram apropriados por um diretor desta e por um gerente de projeto da agência de fomento. No que concerne à aplicação, no caso narrado, das disposições da Lei de Improbidade Administrativa, tem-se que

a) não se aplicam à situação em tela, eis que as sanções por improbidade pressupõem, como sujeito passivo, entidade integrante da Administração direta ou indireta e, quando empresa privada, a participação de mais de 50% do capital por ente público.

b) aplicam-se somente ao gerente da agência de fomento, que pode ser equiparado a agente público para tal finalidade, sendo irrelevante a repercussão econômica do ilícito sobre os recursos públicos envolvidos.

c) sua aplicação depende da comprovação de dolo ou má-fé dos envolvidos, cumulada com a identificação do prejuízo direto sofrido pela pessoa jurídica de direito público controladora da agência de fomento.

**d) atingem o gerente da agência e também o diretor da empresa, mesmo não sendo este agente público e, considerando a natureza da empresa privada, a sanção patrimonial restringe-se à repercussão do ilícito sobre a contribuição dos cofres públicos.**

e) atingem apenas os dirigentes da agência de fomento, na condição de agentes públicos, e desde que configurada ação ou omissão que tenha dado causa direta a



prejuízo no que concerne à participação da União no capital social da agência de fomento.

## Comentários

Esta questão é respondida com **A LETRA DA LEI. Improbidade administrativa. Sujeitos.**

*Lei 8.429/92 - Art. 2º Reputa-se agente público, para os efeitos desta lei, todo aquele que exerce, ainda que transitoriamente ou sem remuneração, por eleição, nomeação, designação, contratação ou qualquer outra forma de investidura ou vínculo, mandato, cargo, emprego ou função nas entidades mencionadas no artigo anterior.*

*Art. 3º As disposições desta lei são aplicáveis, no que couber, àquele que, mesmo não sendo agente público, induza ou concorra para a prática do ato de improbidade ou dele se beneficie sob qualquer forma direta ou indireta.*

### 177. FCC - Proc Leg (CL DF)/CL DF/2018

Considere que a Administração pretenda contratar a construção de um túnel em trecho de serra de uma rodovia, tendo identificado significativa complexidade técnica para sua execução a demandar alta especialização, considerada fator de extrema relevância para garantir a execução do objeto a ser contratado. Nesse sentido, deseja introduzir no correspondente procedimento licitatório algum mecanismo ou exigência que permita minimizar os riscos de falha de construção por parte do contratado. Nesse contexto, de acordo com as disposições constantes da Lei nº 8.666/1993, a Administração poderá estabelecer no edital

a) previsão, como etapa necessária na fase de habilitação, de teste de capacitação técnica, avaliada por empresa certificadora, pública ou privada, com reconhecida expertise técnica para aferição.

**b) exigência de apresentação pelos licitantes da metodologia de execução, cuja avaliação, para efeito de sua aceitação ou recusa, deverá preceder a análise dos preços, devendo ser efetuada exclusivamente por critérios objetivos.**

c) a inversão de fases, iniciando-se pela habilitação, com avaliação exclusivamente de requisitos de capacidade econômico- financeira e habilitação jurídica, diferindo os requisitos de qualificação técnica para exame apartado após a apresentação da proposta econômica.

d) fixação de exigências relativas a equipamentos e pessoal técnico especializado, considerados essenciais para o cumprimento do objeto da licitação, atendidas mediante comprovação de contratação, propriedade e de localização prévia.

e) exigência de participação dos licitantes em consórcio, de forma a assegurar a conjugação de requisitos de capacitação técnica e econômico-financeira suficientes para fazer frente à complexidade e aos custos do objeto.

## Comentários



Esta questão é respondida com **A LETRA DA LEI. Licitação. Qualificação.**

*Lei 8.666/93 - Art. 30. A documentação relativa à qualificação técnica limitar-se-á a:*

*§ 8o No caso de obras, serviços e compras de grande vulto, de alta complexidade técnica, poderá a **Administração exigir dos licitantes a metodologia de execução, cuja avaliação, para efeito de sua aceitação ou não, antecederá sempre à análise dos preços e será efetuada exclusivamente por critérios objetivos.***

### 178. FCC - Proc Leg (CL DF)/CL DF/2018

Considere que, estando em curso um contrato de obras regido pela Lei nº 8.666/1993, tendo por objeto a construção de uma rodovia, a Administração contratante tenha identificado a conveniência de alteração parcial do traçado em determinado trecho, de forma a propiciar melhor adequação técnica. A empreiteira contratada afirmou, contudo, que a alteração do traçado indicada pela Administração importaria custos adicionais, não previstos quando do oferecimento de sua proposta na licitação. De acordo com as disposições pertinentes da Lei nº 8.666/1993 a Administração pública contratante

- a) somente poderá determinar a alteração na forma de execução do contrato se identificar erro no projeto básico, hipótese em que fica obrigada a reequilibrar o contrato, porém apenas nos limites da falha existente.
- b) não pode alterar o contrato para incorporar as adequações identificadas após a sua assinatura, em face do princípio da intangibilidade do objeto e vinculação ao instrumento convocatório.
- c) somente poderá aditar o contrato para incorporar as adequações técnicas necessárias se contar com a expressa concordância da contratada, eis que não se trata de modificação meramente quantitativa.
- d) pode determinar à contratada a adequação do projeto, sem a necessidade de celebrar aditivo contratual, por se tratar de circunstância técnica de execução da obra, sendo descabido reequilíbrio econômico-financeiro em tal hipótese.
- e) poderá impor, unilateralmente, a alteração do contrato para contemplar a referida modificação, devendo, contudo, reequilibrar o contrato caso comprovada majoração de encargos à contratada, mediante aditivo contratual.**

### Comentários

Esta questão é respondida com **A LETRA DA LEI. Contratos administrativos. Alteração unilateral dos contratos.**

*Lei 8.666/93 - Art. 65. Os contratos regidos por esta Lei poderão ser alterados, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:*

*I - unilateralmente pela Administração:*

*§ 6o Em havendo alteração unilateral do contrato que aumente os encargos do contratado, a Administração deverá restabelecer, por aditamento, o equilíbrio econômico-financeiro inicial.*



### 179. FCC - Proc Leg (CL DF)/CL DF/2018

Considere que o Distrito Federal pretenda celebrar vínculo de parceria com organização da sociedade civil, sem fins lucrativos, tendo por objeto ações de inclusão de egressos do sistema penitenciário no mercado de trabalho. De acordo com a sistemática estabelecida pela Lei nº 13.019, de 2014, recebeu proposta de determinada organização que preenche os requisitos estabelecidos no referido diploma legal, com o diagnóstico da situação que se pretende modificar, os benefícios, prazos de execução e a indicação dos recursos públicos que serão demandados. Nesse cenário, caso o Distrito Federal decida pelo prosseguimento do tema, poder

- a) submeter a proposta ao Conselho de Política Pública e, se aprovada, celebrar o correspondente termo de fomento com a proponente.
- b) abrir chamamento público, para a seleção da organização da sociedade civil com a qual irá firmar acordo de cooperação.
- c) firmar termo de colaboração com a entidade proponente, precedido do necessário procedimento de dispensa de licitação.
- d) instauração de Procedimento de Manifestação de Interesse Social, para ouvir a sociedade sobre o tema.**
- e) instaurar procedimento de qualificação da proponente como organização da sociedade civil e firmar o competente contrato de gestão.

### Comentários

Esta questão é respondida com **A LETRA DA LEI. Organização da administração. Terceiro Setor. Organizações da sociedade civil.**

*Lei 13.019/2014 - Art. 18. É instituído o Procedimento de Manifestação de Interesse Social como instrumento por meio do qual as organizações da sociedade civil, movimentos sociais e cidadãos poderão apresentar propostas ao poder público para que este avalie a possibilidade de realização de um chamamento público objetivando a celebração de parceria.*

### 180. FCC - Proc Leg (CL DF)/CL DF/2018

Suponha que, na vigência de ata de registro de preços relativa a itens de material hospitalar, tenha sobrevivido uma significativa redução dos preços praticados no mercado em relação aos itens registrados. Diante de tal cenário,

- a) apenas os órgãos participantes estarão obrigados a adquirir os itens registrados, podendo aqueles que tiverem aderido à ata optar pela não aquisição dos quantitativos estimados de forma a obter contratações mais vantajosas em outro certame.
- b) caberá ao órgão gerenciador convocar os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados no mercado, e aqueles que não aceitarem a redução serão liberados do compromisso de fornecimento sem aplicação de penalidades.**



c) o órgão gerenciador poderá cancelar a ata de registro de preços, como alternativa jurídica para liberar os participantes da obrigação de adquirir os quantitativos indicados, salvo se reservados os correspondentes recursos orçamentários quando da abertura do procedimento.

d) o órgão gerenciador poderá desconsiderar o preço dos fornecedores registrados e convocar os integrantes do cadastro de reserva para efetuarem o fornecimento pelo preço arbitrado de acordo com a média de mercado apurada.

e) o fornecedor registrado poderá declinar do direito adquirido ao fornecimento dos quantitativos indicados pelo preço registrado, hipótese em que o órgão gerenciador fica obrigado a efetuar a prorrogação automática da vigência da ata.

### Comentários

Esta questão é respondida com [A LETRA DA LEI. Licitação. Sistema de registro de preços.](#)

*Decreto 7.892/2013 - Art. 18. Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.*

*§ 1º Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.*

## 3.4 – ANÁLISE PROVA PGM CARUARU 2018

### 181. FCC - Proc Mun (Caruaru)/Pref Caruaru/2018

Em relação aos princípios que regem a atuação da Administração Pública, é correto afirmar que

a) em relação ao princípio da legalidade, a Administração Pública não é obrigada a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei.

**b) o princípio da eficiência impõe ao agente público um modo de atuar que produza resultados favoráveis à consecução dos fins a serem alcançados pelo Estado.**

c) o princípio da eficiência, dada a sua natureza finalística, é prevalente em face do princípio da legalidade.

d) são aplicáveis à Administração Pública exclusivamente aqueles princípios mencionados no caput do art. 37 da Constituição da República Federativa do Brasil, que são o da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade e da eficiência.

e) o princípio da publicidade decorre do direito dos administrados em ter acesso a informações de interesse particular ou coletivo e, por essa razão, não admite a existência de informações públicas sigilosas.

### Comentários



Esta questão é respondida com **A DOCTRINA. Princípios e poderes da administração. Princípio da eficiência.**

*O princípio da eficiência apresenta, na realidade, dois aspectos: **pode ser considerado em relação ao modo de atuação do agente público, do qual se espera o melhor desempenho possível de suas atribuições, para lograr os melhores resultados;** e em relação ao modo de organizar, estruturar, disciplinar a Administração Pública, também com o mesmo objetivo de alcançar os melhores resultados na prestação do serviço público. (Maria Sylvia Zanella Di Pietro, 2018)*

### 182. FCC - Proc Mun (Caruaru)/Pref Caruaru/2018

Nos termos do Estatuto do Servidor do Estado de Pernambuco, Lei Estadual nº 6.123, de 20 de julho de 1968,

- a) reintegração é o reingresso no serviço público do servidor aposentado, quando insubsistentes os motivos da aposentadoria ou por interesse e requisição da Administração, respeitada a opção do servidor.
- b) transferência é o retorno à atividade do funcionário em disponibilidade, em cargo igual ou equivalente, pela sua natureza e vencimento, ao anteriormente ocupado.
- c) promoção é a elevação do funcionário, em caráter efetivo, à classe imediatamente superior à que pertence na respectiva série.**
- d) reversão é o ato pelo qual o funcionário demitido ou exonerado ilegalmente, reingressa no serviço público com o ressarcimento das vantagens ligadas ao cargo.
- e) aproveitamento é feito no caso de readaptação do funcionário para cargo mais compatível com a sua capacidade física ou intelectual, atendida a conveniência do serviço

### Comentários

Esta questão é respondida com **A LETRA DA LEI LOCAL. Servidores públicos. Promoção.**

*Lei Estadual nº 6.123, de 20 de julho de 1968 - Art. 45 - Promoção é a elevação do funcionário, em caráter efetivo, à classe imediatamente superior à que pertence na respectiva série.*

*Parágrafo Único - Não haverá promoção de funcionários em disponibilidade ou em estágio probatório.*

### 183. FCC - Proc Mun (Caruaru)/Pref Caruaru/2018

A respeito do regime jurídico dos bens públicos, é correto afirmar

- a) Os bens públicos imóveis poderão ser alienados mediante autorização legislativa prévia, salvo no caso dos bens dominicais.
- b) Os bens dominicais são aqueles utilizados diretamente para a execução dos serviços administrativos e serviços públicos em geral.



- c) Os bens de uso comum do povo, por sua natureza, não permitem a cobrança de valores pecuniários para a sua utilização
- d) Embora os bens públicos sejam dotados de impenhorabilidade, o regime jurídico público permite que os bens públicos afetados sejam gravados com direitos reais de garantia.
- e) Afetação é o fato administrativo pelo qual se atribui ao bem público uma destinação pública especial de interesse direto ou indireto da Administração.**

## Comentários

Esta questão é respondida com [A DOCTRINA. Bens públicos. Afetação.](#)

*A afetação (ou consagração) e a desafetação (ou desconagração) relacionam-se com a vinculação ou não do bem público à determinada finalidade pública.*

*Afetação significa a atribuição fática ou jurídica de finalidade pública, geral ou especial, ao bem público. (Rafael Carvalho, 2018)*

### 184. FCC - Proc Mun (Caruaru)/Pref Caruaru/2018

Considere o texto abaixo.

Os órgãos integram a estrutura do Estado e das demais pessoas jurídicas como partes desses corpos vivos, dotados de vontade e capazes de exercer direitos e contrair obrigações para a consecução de seus fins institucionais. Por isso mesmo, os órgãos não têm personalidade jurídica nem vontade própria, que são atributos do corpo e não das partes, mas na área de suas atribuições e nos limites de sua competência funcional expressam a vontade da entidade a que pertencem e a vinculam por seus atos, manifestados através de seus agentes (pessoas físicas). Como partes das entidades que integram, os órgãos são meros instrumentos de ação dessas pessoas jurídicas, preordenados ao desempenho das funções que lhes forem atribuídas pelas normas de sua constituição e funcionamento. Para a eficiente realização de suas funções, cada órgão é investido de determinada competência, redistribuída entre seus cargos, com a correspondente parcela de poder necessária ao exercício funcional de seus agentes.

Embora despersonalizados, os órgãos mantêm relações funcionais entre si e com terceiros, das quais resultam efeitos jurídicos internos e externos, na forma legal ou regulamentar. E, a despeito de não terem personalidade jurídica, os órgãos podem ter prerrogativas funcionais próprias que, quando infringidas por outro órgão, admitem defesa até mesmo por mandado de segurança.

(MEIRELLES, Hely Lopes. Direito Administrativo Brasileiro. 15.ed., São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1990, p. 59)

Com base no texto transcrito e no regime jurídico dos órgãos administrativos, é correto afirmar:

- a) O texto transcrito aborda a teoria do mandato, por meio da qual aos agentes públicos seriam delegados poderes para que agissem em nome e no interesse do Estado.



**b) Os órgãos públicos são centros de competências instituídos para o desempenho de funções estatais, através de seus agentes, cuja atuação é imputada à pessoa jurídica a que pertencem**

c) O texto transcrito traz uma concepção de órgão que contraria a formulação da teoria do órgão, atribuída a Otto Gierke, que criou uma doutrina para justificar como se dá a manifestação da vontade do Estado por meio de seus órgãos, por meio da noção de que os agentes públicos, ao agir, expressam a vontade do Estado.

d) Por serem despersonalizados, os órgãos públicos não mantêm relações funcionais com terceiros, dos quais resultam efeitos jurídicos externos.

e) No texto, é apresentada a teoria da representação, pela qual a vontade dos agentes exprimiria a vontade do Estado, como ocorre na tutela ou na curatela.

## Comentários

Esta questão é respondida com **A DOCTRINA. Organização da administração. Órgão público.**

*Com base na teoria do órgão, pode-se definir o órgão público como uma unidade que congrega atribuições exercidas pelos agentes públicos que o integram com o objetivo de expressar a vontade do Estado.*

*Na realidade, o órgão não se confunde com a pessoa jurídica, embora seja uma de suas partes integrantes; a pessoa jurídica é o todo, enquanto os órgãos são parcelas integrantes do todo. (Maria Sylvia Zanella Di Pietro, 2018)*

### 185. FCC - Proc Mun (Caruaru)/Pref Caruaru/2018

Nos termos da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, é

**a) inexigível a licitação para a contratação de serviços de treinamento e aperfeiçoamento de pessoal, de natureza singular, com empresa de notória especialização.**

b) dispensável a licitação para aquisição de materiais, equipamentos, ou gêneros que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivo.

c) dispensável a licitação para a aquisição, por pessoa jurídica de direito público interno, de bens produzidos ou serviços prestados por órgão ou entidade que integre a Administração Pública, que tenha sido criado para esse fim específico, a qualquer tempo, desde que o preço contratado seja compatível com o praticado no mercado.

d) inexigível a licitação quando a União tiver que intervir no domínio econômico para regular preços ou normalizar o abastecimento.

e) dispensável a licitação na contratação de instituição brasileira incumbida regimental ou estatutariamente da pesquisa, do ensino ou do desenvolvimento institucional, ou de instituição com fins lucrativos dedicada à recuperação social do preso, desde que a contratada detenha inquestionável reputação ético-profissional.

## Comentários



Esta questão é respondida com **A LETRA DA LEI. Licitação. Inexigibilidade.**

*Lei 8.666/93 - Art. 13. Para os fins desta Lei, consideram-se serviços técnicos profissionais especializados os trabalhos relativos a:*

*VI - treinamento e aperfeiçoamento de pessoal;*

*Art. 25. É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial:*

*II - para a contratação de serviços técnicos enumerados no art. 13 desta Lei, de natureza singular, com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação;*

### 186. FCC - Proc Mun (Caruaru)/Pref Caruaru/2018

A respeito da responsabilidade extracontratual do Estado, considere:

I. As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável apenas nos casos de dolo comprovado em ação específica.

II. O dever de indenizar pode decorrer de atos que, ainda que lícitos, causem a determinadas pessoas um ônus maior do que o imposto aos demais membros da coletividade, com base na noção de solidariedade social.

III. A teoria do risco administrativo admite o afastamento da responsabilidade estatal, em razão de circunstâncias excludentes.

IV. As sociedades de economia mista exploradoras de atividade econômica respondem objetivamente por danos que seus agentes nesta qualidade causarem, por força do art. 37, § 6º, da Constituição Federal.

Está correto o que se afirma APENAS em:

- a) I e II.
- b) I e III.
- c) II e III.**
- d) II e IV.
- e) III e IV.

### Comentários

Esta questão é respondida com **A DOCTRINA. Responsabilidade civil do Estado e prescrição. Responsabilidade civil objetiva e teoria do risco administrativo.**

*Somente se pode aceitar como pressuposto da responsabilidade objetiva a prática de ato antijurídico se este, mesmo sendo lícito, for entendido como ato causador de dano anormal e específico a determinadas pessoas, rompendo o princípio da igualdade de todos perante os encargos sociais. Por outras palavras, ato antijurídico, para fins de responsabilidade objetiva do Estado, é o ato ilícito e o ato lícito que cause dano anormal e específico. (Maria Sylvania Zanella Di Pietro, 2018) **ITEM II***



*No risco administrativo, não há responsabilidade civil genérica e indiscriminada: se houver participação total ou parcial do lesado para o dano, o Estado não será responsável no primeiro caso e, no segundo, terá atenuação no que concerne a sua obrigação de indenizar. (José dos Santos Carvalho Filho, 2018) **ITEM III-***

### 187. FCC - Proc Mun (Caruaru)/Pref Caruaru/2018

Em relação à organização administrativa,

- a) a criação de uma agência reguladora – autarquia em regime especial – é decorrente do fenômeno da desconcentração.
- b) uma empresa pública prestadora de serviço público é criada por meio do fenômeno da descentralização, enquanto uma empresa pública exploradora de atividade econômica é criada por meio do fenômeno da desconcentração.
- c) no Brasil, a criação de Territórios Federais constitui hipótese de descentralização geográfica ou territorial.**
- d) a criação de uma secretaria municipal é hipótese de descentralização.
- e) a transferência de uma competência de um órgão superior a um órgão subalterno, sem quebra de hierarquia, é hipótese de descentralização.

### Comentários

Esta questão é respondida com [A DOCTRINA. Organização da administração. Descentralização territorial.](#)

*Descentralização territorial ou geográfica é a que se verifica quando uma entidade local, geograficamente delimitada, é dotada de personalidade jurídica própria, de direito público, com capacidade administrativa genérica.*

*No Brasil de hoje, podem ser incluídos nessa modalidade de descentralização os territórios federais, que não integram a federação, mas têm personalidade jurídica de direito público, são geograficamente delimitados e possuem capacidade genérica, que abrange serviços de segurança, saúde, justiça etc. (Maria Sylvia Zanella Di Pietro, 2018)*

### 188. FCC - Proc Mun (Caruaru)/Pref Caruaru/2018

Em relação à anulação e à revogação do ato administrativo, é correto afirmar:

- a) O ato administrativo discricionário pode ser objeto de anulação por parte do Poder Judiciário.**
- b) Os efeitos produzidos pela revogação do ato administrativo são ex tunc.
- c) O ato administrativo vinculado pode ser revogado por motivo de oportunidade e conveniência.
- d) O Poder Judiciário, no exercício de sua atividade jurisdicional, tem competência para revogar ato administrativo, quando este estiver eivado com vício de legalidade, uma vez que a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito.



e) A Administração Pública poderá anular seus próprios atos, por motivo de oportunidade e conveniência.

### Comentários

Esta questão é respondida com **A JURISPRUDÊNCIA. Ato administrativo. Revogação e anulação.**

**Súmula 473:** A administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, **e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial.**

*Por isso, quando se diz que o Judiciário pode controlar o mérito do ato administrativo, essa afirmação tem que ser aceita em seus devidos termos: **o que o Judiciário pode fazer é verificar se, ao decidir discricionariamente, a autoridade administrativa não ultrapassou os limites da discricionariedade.** Por outras palavras, o juiz controla para verificar se realmente se tratava de mérito. (Maria Sylvia Zanella Di Pietro, 2018)*

#### 189. FCC - Proc Mun (Caruaru)/Pref Caruaru/2018

De acordo com a Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, que dispõe sobre o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:

a) Empresa pública é a entidade dotada de personalidade jurídica de direito público, com criação autorizada por lei e com patrimônio próprio, cujo capital social é integralmente detido pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal ou pelos Municípios.

b) É condição para investidura em cargo de diretoria da empresa pública e da sociedade de economia mista a assunção de compromisso com metas e resultados específicos a serem alcançados, que deverá ser aprovado pelo acionista controlador, a quem incumbe fiscalizar seu cumprimento.

**c) Sociedade de economia mista é a entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado, com criação autorizada por lei, sob a forma de sociedade anônima, cujas ações com direito a voto pertençam em sua maioria à União, aos Estados, ao Distrito Federal, aos Municípios ou à entidade da administração indireta.**

d) A empresa pública e a sociedade de economia mista deverão possuir em sua estrutura societária Comitê de Auditoria Estatutário como órgão auxiliar da Diretoria, ao qual se reportará diretamente.

e) Devem ser objeto de licitação as atividades de comercialização, prestação ou execução, de forma direta, pelas empresas estatais, de produtos, serviços ou obras especificamente relacionados com seus respectivos objetos sociais.



## Comentários

Esta questão é respondida com [A LETRA DA LEI. Organização da administração. Sociedade de economia mista.](#)

*Lei 13.303/2016 - Art. 4º Sociedade de economia mista é a entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado, com criação autorizada por lei, sob a forma de sociedade anônima, cujas ações com direito a voto pertençam em sua maioria à União, aos Estados, ao Distrito Federal, aos Municípios ou a entidade da administração indireta.*

### 190. FCC - Proc Mun (Caruaru)/Pref Caruaru/2018

A Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014, que estabelece o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, estatui que

a) às parcerias estabelecidas, com base nessa lei, são aplicáveis as normas dispostas na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que dispõe sobre normas para licitações e contratos da Administração Pública.

b) as espécies de parceria estabelecidas por essa lei, são: termo de colaboração, termo de fomento, acordo de cooperação e convênio.

c) a administração pública poderá dispensar a realização do chamamento público na hipótese de inviabilidade de competição entre as organizações da sociedade civil, em razão da natureza singular do objeto da parceria ou se as metas somente puderem ser atingidas por uma entidade específica.

**d) são consideradas organizações da sociedade civil as organizações religiosas que se dediquem a atividades ou a projetos de interesse público e de cunho social distintas das destinadas a fins exclusivamente religiosos.**

e) considera-se atividade o conjunto de direitos, responsabilidades e obrigações decorrentes de relação jurídica estabelecida formalmente entre a administração pública e organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco.

## Comentários

Esta questão é respondida com [A LETRA DA LEI. Organização da administração. Organizações da sociedade civil.](#)

*Lei 13.019/2014 - Art. 2º Para os fins desta Lei, considera-se:*

*I - organização da sociedade civil: (Redação dada pela Lei nº 13.204, de 2015)*

**c) as organizações religiosas que se dediquem a atividades ou a projetos de interesse público e de cunho social distintas das destinadas a fins exclusivamente religiosos;** *(Incluído pela Lei nº 13.204, de 2015)*

### 191. FCC - Proc Mun (Caruaru)/Pref Caruaru/2018

A respeito dos atributos do ato administrativo, é correto afirmar que



- a) da **presunção de veracidade** decorre que são presumidos verdadeiros os fatos alegados pela Administração Pública para a prática de um ato administrativo.
- b) a imperatividade é o atributo pelo qual o ato administrativo pode ser posto em execução pela própria Administração Pública, sem necessidade de intervenção do Poder Judiciário.
- c) são atributos do ato administrativo a competência, a forma, o objeto, o motivo e a finalidade.
- d) finalidade é o atributo do ato administrativo que se refere ao efeito jurídico imediato produzido pelo ato.
- e) autoexecutoriedade é o atributo pelo qual os atos administrativos se impõem a terceiros, independentemente de sua concordância.

### Comentários

Esta questão é respondida com [A DOCTRINA. Ato administrativo. Presunção de veracidade.](#)

*Esse princípio, que alguns chamam de princípio da presunção de legalidade, abrange dois aspectos: de um lado, a presunção de verdade, que diz respeito à certeza dos fatos; de outro lado, a presunção da legalidade, pois, se a Administração Pública se submete à lei, presume-se, até prova em contrário, que todos os seus atos sejam verdadeiros e praticados com observância das normas legais pertinentes. (Maria Sylvia Zanella Di Pietro, 2018)*

### 192. FCC - Proc Mun (Caruaru)/Pref Caruaru/2018

Em relação aos agentes públicos, é correto afirmar que

- a) particulares em colaboração com o Poder Público são pessoas físicas que prestam serviços ao Estado, necessariamente mediante remuneração, embora sem vínculo empregatício.
- b) os servidores estatutários se submetem a um regime jurídico legal estabelecido pela respectiva unidade da Federação.**
- c) os titulares de cargo vitalício só podem perder o cargo por sentença judicial transitada em julgado ou por meio de processo administrativo disciplinar, observados os princípios do contraditório e da ampla defesa.
- d) servidores temporários não são considerados agentes públicos, uma vez que não ocupam cargo ou emprego público.
- e) os empregados públicos são agentes contratados sob o regime da legislação trabalhista e ocupantes de cargo público.

### Comentários

Esta questão é respondida com [A DOCTRINA. Servidores públicos. Servidores estatutários.](#)



São servidores públicos, em sentido amplo, as pessoas físicas que prestam serviços ao Estado e às entidades da Administração Indireta, com vínculo empregatício e mediante remuneração paga pelos cofres públicos.

Compreendem:

**1. os servidores estatutários, sujeitos ao regime estatutário e ocupantes de cargos públicos;**

2. os empregados públicos, contratados sob o regime da legislação trabalhista e ocupantes d emprego público;

3. os servidores temporários, contratados por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público (art. 37, IX, da Constituição); eles exercem função, sem estarem vinculados a cargo ou emprego público.

**Os da primeira categoria submetem-se a regime estatutário, estabelecido em lei por cada uma das unidades da federação e modificável unilateralmente, desde que respeitados os direitos já adquiridos pelo servidor.** (Maria Sylvia Zanella Di Pietro, 2018).

### 193. FCC - Proc Mun (Caruaru)/Pref Caruaru/2018

Em relação à desapropriação, é correto afirmar que

- a) por se tratar de matéria administrativa, compete a cada ente da Federação legislar sobre desapropriação.
- b) na desapropriação por descumprimento da função social da propriedade rural, de competência dos Estados, o pagamento é feito em títulos da dívida agrária, resgatáveis em até vinte anos, sendo as benfeitorias úteis e necessárias pagas em dinheiro.
- c) é vedada aos Municípios a realização de desapropriação de imóvel rural.
- d) a desapropriação é forma derivada de aquisição de propriedade e, por conta disso, se a indenização for paga a terceiro que não proprietário, a desapropriação se torna inválida.
- e) a desapropriação por utilidade pública deve ser efetivada mediante acordo ou intentada judicialmente, no prazo de cinco anos, contados da data da expedição do decreto.**

### Comentários

Esta questão é respondida com **A LETRA DA LEI. Intervenção do Estado na Propriedade privada. Desapropriação.**

*Dec-Lei 3.365/41 - Art. 10. A desapropriação deverá efetivar-se **mediante acordo ou intentar-se judicialmente, dentro de cinco anos**, contados da data da expedição do respectivo decreto e findos os quais este caducará. (Vide Decreto-lei nº 9.282, de 1946)*

*Neste caso, somente decorrido um ano, poderá ser o mesmo bem objeto de nova declaração.*

*Parágrafo único. Extingue-se em cinco anos o direito de propor ação que vise a indenização por restrições decorrentes de atos do Poder Público. (Incluído pela Medida Provisória nº 2.183-56, de 2001)*



#### 194. FCC - Proc Mun (Caruaru)/Pref Caruaru/2018

Na desapropriação:

- a) da sentença que fixar o preço da indenização caberá apelação com efeito devolutivo e suspensivo, seja o apelante o expropriado ou o expropriante, fixados honorários, quando o valor indenizatório for superior ao valor oferecido, entre 5 e 15% do valor da diferença.
- b) poderá o Judiciário examinar e decidir, no processo correspondente, se estão verificados ou não os casos de utilidade pública, salvo quando disser respeito à segurança nacional.
- c) sua efetivação deverá ocorrer mediante acordo ou intentar-se judicialmente dentro de 10 anos, a partir da data de expedição do decreto respectivo, findos os quais este prescreverá.
- d) a instância interrompe-se com o falecimento do réu, suspendendo-se em caso de perda de sua capacidade civil, hipótese na qual o juiz nomeará Curador Especial para que o represente e prossiga no feito.
- e) a citação far-se-á por mandado na pessoa do proprietário dos bens; a do marido dispensa a da mulher; a de um sócio, ou administrador, a dos demais, quando o bem pertencer à sociedade; a do administrador da coisa no caso de condomínio, exceto o de edifício de apartamento constituindo cada um propriedade autônoma, a dos demais condôminos e a do inventariante, e, se não houver, a do cônjuge, herdeiro, ou legatário, detentor da herança, a dos demais interessados, quando o bem pertencer a espólio.

### Comentários

Esta questão é respondida com [A LETRA DA LEI. Intervenção do Estado na Propriedade privada. Desapropriação.](#)

*Dec-Lei 3.365/41 - Art. 16. A citação far-se-á por mandado na pessoa do proprietário dos bens; a do marido dispensa a da mulher; a de um sócio, ou administrador, a dos demais, quando o bem pertencer a sociedade; a do administrador da coisa no caso de condomínio, exceto o de edifício de apartamento constituindo cada um propriedade autônoma, a dos demais condôminos e a do inventariante, e, se não houver, a do cônjuge, herdeiro, ou legatário, detentor da herança, a dos demais interessados, quando o bem pertencer a espólio.*

*Parágrafo único. Quando não encontrar o citando, mas ciente de que se encontra no território da jurisdição do juiz, o oficial portador do mandado marcará desde logo hora certa para a citação, ao fim de 48 horas, independentemente de nova diligência ou despacho.*

### 3.5 – ANÁLISE PROVA PROC. CAMPINAS 2016

#### 195. FCC - Proc (Campinas)/Pref Campinas/2016



A revisão do ato administrativo pode implicar

- a) a alteração de seus motivos, para sanar eventuais vícios e conformar a finalidade alcançada à motivação exposta.
- b) análise pelo Judiciário, para correção de vícios de legalidade, motivo e forma, bem como exame de custo benefício entre a opção do administrador e a finalidade pretendida, autorizada a substituição do ato pela decisão jurisdicional.
- c) revogação ou retificação do ato diante da constatação de desvio de poder, mediante a edição de outro ato para sanar o vício de finalidade identificado.
- d) convalidação do ato, mediante correção de eventuais vícios sanáveis, demandando a edição de outro ato para suprir as ilegalidades existentes, com efeitos retroativos à data da edição do primeiro ato.**
- e) a retroação dos efeitos à data da emissão do ato viciado, como nos casos de revogação por motivo de conveniência e oportunidade, demonstrado fato superveniente e de interesse público a justificar a extinção do ato.

### Comentários

Esta questão é respondida com [A LETRA DA LEI. Processo administrativo federal e local. Revisão e convalidação.](#)

*Lei 9.784/99 - Art. 55. Em decisão na qual se evidencie não acarretarem lesão ao interesse público nem prejuízo a terceiros, os atos que apresentarem defeitos sanáveis poderão ser convalidados pela própria Administração.*

*Art. 65. Os processos administrativos de que resultem sanções poderão ser revistos, a qualquer tempo, a pedido ou de ofício, quando surgirem fatos novos ou circunstâncias relevantes suscetíveis de justificar a inadequação da sanção aplicada.*

*Parágrafo único. Da revisão do processo não poderá resultar agravamento da sanção.*

### 196. FCC - Proc (Campinas)/Pref Campinas/2016

A desconcentração e a descentralização são formas de organização administrativa para exercício das funções executivas. Em relação aos poderes da Administração e essa forma de organização tem-se que

- a) o poder normativo evidencia-se por meio dos decretos autônomos, adequados para instituição de pessoas jurídicas de direito público ou privado, por meio das quais se opera a descentralização.
- b) o poder normativo manifesta-se quando há utilização do método descentralização, pois é necessária edição de leis para instituição de outras pessoas jurídicas para as quais serão delegadas competências.
- c) o poder hierárquico manifesta-se presente nas relações de desconcentração, porque há relação de subordinação entre os órgãos da Administração e a Administração central, o que não se replica com as relações travadas entre esta e os entes da Administração indireta, ainda que se evidencie o poder de tutela.**



d) a desconcentração não se relaciona com o poder discricionário da Administração pública, porque este é restrito à Administração e Central, tendo em vista que os órgãos da Administração não são dotados de autonomia e personalidade jurídica própria, características que devem estar presentes para o exercício das atribuições inerentes àquele poder.

e) o poder hierárquico mostra-se presente tanto na desconcentração, quanto na descentralização, na medida em que a Administração Central possui poder para autorizar ou rever atos praticados pelos órgãos e entes abrangidos por aquela organização administrativa.

### Comentários

Esta questão é respondida com [A DOCTRINA. Princípios e Poderes da administração. Poder hierárquico.](#)

*A hierarquia é uma relação de subordinação administrativa entre agentes públicos que pressupõe a distribuição e o escalonamento vertical de funções no interior da organização administrativa. (Rafael Carvalho. 2018)*

*Decorrentes da hierarquia, como relação de subordinação e coordenação entre os órgãos administrativos: o de editar atos normativos, o de dar ordens, o de controlar os órgãos inferiores, o de anular os atos ilegais e revogar os atos inoportunos ou inconvenientes, o de aplicar sanções, o de avocar e delegar atribuições não privativas. (Maria Sylvia Zanella Di Pietro, 2018)*

*Hierarquia é o escalonamento em plano vertical dos órgãos e agentes da Administração que tem como objetivo a organização da função administrativa. E não poderia ser de outro modo. Tantas são as atividades a cargo da Administração Pública que não se poderia conceber sua normal realização sem a organização, em escalas, dos agentes e dos órgãos públicos. Em razão desse escalonamento firma-se uma relação jurídica entre os agentes, que se denomina de relação hierárquica. (José dos Santos Carvalho Filho, 2018)*

#### 197. FCC - Proc (Campinas)/Pref Campinas/2016

Numa olimpíada de Matemática realizada numa escola pública municipal, além dos alunos matriculados na escola que sediou a competição, vieram alunos de diversas localidades, inclusive de outros municípios. Durante o evento, um dos bancos da arquibancada se desprende e caiu, causando lesões corporais em alguns espectadores do evento. Diante do ocorrido,

**a) o poder público municipal onde foi sediado o evento é responsável pelos danos causados, demonstrado o nexo de causalidade entre a omissão dos agentes públicos que realizavam a manutenção do equipamento e os danos causados tanto nos alunos, quanto nos visitantes.**

b) por se tratar de acidente e, portanto, força-maior, não há como responsabilizar o poder público, possível, no entanto, imputar responsabilidade diretamente aos agentes públicos que organizaram o evento, que não garantiram as adequadas condições de segurança.



c) a municipalidade é responsável pelos danos porventura causados nos alunos matriculados na escola que sediou o evento, porque submetidos à sua custódia, cabendo aos demais entes públicos responsáveis pelos alunos visitantes a reparação dos danos por esses sofridos.

d) há responsabilidade objetiva da municipalidade em relação aos danos causados nos alunos e visitantes, vedado direito de regresso em face dos dirigentes da unidade por se tratar de caso fortuito ou força-maior.

e) são solidariamente responsáveis o poder público municipal e os agentes públicos responsáveis pela gestão da unidade escolar, devendo, em razão disso, incidir a modalidade de responsabilidade subjetiva.

## Comentários

Esta questão é respondida com [A JURISPRUDÊNCIA. Responsabilidade civil do Estado e Prescrição. Responsabilidade civil objetiva.](#)

Trata-se de hipótese na qual o Estado responde de maneira objetiva por omissão. Vejamos o julgado do STF que versa sobre o tema:

EMENTA: Recurso extraordinário. 2. **Morte de detento por colegas de carceragem. Indenização por danos morais e materiais. 3. Detento sob a custódia do Estado. Responsabilidade objetiva.** 4. Teoria do Risco Administrativo. Configuração do nexo de causalidade em função do dever constitucional de guarda (art. 5º, XLX). **Responsabilidade de reparar o dano que prevalece ainda que demonstrada a ausência de culpa dos agentes públicos.** 5. Recurso extraordinário a que se nega provimento

(RE 272839, Relator(a): Min. GILMAR MENDES, Segunda Turma, julgado em 01/02/2005, DJ 08-04-2005 PP-00038 EMENT VOL-02186-03 PP-00417 RTJ VOL-00194-01 PP-00337 LEXSTF v. 27, n. 317, 2005, p. 236-257 RT v. 94, n. 837, 2005, 129-138)

*CF/1988 - Art. 37, § 6º As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa.*

### 198. FCC - Proc (Campinas)/Pref Campinas/2016

Uma licitação para delegação de serviço público municipal de transporte foi questionada por um dos licitantes, sob o fundamento de ilegalidade nos requisitos de habilitação técnica que exigiam comprovação de faturamento mínimo, aduzindo direcionamento, bem como questionando a alocação de risco integralmente para o vencedor do certame.



Análise do requerimento do licitante

a) pode concluir pelo deferimento caso tenha sido veiculada por meio de ação judicial, tendo em vista que a revisão do procedimento, pela Administração, depende da ocorrência de fato novo e superveniente às condições que motivaram a instauração do certame.

b) indica restrição à competição, tendo em vista que há vedação legal à exigência de atestado demonstrando percentual de faturamento mínimo, pois a licitação prevê a necessidade de garantias a serem prestadas pelo contratado para a execução do ajuste.

**c) pode conduzir à improcedência da impugnação, caso tenha sido adotado o modelo de concessão de serviço público regida pela Lei n o 8.987/95, na qual o concessionário assume integralmente o risco do negócio, bem como admite a exigência de atestado para demonstrar a hígidez financeira da empresa para fazer frente ao investimento.**

d) pode ser procedente, caso o poder concedente tenha modelado uma parceria público-privada, sob a modalidade de concessão administrativa, porque se trata de serviço público.

e) é improcedente, tendo em vista que as exigências técnicas a serem feitas na fase de habilitação inserem-se no poder discricionário da Administração pública que, na qualidade de poder concedente, pode fazê-lo nos termos de sua oportunidade e conveniência, contanto que exija igualmente de todos os licitantes.

## Comentários

Esta questão é respondida com [A LETRA DA LEI. Serviços públicos. Concessão de serviço público.](#)

*Lei 8.987/95 - Art. 2o Para os fins do disposto nesta Lei, considera-se:*

*II - concessão de serviço público: a delegação de sua prestação, feita pelo poder concedente, mediante licitação, na modalidade de concorrência, à pessoa jurídica ou consórcio de empresas que demonstre capacidade para seu desempenho, **por sua conta e risco e por prazo determinado;***

### 199. FCC - Proc (Campinas)/Pref Campinas/2016

A possibilidade de celebração de convênios envolve pessoas jurídicas de direito público e pessoas jurídicas de direito privado. Dessa forma, uma empresa estatal da área de saneamento celebrou convênio com um município para que fossem promovidas melhorias e modernização da rede de abastecimento local. Dentre as atribuições previstas no ajuste e no plano de trabalho, caberia ao ente público disponibilizar recursos para modernização da rede, enquanto à empresa caberia a operacionalização do serviço e o emprego de tecnologia com aquele propósito. Dentre outras previsões, deve haver

a) prestação de contas acerca da utilização dos recursos, exceto no que concerne à taxa de administração, atribuída à empresa estatal pelos serviços prestados.



b) disposição expressa sobre eventual serviço realizado em período anterior ao convênio que deva ser por ele regularizado, sob pena de não ser possível prever a alocação e repasse de recursos.

c) cláusula prevendo que a divulgação das atividades e serviços realizados pelos convenientes é de responsabilidade do ente público, porque os custos e despesas devem ser a ele alocados, sob pena de incorrer em irregularidade perante a corte de contas competente.

**d) indicação de previsão no Plano Plurianual dos recursos que atenderão despesas de exercícios posteriores, em se tratando de convênio cuja execução ultrapasse o exercício vigente.**

e) expressa previsão de aditamento para possibilitar o emprego dos recursos em atividades diversas daquela objeto do convênio, sob pena de haver irregularidade a ser apontada pela corte de contas competente.

## Comentários

Esta questão é respondida com **A LETRA DA LEI. Contratos administrativos. Convênios.**

*Decreto n. 6.170/07 - Art. 9º No ato de celebração do convênio ou contrato de repasse, o concedente deverá empenhar o valor total a ser transferido no exercício e efetuar, no caso de convênio ou contrato de repasse com vigência plurianual, o registro no SIAFI (sistema integrado da administração financeira), em conta contábil específica, dos valores programados para cada exercício subsequente. (Vigência).*

*Parágrafo único. O registro a que se refere o caput acarretará a obrigatoriedade de ser consignado crédito nos orçamentos seguintes para garantir a execução do convênio.*

### 200. FCC - Proc (Campinas)/Pref Campinas/2016

A concessão da exploração de serviço rodoviário intermunicipal previa a implantação de certo número de praças de pedágio, para que a arrecadação do pedágio refletisse o resultado apresentado no plano de negócios. Quando da instalação de uma dessas praças, a população local irressignou-se, promovendo diversas manifestações, alegando que o trecho escolhido limitaria o trânsito por onerar excessivamente os moradores de determinado bairro.

O poder concedente entendeu por cancelar a instalação da praça de pedágio, transferindo-a para ponto posterior aos limites daquele bairro.

A decisão

a) está dentro do juízo discricionário do poder concedente, cabendo ao concessionário acatar a ordem e providenciar a alteração da praça de pedágio, não cabendo qualquer questionamento, especialmente no que se refere a taxa interna de retorno.

**b) pode implicar prejuízos ao concessionário, cujo modelo de negócio contemplou estimativa das receitas passíveis de serem obtidas com as praças de pedágio indicadas no edital de licitação da concessão, cabendo, nesse caso, reequilíbrio econômico financeiro.**



c) implica necessário reequilíbrio econômico-financeiro em favor do concessionário, tendo em vista que se caracterizou fato da Administração, com direta intervenção nas condições da prestação do serviço público.

d) possui vício de vontade, tendo em vista que a decisão levada a efeito pelo poder concedente não foi motivada em razões e fundamentos de ordem técnica e econômica, mas sim puramente políticas, o que é vedado diante do regime dos contratos administrativos.

e) possibilita que o concessionário pleiteie a alteração de outras praças de pedágio, para obtenção da necessária compensação pela perda de receita experimentada, tendo em vista que o equilíbrio econômico-financeiro é um direito do contratado, e, como tal, permite que este determine o modo de restabelecimento dessa equação.

### Comentários

Esta questão é respondida com [A LETRA DA LEI. Serviços públicos. Alteração unilateral do contrato.](#)

*Lei 8.987/95 - Art. 9º A tarifa do serviço público concedido será fixada pelo preço da proposta vencedora da licitação e preservada pelas regras de revisão previstas nesta Lei, no edital e no contrato.*

*§ 4º Em havendo alteração unilateral do contrato que afete o seu inicial equilíbrio econômico-financeiro, o poder concedente deverá restabelecê-lo, concomitantemente à alteração.*

#### 201. FCC - Proc (Campinas)/Pref Campinas/2016

Os contratos celebrados pela Administração pública municipal estão sujeitos a controle, não só interno, mas também externo. Dentre as possibilidades deste controle destaca-se o controle exercido

a) pelos Tribunais de Contas, desde que caracterizada a natureza de contrato administrativo nos quais a Administração pública exerça prerrogativas típicas das cláusulas exorbitantes, para que se evidencie eventual desatendimento aos princípios da economicidade, legalidade e isonomia.

b) pelo Poder Judiciário, na qualidade de verificação superior dos critérios de legalidade e economicidade ou como instância revisora das decisões proferidas pelas Cortes de contas.

c) pelo Poder Legislativo, com auxílio dos Tribunais de Contas, aos quais compete a sustação da execução de atos e contratos cuja irregularidade ou ilegalidade não tenha sido sanada pela Administração pública. d) pela Administração pública central em relação aos contratos celebrados pelos entes integrantes da Administração indireta, podendo, nos casos de ilegalidade não sanada pelo ente, determinar a sustação da execução do ajuste.

**e) pelos Tribunais de Contas, que podem ingressar no mérito dos atos e contratos, como medida de exame de economicidade, bem como exercer competências**



sancionatórias e corretivas, desta sendo exemplo a sustação de ato impugnado, ainda que seja necessária posterior comunicação ao Legislativo.

## Comentários

Esta questão é respondida com **A LETRA DA LEI. Controle da administração. Controle do TCU.**

*Lei 8.443/92 - Art. 45: Verificada a ilegalidade de ato ou contrato, o Tribunal, na forma estabelecida no Regimento Interno, assinará prazo para que o responsável adote as providências necessárias ao exato cumprimento da lei, fazendo indicação expressa dos dispositivos a serem observados.*

*§ 1º No caso de ato administrativo, o Tribunal, se não atendido:*

*I - sustará a execução do ato impugnado;*

*II - comunicará a decisão à Câmara dos Deputados e ao Senado Federal;*

*III - aplicará ao responsável a multa prevista no inciso II do art. 58 desta Lei.*

*§ 2º No caso de contrato, o Tribunal, se não atendido, comunicará o fato ao Congresso Nacional, a quem compete adotar o ato de sustação e solicitar, de imediato, ao Poder Executivo, as medidas cabíveis.*

### 202. FCC - Proc (Campinas)/Pref Campinas/2016

Jefferson era servidor público de determinado município e se aposentou a pedido. Após a aposentadoria, foi instaurado processo administrativo disciplinar contra Jefferson, pois foi identificado que nos três anos anteriores vinha cometendo falta disciplinar, pois cobrava de particulares valores, em espécie, para fornecimento de documentos e certidões a que teriam direito gratuitamente, na forma de dispositivo expresso de lei. O processo disciplinar correu e foi reconhecida a infração de Jefferson, o que culminou com a aplicação da penalidade de cassação de aposentadoria. Nesse caso, em relação à penalidade e ao processo administrativo disciplinar que tramitou,

a) há vício de legalidade pois a infração cometida somente poderia ter sido apurada anteriormente à concessão da aposentadoria, pois é apenas com demissão.

**b) a penalidade de cassação de aposentadoria deve ter sido aplicada pelo Prefeito, sob pena de ser possível ao servidor pleitear a anulação do processo.**

c) o processo disciplinar para aplicação de penalidade dessa natureza é inadequado, pois visava à apuração de conduta tipificada como ato de improbidade.

d) caracteriza-se, também, como ato de improbidade, o que permite a aplicação da penalidade independentemente da demonstração de culpa ou prejuízo ao erário.

e) a revisão judicial é descabida, tendo em vista que a cassação de aposentadoria é prerrogativa exclusiva da esfera administrativa e competência privativa do chefe do executivo.

## Comentários



Esta questão é respondida com [A LETRA DA LEI. Servidores públicos. Cassação de aposentadoria.](#)

*Lei 8.112*

*Art. 127. São penalidades disciplinares:*

*IV - cassação de aposentadoria ou disponibilidade;*

*Art. 141. As penalidades disciplinares serão aplicadas:*

*I - pelo Presidente da República, pelos Presidentes das Casas do Poder Legislativo e dos Tribunais Federais e pelo Procurador-Geral da República, quando se tratar de demissão e cassação de aposentadoria ou disponibilidade de servidor vinculado ao respectivo Poder, órgão, ou entidade;*

### 203. FCC - Proc (Campinas)/Pref Campinas/2016

Nas palavras de MARIA SYLVIA ZANELLA DI PIETRO “... também é possível falar em legalidade em sentido amplo, para abranger não só a obediência à lei, mas também a observância dos princípios e valores que estão na base do ordenamento jurídico” (Direito administrativo, São Paulo: Atlas, 28a edição, p. 971), tanto que a legislação vigente tipifica “... qualquer ação ou omissão que viole os deveres de honestidade, imparcialidade, legalidade e lealdade às instituições” como

**a) ato de improbidade que atenta contra os princípios da Administração pública, além do rol constante da respectiva lei, cabendo a demonstração de dolo para configuração da conduta.**

b) ato de improbidade, em qualquer de suas modalidades, exigida a demonstração de dolo em todas as condutas, prescindindo, no entanto, da demonstração de prejuízo ao erário.

c) ato de improbidade, desde que cause prejuízo ao erário, tendo em vista que não se trata de conduta específica, mas sim de tipo aberto.

d) ato de improbidade, desde que aliado àquelas condutas haja o enriquecimento ilícito por parte de seu agente, o que prescinde da configuração de dolo.

e) ato de improbidade, salvo se houver apenamento específico na esfera administrativa para as mesmas condutas e seu agente for servidor público, pois o vínculo funcional prefere à responsabilização na esfera civil.

### Comentários

Esta questão é respondida com [A LETRA DA LEI. Improbidade administrativa. Atos de improbidade.](#)

O ato de improbidade que atenta contra os princípios da Administração pública exige apenas dolo para sua configuração, vejamos o artigo da Lei 8.429/92 que trata do tema:



*Lei 8.429/92 - Art. 11. Constitui ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública qualquer ação ou omissão que viole os deveres de honestidade, imparcialidade, legalidade, e lealdade às instituições, e notadamente:*

#### 204. FCC - Proc (Campinas)/Pref Campinas/2016

Há princípios específicos que regem as licitações, o que não afasta a incidência dos princípios gerais aplicáveis a todas as atividades da Administração pública. Nesse sentido, considere

I. O processo de dispensa ou de inexigibilidade de licitação deve ser necessariamente instruído com as razões que fundamentam a contratação direta e a demonstração de compatibilidade do valor de mercado, em analogia ao princípio do julgamento objetivo das propostas, para possibilitar que a economicidade da escolha seja demonstrada e comparada com outras possibilidades.

II. É admitida nas licitações para aquisição de softwares a indicação de marca, desde que reste demonstrada a necessidade e haja justificativa prévia para a aquisição, como expressão, dentre outros, do princípio da motivação, na medida em que desta é possível identificar esclarecimentos para afastar alegações de direcionamento, impertinência e irregularidade da conduta.

III. O princípio do julgamento objetivo das propostas traduz-se como condição de eficácia para os contratos firmados pela Administração mediante prévia licitação, tal qual o princípio da publicidade que obriga a publicação dos instrumentos contratuais na Imprensa Oficial constitui condição de validade daqueles.

IV. A impossibilidade de promover alterações contratuais qualitativas nos contratos administrativos, como expressão do princípio da legalidade e do princípio da vinculação ao instrumento convocatório.

Está correto o que se afirma APENAS em

- a) I e II.
- b) II e IV.
- c) II.
- d) III e IV.
- e) III.

### Comentários

Esta questão é respondida com [A JURISPRUDÊNCIA. Licitação. Compras de softwares.](#)

Sumula 270 do TCU: “Em licitações referentes a compras, inclusive de softwares, é possível a indicação de marca, desde que seja estritamente necessária para atender a exigências de padronização e que haja prévia justificação.”



*Lei 8.666/93 - Art. 25. É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial:*

*I - para aquisição de materiais, equipamentos, ou gêneros que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivo, vedada a preferência de marca, devendo a comprovação de exclusividade ser feita através de atestado fornecido pelo órgão de registro do comércio do local em que se realizaria a licitação ou a obra ou o serviço, pelo Sindicato, Federação ou Confederação Patronal, ou, ainda, pelas entidades equivalentes;*

## 205. FCC - Proc (Campinas)/Pref Campinas/2016

Determinado município pretende responsabilizar-se diretamente pela produção das refeições fornecidas para as unidades de ensino fundamental de sua competência, garantindo assim, alimentação balanceada e de qualidade, com ingredientes frescos para as crianças. O projeto contemplava educação ambiental e nutricional para os alunos, que participariam nas atividades docentes do cultivo de alguns dos alimentos, como uma horta de temperos. Para a concretização desse projeto, dentre todas as providências necessárias, entende-se como fundamental:

- a) A contratação da equipe de cozinha e nutrição, que deve se efetivar mediante inexigibilidade de licitação, em decorrência da finalidade singular do projeto.
- b) A realização de concurso público para contratação de nutricionistas e cozinheiros(as), cujos cargos estão previstos no quadro da secretaria competente, podendo os serviços de apoio serem objeto de terceirização, mediante licitação para seleção pelo critério do menor preço.**
- c) A contratação de servidores para provimento de cargos em comissão ou preenchimento de empregos públicos, garantindo assim maior agilidade no desligamento ad nutum dos mesmos, caso não preenchidos os critérios de desempenho
- d) A aprovação formal do projeto pelos responsáveis pelos alunos matriculados nas escolas, a ser obtida em consulta pública levada a efeito pela Administração direta, na qual também serão colhidas sugestões vinculantes para a elaboração do edital de contratação dos serviços.
- e) A existência de recursos orçamentários-financeiros para contratação da empresa que prestará todos os serviços necessários à implementação do projeto, inclusive de engenharia, com fundamento na Lei n o 8.666/93.

### Comentários

Esta questão é respondida com [A DOCTRINA. Servidores públicos. Contratação.](#)

Por se tratar de prestação direta de serviço público pelo Estado, a realização de concurso público para a contratação de nutricionistas e cozinheiros seria o mais adequado, uma vez que atende aos mandamentos constitucionais no que tange a contratação de servidores públicos.



## 206. FCC - Proc (Campinas)/Pref Campinas/2016

A escolha do Regime Diferenciado de Contratações está relacionada aos objetivos de ampliação da eficiência nas contratações públicas e da competitividade, troca de experiências e tecnologias, incentivo à inovação tecnológica e garantia de tratamento isonômico entre os licitados e a seleção da proposta mais vantajosa à Administração pública.

Além das justificativas aderentes aos objetivos expressamente previstos na Lei n o 12.462/2011,

a) podem ser objeto de Regime Diferenciado de Contratações os contratos de aquisição de bens e prestação de serviços, de valor superior a R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), em razão do vulto, desde que presente a característica de inovação tecnológica.

b) o edital de licitação deve observar a inversão de fases, não obstante a documentação pertinente à habilitação deva ser entregue junto com as propostas por todos os licitantes.

c) poderá ser adotado o critério de maior desconto para o julgamento das licitações submetidas a esse regime, vedado, no entanto, a divulgação do orçamento referencial da Administração antes do fim do certame.

d) nos casos de licitações que visem à contratação integrada, é vedada a celebração de aditivos para reequilíbrio econômico-financeiro, permitidos apenas para alteração de projeto, por causas supervenientes.

**e) as licitações e contratos regidos por essa lei podem contemplar parcelamento de objeto, com vistas à ampliação da competição entre os licitantes, sem que haja perda de economia de escala.**

### Comentários

Esta questão é respondida com **A LETRA DA LEI. Licitação. RDC.**

*Lei 12.462/2011 - Art. 4o Nas licitações e contratos de que trata esta Lei serão observadas as seguintes diretrizes:*

*VI - parcelamento do objeto, visando à ampla participação de licitantes, sem perda de economia de escala.*

## 207. FCC - Proc (Campinas)/Pref Campinas/2016

A abertura de uma importante rodovia exige a aquisição das áreas abrangidas pelo seu perímetro. Durante o levantamento fundiário dos imóveis abrangidos pelo perímetro da ampliação de rodovia, o ente expropriante identificou um grupo de imóveis que constituíam terreno de marinha, sob regime enfitêutico.

Diante dessa constatação, a) será necessário alterar o traçado da rodovia, em razão da vedação legal à desapropriação de bens públicos, especialmente no que se refere aos Estados em relação a bens da União.



b) a administração deverá aguardar que os enfiteutas solicitem autorização da União para transferência dominial do domínio útil dos imóveis.

**c) o Estado poderá desapropriar o domínio útil dos imóveis, indenizando os enfiteutas pelo valor apurado para esse direito, sendo recomendado apresentar à União requerimento para remição do foro.**

d) a desapropriação poderá prosseguir regularmente, tendo em vista que essa intervenção do Estado acarreta a extinção da enfiteuse, cabendo à União parte da indenização correspondente ao valor do domínio real e do montante que seria necessário para remir o foro.

e) caberá a celebração de convênio entre Estado e União, para que esta autorize a implantação do serviço público por meio de desapropriação, com remuneração proporcional ao laudêmio e ao número de foros necessários para remição.

### Comentários

Esta questão é respondida com [A JURISPRUDÊNCIA. Intervenção do estado na propriedade privada. Desapropriação.](#)

TJ - RECURSO ESPECIAL REsp 923530 RJ 2007/0024992-5 (STJ)

Data de publicação: 22/09/2009

Ementa: ADMINISTRATIVO - RECURSO ESPECIAL - DESAPROPRIAÇÃO DE IMÓVEL ENFITEUTICO - FIXAÇÃO DA INDENIZAÇÃO - APLICAÇÃO DO ART. 103 , § 2º , DO DECRETO-LEI N.º 9.760 /46. 1. A tese jurídica abstraída no recurso especial gira em torno do valor da indenização do domínio útil de imóvel desapropriado pela municipalidade. 2. O art. 103 , § 2º , do Dec. Lei 9.760 /46, com a redação dada pela Lei 9.636 /98, regulou especificamente a indenização de imóvel enfiteutico desapropriado, não mais cabendo a aplicação do revogado artigo 693 do Código Civil de 1916 . Precedentes. 3. O Dec. Lei 9.760 /46 trata de bens da União, o que não impede seja aplicado quando em litígio desapropriação de imóvel pertencente aos demais entes da Federação. 4. Recurso especial provido.

*A enfiteuse ou aforamento é o instituto por meio do qual o Ente federado (senhorio direto que mantém o domínio direto) transfere a outrem (enfiteuta ou foreiro) o uso do bem público (domínio útil), mediante pagamento do foro anual. (Rafael Carvalho, 2018)*

## 3.6 – ANÁLISE PROVA PGE MA 2016

### 208. FCC - Proc (PGE MA)/PGE MA/2016

Acerca dos atos administrativos, é correto afirmar:

a) Todas as modalidades de permissão podem ser definidas como atos unilaterais, discricionários e precários.



- b) As resoluções editadas pelo Congresso Nacional e suas Casas constituem atos administrativos privativos daqueles órgãos.
- c) A homologação é ato administrativo destinado a realizar o controle prévio de outro ato administrativo.
- d) A licença é ato unilateral e vinculado, cuja revogação somente é possível mediante prévia notificação do interessado.
- e) A conversão é o ato administrativo pelo qual a Administração converte um ato inválido em ato de outra categoria, de maneira a torná-lo válido, com efeitos retroativos à data do ato original.**

### Comentários

Esta questão é respondida com [A DOCTRINA. Ato administrativo. Conversão.](#)

*Com relação a esse elemento do ato administrativo, é possível a conversão, que alguns dizem ser espécie do gênero convalidação e outros afirmam ser instituto diverso, posição que nos parece mais correta, porque a conversão implica a substituição de um ato por outro. Pode ser definida como o ato administrativo pelo qual a Administração converte um ato inválido em ato de outra categoria, com efeitos retroativos à data do ato original. O objetivo é aproveitar os efeitos já produzidos. (Maria Sylvia Zanella Di Pietro, 2018)*

### 209. FCC - Proc (PGE MA)/PGE MA/2016

A atividade de polícia administrativa

- a) sempre é exercida de forma discricionária, sendo que tal característica é impositiva, em razão do princípio da proporcionalidade.
- b) nem sempre é prestada de forma gratuita pela Administração, havendo situações que implicam em onerosidade de seu exercício.**
- c) é irrenunciável, de modo que não é possível a revogação de medidas de polícia administrativa, uma vez que tenham sido aplicadas pela autoridade competente.
- d) é dotada do atributo de imperatividade, que consiste na possibilidade que a Administração tem de executar suas decisões com seus próprios meios, sem necessidade de provocação do Poder Judiciário.
- e) pode ser exemplificada pela atuação das corregedorias, ao fiscalizar a atividades dos órgãos públicos.

### Comentários

Esta questão é respondida com [A DOCTRINA. Princípios e poderes da administração. Poder de polícia.](#)

*No direito brasileiro, encontra-se conceito legal de poder de polícia no artigo 78 do Código Tributário Nacional: "considera-se poder de polícia atividade da administração pública que, limitando ou disciplinando direito, interesse ou liberdade, regula a prática de ato ou abstenção de fato, em razão de interesse público concernente à segurança, à higiene, à ordem, aos costumes, à disciplina da produção e do mercado, ao exercício de atividades*



*econômicas dependentes de concessão ou autorização do Poder Público, à tranquilidade pública ou ao respeito à propriedade e aos direitos individuais ou coletivos”.*

*A razão de o Código Tributário Nacional dar o conceito de poder de polícia decorre do fato de constituir o exercício desse **poder um dos fatos geradores da taxa** (cf. art. 145, II, da Constituição Federal e art. 77 do referido Código). (Maria Sylvia Zanella Di Pietro, 2018)*

## 210. FCC - Proc (PGE MA)/PGE MA/2016

Uma empresa pública e uma sociedade de economia mista, ambas dedicadas à atividade bancária e controladas pelo mesmo ente político, decidem, por seus órgãos deliberativos competentes, promover conjuntamente a criação de uma outra entidade, voltada a prestar serviços de tecnologia da informação necessários à automação de suas respectivas atividades-fim. A previsão é de que tal entidade contará com a participação de capital privado em sua composição acionária. Em vista de tais características, é certo tratar-se de

- a) consórcio público, na modalidade de direito privado, sendo que será constituído por contrato cuja celebração dependerá da prévia subscrição de protocolo de intenções pelas entidades partícipes.
- b) sociedade em comandita por ações, sendo que as empresas estatais figurarão como sócios comanditados e os eventuais acionistas privados serão os sócios comanditários.
- c) agência executiva, visto que se trata de entidade com a finalidade específica de executar tarefas de forma descentralizada.
- d) sociedade subsidiária, sendo que sua criação depende de prévia autorização legislativa.**
- e) parceria público-privada, na modalidade de concessão administrativa, em que as empresas que promoveram a criação da nova entidade serão usuárias dos serviços por ela prestados.

### Comentários

Esta questão é respondida com [A CF/1988. Organização da administração. Subsidiárias.](#)

*Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)*

*XIX – somente por lei específica poderá ser criada autarquia e autorizada a instituição de empresa pública, de sociedade de economia mista e de fundação, cabendo à lei complementar, neste último caso, definir as áreas de sua atuação; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)*

**XX - depende de autorização legislativa, em cada caso, a criação de subsidiárias das entidades mencionadas no inciso anterior, assim como a participação de qualquer delas em empresa privada;**



## 211. FCC - Proc (PGE MA)/PGE MA/2016

Uma célula de grupo terrorista detona uma carga explosiva em aeronave de matrícula brasileira, operada por empresa brasileira de transporte aéreo público, causando mortes e ferimentos em diversos passageiros. Esclareça-se que a aeronave decolou de aeroporto brasileiro e a explosão ocorreu por ocasião da chegada ao destino, em solo norte-americano, sendo que diversas vítimas haviam embarcado em escala no México. Em vista de tal situação e nos termos da legislação brasileira,

a) fica excluída a responsabilidade da União, haja vista que somente fatos ocorridos no território nacional são capazes de justificar a aplicação da responsabilidade objetiva nos serviços públicos.

b) somente deve haver responsabilização da União em favor dos passageiros que embarcaram em solo brasileiro, caracterizada, no caso, a responsabilidade subjetiva por culpa do serviço, em razão da falha na prestação do serviço de segurança aeroportuária.

c) não há responsabilidade estatal, visto que se trata de caso fortuito, circunstância excludente de responsabilidade, haja vista a inexistência de nexo causal entre o evento danoso e a conduta das autoridades estatais.

**d) aplica-se a teoria do risco integral, devendo a União indenizar os passageiros que tenham sofrido danos corporais, doenças, morte ou invalidez sofridos em decorrência do atentado.**

e) a responsabilidade principal e de caráter objetivo é da empresa prestadora do serviço de transporte aéreo público, somente havendo responsabilidade estatal em caráter subsidiário.

### Comentários

Esta questão é respondida com [A LETRA DA LEI. Responsabilidade civil do estado e prescrição. Teoria do risco integral.](#)

Constitui hipótese de responsabilidade civil do Estado sob a teoria do risco integral, uma vez que a Lei 10.744/2003 que trata sobre a responsabilidade da União perante terceiros no caso de atentados terroristas, não elenca nenhum tipo de excludente ou atenuante da responsabilidade.

*Lei 10.744/2003 - Art. 1º Fica a União autorizada, na forma e critérios estabelecidos pelo Poder Executivo, a assumir despesas de responsabilidades civis perante terceiros na hipótese da ocorrência de danos a bens e pessoas, passageiros ou não, provocados por atentados terroristas, atos de guerra ou eventos correlatos, ocorridos no Brasil ou no exterior, contra aeronaves de matrícula brasileira operadas por empresas brasileiras de transporte aéreo público, excluídas as empresas de táxi aéreo.*

## 212. FCC - Proc (PGE MA)/PGE MA/2016

O regime jurídico da prestação de serviços públicos, estatuído pela Lei nº 8.987/95 e legislação correlata, impõe a



- a) reversão, em favor do poder concedente, de todos os bens utilizados pela concessionária de serviço público para a prestação do serviço delegado.
- b) instauração prévia de procedimento administrativo, assegurado o direito de ampla defesa, para decretação de intervenção na concessionária de serviço público, por conta de falhas na prestação contratual.
- c) indenização da concessionária de serviço público, no advento do termo contratual, caso haja bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido.**
- d) adoção obrigatória de arbitragem, a ser realizada no Brasil e em língua portuguesa, para resolução de disputas decorrentes do contrato de concessão de serviço público.
- e) inversão da ordem das fases de habilitação e julgamento, no procedimento da concorrência para escolha da concessionária de serviço público.

### Comentários

Esta questão é respondida com **A LETRA DA LEI. Serviços públicos. Reversão.**

*Lei 8.987/95 - Art. 36. A reversão no advento do termo contratual far-se-á com a indenização das parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido.*

#### 213. FCC - Proc (PGE MA)/PGE MA/2016

O Governo do Estado do Maranhão decidiu constituir uma parceria público-privada na modalidade concessão administrativa, com a finalidade de contratar a construção de um estabelecimento prisional e a prestação de serviços associados a esse estabelecimento. Para garantia do recebimento da contraprestação pecuniária pelo parceiro privado, um imóvel onde funciona uma escola pública estadual, de propriedade do Estado, foi transferido ao Fundo Garantidor de Parcerias do Estado do Maranhão, após autorização da Assembleia Legislativa. Uma vez construída a unidade prisional e iniciada a prestação dos serviços a ela associados, o Estado passou a atrasar o pagamento da contraprestação devida ao parceiro privado. Por conta da inadimplência, o parceiro privado ajuizou ação de execução da dívida estatal, pleiteando em juízo a penhora do imóvel em que está instalado o estabelecimento escolar. Em vista de tal situação, é correto afirmar que

- a) em razão da natureza autárquica do Fundo, é impossível a penhora de bens de seu domínio.
- b) a transferência do imóvel para o Fundo Garantidor é nula, visto que deveria ter ocorrido a prévia desafetação do bem.**
- c) em face da transferência para o Fundo Garantidor, o imóvel tornou-se bem de natureza particular, o que possibilita a sua constrição judicial para satisfação da dívida.



- d) quaisquer bens pertencentes ao Estado e às entidades por ele controladas são impenhoráveis e, portanto, o pedido de penhora deve ser negado.
- e) por se tratar de bem imóvel, deveria ser solicitada a hipoteca e não a penhora, que é utilizada apenas para bens móveis e semoventes.

### Comentários

Esta questão é respondida com **A LETRA DA LEI. Serviços públicos. PPP.**

*Lei 11.079 - Art. 16, § 7º. "O aporte de bens de uso especial ou de uso comum no Fundo Garantidor de PPP será condicionado a sua **desafetação de forma individualizada**".*

#### 214. FCC - Proc (PGE MA)/PGE MA/2016

Em janeiro de 1993, Maurício Quevedo passou a residir em terreno urbano que lhe fora vendido "de boca" por outro posseiro antigo, ali construindo sua residência, um barraco de aproximadamente setenta metros quadrados, ocupando dois terços do terreno assim adquirido. Em janeiro deste ano, Maurício procurou aconselhar-se com advogado, que verificou a situação dominial do terreno, constatando tratar-se de propriedade registrada em nome do Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS. Diante de tal situação, o referido posseiro

- a) faz jus à usucapião do terreno, visto que se trata de imóvel particular da entidade autárquica.
- b) não possui direito subjetivo de permanecer no imóvel, pois o princípio da boa-fé não é oponível ao interesse público.
- c) tem o direito à concessão de uso especial para fins de moradia em relação ao bem objeto da posse, desde que comprove não ser proprietário ou concessionário, a qualquer título, de outro imóvel urbano ou rural.**
- d) deve requerer ao INCRA a abertura de processo de legitimação de posse, visto tratar-se de ocupante de terra devoluta
- e) deve solicitar à Secretaria do Patrimônio da União – SPU a declaração de aforamento do imóvel, passando a recolher o foro anual.

### Comentários

Esta questão é respondida com **A LETRA DA LEI. Bens públicos. Uso de bem público.**

*MP 2.220/01 - Art. 1º Aquele que, até 22 de dezembro de 2016, possuiu como seu, por cinco anos, ininterruptamente e sem oposição, até duzentos e cinquenta metros quadrados de imóvel público situado em área com características e finalidade urbanas, e que o utilize para sua moradia ou de sua família, tem o direito à concessão de uso especial para fins de moradia em relação ao bem objeto da posse, desde que não seja proprietário ou concessionário, a qualquer título, de outro imóvel urbano ou rural. (Redação dada pela lei nº 13.465, de 2017)*

#### 215. FCC - Proc (PGE MA)/PGE MA/2016



As normas constitucionais que regulam o regime previdenciário dos servidores públicos titulares de cargo efetivo estabelecem que

a) os servidores serão aposentados compulsoriamente, com proventos proporcionais, aos setenta anos de idade, ou com proventos integrais aos setenta e cinco anos de idade, na forma de lei complementar.

**b) em caso de acúmulo regular de cargo efetivo e emprego público, haverá recolhimento de contribuição previdenciária tanto para o regime próprio quanto para o regime geral de previdência.**

c) os requisitos de idade e de tempo de contribuição serão reduzidos em cinco anos, para o professor que comprove exclusiva mente tempo de efetivo exercício das funções de magistério na educação infantil, no ensino fundamental, médio e superior.

d) todo servidor que ocupe cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração, é vinculado ao regime geral de previdência social.

e) o servidor que tenha completado as exigências para aposentadoria voluntária e que opte por permanecer em atividade fará jus a um abono de permanência equivalente ao valor da sua contribuição previdenciária, devendo permanecer em atividade até completar as exigências para aposentadoria compulsória.

## Comentários

Esta questão é respondida com [A CF/1988. Servidores públicos. Acumulação de cargo público.](#)

*Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:*

*XVI - é vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, exceto, quando houver compatibilidade de horários, observado em qualquer caso o disposto no inciso XI: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)*

*a) a de dois cargos de professor; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)*

*b) a de um cargo de professor com outro técnico ou científico; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)*

*c) a de dois cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde, com profissões regulamentadas; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 34, de 2001)*

*XVII - a proibição de acumular estende-se a empregos e funções e abrange autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista, suas subsidiárias, e sociedades controladas, direta ou indiretamente, pelo poder público; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)*

*Art. 40. Aos servidores titulares de cargos efetivos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, é assegurado regime de previdência de caráter contributivo e solidário, mediante contribuição do respectivo ente público, dos servidores ativos e inativos e dos pensionistas, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial e o disposto neste artigo. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 41, 19.12.2003)*



§ 6º - **Ressalvadas as aposentadorias decorrentes dos cargos acumuláveis** na forma desta Constituição, é vedada a percepção de mais de uma aposentadoria à conta do regime de previdência previsto neste artigo. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 15/12/98)

## 216. FCC - Proc (PGE MA)/PGE MA/2016

O Estatuto dos Servidores Públicos do Estado do Maranhão, em sua redação vigente, estabelece:

- a) A posse em cargo público ocorrerá no prazo de trinta dias contados da publicação do ato de provimento, sem direito à prorrogação.
- b) O ocupante de cargo de provimento efetivo fica sujeito a quarenta horas semanais de trabalho, salvo quando a lei esta belecer duração diversa.
- c) Não poderá ser promovido servidor em estágio probatório, disponibilidade, licença para tratar de interesses particulares ou quando colocado à disposição de órgão ou entidades não integrantes da administração estadual, salvo por merecimento.
- d) À servidora que adotar ou obtiver guarda judicial para fins de adoção serão concedidos cento oitenta dias de licença remunerada, a partir da adoção ou concessão da guarda, independentemente da idade da criança.**
- e) A gratificação de representação pelo exercício de cargo em comissão incorpora-se à remuneração do servidor titular de cargo efetivo na proporção de um décimo por ano de exercício do cargo em comissão, até o limite de dez décimos.

### Comentários

Esta questão é respondida com **A LETRA DA LEI LOCAL. Servidores públicos. Licenças.**

*Lei 10.464/2016 - Art. 140. À servidora que adotar ou obtiver guarda judicial para fins de adoção serão concedidos cento 180 (cento e oitenta) dias de licença remunerada, a partir da adoção ou concessão da guarda, independentemente da idade da criança.*

## 217. FCC - Proc (PGE MA)/PGE MA/2016

A Lei Estadual no 8.959, de 08 de maio de 2009, estabelece normas gerais para a elaboração e tramitação dos atos e processos administrativos no âmbito do Poder Executivo do Estado do Maranhão. Segundo tal diploma,

- a) em caso de risco iminente, poderá a Administração pública, de forma motivada, adotar providências acauteladoras sem a prévia manifestação do interessado.**
- b) é impedido de atuar em processo administrativo o agente público que litiga administrativa ou judicialmente com o interessado, respectivo cônjuge ou parente, consanguíneo ou afim, em linha reta, ou colateral, até o segundo grau.
- c) a omissão do dever de comunicar o impedimento ou a suspeição constitui falta grave, para efeitos disciplinares.



- d) com exceção da primeira intimação, que deve ser realizada na pessoa do interessado ou por carta registrada, as demais intimações dos atos processuais far-se-ão por publicação em diário oficial.
- e) os recursos administrativos são dotados de efeito suspensivo, podendo a autoridade superior afastar o efeito suspensivo quando houver fundado receio de dano ao interesse público.

### Comentários

Esta questão é respondida com **A LETRA DA LEI LOCAL. Processo administrativo federal e local. Medidas acauteladoras.**

*Lei 8.959/09 - Art. 54. Em caso de risco iminente, a Administração Pública poderá, de forma motivada, adotar providências acauteladoras sem a prévia manifestação do interessado.*

#### 218. FCC - Proc (PGE MA)/PGE MA/2016

Em uma licitação na modalidade concorrência, do tipo menor preço, apenas um licitante restou habilitado. Nesse caso, deve a comissão de licitação

- a) revogar a licitação, em vista da ausência de competitividade e promover nova licitação, no prazo de trinta dias.
- b) anular a licitação, alegando lesividade ao interesse público e promover nova licitação, no prazo de sessenta dias.
- c) dar prosseguimento ao certame, apenas com o licitante habilitado, passando-se à fase seguinte, com o exame da proposta por ele ofertada.**
- d) em despacho fundamentado, ancorado no princípio da competitividade, dispensar as exigências de habilitação, permitindo que todos os licitantes participem da fase de julgamento.
- e) abrir prazo de oito dias úteis para que os licitantes inabilitados possam apresentar nova documentação, escoimada dos vícios que levara à inabilitação.

### Comentários

Esta questão é respondida com **A DOCTRINA. Licitação. Habilitação.**

*Se à licitação comparecer apenas um interessado, deve-se apurar sua habilitação normalmente. Se habilitado, sua proposta será examinada tal como ocorreria se outros disputantes houvesse. Não há óbice algum a que lhe seja adjudicado o objeto da licitação, em sendo regular sua proposta, pelo fato de inexistirem outros interessados. O mesmo ocorrerá se vários comparecerem mas apenas um for habilitado. (Celso Antônio Bandeira de Mello, 2015)*

#### 219. FCC - Proc (PGE MA)/PGE MA/2016

No tocante à participação das empresas em consórcio nas licitações, a Lei nº 8.666/93 VEDA



- a) a participação de empresa consorciada, na mesma licitação, através de mais de um consórcio ou isoladamente.
- b) o estabelecimento, pelo edital, de exigências de qualificação econômico-financeira distintas das impostas aos licitantes individuais.
- c) a celebração de compromisso particular de constituição do consórcio, impondo-se o uso de instrumento público.
- d) a participação de consórcio composto exclusivamente de empresas estrangeiras.
- e) a participação de consórcio composto exclusivamente de micro ou pequenas empresas.

### Comentários

Esta questão é respondida com **A LETRA DA LEI. Licitação. Consórcio.**

*Lei 8.666/93 - Art. 33. Quando permitida na licitação a participação de empresas em consórcio, observar-se-ão as seguintes normas:*

*IV – impedimento de participação de empresa consorciada, na mesma licitação, através de mais de um consórcio ou isoladamente;*

#### 220. FCC - Proc (PGE MA)/PGE MA/2016

Selecionada por meio de licitação, na modalidade tomada de preços, a empresa Tudolimpo Ltda. foi contratada para prestação de serviços contínuos de limpeza em determinada repartição estadual, sendo que o contrato tem prazo de vigência de doze meses, iniciado em 1º de fevereiro de 2016. Todavia, em virtude de constantes falhas na execução contratual, a Administração decidiu, após regular processo administrativo, rescindir o contrato, a contar de 1º de maio. Nesse ínterim, convidou a empresa Limpabem Ltda., segunda colocada no certame, para assumir a execução do serviço, mediante a formalização de novo contrato.

A propósito de tal situação,

- a) a Administração não poderia ter convidado a empresa Limpabem Ltda., ao contrário, deveria ter realizado nova licitação antes de promover nova contratação.
- b) a Administração deve determinar a requisição dos recursos humanos e materiais, que ficarão à disposição da nova contratada durante o restante da vigência contratual.
- c) deveria ter sido reaberta a fase de julgamento da licitação, para que as demais empresas habilitadas pudessem oferecer lances, visando a assunção da relação contratual de forma mais econômica para a Administração.
- d) em vista do caráter emergencial da contratação, o novo contrato deverá ter sua vigência limitada a cento e oitenta dias, vedada a prorrogação.
- e) a assunção da relação contratual pela empresa Limpabem Ltda. é facultativa, pois não está ela vinculada às condições oferecidas pela empresa vencedora do certame.



## Comentários

Esta questão é respondida com [A LETRA DA LEI. Licitação. Dispensa.](#)

*Lei 8.666/93 - Art. 24. É dispensável a licitação:*

*XI – na contratação de remanescente de obra, serviço ou fornecimento, em consequência de rescisão contratual, desde que atendida a ordem de classificação da licitação anterior e aceitas as mesmas condições oferecidas pelo licitante vencedor, inclusive quanto ao preço, devidamente corrigido;*

### 221. FCC - Proc (PGE MA)/PGE MA/2016

Conhecida como “Marco Regulatório do Terceiro Setor”, a Lei Federal nº 13.019/2014, estabelece normas gerais para as parcerias entre a Administração pública e organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a execução de atividades ou de projetos previamente estabelecidos em planos de trabalho inseridos em termos de colaboração, em termos de fomento ou em acordos de cooperação. Ressalvadas as legislação, é obrigatória a adoção do seguinte procedimento prévio para a celebração dos instrumentos de parceria nela disciplinados:

- a) Chamamento público.
- b) Licitação, na modalidade pregão.
- c) Licitação, na modalidade concurso.
- d) Pré-qualificação das entidades.
- e) Registro de preços.

## Comentários

Esta questão é respondida com [A LETRA DA LEI. Organização da administração. Terceiro setor. Estatuto das parcerias.](#)

*Lei 13.019/2014*

*Art. 24. Exceto nas hipóteses previstas nesta Lei, a celebração de termo de colaboração ou de fomento **será precedida de chamamento público** voltado a selecionar organizações da sociedade civil que tornem mais eficaz a execução do objeto.*

### 222. FCC - Proc (PGE MA)/PGE MA/2016

A legislação vigente sobre desapropriação

- a) estabelece a competência exclusiva das pessoas políticas para promover a declaração de interesse público ou de interesse social.
- b) permite a desapropriação de pessoas jurídicas, ressalvando a necessidade de prévia autorização do Presidente da República, quando se tratar de instituições e empresas cujo funcionamento dependa de autorização do Governo Federal e se subordine à sua fiscalização.



- c) considera como hipótese de interesse social a criação e melhoramento de centros de população.
- d) permite que seja renovada a alegação de urgência uma única vez, quando houver expirado o prazo de cento e vinte dias para requerer imissão provisória na posse.
- e) **permite, quando se tratar de desapropriação para fins de urbanização ou reurbanização, realizada mediante concessão, que o concessionário aplique a receita decorrente da revenda ou utilização imobiliária em projeto associado, desenvolvido por sua conta e risco, garantido ao poder concedente no mínimo o ressarcimento dos desembolsos com indenizações, quando estas ficarem sob sua responsabilidade.**

### Comentários

Esta questão é respondida com [A LETRA DA LEI. Intervenção do Estado na Propriedade privada. Desapropriação.](#)

*Decreto-Lei 3.365/1941:*

*Art. 4o A desapropriação poderá abranger a área contígua necessária ao desenvolvimento da obra a que se destina, e as zonas que se valorizarem extraordinariamente, em consequência da realização do serviço. Em qualquer caso, a declaração de utilidade pública deverá compreendê-las, mencionando-se quais as indispensáveis à continuação da obra e as que se destinam à revenda.*

**Parágrafo único.** *Quando a desapropriação destinar-se à urbanização ou à reurbanização realizada mediante concessão ou parceria público-privada, o edital de licitação poderá prever que a receita decorrente da revenda ou utilização imobiliária integre projeto associado por conta e risco do concessionário, garantido ao poder concedente no mínimo o ressarcimento dos desembolsos com indenizações, quando estas ficarem sob sua responsabilidade.*

## 3.7 – ANÁLISE PROVA PGE MT 2016

### 223. FCC - Proc (PGE MT)/PGE MT/2016

A propósito dos atos administrativos,

- a) o lançamento de ofício de um tributo é ato administrativo negocial, vinculado, de natureza autoexecutória e dotado de presunção de legitimidade.
- b) o registro de marcas não é reputado como ato administrativo, visto que não decorre de exercício de competência legal atribuído a autoridades administrativas, mas sim de atuação autorregulatória do setor industrial.
- c) **o decreto regulamentar constitui um ato-regra, simples, imperativo e externo.**
- d) o decreto de nomeação de uma centena de servidores públicos é qualificado como ato-condição, de caráter geral, ablativo e de efeito ampliativo.
- e) a emissão de uma licença em favor de um particular é ato de outorga, negocial, bilateral e complexo.

### Comentários



Esta questão é respondida com **A DOCTRINA. Atos administrativos. Atos regras.**

**ato-regra**: é o ato normativo que possui caráter geral e abstrato, aplicável a sujeitos indeterminados (ex.: regulamentos);

**atos externos**: são os atos que produzem efeitos em relação aos particulares em geral, extrapolando os limites da Administração (ex.: decreto de desapropriação; autorização de uso de bem público; manifestação do poder de polícia);

**atos de império**: decorrem do exercício do poder de império (ius imperii) estatal e devem ser obrigatoriamente observados pelos particulares (ex.: apreensão de medicamentos com prazo de validade expirado; demolição de construções irregulares);

**atos simples**: são editados a partir da vontade de um único órgão público (ex.: ato administrativo que concede férias ao servidor); (Rafael Carvalho. 2018)

## 224. FCC - Proc (PGE MT)/PGE MT/2016

Sobre o exercício do poder de polícia, no âmbito dos Estados-membros, é correto afirmar:

- a) Viola a competência privativa da União lei estadual que impede a renovação da licença de trânsito em razão do inadimplemento do IPVA.
- b) É lícita a apreensão de mercadorias, quando o contribuinte não recolheu o tributo que deveria ter recolhido previamente à saída do estabelecimento.
- c) É competente a autoridade estadual para apreender e desemplacar veículos que são flagrados no exercício irregular de transporte coletivo intermunicipal.
- d) O Estado pode decretar administrativamente o perdimento de bens apreendidos em decorrência da prática de importação irregular.
- e) É ilícita a apreensão de mercadorias em razão da ausência de documentação fiscal, haja vista o princípio da presunção de boa-fé.

### Comentários

Gabarito: Anulada, Gabarito preliminar: Letra C.

Esta questão é respondida com **A JURISPRUDÊNCIA. Princípios e poderes da administração. Poder de polícia.**

A anulação decorre do fato de que a Letra D também está correta, uma vez que as autoridades aduaneiras, ou seja, os auditores fiscais, podem aplicar o perdimento de bens de maneira administrativa.

ADI 2751 / RJ - RIO DE JANEIRO

EMENTA: CONSTITUCIONAL. VEÍCULOS DE TRANSPORTE COLETIVO DE PASSAGEIROS. LEI 3.756, DE 2002, DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO.

I. - Lei 3.756/2002, do Estado do Rio de Janeiro, que autoriza o Poder Executivo a apreender e desemplacar veículos de transporte coletivo de passageiros encontrados em situação irregular: constitucionalidade, porque a norma legal insere-se no poder de polícia do Estado.



II. - Ação direta de inconstitucionalidade julgada improcedente.

**Súmula do STJ, de nº 510:** “a liberação de veículo retido apenas por transporte irregular de passageiros não está condicionada ao pagamento de multas e despesas.”

## 225. FCC - Proc (PGE MT)/PGE MT/2016

O Estado X pretende criar estrutura administrativa destinada a zelar pelo patrimônio ambiental estadual e atuar no exercício de fiscalização de atividades potencialmente causadoras de dano ao meio ambiente. Sabe-se que tal estrutura terá personalidade jurídica própria e será dirigida por um colegiado, com mandato fixo, sendo que suas decisões de caráter técnico não estarão sujeitas à revisão de mérito pelas autoridades da Administração Direta. Sabe-se também que os bens a ela pertencentes serão considerados bens públicos. Considerando-se as características acima mencionadas, pretende-se criar uma

- a) agência reguladora, pessoa de direito público, cuja criação se dará diretamente por lei.
- b) agência executiva, órgão diretamente vinculado ao Poder Executivo, cuja criação se dará diretamente por lei.
- c) associação pública, pessoa de direito privado, cuja criação será autorizada por lei e se efetivará com a inscrição de seus atos constitutivos no registro competente.
- d) agência executiva, entidade autárquica de regime especial, estabelecido mediante assinatura de contrato de gestão.
- e) fundação pública, pessoa de direito privado, cuja criação será autorizada por lei e se efetivará com a inscrição de seus atos constitutivos no registro competente.

## Comentários

Esta questão é respondida com [A DOCTRINA. Organização da administração. Agências reguladoras.](#)

*Como a instituição de tais autarquias resulta de processo de descentralização administrativa, e tendo em vista ainda a autonomia que lhes confere a Constituição, é lícito a Estados, Distrito Federal e Municípios criar suas próprias agências autárquicas quando se tratar de serviço público de sua respectiva competência, cuja execução tenha sido delegada a pessoas do setor privado, inclusive e principalmente concessionários e permissionários. **O que se exige, obviamente, é que a entidade seja instituída por lei, como impõe o art. 37, XIX, da CF, nela sendo definidas a organização, as competências e a devida função controladora.** (José dos Santos Carvalho Filho, 2018)*

## 226. FCC - Proc (PGE MT)/PGE MT/2016



A estrutura organizacional básica dos órgãos e entidades da Administração Pública Direta e Indireta disposta na Lei Complementar estadual n 566 de 20 de maio de 2015 é constituída, dentre outros, pelo nível de

a) direção superior composto pelo(a) Governador(a), vice-Governador(a) e os titulares das Secretarias de Gestão e de Fazenda.

**b) decisão colegiada que é representado pelos Conselhos Superiores dos órgãos e entidades ou assemelhados e suas unidades de apoio, necessárias ao cumprimento de suas competências legais e funções regimentais.**

c) administração sistêmica que é representado pelas unidades responsáveis por competências de apoio técnico e especializado aos titulares em assuntos de interesse geral do órgão e entidade subordinados ao Núcleo Estratégico estadual.

d) administração desconcentrada compreendendo as entidades autárquicas, fundacionais, sociedades de economia mista e empresas públicas, com organização fixada em lei e regulamentos próprios, vinculadas aos órgãos centrais.

e) administração descentralizada que é representado por órgãos e unidades responsáveis pela execução de atividades-fim cujas características exijam organização e funcionamento peculiares, dotadas de relativa autonomia administrativa e financeira, com adequada flexibilidade de ação gerencial.

## Comentários

Esta questão é respondida com [A LETRA DA LEI LOCAL. Organização da administração. Estrutura organizacional de Mato Grosso.](#)

*LC 566/2015 - Art. 5º A estrutura organizacional básica dos órgãos e entidades da Administração Pública Direta e Indireta é constituída dos seguintes níveis:  
I - Nível de Decisão Colegiada - representado pelos Conselhos Superiores dos órgãos e entidades ou assemelhados e suas unidades de apoio, necessárias ao cumprimento de suas competências legais e funções regimentais;*

### 227. FCC - Proc (PGE MT)/PGE MT/2016

No tocante aos aspectos econômicos e tarifários das concessões de serviço público, a Lei n o 8.987/95 dispõe:

a) Na contratação das concessões de serviços públicos, deve haver a repartição objetiva dos riscos entre as partes.

b) O inadimplemento do usuário não é circunstância justificável para a interrupção na prestação dos serviços públicos.

c) A cobrança de pedágios em rodovias públicas somente é possível por meio do oferecimento de via alternativa e gratuita para o usuário.

d) Os contratos poderão prever mecanismos de revisão das tarifas, a fim de manter-se o equilíbrio econômico-financeiro, vedada a revisão em período inferior a um ano.



e) A alteração das alíquotas do imposto de renda não é causa que justifique pedido de revisão tarifária pela concessionária.

### Comentários

Esta questão é respondida com [A LETRA DA LEI. Serviços públicos. Revisão da tarifa.](#)

*Lei 8.987/95 - Art. 9º A tarifa do serviço público concedido será fixada pelo preço da proposta vencedora da licitação e preservada pelas regras de revisão previstas nesta Lei, no edital e no contrato.*

*§ 3º **Ressalvados os impostos sobre a renda**, a criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais, após a apresentação da proposta, quando comprovado seu impacto, **implicará a revisão da tarifa, para mais ou para menos, conforme o caso.***

### 228. FCC - Proc (PGE MT)/PGE MT/2016

A Administração Pública adota várias modalidades de ajustes administrativos para poder executar suas tarefas. Nesse sentido, segundo a legislação vigente,

a) o contrato de parceria público-privada não é compatível com a cobrança de tarifas dos usuários do serviço público, sendo suportado exclusivamente pela contrapartida do parceiro público.

b) é denominado contrato de gestão o ajuste celebrado com as organizações da sociedade civil de interesse público, visando à formação de vínculo de cooperação entre as partes, para o fomento e a execução das atividades de interesse público.

c) o regime de empreitada integral, também denominado de turn key, não é admissível, conforme entendimento do Tribunal de Contas da União, por impedir o adequado controle do dispêndio de recursos públicos.

d) o chamado contrato de programa é o contrato administrativo em que a Administração defere a terceiro a incumbência de orientar e superintender a execução de obra ou serviço, mediante pagamento de importância proporcional ao seu custo total.

**e) é denominado contrato de rateio o ajuste celebrado, em cada exercício financeiro, entre entes participantes de consórcio público, para fins de alocação de recursos necessários ao desempenho das atividades do consórcio.**

### Comentários

Esta questão é respondida com [A LETRA DA LEI. Serviços públicos. Consórcios públicos.](#)

*Decreto 6.017/2007 - Art. 2º Para os fins deste Decreto, consideram-se:*

*VII - contrato de rateio: contrato por meio do qual os entes consorciados comprometem-se a fornecer recursos financeiros para a realização das despesas do consórcio público;*

*Lei 11.107/2005 - Art. 8º, §1º: O contrato de rateio será formalizado em cada exercício financeiro e seu prazo de vigência não será superior ao das dotações que o suportam, com exceção dos contratos que tenham por objeto exclusivamente projetos consistentes em*



*programas e ações contemplados em plano plurianual ou a gestão associada de serviços públicos custeados por tarifas ou outros preços públicos.*

## 229. FCC - Proc (PGE MT)/PGE MT/2016

O Tribunal de Contas do Estado exerce relevante atividade visando à observância dos princípios administrativos na condução dos negócios e na gestão do patrimônio público. No exercício de suas funções, o Tribunal de Contas do Estado

a) pode determinar o exame e o bloqueio de bens, contas bancárias e aplicações financeiras dos acusados nos processos de tomada de contas.

**b) produz atos administrativos com força de título executivo.**

c) não possui jurisdição sobre os municípios, que estão sob controle externo dos Tribunais de Contas municipais.

d) julga as contas do Governador do Estado, sendo sua decisão sujeita ao referendo pela Assembleia Legislativa.

e) tem o poder de sustar imediatamente atos ou contratos considerados ilegais, caso o órgão ou entidade, previamente notificados, não providenciem sua correção.

### Comentários

Esta questão é respondida com [A CF/1988. Controle da administração. Controle do TCU.](#)

*Art. 71. O controle externo, a cargo do Congresso Nacional, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas da União, ao qual compete:*

*§ 3º As decisões do Tribunal de que resulte imputação de débito ou multa terão eficácia de título executivo.*

## 230. FCC - Proc (PGE MT)/PGE MT/2016

Descobriu-se, por meio de denúncia de um ex-funcionário, acompanhada de farta documentação (recibos, transferências bancárias, anotações manuscritas etc.) que a empresa X participou de esquema para fraudar licitações no âmbito da Administração Estadual. A referida empresa se propôs a celebrar acordo de leniência e colaborar nas investigações, permitindo a identificação de outras empresas envolvidas e fornecendo provas capazes de acelerar a apuração do ilícito. Diante da situação mencionada, conclui-se:

**a) Ao celebrar o acordo de leniência, a Administração Pública poderá isentar a empresa das penalidades previstas na Lei de Licitações e Contratos (Lei n o 8.666/93).**

b) A empresa, por tais atividades, pode ser responsabilizada concomitantemente no âmbito civil, administrativo e penal, em vista da independência de tais esferas.

c) Se a referida empresa cumprir os termos do acordo de leniência e se dispuser a reparar o dano e pagar a multa correspondente, não sofrerá as penas da Lei de



Improbidade (Lei Federal n o 8.429/92).

d) Outras empresas do mesmo grupo econômico não se beneficiam do acordo, que tem caráter intuitu personae.

e) A celebração e o cumprimento do acordo de leniência pela pessoa jurídica afastam a responsabilidade pessoal dos seus dirigentes e administradores no âmbito civil e administrativo.

### Comentários

Esta questão é respondida com **A LETRA DA LEI. Legislação administrativa esparsa. Lei anticorrupção.**

*Lei 12.846/2013 - Art. 17. A administração pública poderá também celebrar acordo de leniência com a pessoa jurídica responsável pela prática de ilícitos previstos na Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993, com vistas à isenção ou atenuação das sanções administrativas estabelecidas em seus arts. 86 a 88.*

### 231. FCC - Proc (PGE MT)/PGE MT/2016

Acerca do regime jurídico dos bens públicos, é correto afirmar:

a) Os bens de uso especial, dada a sua condição de inalienabilidade, não podem ser objeto de concessão de uso.

b) Chama-se desafetação o processo pelo qual um bem de uso comum do povo é convertido em bem de uso especial.

**c) A investidura é hipótese legal de alienação de bens imóveis em que é dispensada a realização do procedimento licitatório**

d) Os bens pertencentes ao Fundo Garantidor de Parcerias Público-Privadas (Lei Federal n o 11.079/2004), embora possam ser oferecidos em garantia dos créditos do parceiro privado, mantém a qualidade de bens públicos.

e) Os bens pertencentes às empresas pública são públicos, diferentemente dos bens pertencentes às sociedades de economia mista.

### Comentários

Esta questão é respondida com **A LETRA DA LEI. Bens públicos. Alienação.**

*Lei 8.666/93 - Art. 17. A alienação de bens da Administração Pública, subordinada à existência de interesse público devidamente justificado, será precedida de avaliação e obedecerá às seguintes normas:*

*I - quando imóveis, dependerá de autorização legislativa para órgãos da administração direta e entidades autárquicas e fundacionais, e, para todos, inclusive as entidades paraestatais, dependerá de avaliação prévia e de licitação na modalidade de concorrência, **dispensada esta nos seguintes casos:***

d) **investidura:**



§ 3º **Entende-se por investidura**, para os fins desta lei: (Redação dada pela Lei nº 9.648, de 1998)

I - a alienação aos proprietários de imóveis lindeiros de área remanescente ou resultante de obra pública, área esta que se tornar inaproveitável isoladamente, por preço nunca inferior ao da avaliação e desde que esse não ultrapasse a 50% (cinquenta por cento) do valor constante da alínea "a" do inciso II do art. 23 desta lei; (Incluído pela Lei nº 9.648, de 1998)

II - a alienação, aos legítimos possuidores diretos ou, na falta destes, ao Poder Público, de imóveis para fins residenciais construídos em núcleos urbanos anexos a usinas hidrelétricas, desde que considerados dispensáveis na fase de operação dessas unidades e não integrem a categoria de bens reversíveis ao final da concessão. (Incluído pela Lei nº 9.648, de 1998)

### 232. FCC - Proc (PGE MT)/PGE MT/2016

Augusto Capanema aposentou-se voluntariamente no regime próprio de previdência dos servidores públicos, em 15 de janeiro de 2005, tendo ocupado o cargo efetivo de agente fiscal de rendas desde seu ingresso no serviço público, em 31 de março de 1969. Em 13 de abril de 2015, Augusto faleceu, na idade de 73 anos. No tocante à pensão, a viúva do referido servidor

a) não fará jus à pensão, pois somente os dependentes menores fazem jus a esse benefício.

**b) fará jus à pensão sem direito à integralidade, mas com direito à paridade com os servidores em atividade.**

c) fará jus à pensão com direito à integralidade, mas sem direito à paridade com os servidores em atividade.

d) fará jus à pensão com direito à integralidade e também à paridade com os servidores em atividade.

e) fará jus à pensão sem direito à integralidade e também sem direito à paridade com os servidores em atividade.

### Comentários

Esta questão é respondida com [A JURISPRUDÊNCIA. Servidores públicos. Pensão por morte.](#)

**INTEGRALIDADE: pensionistas de servidor falecido posteriormente à EC 41/2003 não possuem direito à integralidade** (CF, art. 40, § 7º, I), não havendo regra de transição para isso. A tese firmada pelo STF em sede de repercussão geral foi a seguinte: **“Os pensionistas de servidor falecido posteriormente à Emenda Constitucional 41/2003 têm direito à paridade com servidores em atividade (artigo 7º EC 41/2003)**, caso se enquadrem na regra de transição prevista no artigo 3º da EC 47/2005. Não têm, contudo, direito à integralidade (artigo 40, parágrafo 7º, inciso I, CF).” STF. Plenário. RE 603580/RJ, Rel. Min. Ricardo Lewandowski, julgado em 20/5/2015 (repercussão geral) (Info 786)".



### 233. FCC - Proc (PGE MT)/PGE MT/2016

João Pedro pretende arrolar testemunhas em processo administrativo disciplinar regulado pela Lei Complementar estadual n 207, de 29 de dezembro de 2004. Em consulta ao seu advogado, é informado de que:

I. poderá arrolar até dez testemunhas.

II. a testemunha arrolada não poderá eximir-se de depor, salvo se for ascendente, descendente, cônjuge, ainda que separado legalmente, irmão, sogro, cunhado, pai, mãe ou filho adotivo do acusado, exceto quando não for possível, de outro modo, obter-se informações dos fatos e suas circunstâncias, considerando-o como informante.

III. residindo a testemunha em município diverso da sede da Comissão Processante, sua inquirição poderá ser deprecada às unidades mais próximas do local de sua residência, sendo vedado à Comissão Processante ouvir o denunciante ou as testemunhas no respectivo município de residência.

IV. são proibidas de depor as pessoas que, em razão de função, ministério, ofício ou profissão, devam guardar segredo, a menos que, desobrigadas pela parte interessada, queiram dar seu testemunho.

Está correto o que se afirma APENAS em

- a) I e II.
- b) I, II e III.
- c) III e IV.
- d) II e IV.**
- e) I, III e IV.

### Comentários

Esta questão é respondida com **A LETRA DA LEI LOCAL. Servidores públicos. Processo administrativo disciplinar.**

*LC 207/04 - Art. 86 A testemunha arrolada não poderá eximir-se de depor, salvo se for ascendente, descendente, cônjuge, ainda que separado legalmente, irmão, sogro, cunhado, pai, mãe ou filho adotivo do acusado, exceto quando não for possível, de outro modo, obter-se informações dos fatos e suas circunstâncias, considerando-o como informante. **ITEM II.***

*§ 5º São proibidas de depor as pessoas que, em razão de função, ministério, ofício ou profissão, devam guardar segredo, a menos que, desobrigadas pela parte interessada, queiram dar seu testemunho. **ITEM IV.***

### 234. FCC - Proc (PGE MT)/PGE MT/2016

A Lei Complementar n 04/90 (Estatuto dos Servidores Públicos do Estado do Mato Grosso) dispõe, acerca da responsabilidade dos servidores e do processo disciplinar, que



- a) é falta disciplinar criticar atos do Poder Público, ainda que a crítica seja formulada em trabalho doutrinário assinado pelo servidor.
- b) não é aplicável a pena de destituição a servidor titular de cargo efetivo que ocupa transitoriamente cargo comissionado.**
- c) viola os deveres funcionais ser sócio ou acionista de empresa privada, atividade que é considerada incompatível com o exercício funcional.
- d) o servidor que se recusar a ser submetido à inspeção médica determinada pela autoridade competente não pode ser punido pela recusa, mas terá os seus vencimentos retidos até cumprir a determinação.
- e) para defender o indiciado revel, a autoridade instauradora do processo disciplinar designará como defensor-dativo um servidor portador de diploma de nível superior.

### Comentários

Esta questão é respondida com [A LETRA DA LEI LOCAL. Servidores públicos. Penalidades disciplinares.](#)

Não é aplicável a destituição de cargo em comissão, por ocupante de cargo efetivo, por expressa vedação legal contida no art. 162, da LC 04/90.

*Art. 154 São penalidades disciplinares:*

*I - repreensão;*

*II - suspensão;*

*III - demissão;*

*IV - cassação de aposentadoria ou disponibilidade;*

*V - destituição de cargo em comissão.*

**Art. 162 *A destituição de cargo em comissão, exercido por não ocupante de cargo efetivo, será aplicada nos casos de infração sujeita às penalidades de suspensão e de demissão***

### 235. FCC - Proc (PGE MT)/PGE MT/2016

Godofredo, Alfredo e Manfredo são servidores públicos do Estado do Mato Grosso. Godofredo foi cedido para ter exercício em órgão da Administração Pública municipal. Alfredo está afastado para estudo no Exterior e Manfredo foi eleito para exercício de mandato eletivo. Considerando o que estabelece a Lei Complementar estadual n o 04, de 15 de outubro de 1990,

- a) Godofredo, se estiver em exercício de cargo em comissão de confiança o ônus da remuneração será do órgão cessionário.**
- b) Manfredo, se for prefeito ou vereador, ainda que haja compatibilidade de horários, deverá ser afastado do cargo.
- c) Alfredo, neste caso, poderá ficar ausente pelo período máximo de três anos.



- d) Manfredo, se for deputado estadual, e houver compatibilidade de horários, poderá acumular o cargo.
- e) Godofredo, se for servidor do Poder Executivo poderá ter exercício em outro órgão da Administração Pública Estadual por prazo indeterminado.

### Comentários

Esta questão é respondida com [A LETRA DA LEI LOCAL. Servidores públicos. Cargo em comissão.](#)

LCE 04/90

Art. 119 O servidor poderá ser cedido para ter exercício em outro órgão ou entidade dos Poderes da União dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, nas seguintes hipóteses:

I - **para exercício de cargo em comissão de confiança;**

II - em casos previstos em leis específicas.

§ 1º **Na hipótese do inciso I deste artigo, o ônus da remuneração será do órgão ou entidade cessionária**

#### 236. FCC - Proc (PGE MT)/PGE MT/2016

A Lei n o 9.784/99 (Lei Federal de Processos Administrativos) estabelece que

- a) **é admitida a participação de terceiros no processo administrativo.**
- b) é faculdade do administrado fazer-se assistir por advogado, exceto nos processos disciplinares em que a defesa técnica é obrigatória.
- c) é expressamente vedada a apresentação de requerimento formulado de maneira oral pelo interessado, em vista do princípio da segurança jurídica.
- d) a condução do processo administrativo é absolutamente indelegável.
- e) é admitida a avocação temporária de competência atribuída a órgão hierarquicamente superior.

### Comentários

Esta questão é respondida com [A LETRA DA LEI. Processo administrativo federal e local. Participação de terceiros.](#)

Lei 9784 - Art. 31. Quando a matéria do processo envolver assunto de interesse geral, o órgão competente poderá, mediante despacho motivado, abrir período de consulta pública para manifestação de terceiros, antes da decisão do pedido, se não houver prejuízo para a parte interessada.

#### 237. FCC - Proc (PGE MT)/PGE MT/2016

A Lei Estadual n o 7.692, de 1 o de julho de 2002, ao tratar da competência e delegação, dispõe:



I. Competência é a fração do poder político autônomo do Estado, conferida pela Constituição ou pela lei como própria e irrenunciável dos órgãos administrativos, salvo os casos de delegação e avocação legalmente admitidos.

II. Um órgão administrativo colegiado poderá, se não houver impedimento legal, delegar suas funções, quando for conveniente, em razão de circunstâncias de índole técnica social, econômica, jurídica ou territorial.

III. A decisão de recursos administrativos não pode ser objeto de delegação.

IV. Após trinta dias de sua publicação o ato de delegação torna-se irrevogável.

Está correto o que se afirma APENAS em

a) I, II e IV.

b) II e III.

c) I, III e IV.

d) II e IV.

e) I e III.

## Comentários

Esta questão é respondida com **A LETRA DA LEI LOCAL. Processo administrativo federal e local. Competência e delegação.**

*Lei n 7.692/2002 - Art. 10 Competência é a fração do poder político autônomo do Estado, conferida pela Constituição ou pela lei como própria e irrenunciável dos órgãos administrativos, salvo os casos de delegação e avocação legalmente admitidos. **ITEM I.***

*Art. 12 Não podem ser objeto de delegação:*

**VI - a decisão de recursos administrativos. ITEM III.**

### 238. FCC - Proc (PGE MT)/PGE MT/2016

A Diretoria Regional de Educação pretende realizar licitação para aquisição de uniforme escolar destinado ao uso de dez mil alunos pertencentes à rede local de ensino, sendo que o preço estimado da contratação equivale a quinhentos mil reais. Nessa hipótese, a Diretoria

a) não pode adotar o pregão, pois esta modalidade licitatória só pode ser utilizada quando o valor estimado da contratação for igual ou inferior a oitenta mil reais.

b) deve dividir a compra em quatro ou mais lotes, possibilitando assim o uso de modalidade convite, para propiciar maior celeridade e competitividade na contratação.

c) pode utilizar o pregão presencial, mas não o pregão eletrônico, modalidade licitatória que somente é empregada pelas entidades e órgãos da Administração Pública Federal.



- d) deverá obrigatoriamente utilizar a concorrência-pregão, compatível com a aquisição de bens considerados comuns, mas cujo valor estimado da contratação exceda o valor da tomada de preços.
- e) **pode utilizar a modalidade licitatória tomada de preço ou, se entender mais conveniente, adotar a concorrência.**

### Comentários

Esta questão é respondida com [A LETRA DA LEI. Licitação. Modalidades](#)

*Lei 8.666/93 - Art. 23. As modalidades de licitação a que se referem os incisos I a III do artigo anterior serão determinadas em função dos seguintes limites, tendo em vista o valor estimado da contratação:*

*II - para compras e serviços não referidos no inciso anterior:*

- a) convite - até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais);
- b) **tomada de preços - até R\$ 650.000,00 (seiscentos e cinquenta mil reais)**
- c) concorrência - acima de R\$ 650.000,00 (seiscentos e cinquenta mil reais).
- (...)

**§ 4º Nos casos em que couber convite, a Administração poderá utilizar a tomada de preços e, em qualquer caso, a concorrência.**

### 239. FCC - Proc (PGE MT)/PGE MT/2016

Acerca da prestação de garantias para execução contratual, no âmbito das licitações e contratos administrativos, a Lei n o 8.666/93 estabelece:

- a) Nas obras, serviços e fornecimentos de grande vulto envolvendo alta complexidade técnica e riscos financeiros consideráveis, demonstrados por meio de parecer tecnicamente aprovado pela autoridade competente, o limite de garantia poderá ser elevado para até quinze por cento do valor do contrato.
- b) Nos casos de contratos que importem na entrega de bens pela Administração, dos quais o contratado ficará depositário, ao valor da garantia deverá ser acrescido o valor desses bens.**
- c) É vedada a exigência de garantia por ocasião da participação na licitação, devendo a comprovação da qualificação econômico-financeira ser limitada a exigência de capital mínimo ou de patrimônio líquido mínimo.
- d) Dentre as modalidades de garantia admitidas na lei, estão o penhor, a hipoteca e a anticrese.
- e) A substituição da garantia é hipótese de alteração unilateral do contrato administrativo.

### Comentários

Esta questão é respondida com [A LETRA DA LEI. Contratos administrativos. Garantia.](#)



*Lei 8.666/93 - Art. 56. A critério da autoridade competente, em cada caso, e desde que prevista no instrumento convocatório, poderá ser exigida prestação de garantia nas contratações de obras, serviços e compras.*

*§ 5o Nos casos de contratos que importem na entrega de bens pela Administração, dos quais o contratado ficará depositário, ao valor da garantia deverá ser acrescido o valor desses bens.*

#### 240. FCC - Proc (PGE MT)/PGE MT/2016

Ao atuar como agente normativo e regulador da atividade econômica, o Estado dispõe de variados meios de intervenção, com vistas a propiciar o desenvolvimento nacional equilibrado. NÃO é considerada uma intervenção válida

- a) o estabelecimento, por lei federal, de monopólio do serviço postal.
- b) a fixação, por lei estadual, de piso salarial regional, no tocante às categorias que não tenham esse mínimo estabelecido em lei federal, convenção ou acordo coletivo.
- c) a criação, por lei federal, de passe livre em favor de deficientes físicos, no transporte interestadual.
- d) a limitação, por lei municipal, de número de estabelecimentos comerciais do mesmo ramo em determinada área.**
- e) a fixação, por lei municipal, de horário para funcionamento de estabelecimentos comerciais.

### Comentários

Esta questão é respondida com [A JURISPRUDÊNCIA. Intervenção do estado na propriedade. Intervenção no domínio econômico.](#)

**Súmula Vinculante 49:** Ofende o princípio da livre concorrência lei municipal que impede a instalação de estabelecimentos comerciais do mesmo ramo em determinada área.

#### 241. FCC - Proc (PGE MT)/PGE MT/2016

O tombamento, regido no âmbito federal pelo Decreto-lei n instituto,25/37, é uma das formas admitidas pelo direito brasileiro de intervenção na propriedade. A propósito de tal

- a) não é aplicável aos bens públicos, pois incide somente sobre propriedades de particulares.
- b) toda e qualquer obra de origem estrangeira está imune ao tombamento, por não pertencer ao patrimônio histórico e artístico nacional.



c) não mais subsiste no direito vigente o direito de preferência, previsto no texto original do Decreto-lei n.25/37 e estatuído em favor da União, dos Estados e Municípios.

d) uma vez efetuado o tombamento definitivo, ele é de caráter perpétuo, somente podendo ser cancelado em caso de perecimento do bem protegido.

e) a alienação do bem imóvel tombado depende de prévia anuência do órgão protetivo que procedeu à inscrição do bem no respectivo livro de tomo.

## Comentários

Esta questão é respondida com [A LETRA DA LEI. Intervenção do Estado na Propriedade privada. Tombamento.](#)

*CPC/2015 - Art. 1.072. Revogam-se:*

*I - o **art. 22 do Decreto**-Lei no 25, de 30 de novembro de 1937;*

*DL 25/37 - **Art. 22**. Em face da alienação onerosa de bens tombados, pertencentes a pessoas naturais ou a pessoas jurídicas de direito privado, a União, os Estados e os municípios terão, nesta ordem, o direito de preferência. (Revogado pela Lei n.º 13.105, de 2015)*

## 3.8 – ANÁLISE PROVA PROC. SÃO LUÍS 2016

### 242. FCC - Proc (São Luís)/Pref SL/2016

O Prefeito de um determinado Município celebrou convênio com empresa municipal para disciplinar as atribuições pertinentes ao serviço de trânsito local, que passariam a ser realizadas pelos funcionários daquela pessoa jurídica. De acordo com o que restou convencionado, os empregados dessa empresa, cujo escopo social assim autorizava, realizariam atividades de fiscalização em campo. O convênio firmado

a) disciplina, em verdade, a delegação de parcela do poder de polícia municipal à pessoa jurídica, o que dependeria da constituição de consórcio público, em razão da transferência de competência implícita.

**b) veicula delegação do exercício de um dos espectros do poder de polícia que não é exclusivo da Administração direta, não implicando transferência de competência constitucional.**

c) possui vício de inconstitucionalidade, tendo em vista que a delegação de poderes afetos ao Executivo demanda a edição de lei, a fim de garantir que não haja usurpação de competências privativas.

d) contraria entendimento do Supremo Tribunal Federal, que declarou indelegáveis todos os ciclos do poder de polícia quando se tratar de atividade com potencial de sancionamento de particulares.



e) poderia ter abrangido as outras facetas do poder de polícia, sendo necessário somente que as atividades a serem realizadas pela empresa estivessem contempladas no objeto social da mesma.

## Comentários

Esta questão é respondida com [A JURISPRUDÊNCIA. Princípios e poderes da administração. Poder de polícia.](#)

ADMINISTRATIVO. PODER DE POLÍCIA. TRÂNSITO. SANÇÃO PECUNIÁRIA APLICADA POR SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA. IMPOSSIBILIDADE.

1. omissis...

2. No que tange ao mérito, convém assinalar que, em sentido amplo, poder de polícia pode ser conceituado como o dever estatal de limitar-se o exercício da propriedade e da liberdade em favor do interesse público. A controvérsia em debate é a possibilidade de exercício do poder de polícia por particulares (no caso, aplicação de multas de trânsito por sociedade de economia mista).

3. As atividades que envolvem a consecução do poder de polícia podem ser sumariamente divididas em quatro grupo, a saber: (i) legislação, (ii) consentimento, (iii) fiscalização e (iv) sanção.

4. No âmbito da limitação do exercício da propriedade e da liberdade no trânsito, esses grupos ficam bem definidos: o CTB estabelece normas genéricas e abstratas para a obtenção da Carteira Nacional de Habilitação (legislação); a emissão da carteira corporifica a vontade o Poder Público (consentimento); a Administração instala equipamentos eletrônicos para verificar se há respeito à velocidade estabelecida em lei (fiscalização); e também a Administração sanciona aquele que não guarda observância ao CTB (sanção).

5. **Somente o atos relativos ao consentimento e à fiscalização são delegáveis, pois aqueles referentes à legislação e à sanção derivam do poder de coerção do Poder Público.**

6. No que tange aos atos de sanção, o bom desenvolvimento por particulares estaria, inclusive, comprometido pela busca do lucro - aplicação de multas para aumentar a arrecadação.

7. Recurso especial provido."(REsp. 817.537/MG, Segunda Turma, rel. Ministro Mauro Campbell, DJe de 10.12.2009)

### 243. FCC - Proc (São Luís)/Pref SL/2016

Uma organização social firmou contrato de gestão para prestação de serviços de saúde em uma determinada unidade hospitalar. Não obstante a gestão das atividades, é necessário trespassar à organização social o imóvel onde funciona o hospital, o que pode se dar mediante outorga de

a) concessão de uso, ato que transmite a posse das dependências hospitalares por prazo indeterminado, enquanto perdurar o contrato de gestão.



- b) permissão de uso, contrato que transfere posse à organização social, dispensando-se autorização legislativa em razão da vigência do contrato de gestão.
- c) concessão de uso com dispensa de licitação, tendo em vista que os atos e contratos que autorizam o uso privativo de bens públicos prescindem de licitação.
- d) permissão de uso, ato que poderá vigor por prazo indeterminado, mas que cessará concomitantemente com a extinção do contrato de gestão, caso não tenha sido extinto antes.**
- e) concessão de direito real de uso, ato unilateral para o qual é inexigível a licitação, já que inviável a competição, diante da prévia existência do contrato de gestão.

## Comentários

Esta questão é respondida com [A LETRA DA LEI. Organização da administração. Terceiro setor. Organizações sociais.](#)

*Lei 9637/98*

*Art. 12. Às organizações sociais poderão ser destinados recursos orçamentários e bens públicos necessários ao cumprimento do contrato de gestão.*

*(...)*

**§ 3º Os bens de que trata este artigo serão destinados às organizações sociais, dispensada licitação, mediante permissão de uso, consoante cláusula expressa do contrato de gestão."**

### 244. FCC - Proc (São Luís)/Pref SL/2016

Não é inusitado dentre os países da América do Sul passar por graves crises econômicas, experimentando trajetória de alta dos preços de produtos de consumo em massa, o que ocasiona aumento das expectativas inflacionárias. Alguns países, como a Argentina, já adotaram a política de congelamento como estratégia para conter a disparada inflacionária, controlando as revisões de tarifas e preços, gerando sucessivas e cumulativas perdas para produtores. Considere que essa seja uma conduta adotada no Brasil, de modo que a Administração pública federal, pelas vias legalmente previstas, impeça repasse de perdas inflacionárias e aumentos reais de preços nos produtos da cesta básica, bem como que congele tarifas de serviços públicos. Sob o prisma dos envolvidos na produção, distribuição ou comercialização dos referidos produtos e serviços, com base no ordenamento jurídico pátrio,

- a) deve haver responsabilização da Administração pública, sob a modalidade objetiva pura, tendo em vista que lhe é vedado intervir na ordem econômica, funcionando o princípio da livre regulação de mercado.
- b) pode haver responsabilização da Administração pública, sob a modalidade subjetiva, cabendo ao prejudicado demonstrar a ocorrência de culpa do serviço público.
- c) é possível se configurar responsabilidade objetiva da Administração pública, mesmo diante do cenário de atuação lícita, posto que dessa podem ter advindo danos**



**extraordinários, excedendo o limite do sacrifício que poderia ser imposto aos administrados.**

d) não cabe responsabilização extracontratual da Administração pública, tendo em vista que, em matéria de intervenção na ordem econômica, mesmo medidas que imponham prejuízos aos administrados se legitimam caso tenham sido legalmente implementadas.

e) para que possa se configurar responsabilidade objetiva da Administração pública é necessário demonstrar que as medidas adotadas foram especiais, desproporcionais e extraordinárias, o que implica no dever de indenizar em razão da conduta, prescindindo da demonstração dos danos.

## Comentários

Esta questão é respondida com **A DOCTRINA. Responsabilidade civil do estado e prescrição. Responsabilidade por ato lícito.**

*Somente se pode aceitar como pressuposto da responsabilidade objetiva a prática de ato antijurídico se este, **mesmo sendo lícito, for entendido como ato causador de dano anormal e específico a determinadas pessoas**, rompendo o princípio da igualdade de todos perante os encargos sociais. Por outras palavras, ato antijurídico, para fins de responsabilidade objetiva do Estado, é o ato ilícito e o ato lícito que cause dano anormal e específico. (Maria Sylvia Zanella Di Pietro, 2018)*

### 245. FCC - Proc (São Luís)/Pref SL/2016

Com o cenário nacional de contratos de parcerias público-privadas celebrados, somados aos editais de licitação e aos procedimentos de manifestação de interesse (PMI's) em curso, é possível tecer análise crítica sobre as situações que melhor se adequam às modalidades de contratação daquela natureza. Para decidir por uma das modalidades de parceria público-privada, a Administração pública deve analisar

a) se o plano de negócios do parceiro privado é exequível, considerando que o aporte a ser arcado pelo poder concedente somente poderá ser liberado após início da prestação dos serviços.

b) as propostas dos licitantes de modo a se certificar que o vencedor apresente valores que reflitam a exploração do serviço de forma autossuficiente, prescindindo de transferências ou aportes custeados pelo erário público.

c) o serviço cuja delegação pretende, para apurar se haverá remuneração oriunda dos usuários, hipótese em que cabível a concessão administrativa, podendo ou não contar com aporte do poder público.

d) o número de contratos de parceria público-privada em vigência, para garantir que não tenha sido ultrapassado o limite de endividamento que impede a concessão de garantias por parte do poder público, condição que o edital de licitação do novo contrato deverá considerar.

**e) a efetiva necessidade de participação do poder público na remuneração dos serviços, com a previsão de contraprestações e, eventualmente, aportes,**



**providenciando, para tanto, prévios e consistentes estudos econômicos que demonstrem não ser viável a estruturação do negócio somente mediante a cobrança de tarifa dos usuários, quando esta for prevista.**

## Comentários

Esta questão é respondida com **A LETRA DA LEI. Serviços públicos. PPP.**

*Lei 11.079/04 - Art. 10: A contratação de parceria público-privada será precedida de licitação na modalidade de concorrência, estando a abertura do processo licitatório condicionada a:*

*I - autorização da autoridade competente, fundamentada em estudo técnico que demonstre:*

*a) a conveniência e a oportunidade da contratação, mediante identificação das razões que justifiquem a opção pela forma de parceria público-privada;*

*II - elaboração de estimativa do impacto orçamentário-financeiro nos exercícios em que deva vigorar o contrato de parceria público-privada;*

### 246. FCC - Proc (São Luís)/Pref SL/2016

Não são desconhecidas as dificuldades encontradas, na prática, para tecer os contornos dos limites do controle judicial sobre a atuação da Administração pública, principalmente no que diz respeito à atuação discricionária. Não obstante, a casuística apreciada pelo Supremo Tribunal Federal permite extrair algumas premissas sobre o tema, tal como a

a) impossibilidade do controle de legalidade incidir sobre negócios jurídicos firmados pela Administração pública sob a égide do direito privado, posto que não sujeitos a regime jurídico público.

b) preponderância da análise de eficiência após a consagração desse valor como princípio constitucional, tanto nos atos vinculados, quanto nos discricionários.

c) inviolabilidade da separação de poderes, limitando-se o Poder Judiciário ao exame de legalidade estrito, tendo em vista que o exame do mérito dos atos discricionários compete ao Tribunal de Contas e ao Poder Legislativo, salvo no que pertine à imposição de sanções.

d) ampliação da esfera de análise dos atos discricionários, passando-se a admitir exame de motivos, economicidade e eficiência quanto aos resultados obtidos, não se limitando aos aspectos formais e procedimentais do processo de decisão para revogação dos atos e negócios administrativos.

**e) lógica de preservação do mérito dos atos administrativos, sendo possível, no entanto, exame mais amplo de legalidade, inclusive da relação de custo e benefício quando se tratar de direitos difusos, como é o caso do meio ambiente.**

## Comentários



Esta questão é respondida com **A JURISPRUDÊNCIA. Controle da administração. Controle do poder judiciário.**

Informativo 693 do STF

Controle de ato administrativo e separação dos Poderes

Ao assinalar que não viola o princípio da separação dos Poderes o controle de legalidade exercido pelo Judiciário, a 1ª Turma negou provimento a agravo regimental, das Centrais Elétricas da Mantiqueira S/A, interposto de decisão do Min. Dias Toffoli, que desprovera agravo de instrumento, do qual relator. No acórdão recorrido, o Tribunal de origem consignara que “em linha de princípio, o Poder Judiciário controla somente o aspecto da legalidade estrita do ato administrativo, ou seja, o plano de validade do mesmo. 7. Todavia, em se tratando de direitos da terceira geração, envolvendo interesses difusos e coletivos, como ocorre com afetação negativa do meio ambiente, o controle deve ser da legalidade ampla”. Inicialmente, explicitou-se que, na espécie, referir-se-ia à suspensão de estudos de viabilização de usina hidrelétrica. Asseverou-se não ser o caso de ofensa ao aludido princípio (CF, art. 2º). No mais, sublinhou-se ser vedado o reexame de fatos e provas dos autos.

AI 817564 AgR/MG, rel. Min. Dias Toffoli, 18.12.2012. (AI-817564)

#### 247. FCC - Proc (São Luís)/Pref SL/2016

Um Município, devidamente autorizado pelo Legislativo local, lavrou escritura de doação de um terreno em favor do Estado para que lá fosse construído o novo Fórum da Comarca. O Ministério Público ajuizou ação civil pública questionando o negócio jurídico, sob o fundamento de que o terreno era originário de área institucional de loteamento e que o Município demandava prioritariamente a construção de uma creche ou unidade escolar.

Em relação ao ajuizamento da ação e ao exame a ser promovido pelo Judiciário,

**a) não se identifica perspectiva de procedência da ação, tendo em vista que a decisão acerca da construção de um equipamento público insere-se em competência essencialmente discricionária da Administração pública.**

b) há de ser julgada procedente a ação civil pública, tendo em vista que houve a desafetação da área com a doação, que assim passou a ser bem dominical.

c) inexistente fundamento para o ajuizamento da ação, que se mostra formalmente inadequada, tendo em vista que não se trata de tutela de bens patrimoniais, mas sim discussão sobre políticas públicas, o que não compete ao Judiciário



d) a ação civil pública não seria cabível, porque foi questionada a legalidade do ato, sendo aquela medida adequada para exame de mérito da atuação da Administração pública.

e) insere-se no âmbito do controle exercido pelo Ministério Público, que pode se valer da ação civil pública para suprir a Administração pública na tomada de decisão que melhor atenderia ao interesse público, não obstante ambas destinações fossem possíveis.

## Comentários

Esta questão é respondida com [A DOCTRINA. Controle da administração. Controle do poder judiciário.](#)

*O controle judicial sobre atos da Administração é exclusivamente de legalidade. Significa dizer que o Judiciário tem o poder de confrontar qualquer ato administrativo com a lei ou com a Constituição e verificar se há ou não compatibilidade normativa. Se o ato for contrário à lei ou à Constituição, o Judiciário declarará a sua invalidação de modo a não permitir que continue produzindo efeitos ilícitos.*

*O que é vedado ao Judiciário, como corretamente têm decidido os Tribunais, é apreciar o que se denomina normalmente de mérito administrativo, vale dizer, a ele é interdito o poder de reavaliar critérios de conveniência e oportunidade dos atos, que são privativos do administrador público. Já tivemos a oportunidade de destacar que, a se admitir essa reavaliação, estar-se-ia possibilitando que o juiz exercesse também função administrativa, o que não corresponde obviamente à sua competência. Além do mais, a invasão de atribuições é vedada na Constituição em face do sistema da tripartição de Poderes (art. 2º). (José dos Santos Carvalho Filho, 2018)*

### 248. FCC - Proc (São Luís)/Pref SL/2016

Considere as assertivas abaixo sobre a submissão a concurso público de provas e títulos e as consequências dele em relação ao candidato e ao ente da Administração pública que o realizou.

I. A nomeação de candidato aprovado em concurso público insere-se na discricionariedade da Administração pública, mas pode vir a constituir direito subjetivo do candidato, mesmo no caso de cadastro reserva, quando a Administração decidir pela realização de novo concurso para a mesma finalidade quando o anterior ainda estiver no prazo de validade.

II. A aprovação em concurso público gera direito subjetivo à nomeação no mesmo exercício orçamentário para o qual foi comprovada a existência de recursos financeiros para a realização do certame, devendo ser observado o prazo máximo de 30 dias pela Administração pública, mesmo período concedido ao aprovado para a posse.

III. A aprovação em concurso público não gera direito subjetivo à nomeação, constituindo mera expectativa de direito, sendo a única exceção reconhecida pelo Supremo Tribunal Federal os casos de preterição da ordem de classificação.

Está correto o que se afirma em



- a) I, apenas.
- b) I e II, apenas.
- c) I, II e III.
- d) III, apenas.
- e) II e III, apenas.

### Comentários

Esta questão é respondida com [A JURISPRUDÊNCIA. Servidores públicos. Concurso público.](#)

MANDADO DE SEGURANÇA. CONCURSO PÚBLICO. LEGITIMIDADE DA AUTORIDADE COATORA. CANDIDATA CLASSIFICADA DENTRO DO NÚMERO DE VAGAS PREVISTAS NO EDITAL. DIREITO LÍQUIDO E CERTO À NOMEAÇÃO DENTRO DO PRAZO DE VALIDADE DO CONCURSO. VALIDADE DO CERTAME: 1º.7.2014. RESPEITO À ORDEM CONVOCATÓRIA. 1. Trata-se de mandado de segurança impetrado por Amauri Michel Junglos em face da Sra. Ministra de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão e do Sr. Ministro de Estado da Saúde em razão de ato consubstanciado na não-convocação do impetrante para nomeação e posse no cargo de Técnico em Pesquisa e Investigação Biomédica de nível intermediário, área de atuação específica criação e manejo de primatas, no Instituto Evandro Chagas e Centro Nacional de Primatas. 2. A impetrante ficou colocada em 15º lugar no concurso público para provimento do referido cargo que tinha 33 vagas, ou seja, foi aprovado em posição classificatória compatível com as vagas previstas em edital 4. Esta Corte Superior adota entendimento segundo o qual a regular aprovação em concurso público em posição classificatória compatível com as vagas previstas em edital confere ao candidato direito subjetivo a nomeação e posse dentro do período de validade do certame. 5. Não há notícia de que fora realizada qualquer nomeação para o cargo pretendido pela impetrante, nem contratação de temporários, não podendo se falar em preterição à ordem de classificação. 6. **Não se pode deferir a nomeação, pois apesar da impetrante ter sido aprovada no concurso público em posição classificatória compatível com as vagas previstas em edital, deve-se respeitar a discricionariedade da Administração Pública** para determinar a nomeação dos candidatos aprovados, a qual deve ser limitada à conveniência e oportunidade da convocação dos aprovados dentro do período de validade do certame, que, em atenção à informação prestada pelo Ofício nº 227/MP, só ocorrerá em 1º de julho de 2014, conforme Edital nº 10. de 27 de junho de 2012. publicado no DOU do dia 28/06/2012, que prorrogou o certame. 7. Segurança denegada. (STJ - MS: 18696 DF 2012/0120186-7, Relator: Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, Data de Julgamento: 22/05/2013, S1 - PRIMEIRA SEÇÃO, Data de Publicação: DJe 05/06/2013)



#### 249. FCC - Proc (São Luís)/Pref SL/2016

Manoel era servidor público há quase 20 anos quando da edição da Emenda Constitucional 41/2003. Servidor graduado, percebia vencimentos bastante significativos, que excediam o limite que passou a ser fixado como teto de retribuição. Irresignado, questionou a redução de sua remuneração, alegando possuir direito adquirido às verbas e benefícios àquela já incorporados. De acordo com o que dispõe a Constituição Federal e foi apreciado pelo Supremo Tribunal Federal,

a) o pleito de Manuel não possui chances de êxito, tendo em vista que o teto constitucional abrange todas as verbas percebidas pelos servidores, remuneratórias e indenizatórias, não havendo direito adquirido, pois o servidor ainda não completara período aquisitivo para aposentadoria.

b) não se reconhece direito adquirido ao servidor, tendo em vista que se tratou de alteração normativa de status constitucional, devendo, no entanto, o teto remuneratório abranger apenas as verbas de natureza indenizatória, excluindo-se as vantagens pessoais.

**c) não será procedente o pedido no que concerne ao suposto direito adquirido porque não se coloca diante de alteração no texto da constituição, passível de procedência no que concerne à exclusão das verbas de natureza indenizatória do limite fixado para o teto de retribuição.**

d) há de ser reconhecido o direito adquirido do servidor ao recebimento da remuneração integral, tal como vigente anteriormente, tendo em vista que não se tratou de alteração originária no texto constitucional, mas sim fruto de emenda.

e) há de ser provido o pleito do servidor no que concerne à exclusão das vantagens pessoais, gratificações de natureza remuneratória e adicionais de natureza indenizatória, não incidindo, no entanto, direito adquirido em face de reforma constitucional.

#### Comentários

Esta questão é respondida com [A JURISPRUDÊNCIA.Servidores públicos. Teto remuneratório.](#)

EMENTA RECURSO EXTRAORDINÁRIO. DIREITO ADMINISTRATIVO E CONSTITUCIONAL. SERVIDORES PÚBLICOS. REMUNERAÇÃO. INCIDÊNCIA DO TETO DE RETRIBUIÇÃO. VANTAGENS PESSOAIS. VALORES PERCEBIDOS ANTES DO ADVENTO DA EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 41/2003. INCLUSÃO. ART. 37, XI e XV, DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA. 1. Computam-se para efeito de observância do teto remuneratório do art. 37, XI, da Constituição da República também os valores percebidos anteriormente à vigência da Emenda Constitucional nº 41/2003 a título de vantagens pessoais pelo servidor público, dispensada a restituição dos valores recebidos em excesso de boa-fé até o dia 18 de novembro de 2015. 2. O âmbito



de incidência da garantia de irredutibilidade de vencimentos (art. 37, XV, da Lei Maior) não alcança valores excedentes do limite definido no art. 37, XI, da Constituição da República. 3. Traduz afronta direta ao art. 37, XI e XV, da Constituição da República a exclusão, da base de incidência do teto remuneratório, de valores percebidos, ainda que antes do advento da Emenda Constitucional nº 41/2003, a título de vantagens pessoais. 4. Recurso extraordinário conhecido e provido.

(RE 606358, Relator(a): Min. ROSA WEBER, Tribunal Pleno, julgado em 18/11/2015, PROCESSO ELETRÔNICO REPERCUSSÃO GERAL - MÉRITO DJe-063 DIVULG 06-04-2016 PUBLIC 07-04-2016)

## 250. FCC - Proc (São Luís)/Pref SL/2016

Diante de uma hipótese de configuração de ato de improbidade praticado por servidor público, o terceiro beneficiado em razão daquela atuação,

- a) pode responder por ato de improbidade, independentemente da comprovação de culpa, pois é legalmente considerado agente público para essa prática.
- b) não responde por improbidade, salvo se participou, dolosa e ativamente, do ato de improbidade na modalidade que causa prejuízo ao erário.
- c) figura como litisconsorte necessário do servidor público, sofrendo os efeitos do reconhecimento do ato de improbidade, seja em relação ao ato praticado, seja quanto às sanções impostas aos responsáveis.
- d) não figura como litisconsorte necessário do servidor público, devendo ser analisada sua conduta para demonstrar sua participação para atingimento do resultado.**
- e) depende da comprovação de enriquecimento ilícito para também ser considerado responsável pelo ato de improbidade e poder figurar no pólo passivo da ação judicial respectiva.

### Comentários

Esta questão é respondida com [A JURISPRUDÊNCIA: Improbidade administrativa. Terceiro beneficiado.](#)

*Lei 8.429/92 - Art. 3º As disposições desta lei são aplicáveis, no que couber, àquele que, mesmo não sendo agente público, induza ou concorra para a prática do ato de improbidade ou dele se beneficie sob qualquer forma direta ou indireta.*

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA PROPOSTA APENAS CONTRA PARTICULAR. EXTINÇÃO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO. AUSÊNCIA DE AGENTE PÚBLICO NO POLO PASSIVO. IMPOSSIBILIDADE. RECURSO NÃO PROVIDO. PRECEDENTES.



II - Nos termos da Lei n. 8.429/92, podem responder pela prática de ato de improbidade administrativa o agente público (arts. 1º e 2º), ou terceiro que induza ou concorra para a prática do ato de improbidade ou dele se beneficie sob qualquer forma direta ou indireta (art. 3º).

III - **A responsabilização pela prática de ato de improbidade pode alcançar terceiro ou particular, que não seja agente público, apenas em três hipóteses: a) quando tenha induzido o agente público a praticar o ato ímprobo; b) quando haja concorrido com o agente público para a prática do ato ímprobo; ou c) tenha se beneficiado com o ato ímprobo praticado pelo agente público.**

IV - Inviável a propositura de ação de improbidade administrativa contra o particular, sem a presença de um agente público no polo passivo, o que não impede eventual responsabilização penal ou ressarcimento ao Erário, pelas vias adequadas. Precedentes.

V - Recurso especial improvido.

(REsp 1405748/RJ, Rel. Ministra MARGA TESSLER (JUÍZA FEDERAL CONVOCADA DO TRF 4ª REGIÃO), Rel. p/ Acórdão Ministra REGINA HELENA COSTA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 21/05/2015, DJe 17/08/2015)

## 251. FCC - Proc (São Luís)/Pref SL/2016

Um edital de licitação para contratação de obras de construção de duas unidades escolares federais no mesmo terreno apresentou, dentre os requisitos para habilitação técnica, a exigência dos seguintes documentos, passíveis de serem somados pelos consorciados que assim participassem no certame:

I. Atestado de conclusão de obra civil com número de empregados equivalente ao necessário para a construção das escolas.

II. Atestado de conclusão de obra com características semelhantes às exigidas na licitação em curso, ou seja, com no mínimo duas construções independentes no mesmo terreno.

III. Atestado de capacitação técnico-profissional e técnico-operacional para as obras de construção, bem como para as atividades de sondagem de solo e terraplenagem.

IV. Atestado de conclusão de obra com dimensão de no mínimo 60% da área construída constante do projeto básico integrante do edital de licitação.

Considerando o disposto na Lei n.º 8.666/93, bem como o entendimento do Tribunal de Contas da União em razão de sua competência para controle da Administração pública, em relação às exigências postas pelo edital de licitação,

a) somente os atestados constantes dos itens II e IV mostram-se coerentes com a contratação que se pretende, porque afetos às características principais do objeto contratado.



b) o atestado constante do item I não é aceitável, tendo em vista que a exigência de experiência anterior com o mesmo número de empregados somente se mostra admissível nos casos de contratos de prestação de serviços.

**c) os atestados exigidos nos itens II e III não são pertinentes, proporcionais ou razoáveis considerando o objeto a ser contratado, construções independentes semelhantes, para as quais, ainda, as atividades de sondagem de solo e terraplenagem não se mostram relevantes o suficiente para exigir certificação autônoma.**

d) o atestado exigido no item IV tem caráter restritivo à competição, tendo em vista que o percentual máximo admitido pelo TCU para comprovação de experiência anterior é de 30% dos quantitativos dos itens da obra.

e) nenhum dos atestados é passível de ser exigido, tendo em vista, em se tratando de obra civil, somente se pode requerer a comprovação de experiência anterior no setor, independentemente de quantitativos de dimensão de obra, número de empregados ou características semelhantes.

### Comentários

Esta questão é respondida com **A LETRA DA LEI. Licitação. Qualificação. Atestados.**

*Lei 8.666/1993:*

*Art. 30. A documentação relativa à qualificação técnica limitar-se-á a:*

*§ 1º A comprovação de aptidão referida no inciso II do "caput" deste artigo, no caso das licitações pertinentes a obras e serviços, será feita POR ATESTADOS fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devidamente registrados nas entidades profissionais competentes, limitadas as exigências a: (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994;*

*I - capacitação técnico-profissional: comprovação do licitante de possuir em seu quadro permanente, na data prevista para entrega da proposta, profissional de nível superior ou outro devidamente reconhecido pela entidade competente, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes, limitadas estas exclusivamente às parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto da licitação, vedadas as exigências de quantidades mínimas ou prazos máximos; (Incluído pela Lei nº 8.883, de 1994)*

*§ 5º É vedada a exigência de comprovação de atividade ou de aptidão com limitações de tempo ou de época ou ainda em locais específicos, ou quaisquer outras não previstas nesta Lei, que inibam a participação na licitação.*

### 252. FCC - Proc (São Luís)/Pref SL/2016

A mutabilidade dos contratos administrativos predica os contratos administrativos, mas nem todas as alterações introduzidas nesses negócios jurídicos devem ser creditadas àquela característica. A depender do evento experimentado no curso da execução do contrato administrativo, aplica-se determinada conduta como consequência mitigadora ou neutralizadora. Assim, decorrido um ano da execução de um determinado contrato



de prestação de serviços e divulgada a inflação do período, apurada pelos índices oficiais,

a) incide hipótese de reequilíbrio econômico financeiro, tendo em vista que a preservação dessa equação é direito subjetivo do contratado.

b) faz jus o contratado à indenização por todos os prejuízos experimentados, desde que comprove efetivamente danos concretos, não podendo ser hipotéticos.

c) é caso de revisão contratual dos parâmetros unitários de preços considerados, para que a corrosão monetária experimentada no período seja internalizada ao contrato, restabelecendo-se a equação de equilíbrio econômico financeiro original.

**d) está-se diante de adequação da aplicação de reajuste, a ser promovido nos termos e periodicidade contratualmente estipulados, não se tratando de evento que justifique compensações ou indenizações pretendidas pelo contratado.**

e) impõe-se a revisão da remuneração paga ao contratado, com o reajuste da remuneração contratualmente prevista, acrescida da indenização pelos prejuízos não cobertos pela majoração ordinária.

## Comentários

Esta questão é respondida com **A LETRA DA LEI. Contratos administrativos. Reajuste.**

*Lei 8.666/93 – Art. 40. O edital conterà no preâmbulo o número de ordem em série anual, o nome da repartição interessada e de seu setor, a modalidade, o regime de execução e o tipo da licitação, a menção de que será regida por esta Lei, o local, dia e hora para recebimento da documentação e proposta, bem como para início da abertura dos envelopes, e indicará, obrigatoriamente, o seguinte:*

**XI - critério de reajuste, que deverá retratar a variação efetiva do custo de produção, admitida a adoção de índices específicos ou setoriais, desde a data prevista para apresentação da proposta, ou do orçamento a que essa proposta se referir, até a data do adimplemento de cada parcela;**

*Art. 55. São cláusulas necessárias em todo contrato as que estabeleçam:*

*III - o preço e as condições de pagamento, os critérios, data-base e periodicidade do **reajustamento de preços**, os critérios de atualização monetária entre a data do adimplemento das obrigações e a do efetivo pagamento;*

*A primeira forma é o reajuste, que se caracteriza por ser uma fórmula preventiva normalmente usada pelas partes já ao momento do contrato, com vistas a preservar os contratados dos efeitos de regime inflacionário. Como esta reduz, pelo transcurso do tempo, o poder aquisitivo da moeda, as partes estabelecem no instrumento contratual um índice de atualização idôneo a tal objetivo. Assim, diminui, sem dúvida, a álea contratual que permitiria o desequilíbrio contratual.*

*Sensível a essa realidade, o legislador inseriu, entre as cláusulas necessárias do contrato administrativo, "o preço e as condições de pagamento, e quando for o caso os critérios de reajustamento" (art. 55, III, do Estatuto). É bom que se diga, porém, que deve ser expressa a avença nesse sentido, razão por que, sem ela, entende-se que o preço ajustado é fixo e irreajustável. (José dos Santos Carvalho Filho, 2018).*



*O reajuste é cláusula necessária dos contratos administrativos cujo objetivo é preservar o valor do contrato em razão da inflação (arts. 55, III, e 40, XI, da Lei 8.666/1993). (Rafael Carvalho, 2018)*

### 253. FCC - Proc (São Luís)/Pref SL/2016

Determinado Tribunal realizou uma licitação para contratação de serviços de digitalização e gestão digital de seus processos judiciais. Dentre os requisitos impostos no edital para habilitação técnica estava a apresentação de atestado comprovando prévia experiência em digitalização de processos em local diverso de seu estabelecimento, ou seja, externo, tendo em vista que os processos judiciais não poderiam ser transportados para se submeterem a esse serviço. A empresa vencedora apresentou, oportunamente, o atestado comprobatório da experiência exigida, mas antes da assinatura do contrato acabou sendo identificada irregularidade no documento. Em relação ao caso narrado, dentre as possíveis conclusões ou ilações que podem ser extraídas,

a) sabe-se que a licitação realizada somente poderia ter sido feita sob a modalidade de concorrência, em razão do objeto descrito cumular duas atividades, bem como que a constatação de irregularidade em atestado enseja imposição de penalidade ao licitante, não sendo relevante perquirir a existência de dolo ou má-fé.

**b) pode ter sido facultada a utilização da modalidade pregão, caso tenha sido possível descrever de forma objetiva os serviços cuja contratação se pretendia, de forma a predicá-los como de natureza comum, sendo que a ausência de dolo do licitante e de prejuízo para a Administração pública pode ter afastado a imposição de penalidade pela irregularidade no atestado apresentado no pregão.**

c) afirma-se que a apresentação de atestado para preenchimento de requisito imposto em habilitação técnica é indispensável em qualquer modalidade de licitação em que for exigido, mas somente sujeita o licitante à penalidade pelo descumprimento no caso de se tratar de concorrência, em razão do valor vultoso envolvido, independentemente da natureza do objeto da contratação.

d) sabe-se que a irregularidade em atestado técnico por parte de licitante acarreta a anulação do certame caso não seja sanável e a revogação da licitação no caso de ser passível de ser sanado, ainda que não tenha sido finalizado o procedimento, com a identificação do vencedor, tendo em vista a imprescindibilidade do documento.

e) é facultado ao licitante vencedor substituir o documento apresentado no procedimento de licitação, ainda que com período de referência posterior ao indicado no edital, a fim de evitar prejuízo ao andamento do procedimento e ao resultado do mesmo.

### Comentários

Esta questão é respondida com [A LETRA DA LEI. Licitação. Pregão.](#)



*Lei 10.520/2002 - Art. 1º Para aquisição de bens e serviços comuns, poderá ser adotada a licitação na modalidade de pregão, que será regida por esta Lei.*

*Parágrafo único. Consideram-se bens e serviços comuns, para os fins e efeitos deste artigo, aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado.*

### 3.9 – ANÁLISE PROVA PROC. TCM RJ 2015

#### 254. FCC - Proc (TCM-RJ)/TCM-RJ/2015

Foi submetida à assessoria jurídica de determinada Secretaria Municipal uma proposta de aditivo em contrato de obra viária, com valor que, caso se tratasse de alteração quantitativa, excederia o limite autorizado pela Lei nº 8.666/1993. A descrição dos serviços descritos como necessários deixavam dúvidas se a proposta se consubstanciava em alteração qualitativa ou verdadeira alteração de objeto, esta que é vedada por lei, qualquer que seja o seu valor. Por outro lado, havia uma certa margem de apreciação técnica que não era passível de confrontação pelo assessor jurídico, visto que o órgão técnico endossou a proposta de aditamento, sob o fundamento de superveniente necessidade de adequação técnica na metodologia de execução da obra. O parecer jurídico foi, assim, favorável ao aditamento. O contrato

foi executado e a obra concluída e integralmente paga. Em processo de regular tomada de contas, o Tribunal de Contas discordou do entendimento dado ao aditamento e lançou parecer contrário àquela despesa, recomendando a adoção de inúmeras medidas sancionatórias e de cunho responsabilizatório, inclusive na esfera de improbidade. A autoridade ordenadora de despesas e que representou o Município no contrato, nos diversos processos a que foi submetida, apresentou repetida defesa de que firmou o aditamento diante de prévia análise de viabilidade jurídica de sua assessoria. Essa linha de argumentação, levando em consideração o entendimento do Supremo Tribunal Federal a respeito do tema,

**a) não pode ser suficiente para eximir o gestor público de sua responsabilidade, sendo adequado considerar a peça opinativa como subsídio para a tomada de decisão pelo administrador, sendo que, em sendo o parecer desfavorável, seria inequívoca a responsabilidade do administrador.**

b) representa entendimento pacífico naquele Tribunal, que entende o parecer jurídico como sempre vinculante para o gestor público em matéria de licitações e contratos, não permitindo juízo de decisão sobre a celebração ou não dos negócios jurídicos.

c) é frontalmente contrária ao entendimento do Tribunal, na medida em que o parecer jurídico proferido em matéria de licitações e contratos não é obrigatório, de modo que não pode se tornar vinculante.



- d) depende da comprovação de culpa por parte do parecerista, ou seja, de que havia apenas uma solução legal correta e viável para o caso analisado, diversa da sugerida pela assessoria jurídica, o que eximiria o gestor de qualquer responsabilização.
- e) é procedente para afastar a responsabilidade do gestor nos casos em que não há documentos e informação técnica, de modo que a decisão fica a cargo do parecerista, a quem cabe estabelecer as premissas para o negócio jurídico em questão.

### Comentários

Esta questão é respondida com **A JURISPRUDÊNCIA. Responsabilidade civil do estado e prescrição. Responsabilidade do procurador por parecer.**

"Controle externo. Auditoria pelo TCU. Responsabilidade de procurador de autarquia por emissão de parecer técnico-jurídico de natureza opinativa. Segurança deferida. Repercussões da natureza jurídico-administrativa do parecer jurídico: (i) **quando a consulta é facultativa, a autoridade não se vincula ao parecer proferido, sendo que seu poder de decisão não se altera pela manifestação do órgão consultivo;** (ii) **quando a consulta é obrigatória, a autoridade administrativa se vincula a emitir o ato tal como submetido à consultoria, com parecer favorável ou contrário, e se pretender praticar ato de forma diversa da apresentada à consultoria, deverá submetê-lo a novo parecer;** (iii) **quando a lei estabelece a obrigação de decidir à luz de parecer vinculante, essa manifestação de teor jurídico deixa de ser meramente opinativa e o administrador não poderá decidir senão nos termos da conclusão do parecer ou, então, não decidir.** No caso de que cuidam os autos, o parecer emitido pelo impetrante não tinha caráter vinculante. Sua aprovação pelo superior hierárquico não desvirtua sua natureza opinativa, nem o torna parte de ato administrativo posterior do qual possa eventualmente decorrer dano ao erário, mas apenas incorpora sua fundamentação ao ato. Controle externo: É lícito concluir que é abusiva a responsabilização do parecerista à luz de uma alargada relação de causalidade entre seu parecer e o ato administrativo do qual tenha resultado dano ao erário. Salvo demonstração de culpa ou erro grosseiro, submetida às instâncias administrativo-disciplinares ou jurisdicionais próprias, não cabe a responsabilização do advogado público pelo conteúdo de seu parecer de natureza meramente opinativa." (MS 24.631, rel. min. Joaquim Barbosa, julgamento em 9-8-2007, Plenário, DJ de 1º-2-2008.)<sup>11</sup>

#### 255. FCC - Proc (TCM-RJ)/TCM-RJ/2015

Uma sociedade de economia mista licitou a contratação de um novo sistema de controle e avaliação de desempenho de seus funcionários, de modo a buscar novas

<sup>11</sup> <http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=506595>



perspectivas de performance e atingimento de metas. A licitação seguiu curso regular, sendo que homologado o resultado e adjudicado o objeto ao vencedor, por ocasião da identificação dos representantes das empresas para subscrição do contrato, foi verificado que não fora colhida a devida autorização do Conselho de Administração para a abertura do certame, na forma do que exigia genericamente o Estatuto Social, tendo autorizado tal ato somente o Secretário Executivo, o que nem era necessário. Diante desse quadro, sem conhecer os termos específicos dos Estatutos sociais e considerando aplicável a teoria do ato administrativo, uma possível alternativa para solucionar o problema é

- a) dispensar a manifestação do Conselho, tendo em vista que a assinatura do contrato supre a irregularidade, porque se trata de incumbência de autoridade superior.
- b) propor alteração do Estatuto, para retirar, retroativamente, essa competência do Conselho de Administração.
- c) submeter o processo ao Conselho de Administração na atual fase do certame, cuja aprovação ensejará a convalidação do ato de autorização anteriormente submetido à autoridade incompetente.**
- d) submeter o contrato à anuência dos integrantes do Conselho de Administração, de modo que a subscrição do ajuste pelos membros do Colegiado convalidaria a ausência de aprovação anterior.
- e) revogar o certame e firmar contratação emergencial, sem prejuízo de melhor analisar o cabimento de contratação direta, por dispensa ou inexigibilidade de licitação.

## Comentários

Esta questão é respondida com **A LETRA DA LEI. Atos administrativos. Convalidação.**

*Lei 9.784/99 - Art. 55. Em decisão na qual se evidencie não acarretarem lesão ao interesse público nem prejuízo a terceiros, os atos que apresentarem defeitos sanáveis poderão ser convalidados pela própria Administração.*

*Convalidação ou saneamento é o ato administrativo pelo qual é suprido o vício existente em um ato ilegal, com efeitos retroativos à data em que este foi praticado. (Maria Sylvia Zanella Di Pietro, 2018)*

*A convalidação (também denominada por alguns autores de aperfeiçoamento ou sanatória) é o processo de que se vale a Administração para aproveitar atos administrativos com vícios superáveis, de forma a confirmá-los no todo ou em parte. Só é admissível o instituto da convalidação para a doutrina dualista, que aceita possam os atos administrativos ser nulos ou anuláveis. (José dos Santos Carvalho Filho, 2018)*

### 256. FCC - Proc (TCM-RJ)/TCM-RJ/2015

Nova gestão municipal assumiu mandato e, conforme divulgado em seu programa de governo durante a campanha, restringiu o horário de funcionamento do comércio aos domingos, determinando o encerramento do expediente duas horas mais cedo. A medida estava motivada na necessidade de atender pleito fundado da classe



trabalhadora do setor de comércio, que, não obstante a o recebimento da remuneração legal das horas extras, acabava obrigada a exercê-las em seu grau máximo, diante da necessidade do mercado. Considerando que o Município tenha competência para essa regulamentação de horário e que o tenha feito de forma regular, respeitando a legislação vigente, é decorrência direta dessa medida a

a) possibilidade de fiscalização do comércio, com lavratura de auto de infração e imposição de multa pelo descumprimento da nova regulamentação e até mesmo fechamento do estabelecimento, como expressão do poder disciplinar a que estão sujeitos os administrados.

b) necessidade de instituição do controle dos sistemas contábeis de todos os estabelecimentos comerciais, para fins de bloqueio de utilização fora do horário permitido pela nova regulamentação.

c) inconstitucionalidade de medidas coercitivas e de fiscalização repressiva, tendo em vista que o poder de polícia e normativo do Poder Público municipal exauriu seus efeitos com a disciplina do horário de funcionamento.

d) discricionariedade na aplicação e modulação da regra diante de peculiaridades e necessidade de atendimento de interesses locais específicos, tolerando horários diferenciados nas regiões em que houver pedido fundamentado dos comerciantes, prescindindo de alteração normativa.

**e) constitucionalidade da atuação repressiva dos órgãos de fiscalização, com lavratura de auto de infração e imposição de multa e até interdição de estabelecimentos, como expressão do poder de polícia administrativa.**

## Comentários

Esta questão é respondida com [A JURISPRUDÊNCIA. Princípios e poderes da administração. Poder de polícia.](#)

SÚMULA VINCULANTE 38: É competente o Município para fixar o horário de funcionamento de estabelecimento comercial.

*Poder de polícia é a faculdade de que dispõe a Administração Pública para condicionar e restringir o uso e gozo de bens, atividades e direitos individuais, em benefício da coletividade ou do próprio Estado. (Hely Lopes Meirelles, 2016)*

### 257. FCC - Proc (TCM-RJ)/TCM-RJ/2015

Antonio Jorge prestou concurso de provas e títulos para ocupar cargo em autarquia estadual que atuava na área ambiental e de saneamento. Durante movimento de reforma administrativa, a comissão de governo formada para estudar as possíveis alternativas de reestruturação, com vistas a redução de despesas e ganho de eficiência, sugeriu que as atribuições da autarquia passassem a ser desempenhadas por sociedade



de economia mista que já exercia atribuições de cunho ambiental na gestão de unidades de conservação. A autarquia, então, passaria a atuar exclusivamente na área de saneamento e a executar plano de expansão dessa área de abrangência, possibilitando, ainda, que todas as competências em matéria ambiental ficassem concentradas em apenas um ente. A comissão de governo, no entanto, ficou em dúvida sobre o equacionamento da situação dos servidores da autarquia. Diante da solução proposta para a reestruturação administrativa, os servidores da autarquia

a) que desempenhavam funções atreladas à competência ambiental poderão ser transferidos para o quadro da empresa estatal, passando a integrar a carreira em nível compatível com o anteriormente incorporado.

b) poderão ser exonerados dos cargos efetivos anteriormente ocupados e contratados, sob regime celetista, pela empresa estatal, em razão da natureza jurídica do ente, com dispensa de prévia realização de concurso público, diante do interesse público na transferência de vínculo.

**c) não poderão ser transferidos para a empresa estatal, tendo em vista que é vedada a investidura em cargo ou emprego público sem prévia aprovação em concurso público, salvo os casos de promoção, em relação aos cargos subsequentes escalonados.**

d) poderão ser aproveitados na empresa estatal, exclusivamente para o desempenho das atribuições que desempenhavam e que foram transferidas para aquele ente, passando a integrar quadro específico e desatrelado do plano de carreira dos demais servidores.

e) deverão ser removidos ex officio, tendo em vista que há reconhecida necessidade e interesse público para que passem a desempenhar suas atribuições, ainda que temporariamente, na empresa estatal que concentrará a competência ambiental.

## Comentários

Esta questão é respondida com [A JURISPRUDÊNCIA. Servidor público. Concurso público.](#)

CF/1988 - Art. 37

**II - a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público** de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração;

EMENTA: - Ação direta de inconstitucionalidade. Ascensão ou acesso, transferência e aproveitamento no tocante a cargos ou empregos públicos. - O critério do mérito aferível por concurso público de provas ou de provas e títulos é, no atual sistema constitucional, ressalvados os cargos em comissão declarados em lei de livre nomeação e exoneração, indispensável para cargo ou emprego público isolado ou em carreira. **Para o isolado, em qualquer hipótese; para o em carreira,**



**para o ingresso nela, que só se fará na classe inicial e pelo concurso público de provas ou de provas títulos, não o sendo, porém, para os cargos subsequentes que nela se escalonam até o final dela**, pois, para estes, a investidura se fará pela forma de provimento que é a "promoção". Estão, pois, banidas das formas de investidura admitidas pela Constituição a ascensão e a transferência, que são formas de ingresso em carreira diversa daquela para a qual o servidor público ingressou por concurso, e que não são, por isso mesmo, ínsitas ao sistema de provimento em carreira, ao contrário do que sucede com a promoção, sem a qual obviamente não haverá carreira, mas, sim, uma sucessão ascendente de cargos isolados. - O inciso II do artigo 37 da Constituição Federal também não permite o "aproveitamento", uma vez que, nesse caso, há igualmente o ingresso em outra carreira sem o concurso exigido pelo mencionado dispositivo. Ação direta de inconstitucionalidade que se julga procedente para declarar inconstitucionais os artigos 77 e 80 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias do Estado do Rio de Janeiro.<sup>12</sup>

#### 258. FCC - Proc (TCM-RJ)/TCM-RJ/2015

Considerando as teorias que tratam da responsabilidade extracontratual do Estado e suas variações, bem como suas irradiações em outras relações jurídicas submetidas ao direito público, mas não necessariamente travadas com entes de natureza jurídica de direito público, NÃO basta

a) demonstrar o nexo de causalidade entre o ato praticado pela concessionária de serviço público e o terceiro não usuário do serviço para ensejar a responsabilidade daquela, sendo indispensável demonstrar a conduta culposa do funcionário.

b) demonstrar a existência de dano e nexo de causalidade quando se tratar de ato praticado por funcionário de concessionária ou delegatária de serviço público, é necessário comprovar que os danos foram sofridos por usuário do serviço, caso contrário vige a responsabilidade civil comum.

**c) demonstrar a condição de usuário ou não usuário do serviço público objeto de contrato de concessão, é indispensável comprovar nexo de causalidade entre o ato do agente da pessoa jurídica de direito privado que tenha recebido aquela delegação e os danos efetivamente sofridos.**

d) comprovar culpa, nexo de causalidade e dano efetivo, é necessário comprovar que os danos foram sofridos por usuário do serviço, caso contrário vige a responsabilidade civil comum.

e) invocar a modalidade objetiva de responsabilidade para afastar a necessidade de demonstração de culpa ou de nexo de causalidade entre a atuação da delegatária e os

<sup>12</sup> <http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=266259>



prejuízos experimentados por terceiros, pois é indispensável a prova dos danos emergentes.

## Comentários

Esta questão é respondida com **A JURISPRUDÊNCIA. Responsabilidade civil do estado e prescrição. Responsabilidade civil objetiva.**

"EMENTA: CONSTITUCIONAL. RESPONSABILIDADE DO ESTADO. ART. 37, § 6, DA CONSTITUIÇÃO. PESSOAS JURÍDICAS DE DIREITO PRIVADO PRESTADORAS DE SERVIÇO PÚBLICO. CONCESSIONÁRIO OU PERMISSONÁRIO DO SERVIÇO DE TRANSPORTE COLETIVO. RESPONSABILIDADE OBJETIVA EM RELAÇÃO A TERCEIROS

NÃO-USUÁRIOS DO SERVIÇO. RECURSO DESPROVIDO.

I - **A responsabilidade civil das pessoas jurídicas de direito privado prestadoras de serviço público é objetiva relativamente a terceiros usuários e não-usuários do serviço, segundo decorre do art. 37, § 6º, da Constituição Federal.**

III - **A inequívoca presença do nexo de causalidade entre o ato administrativo e o dano causado ao terceiro não-usuário do serviço público, é condição suficiente para estabelecer a responsabilidade objetiva da pessoa jurídica de direito privado.** (STF RE 591874 / MS)

### 259. FCC - Proc (TCM-RJ)/TCM-RJ/2015

A opção pela contratação de uma parceria público-privada perpassa a análise de aspectos que vão além de simples cotejo de viabilidade jurídica e de legalidade, pois exige compatibilização dos efeitos de longo prazo projetados por contratos dessa natureza. Isso significa que

- a) somente a comprovação da existência de recursos ou demonstração de receitas integralmente previstas na Lei de Diretrizes Orçamentárias para fazer frente às despesas equivalentes à somatória das contraprestações devidas ao longo da vigência do contrato autoriza a lavratura do mesmo.
- b) a concessão patrocinada dispensa a prévia demonstração de impacto orçamentário financeiro, tendo em vista que o parceiro privado é integralmente remunerado pela tarifa.
- c) a concessão operada integralmente por conta e risco do parceiro privado dispensa o exame de compatibilidade orçamentário-financeira.
- d) somente a contratação de concessão administrativa depende de prévio estudo de impacto dos efeitos financeiros de longo prazo e de compatibilidade com as metas de



resultados fiscais, tendo em vista que a concessão patrocinada é complementada pela tarifa.

**e) a contratação de qualquer modalidade de parceria público-privada exige a devida compensação dos efeitos financeiros nos períodos seguintes e prévia demonstração de que a celebração dos instrumentos não impactará nas metas de resultados fiscais previstos na Lei de Diretrizes Orçamentárias.**

## Comentários

Esta questão é respondida com **A LETRA DA LEI. Serviços públicos. PPP.**

*Lei 11.079/2004 - Art. 10. A contratação de parceria público-privada será precedida de licitação na modalidade de concorrência, estando a abertura do processo licitatório condicionada a:*

*I – autorização da autoridade competente, fundamentada em estudo técnico que demonstre:*

**b) que as despesas criadas ou aumentadas não afetarão as metas de resultados fiscais previstas no Anexo referido no § 1o do art. 4o da Lei..., devendo seus efeitos financeiros, nos períodos seguintes, ser compensados pelo aumento permanente de receita ou pela redução permanente de despesa; e**

*c) quando for o caso, conforme as normas editadas na forma do art. 25 desta Lei, a observância dos limites e condições decorrentes da aplicação dos arts. 29, 30 e 32 da Lei Complementar no 101, d..., pelas obrigações contraídas pela Administração Pública relativas ao objeto do contrato;*

*II – elaboração de estimativa do impacto orçamentário-financeiro nos exercícios em que deva vigorar o contrato de parceria público-privada;*

**III – declaração do ordenador da despesa de que as obrigações contraídas pela Administração Pública no decorrer do contrato são compatíveis com a lei de diretrizes orçamentárias e estão previstas na lei orçamentária anual;**

*IV – estimativa do fluxo de recursos públicos suficientes para o cumprimento, durante a vigência do contrato e por exercício financeiro, das obrigações contraídas pela Administração Pública;*

*V – seu objeto estar previsto no plano plurianual em vigor no âmbito onde o contrato será celebrado;*

### 260. FCC - Proc (TCM-RJ)/TCM-RJ/2015

Diante da defasagem do preenchimento de cargos vagos no quadro das carreiras de enfermeiro e técnico em enfermagem de determinada unidade hospitalar com natureza autárquica, a administração do hospital entendeu por abrir concurso para provimento de aproximadamente 70 cargos. A elaboração do edital ficou a cargo da comissão examinadora do concurso que entendeu pertinente exigir Teste de Aptidão Física para os cargos de técnico em enfermagem, já que é bastante frequente a necessidade de remoção de pacientes, auxílio nos deslocamentos e outras providências que exigem considerável esforço físico. Inserido esse item no edital, cuja avaliação se daria por meio de teste físico após a segunda fase do concurso, foi apresentada impugnação junto ao



Tribunal de Contas Estadual por um dos supostos interessados na carreira, sob o fundamento de inexigibilidade. A impugnação

a) não deve prosperar, tendo em vista que ao Tribunal de Contas não compete, em sede de exame prévio, avaliar critérios de conveniência e oportunidade do administrador, exclusivamente a quem compete avaliar a necessidade do Teste de Aptidão Física de acordo com a realidade das atribuições dos cargos que pretende preencher.

b) pode ser procedente, caso fique comprovado que a legislação específica não veda a exigência de Teste de Aptidão Física e desde que o nível da prova seja passível de ser atingido pela maior parte dos candidatos, evitando que somente poucos tenham acesso aos cargos.

c) depende do resultado do Teste de Aptidão Física do requerente, vez que, caso seja aprovado, haverá superveniente falta de interesse na apreciação da suposta inexigibilidade, sanando qualquer vício constante do edital.

**d) pode ser procedente caso não haja previsão expressa na lei que instituiu o cargo, ou em outra lei que o discipline, autorizando a exigência de aptidão física para o desempenho das atribuições inerentes ao cargo.**

e) depende de instrução processual, para comprovação da efetiva necessidade de aptidão física, independentemente de previsão legal, devendo, obrigatoriamente, ser suspenso o certame até conclusão das diligências.

## Comentários

Esta questão é respondida com [A JURISPRUDÊNCIA. Servidores públicos. Concurso público.](#)

ADMINISTRATIVO. RECURSO EM MANDADO DE SEGURANÇA. CONCURSO PÚBLICO ESTADUAL. MÉDICO-LEGISTA. AVALIAÇÃO DE APTIDÃO FÍSICA. AUSÊNCIA DE PREVISÃO LEGISLATIVA ESPECÍFICA. ILEGALIDADE. RECURSO ORDINÁRIO PROVIDO.

**I - Esta Corte Superior, quanto ao tema, já assentou o entendimento de que a exigência de teste para avaliação física de candidato em concurso público não se perfaz apenas com a previsão no Edital do certame, mas sim, com a expressa previsão legal da mesma, uma vez que tal exigência tem o condão de limitar o acesso aos cargos públicos oferecidos (Precedentes).**

II - Ao momento da publicação do edital do certame em questão não havia autorização legal expressa na legislação estadual que possibilitasse ao regramento infralegal a aplicação, em caráter eliminatório, de teste de aptidão física.

III - Recurso ordinário provido para que sejam aplicadas ao recorrente as avaliações restantes (exame psicotécnico e prova de títulos) da primeira Etapa do Concurso Público e, em caso de aprovação, seja oportunizada a matrícula em superveniente Curso de Formação.



(RMS 24.024/BA, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 07/04/2015, DJe 29/04/2015)

## 261. FCC - Proc (TCM-RJ)/TCM-RJ/2015

O Tribunal de Contas da União, em regular análise, constatou que um contrato firmado entre a autarquia federal responsável pelas obras rodoviárias e a empresa vencedora da concorrência realizada para duplicação de uma rodovia interestadual possuía graves e patentes incompatibilidades entres os cronogramas físico e financeiro. A autarquia prestou esclarecimentos, todos, contudo, insatisfatórios. Não encontrando outra solução além do término do contrato, o Tribunal

a) pode anular o contrato por decisão do Pleno do Tribunal e determinar ao ente público, autarquia, a ratificação da anulação e comunicação à empresa, sem prejuízo de regular apuração de responsabilidades.

**b) deve determinar a anulação do contrato, por vício de legalidade, comunicando a autarquia para que o faça e, na inércia, representar ao Ministério Público para as providências judiciais para aquela finalidade, sem prejuízo de apuração de responsabilidade dos envolvidos.**

c) deve sustar o ato eivado de vício de legalidade e comunicar a decisão à Câmara dos Deputados e ao Senado Federal, sem prejuízo de notificar a autarquia e a empresa envolvida.

d) pode determinar o aditamento do contrato para correção das ilegalidades apuradas, independentemente do que constou como anexo do edital da concorrência, tendo em vista que podem ser equiparadas a erro material.

e) deve representar ao Ministério Público do Tribunal de Contas para que adote as providências cabíveis para anulação judicial do contrato e responsabilização dos envolvidos.

### Comentários

Esta questão é respondida com [A JURISPRUDÊNCIA. Controle da administração. Controle do TCU.](#)

Mandado de segurança. Ato do Tribunal de Contas da União. Competência prevista no art. 71, IX, da Constituição Federal. Termo de sub-rogação e rerratificação derivado de contrato de concessão anulado. Nulidade. Não configuração de violação dos princípios do contraditório e da ampla defesa. Segurança denegada.

**1. De acordo com a jurisprudência do STF, "o Tribunal de Contas da União, embora não tenha poder para anular ou sustar contratos administrativos, tem competência, conforme o art. 71, IX, para determinar à autoridade administrativa que promova a anulação do**



contrato e, se for o caso, da licitação de que se originou"  
(MS 23.550, redator do acórdão o Ministro Sepúlveda Pertence, Plenário, DJ de 31/10/01). Assim, perfeitamente legal a atuação da Corte de Contas ao assinar prazo ao Ministério dos Transportes para garantir o exato cumprimento da lei. (...)  
(MS 26000, Relator(a): Min. DIAS TOFFOLI, Primeira Turma, julgado em 16/10/2012, ACÓRDÃO ELETRÔNICO DJe-224 DIVULG 13-11-2012 PUBLIC 14-11-2012)

## 262. FCC - Proc (TCM-RJ)/TCM-RJ/2015

Martha, ex-dirigente de uma Delegacia Regional de Ensino da Secretaria da Educação, requereu sua aposentadoria por tempo de serviço, pleiteando que fossem computados, em seu tempo de serviço, períodos de trabalho com contribuição ao regime geral da previdência, anteriores ao seu ingresso no serviço público, conforme lhe autorizaria a legislação estadual. Para tanto, juntou os documentos que entendeu pertinentes. Teve seu pedido deferido e sua aposentadoria foi publicada. Por ocasião do registro da aposentadoria no âmbito do Tribunal de Contas competente, foi identificado que a documentação juntada não atendia aos requisitos formais e materiais exigidos na legislação, razão pela qual o processo foi devolvido para revisão da decisão. O ato de concessão da aposentadoria foi revisto e a servidora foi intimada a voltar a ativa. Irresignada, pretende insurgir-se contra o ato, buscando sua reforma ou revisão, podendo, no caso,

**a) apresentar recurso administrativo na forma da legislação estadual que disciplina o processo administrativo, precedido de eventual pedido de reconsideração em face da decisão, caso a legislação estadual preveja essa hipótese.**

b) ajuizar uma Ação Popular, tendo em vista que procedimento de revisão administrativa de decisão que tenha concedido direito individual a servidor viola os princípios e garantias constitucionais.

c) apresentar Reclamação contra a conduta da autoridade do Tribunal de Contas, cuja competência é apenas formal, não cabendo ingressar na análise do atendimento dos requisitos materiais exigidos pela lei para contagem de tempo para fins de aposentadoria.

d) ajuizar ação judicial contra o Estado, com fundamento na responsabilidade objetiva por ato de seus agentes, tendo em vista que o deferimento da aposentadoria gerou expectativas e o desfazimento, prejuízos, cabendo conversão em perdas e danos.

e) impetrar Mandado de Segurança para desfazimento do ato da autoridade, discutindo, para tanto, todos os requisitos formais e materiais exigidos na legislação para aquisição do direito à aposentadoria, a fim de que situação semelhante não se repita com outros servidores.



## Comentários

Esta questão é respondida com [A JURISPRUDÊNCIA. Controle da administração. Controle do TCU.](#)

Súmula Vinculante 3

Nos processos perante o Tribunal de Contas da União asseguram-se o contraditório e a ampla defesa quando da decisão puder resultar anulação ou revogação de ato administrativo que beneficie o interessado, excetuada a apreciação da legalidade do ato de concessão inicial de aposentadoria, reforma e pensão.

### 263. FCC - Proc (TCM-RJ)/TCM-RJ/2015

Uma concessionária de serviço de distribuição de energia elétrica estava, em razão de atraso na recomposição de equilíbrio econômico-financeiro já reconhecido pelo poder concedente, com fluxo de caixa negativo, o que ocasionou inadimplência de muitos compromissos, especialmente trabalhistas. Para garantia de alguns débitos, foram penhorados bens imóveis afetados ao serviço concedido. Esses bens

a) têm natureza de bens públicos sujeitos ao regime jurídico de direito privado, porque penhoráveis, cabendo ao poder concedente zelar e providenciar o necessário para que a prestação do serviço público não seja interrompida.

**b) podem receber proteção do regime jurídico de direito público em razão de sua afetação à prestação de serviço público e, portanto, à concessão, mesmo pertencendo a pessoa jurídica de direito privado na condição de bens reversíveis.**

c) dependem de autorização legislativa para serem penhorados, porque consistem em bens públicos de uso especial, de modo que dependem de prévia desafetação.

d) têm natureza de bens privados dominicais, porque apesar de estarem afetados a prestação de um serviço público, pertencem a pessoa jurídica de direito privado.

e) pertencem, obrigatoriamente, por expressa disposição legal, ao poder concedente durante toda a vigência do contrato de concessão de serviço público, ficando registrados em nome do titular do serviço público, que deverá impugnar as penhoras como terceiro.

## Comentários

Esta questão é respondida com [A JURISPRUDÊNCIA. Bens públicos. Características dos bens públicos.](#)

“1. As Empresas Estatais – Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista – são dotadas de personalidade jurídica de direito privado e possuem regime híbrido, isto é, predominará o público ou o privado a depender da finalidade da estatal – se prestadora de serviço público ou exploradora de atividade econômica.



2. A ECT é empresa pública, é pessoa jurídica de direito privado, prestadora de serviço postal, de natureza pública e essencial (art. 21, X, da CF).

(...)

4. Diversamente daquelas Empresas Estatais exercentes de atividade econômica, que estão predominantemente sob o regime de direito privado, a EBCT está sob o domínio do regime público, dada a essencialidade e exclusividade do serviço postal prestado.

(...)

**6. Os bens da ECT estão sob o regime de direito público e diretamente ligados à atividade essencial, sendo insuscetíveis de quaisquer constrições que afetem a continuidade, a regularidade e a qualidade da prestação do serviço.**

7. A tutela aos bens, serviços e interesses da União, in casu, justifica-se pelo furto de bem da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT, razão, inclusive, pela qual foi atraída a competência da Justiça Federal, nos termos do art. 109, IV, da CF, dada a conexão entre os crimes principal (furto) e acessório (receptação dolosa).”

TRIBUTÁRIO. AGRAVO REGIMENTAL. EXECUÇÃO FISCAL. PÓLO PASSIVO OCUPADO POR CONCESSIONÁRIA DE SERVIÇO PÚBLICO. PENHORA DE IMÓVEIS. SUBSTITUIÇÃO DE IMÓVEIS POR VEÍCULOS. IMPOSSIBILIDADE. RAZOABILIDADE. ART. 678 DO CPC.

1. A aplicação dos arts. 10, 11 e 15 da Lei n. 6.830/80 e 656 do CPC deve ser feita com razoabilidade, especialmente quando está em jogo a consecução do interesse público primário (transporte), incidindo na espécie o art. 678 do CPC.

**2. Por isso, esta Corte Superior vem admitindo a penhora de bens de empresas públicas (em sentido lato) prestadoras de serviço público apenas se estes não estiverem afetados à consecução da atividade-fim (serviço público) ou se, ainda que afetados, a penhora não comprometer o desempenho da atividade. Essa lógica se aplica às empresas privadas que sejam concessionárias ou permissionárias de serviços públicos. Precedentes.**

3. O Tribunal de origem, soberano para avaliar o conjunto fático-probatório, considerou que eventual restrição sobre os bens indicados pela agravante comprometeria a prestação do serviço público, o que é suficiente para desautorizar sua penhora.

4. Agravo regimental não-provido.

(AgRg no REsp 1070735/RS, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 18/11/2008, DJe 15/12/2008)

## 264. FCC - Proc (TCM-RJ)/TCM-RJ/2015



O processo administrativo é informado por regras e princípios, assemelhando-se, neste ponto, ao processo judicial, mas com sensíveis distinções. No caso do processo administrativo disciplinar, há semelhanças ou distribuições ainda mais específicas, tais como:

I. O processo administrativo disciplinar, diferentemente do processo administrativo comum, não admite o indeferimento de provas consideradas impertinentes ou prescindíveis a elucidação dos fatos, tendo em vista ter potencial condenatório, independentemente do grau da pena.

II. O processo administrativo disciplinar admite o emprego da discricionariedade, nos moldes do que autoriza a legislação pertinente, quando, por exemplo, permite a opção por pena mais grave, desde que de forma fundamentada e coerente com o conjunto probatório dos autos, não sendo permitido que o Poder Judiciário reforme essa decisão no que concerne ao juízo de escolha de conveniência e oportunidade.

III. As nulidades no processo administrativo disciplinar, diferentemente do processo administrativo comum e do processo judicial, não são admitidas em nenhuma hipótese, sendo imperiosa a declaração das mesmas, em qualquer das fases do processo, mesmo que delas não decorra nenhum prejuízo à defesa do servidor.

Está correto o que se afirma APENAS em

- a) I e II.
- b) I e III.
- c) I.
- d) II.
- e) III.

## Comentários

Esta questão é respondida com **A DOCTRINA. Princípios e poderes da administração. Poder disciplinar.**

*Costuma-se dizer que o poder disciplinar é discricionário, o que deve ser entendido em seus devidos termos. A Administração não tem liberdade de escolha entre punir e não punir, pois, tendo conhecimento de falta praticada por servidor, tem necessariamente que instaurar o procedimento adequado para sua apuração e, se for o caso, aplicar a pena cabível. Não o fazendo, sem uma justificativa aceitável incide em crime de condescendência criminosa, previsto no artigo 320 do Código Penal e em improbidade administrativa, conforme artigo 11, inciso II, da Lei n.º 8.429, de 2-6-92. (Maria Sylvia Zanella Di Pietro)*

### **ITEM II**

## 265. FCC - Proc (TCM-RJ)/TCM-RJ/2015

O serviço de abastecimento e tratamento de água é prestado por empresa municipal delegatária em determinado Município, tendo em vista o reconhecimento, inclusive pelo Supremo Tribunal Federal, da titularidade do Município sobre o referido serviço



público. O Prefeito, entretanto, apresentou à delegatária uma lista de pessoas físicas às quais deveria ser concedida isenção do serviço. A conduta do Prefeito

a) é passível de responsabilização na esfera administrativa e, eventualmente, na esfera criminal, mas não se consubstanciou em ato de improbidade pois a mera solicitação, ainda que travestida de determinação, não causou danos ao erário público.

b) não é passível de responsabilização enquanto remanescer na esfera da solicitação, ainda que travestida de determinação, tendo em vista que é necessário o atendimento da ordem para que o ato seja lesivo e exteriorize tanto o dolo, quanto prejuízo ao erário público.

c) é passível de responsabilização por ato de improbidade, não sendo necessária a demonstração de dolo por parte do Prefeito, visto que a conduta é potencialmente lesiva a causar danos ao erário, o que é suficiente, neste caso, para tipificação de ato ímprobo.

d) não pode tipificar ato de improbidade ou ilícito civil, apenas infração administrativa, visto que seria necessária a concordância do representante legal da empresa para tipificação de conduta ímproba, ainda que não seja necessário demonstrar danos ao erário.

**e) é passível de tipificação como ato de improbidade, uma vez configurado o dolo, não sendo necessária a demonstração de danos ou prejuízo ao erário para configuração da modalidade que atenta contra os princípios da Administração.**

## Comentários

Esta questão é respondida com [A LETRA DA LEI. Improbidade administrativa. Aplicação da sanção.](#)

*Lei 8.429/1992 - Art. 21. A aplicação das sanções previstas nesta lei independe:*

***"I - da efetiva ocorrência de dano ao patrimônio público, salvo quanto à pena de ressarcimento;***

*II - da aprovação ou rejeição das contas pelo órgão de controle interno ou pelo Tribunal ou Conselho de Contas."*

### 266. FCC - Proc (TCM-RJ)/TCM-RJ/2015

Um servidor do TCM/RJ, ao tomar posse, cumpriu a exigência de apresentar a declaração dos bens e valores que compõem seu patrimônio. Todavia, restou constatado que o fez por meio de informações falsas. Nesse caso, nos termos da Lei nº 8.429/1992, cabe pena de

- a) suspensão de 15 dias
- b) suspensão de 30 dias.
- c) suspensão de 90 dias.
- d) exoneração.



e) demissão a bem do serviço público.

### Comentários

Esta questão é respondida com **A LETRA DA LEI. Improbidade administrativa. Pena de demissão.**

*Lei 8.429/1992:*

*Art. 13. A posse e o exercício de agente público ficam condicionados à apresentação de declaração dos bens e valores que compõem o seu patrimônio privado, a fim de ser arquivada no serviço de pessoal competente.*

*(...)*

**§ 3º Será punido com a pena de demissão, a bem do serviço público, sem prejuízo de outras sanções cabíveis, o agente público que se recusar a prestar declaração dos bens, dentro do prazo determinado, ou que a prestar falsa.**

### 267. FCC - Proc (TCM-RJ)/TCM-RJ/2015

Os contratos administrativos tem, em regra, o prazo de vigência atrelado ao prazo de execução do respectivo crédito orçamentário, o que, dessa forma, impede a prorrogação contratual e a vigência para além do prazo máximo fixado na Lei nº 8.666/1993. Os contratos privados da Administração pública, no entanto, admitem tanto disposições típicas de contrato administrativo quanto prorrogação automática, como nos casos de

a) hipoteca, que prescindem de autorização legislativa para gravar bens públicos dominicais e de uso especial, vedada apenas sua utilização sobre bens de uso comum do povo.

b) contrato de arrendamento de terras públicas, com dispensa de licitação, mas com prazo de vigência típico dos contratos de prestação de serviço contínuo.

c) permissão de uso de espaços públicos, que podem ser firmados por prazo indeterminado, mas podem exigir licitação.

**d) contratos de locação, que exigem licitação ou procedimento para contratação por dispensa de licitação, mas permitem sucessivas prorrogações do prazo de vigência, sem estarem limitados ao prazo máximo de sessenta meses.**

e) contrato de prestação de serviços contínuos, tais como limpeza e vigilância, que exigem prévia licitação, mas admitem prorrogação por igual prazo sucessiva e repetidas vezes, sem limite legal máximo, tal qual nos contratos de locação e arrendamento.

### Comentários

Esta questão é respondida com **A LETRA DA LEI. Contratos administrativos. Contratos de locação.**

*Lei 8.666/93 - Art. 62. O instrumento de contrato é obrigatório nos casos de concorrência e de tomada de preços, bem como nas dispensas e inexigibilidades cujos preços estejam compreendidos nos limites destas duas modalidades de licitação, e facultativo nos demais em que a Administração puder substituí-lo por outros instrumentos hábeis, tais como carta-*



contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra ou ordem de execução de serviço.

§ 3o Aplica-se o disposto nos arts. 55 e 58 a 61 desta Lei e demais normas gerais, no que couber:

I - aos contratos de seguro, de financiamento, **de locação em que o Poder Público seja locatário**, e aos demais cujo conteúdo seja regido, predominantemente, por norma de direito privado;

Não está o contrato de locação adstrito ao prazo do artigo 57, da Lei 8.666 conforme o artigo supramencionado.

Art. 57. A duração dos contratos regidos por esta Lei ficará adstrita à vigência dos respectivos créditos orçamentários, exceto quanto aos relativos:

I - aos projetos cujos produtos estejam contemplados nas metas estabelecidas no Plano Plurianual, os quais poderão ser prorrogados se houver interesse da Administração e desde que isso tenha sido previsto no ato convocatório;

II - **à prestação de serviços a serem executados de forma contínua, que poderão ter a sua duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a administração, limitada a sessenta meses;**  
(Redação dada pela Lei nº 9.648, de 1998)

## 268. FCC - Proc (TCM-RJ)/TCM-RJ/2015

O artigo 24, inciso VII, da Lei nº 8.666/1993, admite a contratação direta, com dispensa de licitação, “quando as propostas apresentadas consignarem preços manifestamente superiores aos praticados no mercado nacional, ou forem incompatíveis com os fixados pelos órgãos oficiais competentes...”, não obstante, numa licitação realizada pelo Regime Diferenciado de Contratações, seja viável, tal como já entendeu o Tribunal de Contas da União,

**a) autorizar, excepcionalmente, a divulgação do valor do orçamento público referencial antes do legalmente previsto, caso todas as propostas fiquem acima do preço máximo.**

b) a regra é inaplicável a esse regime, que tramita em segredo absoluto, tendo em vista que o orçamento é sigiloso, sendo necessário abrir nova licitação caso nenhum licitante alcance o valor máximo a que se dispõe a pagar a Administração.

c) é imprescindível manter o sigilo do valor do orçamento público até o fim da contratação, diferentemente do pregão, em que o valor é divulgado desde o início para facilitar a fase de lances.

d) por conveniência e oportunidade da Administração pública, é possível divulgar, desde a abertura, o valor do orçamento público, para que não sejam iniciadas licitações que resultem frustradas, com dispêndio inútil de tempo e recursos públicos.



e) o orçamento é fechado ao público, mas é passível de ser informado aos licitantes, embora esses não tenham conhecimento dos valores das propostas apresentadas pelos concorrentes.

## Comentários

Esta questão é respondida com [A JURISPRUDÊNCIA. Licitação. RDC.](#)

TCU – Acórdão 306/2013

"Nas licitações regidas pelo RDC é possível a abertura do sigilo do orçamento na fase de negociação de preços com o primeiro colocado, desde que em ato público e devidamente justificado".

### 269. FCC - Proc (TCM-RJ)/TCM-RJ/2015

O Tribunal de Contas competente recebeu denúncia de que determinado Prefeito estaria promovendo medidas que favoreceriam específico segmento da iniciativa privada, pugnando o requerente pela suspensão do suposto benefício e consequente responsabilização da autoridade. Foi apurado que, com a finalidade de instalar um distrito industrial em região bastante valorizada de determinado Município, o prefeito declarou de utilidade pública, para fins de desapropriação, uma área de grande dimensão, às margens de rodovia estadual cuja exploração se dava por meio de concessão de serviço público. O distrito industrial seria exclusivamente destinado ao segmento de tecnologia voltado ao setor agroindustrial, a fim de viabilizar o desenvolvimento de pesquisas e insumos para aumentar a produção e a rentabilidade das culturas locais. Considerando que a área não era abrangida pelo contrato de concessão referido, a atuação do Município poderia se consubstanciar em

a) limitação administrativa, pois restringirá o uso da área apenas ao setor de tecnologia aplicado à indústria agrícola, restringindo o potencial lucrativo dos particulares.

b) burla à lei de licitação, na medida em que a finalidade indicada pelo Poder Público não se enquadra em interesse público, sendo vedado destinar área pública ao setor industrial.

**c) atividade de fomento, cabendo ao Município garantir que a disponibilização das áreas se dará por meio de procedimento isonômico entre aqueles que atendam os requisitos necessários para integrar o distrito industrial.**

d) ocupação temporária, na medida em que o Prefeito disponibilizará para aqueles que atuem no setor agroindustrial áreas para instalação de atividades por determinado período de tempo, restituindo os terrenos ao Município ao final do prazo.

e) requisição de propriedade privada, visto que a área não será diretamente utilizada pelo Poder Público, somente o que autorizaria desapropriação, mas sim será destinada a particulares para atendimento do interesse público.

## Comentários



Esta questão é respondida com **A DOCTRINA. Intervenção do Estado na Propriedade privada. Intervenção no domínio econômico.**

*O fomento abrange a atividade administrativa de incentivo à iniciativa privada de utilidade pública. Fernando Andrade de Oliveira (RDA 120/14) indica as seguintes atividades como sendo de fomento:*

- a) auxílios financeiros ou subvenções, por conta dos orçamentos públicos;*
- b) financiamento, sob condições especiais, para a construção de hotéis e outras obras ligada ao desenvolvimento do turismo, para a organização e o funcionamento de indústrias relacionadas com a construção civil, e que tenham por fim a produção em larga escala de materiais aplicáveis na edificação de residências populares, concorrendo para seu barateamento;*
- c) favores fiscais que estimulem atividades consideradas particularmente benéficas ao progresso material do país;*
- d) desapropriações que favoreçam entidades privadas sem fins lucrativos, que realizem atividades úteis à coletividade, como os clubes desportivos e as instituições beneficentes. (Maria Sylvia Zanella Di Pietro, 2018)*

### 3.10 – ANÁLISE PROVA PROC. MANAUS PREV 2015

#### 270. FCC - Proc A (MANAUSPREV)/MANAUSPREV/2015

A publicidade e a transparência permitem o acompanhamento e a participação dos administrados na gestão pública, o que é convergente com os princípios do Estado Democrático de Direito. Em razão disso

- a) preterem o princípio da legalidade, de modo que não pode haver expressa previsão de lei afastando a publicidade ou a transparência. b) podem ser considerados princípios absolutos, em especial em razão da positivação da transparência, não podendo ser afastados.
- c) representam medida de controle externo da Administração direta, vedada sua aplicação às empresas estatais.
- d) permitem aos administrados o controle e revisão da atuação da Administração, desde que de forma indireta.
- e) se prestam não só a garantir a participação dos administrados, como viabilizar que seja feito controle direto ou indireto da gestão.**

#### Comentários

Esta questão é respondida com **A DOCTRINA. Princípios e poderes da administração. Princípio da publicidade.**

A **transparência pública** depende da implementação do direito fundamental à informação previsto no art. 5.º, XXXIII, da CRFB, segundo o qual "todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado". 21 No âmbito



*infraconstitucional, o direito à informação foi regulamentado pela Lei 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação – LAI), cujo art. 3.º elenca as seguintes diretrizes:*

- a) observância da publicidade como preceito geral e do sigilo como exceção;*
- b) divulgação de informações de interesse público, independentemente de solicitações;*
- c) utilização de meios de comunicação viabilizados pela tecnologia da informação;*
- d) fomento ao desenvolvimento da cultura de transparência na Administração Pública; e*
- e) desenvolvimento do controle social da Administração Pública.*

*Qualquer interessado, devidamente identificado, independentemente de motivação, pode solicitar as informações de interesse público perante as entidades públicas ou privadas (arts. 1.º, 2.º e 10 da LAI). A regra do acesso à informação é excepcionada em duas hipóteses: informações classificadas como sigilosas, consideradas imprescindíveis à segurança da sociedade ou do Estado (art. 23 da LAI); (Rafael Carvalho, 2018)*

## 271. FCC - Proc A (MANAUSPREV)/MANAUSPREV/2015

As regras vigentes sobre serviços aéreos impuseram limites, condições e detalhamento para desempenho das atividades antes definidas exclusivamente pela Administração pública direta. O modelo de criação de um ente, com capacidade técnica específica para disciplina do setor, tais como horários de voos, tarifas etc., é expressão do modelo

- a) regulatório, atribuído à agência reguladora, à qual ficou atribuída a discricionariedade técnica que antes era incumbência da Administração direta.**
- b) regulatório, atribuído à uma agência executiva, cujos dirigentes possuem independência e discricionariedade técnica para administração do setor.
- c) arbitral, atribuído a uma autarquia, que passa a solucionar as divergências e controvérsias do setor, conferindo maior agilidade e confiabilidade à execução dos contratos.
- d) descentralizador, que implica a criação de um ente, na maioria das vezes, autarquias, para transferência da titularidade e execução dos serviços públicos de competência dos entes federados.
- e) de terceirização, na medida em que se insere uma terceira pessoa jurídica na relação antes exclusiva entre o titular do serviço público e as concessionárias do serviço público.

### Comentários

Esta questão é respondida com **A DOCTRINA. Organização da administração. Agências reguladoras.**

*As agências reguladoras são autarquias com regime jurídico especial, dotadas de autonomia reforçada em relação ao Ente central, tendo em vista dois fundamentos principais:*

- a) despolitização (ou "desgovernamentalização"), conferindo tratamento técnico e maior segurança jurídica ao setor regulado; e*
- b) necessidade de celeridade na regulação de determinadas atividades técnicas. (Rafael Carvalho. 2018)*



*Elas estão sendo criadas como autarquias de regime especial. Sendo autarquias, sujeitam-se às normas constitucionais que disciplinam esse tipo de entidade; o regime especial vem definido nas respectivas leis instituidoras, dizendo respeito, em regra, à maior autonomia em relação à Administração Direta; à estabilidade de seus dirigentes, garantida pelo exercício de mandato fixo, que eles somente podem perder nas hipóteses expressamente previstas, afastada a possibilidade de exoneração ad nutum; ao caráter final das suas decisões, que não são passíveis de apreciação por outros órgãos ou entidades da Administração Pública. (Maria Sylvia Zanella Di Pietro, 2018).*

## 272. FCC - Proc A (MANAUSPREV)/MANAUSPREV/2015

O Tabelionato de Notas de um determinado município procedeu ao reconhecimento de firma de uma procuração que outorgava poderes para alienação de um imóvel. Apurou-se, posteriormente, que a assinatura era falsa e que a procuração fora efetivamente utilizada no processo de alienação, lesando o real titular do domínio do bem. Diante desse cenário, afigura-se como solução coerente com o ordenamento jurídico a

- a) responsabilização pessoal do funcionário que reconheceu a firma, eximindo-se o Tabelião e o Estado do dever de indenização aos prejudicados, salvo se comprovado dolo.
- b) responsabilização subjetiva do delegatário do serviço público prestado, mediante comprovação de culpa, tendo em vista que o regime privado do serviço afasta qualquer pretensão indenizatória em face do Tabelião ou do Estado.
- c) responsabilidade objetiva pura do Tabelião e a responsabilidade subjetiva do Estado, que só responde subsidiariamente mediante a comprovação de dolo ou culpa.
- d) responsabilização objetiva do Estado, em decorrência da atividade notarial, exercida por meio de delegação do Poder Público, sem prejuízo do direito de regresso em face do causador dos danos.**
- e) responsabilidade objetiva do delegatário do serviço público e a responsabilidade subjetiva do funcionário que reconheceu a firma, sem prejuízo do direito de regresso em face do Estado.

### Comentários

Esta questão é respondida com [A JURISPRUDÊNCIA. Responsabilidade civil do Estado. Responsabilidade civil dos tabeliães e registradores.](#)

O Estado responde, objetivamente, pelos atos dos tabeliães e registradores oficiais que, no exercício de suas funções, causem dano a terceiros, assentado o dever de regresso contra o responsável, nos casos de dolo ou culpa, sob pena de improbidade administrativa.

STF. Plenário. RE 842846/RJ, Rel. Min. Luiz Fux, julgado em 27/2/2019 (repercussão geral) (Info 932).



### 273. FCC - Proc A (MANAUSPREV)/MANAUSPREV/2015

O Poder Público celebrou, mediante regular licitação, contrato de concessão para exploração de serviço público rodoviário, precedido de obra pública, qual seja, duplicação da via, regido pela Lei n.º 8.987/95. O consórcio vencedor da licitação obteve financiamento para a fase de implantação junto a instituição financeira pública oficial, que oferecia condições mais vantajosas para obras de infraestrutura viária. As condições de obtenção do financiamento

- a) acarretam publicização do investimento, alterando o regime da prestação dos serviços, tendo em vista que o capital financiador das obras também é proveniente do setor público.
- b) interferem nas condições contratuais da concessão, posto que a obtenção de juros mais vantajosos ensejam a necessidade de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato em favor do poder concedente.
- c) ensejam a alteração da natureza jurídica do financiamento, que passa a constituir aporte proveniente do poder concedente.
- d) impõe ao consórcio, em suas relações jurídicas internas e externas, a adoção do regime jurídico de direito público, na medida em que o capital social das empresas que o constituem passa a contar com participação do poder público.
- e) mantêm inalteradas as condições e o equilíbrio econômico financeiro do contrato, tendo em vista que o financiamento por instituição financeira pública não altera a natureza ou o regime jurídico dos investimentos, que remanesçam privados.**

### Comentários

Esta questão é respondida com [A LETRA DA LEI. Serviços públicos. Concessão de serviço público.](#)

*Lei 8.987/95 - Art. 31. Incumbe à concessionária:*

(...)

*Parágrafo único. As contratações, inclusive de mão-de-obra, feitas pela concessionária serão **regidas pelas disposições de direito privado** e pela legislação trabalhista, não se estabelecendo qualquer relação entre os terceiros contratados pela concessionária e o poder concedente.*

### 274. FCC - Proc A (MANAUSPREV)/MANAUSPREV/2015

Uma empresa privada sagrou-se vencedora numa licitação para contratação de exploração de serviço de transporte urbano. Celebrado o contrato, viu-se obrigada a contratar mais pessoal para cobrir a demanda das novas atividades. Essa contratação



- a) deve ser feita mediante prévio concurso público, tendo em vista que a delegação do serviço público obriga a concessionária a se submeter aos princípios informativos da atuação da Administração pública.
- b) exige que os servidores contratados se submetam ao regime jurídico de direito público, como funcionários públicos estatutários, já que a remuneração dos serviços se dará com as receitas oriundas da cobrança de tarifa dos usuários do serviço público concedido.
- c) não sofre interferência das normas de direito público que regem as relações de pessoal na Administração pública, vez que a concessionária, pessoa jurídica de direito privado, remanesce submetida ao regime jurídico de direito privado.**
- d) não sofre ingerência dos princípios que regem a Administração pública, porque não obstante tenha recebido a titularidade do serviço público, sua execução continua submetida ao regime jurídico de direito privado.
- e) depende de autorização do poder concedente e por ele passará a ser regulada, na medida em que serão destacados para desenvolvimento das atividades afetas a execução do serviço público concedido.

## Comentários

Esta questão é respondida com [A LETRA DA LEI. Serviços públicos. Concessão de serviço público.](#)

*Lei 8.987/95 - Art. 31. Incumbe à concessionária:*

(...)

*Parágrafo único. As contratações, inclusive de mão-de-obra, feitas pela concessionária serão regidas pelas disposições de direito privado e pela legislação trabalhista, não se estabelecendo qualquer relação entre os terceiros contratados pela concessionária e o poder concedente.*

### 275. FCC - Proc A (MANAUSPREV)/MANAUSPREV/2015

Em um contrato de concessão patrocinada, a concessionária ficou incumbida da aquisição, inclusive por meio de desapropriação, de bens imóveis para instalação de equipamentos e unidades administrativas. Esses bens

- a) não obstante revertam ao poder concedente ao fim da concessão, são qualificados como bens dominicais enquanto permanecerem na titularidade da concessionária de serviço público.
- b) revertem ao poder concedente mediante prévia indenização, podendo ser qualificados como bens de uso comum do povo, tendo em vista que se consubstanciam em substrato material para a prestação de serviços públicos disponíveis a todos os administrados.



**c) reverterem ao poder concedente ao fim da concessão, porque atrelados ao serviço público, podendo ser qualificados como bens de uso especial enquanto mantiverem aquela afetação.**

d) não reverterem ao poder concedente, posto que não podem ser adquiridos pela concessionária em seu nome, que fica legalmente obrigada a transferir ao poder público todos os bens adquiridos ao longo da vigência do contrato de concessão, porque constituem bens de uso comum do povo.

e) podem reverter ao poder concedente ao fim da concessão, quando serão qualificados como bens de uso especial, ou remanescer na titularidade da então concessionária, cabendo ao destinatário dos bens indenizar a outra parte pelo valor de mercado daqueles.

## Comentários

Esta questão é respondida com [A LETRA DA LEI. Serviços públicos. Concessão de serviços públicos.](#)

*Lei 8.987/1995*

*Art. 35, § 1.º - Extinta a concessão, retornam ao poder concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios transferidos ao concessionário conforme previsto no edital e estabelecido no contrato.*

*§2.º - Extinta a concessão, haverá imediata assunção do serviço pelo poder concedente, procedendo-se aos levantamentos, avaliações e liquidações necessários.*

*Art. 36. A reversão no advento do termo contratual far-se-á com a indenização das parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido.*

### 276. FCC - Proc A (MANAUSPREV)/MANAUSPREV/2015

O Estado do Amazonas licitou uma parceria público-privada para construção e gestão de uma unidade prisional de regime semiaberto. Nesse caso, considerando as modalidades de parcerias, público-privadas e as características das atividades transferidas ao privado, é correto afirmar que se trata de uma concessão

a) administrativa, tendo em vista que agrega ao objeto do contrato a realização de obras, somada à delegação do poder normativo e disciplinar.

b) patrocinada, considerando que só essa modalidade se adequa à gestão de uma unidade prisional, porque obrigatoriamente implica na delegação de poder de polícia, poder normativo e poder disciplinar, somada à cobrança de tarifa do poder concedente.

c) comum, considerando que só essa modalidade implica na exploração do equipamento público após a conclusão de obra civil, mediante remuneração por meio de contraprestação paga pelo poder concedente e outorga de poder hierárquico.



**d) administrativa, que agrega a realização de obras de construção à gestão da unidade, excetuados os aspectos normativos e sancionatórios do poder de polícia, que não podem ser delegados ao privado.**

e) patrocinada, que permite a delegação de alguns aspectos do poder de polícia, do poder disciplinar e do poder normativo, além da remuneração por meio de contraprestação paga pelo poder concedente, vedada qualquer obtenção de receita diretamente pela concessionária.

### Comentários

Esta questão é respondida com [A LETRA DA LEI. Serviços públicos. PPP.](#)

*Lei 11.079/2004 - Art. 2º Parceria público-privada é o contrato administrativo de concessão, na modalidade patrocinada ou administrativa.*

*§ 2º Concessão administrativa é o contrato de prestação de serviços de que a Administração Pública seja a usuária direta ou indireta, ainda que envolva execução de obra ou fornecimento e instalação de bens.*

### 277. FCC - Proc A (MANAUSPREV)/MANAUSPREV/2015

Considere que os municípios de região metropolitana de determinado Estado, em consenso com o Estado do qual fazem parte, bem como com a União, pretendem buscar uma solução integrada para a questão de saneamento e seus impactos ambientais em seus limites territoriais, tendo em vista que a questão envolve competências de todos os entes. Para tanto, podem

a) criar uma empresa pública com natureza jurídica de direito público, com participação societária de todos os envolvidos, proporcionalmente ao envolvimento no projeto, a fim de desenvolver as atividades necessárias à implantação do projeto.

**b) constituir um consórcio público, por meio de contrato que seja precedido de protocolo de intenções onde constem as condições e detalhamento das atividades desenvolvidas pelo ente, inclusive gestão associada dos serviços.**

c) firmar um protocolo de intenções por meio do qual deleguem uns aos outros as competências constitucionais envolvidas na execução do projeto.

d) encaminhar projetos de lei para suas respectivas esferas legislativas, para obtenção de autorização para criação de autarquia plurifederada, constituída para exercício das competências dos diversos entes envolvidos no projeto, dos quais será delegatária.

e) firmar contrato de gestão, para exercício associado das competências constitucionais que lhes foram atribuídas, não sendo necessária a criação de pessoa jurídica específica para tanto.

### Comentários

Esta questão é respondida com [A LETRA DA LEI. Serviços públicos. Consórcios públicos.](#)



*Lei 11107/05 - Art. 1º Esta Lei dispõe sobre normas gerais para a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios contratarem consórcios públicos para a realização de objetivos de interesse comum e dá outras providências.*

*§ 2º A União somente participará de consórcios públicos em que também façam parte todos os Estados em cujos territórios estejam situados os Municípios consorciados.*

*Art. 3º O consórcio público será constituído por contrato cuja celebração dependerá da prévia subscrição de protocolo de intenções.*

*Art. 4º São cláusulas necessárias do protocolo de intenções as que estabeleçam:*

*XI – a autorização para a gestão associada de serviços públicos, explicitando:*

*b) os serviços públicos objeto da gestão associada e a área em que serão prestados;*

*d) as condições a que deve obedecer o contrato de programa, no caso de a gestão associada envolver também a prestação de serviços por órgão ou entidade de um dos entes da Federação consorciados;*

## 278. FCC - Proc A (MANAUSPREV)/MANAUSPREV/2015

Dentre os mecanismos postos à disposição dos administrados para controle da Administração pública estão o mandado de segurança e a ação civil pública. A propósito desses instrumentos, é correto afirmar que

a) o mandado de segurança se presta à proteção do erário público, possibilitando aos administrados o desfazimento de atos lesivos ao patrimônio público praticados por agentes públicos configurem ou não ato de improbidade.

b) a ação civil pública possibilita o proferimento de decisão mandamental ou condenatória, vedada a imposição de condenação pecuniária.

**c) a interposição de ação civil pública pode ser aplicada para a desocupação de unidades de conservação, como medida de proteção ao patrimônio ambiental, sendo possível, inclusive, a imposição de multa e condenação pelos danos causados.**

d) o mandado de segurança individual ou coletivo pode ser impetrado pelos legitimados expressamente listados na lei e visam à tutela jurisdicional do patrimônio público.

e) a ação civil pública pode ser ajuizada por qualquer cidadão e se destina à tutela dos direitos individuais e coletivos, desde que de comprovação líquida e certa.

## Comentários

Esta questão é respondida com [A LETRA DA LEI. Controle da administração. Ação civil pública.](#)

*Lei 7.347/85 - Art. 1º Regem-se pelas disposições desta Lei, sem prejuízo da ação popular, as ações de responsabilidade por danos morais e patrimoniais causados:*

*I - ao meio-ambiente;*

*Art. 3º A ação civil poderá ter por objeto a condenação em dinheiro ou o cumprimento de obrigação de fazer ou não fazer.*

## 279. FCC - Proc A (MANAUSPREV)/MANAUSPREV/2015



Determinado Estado da Federação criou uma autarquia previdenciária para reger e disciplinar as questões previdenciárias no Estado. De acordo com alguns levantamentos e estudos promovidos no âmbito da autarquia, foi identificada significativa demanda para concessão de aposentadoria antecipada para servidores que residissem a mais de 30 km de distância de seus locais de trabalho. Para tanto, a contagem do tempo de serviço deveria abranger o tempo de deslocamento, o que reduziria a contagem cronológica da pretensão aquisitiva. A autarquia, assim, encaminhou à Assembleia Legislativa proposta de edição de lei para inserir esse pleito na disciplina legal dos servidores. A proposta

a) não pode ser acatada por possuir vício de iniciativa, vez que somente o Executivo Estadual poderia reduzir o tempo de serviço necessário para a aposentadoria voluntária.

**b) possui vício de inconstitucionalidade, visto que não é competência Estadual a alteração das regras sobre aposentadoria por tempo de serviço.**

c) pode ser acatada se for sancionada pelo Chefe do Executivo Estadual e desde que não seja extensiva aos servidores ocupantes de cargo em comissão.

d) é condizente com o poder normativo originário inerente às atividades da Administração, desde que não implique alteração do valor dos proventos.

e) é inconstitucional, na medida em que a competência do Executivo para alteração de normas relativas a servidores públicos se restringe a edição de decretos autônomos para criação de cargos e alteração do regime remuneratório.

### Comentários

Esta questão é respondida com [A JURISPRUDÊNCIA. Servidores públicos. Aposentadoria.](#)

Ementa: CONSTITUCIONAL. MANDADO DE INJUNÇÃO. APOSENTADORIA ESPECIAL. SERVIDORES PÚBLICOS ESTADUAIS E MUNICIPAIS. DECISÃO QUE CONCEDE A ORDEM PARA DETERMINAR QUE A AUTORIDADE ADMINISTRATIVA COMPETENTE ANALISE A SITUAÇÃO FÁTICA DO IMPETRANTE À LUZ DO ART. 57 DA LEI 8.213/1991. AGRAVO REGIMENTAL DA UNIÃO. ALEGAÇÃO DE ILEGITIMIDADE PASSIVA DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA E DE INCOMPETÊNCIA DA UNIÃO PARA LEGISLAR SOBRE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS ESTADUAIS E MUNICIPAIS. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO. **A Corte firmou entendimento no sentido de que a competência concorrente para legislar sobre previdência dos servidores públicos não afasta a necessidade da edição de norma regulamentadora de caráter nacional, cuja competência é da União. Por esse motivo, a Corte assentou a legitimidade do Presidente da República para figurar no polo passivo de mandado de injunção sobre esse tema. Precedentes.** Agravo regimental desprovido.

(MI 1898 AgR, Relator(a): Min. JOAQUIM BARBOSA, Tribunal Pleno, julgado em



16/05/2012, ACÓRDÃO ELETRÔNICO DJe-107 DIVULG 31-05-2012 PUBLIC 01-06-2012)

## 280. FCC - Proc A (MANAUSPREV)/MANAUSPREV/2015

Um Estado da Federação contratou, após prévia licitação pela Lei n o 8.666/93, a construção de um hospital para atender demanda ambulatorial, de maternidade, emergência e algumas outras especialidades. Faltando pouco mais de 5% (cinco por cento) para a conclusão das obras, a construtora contratada paralisou completamente os trabalhos e, adotadas todas as providências cabíveis, ficou constatada a impossibilidade de retornarem aos trabalhos. A Administração, dentre as alternativas legalmente cabíveis,

**a) poderá formalizar contratação direta com o segundo colocado na licitação realizada, com dispensa de licitação, desde que observadas as condições da proposta vencedora.**

b) deverá concluir diretamente a obra, diante da vedação para contratação direta e em razão da urgência da inauguração do hospital, não sendo possível aguardar novo procedimento de licitação.

c) deverá ajuizar medida judicial para obrigar a contratada a concluir a obra, tendo em vista que esta não pode rescindir unilateralmente o contrato.

d) deverá rescindir o contrato e realizar contratação emergencial com outra empresa.

e) deverá realizar contratação com inexigibilidade de licitação, com fundamento em situação emergencial, ante a impossibilidade de aguardar a conclusão de novo procedimento de licitação.

## Comentários

Esta questão é respondida com **A LETRA DA LEI. Licitação. Dispensa de licitação.**

*Lei 8.666/93 - Art. 24. É dispensável a licitação:*

*XI - na contratação de remanescente de obra, serviço ou fornecimento, em consequência de rescisão contratual, desde que atendida a ordem de classificação da licitação anterior e aceitas as mesmas condições oferecidas pelo licitante vencedor, inclusive quanto ao preço, devidamente corrigido;*

## 281. FCC - Proc A (MANAUSPREV)/MANAUSPREV/2015

O regime diferenciado de contratações foi instituído no ordenamento jurídico brasileiro pela Lei n 12.462/2011 e, além de ter suscitado muitos questionamentos, introduziu sensíveis distinções em relação ao modelo tradicional, regido pela Lei n o 8.666/93.

Destacam-se, dentre essas diferenças,



- a) a possibilidade de licitação sem que a Administração pública contratante elabore o projeto básico e o projeto executivo antes da abertura do certame, podendo fazê-lo na fase posterior à homologação do certame, quando deverá confeccioná-los e entregá-los ao vencedor da licitação.
- b) a obrigatoriedade do vencedor do certame ser o responsável pela confecção dos projetos básico e executivo, bem como pela realização da obra, restringindo-se, nessa hipótese, o critério de julgamento do certame ao tipo menor preço.
- c) a prescindibilidade de realização de projeto básico para todas as modalidades de contratação previstas na Lei n.º 12.462/2011, bastando ao contratado que confeccione o projeto executivo com base nas informações trazidas pela Administração pública.
- d) a proibição de participação no certame para a realização das obras à mesma empresa vencedora da licitação para confecção dos projetos básico e executivo, salvo se comprovar que seria hipótese de inexigibilidade de licitação.
- e) a possibilidade, nos casos de objeto que envolva inovação tecnológica, de utilização da modalidade contratação integrada, com dispensa de elaboração de projeto básico para abertura do certame.**

## Comentários

Esta questão é respondida com **A LETRA DA LEI. Licitação. RDC.**

*Lei 12.462/2011 - Art. 9º Nas licitações de obras e serviços de engenharia, no âmbito do RDC, poderá ser utilizada a contratação integrada, desde que técnica e economicamente justificada e cujo objeto envolva, pelo menos, uma das seguintes condições: (Redação dada pela Lei nº 12.980, de 2014)*

*I - inovação tecnológica ou técnica; (Incluído pela Lei nº 12.980, de 2014)*

*§ 1º A contratação integrada compreende a elaboração e o desenvolvimento dos projetos básico e executivo, a execução de obras e serviços de engenharia, a montagem, a realização de testes, a pré-operação e todas as demais operações necessárias e suficientes para a entrega final do objeto.*

### 282. FCC - Proc A (MANAUSPREV)/MANAUSPREV/2015

Um município litorâneo é proprietário de uma gleba de grande extensão e pretende dar a ela alguma destinação de interesse público. Identificando a necessidade de ampliar a oferta de empregos e de ingresso de receitas, pretende instalar no local um pólo tecnológico para atrair empresas do setor para a região. Para tanto, irá conceder o uso, gratuito, de lotes da área para as empresas que atendam os requisitos do setor. O projeto

- a) é expressão de atividade de fomento estatal, sendo possível sua implantação, o que pode recomendar a realização de licitação para escolha dos beneficiários, conforme o universo de interessados.**



- b) configura intervenção do Estado no domínio econômico, o que somente pode ser viabilizado por meio da criação de empresas estatais cujo objeto social seja a atuação no setor de tecnologia.
- c) possui amparo no ordenamento jurídico em vigor, pois configura hipótese de inexigibilidade de licitação, tendo em vista que a outorga de concessão de uso prescinde de prévia realização de certame.
- d) excede as atividades regulares de atuação do Estado em atividades econômicas, sendo possível, no entanto, a alienação onerosa do terreno com dispensa de licitação.
- e) depende de autorização legislativa e licitação, tendo em vista que implica em transferência dominial do terreno, sendo vedada, portanto, a outorga gratuita.

### Comentários

Esta questão é respondida com [A DOCTRINA. Intervenção do Estado na Propriedade. Atividade de fomento.](#)

*O fomento abrange a atividade administrativa de incentivo à iniciativa privada de utilidade pública. Fernando Andrade de Oliveira (RDA 120/14) indica as seguintes atividades como sendo de fomento:*

- a) auxílios financeiros ou subvenções, por conta dos orçamentos públicos;*
- b) financiamento, sob condições especiais, para a construção de hotéis e outras obras ligada ao desenvolvimento do turismo, para a organização e o funcionamento de indústrias relacionadas com a construção civil, e que tenham por fim a produção em larga escala de materiais aplicáveis na edificação de residências populares, concorrendo para seu barateamento;*
- c) favores fiscais que estimulem atividades consideradas particularmente benéficas ao progresso material do país;*
- d) desapropriações que favoreçam entidades privadas sem fins lucrativos, que realizem atividades úteis à coletividade, como os clubes desportivos e as instituições beneficentes. (Maria Sylvia Zanella Di Pietro, 2018)*

### 283. FCC - Proc A (MANAUSPREV)/MANAUSPREV/2015

A empresa estatal delegatária dos serviços de transporte metroviário está executando obras de prolongamento de uma das linhas urbanas. Durante a fase de execução de obras, além das áreas que serão efetivamente utilizadas pelo modal de transporte, são necessários canteiros de obras. Considerando que esses canteiros de obras perdem sua utilidade após a conclusão das obras, o instrumento mais adequado para ser utilizado pelo Poder Público para essa finalidade é a

- a) desapropriação, pois é facultado, ao término das obras, oferecer a área utilizada para ser adquirida pelo expropriado com sensível desconto no valor de mercado.
- b) ocupação temporária, que permite a utilização dos terrenos mediante pagamento de indenização compatível com o tempo em que vigorar a restrição.**



- c) servidão administrativa, que se consubstancia em restrição à propriedade, permitindo que o proprietário continue utilizando a área.
- d) limitação administrativa, que obriga os proprietários a disponibilizarem, gratuitamente, seus terrenos para viabilizar obras públicas essenciais.
- e) requisição administrativa, que obriga os proprietários a disponibilizarem, gratuitamente e por tempo indeterminado, seus terrenos para dar suporte a áreas públicas.

### Comentários

Esta questão é respondida com **A LETRA DA LEI. Intervenção do Estado na Propriedade privada. Ocupação temporária.**

*Dec-Lei 3.365/41 - Art. 36. É permitida a ocupação temporária, que será indenizada, afinal, por ação própria, de terrenos não edificadas, vizinhos às obras e necessários à sua realização.*

*Ocupação temporária é a forma de intervenção pela qual o Poder Público usa transitoriamente imóveis privados, como meio de apoio à execução de obras e serviços públicos. (José dos Santos Carvalho Filho, 2018).*

## 3.11 – ANÁLISE PROVA PGM CUIABÁ 2014

### 284. FCC - Proc (Cuiabá)/Pref Cuiabá/2014

Desenvolvida em fins do século XIX e início do século XX, essa corrente doutrinária, inspirada na jurisprudência do Conselho de Estado francês, era capitaneada pelos doutrinadores franceses Léon Duguit e Gaston Jèze, os quais buscavam, no dizer de Odete Medauar, “deslocar o poder de foco de atenção dos publicistas, partindo da ideia de necessidade e explicando a gestão pública como resposta às necessidades da vida coletiva” (O Direito Administrativo em Evolução, 2003:37). Estamos nos referindo à Escola

- a) da Administração Social.
- b) da Administração Gerencial.
- c) do Serviço Público.**
- d) da Potestade Pública.
- e) Pandectista.

### Comentários

Esta questão é respondida com **A DOCTRINA. Serviços públicos. Escola do serviço público.**



A Escola do Serviço público, foi uma das primeiras tentativas de estabelecer critérios definitivos do tema, sendo liderada por Leon Duguit, o qual entendia que serviço público era uma atividade ou organização, no sentido mais amplo, elencando todas as funções estatais.

*Outro critério adotado foi o do serviço público. Formou-se na França a chamada Escola do Serviço Público, integrada, entre outros, por Duguit, Jèze e Bonnard. Inspirou-se na jurisprudência do Conselho de Estado francês que, a partir do caso Blanco, decidido em 1873, passou a fixar a competência dos Tribunais Administrativos em função da execução de serviços públicos. Essa escola acabou por ganhar grande relevo, pelo fato de ter o Estado-providência assumido inúmeros encargos que, antes atribuídos ao particular, passaram a integrar o conceito de serviço público. (Maria Sylvia Zanella Di Pietro, 2018)*

#### 285. FCC - Proc (Cuiabá)/Pref Cuiabá/2014

Motivação aliunde é

- a) motivação baseada em afirmações falsas.
- b) sinônimo de motivação obiter dictum.
- c) motivação omissa, capaz de gerar a nulidade do ato administrativo.
- d) sinônimo de ratio decidendi, nos processos administrativos.
- e) fundamentação por remissão àquela constante em ato precedente.**

#### Comentários

Esta questão é respondida com [A DOCTRINA. Atos administrativos. Motivação aliunde.](#)

*Admite-se, aqui, a denominada motivação aliunde ou per relationem, ou seja, quando a motivação do ato resume-se à concordância com os fundamentos apresentados em manifestações ou atos anteriores, na forma do art. 50, § 1.º, da Lei 9.784/1999 (ex.: decisão administrativa que faz expressa referência à concordância com as conclusões do parecer emitido pelo órgão técnico). (Rafael Carvalho, 2018).*

#### 286. FCC - Proc (Cuiabá)/Pref Cuiabá/2014

Trata-se de ato administrativo unilateral de natureza discricionária, pelo qual se exerce o controle a priori ou a posteriori de outro ato administrativo. Estamos nos referindo à

- a) licença.
- b) homologação.
- c) autorização.
- d) aprovação.**
- e) admissão.

#### Comentários

Esta questão é respondida com [A DOCTRINA. Atos administrativos. Aprovação.](#)



A aprovação é o ato administrativo discricionário que controla, preventiva ou repressivamente, outro ato administrativo (ex.: aprovação de projeto para execução de uma obra). A autoridade competente aprova a edição de determinado ato (controle prévio) ou concorda com o conteúdo do ato já editado (controle posterior). (Rafael Carvalho, 2018).

### 287. FCC - Proc (Cuiabá)/Pref Cuiabá/2014

Acerca do poder normativo da Administração Pública, é correto afirmar:

- a) Os chamados regulamentos executivos não existem no Direito Brasileiro, que somente admite os chamados regulamentos autorizados ou delegados.
- b) É exercido por meio de decretos regulamentares, resoluções, portarias e outros atos dotados de natureza normativa primária.
- c) Não se confunde com o poder regulamentar, pois ambos têm natureza jurídica distinta.
- d) Compete ao Congresso Nacional sustar atos normativos dos demais Poderes que exorbitem do poder regulamentar ou dos limites de delegação legislativa.
- e) **Nem toda lei depende de regulamento para ser executada, mas toda e qualquer lei pode ser regulamentada se o Executivo julgar conveniente fazê-lo.**

### Comentários

Esta questão é respondida com [A CF/1988. Princípios e poderes da administração. Poder regulamentar.](#)

De fato, não todas as leis dependem de prévia regulamentação, mas todas as leis podem ser regulamentadas se o Chefe do poder executivo julgar conveniente fazê-lo.

*Art. 84. Compete privativamente ao Presidente da República:*

*I - nomear e exonerar os Ministros de Estado;*

*II - exercer, com o auxílio dos Ministros de Estado, a direção superior da administração federal;*

*III - iniciar o processo legislativo, na forma e nos casos previstos nesta Constituição;*

*IV - sancionar, promulgar e fazer publicar as leis, bem como expedir decretos e regulamentos para sua fiel execução;*

### 288. FCC - Proc (Cuiabá)/Pref Cuiabá/2014

Observe as seguintes características, no tocante a determinadas entidades da Administração Indireta:

- I. sua criação deve ser autorizada por lei específica.
- II. a contratação de seus servidores deve ser feita por concurso público, porém, eles não titularizam cargo público e tampouco fazem jus à estabilidade prevista no art. 41 da Constituição Federal de 1988.



III. seus servidores estão sujeitos à proibição de acumulação de cargos, empregos e funções públicas, com as exceções admitidas pela Constituição; porém, nem sempre é aplicável a essas entidades a regra do teto remuneratório.

Estamos nos referindo às

- a) **empresas públicas e às sociedades de economia mista.**
- b) autarquias e às sociedades de economia mista.
- c) fundações governamentais e às empresas públicas.
- d) sociedades de economia mista e aos consórcios públicos.
- e) agências e às empresas públicas.

### Comentários

Esta questão é respondida com [A CF/1988. Organização da administração. Empresas públicas e sociedades de economia mista.](#)

*art. 37, XIX - Somente por **lei específica** poderá ser criada autarquia e autorizada a instituição de empresa pública, de sociedade de economia mista e de fundação, cabendo à lei complementar, neste último caso, definir as áreas de sua atuação.*

*Lei 13.303/2016 - Art. 3º **Empresa pública** é a entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado, com criação autorizada por lei e com patrimônio próprio, cujo capital social é integralmente detido pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal ou pelos Municípios.*

*Art. 4º **Sociedade de economia mista** é a entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado, com criação autorizada por lei, sob a forma de sociedade anônima, cujas ações com direito a voto pertençam em sua maioria à União, aos Estados, ao Distrito Federal, aos Municípios ou a entidade da administração indireta.*

### 289. FCC - Proc (Cuiabá)/Pref Cuiabá/2014

Determinado Município, visando promover prestação mais eficiente de serviço municipal de coleta de lixo domiciliar, edita lei específica, por meio da qual cria empresa pública dedicada ao referido serviço, antes praticado por órgão municipal.

No caso, houve

- a) concentração de um serviço uti possidetis.
- b) desconcentração de um serviço uti universi.
- c) descentralização de um serviço uti universi.
- d) **descentralização de um serviço uti singuli.**
- e) desconcentração de um serviço uti singuli.

### Comentários

Esta questão é respondida com [A JURISPRUDÊNCIA. Serviços públicos. Uti singuli.](#)



CONSTITUCIONAL E TRIBUTÁRIO. ADIN. INSTITUIÇÃO DE TAXA MUNICIPAL. ESPECIFICIDADE E DIVISIBILIDADE DE SERVIÇOS. SERVIÇO UTI SINGULI.

VIABILIDADE. AUSÊNCIA DE IDENTIDADE DE BASE DE CÁLCULO COM A DO IPTU. CONSTITUCIONALIDADE. PRECEDENTES DO STF.

**I - O SERVIÇO DE COLETA DE LIXO É UTI SINGULI, efetivamente usufruído pelo contribuinte, ESPECÍFICO E DIVISÍVEL, que gera benefícios a serem utilizados diretamente pelo cidadão tributado.**

II - O cálculo da taxa de lixo, com base de cálculo sobre o custo dos serviços divididos proporcionalmente às áreas construídas dos respectivos imóveis, nada mais é do que, senão, forma de realização da isonomia tributária.

III - O fato de um dos elementos utilizados na fixação da base de cálculo do IPTU ser considerado quando da determinação da alíquota da taxa de coleta de lixo não significa que ambos tenham a mesma base de cálculo.

IV - Precedentes do STF. V - Constitucionalidade dos dispositivos da lei municipal.

(TJ-MA - ADI: 83202006 MA , Relator: ANTONIO GUERREIRO JÚNIOR, Data de Julgamento: 02/02/2009, SAO LUIS)

## 290. FCC - Proc (Cuiabá)/Pref Cuiabá/2014

No tocante à responsabilidade dos entes estatais, é correto afirmar:

a) A atual jurisprudência do STF entende que a responsabilidade objetiva somente se aplica em favor de usuários de serviços públicos e não de terceiros que não ostentem tal condição.

b) A responsabilidade aquiliana não se aplica ao Estado, visto que se trata de modalidade típica do direito civil.

c) Sempre que editada lei de efeitos concretos haverá a responsabilização do ente estatal que exerceu a atividade legislativa.

**d) A licitude da atuação estatal não elide a sua responsabilização, quando houver injusta distribuição dos ônus da atividade administrativa.**

e) A chamada teoria da culpa do serviço inaugura a fase de responsabilização objetiva, na evolução da responsabilidade estatal.

### Comentários

Esta questão é respondida com [A DOCTRINA. Responsabilidade civil do estado e prescrição. Responsabilidade por ato lícito.](#)

*Somente se pode aceitar como pressuposto da responsabilidade objetiva a prática de ato antijurídico se este, **mesmo sendo lícito, for entendido como ato causador de dano***



***anormal e específico a determinadas pessoas***, rompendo o princípio da igualdade de todos perante os encargos sociais. Por outras palavras, ato antijurídico, para fins de responsabilidade objetiva do Estado, é o ato ilícito e o ato lícito que cause dano anormal e específico. (Maria Sylvia Zanella Di Pietro, 2018)

## 291. FCC - Proc (Cuiabá)/Pref Cuiabá/2014

O corpo permanente da Constituição Federal, no tocante aos proventos do servidor aposentado pelo regime próprio de previdência,

a) estabelece que os requisitos de idade e de tempo de contribuição serão reduzidos em cinco anos, para o professor que comprove exclusivamente tempo de efetivo exercício das funções de magistério na educação infantil e no ensino fundamental e médio, com a conseqüente redução proporcional dos proventos, caso opte por essa aposentadoria especial.

b) garante aos servidores inativos a extensão de todos e quaisquer benefícios e vantagens concedidos aos servidores em atividade.

c) determina que, nas hipóteses de aposentadoria com proventos proporcionais, deve-se utilizar como base de cálculo o valor da última remuneração percebida pelo servidor, quando em atividade.

d) estabelece que os servidores ocupantes, exclusivamente, de cargo em comissão farão jus à aposentadoria complementar, mediante sua expressa adesão a tal regime, sem prejuízo da vinculação ao regime geral de previdência social.

**e) prevê a incidência de contribuição previdenciária nos proventos do inativo portador de doença incapacitante, a qual incidirá apenas sobre as parcelas que superem o dobro do limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social.**

### Comentários

Esta questão é respondida com [A CF/1988. Servidores públicos. Regime de previdência.](#)

*Art. 40. Aos servidores titulares de cargos efetivos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, é assegurado regime de previdência de caráter contributivo e solidário, mediante contribuição do respectivo ente público, dos servidores ativos e inativos e dos pensionistas, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial e o disposto neste artigo. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 41, 19.12.2003)*

*§ 18. Incidirá contribuição sobre os proventos de aposentadorias e pensões concedidas pelo regime de que trata este artigo que superem o limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social de que trata o art. 201, com percentual igual ao estabelecido para os servidores titulares de cargos efetivos. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 41, 19.12.2003)*

*§ 21. A contribuição prevista no § 18 deste artigo incidirá apenas sobre as parcelas de proventos de aposentadoria e de pensão que superem o dobro do limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social de que trata o art.*



201 desta Constituição, quando o beneficiário, na forma da lei, for portador de doença incapacitante. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 47, de 2005)

## 292. FCC - Proc (Cuiabá)/Pref Cuiabá/2014

Mauro e André, ambos servidores públicos, foram citados em processo administrativo disciplinar e, concomitantemente, denunciados em ação penal, sob suspeita de terem se apropriado de computador da repartição em que trabalhavam. Conforme consta na Portaria do processo disciplinar e na denúncia, ambos teriam atuado em conluio, ingressando na repartição pública durante determinado final de semana, ocasião em que subtraíram o referido computador, o qual foi encontrado, horas depois da subtração, na residência de André. No processo penal, ambos foram absolvidos: Mauro, pois ficou comprovado que no final de semana em questão estava em férias, em localidade distante de seu local de trabalho e não poderia ter participado por qualquer forma da conduta delituosa; André, porque ficou comprovada a intenção de utilizar-se do equipamento apenas no final de semana, para elaborar trabalho escolar, pretendendo devolvê-lo em seguida, configurando assim o chamado “peculato de uso”, figura atípica para a responsabilização criminal.

Diante de tal situação, conclui-se que a decisão proferida no processo penal

a) levará à extinção imediata do processo administrativo, sem necessidade de emissão de decisão administrativa acerca da conduta dos servidores.

**b) conduzirá à absolvição de Mauro no processo administrativo; não sendo possível dizer o mesmo em relação a André.**

c) conduzirá à absolvição de André no processo administrativo; não sendo possível dizer o mesmo em relação a Mauro.

d) é absolutamente irrelevante para a decisão do processo administrativo, haja vista a chamada incomunicabilidade das instâncias.

e) vincula a autoridade administrativa, que deve absolver ambos os servidores.

### Comentários

Esta questão é respondida com [A LETRA DA LEI. Servidores públicos. Processo administrativo disciplinar.](#)

*Lei 8.112/90 - Art. 125. As sanções civis, penais e administrativas poderão cumular-se, sendo independentes entre si.*

*Art. 126. A responsabilidade administrativa do servidor será afastada no caso de absolvição criminal que negue a existência do fato ou sua autoria.*

## 293. FCC - Proc (Cuiabá)/Pref Cuiabá/2014



A Administração Municipal pretende realizar contrato de obra pública, precedido de licitação na modalidade tomada de preços, nos termos da Lei Federal nº 8.666/93. Neste caso, NÃO é requisito obrigatório para a abertura da licitação a

a) previsão de recursos orçamentários que assegurem o pagamento das obrigações a serem executadas no exercício financeiro em curso, de acordo com o respectivo cronograma.

**b) previsão de prestação de garantia pelo contratado.**

c) aprovação da minuta de edital por assessoria jurídica da Administração.

d) aprovação de projeto básico pela autoridade competente.

e) existência de orçamento detalhado em planilhas que expressem a composição de todos os custos unitários da contratação.

### Comentários

Esta questão é respondida com **A LETRA DA LEI. Contrato administrativo. Garantia.**

*Lei 8.666/93 - Art. 56. A critério da autoridade competente, em cada caso, e desde que prevista no instrumento convocatório, poderá ser exigida prestação de garantia nas contratações de obras, serviços e compras.*

#### 294. FCC - Proc (Cuiabá)/Pref Cuiabá/2014

No tocante à aplicação de sanções, no âmbito dos contratos administrativos (Lei Federal nº 8.666/93), é correto afirmar:

a) A declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública é de competência exclusiva do Ministro de Estado, do Secretário Estadual ou Municipal e deve vigorar pelo prazo máximo de 2 (dois) anos.

b) O poder de alterar unilateralmente o contrato pode ser utilizado para punir a conduta do contratado.

**c) Ainda que execute corretamente o contrato, o contratado pode ser punido com declaração de inidoneidade para contratar com a Administração, caso tenha sofrido condenação definitiva em razão da prática dolosa de fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos.**

d) O ato de aplicação da sanção goza de presunção de legitimidade jure et de jure.

e) A recusa injustificada de assinar o contrato, no prazo estabelecido no edital, gera o decaimento do direito de contratar, mas não permite a aplicação de outras sanções ao licitante-vencedor.

### Comentários

Esta questão é respondida com **A LETRA DA LEI. Contratos administrativos. Sanções administrativas.**



*Lei 8.666/93 - Art. 88. As sanções previstas nos incisos III e IV do artigo anterior poderão também ser aplicadas às empresas ou aos profissionais que, em razão dos contratos regidos por esta Lei:*

*I - tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;*

### 295. FCC - Proc (Cuiabá)/Pref Cuiabá/2014

Limitações administrativas são determinações

**a) de caráter geral, através das quais o Poder Público impõe a proprietários indeterminados obrigações positivas, negativas ou permissivas, para o fim de condicionar as propriedades ao atendimento da função social.**

b) dirigidas a uma propriedade específica, através das quais o Poder Público impõe ao proprietário obrigações positivas, negativas ou permissivas, para o fim de condicionar a propriedade ao atendimento de sua função social.

c) de caráter geral, através das quais o Poder Público impõe a proprietários determinados somente obrigações positivas para o fim de condicionar as propriedades ao atendimento da função social.

d) de caráter geral, através das quais o Poder Público impõe a proprietários indeterminados somente obrigações negativas para o fim de condicionar as propriedades ao atendimento da função social.

e) de caráter geral, através das quais o Poder Público impõe a proprietários determinados obrigações positivas, negativas ou permissivas, para o fim de condicionar as propriedades ao atendimento da função social.

### Comentários

Esta questão é respondida com **A DOCTRINA. Intervenção do Estado na Propriedade privada. Limitações administrativas.**

*Limitações administrativas são determinações de caráter geral, através das quais o Poder Público impõe a proprietários indeterminados obrigações positivas, negativas ou permissivas, para o fim de condicionar as propriedades ao atendimento da função social. (José dos Santos Carvalho Filho, 2018).*

### 296. FCC - Proc (Cuiabá)/Pref Cuiabá/2014

No tocante à desapropriação, o Município

**a) tem competência exclusiva para executar a desapropriação- sanção, em caso de descumprimento da função social da propriedade urbana.**

b) possui competência para legislar acerca do procedimento desapropriatório, no tocante às desapropriações necessárias ao desenvolvimento urbano.



- c) não possui competência para desapropriar por interesse social imóveis situados em zona rural.
- d) tem competência declaratória e executória, sendo que ambas são indelegáveis.
- e) pode desapropriar bens pertencentes à União e aos Estados, mediante autorização legislativa desses entes.

### Comentários

Esta questão é respondida com **A DOCTRINA. Intervenção do Estado na Propriedade privada. Desapropriação.**

*Apenas os Municípios que possuem plano diretor podem se valer dessa modalidade de desapropriação (art. 41, III, do Estatuto da Cidade). A propriedade urbana cumpre sua função social quando atende às exigências fundamentais de ordenação da cidade expressas no plano diretor, aprovado por lei municipal (art. 39 do Estatuto da Cidade).*

**Trata-se de desapropriação que só pode ser utilizada pelos Municípios e pelo Distrito Federal, quando do exercício da competência municipal.** (Rafael Carvalho, 2018)

## 3.12 – ANÁLISE PROVA PROC. JUR. RECIFE 2014

### 297. FCC - Proc Jud (Recife)/Pref Recife/2014

No que diz respeito ao regime jurídico administrativo, considere as seguintes afirmações:

- I. Há, neste tipo de regime, traços de autoridade, de supremacia da Administração, sendo possível, inclusive, que nele se restrinja o exercício de liberdades individuais.
- II. As chamadas prerrogativas públicas, para que sejam válidas, devem vir respaldadas em princípios constitucionais explícitos na Constituição Federal.
- III. Via de regra, também integram o regime jurídico administrativo de um município as leis, os decretos, os regulamentos e as portarias do Estado em que ele se localiza.
- IV. É tendência da maioria da doutrina administrativista contemporânea não mais falar em “restrições” ou “sujeições” como traço característico do regime jurídico administrativo, em razão dessas expressões poderem levar à falsa conclusão de que as atividades da Administração que visam a beneficiar a coletividade podem estar sujeitas a limites.

Está correto o que se afirma APENAS em

- a) IV.
- b) I.**
- c) I e III.
- d) II e IV.



e) I, II e III.

## Comentários

Esta questão é respondida com **A DOCTRINA. Conceitos introdutórios do Direito administrativo. Regime jurídico administrativo.**

*Já a expressão regime jurídico administrativo é reservada tão somente para abranger o conjunto de traços, de conotações, que tipificam o Direito Administrativo, colocando a Administração Pública numa posição privilegiada, vertical, na relação jurídico-administrativa.*

*Basicamente, pode-se dizer que o regime administrativo resume-se a duas palavras apenas: prerrogativas e sujeições.*

*Isto significa que a Administração Pública possui prerrogativas ou privilégios, desconhecidos na esfera do direito privado, tais como a autoexecutoriedade, a autotutela, o poder de expropriar, o de requisitar bens e serviços, o de ocupar temporariamente o imóvel alheio, o de instituir servidão, o de aplicar sanções administrativas, o de alterar e rescindir unilateralmente os contratos, o de impor medidas de polícia. Goza, ainda, de determinados privilégios como a imunidade tributária, prazos dilatados em juízo, juízo privativo, processo especial de execução, presunção de veracidade de seus atos. (Maria Sylvia Zanella Di Pietro, 2018)*

### 298. FCC - Proc Jud (Recife)/Pref Recife/2014

Um servidor aposentado obtivera os benefícios de isenção integral do imposto de renda e redução da base de cálculo da contribuição previdenciária em decorrência de ter contraído neoplasia maligna, conforme previsto abstratamente em lei especial. Aproximadamente, um ano após ter se submetido a tratamento cirúrgico, o referido servidor realizou exame pericial, em que se constatou não haver mais sinais ou sintomas de continuidade da doença. Pautando-se neste laudo pericial e considerando-o prova bastante de inexistência atual do motivo que havia ensejado o ato administrativo de concessão dos benefícios, o órgão administrativo competente expediu automaticamente portaria de revisão, cancelando-os. No presente caso e tendo-se por base recente entendimento do STF,

a) os benefícios fiscais concedidos ao servidor não deveriam ter sido revogados por meio de portaria, mas sim, mediante lei, em respeito ao princípio da igualdade das formas.

**b) os benefícios fiscais concedidos ao servidor não deveriam ter sido revogados sem antes ter-se conferido a esta oportunidade de defesa, inclusive para questionar o laudo pericial.**

c) o laudo pericial, em si, é ato administrativo e, como tal, é suficiente para fundamentar a automática revogação dos benefícios fiscais concedidos, eis que dotado de presunção absoluta de veracidade e legitimidade.

d) o laudo pericial, em si, é ato administrativo e, como tal, é dotado de autoexecutoriedade, sendo apto a revogar tacitamente os benefícios fiscais concedidos, independentemente de outro ato.



e) o laudo pericial não tem valor probante para fins de cancelamento dos benefícios fiscais em comento, eis que produzido sem o respaldo de uma ordem judicial.

### Comentários

Esta questão é respondida com [A JURISPRUDÊNCIA. Servidor público. Aposentadoria.](#)

EMENTA: MANDADO DE SEGURANÇA. SERVIDOR APOSENTADO DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO PORTADOR DE NEOPLASIA MALIGNA. BENEFÍCIOS (INTEGRALIZAÇÃO DA APOSENTADORIA, ISENÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA, REDUÇÃO DA BASE DE CÁLCULO DA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA). LAUDO PERICIAL COM PRAZO DE VALIDADE. REAVALIAÇÃO DO QUADRO CLÍNICO DO APOSENTADO. JUNTA MÉDICA OFICIAL. CONTROLE DA PATOLOGIA. CANCELAMENTO DOS BENEFÍCIOS. LAUDO PERICIAL DEFICIENTEMENTE FUNDAMENTADO. INOBSERVÂNCIA DO CONTRADITÓRIO E DA AMPLA DEFESA. ORDEM CONCEDIDA. 1. A alteração na aposentadoria do Impetrante foi efetivada por ato do Presidente do Tribunal de Contas da União, autoridade que figura dentre aquelas arroladas na al. d do inc. I do art. 102 da Constituição da República: exclusão da Secretária de Gestão de Pessoas da Secretaria Geral de Administração do Tribunal de Contas da União do pólo passivo da impetração. 2. O reconhecimento da condição de portador de neoplasia maligna ao Impetrante gerou presunção juris tantum de manutenção desse quadro no prazo estipulado no Manual de Perícia Médica da Área de Saúde do Tribunal de Contas da União (cinco anos): imprestabilidade de mera declaração de ausência de evidências clínicas de sinais e sintomas dessa enfermidade. 3. **O prazo de validade do laudo pericial no qual constatada a doença (§ 1º do art. 30 da Lei n. 9.250/1995) exige o comparecimento do servidor perante junta médica oficial para reavaliação do seu quadro de saúde, para atestar o controle ou a cura da doença por laudo fundamentado, a fim de se garantir o contraditório e a ampla defesa do interessado.** 4. Mandado de segurança concedido.

(MS 31835, Relator(a): Min. CÁRMEN LÚCIA, Segunda Turma, julgado em 02/04/2013, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-070 DIVULG 16-04-2013 PUBLIC 17-04-2013)

#### 299. FCC - Proc Jud (Recife)/Pref Recife/2014

A chamada teoria dos motivos determinantes sustenta que

**a) quando motivado o ato administrativo, ainda que discricionário, sua validade fica condicionada aos motivos apresentados pela Administração.**

b) ainda que produzido o ato administrativo por pessoa competente, sua validade fica condicionada à existência de motivos de interesse público.



- c) quando o ato administrativo implicar constrição de direitos individuais, a Administração deve demonstrar o caráter imprescindível da sua adoção, em detrimento de outro ato menos oneroso ao particular.
- d) ainda que em determinados casos a lei tenha deixado certa margem de discricionariedade à Administração, os motivos dos atos administrativos serão sempre vinculados à finalidade pública.
- e) quando servidor público for flagrado reincidindo em falta grave, deverá ser afastado, sem direito de defesa.

### Comentários

Esta questão é respondida com [A DOCTRINA. Atos administrativos. Teoria dos motivos determinantes.](#)

*Ainda relacionada com o motivo, há a teoria dos motivos determinantes, em consonância com a qual a validade do ato se vincula aos motivos indicados como seu fundamento, de tal modo que, se inexistentes ou falsos, implicam a sua nulidade. Por outras palavras, quando a Administração motiva o ato, mesmo que a lei não exija a motivação, ele só será válido se os motivos forem verdadeiros. (Maria Sylvia Zanella Di Pietro, 2018)*

### 300. FCC - Proc Jud (Recife)/Pref Recife/2014

Sobre Poderes da Administração, considere os seguintes itens:

- I. A nomeação de pessoa para um cargo de provimento em comissão é expressão do exercício do poder discricionário.
- II. É possível que um ato administrativo consubstancie o exercício concomitante de mais de um poder pela Administração pública.
- III. A Súmula vinculante n o 13, relativa à vedação ao nepotismo, é expressão dos poderes normativo e disciplinar da Administração pública. Está correto o que consta em
  - a) I, II e III.
  - b) I, apenas.
  - c) III, apenas.
  - d) I e II, apenas.**
  - e) II e III, apenas.

### Comentários

Esta questão é respondida com [A DOCTRINA. Princípios e poderes da administração. Poder discricionário.](#)

*Em todos esses exemplos, a Administração Pública tem certa margem de liberdade para escolher a melhor solução a ser adotada no caso concreto. Isso não significa que a sua escolha seja inteiramente livre. Ela está limitada pelo princípio da legalidade (considerado em seus sentidos amplo e restrito) e pela exigência de razoabilidade e motivação. Por maior que seja a margem de discricionariedade, como, por exemplo, na exoneração de servidor*



*ocupante de cargo em comissão ou na dispensa, sem justa causa, de servidor celetista, existe a exigência de motivação.* (Maria Sylvia Zanella Di Pietro, 2018) **ITEM I**

Um ato administrativo pode consubstanciar dois poderes da administração diferentes, por exemplo, quando a administração exige uma concessão de licença para construção com condições especiais, ao mesmo tempo que exerce o poder de polícia, também exerce o poder vinculado.

Outro exemplo seria quando da aplicação de uma punição a servidor público, expressando tanto o poder hierárquico pela decisão advir de um superior e disciplinar pela facultade que a administração tem de mensurar a aplicação da penalidade. **ITEM II.**

### 301. FCC - Proc Jud (Recife)/Pref Recife/2014

Considere:

I. É característica recorrente nas agências reguladoras estabelecidas no Brasil a partir da década de 90 a definição de mandato aos seus dirigentes, com duração fixada em suas respectivas leis instituidoras.

II. Para as empresas públicas, a Constituição Federal prevê uma espécie de investidura especial aos seus diretores, que dependerá de prévia aprovação do poder legislativo respectivo.

III. Nas sociedades de economia mista, desde que se preservem o capital social exclusivamente público e a maioria do capital votante nas mãos da União, é possível a transferência das demais ações a outros entes federados.

Está correto o que consta em

- a) I, II e III.
- b) I, apenas.**
- c) I e II, apenas.
- d) I e III, apenas.
- e) II e III, apenas.

### Comentários

Esta questão é respondida com **A LETRA DA LEI. Organização da administração. Agências reguladoras.**

Verdadeiro o **ITEM I**, uma vez que temos o exemplo de mandato fixo da Agência Nacional de Telecomunicações de 1997:

*Lei 9.472/97 - Art. 8º Fica criada a Agência Nacional de Telecomunicações, entidade integrante da Administração Pública Federal indireta, submetida a regime autárquico especial e vinculada ao Ministério das Comunicações, com a função de órgão regulador das telecomunicações, com sede no Distrito Federal, podendo estabelecer unidades regionais.*



§ 2º A natureza de autarquia especial conferida à Agência é caracterizada por independência administrativa, ausência de subordinação hierárquica, **mandato fixo** e estabilidade de seus dirigentes e autonomia financeira.

### 302. FCC - Proc Jud (Recife)/Pref Recife/2014

Um motorista de ônibus de uma empresa privada de transporte coletivo municipal, ao fazer uma curva mais acentuada em determinado ponto de seu itinerário, colidiu com veículo estacionado na via pública em local e horário permitidos, ocasionando perda total neste veículo. No presente caso, consoante o mais recente posicionamento do STF,

a) não responderão objetivamente o Município, nem a empresa privada, pois se trata de exercício de atividade econômica lucrativa, situação não albergada pelo tratamento especial da responsabilidade civil do Estado.

b) responderá o município primária e objetivamente pelos danos causados no veículo estacionado, em razão do serviço público prestado ser de titularidade do Município.

**c) responderá a empresa privada, direta e objetivamente, seja por se tratar de concessionária de serviço público, seja em razão do risco inerente à sua atividade.**

d) responderá a empresa privada objetivamente, com direito de regresso contra o Município, titular do serviço público prestado.

e) não responderão objetivamente o Município, nem a empresa privada, pois o proprietário do veículo estacionado não é usuário direto do serviço público prestado.

### Comentários

Esta questão é respondida com [A JURISPRUDÊNCIA. Responsabilidade civil do estado e prescrição. Responsabilidade das concessionárias de serviço público.](#)

#### **STF - RE 591874/MS**

**I - A responsabilidade civil das pessoas jurídicas de direito privado prestadoras de serviço público é objetiva relativamente a terceiros usuários e não-usuários do serviço, segundo decorre do art. 37, § 6º, da Constituição Federal.**

II - A inequívoca presença do nexo de causalidade entre o ato administrativo e o dano causado ao terceiro não-usuário do serviço público, é condição suficiente para estabelecer a responsabilidade objetiva da pessoa jurídica de direito privado.

*Lei 8.987/1995:*

*Art. 25. Incumbe à concessionária a execução do serviço concedido, cabendo-lhe responder por todos os prejuízos causados ao poder concedente, aos usuários ou a terceiros, sem que a fiscalização exercida pelo órgão competente exclua ou atenua essa responsabilidade.*

### 303. FCC - Proc Jud (Recife)/Pref Recife/2014



A gestão de serviço público definido na Constituição Federal como de competência municipal pode ser identificada na

- a) **permissão de serviço de transporte coletivo, de caráter essencial.**
- b) concessão de serviços de distribuição de gás canalizado.
- c) concessão de serviços de radiodifusão sonora em seu território.
- d) permissão de uso de praça pública para comício partidário.
- e) autorização de serviços de energia elétrica em perímetro urbano municipal.

### Comentários

Esta questão é respondida com [A CF/1988. Serviços públicos. Serviço de transporte coletivo.](#)

*Art. 30. Compete aos Municípios:*

*V - organizar e prestar, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, os serviços públicos de interesse local, incluído o de transporte coletivo, que tem caráter essencial;*

#### 304. FCC - Proc Jud (Recife)/Pref Recife/2014

Sociedade contribui para construção do plano de esportes do Recife

(25/10/13)

Diversos segmentos da sociedade contribuem, até esta sexta (25), para a elaboração do plano de ampliação do acesso ao esporte no Recife. O documento está sendo construído no âmbito do projeto Cidades da Copa, parceria entre a Prefeitura e o Instituto Esporte & Educação (IEE), presidido pela medalhista olímpica Ana Moser, e deve ser apresentado até o final do ano, sendo mais um legado da Copa do Mundo da Fifa. As reuniões tiveram início na tarde desta quinta (24), no auditório da Central do Artesanato, no Marco Zero, com a presença de representantes do IEE.

(<http://www2.recife.pe.gov.br/sociedade-contribui-para-construcao-do-plano-de-esportes-do-recife/#sthash.aYnxIPkV.dpuf>)

Um instrumento possível para formalização de uma eventual parceria futura entre o Município do Recife e o referido Instituto (devidamente qualificado como OSCIP pelo Poder Público federal), ainda como desdobramento desse projeto, mas especificamente para formação e empoderamento de parceiros locais no ensino e na orientação de atividades esportivas a crianças e adolescentes, mediante o repasse de recursos públicos municipais, é

- a) o termo de parceria, uma vez que, no presente caso, está-se diante de delegação de uma atividade exclusiva do Estado e estão presentes as características de personalidade e subordinação direta do pessoal envolvido no projeto, em relação à Administração pública municipal.



b) o consórcio público, já que no presente caso está-se diante da intenção comum, entre duas entidades da Administração pública de diferentes níveis federados, de congregar esforços em prol de um interesse público que transcende o caráter local.

**c) o convênio, que, no presente caso, implicará a fiscalização, pelo Tribunal de Contas do Estado, do modo como aplicados os recursos municipais repassados ao Instituto, ainda que este não integre os quadros organizacionais de qualquer Administração pública.**

d) a parceria público-privada, na modalidade de concessão administrativa, dado que o Instituto será remunerado exclusivamente mediante contraprestação da Administração pública municipal.

e) o contrato em Regime Diferenciado de Contratação (RDC), via especial necessária, aliás, caso a parceria se concretize no âmbito do referido projeto, dada a pertinência temática deste com as obras para a Copa do Mundo 2014.

## Comentários

Esta questão é respondida com [A LETRA DA LEI. Contratos administrativos. Convênios.](#)

*Decreto 6.170/2007 - Art. 1º Este Decreto regulamenta os convênios, contratos de repasse e termos de execução descentralizada celebrados pelos órgãos e entidades da administração pública federal com órgãos ou entidades públicas ou privadas sem fins lucrativos, para a execução de programas, projetos e atividades que envolvam a transferência de recursos ou a descentralização de créditos oriundos dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União. (Redação dada pelo Decreto nº 8.180, de 2013)*

*§ 1º Para os efeitos deste Decreto, considera-se:*

*I - **convênio** - acordo, ajuste ou qualquer outro instrumento que discipline a transferência de recursos financeiros de dotações consignadas nos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União e tenha como partícipe, de um lado, órgão ou entidade da administração pública federal, direta ou indireta, e, de outro lado, órgão ou entidade da administração pública estadual, distrital ou municipal, direta ou indireta, ou ainda, entidades privadas sem fins lucrativos, visando a execução de programa de governo, envolvendo a realização de projeto, atividade, serviço, aquisição de bens ou evento de interesse recíproco, em regime de mútua cooperação;*

### 305. FCC - Proc Jud (Recife)/Pref Recife/2014

Municípios pernambucanos limítrofes pretendem firmar, entre si, consórcio público visando a mútua cooperação na prestação de serviços na área da saúde. Nessa situação e considerando a lei geral de consórcios públicos, é correto afirmar que

a) a ratificação do protocolo de intenções respectivo será feita por meio de decretos dos Chefes do Poder Executivo dos entes consorciados.

b) em razão do objeto consorciado, a presença da União como partícipe faz-se necessária.



c) para ingresso da União neste consórcio, é preciso que o Estado de Pernambuco também dele participe.

d) o consórcio público poderá não ter personalidade jurídica própria, devendo-se optar por atuar em nome de um dos entes consorciados ou de todos eles.

e) será nulo o contrato de consórcio se sua ratificação não se realizar em até dois anos, contados da data de subscrição do respectivo protocolo de intenções.

### Comentários

Esta questão é respondida com [A LETRA DA LEI. Serviços públicos. Consórcios públicos.](#)

*Lei 11.107/2005 - Art. 1º Esta Lei dispõe sobre normas gerais para a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios contratarem consórcios públicos para a realização de objetivos de interesse comum e dá outras providências.*

*§ 2º A União somente participará de consórcios públicos em que também façam parte todos os Estados em cujos territórios estejam situados os Municípios consorciados.*

### 306. FCC - Proc Jud (Recife)/Pref Recife/2014

Sobre o controle judicial da Administração pública, é correto afirmar:

a) Quando a falta de norma regulamentadora tornar inviável o exercício das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania, conceder-se-á mandado de segurança coletivo.

b) Consoante súmula do STJ, é cabível o habeas data ainda que não tenha havido recusa de informações por parte da autoridade administrativa.

**c) Não há que se falar em invasão do mérito quando o Poder Judiciário aprecia fatos precedentes e motivadores da elaboração do ato administrativo discricionário.**

d) Os atos políticos são insuscetíveis de apreciação judicial, eis que dizem respeito a interesses superiores da nação.

e) Nas ações específicas de controle da Administração pública não incidem prerrogativas ordinariamente conferidas a esta nas ações comuns, tais como juízo privativo e duplo grau de jurisdição.

### Comentários

Esta questão é respondida com [A DOCTRINA. Controle da Administração. Controle judicial.](#)

*O Poder Judiciário pode examinar os atos da Administração Pública, de qualquer natureza, sejam gerais ou individuais, unilaterais ou bilaterais, vinculados ou discricionários, mas sempre sob o aspecto da legalidade e, agora, pela Constituição, também sob o aspecto da moralidade (arts. 5º, inciso LXXIII, e 37). (Maria Sylvia Zanella Di Pietro, 2018)*

### 307. FCC - Proc Jud (Recife)/Pref Recife/2014



Acerca dos terrenos de marinha, o recebimento de importância anual em razão do exercício de domínio útil por particular em imóvel compreendido nessa área caberá

- a) ao Município onde localizado o imóvel.
- b) às Forças Armadas diretamente, enquanto instituições permanentes de defesa nacional.
- c) à Marinha do Brasil especificamente, enquanto responsável pela guarda e defesa da costa marítima brasileira.
- d) à União, sem destinação constitucional desses recursos a um órgão ou entidade específicos.**
- e) ao Estado onde localizado o imóvel.

### Comentários

Esta questão é respondida com [A CF/1988. Bens públicos. Bens da União.](#)

*Art. 20. São bens da União:*

*VII - os terrenos de marinha e seus acrescidos;*

### 308. FCC - Proc Jud (Recife)/Pref Recife/2014

Quanto às normas constitucionais aplicáveis aos servidores públicos dos Municípios, é correto afirmar que

- a) a investidura em cargo efetivo ou em comissão ou em emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei.
- b) aos titulares de cargos efetivos e em comissão é assegurado regime de previdência especial de caráter contributivo, mediante contribuição exclusiva do respectivo ente público e dos servidores ativos.
- c) os cargos efetivos são inacessíveis aos estrangeiros, senão para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público.
- d) a aposentadoria por invalidez permanente de servidor titular de cargo efetivo, quando não decorrente de acidente em serviço, moléstia profissional ou doença grave, contagiosa ou incurável, terá proventos proporcionais ao tempo de serviço.
- e) a aposentadoria compulsória de servidor titular de cargo efetivo, aos 70 anos de idade, terá proventos proporcionais ao tempo de contribuição.**

### Comentários

Esta questão é respondida com [A CF/1988. Servidores públicos. Aposentadoria. Desatualizada.](#)

*LC 152/2015 - Art. 2º Serão aposentados compulsoriamente, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição, aos 75 (setenta e cinco) anos de idade:*



*I - os servidores titulares de cargos efetivos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações;*

*II - os membros do Poder Judiciário;*

*III - os membros do Ministério Público;*

*IV - os membros das Defensorias Públicas;*

*V - os membros dos Tribunais e dos Conselhos de Contas.*

### 309. FCC - Proc Jud (Recife)/Pref Recife/2014

Determinado Município pretende restaurar uma valiosa escultura em bronze, do século XIX, localizada no hall de entrada da Prefeitura. O procurador judicial responsável pela análise do respectivo processo de contratação poderá corretamente afirmar em seu parecer que a licitação será

a) dispensável, desde que o contratado comprove habilitação jurídica para tal, prescindindo-se a regularidade fiscal.

b) inexigível, pelo simples fato do objeto referir-se ao restauro de uma obra de arte.

c) obrigatória, pois a especialidade do objeto exige seleção criteriosa da proposta, não se admitindo a dispensa de procedimento licitatório.

**d) inexigível, desde que provada a notória especialização do contratado e a natureza singular do serviço.**

e) dispensável, prescindindo-se a certificação de autenticidade da obra a ser restaurada e habilitação jurídica do contratado.

### Comentários

Esta questão é respondida com **A LETRA DA LEI. Licitação. Inexigibilidade.**

*Lei 8.666/93 - Art. 25. É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial:*

*(...)*

*II - para a contratação de serviços técnicos enumerados no art. 13 desta Lei, de natureza singular, com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação;*

*Art. 13. Para os fins desta Lei, consideram-se serviços técnicos profissionais especializados os trabalhos relativos a:*

*(...)*

*VII - restauração de obras de arte e bens de valor histórico.*

### 310. FCC - Proc Jud (Recife)/Pref Recife/2014

Sobre licitações e contratos administrativos, de acordo com as Leis Federais n 8.666/93 e 10.520/00 e alterações posteriores, é correto afirmar:



- a) Via de regra, a Administração pode alterar ou rescindir unilateralmente os contratos administrativos, assim como fiscalizar sua execução, mas a aplicação de sanções pela inexecução total ou parcial do ajuste depende de prévia autorização judicial, por carecer-lhe, nos atos de gestão, da autoexecutoriedade típica dos seus atos de império.
- b) Objetivando alienar equipamentos eletrônicos usados, um Município poderá publicar edital de pregão eletrônico, desde que o valor total estimado desses equipamentos não ultrapasse sessenta mil reais.
- c) As cláusulas econômico-financeiras e monetárias não poderão ser revistas ao longo da vigência dos contratos administrativos, sob pena de se alterar o equilíbrio contratual, o que é vedado pelo ordenamento pátrio.
- d) A prestação de garantia é obrigatória nos contratos administrativos, nas modalidades de caução, seguro-garantia ou fiança bancária, não podendo ultrapassar 10% do valor do contrato.
- e) Os serviços executados de forma contínua constituem situação excepcional em que admitida a duração contratual superior à vigência dos respectivos créditos orçamentários.**

### Comentários

Esta questão é respondida com **A LETRA DA LEI. Contratos administrativos. Contratos de duração continuada.**

*Lei 8.666/93 - Art. 57. A duração dos contratos regidos por esta Lei ficará adstrita à vigência dos respectivos créditos orçamentários, exceto quanto aos relativos:*

*II - à prestação de serviços a serem executados de forma contínua, que poderão ter a sua duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a administração, limitada a sessenta meses;*

### 311. FCC - Proc Jud (Recife)/Pref Recife/2014

As limitações administrativas impostas ao direito de propriedade

- a) geram direito à indenização quando impostas em zonas estritamente residenciais.
- b) geram em todos os casos direito à indenização.
- c) atribuem ao proprietário do imóvel o direito de evicção.
- d) não geram direito à indenização, ainda que haja o esvaziamento do conteúdo econômico da propriedade.
- e) em regra, não geram direito à indenização, diante de seu caráter geral.**

### Comentários

Esta questão é respondida com **A DOCTRINA. Intervenção do Estado na Propriedade privada. Limitações administrativas.**

*Sendo imposições de ordem geral, as limitações administrativas não rendem ensejo à indenização em favor dos proprietários.*



*As normas genéricas, obviamente, não visam a uma determinada restrição nesta ou naquela propriedade, abrangem quantidade indeterminada de propriedades. Desse modo, podem contrariar interesses dos proprietários, mas nunca direitos subjetivos. Por outro lado, não há prejuízos individualizados, mas sacrifícios gerais a que se devem obrigar os membros da coletividade em favor desta. (José dos Santos Carvalho Filho, 2018)*

### 312. FCC - Proc Jud (Recife)/Pref Recife/2014

Considere os itens a seguir, sobre bens públicos:

- I. Com a EC n o 46/2005, pacificou-se dúvida quanto à titularidade das ilhas costeiras e fluviais que contêm sede de Municípios, passando-se a atribuí-la expressamente aos municípios respectivos.
- II. Por disposição constitucional, as terras devolutas não compreendidas entre as da União ou dos Estados incluem-se entre os bens do Município.
- III. A encampação, a investidura e o tombamento são modos de formação do patrimônio público.
- IV. É defeso pelo ordenamento jurídico usucapião de bens públicos dominicais.

Está correto o que consta APENAS em

- a) IV.
- b) I.
- c) II e III.
- d) II e IV.
- e) I, II e III.

### Comentários

Esta questão é respondida com **A LETRA DA LEI. Bens públicos. Usucapião.**

*CC - Art. 102. Os bens públicos não estão sujeitos a usucapião.*

### 313. FCC - Proc Jud (Recife)/Pref Recife/2014

Com relação à desapropriação de bens imóveis por utilidade pública, é INCORRETO afirmar:

- a) O levantamento do preço será deferido mediante prova de propriedade, de quitação de dívidas fiscais que recaiam sobre o bem expropriado, e publicação de editais para conhecimento de terceiros.
- b) Os bens de propriedade do Município podem ser desapropriados pelo Estado, desde que o ato expropriatório seja precedido de autorização legislativa.
- c) A declaração de utilidade pública pode ser feita por Decreto do Presidente da República, Governador de Estado, Interventor ou Prefeito.



- d) No processo de desapropriação por utilidade pública, o Poder Judiciário pode verificar se, no caso concreto, estão presentes os requisitos da declaração de utilidade pública.
- e) Os juros compensatórios destinam-se, apenas, a compensar a perda de renda comprovadamente sofrida pelo proprietário.

## Comentários

Gabarito: Anulada, Gabarito preliminar: Letra D.

Esta questão é respondida com [A LETRA DA LEI. Intervenção do Estado na Propriedade privada. Desapropriação.](#)

*Art. 9º Ao Poder Judiciário é vedado, no processo de desapropriação, decidir se se verificam ou não os casos de utilidade pública. **LETRA D.***

A Letra A encontra-se parcialmente incorreta, uma vez que a ADIN 2.332-DF declarou a suspensão da eficácia do §1º do art. 15-A do Dec-Lei 3.365/41.

**INFORMATIVO STF 240** - Em seguida, o Tribunal, por maioria, **deferiu a suspensão cautelar dos parágrafos 1º e 2º do mencionado art. 15-A** - que determinam que os juros compensatórios destinam-se, apenas, a compensar a perda de renda comprovadamente sofrida pelo proprietário e que os mesmos não serão devidos quando o imóvel possuir grau de utilização da terra e de eficiência na exploração iguais a zero -, por aparente ofensa ao princípio da prévia e justa indenização, tendo em conta a jurisprudência do STF no sentido de que os juros compensatórios são devidos, independentemente de o imóvel desapropriado produzir, ou não, renda. Vencidos os Ministros Ilmar Galvão e Marco Aurélio que indeferiram o pedido por entenderem que, se não houve lucros, não há nada a compensar. ADInMC 2.332-DF, rel. Min. Moreira Alves, 5.9.2001 (ADI-2332)

### 3.13 – ANÁLISE PROVA PGE RN 2014

#### 314. FCC - Proc (PGE RN)/PGE RN/2014

Sabe-se que a Administração tem o poder de rever seus próprios atos, observadas algumas condições e requisitos. Esse poder guarda fundamento nos princípios e poderes que informam a Administração pública, destacando-se, quanto à consequência de revisão dos atos,

- a) **o princípio ou poder de autotutela, que incide sobre os atos da Administração, como expressão de controle interno de seus atos.**
- b) os princípios da legalidade e da moralidade, inclusive porque estes podem servir de fundamento exclusivo para o ajuizamento de ação popular.



- c) o princípio da eficiência, pois não se pode admitir que um ato eivado de vícios produza efeitos.
- d) o poder de polícia, em sua faceta normativa, que admite o poder de revisão dos atos da Administração pública quando eivados de vícios ou inadequações.
- e) o poder de tutela, que incide sobre os atos da Administração pública em sentido amplo, permitindo a retirada, em algumas situações, de atos praticados inclusive por entes que integrem a Administração indireta.

### Comentários

Esta questão é respondida com [A DOCTRINA. Princípios e poderes da administração. Poder de autotutela.](#)

*A anulação pode ser feita pela Administração Pública, com base no seu poder de autotutela sobre os próprios atos, conforme entendimento já consagrado pelo STF por meio das Súmulas n os 346 e 473. Pela primeira, "a Administração Pública pode declarar a nulidade de seus próprios atos"; e nos termos da segunda, "a Administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornem ilegais, porque deles não se originam direitos, ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial". (Maria Sylvania Zanella Di Pietro, 2018)*

#### 315. FCC - Proc (PGE RN)/PGE RN/2014

A correlação válida entre os chamados poderes da Administração está em:

- a) O poder hierárquico decorre do poder disciplinar, na medida em que estabelece relação jurídica dentro dos quadros funcionais do poder público.
- b) O poder hierárquico decorre do poder normativo no que se refere à estruturação e criação de secretarias de Estado, na medida em que esse se qualifica como autônomo e originário.
- c) O poder disciplinar permite a aplicação de sanções não previstas em lei, o que o aproxima, quanto aos predicados, do poder normativo.
- d) O poder hierárquico e o poder disciplinar confundem-se quando se trata de relações jurídicas travadas dentro da estrutura da Administração.
- e) O poder disciplinar pode ser decorrente do poder hierárquico, mas também pode projetar efeitos para além das relações travadas interna corporis.**

### Comentários

Esta questão é respondida com [A DOCTRINA. Princípios e poderes da administração. Poder disciplinar.](#)

*No que diz respeito aos servidores públicos, o poder disciplinar é uma decorrência da hierarquia; mesmo no Poder Judiciário e no Ministério Público, onde não há hierarquia quanto ao exercício de suas funções institucionais, ela existe quanto ao aspecto funcional da relação de trabalho, ficando os seus membros sujeitos à disciplina interna da instituição. (Maria Sylvania Zanella Di Pietro, 2018)*



*Fundado, normalmente, na hierarquia administrativa, o poder disciplinar relaciona-se com as relações jurídicas especiais administrativas, englobando duas situações:*

*a) relações funcionais travadas com agentes públicos, independentemente da natureza do respectivo vínculo jurídico – legal ou negocial (ex.: demissão do servidor público); e*

*b) particulares inseridos em relações jurídicas especiais com a Administração, mas que não são considerados agentes públicos (ex.: aplicação de multa contratual à empresa contratada pela Administração, sanções aplicadas aos alunos de escola pública e aos usuários de biblioteca pública etc.). (Rafael Carvalho, 2018).*

### 316. FCC - Proc (PGE RN)/PGE RN/2014

Determinada autarquia estadual ofereceu em garantia bens de sua titularidade, para obtenção de financiamento em projeto de desenvolvimento regional com a participação de outras entidades da Administração pública. Referido ato, praticado por dirigente da entidade,

a) pode ser impugnado por meio de recurso dirigido ao Chefe do Executivo, independentemente de previsão legal, com base no princípio da hierarquia.

b) pode ser revisto, de ofício, pela Secretaria de Estado à qual se encontra vinculada a entidade autárquica, em decorrência do princípio da supervisão.

**c) comporta revisão, com base no princípio da tutela, se verificado desvio da finalidade institucional da entidade, nos limites definidos em lei.**

d) comporta controle administrativo apenas em relação ao seu mérito, sendo passível de impugnação pela via judicial para controle das condições de legalidade.

e) não pode ser revisto pela autoridade prolatora, em face da preclusão, cabendo, contudo, a anulação pela autoridade superior, mediante análise de conveniência e oportunidade.

### Comentários

Esta questão é respondida com [\*\*A DOCTRINA. Princípios e poderes da administração. Tutela administrativa.\*\*](#)

*O controle exercido pela Administração Direta sobre os atos praticados pelas entidades que integram a Administração Indireta denomina-se tutela administrativa ou, em âmbito federal, supervisão ministerial (arts. 19 a 29 do Decreto-lei 200/1967). Em virtude da autonomia das entidades administrativas, a tutela somente será permitida quando houver previsão legal expressa. A relação entre o controlador e o controlado é de mera vinculação, e não de subordinação. Ex.: controle exercido pelo Ministério sobre os atos de determinada autarquia. Trata-se de controle interno-externo: interno em relação ao Poder controlador (no exemplo, o próprio Poder Executivo controla os seus atos) e externo quanto à pessoa jurídica responsável pelo controle (no exemplo, a União, por meio de seus Ministérios, controla, sob o aspecto finalístico, os atos das pessoas jurídicas federais). (Rafael Carvalho, 2018)*



### 317. FCC - Proc (PGE RN)/PGE RN/2014

Determinada empresa pública pleiteou à Administração pública a qualificação de organização social para, mediante contrato de gestão, prestar serviços na área da saúde. O pedido

a) deve ser indeferido, tendo em vista que essa qualificação somente se mostra possível para empresas públicas que tenham sido criadas especificamente para esse fim.

b) pode ser deferido, desde que não haja repasse de verbas públicas para essa pessoa jurídica, em razão de sua natureza jurídica ser de direito privado.

**c) deve ser indeferido, tendo em vista que a qualificação pleiteada somente poderia ser deferida à pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, que desenvolvessem atividades no setor de saúde.**

d) pode ser deferido se a empresa pública tiver sido constituída sob a forma de sociedade anônima e desde que não seja de capital aberto.

e) pode ser indeferido se a empresa tiver fins lucrativos, passível de deferimento no caso de ser filantrópica e a atividade pretendida constar expressamente do objeto social.

### Comentários

Esta questão é respondida com **A LETRA DA LEI. Organização da administração. Terceiro Setor. Organização social.**

*Lei 9.637/98 - Art. 1º O Poder Executivo poderá qualificar como organizações sociais pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, cujas atividades sejam dirigidas ao ensino, à pesquisa científica, ao desenvolvimento tecnológico, à proteção e preservação do meio ambiente, à cultura e à saúde, atendidos aos requisitos previstos nesta Lei.*

### 318. FCC - Proc (PGE RN)/PGE RN/2014

Uma determinada concessionária de serviços públicos ferroviários experimentou relevantes e significativos prejuízos em razão de grave deslizamento de parte de um morro próximo à malha ferroviária, em razão das fortes chuvas ocorridas na região. Além dos prejuízos pela destruição de bens da concessionária e de particulares, houve interrupção dos serviços por período superior a 30 (trinta) dias. Em razão desse incidente

a) a concessionária pode demandar o poder público em juízo, para ressarcimento dos prejuízos causados e pelos lucros cessantes, desde que comprove a culpa dos agentes responsáveis pelas obras de contenção de encostas, tendo em vista que em se tratando de hipótese de força-maior, aplica-se a responsabilidade civil na modalidade subjetiva.



b) o poder público não pode ser responsabilizado, tendo em vista que a ocorrência de força-maior supera eventual ocorrência de negligência nas obras e atividades de prevenção de acidentes.

c) a concessionária poderá demandar o poder público para fins de responsabilidade civil na modalidade objetiva, em razão da natureza da atividade prestada, relevante e essencial.

**d) o poder público poderá ser responsabilizado a indenizar os bens dos particulares caso se demonstre a ocorrência de culpa do serviço, ou seja, de que o acidente poderia ter sido evitado caso tivessem sido adotadas as prevenções cabíveis.**

e) o poder público será responsabilizado pelos prejuízos experimentados pela concessionária, tendo em vista que em se tratando de força-maior, aplica-se a responsabilidade civil na modalidade objetiva pura.

### Comentários

Esta questão é respondida com [A DOCTRINA. Responsabilidade civil do estado e prescrição. Responsabilidade subjetiva.](#)

*Para outros, a responsabilidade, no caso de omissão, é subjetiva, aplicando-se a teoria da culpa do serviço público ou da culpa anônima do serviço público (porque é indiferente saber quem é o agente público responsável). Segundo essa teoria, o Estado responde desde que o serviço público (a) não funcione, quando deveria funcionar; (b) funcione atrasado; ou (c) funcione mal. Nas duas primeiras hipóteses, tem-se a omissão danosa. (Maria Sylvia Zanella Di Pietro, 2018)*

#### 319. FCC - Proc (PGE RN)/PGE RN/2014

O Estado foi condenado judicialmente a indenizar cidadã por danos sofridos em razão da omissão de socorro em hospital da rede pública, eis que o hospital negou-se a realizar parto iminente alegando falta de leito disponível. Diante de tal condenação, entende-se que o Estado poderá exercer direito de regresso em face do servidor que negou a internação

a) com base na responsabilidade objetiva do mesmo, bastando a comprovação do nexo de causalidade entre a atuação do servidor e o dano.

b) com base na responsabilidade subjetiva do mesmo, que decorre automaticamente da condenação do Estado, salvo se comprovadas, pelo servidor, causas excludentes de responsabilidade.

c) independentemente da comprovação de dolo ou culpa, desde que constatado descumprimento de dever funcional.

**d) com base na responsabilidade subjetiva do servidor, condicionada à comprovação de dolo ou culpa.**

e) desde que comprove conduta omissiva ou comissiva dolosa, afastada a responsabilidade no caso de culpa decorrente do exercício de sua atividade profissional.



## Comentários

Esta questão é respondida com [A CF/1988. Responsabilidade civil do estado e prescrição. Ação de regresso.](#)

*Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)*

*§ 6º As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, **assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa.***

### 320. FCC - Proc (PGE RN)/PGE RN/2014

De acordo com a Constituição Federal, determinada atividade, quando erigida à condição de serviço público,

- a) torna imperativa a sua prestação direta pelo poder público.
- b) afasta a possibilidade de exploração econômica por particulares, salvo em caráter complementar ou subsidiário ao poder público.
- c) constitui obrigação do poder público, que pode prestá-la diretamente ou sob o regime de concessão ou permissão a particulares.**
- d) sujeita-se ao regime de direito público, que proíbe a exploração com intuito lucrativo.
- e) somente admite a exploração por particular nas hipóteses explicitadas na própria Constituição como serviços públicos não exclusivos.

## Comentários

Esta questão é respondida com [A CF/1988. Serviços públicos. Concessão e permissão.](#)

*Art. 175. Incumbe ao Poder Público, na forma da lei, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, sempre através de licitação, a prestação de serviços públicos.*

### 321. FCC - Proc (PGE RN)/PGE RN/2014

Determinado ente federado celebrou regular contrato de concessão do serviço público de exploração de rodovia precedida de obra pública. O contrato, nos moldes do que prevê a Lei nº 8.987/1997, delegou o serviço público para ser executado pela concessionária por sua conta e risco. Ocorre que durante as obras de implantação da rodovia, a concessionária identificou a existência de contaminação do solo em trecho significativo do perímetro indicado pelo poder concedente. Foi necessário, assim, longo trabalho de identificação do agente contaminante e complexa e vultosa descontaminação. Considerando-se que o perímetro da rodovia foi indicado pelo poder concedente, bem como que a responsabilidade pelo passivo ambiental pela execução da obra foi atribuído para a concessionária,



- a) cabe integral responsabilidade à concessionária, tendo em vista que o regime da chamada concessão comum não admite superveniências que conduzam a lógica do reequilíbrio econômico-financeiro do contrato.
- b) diante da ausência de previsibilidade do evento, impõe-se a repartição dos riscos, em igual proporção, lógica que rege os contratos de concessão comum.
- c) a responsabilidade pela descontaminação incumbe integralmente ao poder concedente, na medida em que foi responsável pela escolha da área e em razão de não haver previsão expressa no contrato, o que desloca o ônus para o ente público contratante.
- d) os custos e prejuízos experimentados devem ser integralmente repassados à tarifa, após o início da operação, como expressão do direito subjetivo da concessionária ao reequilíbrio econômico-financeiro do contrato.
- e) a responsabilidade pela descontaminação incumbe à concessionária, que pode, no entanto, invocar os atrasos no cronograma e os vultosos prejuízos comprovados para pleitear o reequilíbrio econômico-financeiro do contrato, na hipótese de intercorrência não passível de identificação anterior pelos licitantes.**

### Comentários

Esta questão é respondida com **A LETRA DA LEI. Serviços públicos. Equilíbrio econômico-financeiro.**

*Lei 8.987/95 - Art. 9º A tarifa do serviço público concedido será fixada pelo preço da proposta vencedora da licitação e preservada pelas regras de revisão previstas nesta Lei, no edital e no contrato.*

*§ 1º A tarifa não será subordinada à legislação específica anterior e somente nos casos expressamente previstos em lei, sua cobrança poderá ser condicionada à existência de serviço público alternativo e gratuito para o usuário. (Redação dada pela Lei nº 9.648, de 1998)*

*§ 2º Os contratos poderão prever mecanismos de revisão das tarifas, a fim de manter-se o equilíbrio econômico-financeiro.*

*Art. 25. Incumbe à concessionária a execução do serviço concedido, cabendo-lhe responder por todos os prejuízos causados ao poder concedente, aos usuários ou a terceiros, sem que a fiscalização exercida pelo órgão competente exclua ou atenuie essa responsabilidade.*

### 322. FCC - Proc (PGE RN)/PGE RN/2014

Determinado Estado da Federação pretende licitar a construção e a gestão de uma unidade prisional feminina, a primeira a ser edificada com essa finalidade específica, o que motivou a preocupação com o atingimento dos padrões internacionais de segurança e ressocialização. Assim, a modelagem idealizada foi uma concessão administrativa, na qual alguns serviços seriam prestados pelo parceiro privado. A propósito desse modelo e dos serviços objeto de delegação:



- a) é possível contratar a edificação da unidade prisional, mas o modelo de concessão administrativa não é adequado, na medida em que não há serviços públicos a serem delegados.
- b) pode ser adequado o modelo proposto, partindo da premissa de que são delegáveis os ciclos de consentimento e fiscalização do poder de polícia, reservando-se ao poder concedente as atividades pertinentes ao ciclo de imposição de ordem ou normatização e ao ciclo de sancionamento.**
- c) é adequado o modelo proposto, considerando que alguns ciclos do poder de polícia são delegáveis, à exceção do ciclo normativo, não se adequando, contudo, o conceito da concessão administrativa, que pressupõe retribuição financeira pelo usuário do serviço, o que inexistente no presente caso.
- d) é adequado o modelo proposto, caso parte dos serviços públicos seja remunerada à proporção do número de detentas usuárias do serviço, bem como se a delegação pretendida se restringir às atividades de sancionamento.
- e) não é adequado, tendo em vista que somente seria possível lançar mão de uma parceria público-privada na hipótese da totalidade dos serviços abrangidos pela unidade poder ser delegada ao particular, somente sendo possível promover a contratação de obra pública com base na Lei n o 8.666/1993.

### Comentários

Esta questão é respondida com [A JURISPRUDÊNCIA. Princípios e poderes da administração. Poder de polícia.](#)

ADMINISTRATIVO. PODER DE POLÍCIA. TRÂNSITO. SANÇÃO PECUNIÁRIA APLICADA POR SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA. IMPOSSIBILIDADE.

1. omissis...

2. No que tange ao mérito, convém assinalar que, em sentido amplo, poder de polícia pode ser conceituado como o dever estatal de limitar-se o exercício da propriedade e da liberdade em favor do interesse público. A controvérsia em debate é a possibilidade de exercício do poder de polícia por particulares (no caso, aplicação de multas de trânsito por sociedade de economia mista).

3. As atividades que envolvem a consecução do poder de polícia podem ser sumariamente divididas em quatro grupos, a saber: (i) legislação, (ii) consentimento, (iii) fiscalização e (iv) sanção.

4. No âmbito da limitação do exercício da propriedade e da liberdade no trânsito, esses grupos ficam bem definidos: o CTB estabelece normas genéricas e abstratas para a obtenção da Carteira Nacional de Habilitação (legislação); a emissão da carteira corporifica a vontade do Poder Público (consentimento); a Administração instala equipamentos eletrônicos para verificar se há respeito à velocidade estabelecida em lei (fiscalização); e também a Administração sanciona aquele que não guarda observância ao CTB (sanção).

5. **Somente o atos relativos ao consentimento e à fiscalização são delegáveis,**



**pois aqueles referentes à legislação e à sanção derivam do poder de coerção do Poder Público.**

6. No que tange aos atos de sanção, o bom desenvolvimento por particulares estaria, inclusive, comprometido pela busca do lucro - aplicação de multas para aumentar a arrecadação.

7. Recurso especial provido."(REsp. 817.537/MG, Segunda Turma, rel. Ministro Mauro Campbell, DJe de 10.12.2009)

### 323. FCC - Proc (PGE RN)/PGE RN/2014

A União pretende apoiar Estados e Municípios em projetos de mobilidade urbana, em especial expansão e modernização de transportes sobre trilhos. Nesse sentido, como forma de alavancar os investimentos necessários, pretende fomentar a utilização de Parcerias Público-Privadas, eis que

a) as despesas decorrentes dessa modalidade contratual não impactam o limite de endividamento público e permitem o comprometimento anual da receita corrente líquida, observado o limite de 10%.

b) tais contratos, quando celebrados na modalidade concessão administrativa, permitem a complementação dos pagamentos públicos com a receita tarifária obtida pelo concessionário mediante a prestação de serviços ao usuário.

**c) a Administração contratante apenas efetua o pagamento da contraprestação pecuniária relativa à parcela fruível dos serviços objeto do contrato, após sua efetiva disponibilização.**

d) viabilizam a utilização da capacidade de financiamento do setor privado para a construção de obras de grande vulto, mediante o oferecimento de garantias de pagamento pelo Poder Público, incidente sobre a arrecadação de impostos.

e) propiciam a construção da infraestrutura e a prestação de serviços aos usuários, que podem ser contratados em conjunto ou separadamente, no primeiro caso mediante concessão administrativa e no segundo, mediante concessão patrocinada.

### Comentários

Esta questão é respondida com **A DOCTRINA. Intervenção do Estado na Propriedade privada. Intervenção no domínio econômico.**

*Lei 11.079/2004 - Art. 7º A contraprestação da Administração Pública será obrigatoriamente precedida da disponibilização do serviço objeto do contrato de parceria público-privada.*

*§ 1º É facultado à administração pública, nos termos do contrato, efetuar o pagamento da contraprestação relativa a parcela fruível do serviço objeto do contrato de parceria público-privada.*

### 324. FCC - Proc (PGE RN)/PGE RN/2014



Considere as afirmações abaixo acerca da disciplina legal dos consórcios públicos, na forma prevista na Lei Federal n o 11.107/2007.

I. Os consórcios públicos podem ser constituídos como associação pública, integrando a Administração indireta dos entes da federação consorciados, ou como pessoa jurídica de direito privado.

II. O contrato de consórcio público somente pode ser celebrado com a ratificação, mediante lei, do protocolo de intenções anteriormente firmado pelos entes consorciados.

III. Os contratos de rateio firmados no âmbito de consórcios públicos devem, necessariamente, contar com a anuência da União, quando envolverem atuação em regiões metropolitanas.

Está correto o que se afirma APENAS em

- a) I.
- b) I e II.**
- c) II.
- d) II e III.
- e) III.

### Comentários

Esta questão é respondida com [A LETRA DA LEI. Serviços públicos. Consórcios públicos.](#)

*Lei 11.107/2005 - Art. 1o Esta Lei dispõe sobre normas gerais para a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios contratarem consórcios públicos para a realização de objetivos de interesse comum e dá outras providências.*

*§ 1o O consórcio público constituirá associação pública ou pessoa jurídica de direito privado.*

#### **ITEM I**

*Art. 5o O contrato de consórcio público será celebrado com a ratificação, mediante lei, do protocolo de intenções.* **ITEM II.**

### 325. FCC - Proc (PGE RN)/PGE RN/2014

Suponha que o Ministro da Fazenda tenha concedido benefício creditício à empresa privada, sem, contudo, a necessária oitiva de órgão colegiado que detém competência legal para opinar sobre a matéria. Referido ato, considerando as disposições da Lei Federal n o 9.784/1999,

**a) é passível de convalidação, caso suprido o defeito sanável, desde que não acarrete lesão ao interesse público nem prejuízo a terceiros.**



- b) deverá ser anulado, se não transcorrido mais de 2 (dois) anos, após o que se presume convalidado.
- c) deverá ser revogado pelo agente prolator, não se admitindo convalidação, eis que esta somente é possível em relação a atos vinculados.
- d) é passível de convalidação apenas pela autoridade superior, de acordo com juízo de conveniência e oportunidade.
- e) poderá ser anulado ou convalidado, sempre pela autoridade superior, a qual cabe sopesar, independentemente do cumprimento do requisito legal, o interesse público envolvido.

### Comentários

Esta questão é respondida com **A LETRA DA LEI. Atos administrativos. Convalidação.**

*Lei 9.784/99 - Art. 55. Em decisão na qual se evidencie não acarretarem lesão ao interesse público nem prejuízo a terceiros, os atos que apresentarem defeitos sanáveis poderão ser convalidados pela própria Administração.*

#### 326. FCC - Proc (PGE RN)/PGE RN/2014

Uma autarquia estadual que presta serviços no setor de transportes promoveu regular licitação para contratação de obras de recapeamento de pistas de rolamento das rodovias que explora. Transcorrido o procedimento de licitação nos termos legais, sagrou-se vencedora uma empresa, estando o procedimento em fase de homologação do resultado. Considerando que a Administração pretende concluir a contratação em face de comprovada necessidade do objeto,

- a) a autoridade competente possui pouca margem de apreciação quanto à conveniência e oportunidade para homologar o certame, na medida em que lhe resta o exame de compatibilidade do resultado com os preços e demais indicadores objetivos constantes do processo, havendo autores que indicam, inclusive, ser dever da autoridade fazê-lo.**
- b) diante de eventual incompatibilidade entre os preços praticados no mercado e o resultado, resta à autoridade competente o cancelamento da licitação, ainda que exista probabilidade de indenização do vencedor.
- c) não se admite controle na esfera do Judiciário antes da conclusão da fase de homologação e adjudicação, tendo em vista que somente após esses atos é que a licitação é considerada concluída e, portanto, hábil a projetar efeitos dos vícios de ilegalidade que a permearam.
- d) somente poderá haver revogação do certame por razões de conveniência e oportunidade após as fases de homologação e adjudicação do objeto se houver indenização para o vencedor.
- e) a autoridade competente possui discricionariedade em medida suficiente para rediscussão das condições e objeto da licitação antes da fase da homologação, a fim de



ajustar a futura contratação às necessidades da Administração, o que também configura expressão do poder exorbitante e do caráter mutável do contrato administrativo.

### Comentários

Esta questão é respondida com [A DOCTRINA. Licitação. Homologação.](#)

*A homologação, a seu turno, constitui manifestação vinculada, ou seja, praticado o ato, o agente por ela responsável não tem qualquer margem de avaliação quanto à conveniência e oportunidade da conduta. Ou bem procede à homologação, se tiver havido legalidade, ou não o faz em caso contrário. Além do aspecto da vinculação do agente, a homologação traz ainda outra distinção em relação à aprovação: contrariamente a esta, a homologação só pode ser produzida a posteriori. Há doutrina que admite a homologação para exame da legalidade e também da conveniência. Não nos parece lógico, com a devida vênia, o exame discricionário da conveniência no ato homologatório, pois que, se assim fosse, nenhuma diferença haveria em relação ao ato de aprovação posterior. Apesar disso, há casos em que a lei, embora de forma imprópria, realmente permite ao agente homologador aferição de legalidade e de conveniência administrativa. É o caso da homologação na licitação. (José dos Santos Carvalho Filho, 2018)*

### 327. FCC - Proc (PGE RN)/PGE RN/2014

Foi instaurada licitação para contratação de obras de construção de uma ponte intermunicipal. Após homologação do certame e adjudicação do objeto ao vencedor, adveio medida econômica que ensejou alta nos juros cobrados pelo mercado para financiamentos de projetos de infraestrutura. Antes da assinatura do contrato, a contratada apresentou proposta de redução da garantia em 2%, a fim de conseguir baixar seus custos de financiamento e preservar a taxa de retorno interno de seus investimentos. A proposta, lembrando que o vencedor tem intenção de assinar o contrato,

**a) não pode ser acatada pela Administração pública, sob pena de violação ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório, tendo em vista que a variação das taxas de juros constitui evento previsível e, portanto, configura álea ordinária.**

b) pode ser acatada pela Administração pública, seguida de aditamento do contrato para introduzir a alteração pretendida por se tratar de álea ordinária.

c) deve ser acatada pela Administração pública para fins de preservação do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, vez que o contratado foi onerado por motivo alheio à sua vontade.

d) pode ser acatada pela Administração pública caso se comprove que a alteração pretendida pela contratada continuaria a qualificar sua proposta como mais vantajosa.

e) não pode ser acatada, a não ser que se comprove que nenhum dos classificados teria condição de manter a proposta originalmente vencedora.

### Comentários

Esta questão é respondida com [A DOCTRINA. Contratos administrativos. Álea ordinária.](#)



*álea ordinária ou empresarial, que está presente em qualquer tipo de negócio; é um risco que todo empresário corre, como resultado da própria flutuação do mercado; sendo previsível, por ele responde o particular. Há quem entenda que mesmo nesses casos a Administração responde, tendo em vista que nos contratos administrativos os riscos assumem maior relevância por causa do porte dos empreendimentos, o que torna mais difícil a adequada previsão dos gastos; não nos parece aceitável essa tese, **pois, se os riscos não eram previsíveis, a álea deixa de ser ordinária;***

### 328. FCC - Proc (PGE RN)/PGE RN/2014

Um consórcio contratado pela Administração pública com base na Lei n o 8.666/1993, para realização de prestação de serviços de interesse público subcontratou parte do objeto. Considerando que o edital da licitação tenha regulado adequadamente a questão das subcontratações,

- a) é necessário que a empresa subcontratada apresente os mesmos requisitos exigidos para a habilitação técnica da empresa vencedora.
- b) a empresa ou as empresas subcontratadas deverão passar a integrar o consórcio vencedor da licitação, a fim de garantir o cumprimento do objeto do certame.
- c) a subcontratação pode envolver parcela fundamental do objeto, sem limite de percentual, caso se trate de empresa que integre o setor principal atendido pelo consórcio e que estivesse em condições de se habilitar tecnicamente.
- d) a subcontratação é faculdade do contratado, que define, justificadamente, o percentual passível de ser executado por terceiros, desde que integrantes do mesmo segmento técnico produtivo.
- e) a subcontratação não pode envolver parcela do objeto que guarde pertinência direta com habilitação técnica específica, sem a qual não teria o consórcio logrado êxito na contratação.**

### Comentários

Esta questão é respondida com **A LETRA DA LEI. Contratos administrativos. Subcontratação.**

*Lei 8.666/93 - Art. 72. O contratado, na execução do contrato, sem prejuízo das responsabilidades contratuais e legais, poderá subcontratar partes da obra, serviço ou fornecimento, até o limite admitido, em cada caso, pela Administração.*

*Art. 13. Para os fins desta Lei, consideram-se serviços técnicos profissionais especializados os trabalhos relativos a:*

*§ 3o A empresa de prestação de serviços técnicos especializados que apresente relação de integrantes de seu corpo técnico em procedimento licitatório ou como elemento de justificação de dispensa ou inexigibilidade de licitação, ficará obrigada a garantir que os referidos integrantes realizem pessoal e diretamente os serviços objeto do contrato.*

### 329. FCC - Proc (PGE RN)/PGE RN/2014



Em procedimento licitatório instaurado para contratação de fornecimento de trens para a ampliação do serviço de transporte metropolitano de passageiros prestado por entidade integrante da Administração indireta, referida entidade entendeu pertinente admitir a participação dos licitantes em consórcios. De acordo com as disposições da Lei n.º 8.666/1993,

a) somente existe tal possibilidade se a licitação for instaurada na modalidade concorrência.

b) essa prática é vedada, pois reduz o caráter competitivo da licitação, somente sendo admissível se a licitação for de âmbito internacional, com a obrigatoriedade de a liderança do consórcio recair sobre empresa brasileira.

c) essa previsão somente é possível em se tratando de parceria público-privada, devendo o consórcio vencedor constituir sociedade de propósito específico antes da assinatura do contrato.

**d) tal previsão é admissível, importando a responsabilidade solidária dos consorciados pelos atos praticados em consórcio, tanto na fase de licitação quanto de execução do contrato.**

e) a previsão somente é admitida em caráter excepcional, por razões de interesse público devidamente justificadas, vedado o somatório de quantitativos dos consorciados para efeito de qualificação econômico-financeira.

## Comentários

Esta questão é respondida com [\*\*A LETRA DA LEI. Licitação. Consórcio em licitação.\*\*](#)

*Lei 8.666/93 - Art. 33. Quando permitida na licitação a participação de empresas em consórcio, observar-se-ão as seguintes normas:*

*V - responsabilidade solidária dos integrantes pelos atos praticados em consórcio, tanto na fase de licitação quanto na de execução do contrato.*

### 330. FCC - Proc (PGE RN)/PGE RN/2014

Considere as afirmações abaixo que se prestam a descrever as prerrogativas da Administração pública, quanto atua na condição de contratante para aquisição de bens ou serviços e execução de obras, consubstanciadas nas denominadas cláusulas exorbitantes do contrato administrativo, derogatórias do regime contratual de direito privado.

I. Possibilidade de rescisão unilateral, pela Administração, por razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e exaradas, no processo correspondente, pela autoridade máxima da esfera administrativa a que se encontra subordinado o contratante.

II. Possibilidade de modificação unilateral pela Administração, para alteração da equação econômico-financeira original.



III. Proibição da suspensão, pelo contratado, do cumprimento de suas obrigações contratuais, mesmo na hipótese de atraso nos pagamentos devidos pela Administração contratante, salvo se o atraso for superior a 90 dias e não seja verificada situação de guerra, grave perturbação da ordem interna ou calamidade pública.

Está correto o que se afirma APENAS em

- a) I e III.
- b) I.
- c) III.
- d) I e II.
- e) II.

### Comentários

Esta questão é respondida com **A LETRA DA LEI. Contratos administrativos. Rescisão do contrato.**

*Art. 78. Constituem motivo para rescisão do contrato:*

*XII - razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o contratante e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato; **ITEM I.***

*XV - o atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela Administração decorrentes de obras, serviços ou fornecimento, ou parcelas destes, já recebidos ou executados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado ao contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação; **ITEM III.***

### 331. FCC - Proc (PGE RN)/PGE RN/2014

A Administração estadual pretende contratar a construção de uma unidade hospitalar para atendimento da população carente. Em razão da urgência, pretende que o privado contratado, além de se responsabilizar por todas as fases da obra, promova não só a edificação, mas também entregue a obra guarnecida de todos os equipamentos e instalações necessários ao pronto atendimento da população. Considerando que a gestão da unidade hospitalar será entregue a uma organização social com respeitado histórico de boa administração no setor, para a contratação da obra

- a) deverá licitar uma empreitada por preço global, com base na Lei que introduziu o regime diferenciado de contratações, a fim de garantir a celeridade necessária.
- b) deverá licitar uma parceria público-privada, sob a modalidade de concessão administrativa.
- c) poderá licitar uma parceria público-privada, sob a modalidade de concessão administrativa ou concessão patrocinada.



d) poderá licitar qualquer das modalidades de parceria público-privada, das previstas no regime diferenciado de contratações ou na Lei n o 8.666/93, contanto que demonstre a vantajosidade econômico-financeira da opção feita.

e) deverá licitar, com base no regime diferenciado de contratações, uma empreitada integral, que poderá abranger inclusive a elaboração de projetos pelo mesmo contratado.

## Comentários

Gabarito: Anulada, gabarito preliminar: Letra E.

Esta questão é respondida com **A LETRA DA LEI. Licitação. RDC.**

A letra E está errada quando disse que será uma “empreitada integral”, está se referindo, na verdade a uma contratação integrada.

*Lei 12.462/2011 - Art. 9o Nas licitações de obras e serviços de engenharia, no âmbito do RDC, poderá ser utilizada a contratação integrada, desde que técnica e economicamente justificada e cujo objeto envolva, pelo menos, uma das seguintes condições:*

*§ 1o A contratação integrada compreende a elaboração e o desenvolvimento dos projetos básico e executivo, a execução de obras e serviços de engenharia, a montagem, a realização de testes, a pré-operação e todas as demais operações necessárias e suficientes para a entrega final do objeto.*

*Art. 36. É vedada a participação direta ou indireta nas licitações de que trata esta Lei:*

*I - da pessoa física ou jurídica que elaborar o projeto básico ou executivo correspondente;*

*§ 1o Não se aplica o disposto nos incisos I, II e III do caput deste artigo no caso das contratações integradas.*

### 332. FCC - Proc (PGE RN)/PGE RN/2014

O Poder Público desapropriou vários imóveis objetivando a construção de um grande complexo hospitalar. Contudo, antes de iniciar a licitação para a contratação das obras, verificou que os recursos orçamentários disponíveis não seriam suficientes para fazer frente ao empreendimento, desistindo, assim, da sua execução. Considerando a disciplina legal aplicável,

a) não poderá dar aos imóveis desapropriados destinação diversa daquela prevista na declaração de utilidade pública, estando obrigado a aliená-los para recuperar os recursos orçamentários despendidos com o pagamento das indenizações.

b) poderá alienar os imóveis, mediante procedimento licitatório, independentemente de oferecimento prévio aos expropriados, desde que já tenha pago a integralidade das indenizações devidas.

c) poderá alienar os imóveis ou exigir dos expropriados a restituição do valor já recebido a título de indenização, com a correspondente devolução do imóvel, expurgando-se os juros compensatórios.



d) poderá alienar onerosamente os imóveis por meio de procedimento licitatório, na hipótese de não vislumbrar utilidade pública para os mesmos, devendo, obrigatoriamente oferecê-los previamente aos respectivos expropriados para aquisição pelo valor atual dos bens.

e) somente poderá alienar os imóveis aos expropriados ou seus sucessores, por valor estabelecido em avaliação atualizada, que não poderá superar o montante pago a título de indenização, incluindo os juros moratórios e compensatórios.

### Comentários

Esta questão é respondida com [A LETRA DA LEI. Intervenção do Estado na Propriedade privada. Desapropriação.](#)

*Art. 519, CC. Se a coisa expropriada para fins de necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social, não tiver o destino para que se desapropriou, ou não for utilizada em obras ou serviços públicos, caberá ao expropriado direito de preferência, pelo preço atual da coisa.*

## 3.14 – ANÁLISE PROVA PROC. LEG. CÂMARA MUNICIPAL SP 2014

### 333. FCC - Proc Leg (CamMun SP)/CM SP/2014

Analise as seguintes afirmações, acerca do exercício do poder disciplinar pela Administração:

I. O afastamento preventivo do servidor público e a chamada “verdade sabida” não são admitidos após a Constituição Federal de 1988, pois tais institutos violam os princípios da presunção de inocência, da ampla defesa e do contraditório, nela consagrados.

II. A anulação de ato punitivo anterior, produzido com vício de legalidade, e a aplicação de outra punição, mais gravosa, não constitui bis in idem.

III. A renúncia formal ao direito de defesa, pelo acusado, dispensa a constituição de defensor dativo no processo administrativo disciplinar.

Está correto o que se afirma APENAS em

a) I e II.

b) II.

c) III.

d) I e III.

e) II e III.

### Comentários

Esta questão é respondida com [A DOCTRINA. Atos administrativos. Anulação.](#)

O mero fato da administração anular um ato punitivo produzido com vício de legalidade e na sequência aplicar ato punitivo mais gravoso não implica bis in idem, uma vez



que a administração quando anula um ato, o anula com efeitos ex tunc ou seja, como se aquele ato nunca tivesse existido.

*Lei 9.784/99 - Art. 53. A Administração deve anular seus próprios atos, quando eivados de vício de legalidade, e pode revogá-los por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos.*

#### Súmula 473

A administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial.

### 334. FCC - Proc Leg (CamMun SP)/CM SP/2014

No que tange aos órgãos públicos, é correto afirmar:

- a) A teoria do mandato é a explicação adotada pela doutrina atual para explicar a expressão da vontade estatal pelos órgãos públicos e pelos agentes administrativos que os compõem.
- b) Somente se pode proceder à criação de um órgão público mediante lei de iniciativa da Chefia do Poder Executivo, sob pena de inconstitucionalidade por vício de iniciativa.
- c) Como regra, os órgãos públicos são destituídos de capacidade processual; porém, a doutrina e a jurisprudência nacionais vêm reconhecendo tal capacidade a órgãos de status constitucional, quando necessária à defesa de suas prerrogativas e competências institucionais.**
- d) O Chefe do Poder Executivo pode, por decreto, promover a extinção de órgãos públicos, quando seus cargos estiverem vagos.
- e) As Câmaras Municipais não são propriamente órgãos públicos, mas entes autárquicos, dado a autonomia que lhes é conferida pela Constituição.

### Comentários

Esta questão é respondida com [A JURISPRUDÊNCIA. Organização da administração. Órgãos públicos.](#)

AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO EXTRAORDINÁRIO. CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL. LEGITIMIDADE PARA RECORRER. CAPACIDADE PARA SER PARTE E ESTAR EM JUÍZO. ADI 1557. LEGITIMIDADE PARA A CAUSA CONCRETAMENTE APRECIADA. AUSÊNCIA. PRECEDENTES.

**A corte pacificou entendimento de que certos órgãos materialmente despersonalizados, de estatura constitucional, possuem personalidade judiciária**



**(capacidade para ser parte) ou mesmo, como no caso, capacidade processual (para estar em juízo).** ADI 1557, rel. Min. Ellen Gracie, Tribunal Pleno, DJ 18.06.2004. Essa capacidade, que decorre do próprio sistema de freios e contrapesos, não exime o julgador de verificar a legitimidade ad causam do órgão despersonalizado, isto é, sua legitimidade para a causa concretamente apreciada. Consoante a jurisprudência sedimentada nesta Corte, tal legitimidade existe quando o órgão despersonalizado, por não dispor de meios extrajudiciais eficazes para garantir seus direitos-função contra outra instância de Poder do Estado, necessita da tutela jurisdicional. Hipótese não configurada no caso. Agravo regimental a que se nega provimento. (STF - RE 595176 AgR, Relator: Min. JOAQUIM BARBOSA, Segunda Turma, julgado em 31/08/2010, DJe-235 DIVULG 03-12-2010 PUBLIC 06-12-2010 EMENT VOL-02445-01 PP-00242 RT v. 100, n. 906, 2011, p. 493-499).

### 335. FCC - Proc Leg (CamMun SP)/CM SP/2014

Conforme prevê a Lei Federal nº 8.987/95, que dispõe sobre o regime das concessões de serviço público, é correto afirmar:

- a) Não se caracteriza como descontinuidade do serviço a sua interrupção motivada por razões de ordem técnica ou de segurança das instalações, contanto que haja prévio aviso aos usuários.
- b) As concessões terão prazo máximo de 25 (vinte e cinco) anos, prorrogáveis por igual período, condicionada a prorrogação à prévia autorização legislativa.
- c) Admite-se a concessão a título precário de serviços públicos, desde que tal delegação não implique em investimento de vulto pelo concessionário ou na re versão de bens ao poder concedente.
- d) A criação, alteração ou extinção de qualquer tributo, após a apresentação da proposta, quando comprovado seu impacto, implicará a revisão da tarifa, para mais ou para menos, conforme o caso.
- e) Nas condições estabelecidas no contrato de concessão, o poder concedente autorizará a assunção do controle da concessionária por seus financiadores para promover sua reestruturação financeira e assegurar a continuidade da prestação dos serviços, podendo dispensar do financiador a comprovação do atendimento às exigências de capacidade técnica e idoneidade financeira para assunção do serviço.

### Comentários

Gabarito: Anulada, Gabarito preliminar: Letra E.

Esta questão é respondida com **A LETRA DA LEI. Serviços públicos. Transferência de concessão.**



A questão foi anulada, visto que a Letra A também está correta, uma vez existindo aviso prévio, não é caracterizada a descontinuidade do serviço público.

*Lei 8.987/95 - Art. 27. A transferência de concessão ou do controle societário da concessionária sem prévia anuência do poder concedente implicará a caducidade da concessão.*

*§ 1o Para fins de obtenção da anuência de que trata o caput deste artigo, o pretendente deverá:*

*I - atender às exigências de capacidade técnica, idoneidade financeira e regularidade jurídica e fiscal necessárias à assunção do serviço; e*

*II - comprometer-se a cumprir todas as cláusulas do contrato em vigor.*

*§ 2o Nas condições estabelecidas no contrato de concessão, o poder concedente autorizará a assunção do controle da concessionária por seus financiadores para promover sua reestruturação financeira e assegurar a continuidade da prestação dos serviços.*

*§ 3o Na hipótese prevista no § 2o deste artigo, o poder concedente exigirá dos financiadores que atendam às exigências de regularidade jurídica e fiscal, podendo alterar ou dispensar os demais requisitos previstos no § 1o, inciso I deste artigo.*

### 336. FCC - Proc Leg (CamMun SP)/CM SP/2014

Os convênios administrativos

a) são contratos de natureza não pecuniária, firmado entre entidades públicas ou entre entidade pública e particular, para consecução de atividades de interesse comum dos partícipes.

**b) celebrados por iniciativa do Poder Executivo independem de prévia autorização da Câmara Municipal, mesmo quando envolverem o repasse de recursos financeiros entre os partícipes.**

c) são instrumentos jurídicos adequados para promover a desconcentração administrativa, com a transferência da execução de atividades administrativas entre órgãos públicos distintos, pertencentes ao mesmo ente estatal

d) devem ser precedidos da realização de procedimento licitatório para escolha do partícipe receptor dos recursos, quando envolverem o repasse de recursos financeiros.

e) firmados pelo Município de São Paulo são fiscalizados com exclusividade pelo Tribunal de Contas do Município, em razão de sua competência *ratione personae*, excluindo a competência dos demais Tribunais de Contas.

### Comentários

Esta questão é respondida com **A LETRA DA LEI. Contratos administrativos. Convênios.**

*Decreto 6.170/2007 - Art. 1º Este Decreto regulamenta os convênios, contratos de repasse e termos de execução descentralizada celebrados pelos órgãos e entidades da administração*



*pública federal com órgãos ou entidades públicas ou privadas sem fins lucrativos, para a execução de programas, projetos e atividades que envolvam a transferência de recursos ou a descentralização de créditos oriundos dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União. (Redação dada pelo Decreto nº 8.180, de 2013)*

*§ 1º Para os efeitos deste Decreto, considera-se:*

*I - convênio - acordo, ajuste ou qualquer outro instrumento que discipline a transferência de recursos financeiros de dotações consignadas nos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União e tenha como partícipe, de um lado, órgão ou entidade da administração pública federal, direta ou indireta, e, de outro lado, órgão ou entidade da administração pública estadual, distrital ou municipal, direta ou indireta, ou ainda, entidades privadas sem fins lucrativos, visando a execução de programa de governo, envolvendo a realização de projeto, atividade, serviço, aquisição de bens ou evento de interesse recíproco, em regime de mútua cooperação;*

### 337. FCC - Proc Leg (CamMun SP)/CM SP/2014

Uma empresa concessionária de gás encanado, ao realizar perfurações no subterrâneo de uma rua, situada em área urbana, descobre um veio aurífero. O veio descoberto pertence

**a) à União, pois as jazidas, em lavra ou não, constituem propriedade distinta da do solo, para efeito de exploração ou aproveitamento.**

b) ao Município, pois situado em logradouro urbano municipal, seguindo a regra pela qual a propriedade do solo abrange a do espaço aéreo e subsolo correspondentes, em altura e profundidade úteis ao seu exercício.

c) à empresa concessionária e ao Município, em iguais partes, em virtude de constituir aquisição originária por achado de tesouro, regulada pelo Código Civil.

d) ao Estado-Membro, pois o serviço concedido é de titularidade estadual e a descoberta se deu em decorrência de tal atividade, seguindo a regra *accessorium sequitur summ principale*.

e) aos trabalhadores que realizaram a descoberta e à empresa concessionária, em iguais partes, em aplicação analógica da legislação sobre garimpo, que determina a partilha da exploração entre garimpeiros e concessionários da lavra.

### Comentários

Esta questão é respondida com **A CF/1988. Bens públicos. Bens da União.**

*Art. 20. São bens da União:*

*IX - os recursos minerais, inclusive os do subsolo;*

### 338. FCC - Proc Leg (CamMun SP)/CM SP/2014

Jeferson, servidor administrativo da Câmara Municipal, titular de cargo efetivo, estava de férias na praia, quando sofreu grave acidente ao ser atropelado por uma lancha a motor. Do acidente resultou grave lesão de natureza irreversível e incapacitante,



gerando sua aposentadoria por invalidez permanente, a contar do laudo médico oficial, emitido em 23 de setembro de 2013. Sabe-se que, nessa data, Jeferson tinha 45 (quarenta e cinco) anos e que ingressou no serviço público municipal em 15 de dezembro de 1997.

Diante da situação acima narrada, deve-se concluir, no tocante aos proventos de Jeferson, que serão

**a) proporcionais; calculados com base na remuneração do cargo efetivo em que se deu a aposentadoria; e assegurada a revisão dos proventos na mesma proporção e na mesma data, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade.**

b) integrais; calculados com base nas remunerações utilizadas como base para as contribuições do servidor aos regimes de previdência oficial, calculada a média na forma da lei; e assegurado o reajustamento dos proventos para preservar-lhes, em caráter permanente, o valor real, conforme critérios estabelecidos em lei.

c) proporcionais; calculados com base nas remunerações utilizadas como base para as contribuições do servidor aos regimes de previdência oficial, calculada a média na forma da lei; e assegurada a revisão dos proventos na mesma proporção e na mesma data, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade.

d) integrais; calculados com base na remuneração do cargo efetivo em que se deu a aposentadoria; e assegurado o reajustamento dos proventos para preservar-lhes, em caráter permanente, o valor real, conforme critérios estabelecidos em lei.

e) integrais; calculados com base na remuneração do cargo efetivo em que se deu a aposentadoria; e assegurada a revisão dos proventos na mesma proporção e na mesma data, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade.

## Comentários

Esta questão é respondida com [A CF/1988. Servidores públicos. Aposentadoria.](#)

*Emenda Constitucional 41/2003:*

*"Art. 6º-A. O servidor da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, que tenha ingressado no serviço público até a data de publicação desta Emenda Constitucional e que tenha se aposentado ou venha a se aposentar por invalidez permanente, com fundamento no inciso I do 1º do art. 40 da Constituição Federal, tem direito a proventos de aposentadoria calculados com base na remuneração do cargo efetivo em que se deu a aposentadoria, na forma da lei, não sendo aplicáveis as disposições constantes dos 3º, 8º e 17 do art. 40 da Constituição Federal".*

### 339. FCC - Proc Leg (CamMun SP)/CM SP/2014

No tocante aos serviços técnicos especializados, a Lei Federal nº 8.666/93 determina:

a) A Administração só poderá contratar, pagar, premiar ou receber projeto ou serviço técnico especializado desde que o autor ceda os direitos patrimoniais e morais a ele relativos e a Administração possa utilizá-lo de acordo com o previsto no regulamento de concurso ou no ajuste para sua elaboração.



b) Ressalvados os casos de inexigibilidade de licitação, os contratos para a prestação de serviços técnicos profissionais especializados deverão, preferencialmente, ser celebrados mediante a realização de licitação do tipo técnica e preço.

c) É hipótese de dispensa de licitação a contratação de serviços técnicos enumerados no art. 13 da Lei Federal nº 8.666/93, de natureza singular, com profissionais ou empresas de notória especialização.

**d) A empresa de prestação de serviços técnicos especializados que apresente relação de integrantes de seu corpo técnico em procedimento licitatório ou como elemento de justificação de dispensa ou inexigibilidade de licitação, ficará obrigada a garantir que os referidos integrantes realizem pessoal e diretamente os serviços objeto do contrato.**

e) Publicado o aviso de licitação, o prazo mínimo para recebimento das propostas será de 60 (sessenta) dias, quando o contrato a ser celebrado contemplar a prestação de serviços técnicos especializados.

## Comentários

Esta questão é respondida com [A LETRA DA LEI. Licitação.Serviços técnicos especializados.](#)

*Lei 8.666/93 - Art. 13. Para os fins desta Lei, consideram-se serviços técnicos profissionais especializados os trabalhos relativos a:*

*§ 3o A empresa de prestação de serviços técnicos especializados que apresente relação de integrantes de seu corpo técnico em procedimento licitatório ou como elemento de justificação de dispensa ou inexigibilidade de licitação, ficará obrigada a garantir que os referidos integrantes realizem pessoal e diretamente os serviços objeto do contrato.*

### 340. FCC - Proc Leg (CamMun SP)/CM SP/2014

Na contratação de serviços pela Administração Pública, de acordo com a Lei de Licitações:

I. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração especialmente designado, permitida a contratação de terceiros para assisti-lo e subsidiá-lo de informações pertinentes a essa atribuição.

II. O contratado é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.

III. A inadimplência do contratado, com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato.

IV. O contratado responde subsidiariamente pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.

Está correto o que se afirma APENAS em

a) I e II.



- b) I, II e III.
- c) I, III e IV.
- d) I, II e IV.
- e) III e IV.

### Comentários

Esta questão é respondida com **A LETRA DA LEI. Contratos administrativos.**

#### Características.

*Art. 67. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração especialmente designado, permitida a contratação de terceiros para assisti-lo e subsidiá-lo de informações pertinentes a essa atribuição. **ITEM I***

*Art. 71. O contratado é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato. **ITEM II***

*§ 1o A inadimplência do contratado, com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato ou restringir a regularização e o uso das obras e edificações, inclusive perante o Registro de Imóveis. (Redação dada pela Lei nº 9.032, de 1995) **ITEM III***

#### **341. FCC - Proc Leg (CamMun SP)/CM SP/2014**

Analise a seguinte situação hipotética:

Em razão da realização de evento desportivo de âmbito mundial, foi editada Lei Federal determinando que, durante o período de realização da referida competição, os terrenos vagos de propriedade particular situados no raio de 3 (três) quilômetros dos estádios que sediam a competição, sejam colocados à disposição das respectivas Municipalidades-sedes, para fins de instalação de equipamentos necessários à segurança e comodidade dos frequentadores dos eventos do campeonato, como postos de policiamento e sanitários coletivos, assegurando-se indenização aos respectivos proprietários, com base em critérios estabelecidos na referida legislação.

Em vista do relato, deve-se concluir que está sendo utilizado o instituto da

- a) desapropriação pro tempore.
- b) servidão administrativa.
- c) permissão de uso.
- d) ocupação temporária.**
- e) locação compulsória.

### Comentários

Esta questão é respondida com **A LETRA DA LEI. Intervenção do Estado na Propriedade privada. Ocupação temporária.**



*Dec-Lei 3.365/41 - Art. 36. É permitida a ocupação temporária, que será indenizada, afinal, por ação própria, de terrenos não edificados, **vizinhos às obras e necessários à sua realização.***

### 342. FCC - Proc Leg (CamMun SP)/CM SP/2014

A Lei de Acesso à Informação – Lei Federal nº 12.527/2011 – exige a divulgação sponte própria, pelos órgãos públicos, de informações de interesse coletivo ou geral por eles produzidas ou custodiadas, o que vem sendo denominado de “transparência ativa”. O art. 8º da Lei estabelece um rol de informações que obrigatoriamente devem ser divulgadas, independentemente de requerimento. Dentre as informações mencionadas nesse rol, NÃO consta:

- a) registros das despesas.
- b) registros de quaisquer repasses ou transferências de recursos financeiros.
- c) respostas a perguntas mais frequentes da sociedade.
- d) informações concernentes a procedimentos licitatórios, inclusive os respectivos editais e resultados, bem como a todos os contratos celebrados.
- e) informações sobre os procedimentos disciplinares instaurados, concluídos e punições aplicadas a agentes públicos.**

### Comentários

Esta questão é respondida com **A DOCTRINA. Intervenção do Estado na Propriedade privada. Intervenção no domínio econômico.**

*Lei 12.527/2011 - Art. 8º É dever dos órgãos e entidades públicas promover, independentemente de requerimentos, a divulgação em local de fácil acesso, no âmbito de suas competências, de informações de interesse coletivo ou geral por eles produzidas ou custodiadas.*

*§ 1º Na divulgação das informações a que se refere o caput, deverão constar, no mínimo:*

*I - registro das competências e estrutura organizacional, endereços e telefones das respectivas unidades e horários de atendimento ao público;*

*II - registros de quaisquer repasses ou transferências de recursos financeiros;*

*III - registros das despesas;*

*IV - informações concernentes a procedimentos licitatórios, inclusive os respectivos editais e resultados, bem como a todos os contratos celebrados;*

*V - dados gerais para o acompanhamento de programas, ações, projetos e obras de órgãos e entidades; e*

*VI - respostas a perguntas mais frequentes da sociedade.*



## 4 – DIREITO ADMINISTRATIVO CESPE

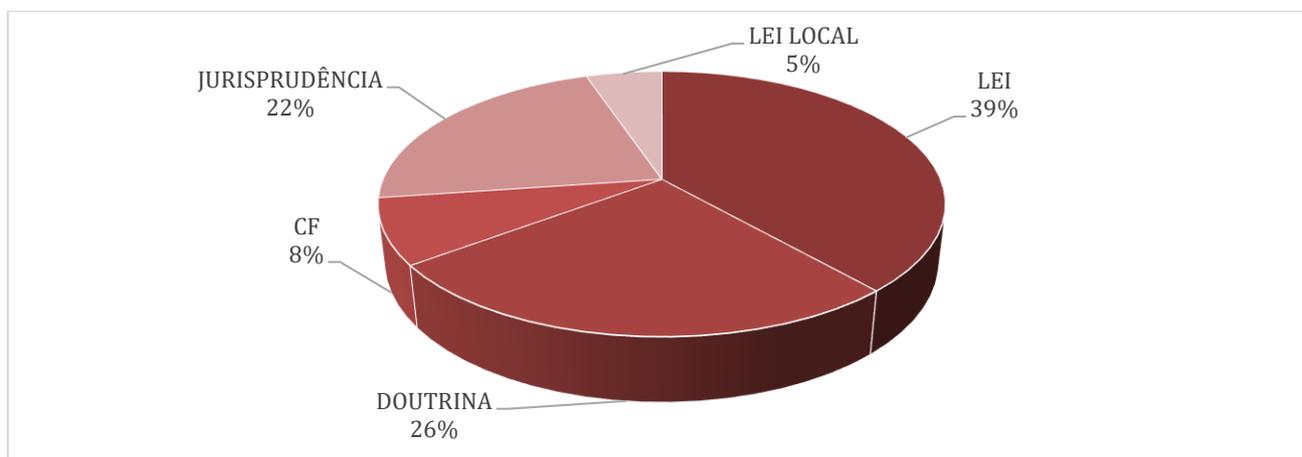
Diante da análise de todas as questões de **Direito Administrativo** cobradas nos últimos 5 (cinco) anos, a banca CESPE para concursos de **Procurador**, a cobrança foi feita de maneira bem equitativa, pendendo para a legislação seca correlata ao direito administrativo. Tanto a doutrina como a jurisprudência foram cobradas de maneira relevante, sendo necessário o conhecimento de conceitos básicos como também dos principais julgados das nossas cortes superiores.

Eis o gráfico de incidência:

DIREITO ADMINISTRATIVO	LEI	DOCTRINA	CF	JURISPRUDÊNCIA	LEI LOCAL	Nº QUESTÕES
Conceitos introdutórios de Direito Administrativo		6				6
Contratos administrativos	3	1		3		7
Princípios e poderes da administração	1	10	2	3		16
Processo administrativo Federal e Local	8			1	4	13
Serviços públicos	6	1		2		9
Controle da administração		1	6	3		10
Responsabilidade civil do estado e Prescrição	2	4	1	5		12
Organização da administração	16	7	2	1		26
Bens públicos	4	10				14
Improbidade administrativa	8			6		14
Intervenção do Estado na propriedade	5	3	4	5		17
Licitação	16			3	1	20
Atos administrativos	4	12		5		21
Servidores públicos	9	1	2	10	6	28
<b>TOTAL</b>	<b>82</b>	<b>56</b>	<b>17</b>	<b>47</b>	<b>11</b>	<b>213</b>
<b>%</b>	<b>38,5%</b>	<b>26,3%</b>	<b>8,0%</b>	<b>22,1%</b>	<b>5,2%</b>	<b>100%</b>



Estatisticamente as provas foram cobradas da seguinte maneira:



Já os temas foram cobrados da seguinte maneira:



Em uma análise prova a prova da CESPE em Direito Administrativo, desde 2014 até 2018, temos o seguinte:

<b>PGM João Pessoa - 2018</b>	<b>LEI</b>	<b>DOCTRINA</b>	<b>CF</b>	<b>JURISPRUDÊNCIA</b>	<b>LEI LOCAL</b>	<b>Nº QUESTÕES</b>
Atos administrativos - Decisão de nulidade	1					1
Organização da administração - OSCIP	1					1
Serviços públicos - concessão de serviços públicos				1		1
Controle da administração - Controle do TCU				1		1
Bens públicos - bens de uso especial	1					1
Servidores públicos - Processo administrativo disciplinar				1		1
Improbidade administrativa - Dolo genérico				1		1
Princípios e Poderes da administração - Poder de polícia				1		1
Processo administrativo federal - Intimação	1					1
Licitação - Mão de obra do sistema prisional	1					1
Licitação - pregão	1					1
Contratos administrativos - manutenção	1					1
Organização da administração - Acordo de cooperação	1					1
Licitação - Sistema de registro de preços	1					1



Contratos administrativos - instrumentos contratuais	1					1
Intervenção do estado na propriedade - Espécies de intervenção.				1		1
<b>TOTAL</b>	<b>10</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>6</b>	<b>0</b>	<b>16</b>
<b>%</b>	<b>62,5%</b>	<b>0,0%</b>	<b>0,0%</b>	<b>37,5%</b>	<b>0,0%</b>	<b>100%</b>

<b>PGM Manaus - 2018</b>	<b>LEI</b>	<b>DOCTRINA</b>	<b>CF</b>	<b>JURISPRUDÊNCIA</b>	<b>LEI LOCAL</b>	<b>Nº QUESTÕES</b>
Conceitos introdutórios de direito administrativo - Constitucionalização		1				1
Princípios e poderes da administração - Princípio da juridicidade		1				1
Conceitos introdutórios de direito administrativo - Processualização		1				1
Responsabilidade civil do Estado e prescrição - Excludente de ilicitude penal				1		1
Serviços públicos - Princípio da continuidade do serviço público				1		1
Serviços públicos - PPP	1					1
Organização da administração - consórcios públicos	1					1
Serviços públicos - Usuários do serviço público	1					1
Licitação - dispensa e inexigibilidade				1		1



Improbidade administrativa - Atos de improbidade				1		1
Improbidade administrativa - Prova emprestada				1		1
Processo administrativo federal e local - delegação de competência					1	1
Processo administrativo Federal e local - Motivação	1					1
Processo administrativo federal e local - Invalidez dos atos administrativos					1	1
Licitação - execução indireta	1					1
Contrato administrativo - nulidade				1		1
Licitações - RDC	1					1
Organização da administração - Termo de fomento	1					1
<b>TOTAL</b>	<b>7</b>	<b>3</b>	<b>0</b>	<b>6</b>	<b>2</b>	<b>18</b>
<b>%</b>	<b>38,9%</b>	<b>16,7%</b>	<b>0,0%</b>	<b>33,3%</b>	<b>11,1%</b>	<b>100%</b>

<b>PGE PE - 2018</b>	<b>LEI</b>	<b>DOCTRINA</b>	<b>CF</b>	<b>JURISPRUDÊNCIA</b>	<b>LEI LOCAL</b>	<b>Nº QUESTÕES</b>
Atos administrativos - atos inominados		1				1
Atos administrativos - atos complexos		1				1
Princípios e Poderes da administração - poder de polícia				1		1
Organização da administração - descentralização por colaboração		1				1



Organização da administração - Agências reguladoras	1					1
Organização da administração - estatuto da empresa pública e sociedade de economia mista	1					1
Responsabilidade civil do Estado e prescrição - Detento sob custódia				1		1
Bens públicos - permissão de uso		2				2
Improbidade administrativa - Atos de improbidade	1					1
Processo administrativo federal e local - recursos	1					1
Processo administrativo e local - anulação					1	1
Licitação - RDC	1					1
Organização da administração - acordo de cooperação	1					1
<b>TOTAL</b>	<b>6</b>	<b>5</b>	<b>0</b>	<b>2</b>	<b>1</b>	<b>14</b>
<b>%</b>	<b>42,9%</b>	<b>35,7%</b>	<b>0,0%</b>	<b>14,3%</b>	<b>7,1%</b>	<b>100%</b>

<b>PGM Fortaleza - 2017</b>	<b>LEI</b>	<b>DOCTRINA</b>	<b>CF</b>	<b>JURISPRUDÊNCIA</b>	<b>LEI LOCAL</b>	<b>Nº QUESTÕES</b>
Princípios e poderes da administração - nepotismo				1		1
Conceitos introdutórios do direito administrativo - Relação jurídica Estado-Sociedade		1				1



Conceitos introdutórios de direito administrativo - Fontes		2				2
Conceitos introdutórios de direito administrativo - Regime jurídico administrativo		1				1
Atos administrativos - Silêncio administrativo		1				1
Atos administrativos - teoria dos motivos determinantes		1				1
Princípios e Poderes da administração - poder regulamentar			1			1
Atos administrativos - anulação				1		1
Atos administrativos. - Desvio de poder		1				1
Organização da administração - agência reguladora		1				1
Responsabilidade civil do estado e prescrição - Usuários e não usuários				1		1
Improbidade administrativa - atos de improbidade				1		1
Responsabilidade civil do estado e prescrição - culpa concorrente		1				1
Serviços públicos - concessões	1					1
Ato administrativo - ato de autoridade delegada				1		1
Processo administrativo federal e local - formalismo moderado	1					1
Processo administrativo federal e local - admissibilidade de recurso				1		1
Bens públicos - concessão de uso		1				1



Bens públicos - autorização de bem público		1				1
Bens públicos - aquisição		1				1
Servidores públicos - teto remuneratório				1		1
Servidores públicos - Processo administrativo disciplinar - indepêndencia das instâncias					1	1
Servidores públicos - Processo administrativo disciplinar - Responsabilidade administrativa	1					1
Improbidade administrativa - sucessão	1					1
Improbidade administrativa - transação	1					1
Licitação - Leilão	1					1
Licitação - convite	1					1
Organização da administração - acordo de cooperação	1					1
Intervenção do Estado na propriedade - Imissão provisória	1					1
<b>TOTAL</b>	<b>9</b>	<b>12</b>	<b>1</b>	<b>7</b>	<b>1</b>	<b>30</b>
<b>%</b>	<b>30,0%</b>	<b>40,0%</b>	<b>3,3%</b>	<b>23,3%</b>	<b>3,3%</b>	<b>100%</b>

<b>PGM BH - 2017</b>	<b>LEI</b>	<b>DOCTRINA</b>	<b>CF</b>	<b>JURISPRUDÊNCIA</b>	<b>LEI LOCAL</b>	<b>Nº QUESTÕES</b>
Princípios e poderes da administração - princípio da publicidade		1				1
Atos administrativos - atos administrativos em espécie		1				1
Atos administrativos - convalidação	1					1



Princípios e Poderes da administração - poder regulamentar		1				1
Organização da administração - estatuto das EP e SEM	1					1
Servidores públicos - responsabilidade	1					1
Responsabilidade civil do estado e prescrição - detento sob custódia				1		1
Organização da administração - contrato de repasse	1					1
Atos administrativos - revisão		1				1
Bens públicos - bens dominicais	1					1
Servidores públicos - posse					1	1
Improbidade administrativa - sucessão	1					1
Processo administrativo federal e local - indeferimento das provas	1					1
Licitação - RDC	1					1
Intervenção do Estado na propriedade privada - tombamento			1			1
Intervenção do Estado na propriedade privada - expropriação ou confisco			1			1
<b>TOTAL</b>	<b>8</b>	<b>4</b>	<b>2</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>16</b>
<b>%</b>	<b>50,0%</b>	<b>25,0%</b>	<b>12,5%</b>	<b>6,3%</b>	<b>6,3%</b>	<b>100%</b>



<b>PGE SE - 2017</b>	<b>LEI</b>	<b>DOCTRINA</b>	<b>CF</b>	<b>JURISPRUDÊNCIA</b>	<b>LEI LOCAL</b>	<b>Nº QUESTÕES</b>
Servidores públicos - agente público ilegalmente investido		1				1
Organização da administração - quarentena nas agências reguladoras		1				1
Servidores públicos - aposentadoria especial				1		1
Servidores públicos - criação e extinção de cargo público			1			1
Controle da administração - controle do TCU				1		1
Licitação - inexigibilidade	1					1
Intervenção do Estado na propriedade - tombamento				1		1
Intervenção do Estado na propriedade - Tredestinação lícita		1				1
Organização da administração - empresas públicas	1					1
<b>TOTAL</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>1</b>	<b>3</b>	<b>0</b>	<b>9</b>
<b>%</b>	<b>22,2%</b>	<b>33,3%</b>	<b>11,1%</b>	<b>33,3%</b>	<b>0,0%</b>	<b>100%</b>

<b>PGE AM - 2016</b>	<b>LEI</b>	<b>DOCTRINA</b>	<b>CF</b>	<b>JURISPRUDÊNCIA</b>	<b>LEI LOCAL</b>	<b>Nº QUESTÕES</b>
Responsabilidade civil do estado e prescrição - culpa exclusiva da vítima		1				1
Responsabilidade civil do estado e prescrição - denúncia da lide	1					1



Responsabilidade civil do estado e prescrição - responsabilidade objetiva			1			1
Controle da administração - controle interno			2			2
Controle da administração - controle externo			2			2
Servidor público - nomeação	1					1
Improbidade administrativa - dolo genérico				1		1
Improbidade administrativa - medida cautelar				1		1
Processo administrativo federal e local - delegação de competência	1					1
Servidores públicos - Processo administrativo disciplinar - defesa técnica por advogado				1		1
Intervenção do estado na propriedade - limitações administrativas		1				1
Intervenção do estado na propriedade - tombamento	1					1
Intervenção do estado na propriedade - Desapropriação			2			2
<b>TOTAL</b>	<b>4</b>	<b>2</b>	<b>7</b>	<b>3</b>	<b>0</b>	<b>16</b>
<b>%</b>	<b>25,0%</b>	<b>12,5%</b>	<b>43,8%</b>	<b>18,8%</b>	<b>0,0%</b>	<b>100%</b>

AGU - 2015	LEI	DOCTRINA	CF	JURISPRUDÊNCIA	LEI LOCAL	Nº QUESTÕES
------------	-----	----------	----	----------------	-----------	-------------



Princípios e poderes da administração - deslegalização			1			1
Atos administrativos - motivação	1					1
Atos administrativos - atos administrativos em espécie		2				2
Controle da administração - controle dos atos administrativos pelo Congresso Nacional			1			1
Controle da administração - controle do TCU				1		1
Responsabilidade civil do estado e prescrição - teoria do risco administrativo		1				1
Serviços públicos - classificação		1				1
Contratos administrativos - convênios				1		1
Serviços públicos - PPP	1					1
Responsabilidade civil do estado e prescrição - procurador que emite parecer				1		1
Bens públicos - aquisição		1				1
Bens públicos - afetação		1				1
Bens públicos - utilização dos bens públicos		1				1
Servidores públicos - direito de greve				2		2
Servidores públicos - responsabilidade				1		1
Improbidade administrativa - transação	1					1
Licitação - convite				1		1
Contratos administrativos - nulidade				1		1
Intervenção do Estado na propriedade- desapropriação				1		1



Licitação - registro de preço				1		1
Organização da administração - órgãos jurídicos	1					1
Organização da administração - secretaria geral de contencioso	1					1
Organização da administração - câmara de conciliação e arbitragem da Adm. Federal	1					1
Organização da administração - Atribuições do AGU	1					1
Servidores públicos - regime de previdência	1					1
<b>TOTAL</b>	<b>8</b>	<b>7</b>	<b>2</b>	<b>10</b>	<b>0</b>	<b>27</b>
<b>%</b>	<b>29,6%</b>	<b>25,9%</b>	<b>7,4%</b>	<b>37,0%</b>	<b>0,0%</b>	<b>100%</b>

PGM Salvador - 2015	LEI	DOCTRINA	CF	JURISPRUDÊNCIA	LEI LOCAL	Nº QUESTÕES
Atos administrativos - Revogação		1				1
Bens públicos - repasse dos bens a terceiros		1				1
Servidores públicos - perda do cargo público	1					1
Servidores públicos - acumulação de cargo público	1					1
Servidores públicos - programa de qualidade e produtividade			1			1
Improbidade administrativa - sucessão	1					1
Processo administrativo federal e local - pareceres	1					1



Licitação - qualificação técnica	1					1
Contrato administrativo - anulação	1					1
Licitação - requisitos					1	1
<b>TOTAL</b>	<b>6</b>	<b>2</b>	<b>1</b>	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>10</b>
<b>%</b>	<b>60,0%</b>	<b>20,0%</b>	<b>10,0%</b>	<b>0,0%</b>	<b>10,0%</b>	<b>100%</b>

<b>PGE BA - 2014</b>	<b>LEI</b>	<b>DOCTRINA</b>	<b>CF</b>	<b>JURISPRUDÊNCIA</b>	<b>LEI LOCAL</b>	<b>Nº QUESTÕES</b>
Princípios e poderes da administração - princípio da eficiência		1				1
Princípios e poderes da administração - princípio da impessoalidade					1	1
Intervenção do estado na propriedade - desapropriação	1					1
Atos administrativos - ato de exoneração				1		1
Atos administrativos - ato enunciativo		1				1
Princípios e Poderes da administração - delegação		1				1
Princípios e Poderes da administração - poder disciplinar		1				1
Princípios e Poderes da administração - poder de polícia	1					1
Princípios e Poderes da administração - desvio de poder		1				1
Organização da administração - EP e SEM			1			1
Organização da administração - autarquias			1			1



Responsabilidade civil do estado e Prescrição - ação de indenização por danos materiais contra o Estado	1					1
Responsabilidade civil do estado e prescrição - Teoria do risco administrativo		1				1
Bens públicos - concessão de uso		1				1
Servidores públicos - nomeação				1		1
Princípios e poderes da administração - princípio da verdade sabida		1				1
Servidor público - licenças					1	1
Processo administrativo federal e local - revisão	1					1
Processo administrativo federal e local - recursos					1	1
Licitação - dispensa	1					1
Licitação - RDC	1					1
Intervenção do estado na propriedade - Tredestinação lícita		1				1
<b>TOTAL</b>	<b>6</b>	<b>9</b>	<b>2</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>22</b>
<b>%</b>	<b>27,3%</b>	<b>40,9%</b>	<b>9,1%</b>	<b>9,1%</b>	<b>13,6%</b>	<b>100%</b>

<b>PGE PI - 2014</b>	<b>LEI</b>	<b>DOCTRINA</b>	<b>CF</b>	<b>JURISPRUDÊNCIA</b>	<b>LEI LOCAL</b>	<b>Nº QUESTÕES</b>
Serviços públicos - PPP	1					1
Atos administrativos - delegação de competência				1		1
Licitação - convite	1					1
Servidor público - cargo em comissão	1					1



Servidor público - acumulação de cargo					1	1
Servidor público - gratificações				1		1
Servidor público - adicional de insalubridade e periculosidade					1	1
Servidor público - aproveitamento	1					1
Servidor público - greve				1		1
Improbidade administrativa - Transação	1					1
Princípios e Poderes da administração - poder de polícia		1				1
Intervenção do estado na propriedade - desapropriação	1			2		3
Servidor público - conceito de agente público	1					1
<b>TOTAL</b>	<b>7</b>	<b>1</b>	<b>0</b>	<b>5</b>	<b>2</b>	<b>15</b>
<b>%</b>	<b>46,7%</b>	<b>6,7%</b>	<b>0,0%</b>	<b>33,3%</b>	<b>13,3%</b>	<b>100%</b>

<b>AGU - 2013</b>	<b>LEI</b>	<b>DOCTRINA</b>	<b>CF</b>	<b>JURISPRUDÊNCIA</b>	<b>LEI LOCAL</b>	<b>Nº QUESTÕES</b>
Atos administrativos - anulação e revogação				1		1
Atos administrativos - ato anulatório		1				1
Organização da administração - SEM				1		1
Organização da administração - fundações públicas		1				1
Organização da administração - autarquias		1				1



Organização da administração - agências reguladoras		1				1
Organização da administração - Convênio		1				1
Serviços públicos - PPP	1					1
Organização da administração - Consórcios públicos	1					1
Bens públicos - uso de bem público	1					1
Controle da administração. - recurso hierárquico impróprio		1				1
Controle da administração - controle do TCU			1			1
Bens públicos - permissão de uso	1					1
Servidores públicos - deveres do servidor	1					1
Improbidade administrativa - atos de improbidade	1					1
Atos administrativos - Delegação	1					1
Contratos administrativos - características		1				1
Licitação - RDC	1					1
Licitação - Registro de preços	1					1
Intervenção do estado na propriedade - desapropriação	1					1
<b>TOTAL</b>	<b>10</b>	<b>7</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>0</b>	<b>20</b>
<b>%</b>	<b>50,0%</b>	<b>35,0%</b>	<b>5,0%</b>	<b>10,0%</b>	<b>0,0%</b>	<b>100%</b>



## 4.1 – ANÁLISE PROVA PGM JOÃO PESSOA 2018

### 343. CESPE - Proc (João Pessoa)/Pref João Pessoa/2018

Em resposta a consulta sobre a validade de determinado ato administrativo, o procurador municipal responsável recomendou a nulidade do ato.

A respeito dessa situação, assinale a opção correta.

**a) Na recomendação, devem estar indicadas, de modo expreso, as consequências jurídicas e administrativas da decretação do ato de invalidação.**

b) Apesar de ter recomendado a nulidade do ato, a procuradoria poderá postular em juízo autorização para celebração de compromisso, a fim de excluir a responsabilidade pessoal do agente público por eventual vício no ato, salvo se este tiver sido praticado com enriquecimento ilícito ou crime.

c) A procuradoria deverá encaminhar o processo para apuração de responsabilidade do gestor que tenha dado causa à nulidade, se este tiver agido com dolo, mas não com culpa.

d) A procuradoria, caso verifique que não existem evidências de dano ao erário, deverá recomendar que o vício seja sanado por meio da convalidação.

e) Apesar de ter recomendado a nulidade do ato, a procuradoria poderá indicar ao gestor municipal a celebração de compromisso de ajustamento com eventuais interessados atingidos pela nulidade, observada a legislação aplicável, devendo haver prévia oitiva do órgão fazendário se o ato envolver transação quanto a sanções e créditos tributários já constituídos.

### Comentários

Esta questão é respondida com **A LETRA DA LEI. Atos administrativos. Decisão de nulidade.**

*LINDB: Art. 21. A **decisão que, nas esferas administrativa, controladora ou judicial, decretar a invalidação de ato, contrato, ajuste, processo ou norma administrativa deverá indicar de modo expreso suas **consequências jurídicas e administrativas.*****

### 344. CESPE - Proc (João Pessoa)/Pref João Pessoa/2018

Acerca de organização administrativa, órgãos e pessoas jurídicas que a compõem, assinale a opção correta.

a) Na desconcentração, órgão integrante da estrutura de determinada autarquia exerce atividades administrativas sem controle hierárquico.

b) Situação hipotética: Determinado estado da Federação, para aprovação pelo Poder Legislativo, encaminhou projeto de lei que regulamenta instituição de autarquia e alterações orçamentárias e administrativas de determinada secretaria. Assertiva: Nessa



situação, esse projeto de lei, apesar de multitemático, deverá ser aprovado à luz do princípio da reserva legal.

c) Agências reguladoras são instituídas para disciplinar e fiscalizar a prestação de serviços públicos e, apesar de deterem poder normativo, não dispõem de legitimidade para impor sanções.

**d) Fundação vinculada a partido político e voltada para fomento ao desenvolvimento econômico e social não poderá ser classificada como organização da sociedade civil de interesse público.**

e) Os serviços sociais autônomos são criados mediante autorização legislativa, têm como destinação a prestação de serviços públicos sem fins lucrativos e são executados por pessoas jurídicas de direito privado.

## Comentários

Esta questão é respondida com [A LETRA DA LEI. Organização da administração. OSCIP.](#)

*LEI No 9.790, DE 23 DE MARÇO DE 1999.*

*Art. 2º o **Não são passíveis de qualificação como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público**, ainda que se dediquem de qualquer forma às atividades descritas no art. 3º desta Lei:*

*IV - as **organizações partidárias** e assemelhadas, **inclusive suas fundações**;*

### 345. CESPE - Proc (João Pessoa)/Pref João Pessoa/2018

Com relação a princípios da administração pública, regime jurídico-administrativo e serviços públicos, assinale a opção correta.

a) A vedação ao nepotismo é regra que alcança os cargos de provimento efetivo, em comissão, as funções gratificadas e os cargos de direção e assessoramento.

b) Independe de contrapartida do beneficiário, em bens ou serviços, a concessão de patrocínio a evento cultural privado.

c) Serviços públicos *uti universi* são gerais, caracterizados por sua indivisibilidade, remunerados pela cobrança de taxa e oferecidos após a celebração de contrato de concessão.

**d) Segundo o STF, é inconstitucional lei estadual que autorize a suspensão temporária do pagamento das tarifas de energia a determinada sociedade de economia mista fornecedora do serviço mediante concessão da União.**

e) A prestação de serviço público pode ser delegada a particulares mediante contrato de concessão ou ato administrativo de permissão, incidindo as regras de direito público exclusivamente sobre as concessões.

## Comentários



Esta questão é respondida com **A JURISPRUDÊNCIA. Serviços públicos. Concessão de serviços públicos.**

Concessão de serviços públicos. Invasão, pelo Estado-membro, da esfera de competência da União e dos Municípios. (...) **Os Estados-membros – que não podem interferir na esfera das relações jurídico-contratuais estabelecidas entre o poder concedente (quando este for a União Federal ou o Município) e as empresas concessionárias – também não dispõem de competência para modificar ou alterar as condições, que, previstas na licitação, acham-se formalmente estipuladas no contrato de concessão celebrado pela União (energia elétrica – CF, art. 21, XII, b) e pelo Município (fornecimento de água – CF, art. 30, I e V), de um lado, com as concessionárias, de outro, notadamente se essa ingerência normativa, ao determinar a suspensão temporária do pagamento das tarifas devidas pela prestação dos serviços concedidos (serviços de energia elétrica, sob regime de concessão federal, e serviços de esgoto e abastecimento de água, sob regime de concessão municipal), afetar o equilíbrio financeiro resultante dessa relação jurídico-contratual de direito administrativo.**[ADI 2.337 MC, rel. min. Celso de Mello, j. 20-2-2002, P, DJ de 21-6-2002.] = ADI 2.340, rel. min. Ricardo Lewandowski, j. 6-3-2013, P, DJE de 10-5-2013

#### 346. CESPE - Proc (João Pessoa)/Pref João Pessoa/2018

A respeito de atos administrativos, controle da administração pública, e improbidade administrativa, assinale a opção correta, considerando o entendimento dos tribunais superiores.

- a) Para o STJ, nos processos relativos a improbidade administrativa, a demonstração de indícios razoáveis da autoria e da prática de atos ímprobos não basta para que se determine o recebimento da petição inicial, em obediência ao princípio do in dubio pro reo.
- b) A revogação de ato administrativo é fundada em razões de interesse público — conveniência e oportunidade —, podendo ser efetivada pelo Poder Judiciário no exercício de sua função típica.
- c) Para o STF, é inconstitucional lei estadual que imponha a análise de validade prévia de contratos administrativos pela corte de contas local.**
- d) Situação hipotética: Particulares foram beneficiários de transferências bancárias de um município sem comprovar a prestação de serviços à prefeitura. Assertiva: Nessa situação, para o STJ, em eventual ação de improbidade administrativa na qual o município figure como autor, e os particulares, como réus, o processo poderá ser extinto, se firmado um acordo compensatório.



e) O Tribunal de Contas da União tem competência para realizar o controle dos Poderes Legislativo e Executivo, quanto à utilização de recursos públicos, mas não do Poder Judiciário, cujo órgão de controle é o Conselho Nacional de Justiça.

### Comentários

Esta questão é respondida com [A JURISPRUDÊNCIA. Controle da administração. Controle do TCU.](#)

O art. 71 da Constituição **não insere na competência do TCU a aptidão para examinar, previamente, a validade de contratos administrativos celebrados pelo poder público**. Atividade que se insere no acervo de competência da função executiva. É inconstitucional norma local que estabeleça a competência do tribunal de contas para realizar exame prévio de validade de contratos firmados com o poder público. [ADI 916, rel. min. Joaquim Barbosa, j. 2-2-2009, P, DJE de 6-3-2009.]

#### 347. CESPE - Proc (João Pessoa)/Pref João Pessoa/2018

Prédio sede de prefeitura, creches municipais e postos de saúde são bens

- a) de uso especial, pois são destinados a uma finalidade pública específica.
- b) dominicais e dependem de autorização específica para o seu uso.
- c) públicos destinados à prestação de serviços ou à realização de atividade econômica.
- d) de uso comum do povo e destinados ao uso livre e gratuito da população.
- e) insuscetíveis de alienação.

### Comentários

Esta questão é respondida com [A LETRA DA LEI. Bens públicos. Bens de uso especial.](#)

CC - Art. 99. São bens públicos:

II - os de uso especial, tais como edifícios ou terrenos **destinados a serviço ou estabelecimento da administração federal, estadual, territorial ou municipal, inclusive os de suas autarquias;**

#### 348. CESPE - Proc (João Pessoa)/Pref João Pessoa/2018

Considerando o entendimento dos tribunais superiores, assinale a opção correta, no que diz respeito a agentes públicos.

- a) Para o STJ, em processo disciplinar que apure infração administrativa que configura ação penal, o prazo prescricional será determinado pela pena em abstrato cominada na condenação penal transitada em julgado.



- b) Para o STJ, é vedado a banca examinadora de concurso público exigir em questão da prova conhecimento de legislação superveniente à publicação do edital.
- c) Para o STF, não será devido o abono de permanência ao policial civil que permanecer em atividade após o preenchimento dos requisitos para a concessão da aposentadoria voluntária especial.
- d) Para o STJ, candidato aprovado em concurso público fora do número de vagas ofertadas em edital terá direito subjetivo à nomeação caso comprove o surgimento de vagas durante a validade do certame.
- e) Para o STF, processo administrativo disciplinar é válido mesmo quando a defesa técnica da parte não é efetivada por advogado, desde que assegurados a ampla defesa e o contraditório.**

### Comentários

Esta questão é respondida com [A JURISPRUDÊNCIA. Servidores públicos. Processo administrativo disciplinar. Falta de defesa técnica por advogado.](#)

#### **Súmula Vinculante 5**

A falta de defesa técnica por advogado no processo administrativo disciplinar não ofende a Constituição.

#### **349. CESPE - Proc (João Pessoa)/Pref João Pessoa/2018**

Acerca de comportamentos vedados pela Lei n.º 8.429/1992, assinale a opção correta, considerando a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça.

- a) O agente público que se recusar a prestar declaração de bens quando legalmente exigida pela administração será punido com suspensão.
- b) O gestor público será punido se cometer ato de improbidade com o elemento subjetivo da desonestidade, mas não por mera inabilidade ou culpa.
- c) O ato do agente público que acarrete concessão ou aplicação indevida de benefício financeiro ou tributário caracterizará improbidade administrativa se houver sido praticado com dolo, ainda que genérico.**
- d) A representação por ato de improbidade contra agente público constitui crime na hipótese de o autor da denúncia supor que o denunciado seja inocente.
- e) O responsável por ato de improbidade que conceda ou aplique indevidamente benefício financeiro ou tributário estará sujeito a sanções que devem ser aplicadas necessariamente de maneira cumulativa.

### Comentários

Esta questão é respondida com [A JURISPRUDÊNCIA. Improbidade administrativa. Dolo genérico.](#)



PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. DEMONSTRAÇÃO DA DIVERGÊNCIA. INOCORRÊNCIA. IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. ART. 11 DA LEI 8.429/92. CARACTERIZAÇÃO. DOLO GENÉRICO.

[..]

2. Para a caracterização dos atos de improbidade administrativa previstos no art. 11 da Lei 8.429/92, **é necessário que o agente ímprobo tenha agido ao menos com dolo genérico**, prescindindo a análise de qualquer elemento específico para sua tipificação.

3. Afirmado o dolo genérico pelo aresto impugnado, na medida em que o mandatário do município deixou consciente e livremente de cumprir as disposições legais, mantém-se a condenação por ato de improbidade administrativa.

4. Agravo regimental não provido.

(AgRg no AREsp 307.583/RN, Rel. Ministro CASTRO MEIRA, SEGUNDA TURMA, julgado em 18/06/2013, DJe 28/06/2013)

### 350. CESPE - Proc (João Pessoa)/Pref João Pessoa/2018

Acerca do processo administrativo, dos poderes-deveres da administração e do abuso de poder, assinale a opção correta, com base na Lei n.º 9.784/1999, na doutrina e na jurisprudência dos tribunais superiores.

a) A Lei n.º 9.784/1999 trata de normas gerais do processo administrativo aplicáveis ao Poder Executivo federal, não vinculando estados, municípios e Poderes Legislativo e Judiciário quando do exercício de função administrativa.

b) Autoridade competente para apreciar recursos administrativos poderá, em seu período de férias, delegar essa atribuição ao órgão colegiado hierarquicamente superior, em atenção aos princípios da eficiência e da impessoalidade.

c) Autoridade competente agirá com excesso de poder caso pratique ato administrativo com finalidade diversa do interesse público.

d) O poder disciplinar, exercido quando um servidor comete falta funcional, é discricionário não só quanto à obrigatoriedade de punição, mas também quanto à seleção e à aplicação da sanção.

**e) Para o STJ, é possível a delegação de atos de fiscalização de sociedade de economia mista, mas não a delegação de atos de imposição de sanções a essas entidades.**

### Comentários

Esta questão é respondida com [A JURISPRUDÊNCIA. Princípios e Poderes da administração. Poder de polícia.](#)

ADMINISTRATIVO. PODER DE POLÍCIA. TRÂNSITO. SANÇÃO PECUNIÁRIA APLICADA POR SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA. IMPOSSIBILIDADE.



2. No que tange ao mérito, convém assinalar que, em sentido amplo, poder de polícia pode ser conceituado como o dever estatal de limitar-se o exercício da propriedade e da liberdade em favor do interesse público. A controvérsia em debate é a possibilidade de exercício do poder de polícia por particulares (no caso, aplicação de multas de trânsito por sociedade de economia mista).

3. As atividades que envolvem a consecução do poder de polícia podem ser sumariamente divididas em quatro grupo, a saber: (i) legislação, (ii) consentimento, (iii) fiscalização e (iv) sanção.

4. No âmbito da limitação do exercício da propriedade e da liberdade no trânsito, esses grupos ficam bem definidos: o CTB estabelece normas genéricas e abstratas para a obtenção da Carteira Nacional de Habilitação (legislação); a emissão da carteira corporifica a vontade o Poder Público (consentimento); a Administração instala equipamentos eletrônicos para verificar se há respeito à velocidade estabelecida em lei (fiscalização); e também a Administração sanciona aquele que não guarda observância ao CTB (sanção).

**5. Somente o atos relativos ao consentimento e à fiscalização são delegáveis, pois aqueles referentes à legislação e à sanção derivam do poder de coerção do Poder Público.**

6. No que tange aos atos de sanção, o bom desenvolvimento por particulares estaria, inclusive, comprometido pela busca do lucro - aplicação de multas para aumentar a arrecadação.

7. Recurso especial provido.

(REsp 817.534/MG, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 10/11/2009, DJe 10/12/2009).

### 351. CESPE - Proc (João Pessoa)/Pref João Pessoa/2018

A administração pública instaurou processo administrativo contra determinado cidadão, para apurar suposta irregularidade no uso de área pública verificada por fiscal. No referido processo, será necessário expedir intimações para o administrado.

Considerando essa situação hipotética, assinale a opção correta, com base apenas nas disposições da Lei n.º 9.784/1999.

- a) A intimação deverá ser feita com antecedência mínima de cinco dias úteis em relação à data de comparecimento.
- b) Em caso de desatendimento da intimação, serão presumidas verdadeiras as alegações de fato formuladas pela administração.
- c) A Lei determina expressamente que as intimações deverão ser realizadas por meio eletrônico, salvo absoluta impossibilidade.
- d) A grafia dos nomes das partes não deve conter abreviaturas, sob pena de nulidade do ato intimatório.



e) Devem ser objeto de intimação os atos do processo que resultem, para o administrado, em imposição de deveres, ônus, sanções ou restrição ao exercício de direitos e atividades.

### Comentários

Esta questão é respondida com [A LETRA DA LEI. Processo administrativo federal. Intimação.](#)

*Lei 9.784/99 - Art. 28. Devem ser objeto de intimação os atos do processo que resultem para o interessado em imposição de deveres, ônus, sanções ou restrição ao exercício de direitos e atividades e os atos de outra natureza, de seu interesse.*

#### 352. CESPE - Proc (João Pessoa)/Pref João Pessoa/2018

Determinada autarquia federal publicou edital de licitação para contratação de serviços de limpeza nas instalações da sua sede. No referido edital, consta a exigência de que a licitante vencedora contrate um percentual mínimo de mão de obra egressa do sistema prisional, com a finalidade de ressocialização.

Nesse caso, a exigência constante do certame é

- a) legal, devendo ser observada a forma estabelecida em regulamento.
- b) inconstitucional, por ofensa ao princípio da isonomia.
- c) legal, mas contrária ao princípio da vantajosidade da contratação do serviço.
- d) ilegal, por restringir o caráter competitivo da licitação.
- e) legal, independentemente da sua previsão em regulamento.

### Comentários

Esta questão é respondida com [A LETRA DA LEI. Licitação. Mão de obra oriunda do sistema prisional.](#)

*Lei 8.666, Art. 40, § 5º :  
A Administração Pública poderá, nos editais de licitação para a contratação de serviços, exigir da contratada que um percentual mínimo de sua mão de obra seja oriundo ou egresso do sistema prisional, com a finalidade de ressocialização do reeducando, na forma estabelecida em regulamento. (Incluído pela Lei nº 13.500, de 2017)*

#### 353. CESPE - Proc (João Pessoa)/Pref João Pessoa/2018

Foi encaminhado para análise de determinada procuradoria municipal um edital de pregão que visa à contratação de empresa especializada na manutenção de veículos do município.

Considerando essa situação hipotética, assinale a opção correta, à luz da Lei n.º 10.520/2002.



- a) O objeto da contratação não permite a utilização da modalidade licitatória pregão, uma vez que essa modalidade não se enquadra nas hipóteses de bens e serviços comuns.
- b) A modalidade licitatória pregão poderá ser utilizada, sendo as propostas dos licitantes válidas por noventa dias para o caso de necessidade de convocação de outro licitante por recusa de assinatura contratual do vencedor.
- c) No pregão, a autoridade competente designará o pregoeiro e a respectiva equipe de apoio, a qual deverá ser integralmente composta por servidores ocupantes de cargo efetivo e pertencentes ao quadro permanente do órgão.
- d) No pregão, são permitidos a exigência de garantia da proposta e o pagamento de taxas e emolumentos, para se resguardar o resultado útil do processo licitatório.
- e) Declarado o resultado do pregão, qualquer licitante poderá manifestar, imediata e motivadamente, a intenção de recorrer, importando a não manifestação na decadência do direito de recurso e na adjudicação do objeto da licitação.**

## Comentários

Esta questão é respondida com [A LETRA DA LEI. Licitação. Pregão.](#)

*LEI No 10.520, DE 17 DE JULHO DE 2002.*

*Art. 4º A fase externa do pregão será iniciada com a convocação dos interessados e observará as seguintes regras:*

*XVIII - **declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer**, quando lhe será concedido o prazo de 3 (três) dias para apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contra-razões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos;*

*XX - a **falta de manifestação imediata e motivada do licitante importará a decadência do direito de recurso e a adjudicação do objeto da licitação** pelo pregoeiro ao vencedor;*

### 354. CESPE - Proc (João Pessoa)/Pref João Pessoa/2018

No curso de um contrato administrativo decorrente de regular procedimento licitatório, houve o desenquadramento da sociedade contratada como microempresa, por esta auferir receita bruta superior ao limite legal estabelecido para empresas dessa natureza.

Nessa situação hipotética, o contrato administrativo deverá

- a) ser revisto, depois de notificada a contratada.
- b) ser alterado quanto à forma de pagamento.
- c) continuar vigente na forma como pactuado.**
- d) seguir com plenos efeitos, desde que seja provada a imprescindibilidade da sua manutenção.



e) ser rescindido por superveniente quebra da isonomia entre os sujeitos que concorreram no processo licitatório.

### Comentários

Esta questão é respondida com **A LETRA DA LEI. Contratos administrativos. Manutenção após enquadramento como microempresa.**

*LC 123/2006: art. 3º, § 3º: O enquadramento do empresário ou da sociedade simples ou empresária como microempresa ou empresa de pequeno porte bem como o seu desenquadramento **não implicarão alteração, denúncia ou qualquer restrição em relação a contratos por elas anteriormente firmados.***

#### 355. CESPE - Proc (João Pessoa)/Pref João Pessoa/2018

Uma entidade privada sem fins lucrativos sediada em determinado município propôs a esse município uma parceria, sem transferência de recursos financeiros, destinada a conscientizar os cidadãos sobre a importância de inserir pessoas com deficiência no mercado de trabalho local. O gestor público responsável demonstrou interesse na consolidação de parceria entre o município e a entidade, e consultou a procuradoria do município acerca do instrumento jurídico para formalizar o ato.

Nessa situação hipotética, o instrumento jurídico correto a ser adotado, conforme a Lei n.º 13.019/2014, é o

- a) termo de colaboração.
- b) termo de fomento.
- c) **acordo de cooperação.**
- d) convênio.
- e) termo de execução descentralizada.

### Comentários

Esta questão é respondida com **A LETRA DA LEI. Organização da administração. Acordo de cooperação.**

*Lei 13.019/2014*

*Art. 2º Para os fins desta Lei, considera-se:*

*VIII-A - **acordo de cooperação**: instrumento por meio do qual são formalizadas as parcerias estabelecidas pela administração pública com organizações da sociedade civil para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco que não envolvam a transferência de recursos financeiros; (Inciso acrescido pela Lei nº 13.204, de 14/12/2015)*

#### 356. CESPE - Proc (João Pessoa)/Pref João Pessoa/2018

O sistema de registro de preços (SRP) é um conjunto de procedimentos para registro formal de preços referentes a prestação de serviços e aquisição de bens, com o objetivo de viabilizar futuras contratações pela administração pública.



Acerca desse tema, assinale a opção correta, considerando as disposições da Lei n.º 8.666/1993 e do Decreto n.º 7.892/2013.

- a) O SRP configura uma modalidade especial e autônoma de licitação prevista em norma específica.
- b) Para a realização do procedimento de registro de preços, é indispensável à administração indicar no processo a dotação orçamentária, sob pena de nulidade do ato.
- c) As compras públicas, sempre que possível, serão processadas por meio de SRP.**
- d) A órgãos e entidades da administração pública federal é excepcionalmente permitida a adesão a ata de registro de preços gerenciada por órgão ou entidade municipal, distrital ou estadual, desde que devidamente justificada a vantagem.
- e) O prazo máximo de validade da ata de registro de preços será de sessenta meses, já incluídas nesse prazo eventuais prorrogações legalmente autorizadas.

### Comentários

Esta questão é respondida com [A LETRA DA LEI. Licitação. Sistema de registro de preços.](#)

*Lei 8.666/93, art. 15 - As compras, sempre que possível, deverão:  
II - ser processadas através de **sistema de registro de preços**;*

### 357. CESPE - Proc (João Pessoa)/Pref João Pessoa/2018

Um gestor público consultou a procuradoria municipal acerca da formalização, alteração e execução de contratos administrativos em que o município é parte.

Com fundamento na Lei n.º 8.666/1993, é correto afirmar que o município poderá

- a) firmar instrumento contratual nos casos de concorrência e de tomada de preços.
- b) dispensar a assinatura de termos de contrato que se enquadrem nas hipóteses de dispensa e inexigibilidade, ainda que apresentem preços compreendidos nos limites legais de tomada de preços, facultada sua substituição por instrumentos congêneres.
- c) firmar instrumentos de contrato nos casos de compra com entrega imediata e integral dos bens adquiridos, salvo se o valor se enquadrar na modalidade de tomada de preços ou concorrência.
- d) alterar unilateralmente os contratos, de forma justificada, quando recomendada tecnicamente a substituição de garantia de execução pelo fiscal do contrato.
- e) indicar um representante especialmente designado para fiscalizar os contratos, vedando a contratação de terceiros para subsidiá-lo com informações inerentes a essa atribuição.

### Comentários



Gabarito: Anulada

Esta questão é respondida com **A LETRA DA LEI. Contratos administrativos. Instrumentos contratuais.**

A questão foi anulada pela redação da questão, na parte “poderá”, uma vez que a Letra A estaria correta mas a redação deveria ter sido no final “deverá”.

**Justificativa da anulação:**

Deferido c/anulação -

A redação da questão prejudicou a análise das alternativas.

Art. 62. **O instrumento de contrato é obrigatório nos casos de concorrência e de tomada de preços**, bem como nas dispensas e inexigibilidades cujos preços estejam compreendidos nos limites destas duas modalidades de licitação, e facultativo nos demais em que a Administração puder substituí-lo por outros instrumentos hábeis, tais como carta-contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra ou ordem de execução de serviço. **LETRA A. correto.**

Art. 62. O instrumento de contrato é obrigatório nos casos de concorrência e de tomada de preços, **bem como nas dispensas e inexigibilidades cujos preços estejam compreendidos nos limites destas duas modalidades de licitação**, e facultativo nos demais em que a Administração puder substituí-lo por outros instrumentos hábeis, tais como carta-contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra ou ordem de execução de serviço. **LETRA B. Falso.**

Art. 62.

§ 4o **É dispensável o "termo de contrato" e facultada a substituição prevista neste artigo, a critério da Administração e independentemente de seu valor, nos casos de compra com entrega imediata e integral dos bens adquiridos**, dos quais não resultem obrigações futuras, inclusive assistência técnica. **LETRA C. Falso.**

Art. 65. Os contratos regidos por esta Lei poderão ser alterados, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

II - por **acordo das partes**:

a) **quando conveniente a substituição da garantia de execução**; **LETRA D. Falso.**

Art. 67. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração especialmente designado, **permitida a contratação de terceiros para assisti-lo e subsidiá-lo de informações pertinentes a essa atribuição**. **LETRA E. Falso.**

**358. CESPE - Proc (João Pessoa)/Pref João Pessoa/2018**

No que se refere à intervenção do Estado na propriedade, assinale a opção correta.



- a) De acordo com o STJ, urgência em imissão provisória de posse não justifica o deferimento da referida imissão sem a avaliação prévia ou a indenização integral.
- b) Para o STF, é constitucional lei estadual que permita à administração pública utilizar, em determinados serviços, veículos particulares apreendidos, criando-se uma hipótese similar à requisição administrativa
- c) Para o STF, no processo administrativo de tombamento, deve-se observar o rito procedimental previsto na lei de processo administrativo federal, que impõe a realização prévia de audiências e consultas públicas.
- d) Para o STJ, na hipótese de imóvel improdutivo ser objeto de desapropriação por interesse social, para fins de reforma agrária, serão devidos juros compensatórios ao expropriado pela imissão provisória e antecipada na posse do bem.
- e) Para o STF, restrição ao direito de construir advinda de limitação administrativa resulta, para o proprietário, direito a indenização, ainda que a restrição seja preexistente à aquisição da propriedade e seja de conhecimento do proprietário.

### Comentários

Gabarito: Anulada

Esta questão é respondida com [A JURISPRUDÊNCIA. Intervenção do estado na propriedade. Espécies de intervenção.](#)

**Justificativa de anulação do CESPE:** Houve recente alteração de entendimento do STF acerca do conteúdo abordado na questão.

## 4.2 – ANÁLISE PROVA PGM MANAUS 2018

### 359. CESPE - Proc (PGM Manaus)/Pref Manaus/2018

Quanto às transformações contemporâneas do direito administrativo, julgue o item subsequente.

Um dos aspectos da constitucionalização do direito administrativo se refere à releitura dos seus institutos a partir dos princípios constitucionais.

### Comentários

Gabarito: Certo

Esta questão é respondida com [A DOCTRINA. Conceitos introdutórios de Direito administrativo. Constitucionalização.](#)

*1. Constitucionalização do Direito Administrativo, entendida em dois sentidos: (a) elevação, ao nível constitucional, de matérias antes tratadas por legislação infraconstitucional; (b) irradiação dos efeitos das normas constitucionais por todo o sistema jurídico (cf. Virgílio Afonso da Silva, 2007:48-49).*



No primeiro sentido, a constitucionalização teve início já com a Constituição de 1934, fortaleceu-se consideravelmente com a Constituição de 1988 e foi reforçada por meio de suas Emendas.

O segundo sentido de constitucionalização do Direito Administrativo produziu reflexos intensos sobre o princípio da legalidade (que resultou consideravelmente ampliado) e a discricionariedade (que resultou consideravelmente reduzida). A constitucionalização de princípios e valores passou a orientar a atuação dos três Poderes do Estado. (Maria Sylvia Zanella Di Pietro, 2018).

### 360. CESPE - Proc (PGM Manaus)/Pref Manaus/2018

Quanto às transformações contemporâneas do direito administrativo, julgue o item subsequente.

O princípio da juridicidade, por constituir uma nova compreensão da ideia de legalidade, acarretou o aumento do espaço de discricionariedade do administrador público.

#### Comentários

Gabarito: Errado

Esta questão é respondida com [A DOCTRINA. Princípios e poderes da administração. Princípio da juridicidade.](#)

**Princípio da juridicidade** é que, ao contrário do que parece, a Administração perde liberdade de ação. Na legalidade clássica, a Administração estava vinculada unicamente aos ditames da lei. Com a juridicidade, além da submissão à lei, deve a Administração observar os princípios constitucionais e os regulamentos que ela mesma produz, aumentando a possibilidade de revisão judicial de seus atos. (Gustavo Scatolino e João Trindade, 2016)

### 361. CESPE - Proc (PGM Manaus)/Pref Manaus/2018

Quanto às transformações contemporâneas do direito administrativo, julgue o item subsequente.

A processualização do direito administrativo, a participação do cidadão na gestão pública e o princípio da transparência são elementos que contribuem para a democratização da administração pública.

#### Comentários

Gabarito: Certo

Esta questão é respondida com [A DOCTRINA. Conceitos introdutórios de Direito administrativo. Processualização.](#)

Além da ideia de participação, também contribuem para a democratização da Administração Pública: (a) a processualização do Direito Administrativo, com a exigência do devido processo legal (art. 5º, LIV e LV, da Constituição) e a promulgação da Lei de Processo Administrativo federal (Lei nº 9.784, de 29-1-99), seguida de leis semelhantes em vários Estados e Municípios; (b) o princípio da transparência, no qual se inserem o princípio da



publicidade, o direito à informação, a exigência de motivação. (Maria Sylvia Zanella Di Pietro, 2018).

### 362. CESPE - Proc (PGM Manaus)/Pref Manaus/2018

A respeito do entendimento do STJ sobre a responsabilidade civil do Estado, julgue o item seguinte.

A existência de causa excludente de ilicitude penal não impede a responsabilidade civil do Estado pelos danos causados por seus agentes.

#### Comentários

Gabarito: Certo

Esta questão é respondida com [A JURISPRUDÊNCIA. Responsabilidade civil do Estado e prescrição. Excludente de ilicitude penal.](#)

**Jurisprudência em Teses, do STJ – Edição nº 61:** “A Administração Pública pode responder civilmente pelos danos causados por seus agentes, ainda que estes estejam amparados por causa excludente de ilicitude penal.”

### 363. CESPE - Proc (PGM Manaus)/Pref Manaus/2018

Julgue o item que se segue, relativo a serviços públicos e aos direitos dos usuários desses serviços. De acordo com o STJ, o princípio da continuidade do serviço público autoriza que o poder público promova a retomada imediata da prestação do serviço no caso de extinção de contrato de concessão por decurso do prazo de vigência ou por declaração de nulidade, desde que tal poder realize previamente o pagamento de indenizações devidas.

#### Comentários

Gabarito: Errado

Esta questão é respondida com [A JURISPRUDÊNCIA. Serviços públicos. Princípio da continuidade do serviço público.](#)

**Jurisprudência em Teses do STJ nº 97:**

6) Extinto o contrato de concessão por decurso do prazo de vigência, cabe ao Poder Público a retomada imediata da prestação do serviço até a realização de nova licitação, independentemente de prévia indenização, assegurando a observância do princípio da continuidade do serviço público.

### 364. CESPE - Proc (PGM Manaus)/Pref Manaus/2018



Acerca dos instrumentos jurídicos que podem ser celebrados pela administração pública para a realização de serviços públicos, julgue o item a seguir.

Quando se tratar da prestação de serviços dos quais a administração pública seja a usuária direta ou indireta, poderá ser celebrado contrato de parceria público-privada na modalidade concessão patrocinada.

### Comentários

Gabarito: Errado

Esta questão é respondida com [A LETRA DA LEI. Serviços públicos. Parcerias Público-Privadas.](#)

*Art. 2o Parceria público-privada é o contrato administrativo de concessão, na modalidade patrocinada ou administrativa.*

*§ 1o Concessão patrocinada é a concessão de serviços públicos ou de obras públicas de que trata a Lei no 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, quando envolver, adicionalmente à tarifa cobrada dos usuários contraprestação pecuniária do parceiro público ao parceiro privado.*

*§ 2o **Concessão administrativa** é o contrato de prestação de serviços de que a **Administração Pública seja a usuária direta ou indireta**, ainda que envolva execução de obra ou fornecimento e instalação de bens.*

### 365. CESPE - Proc (PGM Manaus)/Pref Manaus/2018

Acerca dos instrumentos jurídicos que podem ser celebrados pela administração pública para a realização de serviços públicos, julgue o item a seguir.

A União poderá celebrar convênio com consórcio público constituído por municípios para viabilizar a descentralização e a prestação de políticas públicas em escalas adequadas na área da educação fundamental.

### Comentários

Gabarito: Certo

Esta questão é respondida com [A LETRA DA LEI. Organização da Administração. Consórcios públicos.](#)

*Lei 11.107/2005 - Art. 14. A União poderá celebrar convênios com os consórcios públicos, com o objetivo **de viabilizar a descentralização** e a **prestação de políticas públicas em escalas adequadas.***

### 366. CESPE - Proc (PGM Manaus)/Pref Manaus/2018

Julgue o item que se segue, relativo a serviços públicos e aos direitos dos usuários desses serviços.

São exigências para apresentar manifestações à ouvidoria de órgãos públicos a utilização de meio eletrônico e a indicação dos motivos determinantes.

### Comentários



Gabarito: Errado

Esta questão é respondida com **A LETRA DA LEI. Serviços públicos. Proteção e defesa dos direitos do usuário dos serviços públicos.**

*Lei 13.460/2017*

*Art. 10. A manifestação será dirigida à ouvidoria do órgão ou entidade responsável e conterá a identificação do requerente.*

*§ 1o A identificação do requerente não conterá exigências que inviabilizem sua manifestação.*

*§ 2o São vedadas quaisquer exigências relativas aos motivos determinantes da apresentação de manifestações perante a ouvidoria.*

*§ 3o Caso não haja ouvidoria, o usuário poderá apresentar manifestações diretamente ao órgão ou entidade responsável pela execução do serviço e ao órgão ou entidade a que se subordinem ou se vinculem.*

**§ 4o A manifestação poderá ser feita por meio eletrônico, ou correspondência convencional, ou verbalmente, hipótese em que deverá ser reduzida a termo.**

*§ 5o No caso de manifestação por meio eletrônico, prevista no § 4o, respeitada a legislação específica de sigilo e proteção de dados, poderá a administração pública ou sua ouvidoria requerer meio de certificação da identidade do usuário.*

*§ 6o Os órgãos e entidades públicos abrangidos por esta Lei deverão colocar à disposição do usuário formulários simplificados e de fácil compreensão para a apresentação do requerimento previsto no caput, facultada ao usuário sua utilização.*

*§ 7o A identificação do requerente é informação pessoal protegida com restrição de acesso nos termos da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011.*

### 367. CESPE - Proc (PGM Manaus)/Pref Manaus/2018

No tocante a licitações e a contratos no âmbito da administração pública, julgue o item a seguir.

O STJ entende que a contratação direta, quando não for caracterizada situação de dispensa ou inexigibilidade de licitação, gera dano ao erário na modalidade in re ipsa, pois o poder público perde a oportunidade de contratar a melhor proposta.

### Comentários

Gabarito: Certo

Esta questão é respondida com **A JURISPRUDÊNCIA. Licitação. Dispensa e inexigibilidade de licitação.**

#### **Jurisprudência em Teses do STJ – Edição nº. 97:**

8) A contratação direta, quando não caracterizada situação de dispensa ou de inexigibilidade de licitação, gera lesão ao erário (dano in re ipsa), na medida em que o Poder Público perde a oportunidade de contratar melhor proposta.



### 368. CESPE - Proc (PGM Manaus)/Pref Manaus/2018

Considerando o entendimento do STJ acerca da improbidade administrativa, julgue o item subsequente.

O ato de improbidade administrativa violador do princípio da moralidade não requer a demonstração específica de dano ao erário ou de enriquecimento ilícito, exigindo-se apenas a demonstração do dolo genérico.

#### Comentários

Gabarito: Certo

Esta questão é respondida com [A JURISPRUDÊNCIA. Improbidade administrativa. Atos de improbidade.](#)

“A configuração do ato de improbidade por ofensa a princípio da administração depende da demonstração do **chamado dolo genérico** ou lato sensu (STJ. 2ª Turma. REsp 1383649/SE, Rel. Min. Herman Benjamin, julgado em 05/09/2013).

### 369. CESPE - Proc (PGM Manaus)/Pref Manaus/2018

Considerando o entendimento do STJ acerca da improbidade administrativa, julgue o item subsequente.

Não é permitida a utilização de prova emprestada do processo penal nas ações de improbidade administrativa.

#### Comentários

Gabarito: Errado

Esta questão é respondida com [A JURISPRUDÊNCIA. Improbidade administrativa. Prova emprestada.](#)

**Súmula 591 do STJ:** É permitida a “prova emprestada” no processo administrativo disciplinar, desde que devidamente autorizada pelo juízo competente e respeitados o contraditório e a ampla defesa.

### 370. CESPE - Proc (PGM Manaus)/Pref Manaus/2018

À luz da Lei n.º 1.997/2015, do município de Manaus, e da Lei federal n.º 9.784/1999, julgue o item que se segue, pertinente aos processos administrativos.

Considerando o que dispõe a lei municipal em apreço sobre a competência legal, as atribuições recebidas por delegação podem ser objeto de subdelegação, independentemente de autorização expressa.



## Comentários

Gabarito: Errado

Esta questão é respondida com **A LETRA DA LEI LOCAL. Processo administrativo Federal e Local. Delegação de competência.**

*Lei n.º 1.997/2015, do município de Manaus*

*Art. 13 Não podem ser objeto de delegação, entre outras hipóteses decorrentes de normas específicas:*

*III - as atribuições recebidas por delegação, salvo autorização expressa e na forma por ela determinada;*

### 371. CESPE - Proc (PGM Manaus)/Pref Manaus/2018

À luz da Lei n.º 1.997/2015, do município de Manaus, e da Lei federal n.º 9.784/1999, julgue o item que se segue, pertinente aos processos administrativos.

A indicação das circunstâncias fáticas supre a exigência de motivação do ato administrativo que decidir recurso administrativo.

## Comentários

Gabarito: Errado

Esta questão é respondida com **A LETRA DA LEI. Processo administrativo federal e local. Motivação.**

*Art. 2º A Administração Pública obedecerá, dentre outros, aos princípios da legalidade, finalidade, motivação, razoabilidade, proporcionalidade, moralidade, ampla defesa, contraditório, segurança jurídica, interesse público e eficiência.*

*Parágrafo único. Nos processos administrativos serão observados, entre outros, os critérios de:*

***VII - indicação dos pressupostos de fato e de direito que determinarem a decisão;***

*Art. 50. Os atos administrativos deverão ser motivados, com indicação dos fatos e dos fundamentos jurídicos, quando:*

*I - neguem, limitem ou afetem direitos ou interesses;*

*II - imponham ou agravem deveres, encargos ou sanções;*

*III - decidam processos administrativos de concurso ou seleção pública;*

*IV - dispensem ou declarem a inexigibilidade de processo licitatório;*

***V - decidam recursos administrativos;***

*VI - decorram de reexame de ofício;*

*VII - deixem de aplicar jurisprudência firmada sobre a questão ou discrepem de pareceres, laudos, propostas e relatórios oficiais;*

*VIII - importem anulação, revogação, suspensão ou convalidação de ato administrativo.*

*§ 1º A motivação deve ser explícita, clara e congruente, podendo consistir em declaração de concordância com fundamentos de anteriores pareceres, informações, decisões ou propostas, que, neste caso, serão parte integrante do ato.*



### 372. CESPE - Proc (PGM Manaus)/Pref Manaus/2018

À luz da Lei n.º 1.997/2015, do município de Manaus, e da Lei federal n.º 9.784/1999, julgue o item que se segue, pertinente aos processos administrativos.

De acordo com a lei municipal em questão, a falta de correlação lógica entre o motivo e o objeto do ato administrativo discricionário, tendo em vista a sua finalidade, implicará a invalidade desse ato.

#### Comentários

Gabarito: Certo

Esta questão é respondida com **A LETRA DA LEI LOCAL. Processo administrativo federal e local. Invalidade dos atos administrativos.**

*Lei Municipal n.º 1.997/2015*

*Art. 53 - São inválidos os atos administrativos que desatendam os pressupostos legais e regulamentares de sua edição, ou os princípios da Administração Pública, especialmente nos casos de:*

*Parágrafo Único - Nos atos discricionários, também haverá invalidade quando faltar correlação lógica entre o motivo e o objeto do ato, tendo em vista a sua finalidade.*

### 373. CESPE - Proc (PGM Manaus)/Pref Manaus/2018

No tocante a licitações e a contratos no âmbito da administração pública, julgue o item a seguir.

No regime de execução indireta por empreitada por preço global, o poder público contrata terceiros para a execução de obra por preço certo e total.

#### Comentários

Gabarito: Certo

Esta questão é respondida com **A LETRA DA LEI. Licitação. Execução indireta.**

*Art. 6º Para os fins desta Lei, considera-se:*

*VIII - Execução indireta - a que o órgão ou entidade contrata com terceiros sob qualquer dos seguintes regimes: (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994)*

*a) **empreitada por preço global - quando se contrata a execução da obra ou do serviço por preço certo e total;***

### 374. CESPE - Proc (PGM Manaus)/Pref Manaus/2018

No tocante a licitações e a contratos no âmbito da administração pública, julgue o item a seguir.

Para o STJ, o ente público não poderá deixar de efetuar o pagamento pelos serviços comprovadamente prestados, ainda que o contrato administrativo celebrado seja nulo



por ausência de licitação ou que o contratado tenha concorrido para a nulidade contratual.

### Comentários

Gabarito: Errado

Esta questão é respondida com [A JURISPRUDÊNCIA. Contrato administrativo. Nulidade.](#)

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DE COBRANÇA. CONTRATO ADMINISTRATIVO SEM PRÉVIA LICITAÇÃO. EFETIVA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO CONSTATADA PELO TRIBUNAL A QUO. INDENIZAÇÃO CABÍVEL. SÚMULA 7/STJ. HONORÁRIOS REDUÇÃO. SÚMULA 7/STJ.

1. Segundo jurisprudência pacífica desta Corte, **ainda que o contrato realizado com a Administração Pública seja nulo, por ausência de prévia licitação, o ente público não poderá deixar de efetuar o pagamento pelos serviços prestados ou pelos prejuízos decorrentes da administração, desde que comprovados, ressalvada a hipótese de má-fé ou de ter o contratado concorrido para a nulidade.**2. Não há como alterar as conclusões obtidas pelo Tribunal de origem que, com base nas provas dos autos, entendeu ter havido a efetiva prestação do serviço por parte da autora. Incidência da Súmula 7/STJ.  
3. Não sendo o caso de valor exorbitante, ante o arbitramento dos honorários em 10% (dez por cento) do valor da causa, não cabe a esta Corte modificar o decisório sem incursionar no substrato fático-probatório dos autos. Súmula 7/STJ.4. Agravo regimental não-provido. AgRg no Ag 1056922 RS 2008/0118334-6. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES. Julgamento: 10 de Fevereiro de 2009.

### 375. CESPE - Proc (PGM Manaus)/Pref Manaus/2018

No tocante a licitações e a contratos no âmbito da administração pública, julgue o item a seguir.

O regime diferenciado de contratação pública poderá ser adotado caso o poder público pretenda locar imóvel no qual o locador tenha realizado prévia reforma substancial do bem especificado pela administração.

### Comentários

Gabarito: Certo

Esta questão é respondida com [A LETRA DA LEI. Licitações. RDC.](#)

*Lei 12.462/2011: Art. 47-A. A administração pública poderá firmar contratos de locação de bens móveis e imóveis, nos quais o locador realiza prévia aquisição, construção ou reforma substancial, com ou sem aparelhamento de bens, por si mesmo ou por terceiros, do bem especificado pela administração. (Incluído pela Lei nº 13.190, de 2015).*



### 376. CESPE - Proc (PGM Manaus)/Pref Manaus/2018

Acerca dos instrumentos jurídicos que podem ser celebrados pela administração pública para a realização de serviços públicos, julgue o item a seguir.

O termo de fomento é o instrumento jurídico adequado para concretizar parceria proposta pela administração pública com organização da sociedade civil para o alcance de finalidades de interesse público e recíproco que envolvam a transferência de recursos financeiros.

#### Comentários

Gabarito: Errado

Esta questão é respondida com [A LETRA DA LEI. Organização da administração. Termo de fomento.](#)

Termo de fomento são propostas pelas organizações da sociedade civil, já o termo de colaboração é aquele proposto pela administração pública, portanto, errada a questão.

*LEI Nº 13.019, DE 31 DE JULHO DE 2014.*

*Art. 2º Para os fins desta Lei, considera-se:*

*VII - **termo de colaboração**: instrumento por meio do qual são formalizadas as parcerias estabelecidas pela administração pública com organizações da sociedade civil para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco propostas pela administração pública que envolvam a transferência de recursos financeiros; (Redação dada pela Lei nº 13.204, de 2015)*

*VIII - **termo de fomento**: instrumento por meio do qual são formalizadas as parcerias **estabelecidas pela administração pública com organizações da sociedade civil** para a consecução de finalidades de interesse público e **recíproco propostas pelas organizações da sociedade civil**, que envolvam a transferência de recursos financeiros; (Redação dada pela Lei nº 13.204, de 2015)*

## 4.3 – ANÁLISE PROVA PGE PE 2018

### 377. CESPE - Proc (PGE PE)/PGE PE/2018

Considerando a doutrina e o entendimento jurisprudencial dos tribunais superiores acerca do regime jurídico-administrativo e do princípio constitucional da legalidade na administração pública, assinale a opção correta.

- O princípio da legalidade veda à administração a prática de atos inominados, embora estes sejam permitidos aos particulares.**
- Em virtude do princípio da reserva legal, a administração pública deve fazer o que está prescrito em lei e abster-se de atuar quando a lei proibir.



- c) A utilização de prova emprestada nos processos administrativos disciplinares ofende o princípio da legalidade.
- d) Apesar de estar submetida à legalidade estrita, a administração pública poderá interpretar normas de maneira extensiva ou restritiva com relação aos direitos dos particulares quando não existir conteúdo legal expresso.
- e) Aplica-se a teoria do fato consumado no caso de remoção de servidor público para acompanhar cônjuge em virtude de decisão judicial liminar, ainda que a remoção não se ajuste à legalidade estrita.

### Comentários

Esta questão é respondida com [A DOCTRINA. Atos administrativos. Atos inominados.](#)

**Uma das características dos atos, segundo a Doutrina, é a tipicidade, onde o ato deverá estar previamente definido pela lei, no mesmo sentido, Maria Sylvia Zanella Di Pietro (2018), diz que:**

*Tipicidade é o atributo pelo qual o ato administrativo deve corresponder a figuras definidas previamente pela lei como aptas a produzir determinados resultados. Para cada finalidade que a Administração pretende alcançar existe um ato definido em lei.*

### 378. CESPE - Proc (PGE PE)/PGE PE/2018

À luz da doutrina e da jurisprudência, assinale a opção correta acerca de atos administrativos.

- a) Admite-se a convalidação de ato administrativo por meio de decisão judicial, desde que não haja dano ao interesse público nem prejuízo a terceiros.
- b) A nomeação dos ministros de tribunais superiores no Brasil é um ato administrativo complexo.**
- c) Por ser a competência administrativa improrrogável, atos praticados por agente incompetente não se sujeitam a convalidação.
- d) Por serem os ocupantes de cargo em comissão demissíveis ad nutum, é sempre inviável a anulação do ato de exoneração de ocupante de cargo em comissão com fundamento na teoria dos motivos determinantes.
- e) Independentemente de novo posicionamento judicial, havendo modificação da situação de fato ou de direito, a administração poderá suprimir vantagem funcional incorporada em decorrência de decisão judicial transitada em julgado.

### Comentários

Esta questão é respondida com [A DOCTRINA. Atos administrativos. Atos administrativos complexos.](#)

**Atos complexos** são aqueles cuja vontade final da Administração exige a intervenção de agentes ou órgãos diversos, havendo certa autonomia, ou conteúdo próprio, em cada uma das manifestações. Exemplo: **a investidura do Ministro do STF se inicia pela escolha**



***do Presidente da República***; passa, após, pela aferição do Senado Federal; e culmina com a nomeação (art. 101, parágrafo único, CF). (José dos Santos Carvalho Filho, 2018)

### 379. CESPE - Proc (PGE PE)/PGE PE/2018

À luz da jurisprudência dos tribunais superiores sobre o poder de polícia, o poder disciplinar, o poder normativo e o dever de probidade na administração pública, assinale a opção correta.

a) Cabe aos conselhos regionais de farmácia, no exercício do poder de polícia, licenciar e fiscalizar as condições de funcionamento dos estabelecimentos farmacêuticos.

**b) O pagamento de multa resultante de autuação por agente de trânsito não implica a desistência da discussão judicial da infração.**

c) A configuração de ato de improbidade administrativa requer que haja enriquecimento ilícito ou dano ao erário.

d) A ocorrência do ato de improbidade administrativa, em regra, viabiliza a reparação por dano moral coletivo.

e) Em razão do poder disciplinar da administração pública, é admissível que edital de concurso público proíba a participação de candidatos tatuados.

#### Comentários

Esta questão é respondida com [A JURISPRUDÊNCIA. Princípios e Poderes da administração. Poder de polícia.](#)

***Súmula 434 do STJ***: O pagamento da multa por infração de trânsito não inibe a discussão judicial do débito

### 380. CESPE - Proc (PGE PE)/PGE PE/2018

Assinale a opção correta acerca da organização administrativa.

a) Ocorre descentralização por serviços quando o poder público contrata empresa privada para desempenhar atividade acessória à atividade finalística da administração.

b) A autorização, a permissão e a concessão de serviços públicos a empresas privadas caracterizam desconcentração administrativa.

c) O ente titular do serviço público pode interferir na execução do serviço público transferido a outra pessoa jurídica no caso descentralização por serviços.

d) A descentralização por colaboração resulta na transferência da titularidade e da execução do serviço público para empresas públicas ou sociedades de economia mista.

**e) No caso de descentralização por colaboração, a alteração das condições de execução do serviço público independe de previsão legal específica.**

#### Comentários



Esta questão é respondida com **A DOCTRINA. Organização da administração. Descentralização por colaboração.**

*Descentralização por colaboração é a que se verifica quando, **por meio de contrato ou ato administrativo unilateral**, se transfere a execução de determinado serviço público a pessoa jurídica de direito privado, previamente existente, conservando o Poder Público a titularidade do serviço. (Maria Sylvia Zanella Di Pietro, 2018).*

### 381. CESPE - Proc (PGE PE)/PGE PE/2018

No que diz respeito à administração indireta e ao regime jurídico das agências reguladoras e executivas, assinale a opção correta.

- a) A autonomia técnica das agências reguladoras é compatível com a criação de instâncias administrativas revisoras de seus atos.
- b) Embora as agências reguladoras disponham de poder normativo técnico, as normas que resultam do seu poder regulamentar não introduzem direito novo no ordenamento.
- c) Desde que apresentem plano de reestruturação e celebrem contrato de gestão com o órgão supervisor, as associações civis podem ser qualificadas como agências executivas.
- d) Embora a estabilidade seja a regra para o mandato dos dirigentes das agências reguladoras, a lei instituidora da agência pode estabelecer condições distintas para a perda de cargo de seus dirigentes.**
- e) De acordo com o STF, é viável condicionar a demissão de conselheiro de agência reguladora estadual durante o mandato a decisão exclusiva da assembleia legislativa local.

### Comentários

Esta questão é respondida com **A LETRA DA LEI. Organização da administração Agências Reguladoras.**

*Lei 9.986/2000, Art. 9º - Os Conselheiros e os Diretores somente perderão o mandato em caso de renúncia, de condenação judicial transitada em julgado ou de processo administrativo disciplinar.*

*Parágrafo único. **A lei de criação da Agência poderá prever outras condições para a perda do mandato.***

### 382. CESPE - Proc (PGE PE)/PGE PE/2018

Assinale a opção correta com relação ao regime jurídico das empresas estatais e das sociedades de economia mista.

- a) Em razão da posição preponderante da administração pública, aplicam-se as normas de direito público aos contratos de obras celebrados por sociedades de economia mista.



- b) A aquisição de bens e serviços pelas empresas estatais prestadoras de serviço público deve seguir o procedimento estabelecido na Lei Geral de Licitações e Contratos.
- c) Uma empresa pública pode celebrar contrato de patrocínio com pessoa física para a promoção de atividade cultural, ainda que tal atividade seja desvinculada de sua marca.
- d) É dispensável às empresas públicas a realização de licitação para a compra de ações, títulos de crédito e bens que elas comercializem.**
- e) Por ser atribuição do chefe do Poder Executivo, a extinção de sociedade de economia mista independe de autorização legislativa.

### Comentários

Esta questão é respondida com [A LETRA DA LEI. Organização da administração. Estatuto da empresa pública e sociedade de economia mista.](#)

*LEI Nº 13.303, DE 30 DE JUNHO DE 2016.*

*Art. 29. É dispensável a realização de licitação por empresas públicas e sociedades de economia mista:*

*XVIII - na compra e venda de ações, de títulos de crédito e de dívida e de bens que produzam ou comercializem.*

### 383. CESPE - Proc (PGE PE)/PGE PE/2018

Segundo o entendimento do STF, a responsabilidade civil do Estado pela morte de detento sob sua custódia é

- a) objetiva, com base na teoria do risco integral, sem a possibilidade de aplicação de causas excludentes de responsabilidade.
- b) subjetiva, tanto para as condutas estatais comissivas quanto para as omissivas.
- c) objetiva, com base na teoria do risco administrativo, mas apenas em relação às condutas estatais comissivas.
- d) subjetiva, com base na teoria da falta do serviço, no caso de omissão estatal.
- e) objetiva, com base na teoria do risco administrativo, em caso de inobservância do seu dever constitucional específico de proteção, tanto para as condutas estatais comissivas quanto para as omissivas.**

### Comentários

Esta questão é respondida com [A JURISPRUDÊNCIA. Responsabilidade Civil do Estado e prescrição. Detento sob custódia.](#)

EMENTA: Recurso extraordinário. 2. Morte de detento por colegas de carceragem. Indenização por danos morais e materiais. 3. Detento sob a custódia do Estado. Responsabilidade objetiva. 4. Teoria do Risco Administrativo. Configuração do nexo de causalidade em função do dever constitucional de guarda (art. 5º, XLX). Responsabilidade de reparar o dano que prevalece ainda que demonstrada a



ausência de culpa dos agentes públicos. 5. Recurso extraordinário a que se nega provimento

(RE 272839, Relator(a): Min. GILMAR MENDES, Segunda Turma, julgado em 01/02/2005, DJ 08-04-2005 PP-00038 EMENT VOL-02186-03 PP-00417 RTJ VOL-00194-01 PP-00337 LEXSTF v. 27, n. 317, 2005, p. 236-257 RT v. 94, n. 837, 2005, 129-138)

#### 384. CESPE - Proc (PGE PE)/PGE PE/2018

De acordo com a conceituação dada pela doutrina pertinente, o ato administrativo unilateral, discricionário e precário pelo qual a administração consente na utilização privativa de bem público para fins de interesse público é denominado

- a) **permissão de uso de bem público.**
- b) autorização de uso de bem público.
- c) concessão de direito real de uso de bem público.
- d) concessão de uso de bem público.
- e) cessão de uso de bem público.

#### Comentários

Esta questão é respondida com **A DOCTRINA. Bens públicos. Permissão de uso.**

*Permissão de uso é o ato administrativo pelo qual a Administração consente que certa pessoa utilize privativamente bem público, atendendo ao mesmo tempo aos interesses público e privado.*

*Trata-se de ato unilateral, discricionário e precário. (José dos Santos Carvalho Filho, 2018)*

#### 385. CESPE - Proc (PGE PE)/PGE PE/2018

Conforme a Lei de Improbidade Administrativa, configura ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública qualquer ação ou omissão que viole os deveres de honestidade, imparcialidade, legalidade e lealdade às instituições, em especial,

- a) perceber vantagem econômica para intermediar a liberação de verba pública de qualquer natureza.
- b) utilizar, em obra particular, máquinas de propriedade de entidades da administração pública indireta estadual.
- c) frustrar a licitude de processo seletivo para a celebração de parcerias com entidades sem fins lucrativos.
- d) realizar operação financeira sem a observância das normas legais e regulamentares.



e) **deixar de prestar contas quando esteja obrigado a fazê-lo.**

### Comentários

Esta questão é respondida com [A LETRA DA LEI. Improbidade administrativa. Atos de improbidade.](#)

*Lei 8.429/92 - Art. 11. Constitui ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública qualquer ação ou omissão que viole os deveres de honestidade, imparcialidade, legalidade, e lealdade às instituições, e notadamente:*

*VI - **deixar de prestar contas quando esteja obrigado a fazê-lo;***

#### 386. CESPE - Proc (PGE PE)/PGE PE/2018

Considerando a doutrina, a jurisprudência e o disposto na Lei n.º 9.784/1999, assinale a opção correta acerca do processo administrativo.

- a) Ao administrado não é permitido alegar em instância superior fato ou prova não trazida na fase inicial do processo administrativo.
- b) No processo administrativo, configura vício insanável a prática de ato administrativo por agente público sob suspeição ou impedimento.
- c) Admite-se a tutela cautelar no processo administrativo, desde que haja a prévia manifestação do interessado no sentido de sua necessidade.
- d) É de dez anos o prazo decadencial para se rever ato administrativo praticado antes da promulgação da Lei n.º 9.784/1999.
- e) **Órgão competente para o julgamento de recursos no processo administrativo poderá agravar a situação do recorrente, desde que lhe seja garantida a oportunidade para a apresentação de alegações.**

### Comentários

Esta questão é respondida com [A LETRA DA LEI. Processo administrativo Federal e local. Recursos.](#)

*Lei 9.784/99 - Art. 64. O órgão competente para decidir o recurso poderá confirmar, modificar, anular ou revogar, total ou parcialmente, a decisão recorrida, se a matéria for de sua competência.*

*Parágrafo único. **Se da aplicação do disposto neste artigo puder decorrer gravame à situação do recorrente, este deverá ser cientificado para que formule suas alegações antes da decisão.***

#### 387. CESPE - Proc (PGE PE)/PGE PE/2018

Dado o poder de autotutela, compete à administração pública anular seus próprios atos, quando eles estiverem eivados de vício de legalidade. De acordo com a Lei de Processo Administrativo do Estado de Pernambuco, o prazo para anular atos administrativos de



que decorram efeitos favoráveis para os destinatários e efeitos danosos ao estado deve ser contado da data em que tais atos forem praticados e decai em

- a) cinco anos, salvo comprovada má-fé.
- b) três anos, em todos os casos.
- c) dez anos, salvo comprovada má-fé.**
- d) vinte anos, salvo comprovada má-fé.
- e) quinze anos, em todos os casos.

### Comentários

Esta questão é respondida com **A LETRA DA LEI LOCAL. Processo administrativo federal e local. Anulação.**

*LEI Nº 11.781, DE 6 DE JUNHO DE 2000.*

*Art. 54. O direito da Administração de anular os atos administrativos de que decorram efeitos favoráveis para os destinatários e danosos para o Estado **decai em dez anos, contados da data em que foram praticados, salvo comprovada má-fé,** e observada a legislação civil brasileira quanto à prescrição de dívida para o erário. (Redação alterada pelo art. 1º da Lei nº 12.376, de 2 de junho de 2003.)*

### 388. CESPE - Proc (PGE PE)/PGE PE/2018

Acerca dos contratos administrativos, julgue os itens a seguir.

I No caso de atrasos dos pagamentos devidos pela administração contratante, superiores a noventa dias, é possível a aplicação, pelo contratado, da exceção do contrato não cumprido, salvo em casos excepcionais, como calamidade pública ou guerra.

II A modificação do regime de execução da obra para melhor adequação técnica constitui hipótese de alteração unilateral do contrato.

III Aos contratos administrativos de prestação de serviços contínuos com dedicação exclusiva de mão de obra aplica-se o reajuste por índices.

IV É cláusula necessária dos contratos administrativos a que estabelece as penalidades cabíveis para as situações de sua inexecução parcial ou total.

Assinale a opção correta.

- a) Apenas os itens I e II estão certos.
- b) Apenas os itens I e IV estão certos.**
- c) Apenas os itens II e III estão certos.
- d) Apenas os itens III e IV estão certos.
- e) Todos os itens estão certos.

### Comentários



Esta questão é respondida com **A DOCTRINA. Bens públicos. Permissão de uso.**

Art. 78. *Constituem motivo para rescisão do contrato:*

*XV - o atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela Administração decorrentes de obras, serviços ou fornecimento, ou parcelas destes, já recebidos ou executados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado ao contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação; **ITEM I.***

Art. 55. *São cláusulas necessárias em todo contrato as que estabeleçam:*

*VII - os direitos e as responsabilidades das partes, as penalidades cabíveis e os valores das multas; **ITEM IV.***

### 389. CESPE - Proc (PGE PE)/PGE PE/2018

Um estado da Federação, com o objetivo de melhorar a prestação do serviço público de saúde, resolveu construir novos hospitais, de modo a aumentar a infraestrutura física da rede estadual do SUS.

Nessa situação hipotética, as empresas responsáveis pelas obras poderão ser selecionadas, independentemente do valor, por meio de

- a) licitação na modalidade convite.
- b) dispensa de licitação, desde que haja grave risco à saúde pública.
- c) licitação na modalidade concorrência.
- d) licitação na modalidade tomada de preços.
- e) licitação no regime diferenciado de contratação.

### Comentários

Gabarito: Anulada

Esta questão é respondida com **A LETRA DA LEI. Licitações. RDC.**

A questão foi anulada pela banca, uma vez que o RDC é aplicável de maneira opcional, podendo também ser utilizada a modalidade concorrência, existindo duas respostas corretas, portanto, procedente a anulação.

Vejamos o artigo 1º, da Lei 12.462/2011, na qual traz a palavra “aplicável” que revela uma discricionariedade da administração pública.

*Lei 12.462/2011 - Art. 1º É instituído o Regime Diferenciado de Contratações Públicas (RDC), **aplicável** exclusivamente às licitações e contratos necessários à realização:*

*V - das obras e serviços de engenharia no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS.*

### 390. CESPE - Proc (PGE PE)/PGE PE/2018



Considerando que a administração pública pretenda celebrar uma parceria, sem a transferência de recursos financeiros, com determinada organização da sociedade civil para a execução de finalidade de interesse público e recíproco na área de educação, assinale a opção que, de acordo com o marco regulatório das organizações da sociedade civil, corresponde ao instrumento adequado a esse caso.

- a) convênio
- b) termo de fomento
- c) termo de colaboração
- d) acordo de cooperação**
- e) protocolo de intenções

### Comentários

Esta questão é respondida com **A LETRA DA LEI. Organização da administração. Acordo de cooperação.**

*LEI Nº 13.019, DE 31 DE JULHO DE 2014.*

*Art. 2º Para os fins desta Lei, considera-se:*

*VIII-A - **acordo de cooperação**: instrumento por meio do qual são formalizadas as parcerias estabelecidas pela administração pública com organizações da sociedade civil para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco que não envolvam a transferência de recursos financeiros; (Incluído pela Lei nº 13.204, de 2015)*

## 4.4 – ANÁLISE PROVA PGM FORTALEZA 2017

### 391. CESPE-Proc Mun (Fortaleza)/Pref Fortaleza/2017

Acerca do direito administrativo, julgue o item que se segue.

Considerando os princípios constitucionais explícitos da administração pública, o STF estendeu a vedação da prática do nepotismo às sociedades de economia mista, embora elas sejam pessoas jurídicas de direito privado.

### Comentários

Gabarito: Certo

Esta questão é respondida com **A JURISPRUDÊNCIA. Princípios e poderes da administração. Nepotismo.**

**Súmula Vinculante 13** - A nomeação de cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, da autoridade nomeante ou de servidor da mesma pessoa jurídica investido em cargo de direção, chefia ou assessoramento, para o exercício de cargo em comissão ou de confiança ou, ainda, de função gratificada na administração pública direta e indireta em



qualquer dos poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, compreendido o ajuste mediante designações recíprocas, viola a Constituição Federal.

### 392. CESPE - Proc Mun (Fortaleza)/Pref Fortaleza/2017

Acerca do direito administrativo, julgue o item que se segue.

A regulação das relações jurídicas entre agentes públicos, entidades e órgãos estatais cabe ao direito administrativo, ao passo que a regulação das relações entre Estado e sociedade compete aos ramos do direito privado, que regulam, por exemplo, as ações judiciais de responsabilização civil do Estado.

#### Comentários

Gabarito: Errado

Esta questão é respondida com [A DOCTRINA. Conceitos introdutórios do direito administrativo. Relações jurídicas entre o Estado e a sociedade.](#)

A regulação das relações entre Estado-Sociedade é regida pelo Direito Administrativo (Público), regulando inclusive as ações de responsabilização civil do Estado.

### 393. CESPE - Proc Mun (Fortaleza)/Pref Fortaleza/2017

Acerca do direito administrativo, julgue o item que se segue.

Conforme a doutrina, diferentemente do que ocorre no âmbito do direito privado, os costumes não constituem fonte do direito administrativo, visto que a administração pública deve obediência estrita ao princípio da legalidade.

#### Comentários

Gabarito: Errado

Esta questão é respondida com [A DOCTRINA. Conceitos introdutórios do direito administrativo. Fontes.](#)

Mesmo que a Administração pública se guie pelo princípio da estrita legalidade, a doutrina entende que os costumes, desde que não sejam contra legem, poderão ser usados como fonte no direito administrativo.

### 394. CESPE - Proc Mun (Fortaleza)/Pref Fortaleza/2017

Acerca do direito administrativo, julgue o item que se segue.

O exercício do poder de polícia reflete o sentido objetivo da administração pública, o qual se refere à própria atividade administrativa exercida pelo Estado.



## Comentários

Gabarito: Certo

Esta questão é respondida com [A DOCTRINA. Conceitos introdutórios do direito administrativo. Regime jurídico administrativo.](#)

*Matheus Carvalho (2016):*

*Administração pública em sentido formal, orgânico ou subjetivo - conjunto de órgãos e agentes estatais no exercício da função administrativa, independentemente do Poder a que pertençam.*

*Administração Pública em sentido material ou objetivo - se confunde com a função administrativa, devendo ser entendida como a atividade administrativa exercida pelo Estado, designando a atividade consistente na **defesa concreta do interesse público.***

### 395. CESPE - Proc Mun (Fortaleza)/Pref Fortaleza/2017

Acerca do direito administrativo, julgue o item que se segue.

A possibilidade de realização de obras para a passagem de cabos de energia elétrica sobre uma propriedade privada, a fim de beneficiar determinado bairro, expressa a concepção do regime jurídico-administrativo, o qual dá prerrogativas à administração para agir em prol da coletividade, ainda que contra os direitos individuais.

## Comentários

Gabarito: Certo

Esta questão é respondida com [A DOCTRINA. Conceitos introdutórios do direito administrativo. Fontes.](#)

Segundo o princípio da supremacia do interesse público, poderá o Poder Público intervir na propriedade de particulares visando o interesse geral ou coletivo, podendo, como no caso em comento, realizar servidões administrativas, que inclusive constam na Lei, vejamos:

*Decreto Lei nº 3.365 de 21 de Junho de 1941*

*Art. 40. O expropriante poderá constituir servidões, mediante indenização na forma desta lei.*

### 396. CESPE - Proc Mun (Fortaleza)/Pref Fortaleza/2017

A seguir é apresentada uma situação hipotética seguida de uma assertiva a ser julgada, a respeito da organização administrativa e dos atos administrativos.

A prefeitura de determinado município brasileiro, suscitada por particulares a se manifestar acerca da construção de um condomínio privado em área de proteção ambiental, absteve-se de emitir parecer. Nessa situação, a obra poderá ser iniciada, pois



o silêncio da administração é considerado ato administrativo e produz efeitos jurídicos, independentemente de lei ou decisão judicial.

## Comentários

Gabarito: Errado

Esta questão é respondida com [A DOCTRINA. Atos administrativos. Silêncio administrativo.](#)

**Silêncio Administrativo:** *embora se trate de matéria divergente na doutrina, majoritariamente, pode-se definir que o silêncio da Administração Pública, diante de determinada situação, não produz qualquer efeito, ressalvadas as hipóteses em que o próprio texto legal determinar o dever de agir do poder público, definindo que a ausência de conduta ensejará a aceitação tácita de determinado fato ou até mesmo a negativa pelo decurso do tempo. Nestes casos, pode-se entender que o efeito decorre da disposição legal que atribui à nãoatuação determinadas consequências específicas e não do silêncio, propriamente considerad (Matheus Carvalho, 2018).*

### 397. CESPE - Proc Mun (Fortaleza)/Pref Fortaleza/2017

O item a seguir é apresentada uma situação hipotética seguida de uma assertiva a ser julgada, a respeito da organização administrativa e dos atos administrativos.

Removido de ofício por interesse da administração, sob a justificativa de carência de servidores em outro setor, determinado servidor constatou que, em verdade, existia excesso de servidores na sua nova unidade de exercício. Nessa situação, o ato, embora seja discricionário, poderá ser invalidado.

## Comentários

Gabarito: Certo

Esta questão é respondida com [A DOCTRINA. Atos administrativos. Teoria dos motivos determinantes.](#)

A questão elucidou um fato no qual um servidor público foi removido de ofício sob a justificativa de carência de servidores em outro setor, acontece que, constatou-se posteriormente que existia, na verdade, um excesso de servidores na sua nova unidade de exercício, poderá então o ato de remoção ser invalidado, uma vez que descumpriu o que se conhece por “teoria dos motivos determinantes”, ou seja, a administração resta adistrita àquilo que elencou nos motivos utilizados como fundamentação.

### 398. CESPE - Proc Mun (Fortaleza)/Pref Fortaleza/2017

Com relação a processo administrativo, poderes da administração e serviços públicos, julgue o item subsecutivo.

O exercício do poder regulamentar é privativo do chefe do Poder Executivo da União, dos estados, do DF e dos municípios.



## Comentários

Gabarito: Certo

Esta questão é respondida com [A CF/1988. Princípios e Poderes da administração. Poder regulamentar.](#)

Art. 84. **Compete privativamente ao Presidente da República:**

*IV - sancionar, promulgar e fazer publicar as leis, bem como expedir decretos e **regulamentos para sua fiel execução;***

*O poder regulamentar como uma das formas pelas quais se expressa a função normativa do Poder Executivo. Pode ser definido como o que cabe ao Chefe do Poder Executivo da União, dos Estados e dos Municípios, de editar normas complementares à lei, para sua fiel execução. (Maria Zylvia Zanella di Pietro, 2018)*

### 399. CESPE - Proc Mun (Fortaleza)/Pref Fortaleza/2017

Um servidor da Procuradoria-Geral do Município de Fortaleza, ocupante exclusivamente de cargo em comissão, foi preso em flagrante, em operação da Polícia Federal, por fraudar licitação para favorecer determinada empresa.

Com referência a essa situação hipotética, julgue o item subsequente tendo como fundamento o controle da administração pública e as disposições da Lei de Improbidade Administrativa e da Lei Municipal n.º 6.794/1990, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores do Município de Fortaleza.

Caso o referido servidor seja demitido por decisão de processo administrativo disciplinar, poderá o Poder Judiciário revogar esse ato administrativo se ficar comprovado o cerceamento de defesa, ainda que exista recurso administrativo pendente de decisão.

## Comentários

Gabarito: Errado

Esta questão é respondida com [A JURISPRUDÊNCIA. Atos administrativos. Anulação.](#)

Não cabe ao judiciário revogar um ato, uma vez que apresente vício de legalidade, deverá o judiciário ANULAR, eis o erro da questão.

### SÚMULA 473 STF

A administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque dêles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial.

### 400. CESPE - Proc Mun (Fortaleza)/Pref Fortaleza/2017



Com relação a processo administrativo, poderes da administração e serviços públicos, julgue o item subsecutivo.

Situação hipotética: Um secretário municipal removeu determinado assessor em razão de desentendimentos pessoais motivados por ideologia partidária. Assertiva: Nessa situação, o secretário agiu com abuso de poder, na modalidade excesso de poder, já que atos de remoção de servidor não podem ter caráter punitivo.

### Comentários

Gabarito: Errado

Esta questão é respondida com [A DOCTRINA. Atos administrativos. Desvio de poder.](#)

A hipótese é de desvio de poder e não de abuso de poder como o exercício trouxe, vejamos a doutrina da Prof.<sup>a</sup> Maria Sylvia Zanella Di Pietro (2018):

*Trata-se do desvio de poder ou desvio de finalidade, definido pela Lei n o 4.717/65 como aquele que se verifica quando "o agente pratica o ato visando a fim diverso daquele previsto, explícita ou implicitamente, na regra de competência" (art. 2 o , parágrafo único, e).*

#### 401. CESPE - Proc Mun (Fortaleza)/Pref Fortaleza/2017

O item a seguir é apresentada uma situação hipotética seguida de uma assertiva a ser julgada, a respeito da organização administrativa e dos atos administrativos.

Ao instituir programa para a reforma de presídios federais, o governo federal determinou que fosse criada uma entidade para fiscalizar e controlar a prestação dos serviços de reforma. Nessa situação, tal entidade, devido à sua finalidade e desde que criada mediante lei específica, constituirá uma agência executiva.

### Comentários

Gabarito: Errado

Esta questão é respondida com [A DOCTRINA. Organização da administração. Agência reguladora.](#)

Aqui trata-se de hipótese de uma agência reguladora, não de executiva, uma vez que esta não será criada por lei, mas sim será concedida uma qualificação a determinada autarquia, desde que celebre contrato de gestão com o órgão da administração direta. Já a agência reguladora, será incumbida por lei a exercer a função de regular determinada matéria específica.

**Agência executiva** é a qualificação dada à autarquia ou fundação que celebre contrato de gestão com o órgão da Administração Direta a que se acha vinculada, para a melhoria da eficiência e redução de custos.

**Agência reguladora**, em sentido amplo, seria, no direito brasileiro, qualquer órgão da Administração Direta ou entidade da Administração Indireta com função de regular a matéria específica que lhe está afeta. Se for entidade da Administração indireta, ela está sujeita ao princípio da especialidade, significando que cada qual exerce e é especializada na matéria que lhe foi atribuída por lei. (Maria Sylvia Zanella Di Pietro, 2018)



#### 402. CESPE - Proc Mun (Fortaleza)/Pref Fortaleza/2017

A respeito de bens públicos e responsabilidade civil do Estado, julgue o item.

De acordo com o entendimento do STF, empresa concessionária de serviço público de transporte responde objetivamente pelos danos causados à família de vítima de atropelamento provocado por motorista de ônibus da empresa.

### Comentários

Gabarito: Certo

Esta questão é respondida com **A JURISPRUDÊNCIA. Responsabilidade civil do Estado e prescrição. Danos causados a terceiros usuários e não usuários do serviço.**

EMENTA: DIREITO ADMINISTRATIVO. AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO. RESPONSABILIDADE OBJETIVA DE CONCESSIONÁRIA DE SERVIÇO PÚBLICO. NEXO CAUSAL RECONHECIDO PELO TRIBUNAL DE ORIGEM. INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL. NECESSIDADE DE NOVA ANÁLISE DOS FATOS E DO MATERIAL PROBATÓRIO. SÚMULA 279/STF.

1. **A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal se orienta no sentido de que as pessoas jurídicas de direito privado, prestadoras de serviço público, respondem objetivamente pelos prejuízos que causarem a terceiros usuários e não usuários do serviço.** (RE 591.874-RG, Rel. Min. Ricardo Lewandowski – Tema 130).

2. Divergir do entendimento do Tribunal de origem acerca da existência dos elementos configuradores da responsabilidade objetiva pressupõe, necessariamente, uma nova apreciação dos fatos e do material probatório constante dos autos. Incidência da Súmula 279/STF.

3. Agravo regimental a que se nega provimento.

(ARE 802167 AgR, Relator(a): Min. ROBERTO BARROSO, Primeira Turma, julgado em 23/02/2016, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-045 DIVULG 09-03-2016 PUBLIC 10-03-2016)

#### 403. CESPE - Proc Mun (Fortaleza)/Pref Fortaleza/2017

A respeito de bens públicos e responsabilidade civil do Estado, julgue o item.

Se, após um inquérito civil público, o MP ajuizar ação de improbidade contra agente público por ofensa ao princípio constitucional da publicidade, o agente público responderá objetivamente pelos atos praticados, conforme o entendimento do STJ.

### Comentários

Gabarito: Errado



Esta questão é respondida com **A JURISPRUDÊNCIA. Improbidade administrativa. Atos de improbidade.**

**STJ - AIA 30/AM:** AÇÃO DE IMPROBIDADE ORIGINÁRIA CONTRA MEMBROS DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO. LEI 8.429/92. LEGITIMIDADE DO REGIME SANCIONATÓRIO. EDIÇÃO DE PORTARIA COM CONTEÚDO CORRECIONAL NÃO PREVISTO NA LEGISLAÇÃO. AUSÊNCIA DO ELEMENTO SUBJETIVO DA CONDUTA. INEXISTÊNCIA DE IMPROBIDADE. 1. A jurisprudência firmada pela Corte Especial do STJ é no sentido de que, excetuada a hipótese de atos de improbidade praticados pelo Presidente da República (art. 85, V), cujo julgamento se dá em regime especial pelo Senado Federal (art. 86), não há norma constitucional alguma que imunize os agentes políticos, sujeitos a crime de responsabilidade, de qualquer das sanções por ato de improbidade previstas no art. 37, § 4.º. Seria incompatível com a Constituição eventual preceito normativo infraconstitucional que impusesse imunidade dessa natureza (Rcl 2.790/SC, DJe de 04/03/2010). 2. Não se pode confundir improbidade com simples ilegalidade. **A improbidade é ilegalidade tipificada e qualificada pelo elemento subjetivo da conduta do agente. Por isso mesmo, a jurisprudência do STJ considera indispensável, para a caracterização de improbidade, que a conduta do agente seja dolosa, para a tipificação das condutas descritas nos artigos 9º e 11 da Lei 8.429/92, ou pelo menos eivada de culpa grave, nas do artigo 10.** 3. No caso, aos demandados são imputadas condutas capituladas no art. 11 da Lei 8.429/92 por terem, no exercício da Presidência de Tribunal Regional do Trabalho, editado Portarias afastando temporariamente juízes de primeiro grau do exercício de suas funções, para que proferissem sentenças em processos pendentes. Embora enfatize a ilegalidade dessas Portarias, a petição inicial não descreve nem demonstra a existência de qualquer circunstância indicativa de conduta dolosa ou mesmo culposa dos demandados. 4. Ação de improbidade rejeitada (art. 17, § 8º, da Lei 8.429/92).

#### 404. CESPE - Proc Mun (Fortaleza)/Pref Fortaleza/2017

A respeito de bens públicos e responsabilidade civil do Estado, julgue o item.

Situação hipotética: Um veículo particular, ao transpassar indevidamente um sinal vermelho, colidiu com veículo oficial da Procuradoria-Geral do Município de Fortaleza, que trafegava na contramão. Assertiva: Nessa situação, não existe a responsabilização integral do Estado, pois a culpa concorrente atenua o quantum indenizatório.

### Comentários

Gabarito: Certo

Esta questão é respondida com **A DOCTRINA. Responsabilidade Civil do Estado e prescrição. Culpa concorrente.**



A responsabilidade civil do Estado, elencada na Constituição Federal no art. 37, §6º, estabelece que será objetiva, ou seja, não deverá a vítima do dano, comprovar dolo ou culpa por parte do agente estatal, que nessa qualidade, provocar o dano. Tal entendimento está baseado na teoria do risco administrativo, que traz a noção de que, mesmo que objetiva a responsabilidade do estado, esta não será integral, ou seja, caso exista culpa concorrente entre a vítima e o Estado, a responsabilidade deverá ser atenuada.

#### 405. CESPE - Proc Mun (Fortaleza)/Pref Fortaleza/2017

Com relação a processo administrativo, poderes da administração e serviços públicos, julgue o item subsecutivo.

Conforme a doutrina, a União pode firmar contrato de concessão com empresa privada, com prazo indeterminado, para, por exemplo, a construção e manutenção de rodovia federal com posterior cobrança de pedágio.

### Comentários

Gabarito: Errado

Esta questão é respondida com **A LETRA DA LEI. Serviços públicos. Concessões.**

Segundo a Lei 8.987/95, os contratos de concessão serão por prazo determinado, eis o erro da questão na hora de dizer que a União firmará contrato por prazo indeterminado.

*LEI Nº 8.987, DE 13 DE FEVEREIRO DE 1995.*

*Art. 2º Para os fins do disposto nesta Lei, considera-se:*

*II - **concessão de serviço público**: a delegação de sua prestação, feita pelo poder concedente, mediante licitação, na modalidade de concorrência, à pessoa jurídica ou consórcio de empresas que demonstre capacidade para seu desempenho, por sua conta e risco e por **prazo determinado**;*

*III - **concessão de serviço público precedida da execução de obra pública**: a construção, total ou parcial, conservação, reforma, ampliação ou melhoramento de quaisquer obras de interesse público, delegada pelo poder concedente, mediante licitação, na modalidade de concorrência, à pessoa jurídica ou consórcio de empresas que demonstre capacidade para a sua realização, por sua conta e risco, de forma que o investimento da concessionária seja remunerado e amortizado mediante a exploração do serviço ou da obra **por prazo determinado**;*

#### 406. CESPE - Proc Mun (Fortaleza)/Pref Fortaleza/2017

O item a seguir é apresentada uma situação hipotética seguida de uma assertiva a ser julgada, a respeito da organização administrativa e dos atos administrativos.

O prefeito de um município brasileiro delegou determinada competência a um secretário municipal. No exercício da função delegada, o secretário emitiu um ato ilegal. Nessa situação, a responsabilidade pela ilegalidade do ato deverá recair apenas sobre a autoridade delegada.

### Comentários



Gabarito: Certo

Esta questão é respondida com [A JURISPRUDÊNCIA. Atos administrativo. Responsabilidade por ato praticado por autoridade delegada.](#)

**Súmula 510 STF** - Praticado o ato por autoridade, no exercício de competência delegada, contra ela cabe o mandado de segurança ou a medida judicial.

#### 407. CESPE - Proc Mun (Fortaleza)/Pref Fortaleza/2017

Com relação a processo administrativo, poderes da administração e serviços públicos, julgue o item subsecutivo.

No processo administrativo, vige o princípio do formalismo moderado, rechaçando-se o excessivo rigor na tramitação dos procedimentos, para que se evite que a forma seja tomada como um fim em si mesma, ou seja, desligada da verdadeira finalidade do processo.

### Comentários

Gabarito: Certo

Esta questão é respondida com [A LETRA DA LEI. Processo Administrativo Federal e local. Formalismo Moderado.](#)

*Lei 9784/99: Art. 1º Parágrafo único. Nos processos administrativos serão observados, entre outros, os critérios de:*

*IX - adoção de **formas simples**, suficientes para propiciar adequado grau de certeza, segurança e respeito aos direitos dos administrados*

*Art. 22. Os atos do processo administrativo **não dependem de forma determinada** senão quando a lei expressamente a exigir.*

#### 408. CESPE - Proc Mun (Fortaleza)/Pref Fortaleza/2017

Com relação a processo administrativo, poderes da administração e serviços públicos, julgue o item subsecutivo.

Nos termos da jurisprudência do STF, caso um particular interponha recurso administrativo contra uma multa de trânsito, por se tratar do exercício do poder de polícia pela administração, a admissibilidade do recurso administrativo dependerá de depósito prévio a ser efetuado pelo administrado.

### Comentários

Gabarito: Errado

Esta questão é respondida com [A JURISPRUDÊNCIA. Processo administrativo federal e local. Admissibilidade dos recursos.](#)



### Súmula Vinculante 21

É inconstitucional a exigência de depósito ou arrolamento prévios de dinheiro ou bens para admissibilidade de recurso administrativo.

#### 409. CESPE - Proc Mun (Fortaleza)/Pref Fortaleza/2017

Acerca da intervenção do Estado na propriedade, das licitações e dos contratos administrativos, julgue o seguinte item.

Situação hipotética: A Procuradoria-Geral do Município de Fortaleza decidiu ceder espaço de suas dependências para a instalação de lanchonete que atendesse aos procuradores, aos servidores e ao público em geral. Assertiva: Nessa situação, por se tratar de ato regido pelo direito privado, não será necessária a realização de processo licitatório para a cessão de uso pelo particular a ser contratado.

### Comentários

Gabarito: Errado

Esta questão é respondida com **A DOCTRINA. Bens públicos. Concessão.**

*Concessão de uso é o contrato administrativo pelo qual a Administração Pública faculta ao particular a utilização privativa de bem público, para que a exerça conforme a sua destinação.*

*A concessão exige licitação, nos termos do artigo 2º da Lei nº 8.666/93, que silencia quanto à modalidade a ser utilizada, ao contrário do Decreto-lei nº 2.300/86, que exigia concorrência. (Maria Sylvia Zanella Di Pietro, 2018).*

#### 410. CESPE - Proc Mun (Fortaleza)/Pref Fortaleza/2017

A respeito de bens públicos e responsabilidade civil do Estado, julgue o item.

Situação hipotética: A associação de moradores de determinado bairro de uma capital brasileira decidiu realizar os bailes de carnaval em uma praça pública da cidade. Assertiva: Nessa situação, a referida associação poderá fazer uso da praça pública, independentemente de autorização, mediante prévio aviso à autoridade competente.

### Comentários

Gabarito: Errado

Esta questão é respondida com **A DOCTRINA. Bens públicos. Autorização de bem público.**

*Autorização de uso é o ato administrativo unilateral e discricionário, pelo qual a Administração consente, a título precário, que o particular se utilize de bem público com exclusividade. (Maria Sylvia Zanella Di Pietro, 2018)*

#### 411. CESPE - Proc Mun (Fortaleza)/Pref Fortaleza/2017



Situação hipotética: Determinado município brasileiro construiu um hospital público em parte de um terreno onde se localiza um condomínio particular. Assertiva: Nessa situação, segundo a doutrina dominante, obedecidos os requisitos legais, o município poderá adquirir o bem por usucapião.

### Comentários

Gabarito: Certo

Esta questão é respondida com [A DOCTRINA. Bens públicos. Aquisição.](#)

*Poder-se-ia indagar se a União, um Estado ou Município, ou ainda uma autarquia podem adquirir bens por usucapião. A resposta é positiva. A lei civil, ao estabelecer os requisitos para a aquisição da propriedade por usucapião, não descartou o Estado como possível titular do direito. Segue-se, pois, que, observados os requisitos legais exigidos para os possuidores particulares de modo geral, podem as pessoas de direito público adquirir bens por usucapião. Esses bens, uma vez consumado o processo aquisitivo, tornar-se-ão bens públicos. (José dos Santos Carvalho Filho, 2018).*

#### 412. CESPE - Proc Mun (Fortaleza)/Pref Fortaleza/2017

O item a seguir é apresentada uma situação hipotética seguida de uma assertiva a ser julgada, a respeito da organização administrativa e dos atos administrativos.

Em razão de incorporações legais, determinado empregado público recebe uma remuneração que se aproxima do teto salarial constitucional. Nessa situação, conforme o entendimento do STF, a remuneração do servidor poderá ser superior ao teto constitucional se ele receber uma gratificação por cargo de chefia.

### Comentários

Gabarito: Errado

Esta questão é respondida com [A JURISPRUDÊNCIA. Servidores públicos. Teto remuneratório.](#)

#### Teses de Repercussão Geral

**RE 602043** - Nos casos autorizados constitucionalmente de acumulação de cargos, empregos e funções, a incidência do art. 37, inciso XI, da Constituição Federal pressupõe consideração de cada um dos vínculos formalizados, afastada a observância do teto remuneratório quanto ao somatório dos ganhos do agente público.

#### 413. CESPE - Proc Mun (Fortaleza)/Pref Fortaleza/2017

Um servidor da Procuradoria-Geral do Município de Fortaleza, ocupante exclusivamente de cargo em comissão, foi preso em flagrante, em operação da Polícia Federal, por fraudar licitação para favorecer determinada empresa.



Com referência a essa situação hipotética, julgue o item subsequente tendo como fundamento o controle da administração pública e as disposições da Lei de Improbidade Administrativa e da Lei Municipal n.º 6.794/1990, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores do Município de Fortaleza.

No caso de ajuizamento de ação penal, o processo administrativo disciplinar ficará suspenso até o trânsito em julgado do processo na esfera criminal.

### Comentários

Gabarito: Errado

Esta questão é respondida com **A LETRA DA LEI LOCAL. Servidores públicos. Processo administrativo disciplinar. Independência das sanções civis, penais e administrativas..**

*LEI Nº 6.794, DE 27 DE DEZEMBRO 1990*

*Art. 173 - As sanções civis, penais e administrativas poderão cumular-se, sendo independentes entre si.*

#### 414. CESPE - Proc Mun (Fortaleza)/Pref Fortaleza/2017

Um servidor da Procuradoria-Geral do Município de Fortaleza, ocupante exclusivamente de cargo em comissão, foi preso em flagrante, em operação da Polícia Federal, por fraudar licitação para favorecer determinada empresa.

Com referência a essa situação hipotética, julgue o item subsequente tendo como fundamento o controle da administração pública e as disposições da Lei de Improbidade Administrativa e da Lei Municipal n.º 6.794/1990, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores do Município de Fortaleza.

Nesse caso, a sentença criminal absolutória transitada em julgado que negar a autoria vinculará, necessariamente, a esfera administrativa.

### Comentários

Gabarito: Certo

Esta questão é respondida com **A LETRA DA LEI. Servidores públicos. Processo administrativo disciplinar. Responsabilidade administrativa.**

*Lei 8.112/90 - Art. 126. A responsabilidade administrativa do servidor será afastada no caso de absolvição criminal que negue a existência do fato ou sua autoria.*

#### 415. CESPE - Proc Mun (Fortaleza)/Pref Fortaleza/2017

Um servidor da Procuradoria-Geral do Município de Fortaleza, ocupante exclusivamente de cargo em comissão, foi preso em flagrante, em operação da Polícia Federal, por fraudar licitação para favorecer determinada empresa.

Com referência a essa situação hipotética, julgue o item subsequente tendo como fundamento o controle da administração pública e as disposições da Lei de Improbidade



Administrativa e da Lei Municipal n.º 6.794/1990, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores do Município de Fortaleza.

Segundo o entendimento do STJ, caso o referido servidor faleça durante a ação de improbidade administrativa, a obrigação de reparar o erário será imediatamente extinta, dado o caráter personalíssimo desse tipo de sanção.

### Comentários

Gabarito: Errado

Esta questão é respondida com **A LETRA DA LEI. Improbidade administrativa. Sucessão.**

*Lei 8429/90*

*Art. 8º O sucessor daquele que causar lesão ao patrimônio público ou se enriquecer ilicitamente está sujeito às cominações desta lei até o limite do valor da herança.*

#### 416. CESPE - Proc Mun (Fortaleza)/Pref Fortaleza/2017

Um servidor da Procuradoria-Geral do Município de Fortaleza, ocupante exclusivamente de cargo em comissão, foi preso em flagrante, em operação da Polícia Federal, por fraudar licitação para favorecer determinada empresa.

Com referência a essa situação hipotética, julgue o item subsequente tendo como fundamento o controle da administração pública e as disposições da Lei de Improbidade Administrativa e da Lei Municipal n.º 6.794/1990, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores do Município de Fortaleza.

Mesmo que o servidor mencionado colabore com as investigações e ressarça o erário, não poderá haver acordo ou transação judicial em sede de ação de improbidade administrativa.

### Comentários

Gabarito: Certo

Esta questão é respondida com **A LETRA DA LEI. Improbidade administrativa. Transação, acordo ou conciliação.**

*Lei 8.429/92*

*Art. 17. A ação principal, que terá o rito ordinário, será proposta pelo Ministério Público ou pela pessoa jurídica interessada, dentro de trinta dias da efetivação da medida cautelar.*

**§ 1º É vedada a transação, acordo ou conciliação nas ações de que trata o caput.**

#### 417. CESPE - Proc Mun (Fortaleza)/Pref Fortaleza/2017

Acerca da intervenção do Estado na propriedade, das licitações e dos contratos administrativos, julgue o seguinte item.



Caso, em decorrência de uma operação da Polícia Federal, venha a ser apreendida grande quantidade de equipamentos com entrada ilegal no país, a administração poderá realizar leilão para a venda desses produtos.

## Comentários

Gabarito: Certo

Esta questão é respondida com [A LETRA DA LEI. Licitação. Leilão.](#)

LEI 8.666/93

Art. 22 - § 5º Leilão é a modalidade de licitação entre quaisquer interessados para a venda de bens móveis inservíveis para a administração ou de **produtos legalmente apreendidos** ou penhorados, ou para a alienação de bens imóveis prevista no art. 19, a quem oferecer o maior lance, igual ou superior ao valor da avaliação.

### 418. CESPE - Proc Mun (Fortaleza)/Pref Fortaleza/2017

Acerca da intervenção do Estado na propriedade, das licitações e dos contratos administrativos, julgue o seguinte item.

Situação hipotética: Pretendendo contratar determinado serviço por intermédio da modalidade convite, a administração convidou para a disputa cinco empresas, entre as quais apenas uma demonstrou interesse apresentando proposta. Assertiva: Nessa situação, a administração poderá prosseguir com o certame, desde que devidamente justificado.

## Comentários

Gabarito: Certo

Esta questão é respondida com [LETRA DA LEI. Licitações. Convite.](#)

Art. 22. São modalidades de licitação:

III - convite;

§ 3º Convite é a modalidade de licitação entre interessados do ramo pertinente ao seu objeto, cadastrados ou não, escolhidos e convidados em número mínimo de 3 (três) pela unidade administrativa, a qual afixará, em local apropriado, cópia do instrumento convocatório e o estenderá aos demais cadastrados na correspondente especialidade que manifestarem seu interesse com antecedência de até 24 (vinte e quatro) horas da apresentação das propostas.

§ 7º Quando, por limitações do mercado ou manifesto desinteresse dos convidados, for impossível a obtenção do número mínimo de licitantes exigidos no § 3º deste artigo, essas circunstâncias deverão ser devidamente justificadas no processo, sob pena de repetição do convite.

### 419. CESPE - Proc Mun (Fortaleza)/Pref Fortaleza/2017

Acerca da intervenção do Estado na propriedade, das licitações e dos contratos administrativos, julgue o seguinte item.



No caso de parceria a ser firmada entre a administração pública e organização da sociedade civil, se não houver transferências voluntárias de recursos, deverá ser utilizado o instrumento jurídico estabelecido em lei denominado acordo de cooperação.

## Comentários

Gabarito: Certo

Esta questão é respondida com [A LETRA DA LEI. Organização da administração. Acordo de cooperação.](#)

*LEI Nº 13.019, DE 31 DE JULHO DE 2014.*

*Art. 2º Para os fins desta Lei, considera-se:*

*VIII-A - **acordo de cooperação**: instrumento por meio do qual são formalizadas as parcerias estabelecidas pela administração pública com organizações da sociedade civil para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco que não envolvam a transferência de recursos financeiros; (Incluído pela Lei nº 13.204, de 2015)*

### 420. CESPE - Proc Mun (Fortaleza)/Pref Fortaleza/2017

Acerca da intervenção do Estado na propriedade, das licitações e dos contratos administrativos, julgue o seguinte item.

Segundo o entendimento do STJ, ao contrário do que ocorre em desapropriação para fins de reforma agrária, é irregular, nos casos de desapropriação por utilidade pública, a imissão provisória na posse pelo poder público.

## Comentários

Gabarito: Errado

Esta questão é respondida com [A LETRA DA LEI. Intervenção do Estado na propriedade privada. Imissão provisória.](#)

*Art. 15. Se o expropriante alegar urgência e depositar quantia arbitrada de conformidade com o art. 685 do Código de Processo Civil, o juiz mandará imití-lo provisoriamente na posse dos bens;*

*Parágrafo único. (Revogado pela Lei nº 2.786, de 1956)*

*§ 1º **A imissão provisória poderá ser feita, independente da citação do réu, mediante o depósito.** (Incluído pela Lei nº 2.786, de 1956)*

### Súmula 652

Não contraria a Constituição o art. 15, § 1º, do Decreto-lei 3365/1941 (Lei da desapropriação por utilidade pública).

## 4.5 – ANÁLISE PROVA PROC. MUN. BH 2017

### 421. CESPE - Proc Mun (BH)/Pref BH/2017



A respeito dos princípios aplicáveis à administração pública, assinale a opção correta.

- a) Dado o princípio da autotutela, poderá a administração anular a qualquer tempo seus próprios atos, ainda que eles tenham produzido efeitos benéficos a terceiros.
- b) Apesar de expressamente previsto na CF, o princípio da eficiência não é aplicado, por faltar-lhe regulamentação legislativa.
- c) **Ao princípio da publicidade corresponde, na esfera do direito subjetivo dos administrados, o direito de petição aos órgãos da administração pública.**
- d) O princípio da autoexecutoriedade impõe ao administrador o ônus de adequar o ato sancionatório à infração cometida.

### Comentários

Esta questão é respondida com **A DOCTRINA. Princípios e poderes da administração. Princípio da publicidade.**

*O princípio da publicidade pode ser concretizado por alguns instrumentos jurídicos específicos, citando-se entre eles:*

*o direito de petição, pelo qual os indivíduos podem dirigir-se aos órgãos administrativos para formular qualquer tipo de postulação (art. 5º, XXXIV, "a", CF); (José dos Santos Carvalho Filho, 2018)*

*Art. 5º.*

*XXXIV - são a todos assegurados, independentemente do pagamento de taxas:*

- a) **o direito de petição aos Poderes Públicos** em defesa de direitos ou contra ilegalidade ou abuso de poder;

#### 422. CESPE - Proc Mun (BH)/Pref BH/2017

No que tange a conceitos, requisitos, atributos e classificação dos atos administrativos, assinale a opção correta.

- a) **Licença e autorização são atos administrativos que representam o consentimento da administração ao permitir determinada atividade; o alvará é o instrumento que formaliza esses atos.**
- b) O ato que decreta o estado de sítio, previsto na CF, é ato de natureza administrativa de competência do presidente da República.
- c) Ainda que submetido ao regime de direito público, nenhum ato praticado por concessionária de serviços públicos pode ser considerado ato administrativo.
- d) O atributo da autoexecutoriedade não impede que o ato administrativo seja apreciado judicialmente e julgado ilegal, com determinação da anulação de seus efeitos; porém, nesses casos, a administração somente responderá caso fique comprovada a culpa.

### Comentários



Esta questão é respondida com **A DOCTRINA. Atos administrativos. Atos administrativos em espécie.**

Podemos definir a **licença** como o ato vinculado por meio do qual a Administração confere ao interessado consentimento para **o desempenho de certa atividade**.

**Autorização** é o ato administrativo pelo qual a Administração consente que o particular **exerça atividade** ou utilize bem público no seu próprio interesse.

**Alvará** é o instrumento formal expedido pela Administração, que, através dele, expressa aquiescência no sentido de ser desenvolvida certa atividade pelo particular. Seu conteúdo é o consentimento dado pelo Estado, e por isso se fala em **alvará de autorização, alvará de licença** etc. (José dos Santos Carvalho Filho, 2018)

#### 423. CESPE - Proc Mun (BH)/Pref BH/2017

No que concerne a revogação, anulação e convalidação de ato administrativo, assinale a opção correta.

- a) Assim como ocorre nos negócios jurídicos de direito privado, cabe unicamente à esfera judicial a anulação de ato administrativo.
- b) Independentemente de comprovada má-fé, após o prazo de cinco anos da prática de ato ilegal, operar-se-á a decadência, o que impedirá a sua anulação.
- c) O prazo de decadência do direito de anular ato administrativo de que decorram efeitos patrimoniais será contado a partir da ciência da ilegalidade pela administração.
- d) Um ato administrativo que apresente defeitos sanáveis poderá ser convalidado quando não lesionar o interesse público, não sendo necessário que a administração pública o anule.**

#### Comentários

Esta questão é respondida com **A LETRA DA LEI. Atos administrativos. Convalidação.**

*Lei 9.784/99 - Art. 55. Em decisão na qual se evidencie não acarretarem lesão ao interesse público nem prejuízo a terceiros, os atos que apresentarem defeitos sanáveis poderão ser **convalidados** pela própria Administração.*

#### 424. CESPE - Proc Mun (BH)/Pref BH/2017

Em relação aos poderes e deveres da administração pública, assinale a opção correta.

- a) É juridicamente possível que o Poder Executivo, no uso do poder regulamentar, crie obrigações subsidiárias que viabilizem o cumprimento de uma obrigação legal.**
- b) De acordo com o STF, ao Estado é facultada a revogação de ato ilegalmente praticado, sendo prescindível o processo administrativo, mesmo que de tal ato já tenham decorrido efeitos concretos.
- c) De acordo com o STF, é possível que os guardas municipais acumulem a função de poder de polícia de trânsito, ainda que fora da circunscrição do município.



d) Do poder disciplinar decorre a atribuição de revisar atos administrativos de agentes públicos pertencentes às escalas inferiores da administração.

### Comentários

Esta questão é respondida com [A DOCTRINA. Princípios e Poderes da administração. Poder regulamentar.](#)

*É legítima, porém, a fixação de obrigações subsidiárias (ou derivadas) – diversas das obrigações primárias (ou originárias) contidas na lei – nas quais também se encontra imposição de certa conduta dirigida ao administrado. Constitui, no entanto, requisito de validade de tais obrigações sua necessária adequação às obrigações legais. Inobservado esse requisito, são inválidas as normas que as preveem e, em consequência, as próprias obrigações. (José dos Santos Carvalho Filho, 2018)*

#### 425. CESPE - Proc Mun (BH)/Pref BH/2017

No que se refere a organização administrativa, administração pública indireta e serviços sociais autônomos, assinale a opção correta.

a) Por execução indireta de atividade administrativa entende-se a adjudicação de obra ou serviço público a particular por meio de processo licitatório.

**b) É possível a participação estatal em sociedades privadas, com capital minoritário e sob o regime de direito privado.**

c) Desde que preenchidos certos requisitos legais, as sociedades que comercializam planos de saúde poderão ser enquadradas como OSCIPs.

d) Desconcentração administrativa implica transferência de serviços para outra entidade personalizada.

### Comentários

Esta questão é respondida com [A LETRA DA LEI. Organização da administração. Estatuto das sociedades de economia mista e empresas públicas.](#)

*Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016.*

*Art. 1º*

*§ 7º Na participação em sociedade empresarial em que a empresa pública, a sociedade de economia mista e suas subsidiárias **não detenham o controle acionário**, essas deverão adotar, no dever de fiscalizar, práticas de governança e controle proporcionais à relevância, à materialidade e aos riscos do negócio do qual são partícipes, considerando, para esse fim:*

*Art. 2º A exploração de atividade econômica pelo Estado será exercida por meio de empresa pública, de sociedade de economia mista e de suas subsidiárias.*

*§ 2º Depende de autorização legislativa a criação de subsidiárias de empresa pública e de sociedade de economia mista, **assim como a participação de qualquer delas em empresa privada**, cujo objeto social deve estar relacionado ao da investidora, nos termos do inciso XX do art. 37 da Constituição Federal.*



#### 426. CESPE - Proc Mun (BH)/Pref BH/2017

Considerando as modernas ferramentas de controle do Estado e de promoção da gestão pública eficiente, assinale a opção correta acerca do direito administrativo e da administração pública.

- a) **Em função do dever de agir da administração, o agente público omissivo poderá ser responsabilizado nos âmbitos civil, penal e administrativo.**
- b) O princípio da razoável duração do processo, incluído na emenda constitucional de reforma do Poder Judiciário, não se aplica aos processos administrativos.
- c) Devido ao fato de regular toda a atividade estatal, o direito administrativo aplica-se aos atos típicos dos Poderes Legislativo e Judiciário.
- d) Em sentido objetivo, a administração pública se identifica com as pessoas jurídicas, os órgãos e os agentes públicos e, em sentido subjetivo, com a natureza da função administrativa desempenhada.

#### Comentários

Esta questão é respondida com [A LETRA DA LEI. Servidores Públicos. Responsabilidade.](#)

*Lei 8.112/1990*

*Art. 121 - O servidor responde civil, penal e administrativamente pelo exercício irregular de suas atribuições.*

*Art. 122 - **A responsabilidade civil decorre de ato omissivo** ou comissivo, doloso ou culposo, que resulte em prejuízo ao erário ou a terceiros.*

#### 427. CESPE - Proc Mun (BH)/Pref BH/2017

No que diz respeito à responsabilidade civil do Estado, assinale a opção correta.

- a) Como o direito brasileiro adota a teoria do risco integral, a responsabilidade extracontratual do Estado converte-o em segurador universal no caso de danos causados a particulares
- b) **Cabe indenização em decorrência da morte de preso dentro da própria cela, em razão da responsabilidade objetiva do Estado.**
- c) O regime publicístico de responsabilidade objetiva, instituído pela CF, não é aplicável subsidiariamente aos danos decorrentes de atos notariais e de registro causados por particulares delegatários do serviço público.
- d) As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado, nas hipóteses de responsabilidade aquiliana, responderão pelo dano causado, desde que exista prova prévia de ter havido culpa ou dolo de seus agentes em atos que atinjam terceiros.

#### Comentários



Esta questão é respondida com **A JURISPRUDÊNCIA. Responsabilidade Civil do Estado e prescrição. Detento sob custódia.**

EMENTA: Recurso extraordinário. 2. **Morte de detento por colegas de carceragem. Indenização por danos morais e materiais. 3. Detento sob a custódia do Estado. Responsabilidade objetiva.** 4. Teoria do Risco Administrativo. Configuração do nexo de causalidade em função do dever constitucional de guarda (art. 5º, XLX). Responsabilidade de reparar o dano que prevalece ainda que demonstrada a ausência de culpa dos agentes públicos. 5. Recurso extraordinário a que se nega provimento

(RE 272839, Relator(a): Min. GILMAR MENDES, Segunda Turma, julgado em 01/02/2005, DJ 08-04-2005 PP-00038 EMENT VOL-02186-03 PP-00417 RTJ VOL-00194-01 PP-00337 LEXSTF v. 27, n. 317, 2005, p. 236-257 RT v. 94, n. 837, 2005, 129-138)

#### 428. CESPE - Proc Mun (BH)/Pref BH/2017

No que concerne aos contratos de repasse, assinale a opção correta de acordo com as normas vigentes.

- a) Dispositivo da Portaria Interministerial CGU/MF/MP n.º 507/2011 veda, expressamente, a celebração de convênios com órgãos e entidades da administração pública direta e indireta dos estados, do DF e dos municípios cujo valor seja inferior a R\$ 100 mil.
- b) As disposições constantes da Portaria Interministerial CGU/MF/MP n.º 507/2011 impedem que órgãos e entidades da administração pública federal deem preferência às transferências voluntárias para estados e municípios que desenvolvam ações por intermédio de consórcio público constituído de acordo com o disposto na Lei n.º 11.107/2005.
- c) Nos casos de celebração de convênio com consórcio, as exigências legais aplicáveis aos entes da administração pública indireta não se estendem aos estados e aos municípios, na qualidade de entes consorciados.
- d) É vedado aos estados, ao DF e aos municípios executar objeto de convênio celebrado com a União por meio de consórcio público mesmo que esteja associado.

### Comentários

Gabarito: Anulada

Esta questão é respondida com **A LETRA DA LEI. Organização da administração. Contrato de repasse.**

*Não há resposta correta, dado que a Portaria Interministerial nº 424/2016 revogou, expressamente, em seu artigo 82, a Portaria Interministerial da CGU/MF/MP nº 507/2011.*



#### 429. CESPE - Proc Mun (BH)/Pref BH/2017

No que concerne aos mecanismos de controle no âmbito da administração pública, assinale a opção correta.

- a) É vedado aos administrados providenciar sanatórias de atos administrativos para sua convalidação, de modo a participar de ações de controle da administração pública, uma vez que as ações de controle são prerrogativa exclusiva dos agentes públicos.
- b) O controle dos atos administrativos tem por objetivo confirmar, rever ou alterar comportamentos administrativos, exigindo-se o esgotamento da via administrativa para se recorrer ao Poder Judiciário.
- c) Em decorrência do poder de autotutela da administração, verificada a prática de ato discricionário por agente incompetente, a autoridade competente estará obrigada a convalidá-lo.
- d) No sistema de administração pública adotado no Brasil, o ato administrativo é revisado por quem o praticou, não havendo proibição quanto à revisão ser realizada por superior hierárquico ou órgão integrante de estrutura hierárquica inerente à organização administrativa.**

#### Comentários

Esta questão é respondida com [A DOCTRINA. Atos administrativos. Revisão.](#)

*A anulação pode ser feita pela Administração Pública, com base no seu poder de autotutela sobre os próprios atos, conforme entendimento já consagrado pelo STF por meio das Súmulas n os 346 e 473. Pela primeira, "a Administração Pública pode declarar a nulidade de seus próprios atos"; e nos termos da segunda, "a Administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornem ilegais, porque deles não se originam direitos, ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial". (Maria Sylvia Zanella Di Pietro, 2018)*

#### 430. CESPE - Proc Mun (BH)/Pref BH/2017

Com relação aos bens públicos, assinale a opção correta.

- a) Bens dominicais são os de domínio privado do Estado, não afetados a finalidade pública e passíveis de alienação ou de conversão em bens de uso comum ou especial, mediante observância de procedimento previsto em lei.**
- b) Consideram-se bens de domínio público os bens localizados no município de Belo Horizonte afetados para destinação específica precedida de concessão mediante contrato de direito público, remunerada ou gratuita, ou a título e direito resolúvel.
- c) O uso especial de bem público, por se tratar de ato precário, unilateral e discricionário, será remunerado e dependerá sempre de licitação, qualquer que seja sua finalidade econômica.



d) As áreas indígenas são bens pertencentes à comunidade indígena, à qual cabem o uso, o gozo e a fruição das terras que tradicionalmente ocupa para manter e preservar suas tradições, tornando-se insubsistentes pretensões possessórias ou dominiais de particulares relacionados à sua ocupação.

## Comentários

Esta questão é respondida com **A LETRA DA LEI. Bens públicos. Bens dominicais.**

*Art. 99. São bens públicos:*

*III - os dominicais, que constituem o patrimônio das pessoas jurídicas de direito público, como objeto de direito pessoal, ou real, de cada uma dessas entidades.*

*Parágrafo único. Não dispendo a lei em contrário, consideram-se dominicais os bens pertencentes às pessoas jurídicas de direito público a que se tenha dado estrutura de direito privado.*

*Art. 101. Os bens públicos dominicais podem ser alienados, observadas as exigências da lei.*

*Os bens do domínio privado do Estado, chamados bens dominicais pelo Código Civil, e bens do patrimônio disponível pelo antigo Código de Contabilidade Pública, foram definidos legalmente como "os que constituem o patrimônio da União, dos Estados ou Municípios, como objeto de direito pessoal ou real de cada uma dessas entidades" (art. 66, III, do Código Civil de 1916).*

*Os bens dominicais, não estando afetados a finalidade pública específica, podem ser alienados por meio de institutos do direito privado (compra e venda, doação, permuta) ou do direito público (investidura, legitimação de posse e retrocessão, esta última objeto de análise no capítulo concernente à desapropriação). (Maria Sylvia Zanella Di Pietro, 2018)*

### 431. CESPE - Proc Mun (BH)/Pref BH/2017

No que tange aos servidores públicos do Quadro Geral de Pessoal do Município de Belo Horizonte vinculados à administração direta, assinale a opção correta.

a) Servidor habilitado em concurso público municipal e empossado em cargo de provimento efetivo adquirirá estabilidade no serviço público ao completar dois anos de efetivo exercício.

b) Sem qualquer prejuízo, poderá o servidor ausentar-se do serviço por oito dias consecutivos em razão do falecimento de irmão.

**c) Posse é a aceitação formal, pelo servidor, dos deveres, das responsabilidades e dos direitos inerentes ao cargo público ou função pública, concretizada com a assinatura do respectivo termo pela autoridade competente e pelo empossado e ocorre no prazo de vinte dias contados do ato de nomeação, prorrogável por igual período, motivadamente e a critério da autoridade competente.**

d) Exercício é o efetivo desempenho, pelo servidor, das atribuições do cargo ou de função pública, sendo de quinze dias o prazo para o servidor empossado em cargo público no município de Belo Horizonte entrar em exercício, contados do ato da posse.



## Comentários

Esta questão é respondida com [A LETRA DA LEI LOCAL. Servidores públicos. Posse.](#)

*ESTATUTO DOS SERVIDORES - LEI 7169/96:*

*Art. 19 - Posse é a aceitação formal, pelo servidor, das atribuições, dos deveres, das responsabilidades e dos direitos inerentes ao cargo público ou à função pública, concretizada com a assinatura do respectivo termo pela autoridade competente e pelo empossado.*

*Art. 20 - A posse ocorrerá no prazo de 20 (vinte) dias, contados da publicação do ato de nomeação, prorrogável por 20 (vinte) dias, motivadamente e a critério da autoridade competente.*

### 432. CESPE - Proc Mun (BH)/Pref BH/2017

De acordo com o disposto na Lei de Improbidade Administrativa — Lei n.º 8.429/1992 —, assinale a opção correta.

- a) A efetivação da perda da função pública, penalidade prevista na lei em apreço, independe do trânsito em julgado da sentença condenatória.
- b) A configuração dos atos de improbidade administrativa que importem em enriquecimento ilícito, causem prejuízo ao erário ou atentem contra os princípios da administração pública depende da existência do dolo do agente.
- c) O sucessor do agente que causou lesão ao patrimônio público ou que enriqueceu ilicitamente responderá às cominações da lei em questão até o limite do valor da sua herança.**
- d) O responsável por ato de improbidade está sujeito, na hipótese de cometimento de ato que implique enriquecimento ilícito, à perda dos bens ou dos valores acrescidos ilicitamente ao seu patrimônio, ao ressarcimento integral do dano e à perda dos direitos políticos.

## Comentários

Esta questão é respondida com [A LETRA DA LEI. Improbidade administrativa. Sucessão.](#)

*Lei 8.429/92 - Art. 8º O sucessor daquele que causar lesão ao patrimônio público ou se enriquecer ilicitamente está sujeito às cominações desta lei até o limite do valor da herança.*

### 433. CESPE - Proc Mun (BH)/Pref BH/2017

No que diz respeito ao processo administrativo, a suas características e à disciplina legal prevista na Lei n.º 9.784/1999, assinale a opção correta.

- a) A configuração da má-fé do administrado independe de prova no processo administrativo.



- b) Segundo o STF, não haverá nulidade se a apreciação de recurso administrativo for feita pela mesma autoridade que tiver decidido a questão no processo administrativo.
- c) Ainda que a pretensão do administrado seja contrária a posição notoriamente conhecida do órgão administrativo, sem o prévio requerimento administrativo, falta-lhe interesse para postular diretamente no Poder Judiciário.
- d) Não ofende a garantia do devido processo legal decisão da administração que indefere a produção de provas consideradas não pertinentes pelo administrador.**

### Comentários

Esta questão é respondida com [A LETRA DA LEI. Processo Administrativo Federal e local. Indeferimento das provas.](#)

*Lei 9.784/99 - Art. 38. O interessado poderá, na fase instrutória e antes da tomada da decisão, juntar documentos e pareceres, requerer diligências e perícias, bem como aduzir alegações referentes à matéria objeto do processo.*

*§ 2º Somente poderão ser recusadas, mediante decisão fundamentada, as provas propostas pelos interessados quando sejam ilícitas, impertinentes, desnecessárias ou protelatórias.*

#### 434. CESPE - Proc Mun (BH)/Pref BH/2017

Tendo como referência as disposições da Lei n.º 8.666/1993 e a legislação referente ao RDC, assinale a opção correta.

- a) No âmbito do RDC, definido o resultado do julgamento, a administração pública poderá negociar com o primeiro colocado condições mais vantajosas.**
- b) Os contratos administrativos celebrados com base no RDC regem-se pelas regras específicas previstas na Lei n.º 12.462/2011, sendo-lhes inaplicáveis, por disposição expressa dessa lei, as regras da Lei n.º 8.666/1993.
- c) A legislação referente ao RDC, assim como a Lei n.º 8.666/1993, veda a indicação de marca ou modelo nas aquisições de bens.
- d) Em se tratando de contratação de obras e serviços, inclusive os de engenharia, a remuneração utilizada será a fixa, vinculada ao desempenho da contratada, e respeitará o limite orçamentário fixado pela administração pública para a contratação.

### Comentários

Esta questão é respondida com [A LETRA DA LEI. Licitações. RDC.](#)

*Lei 12.462/2011 - Art. 26. Definido o resultado do julgamento, a administração pública poderá negociar condições mais vantajosas com o primeiro colocado.*

*Parágrafo único. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o preço do primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado por sua proposta permanecer acima do orçamento estimado.*

#### 435. CESPE - Proc Mun (BH)/Pref BH/2017



Acerca de instrumentos de tutela de bens culturais materiais e das competências para a proteção do patrimônio cultural, assinale a opção correta.

- a) O rito de tombamento de ofício inicia-se com manifestação do IPHAN, órgão vinculado ao Ministério da Cultura.
- b) A ação popular não se presta a anular ato lesivo ao patrimônio histórico e cultural.
- c) Todos os entes federativos possuem competência para legislar sobre tombamento e competência material para realizá-lo.**
- d) O ato de tombamento é discricionário, de modo que eventual controle pelo Poder Judiciário não se estende a sua motivação.

### Comentários

Esta questão é respondida com [A CF/1988. Intervenção do Estado na propriedade privada. Tombamento.](#)

*Art. 23. É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios: III - proteger os documentos, as obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, os monumentos, as paisagens naturais notáveis e os sítios arqueológicos;*

*Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:*

*VII - proteção ao patrimônio histórico, cultural, artístico, turístico e paisagístico;*

#### 436. CESPE - Proc Mun (BH)/Pref BH/2017

Com relação à intervenção do Estado na propriedade, assinale a opção correta.

- a) Compete à União, aos estados e ao DF legislar, de forma concorrente, sobre desapropriação, estando a competência da União limitada ao estabelecimento de normas gerais.
- b) Expropriação ou confisco consiste na supressão punitiva de propriedade privada pelo Estado, a qual dispensa pagamento de indenização e incide sobre propriedade urbana ou rural onde haja cultura ilegal de psicotrópico ou ocorra exploração de trabalho escravo.**
- c) Servidão administrativa é a modalidade de intervenção que impõe obrigações de caráter geral a proprietários indeterminados, em benefício do interesse geral abstratamente considerado, e afeta o caráter absoluto do direito de propriedade.
- d) Requisição é a modalidade de intervenção do Estado supressiva de domínio, incidente sobre bens móveis e imóveis, públicos ou privados, e, em regra, sem posterior indenização.

### Comentários

Esta questão é respondida com [A CF/1988. Intervenção do Estado na propriedade privada. Expropriação ou confisco.](#)



*Art. 243. As propriedades rurais e urbanas de qualquer região do País onde forem localizadas culturas ilegais de plantas psicotrópicas ou a exploração de trabalho escravo na forma da lei serão expropriadas e destinadas à reforma agrária e a programas de habitação popular, sem qualquer indenização ao proprietário e sem prejuízo de outras sanções previstas em lei, observado, no que couber, o disposto no art. 5º.*

*Parágrafo único. Todo e qualquer bem de valor econômico apreendido em decorrência do tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins e da exploração de trabalho escravo será confiscado e reverterá a fundo especial com destinação específica, na forma da lei.*

## 4.6 – ANÁLISE PROVA PGE SE 2017

### 437. CESPE - Proc (PGE SE)/PGE SE/2017

Considerando os princípios constitucionais e legais, implícitos e explícitos, que regem a atividade da administração pública, assinale a opção correta.

- a) Os princípios da legalidade e da indisponibilidade do interesse público guiam a atuação do administrador, de modo que apenas o juízo discricionário excepciona-se ao controle judicial.
- b) Em decorrência do princípio da reserva legal, a administração pública está autorizada a fazer apenas aquilo que não seja legalmente proibido.
- c) De acordo com o STJ, o princípio da continuidade dos serviços públicos não impede a interrupção do fornecimento de energia elétrica para município inadimplente, ainda que o valor cobrado esteja sob questionamento em sede administrativa.
- d) Em virtude dos princípios da proteção à confiança e da segurança jurídica, entende o STF que podem ser considerados válidos os atos praticados por agente público ilegalmente investido.**
- e) Por ser um princípio estruturante implícito da atuação da administração pública, na prática, a supremacia do interesse público é um conceito jurídico indeterminável.

### Comentários

Esta questão é respondida com [A DOCTRINA. Servidores Públicos. Agente público ilegalmente investido.](#)

*Outra irregularidade, ainda com relação ao sujeito, é o chamado exercício de fato da função pública. O exercício de fato (que permite falar em funcionário de fato, em oposição ao funcionário de direito) seria a prática do ato por pessoa que está investida em cargo, função ou emprego público, mas existe uma irregularidade na sua investidura. Por exemplo, o servidor precisava ter nível superior e não tem; ou foi nomeado para cargo inexistente; ou continua a trabalhar após completar 70 anos de idade. Em todos esses casos, existiu o ato de investidura, porém de alguma forma a situação contraria a lei.*

*A grande peculiaridade desse vício é que ele não acarreta necessariamente a invalidação do ato. Embora praticado por uma pessoa que não está regularmente investida, o ato é*



| *considerado válido, em respeito à boa-fé do terceiro beneficiário do ato. Apenas no caso de má-fé do terceiro é que o ato vai ser invalidado. (Maria Sylvia Zanella Di Pietro, 2003).<sup>13</sup>*

#### 438. CESPE - Proc (PGE SE)/PGE SE/2017

Acerca do poder regulamentar e do regime jurídico das agências reguladoras e executivas, assinale a opção correta.

- a) O STJ entende que a aplicação de multas previstas em resoluções editadas por agência reguladora do setor de aviação civil ofende o princípio da legalidade.
- b) A autonomia de gestão das agências executivas torna dispensável a celebração de contrato de gestão com o ministério supervisor para o seu funcionamento.
- c) O período de quarentena, que é condição legal para ex-dirigentes iniciarem o exercício de atividade na iniciativa privada, tem como objetivo evitar transtornos e prejuízos à fiscalização das agências reguladoras.
- d) Observada a especificidade de sua atuação, as agências reguladoras têm competência para instituir modalidades próprias para a licitação e contratação de obras e serviços.
- e) A existência de subordinação hierárquica das agências reguladoras ao governo é exemplificada pela possibilidade de o interessado interpor recurso na pasta ministerial competente.

### Comentários

Gabarito: Anulada

Esta questão é respondida com **A DOCTRINA. Organização da administração. Quarentena nas agências reguladoras.**

| *Justificativa da anulação pelo CESPE: "A redação da opção apontada preliminarmente como gabarito prejudicou o julgamento objetivo da questão."*

#### 439. CESPE - Proc (PGE SE)/PGE SE/2017

À luz do entendimento dos tribunais superiores, assinale a opção correta no que tange à disciplina normativa sobre os direitos e deveres dos servidores e empregados públicos, inclusive quanto ao regime previdenciário.

- a) A contratação temporária de pessoal por tempo determinado é possível, desde que sejam demonstrados o interesse público profissional e a imprescindibilidade da contratação, ainda que a excepcionalidade dos casos não esteja prevista em lei.
- b) Norma estadual que preveja a redução de vencimentos de servidores públicos afastados de suas funções enquanto estes responderem a processo criminal não violará a cláusula constitucional de irredutibilidade de vencimentos.

<sup>13</sup> [https://www.tcm.sp.gov.br/legislacao/doutrina/29a03\\_10\\_03/4Maria\\_Silvia1.htm](https://www.tcm.sp.gov.br/legislacao/doutrina/29a03_10_03/4Maria_Silvia1.htm)



- c) Ocorre, em cinco anos, a prescrição do fundo do direito quanto à pretensão do servidor público de pleitear a cobrança de remuneração não paga pelo poder público.
- d) O candidato aprovado em concurso público cuja classificação entre as vagas oferecidas no edital se der em razão da desistência de candidatos mais bem classificados no certame não terá direito subjetivo à nomeação.
- e) **A percepção do adicional de periculosidade por servidor público não constitui elemento suficiente para o reconhecimento do direito a aposentadoria especial.**

### Comentários

Esta questão é respondida com [A JURISPRUDÊNCIA. Servidores público. Aposentadoria especial.](#)

"A percepção de gratificações ou adicionais de periculosidade, assim como o porte de arma de fogo, **não são, por si só**s, suficientes para **reconhecer o direito à aposentadoria especial**, em razão da autonomia entre o vínculo funcional e o previdenciário".

(MI 1757 AgR-segundo, Relator(a): Min. ROBERTO BARROSO, Tribunal Pleno, DJE-214 DIVULG 26-10-2015)

#### 440. CESPE - Proc (PGE SE)/PGE SE/2017

Considerando o entendimento jurisprudencial e a legislação pertinentes a agentes públicos, assinale a opção correta.

- a) **Decreto estadual que autorizar a criação de novos cargos públicos para a função de médico plantonista na rede pública de saúde deverá ser declarado inconstitucional.**
- b) A nomeação, por governador, de um irmão dele para o cargo de secretário de Estado de turismo tipificaria caso de nepotismo e violaria a CF.
- c) Conforme o Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado de Sergipe, um servidor em estágio probatório, ocupante de cargo efetivo nesse estado, poderá ser redistribuído para uma autarquia estadual.
- d) Procurador do estado de Sergipe poderá exercer cargo de professor em instituição estadual, respeitados os requisitos constitucionais tanto de cumulatividade quanto o de teto para a soma das remunerações percebidas pelo exercício dos dois cargos.
- e) Segundo o atual entendimento do STF, a admissão de empregados públicos será considerada constitucional se for feita por órgão da administração direta.

### Comentários

Esta questão é respondida com [A CF/1988. Servidores públicos. Criação e extinção de cargos públicos.](#)

| Art. 84. *Compete privativamente ao Presidente da República:*



VI – *dispor, mediante decreto, sobre: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)*

a) *organização e funcionamento da administração federal, quando não implicar aumento de despesa nem criação ou extinção de órgãos públicos; (Incluída pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)*

b) *extinção de funções ou cargos públicos, quando vagos; (Incluída pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)"*

#### 441. CESPE - Proc (PGE SE)/PGE SE/2017

À luz da doutrina e da jurisprudência pertinentes, assinale a opção correta acerca da responsabilidade civil do Estado e da improbidade administrativa.

a) Se um secretário de Estado autorizar a aquisição de equipamentos eletrônicos na loja de um irmão seu, sem licitação, mas com preços aquém dos praticados no mercado, não se configurará a prática de ato de improbidade administrativa, porque se trata de cargo em comissão e não haverá prejuízo ao erário.

**b) Um governador de estado que realizar operações financeiras irregulares e sem a observância das normas legais estará sujeito às sanções previstas na Lei de Improbidade Administrativa, ainda que tenha as suas contas aprovadas pelo tribunal de contas pertinente.**

c) Caso um motorista de concessionária de serviço de transporte coletivo atropеле um ciclista, a responsabilidade civil dessa concessionária será subjetiva, haja vista o fato de, nessa hipótese, o ciclista não ser usuário do serviço público.

d) Inexistirá responsabilização estatal por latrocínio que for praticado logo após a fuga de presos, uma vez que o dano não terá ocorrido enquanto os criminosos se encontravam sob a custódia estatal.

e) Uma empresa, concessionária de serviço de transporte aéreo, não terá direito a indenização estatal em decorrência de prejuízos extensivos e inviabilidade de desempenho do serviço após a regular edição de lei que impuser o congelamento de preços de tarifas aéreas, haja vista que, não havendo vícios na edição da lei, toda a sociedade deve submeter-se às alterações no cenário econômico advindas dessa intervenção estatal.

### Comentários

Esta questão é respondida com [A JURISPRUDÊNCIA. Controle da administração. Controle do TCU.](#)

O Controle exercido pelo Tribunal de Contas, não é jurisdicional, por isso que **não há qualquer vinculação da decisão proferida pelo órgão de controle e a possibilidade de ser o ato impugnado em sede de ação de improbidade administrativa**, sujeita ao controle do Poder Judiciário, consoante expressa



previsão do art. 21 , inc. II , da Lei nº 8.429 /92. (STJ - RECURSO ESPECIAL REsp 1032732 CE 2008/0035941-6 (STJ))

#### 442. CESPE - Proc (PGE SE)/PGE SE/2017

Acerca do regime de licitações e contratações na administração pública, assinale a opção correta.

- a) Se o TJ/SE adquirir computadores por meio de ata de registro de preços, com bons preços de mercado, o estado de Sergipe poderá fazer aquisição semelhante, mediante adesão à referida ata. Nesse caso, em atenção aos princípios da eficiência e economicidade, será desnecessária a anuência do TJ/SE.
- b) Caso opte pelo regime diferenciado de contratação para a contratação de determinado serviço de engenharia, a administração pública poderá, mediante a devida justificativa formal, selecionar licitantes pela marca dos produtos a serem utilizados no serviço, mas não poderá exigir requisitos de sustentabilidade ambiental.
- c) Se o estado de Sergipe e o governo federal pretenderem firmar um contrato de programa para a gestão associada de serviço de saúde nas regiões carentes desse estado, ter-se-á, nesse caso, uma hipótese de inexigibilidade de licitação.
- d) Caso um estado da Federação realize um pregão para a aquisição de material de expediente, a classificação das propostas, nesse caso, poderá ser feita pelo critério de melhor técnica.
- e) **É hipótese de inexigibilidade de licitação a contratação de serviço técnico especializado, de natureza singular, executado por profissional de notória especialização, sendo imprescindível a justificativa dos preços contratados.**

#### Comentários

Esta questão é respondida com **A LETRA DA LEI. Licitação. Inexigibilidade.**

*Lei 8.666/93 - Art. 25. É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial:*

*II - para a contratação de serviços técnicos enumerados no art. 13 desta Lei, de natureza singular, com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação;*

#### 443. CESPE - Proc (PGE SE)/PGE SE/2017

Com referência às formas de limitação da propriedade, à proteção do patrimônio histórico, artístico e cultural e à desapropriação, assinale a opção correta.

- a) Após o prazo fixado na lei que define a área sujeita ao direito de preempção, não viola o direito de preferência a venda de imóvel a particular mediante proposta diferente da apresentada ao poder público, ainda que sem previamente consultá-lo.



- b) Em virtude da aplicação do princípio da isonomia, incide o prazo prescricional de três anos à pretensão do proprietário para a reparação de prejuízos decorrentes da requisição.
- c) Enquanto a requisição administrativa pode ser gratuita ou remunerada, a ocupação temporária, devido ao seu caráter precário, será sempre gratuita.
- d) Admite-se a instituição de servidão administrativa de bem da União por município, desde que declarada a utilidade pública e observado o procedimento da desapropriação.
- e) Segundo o STJ, não incide o princípio da hierarquia federativa no exercício da competência concorrente para o tombamento de bens públicos, o que autoriza um município a tomar bens do respectivo estado.**

## Comentários

Esta questão é respondida com [A JURISPRUDÊNCIA. Intervenção do Estado na propriedade. Tombamento.](#)

ADMINISTRATIVO TOMBAMENTO COMPETÊNCIA MUNICIPAL.

1. A Constituição Federal de 88 outorga a todas as pessoas jurídicas de Direito Público a competência para o tombamento de bens de valor histórico e artístico nacional.

2. Tombar significa preservar, acautelar, preservar, sem que importe o ato em transferência da propriedade, como ocorre na desapropriação.

3. O Município, por competência constitucional comum art. 23, III, deve proteger os documentos, as obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, os monumentos, as paisagens naturais notáveis e os sítios arqueológicos.

**4. Como o tombamento não implica em transferência da propriedade, inexistente a limitação constante no art. 1º, § 2º, do DL 3.365/1941, que proíbe o Município de desapropriar bem do Estado.**

(RMS 18952 RJ 2004/0130728-5, julgado em 25 de abril de 2005, Min. Eliana Calmon.)

### 444. CESPE - Proc (PGE SE)/PGE SE/2017

À luz da doutrina e da jurisprudência sobre a intervenção do Estado na propriedade, assinale a opção correta.

a) Situação hipotética: Determinada propriedade rural é produtiva e cumpre sua função social em metade de sua extensão, ao passo que, na outra metade, são cultivadas plantas psicotrópicas ilegais. Assertiva: Nessa situação, eventual desapropriação recairá somente sobre a metade que se destina ao cultivo de plantas psicotrópicas ilegais.

**b) Situação hipotética: Um estado emitiu decreto expropriatório para a construção de um hospital. Após a execução do ato expropriatório, a região foi acometida por fortes**



chuvas, que destruíram um grande número de escolas. Assertiva: Nessa situação, se determinar a alteração da destinação do bem para a construção de escolas, o estado não terá obrigação de garantir ao ex-proprietário o direito de retrocessão.

c) Situação hipotética: Maria adquiriu um apartamento na cobertura de um edifício. Após a aquisição do imóvel, com a averbação do registro, Maria pleiteou indenização contra o estado, considerando a prévia existência de linha de transmissão em sua propriedade. Assertiva: Nessa situação, Maria terá direito a indenização, desde que o prejuízo alegado não recaia também sobre as demais unidades do edifício.

d) Situação hipotética: Um imóvel com área efetivamente registrada equivalente a 90% da sua área real, de propriedade de Pedro, foi objeto de desapropriação direta. Assertiva: Nessa situação, o pagamento de indenização a Pedro deverá recair sobre a totalidade da área real do referido imóvel.

e) Um imóvel rural produtivo, mas que não cumpre a sua função social, poderá ser desapropriado para fins de reforma agrária, segundo a CF.

## Comentários

Esta questão é respondida com **A DOCTRINA. Intervenção do estado na propriedade. Tredesignação lícita.**

*A retrocessão cabe quando o Poder Público não dê ao imóvel a utilização para a qual se fez a desapropriação, estando pacífica na jurisprudência a tese de que o expropriado não pode fazer valer o seu direito quando o expropriante dê ao imóvel uma destinação pública diversa daquela mencionada no ato expropriatório; por outras palavras, desde que o imóvel seja utilizado para um fim público qualquer, ainda que não o especificado originariamente, não ocorre o direito de retrocessão. (Maria Sylvia Zanella Di Pietro, 2018).*

### 445. CESPE - Proc (PGE SE)/PGE SE/2017

Com relação à administração indireta, assinale a opção correta.

a) O consórcio público poderá ter personalidade jurídica de direito público ou privado, sendo que, em ambas as formas, terão de ser observadas as mesmas normas de direito público para o regime de pessoal.

**b) É possível criar uma empresa pública com capital minoritário de sociedade de economia mista, desde que a maioria do capital daquela pertença ao ente federativo que a instituir.**

c) Na contratação de parceria público-privada, a administração pública pode assumir a titularidade da maioria do capital com direito a voto das sociedades de propósito específico.

d) Salvo os documentos e informações classificados como sigilosos pelas empresas públicas e sociedades de economia mista, os órgãos de controle externo têm direito ao acesso irrestrito aos dados mantidos por aquelas entidades.



e) As normas gerais sobre licitações e contratos administrativos devem ser aplicadas primariamente às empresas públicas e sociedades de economia mista prestadoras de serviços públicos.

### Comentários

Esta questão é respondida com [A LETRA DA LEI. Organização da administração. Empresas públicas.](#)

*Lei 13.303/2016 - Art. 3º Empresa pública é a entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado, com criação autorizada por lei e com patrimônio próprio, cujo capital social é integralmente detido pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal ou pelos Municípios.*

*Parágrafo único. Desde que a maioria do capital votante permaneça em propriedade da União, do Estado, do Distrito Federal ou do Município, será admitida, no capital da empresa pública, a participação de outras pessoas jurídicas de direito público interno, bem como de entidades da administração indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.*

## 4.7 – ANÁLISE PROVA PGE AM 2016

### 446. CESPE - Proc (PGE AM)/PGE AM/2016

Um motorista alcoolizado abalroou por trás viatura da polícia militar que estava regularmente estacionada. Do acidente resultaram lesões em cidadão que estava retido dentro do compartimento traseiro do veículo. Esse cidadão então ajuizou ação de indenização por danos materiais contra o Estado, alegando responsabilidade objetiva. O procurador responsável pela contestação deixou de alegar culpa exclusiva de terceiro e não solicitou denúncia da lide. O corregedor determinou a apuração da responsabilidade do procurador, por entender que houve negligência na elaboração da defesa, por acreditar que seria útil à defesa do poder público alegar culpa exclusiva de terceiro na geração do acidente.

Considerando essa situação hipotética, julgue o próximo item.

Foi correto o corregedor quanto ao entendimento de que seria útil à defesa do poder público alegar culpa exclusiva de terceiro na geração do acidente, uma vez que, provada, ela pode excluir ou atenuar o valor da indenização.

### Comentários

Gabarito: Certo

Esta questão é respondida com [A DOCTRINA. Responsabilidade civil do Estado e prescrição. Culpa exclusiva da vítima.](#)

Correto o entendimento do corregedor, uma vez que por ter existido a culpa exclusiva de terceiro no evento danoso, cabe, segundo a teoria do risco administrativo a exclusão ou a atenuação no valor da indenização.



#### 447. CESPE - Proc (PGE AM)/PGE AM/2016

Um motorista alcoolizado abalroou por trás viatura da polícia militar que estava regularmente estacionada. Do acidente resultaram lesões em cidadão que estava retido dentro do compartimento traseiro do veículo. Esse cidadão então ajuizou ação de indenização por danos materiais contra o Estado, alegando responsabilidade objetiva. O procurador responsável pela contestação deixou de alegar culpa exclusiva de terceiro e não solicitou denunciação da lide. O corregedor determinou a apuração da responsabilidade do procurador, por entender que houve negligência na elaboração da defesa, por acreditar que seria útil à defesa do poder público alegar culpa exclusiva de terceiro na geração do acidente.

Considerando essa situação hipotética, julgue o próximo item.

Diante da ausência de denunciação da lide, ficou prejudicado o direito de regresso do Estado contra o motorista causador do acidente.

#### Comentários

Gabarito: Errado

Esta questão é respondida com [A LETRA DA LEI. Responsabilidade civil do Estado e prescrição. Denunciação da lide.](#)

Art. 125, § 1º, CPC/15. O direito regressivo será exercido por ação autônoma quando a denunciação da lide for indeferida, **deixar de ser promovida** ou não for permitida.

#### 448. CESPE - Proc (PGE AM)/PGE AM/2016

Acerca de direitos da personalidade, responsabilidade civil objetiva e prova de fato jurídico, julgue o item seguinte.

A teoria da responsabilidade civil objetiva aplica-se a atos ilícitos praticados por agentes de autarquias estaduais.

#### Comentários

Gabarito: Certo

Esta questão é respondida com [A CF/1988. Responsabilidade civil do Estado e prescrição. Responsabilidade objetiva.](#)

CF Art. 37 § 6º As **pessoas jurídicas de direito público** e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa.

#### 449. CESPE - Proc (PGE AM)/PGE AM/2016

Acerca do controle administrativo interno e externo, julgue o item a seguir.



O controle administrativo interno é cabível apenas em relação a atividades de natureza administrativa, mesmo quando exercido no âmbito dos Poderes Legislativo e Judiciário.

## Comentários

Gabarito: Certo

Esta questão é respondida com [A CF/1988. Controle da administração. Controle interno.](#)

*Art. 70. A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, será exercida pelo Congresso Nacional, mediante controle externo, **e pelo sistema de controle interno de cada Poder.***

*Art. 74. **Os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário manterão, de forma integrada, sistema de controle interno** com a finalidade de:*

*I - avaliar o cumprimento das metas previstas no plano plurianual, a execução dos programas de governo e dos orçamentos da União;*

*II - comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia e eficiência, da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração federal, bem como da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado;*

*III - exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres da União;*

*IV - apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.*

### 450. CESPE - Proc (PGE AM)/PGE AM/2016

Acerca do controle administrativo interno e externo, julgue o item a seguir.

As comissões parlamentares de inquérito são instrumentos de controle externo destinados a investigar fato determinado em prazo determinado, mas desprovidos de poder condenatório.

## Comentários

Gabarito: Certo

Esta questão é respondida com [A CF/1988. Controle da administração. Controle externo.](#)

*Art. 58 § 3º As comissões parlamentares de inquérito, que terão poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, além de outros previstos nos regimentos das respectivas Casas, serão criadas pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal, em conjunto ou separadamente, mediante requerimento de um terço de seus membros, para a **apuração de fato determinado e por prazo certo**, sendo suas conclusões, se for o caso, **encaminhadas ao Ministério Público, para que promova a responsabilidade civil ou criminal dos infratores.***

### 451. CESPE - Proc (PGE AM)/PGE AM/2016

Acerca do controle administrativo interno e externo, julgue o item a seguir.



A CF atribui ao TCU a competência para a apreciação dos atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão.

### Comentários

Gabarito: Errado

Esta questão é respondida com [A CF/1988. Controle da administração. Controle externo.](#)

Art. 49. É da **competência exclusiva do Congresso Nacional**:

XII - apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão;

#### 452. CESPE - Proc (PGE AM)/PGE AM/2016

Acerca do controle administrativo interno e externo, julgue o item a seguir.

O CNJ é órgão externo de controle administrativo, financeiro e disciplinar do Poder Judiciário.

### Comentários

Gabarito: Errado

Esta questão é respondida com [A CF/1988. Controle da administração. CNJ.](#)

Por pertencer ao Poder judiciário, o CNJ é órgão de controle interno.

Art. 92. São órgãos do Poder Judiciário:

I - o Supremo Tribunal Federal;

I-A o **Conselho Nacional de Justiça**; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)

#### 453. CESPE - Proc (PGE AM)/PGE AM/2016

Com base na legislação do estado do Amazonas referente a direito administrativo, julgue o item que se segue.

A nomeação para cargo público em caráter efetivo depende de prévia habilitação em concurso público de provas ou de provas e títulos, sendo assegurado o direito à nomeação aos aprovados classificados até o limite de vagas existentes à época do edital, no prazo de validade do concurso.

### Comentários

Gabarito: Anulada

Esta questão é respondida com [A LETRA DA LEI. Servidor público. Nomeação.](#)

**Justificativa de anulação do CESPE:** Embora a resposta esteja em consonância com a legislação do Estado do Amazonas, conforme cobrado no enunciado, a redação



da própria legislação local pode dar margem a entendimento de que devem ser preenchidas todas as vagas existentes (e não apenas as declaradas existentes no edital do concurso). O entendimento das Cortes Superiores é de que há discricionariedade da Administração para preencher não todas as vagas existentes, mas apenas aquelas que divulga no Edital do concurso.

*Art. 37, CF: A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998) :*

*II - a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998) .*

#### 454. CESPE - Proc (PGE AM)/PGE AM/2016

Por ter realizado contratação direta sem suporte legal, determinado agente público é réu em ação civil pública por improbidade administrativa, sob o argumento de violação ao princípio de obrigatoriedade de licitação, tendo-lhe sido imputado ato de improbidade previsto no art. 11 da Lei de Improbidade Administrativa (violação aos princípios da administração pública).

A respeito dessa situação hipotética, julgue o item subsecutivo.

Para que haja condenação, deverá ser comprovado o elemento subjetivo de dolo, mas não há necessidade de que seja dolo específico, bastando para tal o dolo genérico de atentar contra os princípios da administração pública.

### Comentários

Gabarito: Certo

Esta questão é respondida com [A JURISPRUDÊNCIA. Improbidade administrativa. Dolo genérico.](#)

“A configuração do ato de improbidade por ofensa a princípio da administração depende da demonstração do **chamado dolo genérico** ou lato sensu (STJ. 2ª Turma. REsp 1383649/SE, Rel. Min. Herman Benjamin, julgado em 05/09/2013).

#### 455. CESPE - Proc (PGE AM)/PGE AM/2016

Por ter realizado contratação direta sem suporte legal, determinado agente público é réu em ação civil pública por improbidade administrativa, sob o argumento de violação ao princípio de obrigatoriedade de licitação, tendo-lhe sido imputado ato de



improbidade previsto no art. 11 da Lei de Improbidade Administrativa (violação aos princípios da administração pública).

A respeito dessa situação hipotética, julgue o item subsecutivo.

Não poderá ser aplicada a medida cautelar de indisponibilidade dos bens, dada a natureza do ato imputado ao réu — violação dos princípios administrativos.

### Comentários

Gabarito: Errado

Esta questão é respondida com [A JURISPRUDÊNCIA. Improbidade administrativa. Medida cautelar de indisponibilidade dos bens.](#)

"Em que pese o silêncio do art. 7º da Lei n. 8.429/92, uma interpretação sistemática que leva em consideração o poder geral de cautela do magistrado induz a concluir que **a medida cautelar de indisponibilidade dos bens também pode ser aplicada aos atos de improbidade administrativa que impliquem violação dos princípios da administração pública**, mormente para assegurar o integral ressarcimento de eventual prejuízo ao erário, se houver, e ainda a multa civil prevista no art. 12, III, da Lei n. 8.429/92" (STJ, AgRg no REsp 1.311.013/RO, Relator Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 4/12/2012).

#### 456. CESPE - Proc (PGE AM)/PGE AM/2016

Com base na legislação do estado do Amazonas referente a direito administrativo, julgue o item que se segue.

É indelegável a competência para editar atos de caráter normativo e para decidir recursos administrativos.

### Comentários

Gabarito: Certo

Esta questão é respondida com [A LETRA DA LEI. Processo administrativo federal e local. Delegação de competência.](#)

LEI Nº 9.784/99.

Art. 13. Não podem ser objeto de delegação:

I - a **edição de atos de caráter normativo;**

II - a **decisão de recursos administrativos;**

III - as matérias de competência exclusiva do órgão ou autoridade.

#### 457. CESPE - Proc (PGE AM)/PGE AM/2016



Um motorista alcoolizado abalroou por trás viatura da polícia militar que estava regularmente estacionada. Do acidente resultaram lesões em cidadão que estava retido dentro do compartimento traseiro do veículo. Esse cidadão então ajuizou ação de indenização por danos materiais contra o Estado, alegando responsabilidade objetiva. O procurador responsável pela contestação deixou de alegar culpa exclusiva de terceiro e não solicitou denúncia da lide. O corregedor determinou a apuração da responsabilidade do procurador, por entender que houve negligência na elaboração da defesa, por acreditar que seria útil à defesa do poder público alegar culpa exclusiva de terceiro na geração do acidente.

Considerando essa situação hipotética, julgue o próximo item.

O procurador poderá defender-se pessoalmente, advogando em causa própria, se contra ele for instaurado processo administrativo disciplinar. Outras categorias de servidores, contudo, necessitariam contratar advogado, imprescindível para o exercício da ampla defesa no processo administrativo disciplinar.

### Comentários

Gabarito: Errado

Esta questão é respondida com [A JURISPRUDÊNCIA. Servidores públicos. Processo administrativo disciplinar. Defesa técnica por advogado.](#)

**Súmula Vinculante nº 5 - STF:** não é obrigatória defesa elaborada por advogado em processo administrativo disciplinar.

#### 458. CESPE - Proc (PGE AM)/PGE AM/2016

Acerca da intervenção do Estado no direito de propriedade, julgue o item subsequente. A limitação administrativa é instituída pela administração pública sobre determinado imóvel privado, para atendimento do interesse público, sem operar transferência de domínio, nem de posse, nem do uso total do bem a terceiros ou ao poder público.

### Comentários

Gabarito: Errado

Esta questão é respondida com [A DOCTRINA. Intervenção do estado na propriedade. Limitações administrativas.](#)

*Limitações administrativas são determinações de caráter geral, através das quais o Poder Público impõe a proprietários indeterminados obrigações positivas, negativas ou permissivas, para o fim de condicionar as propriedades ao atendimento da função social.*

*É exemplo de obrigação positiva aos proprietários a que impõe a limpeza de terrenos ou a que impõe o parcelamento ou a edificação compulsória (art. 182, § 4º, CF). (José dos Santos Carvalho Filho, 2018)*



#### 459. CESPE - Proc (PGE AM)/PGE AM/2016

Acerca da intervenção do Estado no direito de propriedade, julgue o item subsequente.  
O tombamento pode ocorrer no âmbito federal, estadual ou municipal, sendo um de seus principais efeitos a impossibilidade de modificação do bem. Ele pode, ainda, acarretar restrições quanto à destinação e à alienabilidade do bem.

#### Comentários

Gabarito: Certo

Esta questão é respondida com [A LETRA DA LEI. Intervenção do estado na propriedade. Tombamento.](#)

*Dec-Lei 25/37 - Art. 12. A alienabilidade das obras históricas ou artísticas tombadas, de propriedade de pessoas naturais ou jurídicas de direito privado sofrerá as restrições constantes da presente lei.*

*Dec-Lei 25/37 - Art. 17. As coisas tombadas não poderão, em caso nenhum ser destruídas, demolidas ou mutiladas, nem, sem prévia autorização especial do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, ser reparadas, pintadas ou restauradas, sob pena de multa de cinquenta por cento do dano causado.*

*Parágrafo único. Tratando-se de bens pertencentes à União, aos Estados ou aos municípios, a autoridade responsável pela infração do presente artigo incorrerá pessoalmente na multa.*

#### 460. CESPE - Proc (PGE AM)/PGE AM/2016

Acerca da intervenção do Estado no direito de propriedade, julgue o item subsequente.  
Tendo o direito de propriedade garantia constitucional, ao Estado só é lícito desapropriar mediante indenização prévia e se a propriedade não estiver cumprindo sua função social.

#### Comentários

Gabarito: Errado

Esta questão é respondida com [A CF/1988. Intervenção do estado na propriedade. Desapropriação.](#)

*Art. 5 XXIV - a lei estabelecerá o procedimento para desapropriação por necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social, **mediante justa e prévia indenização em dinheiro**, ressalvados os casos previstos nesta Constituição*

#### 461. CESPE - Proc (PGE AM)/PGE AM/2016

Acerca da intervenção do Estado no direito de propriedade, julgue o item subsequente.  
A desapropriação para fins de reforma agrária, prevista na CF, incide sobre imóveis rurais que não estejam cumprindo sua função social, sendo o expropriante



exclusivamente a União Federal, e a indenização paga por meio de títulos, e não em dinheiro.

## Comentários

Gabarito: Certo

Esta questão é respondida com [A CF/1988. Intervenção do estado na propriedade. Desapropriação.](#)

*Art. 184. Compete à União desapropriar por interesse social, **para fins de reforma agrária, o imóvel rural que não esteja cumprindo sua função social**, mediante prévia e justa indenização em **títulos da dívida agrária**, com cláusula de preservação do valor real, resgatáveis no prazo de até vinte anos, a partir do segundo ano de sua emissão, e cuja utilização será definida em lei.*

## 4.8 – ANÁLISE PROVA AGU 2015

### 462. CESPE - Adv (AGU)/AGU/2015

Foi editada portaria ministerial que regulamentou, com fundamento direto no princípio constitucional da eficiência, a concessão de gratificação de desempenho aos servidores de determinado ministério.

Com referência a essa situação hipotética e ao poder regulamentar, julgue o próximo item.

Na hipótese considerada, a portaria não ofendeu o princípio da legalidade administrativa, tendo em vista o fenômeno da deslegalização com fundamento na CF.

## Comentários

Gabarito, Errado.

Esta questão é respondida com [A CF/1988. Princípios e poderes da administração. Deslegalização.](#)

A deslegalização ou deslegificação, significa a retirada feita pelo próprio legislador de matérias do domínio da lei, passando-as para o domínio dos regulamentos, como no caso uma portaria ministerial. No caso em comento, fere o princípio da legalidade, uma vez que para qualquer tipo de gratificação ou aumento no salário dos servidores, deverá atender a estrita legalidade elencada na CF/88, como vemos a seguir nos artigos 37 e 169:

***Art. 37.** A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:*

*X - a remuneração dos servidores públicos e o subsídio de que trata o § 4º do art. 39 somente **poderão ser fixados ou alterados por lei específica**, observada a iniciativa privativa em cada caso, assegurada revisão geral anual, sempre na mesma data e sem distinção de índices; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998) (Regulamento)*



**Art. 169.** A despesa com pessoal ativo e inativo da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios não poderá exceder os limites estabelecidos em lei complementar.

§ 1º **A concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração**, a criação de cargos, empregos e funções ou alteração de estrutura de carreiras, bem como a admissão ou contratação de pessoal, a qualquer título, pelos órgãos e entidades da administração direta ou indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo poder público, só poderão ser feitas: (Renumerado do parágrafo único, pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

I - se houver prévia dotação orçamentária suficiente para atender às projeções de despesa de pessoal e aos acréscimos dela decorrentes; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

II - **se houver autorização específica na lei** de diretrizes orçamentárias, ressalvadas as empresas públicas e as sociedades de economia mista. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

#### 463. CESPE - Adv (AGU)/AGU/2015

O titular do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação redigiu e submeteu à análise de sua consultoria jurídica minuta de despacho pelo indeferimento de pedido da empresa Salus à habilitação em dada política pública governamental. A despeito de não apresentar os fundamentos de fato e de direito para o indeferimento, o despacho em questão invoca como fundamento da negativa uma nota técnica produzida no referido ministério, cuja conclusão exaure matéria coincidente com aquela objeto do pedido da empresa Salus.

A propósito dessa situação hipotética, julgue o item que se segue, relativo à forma dos atos administrativos.

Na hipótese considerada, a minuta do ato do ministro apresenta vício de forma em razão da obrigatoriedade de motivação dos atos administrativos que neguem direitos aos interessados.

### Comentários

Gabarito, Errado.

Esta questão é respondida com **A LETRA DA LEI. Atos administrativos. Motivação.**

*Lei 9.784/99 - Art. 50. Os atos administrativos deverão ser motivados, com indicação dos fatos e dos fundamentos jurídicos, quando:*

*I - neguem, limitem ou afetem direitos ou interesses;*

*II - imponham ou agravem deveres, encargos ou sanções;*

*III - decidam processos administrativos de concurso ou seleção pública;*

*IV - dispensem ou declarem a inexigibilidade de processo licitatório;*

*V - decidam recursos administrativos;*

*VI - decorram de reexame de ofício;*

*VII - deixem de aplicar jurisprudência firmada sobre a questão ou discrepem de pareceres, laudos, propostas e relatórios oficiais;*

*VIII - importem anulação, revogação, suspensão ou convalidação de ato administrativo.*



§ 1o A motivação deve ser explícita, clara e congruente, podendo consistir em declaração de concordância com fundamentos de anteriores pareceres, informações, decisões ou propostas, que, neste caso, serão parte integrante do ato.

#### 464. CESPE - Adv (AGU)/AGU/2015

O titular do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação redigiu e submeteu à análise de sua consultoria jurídica minuta de despacho pelo indeferimento de pedido da empresa Salus à habilitação em dada política pública governamental. A despeito de não apresentar os fundamentos de fato e de direito para o indeferimento, o despacho em questão invoca como fundamento da negativa uma nota técnica produzida no referido ministério, cuja conclusão exaure matéria coincidente com aquela objeto do pedido da empresa Salus.

A propósito dessa situação hipotética, julgue o item que se segue, relativo à forma dos atos administrativos.

O ato em questão — indeferimento de pedido — deve ser prolatado sob a forma de resolução e não de despacho.

### Comentários

Gabarito: Errado

Esta questão é respondida com [A DOCTRINA. Atos administrativos. Atos administrativos em espécie.](#)

O ato “indeferimento de pedido” deverá ser prolatado na forma de despacho não resolução, uma vez que o despacho diz respeito a uma decisão de uma autoridade administrativa sobre um assunto submetido à sua apreciação, conforme ensina a prof.<sup>a</sup> Maria Sylvania Zanella Di Pietro, veja:

*"Despacho é o ato administrativo que contém decisão das autoridades administrativas sobre assunto de interesse individual ou coletivo submetido à sua apreciação." (Maria Sylvania Zanella Di Pietro, 2018).*

Já uma resolução, diz respeito a atos emanados por autoridades de alto escalão administrativo, como ministros ou secretários, vejamos a definição dada pelo Mestre José Dos Santos Carvalho Filho (2018):

*Resoluções são atos, normativos ou individuais, emanados de autoridades de elevado escalão administrativo, como, por exemplo, Ministros e Secretários de Estado ou Município, ou de algumas pessoas administrativas ligadas ao Governo. Constituem matéria das resoluções todas as que se inserem na competência específica dos agentes ou pessoas jurídicas responsáveis por sua expedição.*

#### 465. CESPE - Adv (AGU)/AGU/2015



Foi editada portaria ministerial que regulamentou, com fundamento direto no princípio constitucional da eficiência, a concessão de gratificação de desempenho aos servidores de determinado ministério.

Com referência a essa situação hipotética e ao poder regulamentar, julgue o próximo item.

As portarias são qualificadas como atos de regulamentação de segundo grau.

### Comentários

Gabarito: Certo

Esta questão é respondida com [A DOCTRINA. Atos administrativos. Atos administrativos em espécie.](#)

Segundo o professor José dos Santos Carvalho Filho (2018), existem dois graus de regulamentação, o primeiro refere-se aos decretos e regulamentos e aqueles que o regulamentam, como as portarias, são considerados como atos de regulamentação de segundo grau, vejamos:

*Por esse motivo é que, considerando nosso sistema de hierarquia normativa, podemos dizer que existem graus diversos de regulamentação conforme o patamar em que se aloje o ato regulamentador. Os decretos e regulamentos podem ser considerados como atos de regulamentação de primeiro grau; outros atos que a eles se subordinem e que, por sua vez, os regulamentem, evidentemente com maior detalhamento, podem ser qualificados como atos de regulamentação de segundo grau, e assim por diante. Como exemplo de atos de regulamentação de segundo grau, podemos citar as instruções expedidas pelos Ministros de Estado, que têm por objetivo regulamentar as leis, decretos e regulamentos, possibilitando sua execução.*

Portanto, correta a questão trazida pelo CESPE, conforme a doutrina de José dos Santos Carvalho Filho.

#### 466. CESPE - Adv (AGU)/AGU/2015

Foi editada portaria ministerial que regulamentou, com fundamento direto no princípio constitucional da eficiência, a concessão de gratificação de desempenho aos servidores de determinado ministério.

Com referência a essa situação hipotética e ao poder regulamentar, julgue o próximo item.

A portaria em questão poderá vir a ser sustada pelo Congresso Nacional, se essa casa entender que o ministro exorbitou de seu poder regulamentar.

### Comentários

Gabarito: Certo

Esta questão é respondida com [A CF/1988. Controle da administração. Controle dos atos administrativos pelo Congresso Nacional.](#)

*Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:*



V - sustar os atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar ou dos limites de delegação legislativa;

#### 467. CESPE - Adv (AGU)/AGU/2015

Com relação ao controle da administração pública e à responsabilidade patrimonial do Estado, julgue o seguinte item.

Em consonância com o entendimento do STF, os serviços sociais autônomos estão sujeitos ao controle finalístico do TCU no que se refere à aplicação de recursos públicos recebidos.

### Comentários

Gabarito: Certo

Esta questão é respondida com [A JURISPRUDÊNCIA. Controle da administração. Controle finalístico do TCU.](#)

Ementa: ADMINISTRATIVO E CONSTITUCIONAL. SERVIÇOS SOCIAIS AUTÔNOMOS VINCULADOS A ENTIDADES SINDICAIS. SISTEMA “S”. AUTONOMIA ADMINISTRATIVA. RECRUTAMENTO DE PESSOAL. REGIME JURÍDICO DEFINIDO NA LEGISLAÇÃO INSTITUIDORA. SERVIÇO SOCIAL DO TRANSPORTE. NÃO SUBMISSÃO AO PRINCÍPIO DO CONCURSO PÚBLICO (ART. 37, II, DA CF). 1. Os serviços sociais autônomos integrantes do denominado Sistema “S”, vinculados a entidades patronais de grau superior e patrocinados basicamente por recursos recolhidos do próprio setor produtivo beneficiado, ostentam natureza de pessoa jurídica de direito privado e não integram a Administração Pública, embora colaborem com ela na execução de atividades de relevante significado social. **Tanto a Constituição Federal de 1988, como a correspondente legislação de regência (como a Lei 8.706/93, que criou o Serviço Social do Trabalho – SEST) asseguram autonomia administrativa a essas entidades, sujeitas, formalmente, apenas ao controle finalístico, pelo Tribunal de Contas, da aplicação dos recursos recebidos.** Presentes essas características, não estão submetidas à exigência de concurso público para a contratação de pessoal, nos moldes do art. 37, II, da Constituição Federal. Precedente: ADI 1864, Rel. Min. Joaquim Barbosa, DJe de 2/5/2008. 2. Recurso extraordinário a que se nega provimento. (RE 789874/DF – 17/09/2014)

#### 468. CESPE - Adv (AGU)/AGU/2015

Com relação ao controle da administração pública e à responsabilidade patrimonial do Estado, julgue o seguinte item.

Situação hipotética: Um veículo oficial da AGU, conduzido por servidor desse órgão público, passou por um semáforo com sinal vermelho e colidiu com um veículo



particular que trafegava pela contramão. Assertiva: Nessa situação, como o Brasil adota a teoria da responsabilidade objetiva, existirá a responsabilização indenizatória integral do Estado, visto que, na esfera administrativa, a culpa concorrente elide apenas parcialmente a responsabilização do servidor.

### Comentários

Gabarito: Errado

Esta questão é respondida com [A DOCTRINA. Responsabilidade civil do Estado e prescrição. Teoria do risco administrativo.](#)

Como o Brasil, no artigo 37, §6º da CF/1988, adotou a responsabilidade civil objetiva, na modalidade risco administrativo, na qual a vítima do evento danoso, não deverá comprovar culpa ou dolo por parte do agente público causador do dano.

Acontece, que o Brasil também adotou a Teoria do risco administrativo, na qual responde integralmente caso não existir nenhuma atenuante ou excludente. No caso em comento, houve culpa concorrente, devendo o *quantum* indenizatório ser atenuado, visto que elide parcialmente a responsabilidade do Servidor público causador do dano.

#### 469. CESPE - Adv (AGU)/AGU/2015

Acerca dos serviços públicos e dos bens públicos, julgue o item a seguir.

Se o Ministério da Saúde adquirir um grande lote de medicamentos para combater uma epidemia de dengue, essa aquisição, no que se refere ao critério, será classificada como serviço coletivo devido ao fato de esses medicamentos se destinarem a um número indeterminado de pessoas.

### Comentários

Gabarito: Anulada

Esta questão é respondida com [A DOCTRINA. Serviços Públicos. Classificação.](#)

A anulação foi baseada nesta fundamentação dada pela banca CESPE:

*"A divergência quanto à possibilidade de classificar uma aquisição como serviço público gera dúvida suficiente para fundamentar a anulação do item, tendo em vista que sua redação pode induzir o candidato a interpretar que a classificação se refere à "aquisição" e não ao "serviço".*

#### 470. CESPE - Adv (AGU)/AGU/2015

A propósito das licitações, dos contratos, dos convênios e do sistema de registro de preços, julgue o item a seguir com base nas orientações normativas da AGU.

Se a União, por intermédio de determinado órgão federal situado em um estado da Federação, celebrar convênio cuja execução envolva a alocação de créditos de leis orçamentárias subsequentes, a consequente indicação do crédito orçamentário do



respectivo empenho para atender aos exercícios posteriores dispensará a elaboração de termo aditivo, bem como a prévia aprovação pela consultoria jurídica da União no mencionado estado.

## Comentários

Gabarito: Certo

Esta questão é respondida com [A JURISPRUDÊNCIA. Contratos administrativos. Convênios.](#)

**ORIENTAÇÃO NORMATIVA Nº 40, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2014 – AGU:**  
"NOS CONVÊNIOS CUJA EXECUÇÃO ENVOLVA A ALOCAÇÃO DE CRÉDITOS DE LEIS ORÇAMENTÁRIAS SUBSEQUENTES, A INDICAÇÃO DO CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO E DO RESPECTIVO EMPENHO PARA ATENDER À DESPESA RELATIVA AOS EXERCÍCIOS POSTERIORES PODERÁ SER FORMALIZADA, RELATIVAMENTE A CADA EXERCÍCIO, POR MEIO DE APOSTILA. TAL MEDIDA DISPENSA O PRÉVIO EXAME E APROVAÇÃO PELA ASSESSORIA JURÍDICA."

### 471. CESPE - Adv (AGU)/AGU/2015

Acerca dos serviços públicos e dos bens públicos, julgue o item a seguir.

Situação hipotética: Durante a realização de obras resultantes de uma PPP firmada entre a União e determinada construtora, para a duplicação de uma rodovia federal, parte do asfalto foi destruída por uma forte tempestade. Assertiva: Nessa situação, independentemente de o referido problema ter decorrido de fato imprevisível, o Estado deverá solidarizar-se com os prejuízos sofridos pela empresa responsável pela obra.

## Comentários

Gabarito: Certo

Esta questão é respondida com [A LETRA DA LEI. Serviços públicos. Parcerias público-privadas.](#)

Segundo a Lei 11.079/2004, uma das cláusulas que deverão constar no contrato de parceria público-privada, será a repartição de riscos entre as partes (União e a construtora), inclusive os que se referem a caso fortuito e força maior, como é o caso de uma forte tempestade.

Vejamos o artigo para memorização:

Art. 5º As **cláusulas dos contratos de parceria público-privada** atenderão ao disposto no art. 23 da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, no que couber, **devendo também prever:**

III – a **repartição de riscos entre as partes**, inclusive os referentes a caso fortuito, **força maior**, fato do príncipe e álea econômica extraordinária;



#### 472. CESPE - Adv (AGU)/AGU/2015

No que se refere à responsabilidade do parecerista pelas manifestações exaradas, julgue o próximo item.

Situação hipotética: Determinado ministério, com base em parecer opinativo emitido pela sua consultoria jurídica, decidiu adquirir alguns equipamentos de informática. No entanto, durante o processo de compra dos equipamentos, foi constatada, após correção, ilegalidade consistente em superfaturamento dos preços dos referidos equipamentos. Assertiva: Nessa situação, de acordo com o entendimento do STF, ainda que não seja comprovada a má-fé do advogado da União, ele será solidariamente responsável com a autoridade que produziu o ato final.

### Comentários

Gabarito: Errado

Esta questão é respondida com [A JURISPRUDÊNCIA. Responsabilidade Civil do Estado e prescrição. Responsabilidade de procurador de autarquia por emissão de parecer.](#)

“Controle externo. Auditoria pelo TCU. Responsabilidade de procurador de autarquia por emissão de parecer técnico-jurídico de natureza opinativa. Segurança deferida. Repercussões da natureza jurídico-administrativa do parecer jurídico: (i) quando a consulta é facultativa, a autoridade não se vincula ao parecer proferido, sendo que seu poder de decisão não se altera pela manifestação do órgão consultivo; (ii) quando a consulta é obrigatória, a autoridade administrativa se vincula a emitir o ato tal como submetido à consultoria, com parecer favorável ou contrário, e se pretender praticar ato de forma diversa da apresentada à consultoria, deverá submetê-lo a novo parecer; (iii) quando a lei estabelece a obrigação de decidir à luz de parecer vinculante, essa manifestação de teor jurídico deixa de ser meramente opinativa e o administrador não poderá decidir senão nos termos da conclusão do parecer ou, então, não decidir. No caso de que cuidam os autos, o parecer emitido pelo impetrante não tinha caráter vinculante. Sua aprovação pelo superior hierárquico não desvirtua sua natureza opinativa, nem o torna parte de ato administrativo posterior do qual possa eventualmente decorrer dano ao erário, mas apenas incorpora sua fundamentação ao ato. Controle externo: **É lícito concluir que é abusiva a responsabilização do parecerista à luz de uma alargada relação de causalidade entre seu parecer e o ato administrativo do qual tenha resultado dano ao erário. Salvo demonstração de culpa ou erro grosseiro, submetida às instâncias administrativo-disciplinares ou jurisdicionais próprias, não cabe a responsabilização do advogado público pelo conteúdo**



**de seu parecer de natureza meramente opinativa.**” (MS 24.631, rel. min.Joaquim Barbosa, julgamento em 9-8-2007, Plenário, DJ de 1º-2-2008.)



## CURIOSIDADE

O Novo Código de Processo Civil, tratou da advocacia pública no Título VI e especificamente trouxe esta situação, na qual o membro da Advocacia pública será responsável civilmente quando agir com **dolo** ou **fraude** no exercício de suas funções. É a dicção do novel art. 184:

*Art. 184. O membro da Advocacia Pública será civil e regressivamente responsável quando agir com dolo ou fraude no exercício de suas funções*

### 473. CESPE - Adv (AGU)/AGU/2015

Acerca dos serviços públicos e dos bens públicos, julgue o item a seguir.

De acordo com a doutrina dominante, caso uma universidade tenha sido construída sobre parte de uma propriedade particular, a União, assim como ocorre com os particulares, poderá adquirir o referido bem imóvel por meio da usucapião, desde que sejam obedecidos os requisitos legais.

## Comentários

Gabarito: Certo

Esta questão é respondida com **A DOCTRINA. Bens públicos. Aquisição.**

A questão trouxe um tema interessante, na qual segundo a doutrina dominante, entende-se que poderão ser adquiridos pelos Entes públicos, bens imóveis utilizando os institutos privados elencados no Código Civil como a Usucapião.

É o que entende José dos Santos Carvalho Filho, que brilhantemente trata do tema:

*Outra forma de aquisição de bens públicos é através de usucapião.*

*O Código Civil admite expressamente o usucapião como forma de aquisição de bens (art. 1.238, Código Civil) e estabelece algumas condições necessárias à consumação aquisitiva, como a posse do bem por determinado período, a boa-fé em alguns casos e a sentença declaratória da propriedade. **Poder-se-ia indagar se a União, um Estado ou Município, ou ainda uma autarquia podem adquirir bens por usucapião. A resposta é positiva.** A lei civil, ao estabelecer os requisitos para a aquisição da propriedade por usucapião, não descartou o Estado como possível titular do direito.*

*Segue-se, pois, que, observados os requisitos legais exigidos para os possuidores particulares de modo geral, **podem as pessoas de direito público adquirir bens por usucapião.** Esses bens, uma vez consumado o processo aquisitivo, **tornar-se-ão bens públicos.***

### 474. CESPE - Adv (AGU)/AGU/2015



Acerca dos serviços públicos e dos bens públicos, julgue o item a seguir.

Situação hipotética: A União decidiu construir um novo prédio para a Procuradoria-Regional da União da 2.<sup>a</sup> Região para receber os novos advogados da União. No entanto, foi constatado que a única área disponível, no centro do Rio de Janeiro, para a realização da referida obra estava ocupada por uma praça pública. Assertiva: Nessa situação, não há possibilidade de desafetação da área disponível por se tratar de um bem de uso comum do povo, razão por que a administração deverá procurar por um bem dominical.

### Comentários

Gabarito: Errado

Esta questão é respondida com [A DOCTRINA. Bens públicos. Afetação.](#)

Conforme o artigo 100 do Código Civil de 2002:

*Art. 100. Os bens públicos de uso comum do povo e os de uso especial são inalienáveis, enquanto conservarem a sua qualificação, na forma que a lei determinar.*

Os bens públicos de uso comum do povo são inalienáveis **enquanto conservarem tal qualificação**. Acontece que, existe no direito administrativo, um instituto chamado “desafetação” na qual é retirado do bem público sua destinação, no caso, a praça pública seria retirada tal denominação e destinação, passando a ser apenas um bem dominical.

Portanto, plenamente possível a desafetação da referida praça pública, desde que atenda a todos os requisitos legais para isso.

Lembrando que o contrário da desafetação seria a “afetação”, na qual consiste em dar uma destinação ao bem público, por exemplo, um terreno vazio de uma autarquia federal, após o devido procedimento legal, é construída uma praça pública, portanto, passa a ser um bem de uso comum do povo, visto que foi dada uma destinação, ou seja, o bem sofreu uma afetação.

#### 475. CESPE - Adv (AGU)/AGU/2015

Julgue o próximo item, referente à utilização dos bens públicos e à desapropriação.

Se os membros de uma comunidade desejarem fechar uma rua para realizar uma festa comemorativa do aniversário de seu bairro, será necessário obter da administração pública uma permissão de uso.

### Comentários

Gabarito: Errado

Esta questão é respondida com [A DOCTRINA. Bens públicos. Utilização dos bens públicos.](#)

Neste caso, seria hipótese de autorização de uso, conforme explica José dos Santos Carvalho Filho:



*Autorização de uso é o ato administrativo pelo qual o Poder Público consente que determinado indivíduo utilize bem público de modo privativo, atendendo primordialmente a seu próprio interesse.*

*Esse ato administrativo é unilateral, porque a exteriorização da vontade é apenas da Administração Pública, embora o particular seja o interessado no uso. É também discricionário, porque depende da valoração do Poder Público sobre a conveniência e a oportunidade em conceder o consentimento. Trata-se de ato precário: a Administração pode revogar posteriormente a outorga se sobrevierem razões administrativas para tanto, não havendo, como regra, qualquer direito de indenização em favor do administrado.*

O mesmo autor faz a diferenciação com o instituto da permissão de uso:

*Permissão de uso é o ato administrativo pelo qual a Administração consente que certa pessoa utilize privativamente bem público, atendendo ao mesmo tempo aos interesses público e privado.*

*O delineamento jurídico do ato de permissão de uso guarda visível semelhança com o de autorização de uso. São realmente muito assemelhados. A distinção entre ambos está na predominância, ou não, dos interesses em jogo. Na autorização de uso, o interesse que predomina é o privado, conquanto haja interesse público como pano de fundo. Na permissão de uso, os interesses são nivelados: a Administração tem algum interesse público na exploração do bem pelo particular, e este tem intuito lucrativo na utilização privativa do bem.*

#### 476. CESPE - Adv (AGU)/AGU/2015

Julgue o item a seguir, referente a agente público.

De acordo com o STF, embora exista a possibilidade de desconto pelos dias que não tenham sido trabalhados, será ilegal demitir servidor público em estágio probatório que tenha aderido a movimento paredista.

### Comentários

Gabarito: Certo

Esta questão é respondida com [A JURISPRUDÊNCIA. Servidores públicos. Direito de Greve.](#)

Ementa: DIREITOS CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. DIREITO DE GREVE. SERVIDOR PÚBLICO EM ESTÁGIO PROBATÓRIO. FALTA POR MAIS DE TRINTA DIAS. DEMISSÃO. SEGURANÇA CONCEDIDA. **1. A simples circunstância de o servidor público estar em estágio probatório não é justificativa para demissão com fundamento na sua participação em movimento grevista por período superior a trinta dias.** 2. A ausência de regulamentação do direito de greve não transforma os dias de paralização em movimento grevista em faltas injustificadas. 3. Recurso extraordinário a que se nega seguimento. (RE 226966/RS)

#### 477. CESPE - Adv (AGU)/AGU/2015



Julgue o item a seguir, referente a agente público.

Se, em uma operação da Polícia Federal, um agente público for preso em flagrante devido ao recebimento de propina, e se, em razão disso, houver ajuizamento de ação penal, um eventual processo administrativo disciplinar deverá ser sobrestado até o trânsito em julgado do processo criminal.

### Comentários

Gabarito: Errado

Esta questão é respondida com [A JURISPRUDÊNCIA. Servidores públicos. Responsabilidade do servidor.](#)

DIREITO ADMINISTRATIVO. DESNECESSIDADE DE SUSPENSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR DIANTE DA EXISTÊNCIA DE AÇÃO PENAL RELATIVA AOS MESMOS FATOS.

Não deve ser paralisado o curso de processo administrativo disciplinar apenas em função de ajuizamento de ação penal destinada a apurar criminalmente os mesmos fatos investigados administrativamente. **As esferas administrativa e penal são independentes, não havendo falar em suspensão do processo administrativo durante o trâmite do processo penal.** Ademais, é perfeitamente possível que determinados fatos constituam infrações administrativas, mas não ilícitos penais, permitindo a aplicação de penalidade ao servidor pela Administração, sem que haja a correspondente aplicação de penalidade na esfera criminal. Vale destacar que é possível a repercussão do resultado do processo penal na esfera administrativa no caso de absolvição criminal que negue a existência do fato ou sua autoria, devendo ser revista a pena administrativa porventura aplicada antes do término do processo penal. MS 18.090-DF, Rel. Min. Humberto Martins, julgado em 8/5/2013

*Lei 8.112/90 Art. 125. As sanções civis, **penais** e **administrativas** poderão cumular-se, sendo **independentes entre si.***

#### 478. CESPE - Adv (AGU)/AGU/2015

Julgue o item a seguir, referente a agente público.

De acordo com o STF, embora exista a possibilidade de desconto pelos dias que não tenham sido trabalhados, será ilegal demitir servidor público em estágio probatório que tenha aderido a movimento paredista.

### Comentários

Gabarito: Certo



Esta questão é respondida com [A JURISPRUDÊNCIA. Servidores públicos. Direito de Greve.](#)

Ementa: DIREITOS CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. DIREITO DE GREVE. SERVIDOR PÚBLICO EM ESTÁGIO PROBATÓRIO. FALTA POR MAIS DE TRINTA DIAS. DEMISSÃO.SEGURANÇA CONCEDIDA. 1. **A simples circunstância de o servidor público estar em estágio probatório não é justificativa para demissão com fundamento na sua participação em movimento grevista por período superior a trinta dias.** 2. A ausência de regulamentação do direito de greve não transforma os dias de paralização em movimento grevista em faltas injustificadas. 3. Recurso extraordinário a que se nega seguimento. (RE 226966/RS)

#### 479. CESPE - Adv (AGU)/AGU/2015

Julgue o item a seguir, referente a agente público.

Se determinado agente público responder ação de improbidade administrativa por desvio de recursos públicos, um eventual acordo ou uma eventual transação entre as partes envolvidas no processo estarão condicionados ao ressarcimento integral dos recursos públicos ao erário antes da sentença.

#### Comentários

Gabarito: Errado

Esta questão é respondida com [A LETRA DA LEI. Improbidade administrativa. Transação.](#)

*Lei 8.429/92 - Art. 17. A ação principal, que terá o rito ordinário, será proposta pelo Ministério Público ou pela pessoa jurídica interessada, dentro de trinta dias da efetivação da medida cautelar.*

*§ 1º É vedada a transação, acordo ou conciliação nas ações de que trata o caput.*

#### 480. CESPE - Adv (AGU)/AGU/2015

A propósito das licitações, dos contratos, dos convênios e do sistema de registro de preços, julgue o item a seguir com base nas orientações normativas da AGU.

Se, em procedimento licitatório na modalidade convite deflagrado pela União, não se apresentarem interessados, e se esse procedimento não puder ser repetido sem prejuízo para a administração, ele poderá ser dispensado, mantidas, nesse caso, todas as condições preestabelecidas.

#### Comentários

Gabarito: Errado

Esta questão é respondida com [A JURISPRUDÊNCIA. Licitação. Convite.](#)



*ORIENTAÇÃO NORMATIVA Nº 12, DE 1º DE ABRIL DE 2009, DA ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO – AGU*

*"NÃO SE DISPENSA LICITAÇÃO, COM FUNDAMENTO NOS INCS. V E VII DO ART. 24 DA LEI Nº 8.666, DE 1993, CASO A LICITAÇÃO FRACASSADA OU DESERTA TENHA SIDO REALIZADA NA MODALIDADE CONVITE."*

#### 481. CESPE - Adv (AGU)/AGU/2015

A propósito das licitações, dos contratos, dos convênios e do sistema de registro de preços, julgue o item a seguir com base nas orientações normativas da AGU.

Na hipótese de nulidade de contrato entre a União e determinada empresa, a despesa sem cobertura contratual deverá ser reconhecida pela União como obrigação de indenizar a contratada pelo que esta houver executado até a data em que a nulidade do contrato for declarada e por outros prejuízos regularmente comprovados, sem prejuízo da apuração da responsabilidade de quem der causa à nulidade.

### Comentários

Gabarito: Certo

Esta questão é respondida com [A JURISPRUDÊNCIA. Contratos administrativos. Declaração de nulidade.](#)

*Orientação Normativa nº4 de 01/04/2009:*

*"A DESPESA SEM COBERTURA CONTRATUAL DEVERÁ SER OBJETO DE RECONHECIMENTO DA OBRIGAÇÃO DE INDENIZAR NOS TERMOS DO ART. 59, PARÁGRAFO ÚNICO, DA LEI Nº 8.666, DE 1993, SEM PREJUÍZO DA APURAÇÃO DA RESPONSABILIDADE DE QUEM LHE DER CAUSA."*

*Lei 8.666/93 - Art. 59. A declaração de nulidade do contrato administrativo opera retroativamente impedindo os efeitos jurídicos que ele, ordinariamente, deveria produzir, além de desconstituir os já produzidos.*

*Parágrafo único. A nulidade não exonera a Administração do dever de indenizar o contratado pelo que este houver executado até a data em que ela for declarada e por outros prejuízos regularmente comprovados, contanto que não lhe seja imputável, promovendo-se a responsabilidade de quem lhe deu causa.*

#### 482. CESPE - Adv (AGU)/AGU/2015

Julgue o próximo item, referente à utilização dos bens públicos e à desapropriação.

De acordo com o STJ, ao contrário do que ocorre nos casos de desapropriação para fins de reforma agrária, é vedada a imissão provisória na posse de terreno pelo poder público em casos de desapropriação para utilidade pública.

### Comentários

Gabarito: Errado



Esta questão é respondida com **A JURISPRUDÊNCIA. Intervenção do Estado na propriedade privada. Desapropriação.**

**AgRg na SLS 1681:** AGRAVO REGIMENTAL NA SUSPENSÃO DE LIMINAR E DE SENTENÇA. GRAVE LESÃO

À ORDEM E ECONOMIA PÚBLICAS. EXISTÊNCIA. PEDIDO DE SUSPENSÃO DEFERIDO. AGRAVO REGIMENTAL DO PARTICULAR DESPROVIDO.

I – Consoante a legislação de regência (v.g. Lei n. 8.437/1992 e n. 12.016/2009) e a jurisprudência deste Superior Tribunal e do c.

Pretório Excelso, somente será cabível o pedido de suspensão quando a decisão proferida contra o Poder Público puder provocar grave lesão à ordem, à saúde, à segurança e à economia públicas.

II – **Na hipótese, causa lesão à ordem e à economia públicas a decisão que impede, em ação de desapropriação de imóvel por utilidade pública, a imissão provisória na posse pelo ente expropriante, em virtude da ausência de indenização prévia referente ao fundo de comércio, pois tal decisão paralisa obra de suma importância para a cidade de São Paulo/SP, qual seja, a expansão de seu sistema metroviário.**

III – A indenização pelo fundo de comércio, apesar de devida, não pode obstar a imissão provisória da posse pelo ente expropriante, cujos requisitos são a declaração de urgência e o depósito do valor estabelecido conforme o art. 15 do Decreto-lei nº 3365/41.

Agravo regimental desprovido.

#### 483. CESPE - Adv (AGU)/AGU/2015

A propósito das licitações, dos contratos, dos convênios e do sistema de registro de preços, julgue o item a seguir com base nas orientações normativas da AGU.

Na licitação para registro de preços, a indicação da dotação orçamentária é exigível apenas antes da assinatura do contrato, sendo o prazo de validade da ata de registro de preços de, no máximo, um ano, no qual devem ser computadas as eventuais prorrogações, que terão de ser devidamente justificadas e autorizadas pela autoridade superior, devendo a proposta continuar sendo mais vantajosa.

### Comentários

Gabarito: Certo

Esta questão é respondida com **A JURISPRUDÊNCIA. Licitação. Registro de preço.**

*ORIENTAÇÃO NORMATIVA Nº 19, DE 1º DE ABRIL DE 2009, DA ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO – AGU (com redação alterada em 2014)  
"O PRAZO DE VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS É DE NO MÁXIMO UM ANO, NOS TERMOS DO ART. 15, §3º, INC. III, DA LEI Nº 8.666, DE 1993, RAZÃO PELA QUAL EVENTUAL PRORROGAÇÃO DA SUA VIGÊNCIA, COM FUNDAMENTO NO ART. 12, CAPUT, DO DECRETO Nº 7.892, DE 2013, SOMENTE SERÁ ADMITIDA ATÉ O REFERIDO LIMITE E DESDE QUE*



DEVIDAMENTE JUSTIFICADA, MEDIANTE AUTORIZAÇÃO DA AUTORIDADE SUPERIOR E QUE A PROPOSTA CONTINUE SE MOSTRANDO MAIS VANTAJOSA.”

ORIENTAÇÃO NORMATIVA Nº 20, DE 1º DE ABRIL DE 2009, DA ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO – AGU  
"NA LICITAÇÃO PARA REGISTRO DE PREÇOS, A INDICAÇÃO DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA É EXIGÍVEL APENAS ANTES DA ASSINATURA DO CONTRATO.”

#### 484. CESPE - Adv (AGU)/AGU/2015

Se a consultoria jurídica junto ao Ministério do Meio Ambiente divergir acerca da interpretação dada pela consultoria jurídica junto ao Ministério do Desenvolvimento Agrário sobre determinada lei, a controvérsia deverá ser dirigida à Secretaria-Geral de Consultoria, órgão de direção superior da AGU competente para orientar e coordenar os trabalhos das consultorias jurídicas no que se refere à uniformização da jurisprudência administrativa e à correta interpretação das leis.

### Comentários

Gabarito: Errado.

Esta questão é respondida com **A LETRA DA LEI. Organização da administração. Competência dos departamentos de coordenação e orientação de órgãos jurídicos.**

*Decreto 7.392/2010 - Art. 14. Ao Departamento de Coordenação e Orientação de Órgãos Jurídicos compete:*

*I – orientar e coordenar os trabalhos das Consultorias Jurídicas ou órgãos equivalentes, especialmente no que se refere à:*

*a) uniformização da jurisprudência administrativa;*

*b) correta aplicação das leis e observância dos pareceres, notas e demais orientações da Advocacia-Geral da União; e*

#### 485. CESPE - Adv (AGU)/AGU/2015

A Secretaria-Geral de Contencioso é o órgão de direção superior da AGU competente para subsidiar as informações a serem prestadas pelo presidente da República ao STF em mandados de segurança, tendo em vista a sua atribuição de assistência na representação judicial da União perante referido tribunal.

### Comentários

Gabarito: Errado.

Esta questão é respondida com **A LETRA DA LEI. Organização da administração. Secretaria-Geral de Contencioso.**

*Decreto 7.392/2010 - Art. 2o A Advocacia-Geral da União tem a seguinte estrutura organizacional:*

*II – órgãos de direção superior:*

*a) Secretaria-Geral de Consultoria;*



1. Departamento de Assuntos Jurídicos Internos;

b) Secretaria-Geral de Contencioso;

A atribuição da Secretaria-Geral do Contencioso está no artigo 8º do Decreto 7.392/2010, dentre elas:

Art.8º: À Secretaria-Geral de Contencioso compete:

II – assistir o Advogado-Geral da União na representação judicial, perante o Supremo Tribunal Federal, dos Ministros de Estado e do Presidente da República, ressalvadas as informações deste último em mandados de segurança e injunção;

#### 486. CESPE - Adv (AGU)/AGU/2015

Na hipótese de haver controvérsia extrajudicial entre um órgão municipal e uma autarquia federal, poderá a questão ser dirimida, por meio de conciliação, pela Câmara de Conciliação e Arbitragem da Administração Federal.

#### Comentários

Gabarito: Certo.

Esta questão é respondida com **A LETRA DA LEI. Organização da administração. Câmara de conciliação e Arbitragem da Administração Federal.**

Decreto 7.392/2010:

Art. 18. A Câmara de Conciliação e Arbitragem da Administração Federal compete:

III – dirimir, por meio de conciliação, as controvérsias entre órgãos e entidades da Administração Pública Federal, bem como entre esses e a Administração Pública dos Estados, do Distrito Federal, e dos Municípios;

#### 487. CESPE - Adv (AGU)/AGU/2015

Para prevenir litígios nas hipóteses que envolvam interesse público da União, pode o AGU autorizar a assinatura de termo de ajustamento de conduta pela administração pública federal, o qual deve conter, entre outros requisitos, a previsão de multa ou sanção administrativa para o caso de seu descumprimento.

#### Comentários

Gabarito: Certo.

Esta questão é respondida com **A LETRA DA LEI. Organização da administração. Atribuições do Advogado-Geral da União.**

Decreto 7.392/2010

Art. 36. São atribuições do Advogado-Geral da União, órgão mais elevado de assessoramento jurídico do Poder Executivo:

XIV – autorizar a assinatura de termo de ajustamento de conduta pela Administração Pública Federal;

A Lei 9.469/97



Art. 4o-A. O termo de ajustamento de conduta, para prevenir ou terminar litígios, nas hipóteses que envolvam interesse público da União, suas autarquias e fundações, firmado pela Advocacia-Geral da União, deverá conter:

I – a descrição das obrigações assumidas;

II – o prazo e o modo para o cumprimento das obrigações;

III – a forma de fiscalização da sua observância;

IV – os fundamentos de fato e de direito; e

V – a previsão de multa ou de sanção administrativa, no caso de seu descumprimento

#### 488. CESPE - Adv (AGU)/AGU/2015

A Lei n.º 12.618/2012, que instituiu o regime de previdência complementar dos servidores públicos federais, prevê como beneficiários apenas os servidores públicos de cargo efetivo, excluindo do seu alcance, por conseguinte, os servidores ocupantes de cargos comissionados.

### Comentários

Gabarito: Certo.

Esta questão é respondida com **A LETRA DA LEI. Servidores públicos. Regime de previdência.**

A lei 12.618/2012:

Art. 2o Para os efeitos desta Lei, entende-se por:

II – participante: o servidor público titular de cargo efetivo da União, inclusive o membro do Poder Judiciário, do Ministério Público e do Tribunal de Contas da União, que aderir aos planos de benefícios administrados pelas entidades a que se refere o art. 4o desta Lei;

## 4.9 – ANÁLISE PROVA PGM SALVADOR 2015

#### 489. CESPE - Proc Mun (Salvador)/Pref Salvador/2015

A respeito da revogação de ato administrativo, assinale a opção correta.

- Revogação é instrumento jurídico utilizado pela administração pública para suspender temporariamente a validade de um ato administrativo por motivos puramente discricionários.
- A prerrogativa de invalidar ato administrativo é da própria administração pública, ao passo que a de revogá-lo é do Poder Judiciário, em decisão referente a caso concreto que lhe seja apresentado.
- Se ficar constatado que determinado ato administrativo contém vício de legalidade, a administração pública deverá promover a sua revogação.



d) Em geral, a revogação do ato administrativo produz efeitos ex tunc, mas, em determinadas situações, pode ela ter efeitos ex nunc.

**e) Caso haja a revogação de ato administrativo revogador, não poderão ser aproveitados os efeitos produzidos no período em que vigorava o primeiro ato revogador.**

### Comentários

Esta questão é respondida com [A DOCTRINA. Atos administrativos. Revogação.](#)

É o fenômeno conhecido como repristinação, a doutrina nega que possa acontecer, uma vez que os efeitos do ato revogatório são “ex nunc”, ou seja, só produzem efeitos futuros, não podendo desta forma o ato administrativo revogador atingir eventos passados, no caso em concreto, o ato administrativo revogado.

#### 490. CESPE - Proc Mun (Salvador)/Pref Salvador/2015

Assinale a opção correta relativamente a bens públicos.

**a) No caso de desapropriação cujo objetivo seja o repasse dos bens a terceiros, os bens desapropriados manterão sua condição de bens públicos enquanto não se der a sua transferência aos beneficiados.**

b) O uso privativo, ou uso especial privado, consiste no direito de utilização de bens públicos outorgado pela administração tão somente para determinadas pessoas jurídicas, mediante instrumento jurídico próprio para tal finalidade.

c) Por meio da permissão de uso, a administração permite que determinada pessoa utilize de forma privativa um bem público, atendendo assim a interesse exclusivamente privado.

d) É inadmissível a doação de bens públicos, mesmo em caráter excepcional, dada a indisponibilidade desses bens em nome do interesse público.

e) Quanto à destinação, os bens públicos classificam-se em bens de uso comum do povo, bens de uso especial e bens dominicais, sendo definidos como bens de uso comum do povo aqueles que se destinem a utilização específica pelos indivíduos.

### Comentários

Esta questão é respondida com [A DOCTRINA. Bens públicos. Repasse dos bens a terceiros.](#)

A natureza jurídica de bem público será mantida até a posterior transferência, ficando o bem com a titularidade do ente público que desapropriou.

#### 491. CESPE - Proc Mun (Salvador)/Pref Salvador/2015



Com relação à perda de cargo público por excesso de despesa, conforme previsto na Lei n.º 9.801/1999, assinale a opção correta.

- a) Quando houver necessidade de corte dos gastos públicos que exija exoneração de servidores estáveis, também os que exerçam atividade exclusiva de Estado podem ser atingidos, conforme as mesmas regras aplicáveis aos demais.
- b) A exoneração de servidor público estável, se necessária, não gerará direito a indenização, pois o desligamento visa obter redução dos custos da máquina pública e não produzir mais despesas.
- c) Um dos critérios utilizados para selecionar o servidor público estável a ser exonerado é o tempo de serviço, devendo ser preferencialmente exonerado aquele que tiver maior tempo de serviço público.
- d) Os cargos vagos por conta da dispensa de servidores estáveis serão declarados extintos, sendo vedada a criação de cargos, empregos ou funções de atribuições iguais ou assemelhadas pelo período de quatro anos.**
- e) A exoneração de servidor público estável pode ser efetuada mesmo que não esteja delimitada a economia de recursos que as exonerações irão proporcionar, visto que toda exoneração gera como consequência a diminuição da despesa.

### Comentários

Esta questão é respondida com **A LETRA DA LEI. Servidores públicos. Perda de cargo público.**

*LEI Nº 9.801, DE 14 DE JUNHO DE 1999.*

*Art. 4º Os cargos vagos em decorrência da dispensa de servidores estáveis de que trata esta Lei serão declarados extintos, sendo vedada a criação de cargo, emprego ou função com atribuições iguais ou assemelhadas pelo prazo de quatro anos.*

### 492. CESPE - Proc Mun (Salvador)/Pref Salvador/2015

Assinale a opção correta de acordo com as disposições previstas na LC n.º 1/1991.

- a) É lícita a acumulação de cargo público com outra função pública, desde que esta não seja remunerada.**
- b) Uma vez comprovada a acumulação ilegal de cargos públicos por meio de processo administrativo regular, ao servidor será imposta a penalidade de demissão do segundo cargo ocupado.
- c) A proibição de acumular cargos públicos não se estende aos empregos em empresas públicas e em sociedades de economia mista da União, do DF, dos estados, dos territórios e dos municípios.
- d) A comprovação de acumulação de cargos públicos vedada em lei não implicará a devolução de verbas percebidas indevidamente, mesmo que seja comprovada a má-fé do servidor.



e) A acumulação de cargos, ainda que lícita, não poderá exceder a carga horária semanal máxima de sessenta horas.

### Comentários

Esta questão é respondida com [A LETRA DA LEI LOCAL. Servidor público. Acumulação de cargo público.](#)

*LEI COMPLEMENTAR Nº 1, DE 15 DE MARÇO DE 1991.*

*Art. 162 Ressalvados os casos previstos na Constituição Federal, é vedada a acumulação remunerada de cargos, empregos ou funções públicas.*

*§ 1º A proibição de acumular estende-se a cargos, empregos e funções em autarquias, fundações públicas, empresas públicas e sociedades de economia mista da União, do Distrito Federal, dos Estados, dos Territórios e dos Municípios.*

*§ 2º A acumulação de cargos, ainda que lícita, fica condicionada à comprovação da compatibilidade de horários.*

#### 493. CESPE - Proc Mun (Salvador)/Pref Salvador/2015

À luz do disposto na CF, assinale a opção correta a respeito do servidor público.

a) Excluídas as autarquias e as fundações, assegura-se, aos servidores titulares de cargos efetivos dos municípios, dos estados, do DF e da União, regime de previdência de caráter contributivo e solidário por meio de contribuição do respectivo ente público, dos servidores ativos e inativos e dos pensionistas, com a observância de critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial.

b) Desde que instituíam regime de previdência complementar para os servidores titulares de cargos efetivos, os municípios, os estados, o DF e a União poderão fixar como valor para as respectivas aposentadorias e pensões o limite mínimo estabelecido para os benefícios do RGPS.

**c) Os municípios, os estados, o DF e a União disciplinarão, nos termos de lei, editada por cada um deles, a aplicação de recursos orçamentários resultantes da economia com despesas correntes em cada órgão, autarquia e fundação, para desenvolvimento de programas de qualidade e produtividade, entre outros fins.**

d) Poderá ser aplicado o RGPS ao servidor ocupante exclusivamente de cargo em comissão, assim declarado em lei, de livre nomeação e exoneração, bem como ao ocupante de emprego público ou de outro cargo temporário.

e) A CF estabelece que membros de poder, detentores de mandato eletivo, ministros de Estado e secretários estaduais e municipais serão remunerados por subsídios fixados em parcela única, sendo permitido o pagamento de verba de representação.

### Comentários

Esta questão é respondida com [A CF/1988. Servidores públicos. Programas de qualidade e produtividade.](#)



*Art. 39, § 7º Lei da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios disciplinará a aplicação de recursos orçamentários provenientes da economia com despesas correntes em cada órgão, autarquia e fundação, para aplicação no desenvolvimento de programas de qualidade e produtividade, treinamento e desenvolvimento, modernização, reaparelhamento e racionalização do serviço público, inclusive sob a forma de adicional ou prêmio de produtividade.*

#### 494. CESPE - Proc Mun (Salvador)/Pref Salvador/2015

Assinale a opção correta de acordo com o disposto na Lei de Improbidade Administrativa.

- a) Se alguém que causou lesão ao patrimônio público vier a falecer, seu sucessor ficará sujeito às cominações da Lei de Improbidade Administrativa até o limite do valor da herança.**
- b) Caso seja iniciada ação judicial por improbidade, o juiz deverá extinguir o processo com julgamento de mérito se verificar a inadequação da ação em qualquer fase do processo.
- c) O juiz que determinar o afastamento de agente público do exercício do cargo, emprego ou função poderá ordenar a suspensão da remuneração recebida por esse agente na tentativa de evitar maior prejuízo aos cofres públicos.
- d) O agente público que se recusar a apresentar declaração dos seus bens dentro do prazo determinado deverá ser punido com suspensão, sem prejuízo de outras sanções cabíveis.
- e) Considera-se ato de improbidade que causa prejuízo ao erário o recebimento de vantagem econômica para promover a intermediação da liberação de verba pública de qualquer natureza.

### Comentários

Esta questão é respondida com **A LETRA DA LEI. Improbidade administrativa. Sucessão.**

*Lei 8.429/92 - Art. 8º O sucessor daquele que causar lesão ao patrimônio público ou se enriquecer ilícitamente está sujeito às cominações desta lei até o limite do valor da herança.*

#### 495. CESPE - Proc Mun (Salvador)/Pref Salvador/2015

Com base no disposto na Lei n.º 9.784/1999, assinale a opção correta acerca dos processos administrativos no âmbito federal.

- a) No processo administrativo, os prazos começam a fluir da data da ciência oficial, excluindo-se da contagem o dia do começo e o do vencimento.
- b) No caso de ser obrigatória a emissão de parecer vinculante, não sendo ele emitido no prazo de quinze dias, o processo não terá seguimento até a apresentação desse parecer, salvo norma especial ou comprovada necessidade de maior prazo.**



- c) Caso o interessado desista totalmente de pedido formulado perante a administração, ficará prejudicado o andamento do processo, não sendo possível que a administração determine seu prosseguimento.
- d) Os critérios que serão observados nos processos administrativos incluem a subjetividade no atendimento do interesse público, que veda a promoção de pessoal, de agentes ou de autoridades.
- e) Devido à informalidade que permeia o processo administrativo, nele as provas ilícitas podem ser aceitas.

## Comentários

Gabarito: B

Esta questão é respondida com [A LETRA DA LEI. Processo administrativo federal e local. Pareceres.](#)

*Lei 9.784/99 - Art. 42. Quando deva ser obrigatoriamente ouvido um órgão consultivo, o parecer deverá ser emitido no prazo máximo de quinze dias, salvo norma especial ou comprovada necessidade de maior prazo.*

*§ 1o Se um parecer obrigatório e vinculante deixar de ser emitido no prazo fixado, o processo não terá seguimento até a respectiva apresentação, responsabilizando-se quem der causa ao atraso.*

*§ 2o Se um parecer obrigatório e não vinculante deixar de ser emitido no prazo fixado, o processo poderá ter prosseguimento e ser decidido com sua dispensa, sem prejuízo da responsabilidade de quem se omitiu no atendimento.*

### 496. CESPE - Proc Mun (Salvador)/Pref Salvador/2015

Com base no disposto na Lei de Licitações, assinale a opção correta.

- a) Para os fins da lei em apreço, considera-se execução indireta aquela que é promovida por órgãos da administração pública indireta.
- b) Ressalvados os casos de inexigibilidade de licitação, os contratos para a prestação de serviços técnicos profissionais especializados deverão, preferencialmente, ser celebrados mediante a realização de concorrência.
- c) É dispensável a licitação para aquisição de equipamentos que só possam ser fornecidos por representante comercial exclusivo, mediante comprovação de exclusividade feita nos termos legais.
- d) No tocante à documentação relativa a qualificação técnica, deve ser sempre admitida a comprovação de aptidão mediante certidões ou atestados de obras ou serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior.**
- e) É criminosa a conduta adotada para facilitar, injustamente, a inscrição de qualquer interessado nos registros cadastrais ou promover indevidamente a alteração, a suspensão ou o cancelamento de registro do inscrito.



## Comentários

Esta questão é respondida com [A LETRA DA LEI. Licitação. Qualificação técnica.](#)

*Art. 30. A documentação relativa à qualificação técnica limitar-se-á a:*

*§ 3º Será sempre admitida a comprovação de aptidão através de certidões ou atestados de obras ou serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior.*

### 497. CESPE - Proc Mun (Salvador)/Pref Salvador/2015

Assinale a opção correta no que se refere a contrato administrativo.

a) Nos contratos celebrados pela administração, o foro competente para dirimir qualquer questão contratual é o do contratado.

**b) Caso o contrato contenha vício de legalidade, como a ausência de algum dos requisitos de validade dos atos administrativos em geral, deverá ser promovida a sua invalidação, ou anulação, e não a sua revogação.**

c) O contrato administrativo pode ter o seu equilíbrio quebrado em virtude de o Estado praticar ato ilícito que lhe modifique as condições, de modo a provocar prejuízo ao contratado. Nessa situação, fica caracterizado o denominado fato do príncipe.

d) O direito a revisão depende de previsão expressa no contrato, sendo insuficiente para a sua concessão a demonstração da existência de fato superveniente que tenha causado desequilíbrio econômico-financeiro no ajuste.

e) Devido à natureza personalíssima do contrato administrativo, não se admite subcontratação de partes de obra ou serviço contratado pelo poder público.

## Comentários

Esta questão é respondida com [A LETRA DA LEI. Contrato administrativo. Anulação.](#)

*Lei 9.784/99 - Art. 53. A Administração deve anular seus próprios atos, quando eivados de vício de legalidade, e pode revogá-los por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos.*

### **Súmula 473 - STF**

A administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial.

### 498. CESPE - Proc Mun (Salvador)/Pref Salvador/2015

Considerando que o município de Salvador tenha decidido licitar a construção de uma creche municipal em local de propriedade privada, assinale a opção correta acerca do instrumento convocatório e do processo licitatório em si à luz da Lei n.º 4.484/1992.



- a) Será válida a inserção, no edital, de cláusula de preferência a competidores com domicílio no município de Salvador.
- b) A irregularidade fiscal do licitante com a fazenda pública federal não impedirá a contratação deste pelo município.
- c) A obra não poderá ser licitada sem que haja a prévia formulação de seu projeto básico, aprovado pela autoridade competente.**
- d) Não há óbice à contratação de empresa da qual o autor do projeto básico seja subcontratado.
- e) O processo licitatório em questão independerá de prévia edição de decreto expropriatório.

### Comentários

Esta questão é respondida com **A LETRA DA LEI LOCAL. Licitação. Requisitos.**

*Lei 4484/92 | Lei nº 4484 de 08 de janeiro de 1992*

*Art. 5º - Nenhuma obra ou serviço será licitado ou contratados, sob pena de nulidades dos atos e da responsabilidade de quem lhes dar causa, sem atendimento dos seguintes requisitos:*

*IV - existência de projeto executivo ou, pelo menos, projeto básico, aprovado pela autoridade competente;*

## 4.10 – ANÁLISE PROVA PGE BA 2014

### 499. CESPE - Proc (PGE BA)/PGE BA/2014

Acerca do regime jurídico-administrativo e dos princípios jurídicos que amparam a administração pública, julgue o item seguinte.

O atendimento ao princípio da eficiência administrativa autoriza a atuação de servidor público em desconformidade com a regra legal, desde que haja a comprovação do atingimento da eficácia na prestação do serviço público correspondente.

### Comentários

Gabarito: Errado

Esta questão é respondida com **A DOCTRINA. Princípios e poderes da administração. Princípio da eficiência administrativa.**

*Agora, o princípio da legalidade deve ficar resguardado, porque a eficácia que a Constituição propõe é sempre suscetível de ser alcançada conforme o ordenamento jurídico, e em nenhum caso ludibriando este último, que haverá de ser modificado quando sua inadequação às necessidades presentes constitua um obstáculo para a gestão eficaz dos interesses gerais, porém nunca poderá se justificar a atuação administrativa contrária ao direito, por mais que possa ser elogiado em termos de pura eficiência. (Jesus Leguina Villa, 1995:637 in PIETRO, Maria Sylvia Zanella Di, Direito Administrativo, 2018)*



Vale dizer que a eficiência é princípio que se soma aos demais princípios impostos à Administração, não podendo sobrepor-se a nenhum deles, especialmente ao da legalidade, sob pena de sérios riscos à segurança jurídica e ao próprio Estado de Direito. (Maria Sylvia Zanella Di Pietro, 2018).

#### 500. CESPE - Proc (PGE BA)/PGE BA/2014

Acerca do regime jurídico-administrativo e dos princípios jurídicos que amparam a administração pública, julgue o item seguinte.

Suponha que o governador de determinado estado tenha atribuído o nome de Nelson Mandela, ex-presidente da África do Sul, a escola pública estadual construída com recursos financeiros repassados mediante convênio com a União. Nesse caso, há violação do princípio da impessoalidade, dada a existência de proibição constitucional à publicidade de obras com nomes de autoridades públicas.

#### Comentários

Gabarito: Errado

Esta questão é respondida com [A LETRA DA LEI LOCAL. Princípios e poderes da administração. Princípio da impessoalidade.](#)

Constituição do Estado da Bahia - Art. 21 - Fica vedada, no território do Estado, a utilização de nome, sobrenome ou cognome de **peçoas vivas**, nacionais ou estrangeiras, para denominar as cidades, localidades, artérias, logradouros, prédios e equipamentos públicos de qualquer natureza.

#### 501. CESPE - Proc (PGE BA)/PGE BA/2014

No que se refere aos atos administrativos, julgue o item subsequente.

Incorre em vício de forma a edição, pelo chefe do Executivo, de portaria por meio da qual se declare de utilidade pública um imóvel, para fins de desapropriação, quando a lei exigir decreto.

#### Comentários

Gabarito: Certo

Esta questão é respondida com [A LETRA DA LEI. Intervenção do estado na propriedade. Desapropriação.](#)

Dec-Lei 3.365/41 - Art. 6o A declaração de utilidade pública **far-se-á por decreto** do Presidente da República, Governador, Interventor ou Prefeito.

#### 502. CESPE - Proc (PGE BA)/PGE BA/2014

No que se refere aos atos administrativos, julgue o item subsequente.



O ato de exoneração do ocupante de cargo em comissão deve ser fundamentado, sob pena de invalidade por violação do elemento obrigatório a todo ato administrativo: o motivo.

## Comentários

Gabarito: Errado

Esta questão é respondida com [A JURISPRUDÊNCIA. Atos administrativos. Ato de exoneração de ocupante de cargo em comissão.](#)

TRF-4 - APELAÇÃO CIVEL AC 1622 RS 2003.71.09.001622-6 (TRF-4)

Data de publicação: 15/12/2008

Ementa: ADMINISTRATIVO E CONSTITUCIONAL. PROCURADOR-SECCIONAL DA FAZENDA NACIONAL. CARGO EM COMISSÃO, CÓDIGO DAS-101.2. EXONERAÇÃO REALIZADA PELO PROCURADOR-GERAL DA FAZENDA NACIONAL EM EXERCÍCIO. COMPETÊNCIA. ATO DISCRICIONÁRIO. MOTIVAÇÃO INEXISTENTE. NÃO OCORRÊNCIA. 1. O ato de exoneração do apelante, que exercia o Cargo em Comissão de Procurador-Seccional da Fazenda Nacional em Bagé, RS, foi praticado pela autoridade (Procurador-Geral Adjunto) substituta do Procurador-Geral da Fazenda Nacional. Consoante o disposto no art. 38, § 1º, da Lei nº 8.112 /90, tal substituição ocorre não apenas nos casos de impedimento ou afastamento, mas também na hipótese de vacância. 2. Não há vício de origem no ato que designou o Procurador-Geral Adjunto para substituir o Procurador-Geral da Fazenda Nacional, uma vez que o Presidente da República, nos termos do art. 84, parágrafo único, da Constituição Federal, pode delegar aos Ministros de Estado o provimento de cargos públicos federais. Na hipótese dos autos, a referida delegação se deu por meio do Decreto nº 4.579 /03. 3. **A exoneração dos ocupantes de cargo em comissão não necessita ser fundamentada, pois se trata de ato discricionário. Porém, se existente a motivação, a validade do ato fica a ela vinculada, de modo que, se inexistentes ou falsos os motivos que levaram à exoneração, tal ato revela-se nulo.** 4. O recorrente foi exonerado do Cargo em Comissão de Procurador-Seccional da Fazenda Nacional com fundamento no art. 66 da LC nº 73 /93, dispositivo que não abrange o aludido cargo. Porém, como era o único Procurador-Seccional no Município de Bagé, a ele competia as atribuições de Procurador-Chefe, nos termos do art. 14 do Decreto-lei nº 147 /67 (Lei Orgânica da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional). Assim, correta a motivação do ato de exoneração. 5. Apelação improvida.

### 503. CESPE - Proc (PGE BA)/PGE BA/2014

No que se refere aos atos administrativos, julgue o item subsequente.



Os atos enunciativos, como as certidões, por adquirirem os seus efeitos por lei, e não pela atuação administrativa, não são passíveis de revogação, ainda que por razões de conveniência e oportunidade.

## Comentários

Gabarito: Certo

Esta questão é respondida com [A DOCTRINA. Atos administrativos. Atos enunciativos.](#)

Pelo fato de os atos enunciativos não produzirem efeitos, estes não poderão ser revogados, mas poderão ser anulados caso exista um eventual vício de legalidade.

*São atos enunciativos as certidões, atestados, informações, pareceres, vistos. Encerram juízo, conhecimento ou opinião e não manifestação de vontade produtora de efeitos jurídicos. (Maria Sylvia Zanella Di Pietro).*

### 504. CESPE - Proc (PGE BA)/PGE BA/2014

Em relação aos poderes administrativos, julgue o item subsecutivo.

Ao secretário estadual de finanças é permitido delegar, por razões técnicas e econômicas e com fundamento no seu poder hierárquico, parte de sua competência a presidente de empresa pública, desde que o faça por meio de portaria.

## Comentários

Gabarito: Errado

Esta questão é respondida com [A DOCTRINA. Princípios e Poderes da administração. Delegação.](#)

Não existe poder hierárquico entre a Administração Direta e a Indireta, apenas existe uma vinculação administrativa, sendo o controle decorrente desta vinculação apenas finalístico, eis o erro da questão.

No artigo 12 da Lei 9.784/99 resta evidente este entendimento, uma vez que é permitida a delegação de competência apenas entre órgãos e titulares.

*Lei 9.784/99 - Art. 12. **Um órgão administrativo e seu titular poderão**, se não houver impedimento legal, delegar parte da sua competência a outros órgãos ou titulares, **ainda que estes não lhe sejam hierarquicamente subordinados**, quando for conveniente, em razão de circunstâncias de índole técnica, social, econômica, jurídica ou territorial.*

### 505. CESPE - Proc (PGE BA)/PGE BA/2014

Em relação aos poderes administrativos, julgue o item subsecutivo.

A aplicação das penas de perda da função pública e de ressarcimento integral do dano em virtude da prática de ato de improbidade administrativa situa-se no âmbito do poder disciplinar da administração pública.

## Comentários



Gabarito: Errado

Esta questão é respondida com **A DOCTRINA. Princípios e Poderes da administração. Poder Disciplinar.**

Trata-se, no âmbito das penas de perda da função pública, de poder punitivo do Estado, efetuada através de sentença transitada em julgado conforme o artigo 20, da Lei 8.429/92, vejamos:

*Art. 20. A perda da função pública e a suspensão dos direitos políticos só **se efetivam com o trânsito em julgado da sentença condenatória.***

Já o poder disciplinar, permite à Administração apurar e aplicar eventuais penalidades de cunho administrativo aos seus servidores e a todas as pessoas sujeitas à disciplina interna do Poder público.

#### 506. CESPE - Proc (PGE BA)/PGE BA/2014

Em relação aos poderes administrativos, julgue o item subsecutivo.

Constitui exemplo de poder de polícia a interdição de restaurante pela autoridade administrativa de vigilância sanitária.

#### Comentários

Gabarito: Certo

Esta questão é respondida com **A LETRA DA LEI. Princípios e Poderes da administração. Poder de polícia.**

*CTN - Art. 78. Considera-se poder de polícia atividade da administração pública que, limitando ou disciplinando direito, interesse ou liberdade, regula a prática de ato ou abstenção de fato, em razão de interesse público concernente à segurança, **à higiene**, à ordem, aos costumes, à disciplina da produção e do mercado, ao exercício de atividades econômicas dependentes de concessão ou autorização do Poder Público, à tranqüilidade pública ou ao respeito à propriedade e aos direitos individuais ou coletivos. (Redação dada pelo Ato Complementar nº 31, de 1966)*

#### 507. CESPE - Proc (PGE BA)/PGE BA/2014

Acerca do regime jurídico-administrativo e dos princípios jurídicos que amparam a administração pública, julgue o item seguinte.

Suponha que, em razão de antiga inimizade política, o prefeito do município X desaproprie área que pertencia a Cleide, alegando interesse social na construção de uma escola de primeiro grau. Nessa situação hipotética, a conduta do prefeito caracteriza desvio de poder.

#### Comentários

Gabarito: Certo



Esta questão é respondida com **A DOCTRINA. Princípios e Poderes da administração. Desvio de poder.**

*Trata-se do desvio de poder ou desvio de finalidade, definido pela Lei n o 4.717/65 como aquele que se verifica quando "o agente pratica o ato visando a fim diverso daquele previsto, explícita ou implicitamente, na regra de competência" (art. 2 o , parágrafo único, e).*

*Mais uma vez, o conceito legal está incompleto. Visto que a finalidade pode ter duplo sentido (amplo e restrito), pode-se dizer que ocorre o desvio de poder quando o agente pratica o ato com inobservância do interesse público ou com objetivo diverso daquele previsto explícita ou implicitamente na lei. O agente desvia-se ou afasta-se da finalidade que deveria atingir para alcançar resultado diverso, não amparado pela lei. (Maria Sylvia Zanella Di Pietro, 2018)*

### 508. CESPE - Proc (PGE BA)/PGE BA/2014

Considerando a necessidade de melhorar a organização da administração pública estadual, o governador da Bahia resolveu criar autarquia para atuar no serviço público de educação e empresa pública para explorar atividade econômica.

Com base nessa situação hipotética, julgue o item que se segue.

Observados os princípios da administração pública, a empresa pública pode ter regime específico de contratos e licitações, sujeitando-se os atos abusivos praticados no âmbito de tais procedimentos licitatórios ao controle por meio de mandado de segurança.

### Comentários

Gabarito: Certo

Esta questão é respondida com **A CF/1988. Organização da administração. Licitações nas empresas públicas e sociedades de economia mista.**

*Art. 173. Ressalvados os casos previstos nesta Constituição, a exploração direta de atividade econômica pelo Estado só será permitida quando necessária aos imperativos da segurança nacional ou a relevante interesse coletivo, conforme definidos em lei.*

*§ 1º A lei estabelecerá o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias que explorem atividade econômica de produção ou comercialização de bens ou de prestação de serviços, dispondo sobre:*

*III - licitação e contratação de obras, serviços, compras e alienações, observados os princípios da administração pública;*

**STJ Súmula nº 333:** Cabe **mandado de segurança** contra ato praticado em licitação promovida por sociedade de economia mista ou empresa pública.

### 509. CESPE - Proc (PGE BA)/PGE BA/2014



Considerando a necessidade de melhorar a organização da administração pública estadual, o governador da Bahia resolveu criar autarquia para atuar no serviço público de educação e empresa pública para explorar atividade econômica.

Com base nessa situação hipotética, julgue o item que se segue.

Desde que presentes a relevância e urgência da matéria, a criação da autarquia pode ser autorizada por medida provisória, devendo, nesse caso, ser providenciado o registro do ato constitutivo na junta comercial competente.

## Comentários

Gabarito: Errado

Esta questão é respondida com [A CF/1988. Organização da administração. Autarquias.](#)

Art. 37 - CF - XIX – somente por **lei específica** poderá ser **criada autarquia** e autorizada a instituição de empresa pública, de sociedade de economia mista e de fundação, cabendo à lei complementar, neste último caso, definir as áreas de sua atuação;



CURIOSIDADE

### **Notícias STF**

Quarta-feira, 07 de março de 2012

*STF mantém Instituto Chico Mendes, mas dá dois anos para Congresso editar nova lei sobre a autarquia*

*O Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) declarou a inconstitucionalidade da Lei 11.516/2007, que criou o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), mas deu um prazo de dois anos para que o Congresso Nacional edite nova lei para garantir a continuidade da autarquia. A decisão foi tomada no julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 4029, ajuizada na Corte pela Associação Nacional dos Servidores do Ibama. Até lá, o instituto segue funcionando.*

*Os ministros entenderam **que a tramitação da Medida Provisória 366/2007, que deu origem à Lei 11.516/2007, não respeitou a tramitação legislativa prevista na Constituição Federal.***

*Para a autora da ADI, a norma seria formalmente inconstitucional, **uma vez que o ICMBio foi criado a partir de uma Medida Provisória do governo convertida na lei questionada, sem ter sido apreciada por uma comissão mista de deputados e senadores**, como prevê a Constituição Federal em seu artigo 62, parágrafo 9º. A MP, diz a associação, foi convertida em lei com a emissão de parecer individual do relator, sem manifestação da comissão.*

*Além disso, a matéria não possuiria as características de urgência e relevância a justificar a edição de medida provisória, ressalta a ação.<sup>14</sup>*

<sup>14</sup> <http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=202057>



### 510. CESPE - Proc (PGE BA)/PGE BA/2014

Suponha que viatura da polícia civil colida com veículo particular que tenha ultrapassado cruzamento no sinal vermelho e o fato ocasione sérios danos à saúde do condutor do veículo particular.

Considerando essa situação hipotética e a responsabilidade civil da administração pública, julgue os itens subseqüentes.

No caso, a ação de indenização por danos materiais contra o Estado prescreverá em vinte anos.

#### Comentários

Gabarito: Errado

Esta questão é respondida com **A LETRA DA LEI. Responsabilidade civil do estado e Prescrição. Ação de indenização por danos materiais contra o Estado.**

*Decreto 20.910/32 - Art. 1º As dívidas passivas da União, dos Estados e dos Municípios, bem assim todo e qualquer direito ou ação contra a Fazenda federal, estadual ou municipal, seja qual for a sua natureza, prescrevem em cinco anos contados da data do ato ou fato do qual se originarem.*

*Código Civil - Art. 206. Prescreve:*

*§ 3º Em três anos:*

*V - a pretensão de reparação civil;*

" O prazo Prescricional aplicável às ações de indenização contra a FAZenda Pública é de 5 anos, conforme previsto no Decreto 20.910/32, e não de três anos (regra do Código Civil), por se tratar de norma especial, que prevalece sobre norma geral."

STJ, 1ª Seção. REsp 1.251.993-PR, Rel. Min. Mauro Campbell, julgado em 12/12/2012.

### 511. CESPE - Proc (PGE BA)/PGE BA/2014

Suponha que viatura da polícia civil colida com veículo particular que tenha ultrapassado cruzamento no sinal vermelho e o fato ocasione sérios danos à saúde do condutor do veículo particular. Considerando essa situação hipotética e a responsabilidade civil da administração pública, julgue o item subseqüente.

Sendo a culpa exclusiva da vítima, não se configura a responsabilidade civil do Estado, que é objetiva e embasada na teoria do risco administrativo.

#### Comentários

Gabarito: Certo



Esta questão é respondida com **A DOCTRINA. Responsabilidade civil do Estado e prescrição. Teoria do risco administrativo.**

Correta a assertiva, uma vez que a responsabilidade civil do Estado elencada no artigo 37, §6º da CF/88, estabelece que será objetiva. Isto significa que a vítima do evento danoso não deverá comprovar culpa ou dolo por parte do agente público, que nessa qualidade provocou o dano, apenas deverá comprovar a conduta estatal e o nexo de causalidade entre a conduta e o dano que sofreu.

A responsabilidade civil do Estado está baseada na ideia de repartição equitativa do ônus e dos encargos públicos entre toda a sociedade, não devendo onerar ao Estado quando, por exemplo, existir culpa exclusiva da vítima como no caso em comento, uma vez que o Estado não deverá responder caso não provocar o evento danoso, portanto, correta a questão trazida pelo CESPE.

#### 512. CESPE - Proc (PGE BA)/PGE BA/2014

Em relação aos bens públicos, julgue o item seguinte.

Para a utilização de espaço de prédio de autarquia para o funcionamento de restaurante que atenda aos servidores públicos, é obrigatória a realização de licitação e a autorização de uso de bem público.

#### Comentários

Gabarito: Errado

Esta questão é respondida com **A DOCTRINA. Bens públicos. Concessão de uso.**

Trata-se de hipótese de concessão de bem público e não de autorização, eis o erro da questão.

*Concessão de uso é o contrato administrativo pelo qual o Poder Público confere a pessoa determinada o uso privativo de bem público, independentemente do maior ou menor interesse público da pessoa concedente. (José dos Santos Carvalho Filho, 2018)*

*Concessão de uso é o contrato administrativo pelo qual a Administração Pública faculta ao particular a utilização privativa de bem público, para que a exerça conforme a sua destinação.*

*Sua natureza é a de contrato de direito público, sinalagmático, oneroso ou gratuito, comutativo e realizado intuitu personae. (Maria Sylvia Zanella Di Pietro, 2018).*

#### 513. CESPE - Proc (PGE BA)/PGE BA/2014

Acerca do regime jurídico-administrativo e dos princípios jurídicos que amparam a administração pública, julgue o item seguinte.

De acordo com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF), a administração pública está obrigada a nomear candidato aprovado em concurso público dentro do



número de vagas previsto no edital do certame, ressalvadas situações excepcionais dotadas das características de superveniência, imprevisibilidade e necessidade.

### Comentários

Gabarito: Certo

Esta questão é respondida com [A JURISPRUDÊNCIA. Servidores públicos. Nomeação.](#)

#### **Informativo 636 do STF**

Quando se afirma que a Administração Pública tem a obrigação de nomear os aprovados dentro do número de vagas previsto no edital, **deve-se levar em consideração a possibilidade de situações excepcionalíssimas que justifiquem soluções diferenciadas, devidamente motivadas de acordo com o interesse público.** Não se pode ignorar que determinadas situações excepcionais podem exigir a recusa da Administração Pública de nomear novos servidores.

#### **514. CESPE - Proc (PGE BA)/PGE BA/2014**

Acerca do regime jurídico-administrativo e dos princípios jurídicos que amparam a administração pública, julgue o item seguinte.

A prerrogativa de presunção de veracidade dos atos da administração pública autoriza a aplicação de penalidade disciplinar a servidor público com base na regra da verdade sabida.

### Comentários

Gabarito: Errado

Esta questão é respondida com [A DOUTRINA. Princípios e poderes da administração. Princípio da verdade sabida.](#)

Tal princípio não encontra amparo com a redação da Constituição Federal de 1988, uma vez que aos litigantes, em processo judicial ou administrativo e a qualquer acusado, será sempre assegurado o contraditório e a ampla defesa. Por outro lado, o poder disciplinar não permite a aplicação de sanção sem um prévio processo administrativo, podendo ser tando sindicância como processo administrativo disciplinar.

*Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:*

*LV - aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral são **assegurados o contraditório e ampla defesa**, com os meios e recursos a ela inerentes.*

#### **515. CESPE - Proc (PGE BA)/PGE BA/2014**

No que concerne às regras aplicáveis aos servidores públicos estaduais da Bahia, estabelecidas na Lei n.º 6.677/1994, julgue o item abaixo.



Para obter licença para tratamento de saúde, o servidor deve submeter-se a inspeção médica, que poderá ser feita por médico do Sistema Único de Saúde (SUS) ou do setor de assistência médica estadual, caso o prazo da licença seja inferior a quinze dias.

### Comentários

Gabarito: Anulada

Esta questão é respondida com [A LETRA DA LEI LOCAL. Servidor público. Licenças.](#)

*LEI Nº 6.677 DE 26 DE SETEMBRO DE 1994*

*Art. 146 - Para licença até 15 (quinze) dias, a inspeção poderá ser feita por médico do Sistema Unificado de Saúde ou do setor de assistência médica estadual e, por prazo superior, por junta médica oficial.*

*§ 1º - Sempre que necessário, a inspeção médica será realizada na residência do servidor ou no estabelecimento hospitalar onde ele se encontrar internado.*

*§ 2º - Inexistindo médico oficial no local onde se encontrar o servidor, será aceito atestado fornecido por médico particular.*

#### 516. CESPE - Proc (PGE BA)/PGE BA/2014

Com relação ao processo administrativo, regulamentado na Lei Estadual n.º 12.209/2011, julgue o item que se segue.

Não cabe revisão dos processos administrativos sancionatórios, após a decisão da autoridade julgadora, dada a ocorrência de coisa julgada administrativa.

### Comentários

Gabarito: Errado

Esta questão é respondida com [A LETRA DA LEI. Processo administrativo Federal e local. Revisão.](#)

*Lei 9.784/99 - Art. 64. O órgão competente para decidir o recurso poderá confirmar, modificar, anular ou revogar, total ou parcialmente, a decisão recorrida, se a matéria for de sua competência.*

*Parágrafo único. Se da aplicação do disposto neste artigo puder decorrer gravame à situação do recorrente, este deverá ser cientificado para que formule suas alegações antes da decisão.*

*Lei 9.784/99 - Art. 65. Os processos administrativos de que resultem sanções poderão ser revistos, a qualquer tempo, a pedido ou de ofício, quando surgirem fatos novos ou circunstâncias relevantes suscetíveis de justificar a inadequação da sanção aplicada.*

*Parágrafo único. Da revisão do processo não poderá resultar agravamento da sanção.*

#### 517. CESPE - Proc (PGE BA)/PGE BA/2014

Com relação ao processo administrativo, regulamentado na Lei Estadual n.º 12.209/2011, julgue o item que se segue.



Não são passíveis de questionamento por via recursal os atos administrativos de mero expediente.

### Comentários

Gabarito: Certo

Esta questão é respondida com **A LETRA DA LEI LOCAL. Processo administrativo federal e local. Recursos.**

*Lei 12.209/11 - Art. 56 - São irrecorríveis os atos de mero expediente e preparatórios de decisão.*

#### 518. CESPE - Proc (PGE BA)/PGE BA/2014

Considerando as regras aplicáveis às licitações e aos contratos administrativos, julgue o item que se segue.

Desde que o preço contratado seja compatível com o praticado no mercado, é possível a dispensa de licitação para a aquisição, por secretaria estadual de planejamento, de bens produzidos por autarquia estadual que tenha sido criada para esse fim específico em data anterior à vigência da Lei n.º 8.666/1993.

### Comentários

Gabarito: Certo

Esta questão é respondida com **A LETRA DA LEI. Licitações. Dispensa de licitação.**

*Lei 8.666/93 – Art. 24*

*VIII - para a aquisição, por pessoa jurídica de direito público interno, de bens produzidos ou serviços prestados por órgão ou entidade que integre a Administração Pública e que tenha sido criado para esse fim específico em data anterior à vigência desta Lei, desde que o preço contratado seja compatível com o praticado no mercado;*

#### 519. CESPE - Proc (PGE BA)/PGE BA/2014

Considerando as regras aplicáveis às licitações e aos contratos administrativos, julgue o item que se segue.

Secretário estadual de saúde pretende construir hospital para atuar no âmbito do SUS. No caso, pode realizar licitação no regime diferenciado de contratação e utilizar a empreitada por preço global.

### Comentários

Gabarito: Certo

Esta questão é respondida com **A LETRA DA LEI. Licitação. RDC.**

*LEI Nº 12.462, DE 4 DE AGOSTO DE 2011.*

*Art. 1o É instituído o Regime Diferenciado de Contratações Públicas (RDC), aplicável exclusivamente às licitações e contratos necessários à realização:*



V - das obras e serviços de engenharia no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS. (Incluído pela Lei nº 12.745, de 2012)

Art. 2º Na aplicação do RDC, deverão ser observadas as seguintes definições:

II - empreitada por preço global: quando se contrata a execução da obra ou do serviço por preço certo e total;

## 520. CESPE - Proc (PGE BA)/PGE BA/2014

No que se refere aos atos administrativos, julgue o item subsequente.

Caso um governador resolva desapropriar determinado imóvel particular com o objetivo de construir uma creche para a educação infantil e, posteriormente, com fundamento no interesse público e em situação de urgência, mude a destinação do imóvel para a construção de um hospital público, o ato deve ser anulado, por configurar trestinação ilícita.

### Comentários

Gabarito: Errado

Esta questão é respondida com [A DOCTRINA. Intervenção do estado na propriedade. Trestinação lícita.](#)

*A retrocessão cabe quando o Poder Público não dê ao imóvel a utilização para a qual se fez a desapropriação, estando pacífica na jurisprudência a tese de que o expropriado não pode fazer valer o seu direito quando o expropriante dê ao imóvel uma destinação pública diversa daquela mencionada no ato expropriatório; por outras palavras, desde que o imóvel seja utilizado para um fim público qualquer, ainda que não o especificado originariamente, não ocorre o direito de retrocessão. (Maria Sylvia Zanella Di Pietro, 2018).*

## 4.11 – ANÁLISE PROVA PGE PI 2014

### 521. CESPE - Proc (PGE PI)/PGE PI/2014

À luz da Lei n.º 11.079/2004, que institui normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada (PPP) no âmbito da administração pública, assinale a opção correta.

a) São requisitos para a contratação de PPPs que o valor do contrato seja superior a R\$ 20 milhões e que o prazo de prestação do serviço seja superior a dez anos.

**b) O prazo total de vigência do contrato de PPP não pode ultrapassar trinta e cinco anos, incluindo eventual prorrogação.**

c) Concessão administrativa é o contrato de prestação de serviços em que a administração pública é a usuária direta ou indireta, deles excetuando-se a execução de obra ou o fornecimento e instalação de bens.



d) Concessão patrocinada é a concessão de serviços públicos ou de obras públicas remunerados exclusivamente por meio de tarifa cobrada do usuário, conforme disciplina a lei que dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos.

e) PPPs são contratos de concessão administrativa nos quais cabem ao parceiro privado os riscos do empreendimento, enquanto ao parceiro público compete o pagamento da remuneração.

## Comentários

Esta questão é respondida com [A LETRA DA LEI. Serviços públicos. PPP.](#)

*Lei 11.079/2004 - Art. 5º As cláusulas dos contratos de parceria público-privada atenderão ao disposto no art. 23 da Lei no 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, no que couber, devendo também prever:*

*I – o prazo de vigência do contrato, compatível com a amortização dos investimentos realizados, não inferior a 5 (cinco), **nem superior a 35 (trinta e cinco) anos, incluindo eventual prorrogação;***

### 522. CESPE - Proc (PGE PI)/PGE PI/2014

Acerca dos serviços públicos e dos atos administrativos, assinale a opção correta.

a) Conforme o STJ, ato administrativo com vício sanável não poderá ser convalidado se tiver sido impugnado judicialmente, mas poderá sê-lo no bojo de impugnação administrativa.

**b) Nos termos da jurisprudência do STJ, caso o procurador-geral do estado do Piauí delegue determinada função para o subprocurador-geral, e este, no exercício da função delegada, pratique ato ilegal, a responsabilidade pela ilegalidade desse ato deverá recair apenas sobre a autoridade delegada.**

c) Ao contrário das permissões de serviços públicos, que possuem caráter precário e não demandam prévio procedimento licitatório, nas concessões para a prestação de serviços públicos, a licitação é a regra.

d) Se a prefeitura de Teresina – PI, por meio de uma política pública de urbanização, vier a pavimentar uma avenida de determinado bairro, tal serviço será classificado como serviço público singular, tendo em vista a unicidade do empreendimento.

e) De acordo com o entendimento do STJ, não existe a possibilidade de convalidação de ato administrativo cuja motivação seja obrigatória, depois de emitido. Nesse caso, a administração deverá anular o ato e emitir um novo, instruído com as razões de decidir.

## Comentários

Esta questão é respondida com [A JURISPRUDÊNCIA. Atos administrativos. Delegação de competência.](#)



**STF Súmula nº 510** Praticado o ato por autoridade, no exercício de competência delegada, contra ela cabe o mandado de segurança ou a medida judicial.

### 523. CESPE - Proc (PGE PI)/PGE PI/2014

Em relação a licitações, contratos administrativos e bens públicos, cada uma das próximas opções apresenta uma situação hipotética, seguida de uma assertiva a ser julgada. Assinale a opção que apresenta a assertiva correta.

a) A PGE/PI, em razão da posse de novos procuradores, fato que demandou aumento do seu espaço físico, comprou um prédio mais amplo e, com a mudança de sede, o prédio antigo foi desativado. Nessa situação, o prédio antigo desativado será classificado como bem de uso especial.

b) O governo do estado do Piauí pretende construir, no centro da cidade de Teresina, um novo prédio para a PGE/PI, e a única área ali disponível é uma praça, considerada bem de uso comum do povo. Nessa situação, a administração deverá procurar outro local, devido à impossibilidade de desafetação desse tipo de bem.

**c) Uma secretaria de estado do Piauí, para contratar determinado serviço por meio de convite, convocou quinze empresas para a disputa; entretanto, por dificuldades do próprio mercado, apenas uma empresa apresentou proposta. Nessa situação, poder-se-á prosseguir com o certame, desde que tal fato seja devidamente justificado nos autos do processo licitatório.**

d) Devido a explosão ocorrida em um navio petroleiro no litoral de um estado da Federação, grande quantidade de óleo se espalhou pelo mar, causando a morte de vários animais e pondo em risco a saúde da população, fato que levou o governo local a decretar estado de calamidade pública. Nessa situação, para a realização dos serviços de contenção do óleo, poderá haver a contratação de empresa(s) mediante inexigibilidade de licitação.

e) Determinada empresa foi contratada, mediante licitação, após regular procedimento e cumprimento de todas as exigências legais. Todavia, no decorrer da execução do contrato, essa empresa se tornou irregular perante o fisco. Nessa situação, será lícita a retenção, pela administração, do pagamento à empresa até que esta proceda à regularização da sua situação fiscal.

### Comentários

Esta questão é respondida com **A LETRA DA LEI. Licitação. Convite.**

*Lei 8.666/93 - Art. 22. São modalidades de licitação:*

*III - convite;*

*§ 7º Quando, por limitações do mercado ou manifesto desinteresse dos convidados, for impossível a obtenção do número mínimo de licitantes exigidos no § 3º deste artigo, essas circunstâncias deverão ser **devidamente justificadas no processo**, sob pena de repetição do convite.*



#### 524. CESPE - Proc (PGE PI)/PGE PI/2014

Um servidor, vinculado à administração pública unicamente por cargo em comissão, cometeu infração administrativa e, após regular processo administrativo disciplinar, a autoridade julgadora, concordando com o relatório final da comissão processante, entendeu que a falta se enquadrava nas hipóteses de suspensão.

Nesse caso, nos termos da Lei n.º 8.112/1990, a penalidade a ser aplicada ao servidor será

- a) a exoneração de ofício.
- b) a destituição do cargo em comissão.**
- c) a demissão.
- d) a suspensão.
- e) o desligamento.

#### Comentários

Esta questão é respondida com **A LETRA DA LEI. Servidor público. Cargo em comissão.**

*Lei 8.112/90, art. 135. A destituição de cargo em comissão exercido por não ocupante de cargo efetivo será aplicada nos casos de infração sujeita às penalidades de suspensão e de demissão.*

#### 525. CESPE - Proc (PGE PI)/PGE PI/2014

Um servidor público ocupante de dois cargos efetivos acumuláveis, um na Secretaria de Estado de Saúde do Piauí e outro na Universidade do Estado do Piauí, foi cedido para exercer cargo em comissão no âmbito da Secretaria de Estado do Governo.

Nessa situação hipotética, o servidor

- a) pode deixar o cargo ocupado na Secretaria de Estado de Saúde para ocupar o cargo em comissão na Secretaria de Estado do Governo e permanecer no exercício do cargo efetivo na universidade.**
- b) deve optar pelos subsídios ou vencimentos dos cargos efetivos que ocupa, acrescidos da verba de representação, ou pelos do cargo em comissão de forma integral.
- c) pode optar pela remuneração de ambos os cargos efetivos que ocupa, mesmo que fique afastado dos dois para exercer exclusivamente o cargo em comissão.
- d) pode conservar as gratificações de natureza propter laborem relativas ao cargo efetivo por cujos vencimentos tenha optado.
- e) não pode continuar percebendo os subsídios ou vencimentos de ambos os cargos efetivos em nenhuma hipótese.

#### Comentários



Esta questão é respondida com **A LETRA DA LEI LOCAL. Servidor público. Acumulação de cargo público.**

*Lei Complementar Estadual 13 / 1994*

*Art. 141 - O servidor não poderá exercer mais de um cargo em comissão ou função gratificada, nem participar, remunerado, de mais de um órgão de deliberação coletiva.*

*Parágrafo Único - O servidor que acumular lícitamente dois cargos efetivos, quando investido em cargo de provimento em comissão, ficará afastado de ambos os cargos efetivos, salvo na hipótese em que houver compatibilidade de horário e local com exercício de um deles, declarada pelas autoridades máximas dos órgãos ou entidades envolvidos. (Redação dada pela Lei nº 6.290, de 19/12/2012)*

## 526. CESPE - Proc (PGE PI)/PGE PI/2014

Pedro, servidor público ocupante de cargo efetivo na PGE/PI, foi notificado, em 1.º/4/2014, da existência de irregularidades em seus pagamentos. Segundo os termos da notificação, no mês de dezembro/2013, teria sido paga a Pedro a gratificação de serviço extraordinário, sem que o servidor fizesse jus a ela.

Diante dessa situação hipotética, e de acordo com a Lei complementar n.o 13/1994 e com a jurisprudência dos tribunais superiores, a administração

- a) deve proceder à retenção, nos próximos contracheques de Pedro, da quantia paga por erro tendo em vista a presunção de má-fé do servidor.
- b) fica impedida de cobrar a devolução da quantia paga indevidamente caso se comprove que essa verba tenha sido recebida de boa-fé por parte de Pedro.
- c) deve proceder à retenção de parcelas mensais de até 10% da remuneração de Pedro se ficar provado, após processo administrativo, que o pagamento indevido se deu por erro material.**
- d) não poderá lançar reposição ao erário na remuneração do servidor, sem sua autorização, salvo por determinação judicial.
- e) deve efetivar desconto no contracheque de Pedro imediatamente após a notificação, desde que a parcela descontada não ultrapasse 30% do valor de sua remuneração.

## Comentários

Esta questão é respondida com **A JURISPRUDÊNCIA. Servidor público. Gratificações.**

DIREITO ADMINISTRATIVO. RESTITUIÇÃO AO ERÁRIO DOS VALORES RECEBIDOS POR FORÇA DE DECISÃO JUDICIAL PRECÁRIA POSTERIORMENTE REVOGADA. É devida a restituição ao erário dos valores de natureza alimentar pagos pela Administração Pública a servidores públicos em cumprimento a decisão judicial precária posteriormente revogada. Não é possível, em tais casos, aplicar o entendimento de que a restituição não seria devida, sob o argumento de que o servidor encontrava-se de boa fé, porquanto sabedor da fragilidade e provisoriedade da tutela concedida. Precedente citado: EREsp 1.335.962-RS,



Primeira Seção, DJe 2/8/2013. EAREsp 58.820-AL, Rel. Min. Benedito Gonçalves, julgado em 8/10/2014.

### 527. CESPE - Proc (PGE PI)/PGE PI/2014

Acerca das gratificações e dos adicionais previstos no Estatuto dos Servidores Civis do Estado do Piauí e na legislação pertinente, assinale a opção correta.

- a) **A percepção cumulativa dos adicionais de insalubridade e periculosidade é vedada pelo estatuto.**
- b) A gratificação por encargo de curso ou concurso deve ser considerada no cálculo dos proventos de aposentadoria.
- c) O salário-família deve ser pago aos servidores que comprovarem a existência de dependentes econômicos.
- d) Para o cálculo da gratificação natalina, deve-se considerar o adicional de insalubridade percebido até o mês de agosto do ano em referência.
- e) As horas extraordinárias, pagas com acréscimo de 50% em relação à hora normal de trabalho, incidem sobre a remuneração.

### Comentários

Esta questão é respondida com **[A LETRA DA LEI LOCAL. Servidor público. Adicional de insalubridade e periculosidade.](#)**

*Lei 13/94 - Estatuto dos Servidores Públicos do Estado do Piauí.*

*Art. 60º Aos servidores que trabalham com habitualidade em locais insalubres ou em contato permanente com substâncias tóxicas, radioativas ou com risco de vida, fazem jus a uma gratificação sobre o vencimento básico de cargo efetivo.*

**§ 2º O servidor que fizer jus à gratificação de insalubridade e periculosidade deverá optar por uma delas.**

### 528. CESPE - Proc (PGE PI)/PGE PI/2014

Acerca da responsabilidade civil do Estado e de servidores públicos, assinale a opção correta.

- a) De acordo com a Lei n.º 8.112/1990, compete ao presidente da República prover os cargos públicos de todos os poderes da República.
- b) **Se, em razão de reforma administrativa realizada pelo governo federal, uma autarquia for extinta e seus servidores forem colocados em disponibilidade, e, após negociações com entidades de classe, esses servidores reingressarem no serviço público em cargos de atribuições e vencimentos compatíveis, esse reingresso se dará por aproveitamento.**



- c) Um indivíduo que, aprovado em concurso público, for nomeado para o cargo e, dias antes da posse coletiva com os demais nomeados, for acometido por dengue deverá apresentar atestado médico e solicitar o adiamento do ato de sua posse, tendo em vista que tal ato só se efetiva mediante o comparecimento pessoal do interessado.
- d) De acordo com o entendimento do STF, empresa concessionária de serviço público de transporte coletivo responderá apenas subjetivamente pelos danos que forem gerados à família de vítima de atropelamento causado por motorista de veículo dessa empresa.
- e) A ausência de previsão de acesso a cargo público de caráter efetivo por estrangeiros se coaduna com a política de soberania do Estado brasileiro, razão por que eles só poderão ocupar função pública de caráter transitório, e sem vínculo estatutário.

### Comentários

Esta questão é respondida com [A LETRA DA LEI. Servidor público. Aproveitamento.](#)

*Lei 8112/90 - Art. 30. O retorno à atividade de servidor em disponibilidade far-se-á mediante aproveitamento obrigatório em cargo de atribuições e vencimentos compatíveis com o anteriormente ocupado;*

### 529. CESPE - Proc (PGE PI)/PGE PI/2014

Ainda acerca de servidores públicos e temas conexos, assinale a opção correta à luz da jurisprudência do STF e da doutrina pertinente.

- a) Uma das formas de aposentadoria do servidor público é a compulsória, que exige, além do requisito da idade, o cumprimento de tempo mínimo tanto no serviço público quanto no cargo efetivo.
- b) É legítimo o desconto, pelos dias não trabalhados, da remuneração dos servidores públicos que aderirem a movimento grevista.**
- c) Conforme o entendimento do STF, caso determinado servidor, que se encontre em estágio probatório, decida aderir a movimento grevista, a administração poderá demiti-lo após regular procedimento disciplinar.
- d) Apesar da ressalva constitucional que possibilita a acumulação remunerada de dois cargos de professor, desde que haja compatibilidade de horários, o servidor que se encontre no exercício dessa excepcionalidade deverá, por ocasião da sua aposentadoria, optar pela remuneração de um dos dois cargos.
- e) De acordo com os princípios protetivo e da universalidade, o servidor público que se aposentar por invalidez permanente, independentemente do fato que tiver motivado a invalidez, terá o benefício da aposentadoria integral.

### Comentários

Esta questão é respondida com [A JURISPRUDÊNCIA. Servidor público. Greve.](#)



“É firme a jurisprudência do STJ no sentido de que é legítimo o ato da Administração que promove o desconto dos dias não-trabalhados pelos servidores públicos participantes de movimento paredista, diante da suspensão do contrato de trabalho (...), salvo a existência de acordo entre as partes para que haja compensação dos dias paralisados” (2ª T., Recurso Especial 1450.265-SC, j. 18.6.2014, Rel. Min. Mauro Campbell Marques).

### 530. CESPE - Proc (PGE PI)/PGE PI/2014

Um agente público, ocupante exclusivamente de cargo em comissão, foi preso em flagrante em uma operação da Polícia Federal por desvio de verba pública. Considerando essa situação hipotética, assinale a opção correta nos termos da Lei de Improbidade Administrativa e da Lei n.º 8.112/1990.

- a) O ajuizamento da ação de improbidade, ante as repercussões sancionatórias na esfera administrativa, obstará a instauração de processo administrativo disciplinar.
- b) Ocorrendo o ajuizamento de ação penal, a ação de improbidade administrativa e o processo administrativo disciplinar ficarão suspensos até o trânsito em julgado do processo na esfera criminal.
- c) Se o servidor for condenado a reparar o prejuízo causado ao erário por meio da ação de improbidade e vier a falecer, a obrigação não poderá estender aos seus sucessores, pois a pena tem caráter pessoal.
- d) Por não possuir vínculo efetivo com a administração, o servidor não estará sujeito às sanções decorrentes do ato de improbidade administrativa, que só são aplicadas aos servidores públicos que possuam cargo efetivo.
- e) **Não haverá a possibilidade de acordo ou transação em sede de ação de improbidade administrativa, mesmo que o referido agente público realize o ressarcimento ao erário antes da sentença.**

### Comentários

Esta questão é respondida com **A LETRA DA LEI. Improbidade administrativa. Transação.**

*Lei 8429/92:*

*Art. 17. A ação principal, que terá o rito ordinário, será proposta pelo Ministério Público ou pela pessoa jurídica interessada, dentro de trinta dias da efetivação da medida cautelar.*

**§ 1º É vedada a transação, acordo ou conciliação nas ações de que trata o caput.**

### 531. CESPE - Proc (PGE PI)/PGE PI/2014

A respeito de poder de polícia, limitações administrativas, direito de propriedade e desapropriação, assinale a opção correta.



- a) A desapropriação se dará por motivos de utilidade pública ou interesse social, uma vez que se restringe à transferência de bem imóvel de terceiro para o poder público.
- b) A prerrogativa do poder de polícia permite à administração o condicionamento e a restrição de uso e gozo de bens, atividades e direitos individuais e é exercida, no âmbito de cada estado-membro, pelos órgãos de controle interno e pela polícia civil do estado.
- c) No exercício da atividade de polícia, a administração pode atuar tanto por meio de atos normativos dotados de alcance geral, quanto por meio de atos concretos, a exemplo dos atos sancionatórios.**
- d) Se, em determinado município, nas obras de implantação de rede elétrica, em certo trecho, for necessário passar o cabeamento por baixo de um imóvel de propriedade do estado, o município poderá instituir servidão administrativa sobre esse imóvel, em razão do interesse público envolvido.
- e) Caso um imóvel antigo, de propriedade de um cidadão, se situe no centro histórico de um município e retrate a arquitetura de determinada época do país, a anuência desse cidadão será condição de procedibilidade de eventual processo de tombamento do citado imóvel, tendo em vista que o direito constitucional de propriedade impede que se processe ao tombamento de forma compulsória.

## Comentários

Esta questão é respondida com [A DOCTRINA. Princípios e Poderes da administração. Poder de polícia.](#)

*No exercício da atividade de polícia, pode a Administração atuar de duas maneiras.*

*Em primeiro lugar, pode editar atos normativos, que têm como característica o seu conteúdo genérico, abstrato e impessoal, qualificando-se, por conseguinte, como atos dotados de amplo círculo de abrangência. Nesse caso, as restrições são perpetradas por meio de decretos, regulamentos, portarias, resoluções, instruções e outros de idêntico conteúdo.*

*Além desses, pode criar também atos concretos, 37 estes preordenados a determinados indivíduos plenamente identificados, como são, por exemplo, os veiculados por atos sancionatórios, como a multa, e por atos de consentimentos, como as licenças e autorizações. (José dos Santos Carvalho Filho, 2018).*

### 532. CESPE - Proc (PGE PI)/PGE PI/2014

Acerca da desapropriação por utilidade pública, regida pelo Decreto-lei n. o 3.365/1941, assinale a opção correta.

- a) Segundo o STF, as ações, as cotas ou os direitos relativos ao capital de pessoas jurídicas não podem ser desapropriados.
- b) As pessoas que exercem funções que lhes foram delegadas pelo poder público podem promover desapropriação, independentemente de autorização legislativa ou contratual.



- c) De acordo com o entendimento firmado pelo STF, margens de rios navegáveis podem ser incluídas em processo de desapropriação e, no caso, devem ser indenizadas.
- d) Segundo o STF, desapropriação de imóvel por estado-membro dependerá de prévia autorização da respectiva assembleia legislativa.
- e) **Nos termos da lei, os bens da União não podem ser desapropriados.**

### Comentários

Esta questão é respondida com [A LETRA DA LEI. Intervenção do estado na propriedade. Desapropriação.](#)

*Dec-Lei 3.365/41 - Art. 2º Mediante declaração de utilidade pública, todos os bens poderão ser desapropriados pela União, pelos Estados, Municípios, Distrito Federal e Territórios.*

*§ 1º A desapropriação do espaço aéreo ou do subsolo só se tornará necessária, quando de sua utilização resultar prejuízo patrimonial do proprietário do solo.*

*§ 2º Os bens do domínio dos Estados, Municípios, Distrito Federal e Territórios poderão ser desapropriados pela União, e os dos Municípios pelos Estados, mas, em qualquer caso, ao ato deverá preceder autorização legislativa.*

### 533. CESPE - Proc (PGE PI)/PGE PI/2014

Assinale a opção correta com base nas regras relativas à fase executória da desapropriação por utilidade pública, previstas no Decreto-lei n. o 3.365/1941.

- a) **Segundo a jurisprudência do STJ, o proprietário de imóvel expropriado para fins de utilidade pública somente é responsável pelos impostos, inclusive o imposto predial e territorial urbano (IPTU), até o deferimento e efetivação da imissão provisória na posse.**
- b) É cabível o instituto processual da assistência na ação de desapropriação quando a relação jurídica entre o expropriado e terceiro for de natureza obrigacional.
- c) Com fundamento no princípio da supremacia do interesse público sobre o privado, não se admite que a desapropriação se dê por acordo realizado, na via administrativa, entre a administração pública e o proprietário do bem.
- d) Permite-se ao Poder Judiciário verificar se estão ou não presentes os pressupostos fáticos que ensejaram a declaração por utilidade pública ou interesse social.
- e) O expropriado pode discutir, em sede de contestação, eventual desvio de finalidade na desapropriação.

### Comentários

Esta questão é respondida com [A JURISPRUDÊNCIA. Intervenção do estado na propriedade. Desapropriação.](#)

PROCESSUAL CIVIL. ADMINISTRATIVO. TRIBUTÁRIO. EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL. ART. 535, II, DO CPC. OMISSÃO. NÃO OCORRÊNCIA. IPTU. COBRANÇA. SUJEITO PASSIVO. PROPRIETÁRIO DO IMÓVEL. INVASÃO DA PROPRIEDADE POR



TERCEIROS. DESAPROPRIAÇÃO. IMISSÃO NA POSSE PELO PODER PÚBLICO APÓS O FATO GERADOR. ARTIGO 34 DO CTN. EXAÇÃO INDEVIDA. POSSE DO MUNICÍPIO EXPROPRIANTE EXERCIDA ANTES DA AUTORIZAÇÃO JUDICIAL DE IMISSÃO PROVISÓRIA. LOTEAMENTO E BENFEITORIAS NA ÁREA. ANIMUS APROPRIANDI. 5. **"A simples declaração de utilidade pública, para fins de desapropriação, não retira do proprietário do imóvel o direito de usar, gozar e dispor do seu bem, podendo até aliená-lo. Enquanto não deferida e efetivada a imissão de posse provisória, o proprietário do imóvel continua responsável pelos impostos a ele relativos"** (REsp 239.687/SP, Primeira Turma, Rel. Min. Garcia Vieira, DJ de 20.3.2000). 6. Não obstante a posse legal da municipalidade tenha ocorrido somente em 1992 com o autorização judicial para imissão na posse, o que lhe garantiria o direito de cobrança da exação referente ao ano anterior do proprietário, o fato é que ela já havia ingressado na área antes, loteando-a e implementando melhoramentos como asfalto, energia elétrica entre outros, o que lhe retira o direito de cobrar a exação do proprietário. 7. Não se pode exigir do proprietário o pagamento do IPTU quando sofreu invasão de sua propriedade por terceiros, defendeu-se através dos meios jurídicos apropriados e foi expropriado pela municipalidade, sendo que esta, antes de receber a autorização judicial para imissão provisória, ingressou na área com o ânimo de desapropriante. 8. Recurso especial não provido.

(STJ - REsp: 1111364 SP 2008/0126396-7, Relator: Ministro BENEDITO GONÇALVES, Data de Julgamento: 25/08/2009, T1 - PRIMEIRA TURMA, Data de Publicação: DJe 03/09/2009)

#### 534. CESPE - Proc (PGE PI)/PGE PI/2014

Com referência à indenização nas ações de desapropriação, assinale a opção correta com base no entendimento dos tribunais superiores.

- a) Havendo divergência relativa à dimensão do imóvel desapropriado, prevalecerá a área real do imóvel sobre a área que conste nos registros, devendo a primeira ser indenizada em sua integralidade.
- b) Não são devidos os juros compensatórios em desapropriação por interesse social.
- c) **A fixação, pelo juiz, do valor indenizatório em montante inferior à oferta inicial do poder público, em decorrência da integral adoção do laudo elaborado pelo perito oficial, não constitui julgamento ultra petita.**
- d) Na ação de desapropriação, o valor da indenização será contemporâneo ao da data da vistoria realizada pelo ente expropriante.
- e) Os juros moratórios, em desapropriação, somente incidem até a data da expedição do precatório.

### Comentários



Esta questão é respondida com **A JURISPRUDÊNCIA. Intervenção do estado na propriedade. Desapropriação.**

DESAPROPRIAÇÃO. INDENIZAÇÃO. OFERTA INICIAL.  
Em desapropriação direta, não constitui julgamento ultra petita a fixação de valor indenizatório em patamar inferior à oferta inicial se isso decorrer da adoção pelo juízo da integralidade do laudo do perito oficial. A oferta inicial do Incra, para reforma agrária, nem sempre reflete o valor real do imóvel e, a fortiori, sua justa indenização (art. 5º, XXIV, da CF/1988). Assim, na hipótese, não se pode cogitar a carência de fundamentação, porque a sentença, ao acolher os fundamentos do laudo pericial, fixou um montante razoável como indenização. Precedentes citados: REsp 780.542-MT, DJ 28/8/2006, e REsp 886.258-MT, DJ 2/4/2007. REsp 848.787-SC, Rel. Min. Mauro Campbell Marques, julgado em 20/5/2010.

### 535. CESPE - Proc (PGE PI)/PGE PI/2014

A respeito de concurso público, função pública, improbidade administrativa e responsabilidade civil do Estado, assinale a opção correta.

- a) Se um servidor público for preso em flagrante, em uma operação da Polícia Federal, por desvio de verba pública, então, nesse caso, nos termos da Lei de Improbidade Administrativa, o afastamento desse servidor do cargo que ocupa dependerá de sentença condenatória em primeira instância.
- b) A invasão, por particular, de área de preservação ambiental na qual monte ele um empreendimento que cause danos ao meio ambiente não acarretará responsabilidade do Estado, tendo em vista que se trata de culpa exclusiva de terceiros.
- c) Segundo o entendimento STJ, os agentes públicos respondem objetivamente pelos atos de improbidade administrativa.
- d) O prazo de validade de dois anos para um concurso público poderá ser prorrogado, a critério da administração, sucessivas vezes, inclusive com prorrogação por período inferior a dois anos.
- e) **A convocação de um cidadão, pela justiça estadual, para compor o corpo de jurados de determinado julgamento, mesmo que em caráter transitório, faz que esse cidadão seja considerado agente público enquanto exercer a função que lhe foi designada pelo Estado.**

### Comentários

Esta questão é respondida com **A LETRA DA LEI. Servidor público. Conceito de agente público.**

Art. 2º da Lei 8.429/1992 - *Reputa-se agente público, para os efeitos desta lei, todo aquele que **exerce, ainda que transitoriamente** ou sem remuneração, por eleição, nomeação,*



designação, contratação ou qualquer outra forma de investidura ou vínculo, mandato, cargo, emprego ou função nas entidades mencionadas no artigo anterior.

## 4.12 – ANÁLISE PROVA AGU 2013

### 536. CESPE - Proc (AGU)/AGU/2013

Julgue o item subsequente, relativo ao ato administrativo.

Caso a administração pública revogue determinado ato administrativo e, posteriormente, se constate que o ato de revogação não fora praticado em consonância com as exigências legais, tal revogação poderá ser anulada tanto pela própria administração pública quanto pelo Poder Judiciário.

#### Comentários

Gabarito: Certo

Esta questão é respondida com [A JURISPRUDÊNCIA. Atos administrativos. Anulação e revogação.](#)

*Súmula 473*

*A administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial.*

### 537. CESPE - Proc (AGU)/AGU/2013

Julgue o item subsequente, relativo ao ato administrativo.

O ato anulatório, por meio do qual se anula um ato administrativo ilegal vinculado ou discricionário, tem natureza meramente declaratória e não constitutiva.

#### Comentários

Gabarito: Errado

Esta questão é respondida com [A DOCTRINA. Atos administrativos. Ato anulatório.](#)

Trata-se de ato constitutivo, uma vez que altera uma relação jurídica, vejamos:

*José Dos Santos Carvalho Filho (2018):*

**Atos constitutivos** são aqueles que alteram uma relação jurídica, criando, modificando ou extinguindo direitos. Exemplo: a autorização, a sanção disciplinar, o ato de revogação.

**Atos declaratórios** são os que apenas declaram situação preexistente, citando-se, como exemplo, o ato que declara que certa construção provoca riscos à integridade física dos transeuntes, ou o ato que constata irregularidade administrativa em órgão administrativo.



### 538. CESPE - Proc (AGU)/AGU/2013

No que se refere às entidades da administração pública indireta, julgue o próximo item.  
Caso um particular ajuíze ação sob o rito ordinário perante a justiça estadual contra o Banco do Brasil S.A., na qual, embora ausente interesse da União, seja arguida a incompetência do juízo para processar e julgar a demanda, por se tratar de sociedade de economia mista federal, a alegação de incompetência deverá ser rejeitada, mantendo-se a competência da justiça estadual.

#### Comentários

Gabarito: Certo

Esta questão é respondida com [A JURISPRUDÊNCIA. Organização da administração. Sociedade de economia mista.](#)

**Súmula 508:** Compete à Justiça Estadual, em ambas as instâncias, processar e julgar as causas em que for parte o Banco do Brasil S.A.

### 539. CESPE - Proc (AGU)/AGU/2013

No que se refere às entidades da administração pública indireta, julgue o próximo item.  
As fundações públicas podem exercer atividades típicas da administração, inclusive aquelas relacionadas ao exercício do poder de polícia.

#### Comentários

Gabarito: Certo

Esta questão é respondida com [A DOUTRINA. Organização da administração. Fundações públicas.](#)

Por serem as fundações públicas, entes semelhantes às autarquias, podem exercer atividades típicas da administração, como por exemplo, exercer o poder de polícia.

*As fundações públicas de direito público não se distinguem, nesse particular, das autarquias: sujeitam-se ao regime de direito público. Em consequência, estarão descartadas as normas de direito privado reguladoras das fundações particulares. (José dos Santos Carvalho Filho, 2018)*

### 540. CESPE - Proc (AGU)/AGU/2013

No que se refere às entidades da administração pública indireta, julgue o próximo item.  
As autarquias, que adquirem personalidade jurídica com a publicação da lei que as institui, são dispensadas do registro de seus atos constitutivos em cartório e possuem as prerrogativas especiais da fazenda pública, como os prazos em dobro para recorrer



e a desnecessidade de anexar, nas ações judiciais, procuração do seu representante legal.

## Comentários

Gabarito: Certo

Esta questão é respondida com [A DOCTRINA. Organização da administração. Autarquias.](#)

Por serem de Direito Público, as autarquias dispensam o registro de seus atos constitutivos em cartório, uma vez que sua personalidade jurídica é concedida através da publicação da Lei que as instituiu.

Vejamos o conceito dado pelo Decreto-Lei nº. 200/67:

*Art. 5º Para os fins desta lei, considera-se:*

*I - Autarquia - o serviço autônomo, **criado por lei**, com personalidade jurídica, patrimônio e receita próprios, para executar atividades típicas da Administração Pública, que requeiram, para seu melhor funcionamento, gestão administrativa e financeira descentralizada.*

Vejam que a dicção legal, estabelece que será criada por lei, uma vez publicada a lei, a autarquia passará existir de fato, dispensando qualquer tipo de registro.

### 541. CESPE - Proc (AGU)/AGU/2013

No que se refere às entidades da administração pública indireta, julgue o próximo item.  
Para a qualificação de uma autarquia como agência reguladora é essencial a presença do nome “agência” em sua denominação, a exemplo da Agência Brasileira de Inteligência e da Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial.

## Comentários

Gabarito: Errado

Esta questão é respondida com [A DOCTRINA. Organização da administração. Agências reguladoras.](#)

O Prof. José Carvalho Filho, falando sobre o tema da nomenclatura “agências”, entende que:

*Ainda, que há autarquias que, **conquanto não instituídas com tal nomenclatura**, são consideradas agências reguladoras, não apenas pela função de controle que executam, como também pela similaridade quanto à fisionomia jurídica das entidades. (José dos Santos Carvalho Filho, 2018)*

### 542. CESPE - Proc (AGU)/AGU/2013

Com relação a convênios e consórcios administrativos, julgue o item subsecutivo.



No convênio celebrado entre o poder público e entidade particular, o valor repassado pelo poder público não passa a integrar o patrimônio da entidade, mas mantém a natureza de dinheiro público, vinculado aos fins previstos no convênio, obrigando a entidade a prestar contas de sua utilização, para o ente repassador e para o tribunal de contas.

### Comentários

Gabarito: Certo

Esta questão é respondida com **A DOCTRINA. Organização da Administração. Convênio administrativo.**

*Maria Sylvia Zanella Di Pietro (2001)*

*"No contrato, os interesses são opostos e contraditórios, enquanto no convênio são recíprocos (...) os entes conveniados têm objetivos institucionais comuns e se reúnem, por meio de convênio, para alcançá-los: (...) no convênio, os partícipes objetivam a obtenção de um resultado comum; (...) no convênio, verifica-se a mútua colaboração, que pode assumir várias formas, como repasse de verbas, uso de equipamentos, de recursos humanos e materiais, de imóveis, de Know-how e outros; por isso mesmo, no convênio não se cogita de preço ou remuneração, que constitui cláusula inerente aos contratos; dessa diferença resulta outra: no contrato, o valor pago a título de remuneração passa a integrar o patrimônio da entidade que o recebeu, sendo irrelevante para o repassador a utilização que será feita do mesmo; no convênio, se o conveniado recebe determinado valor, este fica vinculado à utilização prevista no ajuste; assim, se um particular recebe verbas do poder público em decorrência de convênio, esse valor não perde a natureza de dinheiro público, só podendo ser utilizado para fins previstos no convênio, por essa razão, a entidade está obrigada a prestar contas de sua utilização, não só ao ente repassador, como ao Tribunal de Contas."*

#### 543. CESPE - Proc (AGU)/AGU/2013

Acerca da intervenção do estado no domínio econômico e às parcerias público-privadas, julgue o seguinte item.

Antes da celebração de contrato de parceria público-privada, deve ser constituída sociedade de propósito específico para implantar e gerir o objeto da parceria.

### Comentários

Gabarito: Certo

Esta questão é respondida com **A LETRA DA LEI. Serviços públicos. Parcerias Público-Privadas.**

*Lei 11.079 de 2004:*

*Art 9º. Antes da celebração do contrato, deverá ser constituída sociedade de propósito específico, incumbida de implantar e gerir o objeto da parceria.*

#### 544. CESPE - Proc (AGU)/AGU/2013

Com relação a convênios e consórcios administrativos, julgue o item subsecutivo.



Embora o consórcio público possa adquirir personalidade jurídica de direito público ou de direito privado, em ambas as hipóteses a contratação de pessoal deverá ser regida pela Consolidação das Leis do Trabalho, pois a legislação veda a admissão de pessoal no regime estatutário.

## Comentários

Gabarito: Errado

Esta questão é respondida com **A LETRA DA LEI. Organização da Administração. Consórcios públicos.**

Somente se o consórcio público adquirir personalidade jurídica de direito privado, poderá contratar pela CLT, uma vez que a legislação não veda a admissão de pessoal no regime estatutário, como veremos a seguir:

*Lei 11.107/2005 - Art. 6º O consórcio público adquirirá personalidade jurídica:*

*I – de direito público, no caso de constituir associação pública, mediante a vigência das leis de ratificação do protocolo de intenções;*

*II – de direito privado, mediante o atendimento dos requisitos da legislação civil.*

*§ 1º O consórcio público com personalidade jurídica de direito público integra a administração indireta de todos os entes da Federação consorciados.*

*§ 2º No caso de se revestir de personalidade jurídica de direito privado, o consórcio público observará as normas de direito público no que concerne à realização de licitação, celebração de contratos, prestação de contas e admissão de pessoal, que será regido pela Consolidação das Leis do Trabalho - CLT.*

### 545. CESPE - Proc (AGU)/AGU/2013

Acerca do novo regime para a exploração de portos e instalações portuárias previsto na Lei n.º 12.815/2013, julgue o item abaixo.

A exploração indireta de porto organizado e das instalações portuárias nele localizadas ocorrerá mediante concessão e arrendamento de bem público, mas a exploração indireta das instalações portuárias localizadas fora da área do porto organizado ocorrerá mediante autorização, nos termos dispostos na lei.

## Comentários

Gabarito: Certo

Esta questão é respondida com **A LETRA DA LEI. Bens públicos. Uso de bem público.**

*LEI Nº 12.815, DE 5 DE JUNHO DE 2013.*

*Art. 1º Esta Lei regula a exploração pela União, direta ou indiretamente, dos portos e instalações portuárias e as atividades desempenhadas pelos operadores portuários.*

*§ 1º A exploração indireta do porto organizado e das instalações portuárias nele localizadas ocorrerá mediante concessão e arrendamento de bem público.*

*§ 2º A exploração indireta das instalações portuárias localizadas fora da área do porto organizado ocorrerá mediante autorização, nos termos desta Lei.*



#### 546. CESPE - Proc (AGU)/AGU/2013

Julgue o item a seguir, acerca do recurso hierárquico impróprio.

O recurso hierárquico impróprio, na medida em que é dirigido à autoridade de órgão não integrado na mesma hierarquia daquela que proferiu o ato, independe de previsão legal.

#### Comentários

Gabarito: Errado

Esta questão é respondida com [A DOCTRINA. Controle da Administração. Recurso hierárquico impróprio.](#)

Recurso hierárquico próprio	Recurso hierárquico impróprio
No âmbito da Adm. Direta	No âmbito da Adm. Indireta
Existe hierarquia	Existe apenas vinculação
Analisa a legalidade e o mérito	Analisa apenas a legalidade
Não exige previsão legal, salvo no que concerne aos seus efeitos, visto que se for efeito suspensivo, será necessária previsão legal, se devolutivo não precisará de previsão legal.	Exige previsão legal

#### 547. CESPE - Proc (AGU)/AGU/2013

Com relação ao controle interno da administração pública e ao TCU, julgue o item consecutivo.

O TCU tem o dever de prestar ao Congresso Nacional, a qualquer de suas Casas ou de suas comissões, informações sobre a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial que executar, bem como sobre os resultados das auditorias e inspeções que realizar.

#### Comentários

Gabarito: Certo

Esta questão é respondida com [A CF/1988. Controle da Administração. Controle do TCU.](#)

*Art. 71. O controle externo, a cargo do Congresso Nacional, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas da União, ao qual compete:*



VII - prestar as informações solicitadas pelo Congresso Nacional, por qualquer de suas Casas, ou por qualquer das respectivas Comissões, sobre a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial e sobre resultados de auditorias e inspeções realizadas;

#### 548. CESPE - Proc (AGU)/AGU/2013

Relativamente à permissão de uso de bem público e à desapropriação por utilidade pública, julgue o item a seguir.

Permissão de uso de bem público é o contrato administrativo pelo qual o poder público confere a pessoa determinada o uso privativo do bem, de forma remunerada ou a título gratuito.

#### Comentários

Gabarito: Errado

Esta questão é respondida com [A LETRA DA LEI. Bens públicos. Permissão de uso de bem público.](#)

A permissão de uso, por estar definida em lei como **precária**, não pode ser considerada um contrato, mas sim um ato administrativo. Suas principais características são a discricionariedade, precariedade, independente de lei, gratuito ou oneroso e unilateral.

*Da Permissão de Uso*

*Art. 22. A utilização, a título precário, de áreas de domínio da União para a realização de eventos de curta duração, de natureza recreativa, esportiva, cultural, religiosa ou educacional, poderá ser autorizada, na forma do regulamento, sob o regime de permissão de uso, em ato do Secretário do Patrimônio da União, publicado no Diário Oficial da União.*

#### 549. CESPE - Proc (AGU)/AGU/2013

No que tange aos deveres do servidor público federal e aos atos de improbidade praticados por agente público, julgue o item subsequente.

Se o servidor, em razão do cargo que ocupe, suspeitar que a autoridade que lhe é hierarquicamente superior esteja envolvida em ato irregular, será seu dever levar ao conhecimento de outra autoridade competente, para apuração, a irregularidade.

#### Comentários

Gabarito: Certo

Esta questão é respondida com [A LETRA DA LEI. Servidores públicos. Deveres do servidor.](#)

*Lei 8.112/90 - Art. 116. São deveres do servidor:*

*VI - levar as irregularidades de que tiver ciência em razão do cargo ao conhecimento da autoridade superior ou, quando houver suspeita de envolvimento desta, ao conhecimento de outra autoridade competente para apuração;*



### 550. CESPE - Proc (AGU)/AGU/2013

No que tange aos deveres do servidor público federal e aos atos de improbidade praticados por agente público, julgue o item subsequente.

Se um agente público conceder benefício administrativo ou fiscal sem a observância das formalidades legais ou regulamentares aplicáveis à espécie, ficará caracterizado ato de improbidade administrativa, mesmo que o agente não tenha atuado de forma dolosa, ou seja, sem a intenção deliberada de praticar ato lesivo à administração pública.

#### Comentários

Gabarito: Certo

Esta questão é respondida com [A LETRA DA LEI. Improbidade administrativa. Atos de improbidade.](#)

*LEI 8429 Seção II*

*Dos Atos de Improbidade Administrativa que Causam Prejuízo ao Erário*

*Art. 10. Constitui ato de improbidade administrativa que causa lesão ao erário qualquer ação ou omissão, **dolosa ou culposa**, que enseje perda patrimonial, desvio, apropriação, malbaratamento ou dilapidação dos bens ou haveres das entidades referidas no art. 1º desta lei, e notadamente*

*VII - conceder benefício administrativo ou fiscal sem a observância das formalidades legais ou regulamentares aplicáveis à espécie*

### 551. CESPE - Proc (AGU)/AGU/2013

Julgue o item subsequente, relativo ao ato administrativo.

Se determinado particular interpuser recurso administrativo perante a autoridade competente, e esta delegar a subordinado seu a competência para decisão, não haverá qualquer irregularidade no ato de delegação, pois, embora a competência configure requisito vinculado do ato administrativo, a legislação de regência autoriza a delegação na hipótese em apreço.

#### Comentários

Gabarito: Errado

Esta questão é respondida com [A LETRA DA LEI. Atos administrativos. Delegação.](#)

*Lei 9.784:*

*Art. 13. Não podem ser objeto de delegação:*

*I - a edição de atos de caráter normativo;*

*II - **a decisão de recursos administrativos;***

*III - as matérias de competência exclusiva do órgão ou autoridade.*

### 552. CESPE - Proc (AGU)/AGU/2013



No que se refere aos institutos das licitações e dos contratos administrativos, julgue o item subsecutivo.

Os contratos administrativos, embora bilaterais, não se caracterizam pela horizontalidade, já que as partes envolvidas não figuram em posição de igualdade.

### Comentários

Gabarito: Certo

Esta questão é respondida com [A DOCTRINA. Contratos administrativos. Características.](#)

Os contratos administrativos são bilaterais, mas sua característica principal é serem verticais, uma vez que, em detrimento da supremacia do interesse público, que rege os contratos públicos, a Administração sempre terá prerrogativas que não serão transferidas para o particular contratado, são chamadas de cláusulas exorbitantes.

Já os contratos privados, regidos pelo Código Civil, são horizontais, uma vez que as partes contratantes estão em pé de igualdade.

### 553. CESPE - Proc (AGU)/AGU/2013

No que se refere aos institutos das licitações e dos contratos administrativos, julgue o item subsecutivo.

Entre as peculiaridades do regime diferenciado de contratações públicas, figuram a possibilidade de a administração pública contratar mais de uma empresa para executar o mesmo serviço (multiadjudicação) e a vedação ao sigilo de orçamentos.

### Comentários

Gabarito: Errado

Esta questão é respondida com [A LETRA DA LEI. Licitações. RDC.](#)

*Art. 6o Observado o disposto no § 3o, o orçamento previamente estimado para a contratação será tornado público apenas e imediatamente após o encerramento da licitação, sem prejuízo da divulgação do detalhamento dos quantitativos e das demais informações necessárias para a elaboração das propostas.*

*§ 1o Nas hipóteses em que for adotado o critério de julgamento por maior desconto, a informação de que trata o caput deste artigo constará do instrumento convocatório.*

*§ 2o No caso de julgamento por melhor técnica, o valor do prêmio ou da remuneração será incluído no instrumento convocatório.*

*§ 3o Se não constar do instrumento convocatório, a informação referida no caput deste artigo **possuirá caráter sigiloso** e será disponibilizada estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.*

*Art. 11. A administração pública poderá, mediante justificativa expressa, **contratar mais de uma empresa ou instituição para executar o mesmo serviço, desde que não implique perda de economia de escala**, quando:*



*I - o objeto da contratação puder ser executado de forma concorrente e simultânea por mais de um contratado; ou*

*II - a múltipla execução for conveniente para atender à administração pública.*

*§ 1o Nas hipóteses previstas no caput deste artigo, a administração pública deverá manter o controle individualizado da execução do objeto contratual relativamente a cada uma das contratadas.*

*§ 2o O disposto no caput deste artigo não se aplica aos serviços de engenharia.*

#### 554. CESPE - Proc (AGU)/AGU/2013

No que se refere aos institutos das licitações e dos contratos administrativos, julgue o item subsecutivo.

Após a efetivação do registro de preços, o poder público, caso pretenda contratar o seu objeto, deverá fazê-lo obrigatoriamente com o ofertante registrado.

### Comentários

Gabarito: Errado

Esta questão é respondida com [A LETRA DA LEI. Licitações. Registro de preços.](#)

*Lei 8.666/93 - Art. 15. As compras, sempre que possível, deverão:*

*§ 4o **A existência de preços registrados não obriga a Administração** a firmar as contratações que deles poderão advir, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência em igualdade de condições.*

#### 555. CESPE - Proc (AGU)/AGU/2013

Relativamente à permissão de uso de bem público e à desapropriação por utilidade pública, julgue o item a seguir.

Caracteriza desapropriação por utilidade pública, entre outras, aquela que o Estado promove para a preservação e conservação dos monumentos históricos e artísticos, assim como para a criação de estádios, aeródromos ou campos de pouso para aeronaves.

### Comentários

Gabarito: Certo

Esta questão é respondida com [A LETRA DA LEI. Intervenção do Estado na Propriedade privada. Desapropriação.](#)

*Decreto-Lei 3.365/41 - Art. 5o Consideram-se casos de utilidade pública:*

*k) a **preservação e conservação dos monumentos históricos e artísticos**, isolados ou integrados em conjuntos urbanos ou rurais, bem como as medidas necessárias a mantê-los e realçar-lhes os aspectos mais valiosos ou característicos e, ainda, a proteção de paisagens e locais particularmente dotados pela natureza;*

*n) a **criação de estádios, aeródromos ou campos de pouso para aeronaves;***



## 5 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

E aí pessoal, tudo certo com o curso?

Quaisquer dúvidas, sugestões, críticas ou mesmo elogios, não hesite em entrar em contato conosco.

Estamos disponíveis preferencialmente no Fórum de Dúvidas do Curso, mas também nas redes sociais, claro.

Estamos aguardando você na próxima aula.

Até lá!

Grande abraço,

Prof. Igor Maciel

Prof. Paulo Sousa



# ESSA LEI TODO MUNDO CONHECE: PIRATARIA É CRIME.

Mas é sempre bom revisar o porquê e como você pode ser prejudicado com essa prática.



**1** Professor investe seu tempo para elaborar os cursos e o site os coloca à venda.



**2** Pirata divulga ilicitamente (grupos de rateio), utilizando-se do anonimato, nomes falsos ou laranjas (geralmente o pirata se anuncia como formador de "grupos solidários" de rateio que não visam lucro).



**3** Pirata cria alunos fake praticando falsidade ideológica, comprando cursos do site em nome de pessoas aleatórias (usando nome, CPF, endereço e telefone de terceiros sem autorização).



**4** Pirata compra, muitas vezes, clonando cartões de crédito (por vezes o sistema anti-fraude não consegue identificar o golpe a tempo).



**5** Pirata fere os Termos de Uso, adultera as aulas e retira a identificação dos arquivos PDF (justamente porque a atividade é ilegal e ele não quer que seus fakes sejam identificados).



**6** Pirata revende as aulas protegidas por direitos autorais, praticando concorrência desleal e em flagrante desrespeito à Lei de Direitos Autorais (Lei 9.610/98).



**7** Concurseiro(a) desinformado participa de rateio, achando que nada disso está acontecendo e esperando se tornar servidor público para exigir o cumprimento das leis.



**8** O professor que elaborou o curso não ganha nada, o site não recebe nada, e a pessoa que praticou todos os ilícitos anteriores (pirata) fica com o lucro.



Deixando de lado esse mar de sujeira, aproveitamos para agradecer a todos que adquirem os cursos honestamente e permitem que o site continue existindo.